ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 153

Brasília - DF, terça-feira, 12 de agosto de 2014

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 8
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 8
Ministério da Cultura 8
Ministério da Defesa 11
Ministério da Educação 12
Ministério da Fazenda 22
Ministério da Integração Nacional 30
Ministério da Justiça 30
Ministério da Pesca e Aquicultura 36
Ministério da Previdência Social 36
Ministério da Saúde 36
Ministério das Cidades 42
Ministério das Comunicações 42
Ministério de Minas e Energia 47
Ministério do Desenvolvimento Agrário 55
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 55
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 55
Ministério do Esporte 57
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 57
Ministério do Trabalho e Emprego 58
Ministério dos Transportes 63
Conselho Nacional do Ministério Público 64
Tribunal de Contas da União 64
Poder Judiciário 113
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 118

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 11 de agosto de 2014

Entidade: AR SAFE CHECK
CNPJ: 07.917.274/0001-99
Processo Nº: 00100.000210/2014-83

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 06/08), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro SAFE CHECK, operacionalmente vinculada à AC DIGITALSIGN, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 3, DE 5 DE AGOSTO DE 2014

Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral da União, as medidas de estímulo à liquidação ou renegociação, previstas no art. 8º-A da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, alterado pela Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para as dívidas originárias de operações de crédito rural.

O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 9º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; o art. 41 do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010; e considerando o disposto no § 7º do art. 8º-A da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, alterado pela Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta as medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação das dívidas originárias de operações de crédito rural previstas no art. 8º-A da Lei nº 11.775, de 2008, alterado pelo art. 12 da Lei nº 13.001, de 2014, para as dívidas originárias de operações de crédito rural, cujos ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e os respectivos débitos, não inscritos na Dívida Ativa da União (DAU), estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União (PGU).

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Dos pedidos de adesão

Art. 2º Os pedidos de adesão aos benefícios regulamentados na forma desta Portaria deverão ser requeridos pelo próprio mutuário ou por seu representante legal, dotado de poderes específicos, nos autos do processo judicial ou diretamente junto ao respectivo órgão de execução da PGU, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º A adesão aos benefícios regulamentados por esta Portaria sujeita o devedor à aceitação de todas as condições nela estabelecidas e implica confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos originários de operações de crédito rural que estejam compreendidos na norma do art. 8º-A da Lei nº 11.775, de 2008, configurando confissão extrajudicial, nos termos dos arts. 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil.

§ 1º Formalizado o pedido de adesão, o órgão de execução da PGU peticionará em Juízo, requerendo a suspensão do processo de execução e dos respectivos prazos processuais, até análise do requerimento, com base no § 1º do art. 8º-A da Lei nº 11.775, de 2008, alterado pela Lei nº 13.001, de 2014.

§ 2º Como decorrência processual lógica da confissão prevista no *caput* deste artigo, a adesão à liquidação ou à renegociação com os descontos legais regulamentados por esta Portaria configura desistência, por parte do devedor, de todas as ações judiciais em que haja discussão sobre a legitimidade do crédito da União, bem assim renúncia ao direito sobre o qual tais ações se fundam.

Art. 4º A petição dirigida pelo mutuário ou por seu representante legal ao Juízo ou ao respectivo órgão de execução da PGU deverá conter:

I - a identificação do mutuário, com o respectivo número de CPF ou CNPJ e comprovantes de endereço atualizado, e a indicação pela opção de renegociação ou de liquidação da dívida;

II - os números das operações contratadas por cada mutuário passíveis de liquidação ou renegociação com base nesta Portaria;

III - relação das ações a serem extintas, na forma do § 2º do art. 3º desta Portaria, ou declaração de que não questiona judicialmente a legitimidade da dívida.

Parágrafo único. Todas as operações de crédito rural existentes em nome do devedor no mês do pedido de adesão aos benefícios regulamentados por esta Portaria, de responsabilidade da PGU, deverão ser incluídas no pedido.

Art. 5º Excepcionalmente à regra prevista no art. 2º desta Portaria, o recebimento e o processamento de pedidos de liquidação ou de renegociação formulados diretamente por terceiros adquirentes das propriedades rurais sujeitas à hipoteca ou penhora, nos termos do art. 304 do Código Civil, serão analisados caso a caso pelos órgãos de execução da PGU.

§ 1º Não se processará o requerimento de renegociação ou liquidação do terceiro adquirente, caso existente requerimento de igual natureza formulado pelo devedor originário.

§ 2º A renegociação ou liquidação celebrada com terceiro adquirente não importa em reconhecimento da validade de eventual ato praticado entre este e o devedor originário, em desconformidade com a legislação, a regulamentação e o instrumento de financiamento vigentes.

Art. 6º Constatada qualquer inconsistência no pedido de liquidação ou renegociação, o devedor deverá ser notificado a sanear o requerimento no prazo estabelecido pelo respectivo órgão de execução da PGU, sob pena de arquivamento do processo administrativo, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 1999.

Seção II
Dos procedimentos referentes às dívidas rurais em geral

Art. 7º Verificada a correta instrução do requerimento, o órgão de execução da PGU analisará a documentação recebida e confirmará a possibilidade de enquadramento da dívida à prerrogativa legal.

Art. 8º Sendo positiva a avaliação a que se refere o art. 7º desta Portaria, o órgão de execução da PGU solicitará ao Banco do Brasil S/A que:

I - pesquise em seu sistema e informe a existência de todas as dívidas de responsabilidade do mutuário passíveis de enquadramento no art. 1º desta Portaria, estejam ou não em regime de normalidade, conforme parágrafo único do art. 4º;

II - promova a atualização das dívidas de acordo com os parâmetros estabelecidos na legislação e na regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional vigente para cada tipo de operação e forneça os respectivos extratos.

AVISO

CIRCULOU EM 11/8/2014 A EDIÇÃO EXTRA Nº 152-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º As informações a que se referem os incisos I ou II deste artigo deverão ser atendidas pelo Banco do Brasil S/A no prazo de 30 (trinta) dias após a data do recebimento da solicitação, ressalvada situação excepcional devidamente justificada.

§ 2º As comunicações a que se referem este artigo deverão ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.

Art. 9º Recebida a documentação a que se refere o art. 8º desta Portaria, o órgão de execução da PGU solicitará ao setor de cálculos e perícias a elaboração de *Parecer Técnico*, apurando o valor total da dívida para os fins do art. 8º-A da Lei nº 11.775, de 2008, seguidos os parâmetros:

I - no caso de liquidação, concessão de descontos percentuais, conforme quadro constante do Anexo I desta Portaria, a incidir sobre a soma dos saldos devedores por mutuário, conforme informado pelo Banco do Brasil S/A, e, em seguida, aplicação do respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;

II - no caso de renegociação, para pagamento em até 10 (dez) anos, com amortizações em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do mutuário:

a) concessão de descontos percentuais, conforme quadro constante do Anexo II desta Portaria, cuja base de cálculo será a soma dos saldos devedores por mutuário, informada pelo Banco do Brasil S/A;

b) aplicação, em seguida, de uma fração do respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor, que será resultante da divisão do respectivo desconto de valor fixo previsto no quadro constante do Anexo II desta Portaria pelo número de parcelas renegociadas.

III - inclusão das demais despesas e ônus sucumbenciais passíveis de cobrança.

§ 1º Na renegociação, o desconto percentual será aplicado de uma só vez sobre o total dos saldos devedores por mutuário quando da elaboração do cálculo, enquanto o valor do desconto fixo será dividido pelo número de parcelas renegociadas.

§ 2º Para a liquidação das operações de que trata este artigo, os mutuários que financiaram atividades na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), exceto em Municípios localizados em área de cerrado, definidos pelos Ministros de Estado da Integração Nacional, da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, farão jus a desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos percentuais previstos no quadro constante do Anexo I desta Portaria, conforme § 2º do art. 8º da Lei nº 11.775, de 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Art. 10. Recebido o *Parecer Técnico* a que se refere o art. 9º desta Portaria, o órgão de execução da PGU deverá minutar o termo de adesão e notificar o mutuário ou seu representante legal a comparecer à sede da Procuradoria, visando à assinatura do ato e ao recebimento da Guia de Recolhimento da União (GRU) referente ao valor integral da dívida, em se tratando de pedido de liquidação, ou da primeira parcela, em se tratando de pedido de renegociação, para pagamento.

Art. 11. O termo de adesão deverá ser celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do extrato de atualização da dívida fornecido pelo Banco do Brasil S/A.

Parágrafo único. A adesão se efetivará com a celebração do acordo e o consequente pagamento integral da dívida, em se tratando de liquidação, ou da primeira parcela, em se tratando de renegociação.

Art. 12. Na hipótese de não enquadramento da dívida à prerrogativa legal, o órgão de execução da PGU apresentará resposta fundamentada ao mutuário ou ao seu representante legal.

Art. 13. Em caso de renegociação, o valor das parcelas, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (taxa SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Art. 14. Efetivada a adesão à renegociação, nos termos do parágrafo único do art. 11 desta Portaria, o órgão de execução da PGU peticionará ao Juízo, requerendo a juntada do respectivo termo e a suspensão do processo.

Parágrafo único. A suspensão do processo vigorará até o efetivo cumprimento do ajuste que, se descumprido, ensejará o prosseguimento da execução.

Seção III

Dos procedimentos referentes às dívidas rurais afetas ao PESA

Art. 15. Nas operações originárias do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), instituído pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, o órgão de execução da PGU deverá verificar a correta instrução do requerimento e confirmar a possibilidade de enquadramento da dívida à prerrogativa legal.

Art. 16. Sendo positiva a avaliação a que se refere o art. 15 desta Portaria, o órgão de execução da PGU solicitará ao Banco do Brasil S/A que:

I - para o caso de liquidação:

a) apresente o extrato contendo o valor dos encargos financeiros adicionais (juros) separadamente do valor principal da dívida, devidamente atualizados;

b) informe a quantidade de Certificados do Tesouro Nacional (CTN's) vinculados à operação, os dados necessários à sua individualização e seus valores atualizados;

II - para o caso de renegociação:

a) apresente o extrato contendo o valor acumulado dos encargos financeiros adicionais (juros) vencidos, devidamente atualizados;

b) informe a quantidade de Certificados do Tesouro Nacional (CTN's) vinculados à operação e os dados necessários à sua individualização;

c) informe a data de vencimento original da operação.

III - pesquise em seu sistema e informe a existência de todas as dívidas de responsabilidade do mutuário passíveis de enquadramento no art. 1º desta Portaria, estejam ou não em regime de normalidade, conforme parágrafo único do art. 4º.

§ 1º As informações a que se referem este artigo deverão ser atendidas pelo Banco do Brasil S/A no prazo de 30 (trinta) dias após a data do recebimento da solicitação, ressalvada situação excepcional devidamente justificada.

§ 2º As comunicações a que se referem este artigo deverão ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.

Art. 17. Recebida a documentação a que se refere o art. 16 desta Portaria, o órgão de execução da PGU solicitará ao setor de cálculos e perícias a elaboração de *Parecer Técnico*, apurando o valor da dívida para os fins da art. 8º-A da Lei nº 11.775, de 2008, seguidos os parâmetros:

I - nos pedidos de liquidação:

a) antes da incidência dos descontos indicados nos Anexos I desta Portaria, deverá ser previamente deduzido o crédito consolidado referente aos CTN's, conforme informado pelo Banco do Brasil S/A, nos termos da Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 538, de 12 de novembro de 2009;

b) sobre o saldo remanescente, deverão ser aplicados os descontos percentuais, conforme quadro constante do Anexo I desta Portaria, e, em seguida, aplicação do respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor.

II - nos pedidos de renegociação, para pagamento em até 10 (dez) anos, com amortizações em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do mutuário:

a) a apuração da dívida terá como base de cálculo o montante dos encargos financeiros adicionais (juros) vencidos da operação informado pelo Banco do Brasil S/A, sobre o qual incidirá os descontos percentuais descritos no quadro constante do Anexo II desta Portaria;

b) aplicação, em seguida, de uma fração do respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor, que será resultante da divisão do respectivo desconto de valor fixo previsto no quadro constante do Anexo II desta Portaria pelo número de parcelas renegociadas.

III - inclusão das demais despesas e ônus sucumbenciais passíveis de cobrança.

Parágrafo único. O valor principal da dívida não será objeto de cálculo, pois permanecerá sendo garantido pelos CTN's emitidos na forma da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.471, de 1998, cujo acerto ocorrerá na data originalmente programada para o vencimento da operação.

Art. 18. Recebido o *Parecer Técnico* a que se refere o art. 17 desta Portaria, o órgão de execução da PGU deverá adotar as seguintes providências:

I - em caso de liquidação, preparar declaração, a ser firmada pelo devedor ou por seu representante legal, em duas vias, autorizando a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a promover o cancelamento dos CTN's vinculados à operação, devidamente discriminados no termo, cujos créditos serão utilizados para abater o montante da dívida, conforme disposto na Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 538, de 12 de novembro de 2009;

II - em caso de renegociação, preparar declaração, a ser firmada pelo devedor ou por seu representante legal, em duas vias, autorizando a STN a promover o encontro de contas, na data original do vencimento da operação, entre o valor principal da dívida e os CTN's vinculados, a serem cancelados no momento oportuno, a ser definido pela STN;

III - minutar o termo de adesão e notificar o mutuário ou seu representante legal a comparecer à sede da Procuradoria, visando à assinatura do ato e ao recebimento da GRU referente ao valor integral da dívida, em se tratando de pedido de liquidação, ou da primeira parcela, em se tratando de pedido de renegociação, para pagamento.

§ 1º O termo de adesão deverá prever o pagamento das parcelas vincendas da operação e das parcelas renegociadas com base nesta Portaria, rigorosamente em suas respectivas datas de vencimento.

§ 2º O pagamento tempestivo das parcelas vincendas da operação garante ao mutuário o direito aos bônus de adimplência previstos, a depender do caso, nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional nºs 2.666, de 11 de novembro de 1999, ou 2.963, de 28 de maio de 2002, ou, ainda, no art. 4º da Lei nº 11.775, de 2008.

§ 3º Incorrendo o mutuário em inadimplência, relativamente às parcelas vincendas da operação ou às parcelas renegociadas com base nesta Portaria, o termo de adesão perderá eficácia, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e a execução deverá ser retomada.

Art. 19. Aplicam-se às dívidas previstas nesta seção as disposições do § 2º do art. 9º e dos art. 11 a 14 desta Portaria.

Seção IV

Dos procedimentos referentes às dívidas rurais afetas ao PRODECER - Fase II, ao PROFIR e ao PROVÁRZEAS

Art. 20. Para fins desta Portaria, os pedidos de liquidação ou de renegociação das dívidas originárias do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER - Fase II), do Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) e do Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS), contratadas com o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), que estejam sendo objeto de execução judicial pela PGU, os valores das dívidas a serem apurados pelo setor de cálculos e perícias, antes da incidência dos descontos legais, terão como base os parâmetros fixados nas respectivas cédulas rurais.

Parágrafo único. Não se aplicam às dívidas previstas nesta seção as disposições desta Portaria, quanto à competência do Banco do Brasil S/A para promover a atualização dos créditos.

Art. 21. Na análise dos pedidos de liquidação ou de renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas ao amparo do PRODECER - Fase II, o desconto percentual constante dos Anexos I e II desta Portaria será acrescido de 10 (dez) pontos percentuais, nos termos do § 7º do art. 8º da Lei nº 11.775, de 2008.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL 1808

Parágrafo único. O desconto adicional conferido aos débitos oriundos de operações destinadas ao financiamento de atividade na área de atuação da SUDENE, com base no § 2º do art. 9º desta Portaria, não é cumulativo com o desconto adicional a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 22. Especificamente em relação às operações originárias do PRODECER - Fase II, para formulação do pedido do desconto adicional a que se refere o § 9º do art. 8º da Lei nº 11.775, de 2008, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 439, de 28 de julho de 2010, editada pelos Ministros de Estado da Fazenda, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, a petição ainda deverá ser instruída com a seguinte documentação:

I - tratando-se de pedido de liquidação da dívida, cópia do instrumento de crédito de contratação da operação e, se for o caso, dos aditivos contratuais, para identificação das garantias e dos bens financiados a serem avaliados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);

II - no caso de renegociação da dívida:

a) cópia da Declaração de Imposto Territorial Rural (ITR) do imóvel financiado, a que se refere a Portaria Interministerial nº 439, de 2010, registrando a área agricultável em hectares apta ao cultivo vegetal ou criação animal e as áreas destinadas à reserva ambiental ou preservação permanente; e

b) planilha detalhando a área agricultável da propriedade, em hectares, destinada ao cultivo vegetal e/ou criação animal e os respectivos produtos cultivados ou animais criados.

Parágrafo único. Caso apenas um mutuário do projeto tenha interesse na renegociação ou liquidação da dívida com desconto adicional, a solicitação será formalizada por ele próprio ao respectivo Juízo ou ao órgão de execução da PGU, observadas as mesmas condições previstas neste artigo.

Art. 23. Para as dívidas oriundas do PRODECER - Fase II, o órgão de execução da PGU, verificando a correta instrução do requerimento, encaminhará o processo ao Departamento de Patrimônio e Probidade da PGU (DPP/PGU), com respectivos *Parecer Técnico* elaborado pelo setor de cálculos e perícias e *Parecer Jurídico* opinativo, o qual adotará as seguintes providências:

I - analisará a documentação recebida e confirmará a possibilidade de enquadramento da dívida na prerrogativa do desconto adicional previsto na Portaria Interministerial nº 439, de 2010;

II - na hipótese de não enquadramento de alguma dívida na prerrogativa do desconto adicional, o DPP/PGU devolverá o processo ao órgão de execução responsável, indicando o respectivo motivo, para apresentação de resposta fundamentada ao mutuário ou ao seu representante legal;

III - confirmada a possibilidade de enquadramento, o DPP/PGU encaminhará o processo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), solicitando que sejam analisados os documentos apresentados pelo devedor e apurado o percentual de desconto adicional;

IV - no caso de liquidação, o DPP/PGU receberá do MAPA a informação do percentual de desconto adicional apurado e o respectivo laudo técnico emitido pelo INCRA/MDA, e informará ao órgão de execução da PGU responsável para a adoção das providências cabíveis junto ao devedor;

V - tratando-se de renegociação, o DPP/PGU receberá do MAPA as informações do percentual de desconto adicional apurado e informará ao órgão de execução da PGU responsável para a adoção das providências cabíveis junto ao devedor.

Art. 24. A adesão se efetivará com assinatura do termo pelas partes e o consequente pagamento integral da dívida, em se tratando de liquidação, ou da primeira parcela, em se tratando de renegociação.

Art. 25. Liquidada a dívida ou adimplidas todas as parcelas avençadas, o órgão de execução da PGU peticionará ao Juízo, requerendo o levantamento dos gravames impostos aos bens do devedor, a expedição das comunicações necessárias e o arquivamento definitivo do processo judicial.

Art. 26. Os requerimentos de adesão à liquidação ou à renegociação anteriormente apresentados, ainda em tramitação, deverão ser processados regularmente, respeitados os requisitos legais.

Art. 27. Aplicam-se às dívidas previstas nesta seção as disposições dos arts. 9º e 12 a 14 desta Portaria, com as ressalvas previstas no parágrafo único do art. 20.

Seção V
Das cláusulas obrigatórias

Art. 28. O termo de adesão deverá conter cláusula que, obrigatoriamente:

I - expresse a disposição contida no parágrafo único do art. 11 desta Portaria;

II - preveja que a não promoção da desistência das ações indicadas em cumprimento ao inciso III do art. 4º, no prazo de 90 (noventa) dias, importa em inadimplemento do ajuste e na possibilidade de prosseguimento da execução.

III - estipule multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do saldo remanescente da dívida, para o caso de descumprimento às suas cláusulas essenciais ou pela omissão ou prática de ato contrário às suas determinações, que levem ou não à sua rescisão.

Seção VI
Da dispensa dos honorários advocatícios e da base de cálculo das multas e outras despesas e ônus sucumbenciais

Art. 29. Nas liquidações e renegociações regulamentadas pela presente Portaria, o mutuário fica dispensado do pagamento de honorários advocatícios, fixados na ação de execução ou de embargos à execução, nos termos do § 5º do art. 8º-A da Lei nº 11.775, de 2008, alterado pela Lei nº 13.001, de 2014, mas deverá arcar com o pagamento das despesas e ônus sucumbenciais e das multas processuais eventualmente aplicadas, nos autos da ação de execução ou da ação de embargos à execução.

Art. 30. As multas processuais e despesas e ônus sucumbenciais de titularidade da União, fixadas em percentuais, para fins da renegociação ou liquidação de que trata esta Portaria, deverão ser calculados sobre o montante da dívida, apurado após a incidência de todos os descontos legais.

Seção VII
Do recolhimento dos créditos da União

Art. 31. O recolhimento dos créditos decorrentes da adesão à liquidação ou à renegociação de que trata esta Portaria deve obedecer às disposições da Portaria da Secretária-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União nº 291, de 1º de julho de 2011, e as seguintes orientações:

I - quanto ao crédito principal:

	Natureza da operação de crédito rural	Código de Recolh.	UG/Gestão
a)	securitizadas	*10724-7*	*170705/00001 (Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais)*
b)	renegociadas ao amparo do PESA (particularmente as parcelas vincendas)	*10723-9*	*170705/00001 (Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais)*
c)	assumidas pela União em decorrência da extinção do BNCC	*10722-0*	*170705/00001 (Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais)*
d)	afetas ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ)	*13802-9*	*130137/00001 (SPAE/MAPA/FUNCAFE)*

II - quanto às multas processuais e despesas e ônus sucumbenciais de titularidade da União, bem como multas aplicadas no curso do cumprimento do termo de adesão, particularmente por atraso no pagamento das parcelas renegociadas: *Código de Recolhimento 13904-1 e UG/Gestão 110060/00001 (Advocacia-Geral da União).*

Parágrafo único. As GRU's, para pagamento da parcela única, em caso de liquidação, ou das parcelas da renegociação, após a incidência da devida atualização, na forma do art. 13 desta Portaria, serão fornecidas ao mutuário pelo órgão de execução da PGU responsável.

Art. 32. Os valores das parcelas vincendas das operações afetas ao PESA, após a incidência dos respectivos bônus de adimplência, conforme § 2º do art. 18 desta Portaria, deverão ser obtidos, junto ao Banco do Brasil S/A, pelo órgão de execução da PGU, que se encarregará de preencher as GRU's, com prazo de 10 (dez) dias para vencimento, e entregá-las ao devedor para pagamento.

Parágrafo único. As informações a que se referem o *caput* deste artigo deverão ser fornecidas pelo Banco do Brasil S/A à respectiva Procuradoria no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o vencimento original da parcela.

Seção VIII
Das comunicações e de outras providências

Art. 33. Em se tratando de renegociação, formalizada a adesão, o órgão de execução da PGU deverá encaminhar cópias do respectivo termo e dos documentos RA (Registros de Arrecadação) emitidos pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que comprovem o ingresso de cada uma das parcelas por GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, para fins de controle:

I - à Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais da STN (COFIS/STN), quando o valor principal referir-se a créditos rurais securitizados, afetos ao PESA ou decorrentes da extinção do BNCC;

II - à Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA, quando o valor principal referir-se a créditos rurais afetos ao FUNCAFÉ;

III - ao Banco do Brasil S/A, quando o valor principal referir-se a créditos rurais securitizados, afetos ao PESA ou ao FUNCAFÉ.

Art. 34. Liquidada a dívida ou adimplidas todas as parcelas da renegociação, o órgão de execução da PGU adotará as seguintes providências:

I - expedirá comunicação ao Banco do Brasil S/A, para fins de levantamento dos gravames impostos aos bens do devedor, nos termos da Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 389, de 22 de novembro de 2002, e baixa da operação em seu sistema, em se tratando de créditos rurais securitizados, afetos ao PESA ou ao FUNCAFÉ;

II - expedirá comunicação à COFIS/STN, para fins de controle, em se tratando de créditos rurais securitizados, afetos ao PESA ou decorrentes da extinção do BNCC;

III - expedirá comunicação à Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA, para fins de controle, quando o valor principal referir-se a créditos rurais afetos ao FUNCAFÉ;

IV - encaminhará petição ao respectivo Juízo, requerendo a extinção da execução e o arquivamento do processo.

Parágrafo único. Em se tratando de créditos rurais decorrentes da extinção do BNCC, quando da elaboração da petição a que se refere o inciso IV deste artigo, o órgão de execução da PGU deverá requerer expressamente ao Juízo a adoção das medidas indicadas no art. 25 desta Portaria.

Art. 35. Confirmado no SIAFI o ingresso do recurso referente a cada parcela vincenda das operações afetas ao PESA, na forma do art. 32 desta Portaria, o órgão de execução da PGU deverá informar a ocorrência do pagamento ao Banco do Brasil S/A, para fins de baixa de seus respectivos registros e para viabilizar o cálculo do bônus referente à próxima parcela, nos termos do § 2º do art. 18 desta Portaria.

Art. 36. Nas operações originárias do PESA, uma das vias originais das declarações, firmadas nos termos do art. 18, incisos I ou II, desta Portaria, deverá ser encaminhada à COFIS/STN, visando ao resgate dos CTN's acautelados no Banco do Brasil S/A e à respectiva baixa:

I - em se tratando de liquidação, após confirmado o pagamento do valor integral da dívida;

II - em se tratando de renegociação, tão logo ocorrido o vencimento da operação original.

Seção IX
Da manutenção dos gravames

Art. 37. Os bens hipotecados e os bens bloqueados e penhorados deverão desta forma permanecer, para a garantia da renegociação, até a quitação integral da dívida.

Parágrafo único. A análise dos pedidos de revisão ou de redução das garantias, formulados com base no art. 59 da Lei nº 11.775, de 2008 - de responsabilidade do Banco do Brasil S/A, nos termos da Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 389, de 2002, exceto quanto aos créditos afetos a operações contratadas com o extinto BNCC -, terão como parâmetro o percentual de 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o valor da dívida objeto de eventual retomada da execução (como se o ajuste houvesse sido descumprido), apurado na forma do art. 39 desta Portaria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Seção X
Do inadimplemento, da rescisão e do prosseguimento da execução

Art. 38. Implicará a rescisão do termo de renegociação, com cancelamento dos benefícios concedidos, o não pagamento da parcela no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o seu vencimento.

§ 1º A parcela eventualmente paga em atraso, segundo as condições de cláusula a constar do termo do acordo, deverá ser atualizada pela taxa SELIC e sofrerá incidência de multa específica de 2% (dois por cento).

§ 2º Para os fins deste artigo, é considerada inadimplida a parcela parcialmente paga.

Art. 39. Rescindido o termo de renegociação:

I - o mutuário perderá os benefícios concedidos, retornando o valor da dívida, a ser apurada pelo Banco do Brasil S/A - exceto quanto aos créditos afetos a operações contratadas com o extinto BNCC -, à situação anterior, deduzindo-se o valor integral referente às parcelas pagas, previamente informadas pelo órgão de execução da PGU, nos termos do art. 33, inciso III, desta Portaria;

II - cancelar-se-á a dispensa do pagamento dos honorários advocatícios, que deverão voltar a compor a dívida cobrada;

III - cancelar-se-ão os descontos concedidos sobre as multas processuais e outras despesas e ônus sucumbenciais, afastada a regra favorável descrita no art. 30 desta Portaria, que deverão voltar a compor a dívida cobrada, deduzido o valor eventualmente recolhido;

IV - prosseguir-se-á o processo de execução pelo saldo remanescente atualizado, inclusive, com a aplicação das multas estipuladas no termo de adesão.

Parágrafo único. Em se tratando de renegociação de dívida afeta ao extinto BNCC, rescindido o termo de adesão, caberá ao setor de cálculos e perícias do órgão de execução da PGU, previamente à retomada da execução, apurar o saldo remanescente da operação, nos termos deste artigo.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. Na adoção das medidas disciplinadas por esta Portaria, os órgãos de execução da PGU deverão observar as disposições previstas na Portaria Conjunta PGU/PGFN nº 01, de 5 de junho de 2014, que dispõe sobre a competência da PGU e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na representação da União nas ações envolvendo crédito originário de operações afetas ao PESA, especialmente no que concerne a operações sob execução judicial, mas com parcelas inscritas em DAU.

Art. 41. Os descontos concedidos serão imediatamente cancelados caso comprovada fraude em relação aos requisitos constantes desta Portaria, sem prejuízo de ações para imputação de responsabilidade administrativa, civil e penal, conforme o caso.

Art. 42. O devedor poderá adiantar o pagamento de parcelas da renegociação, sendo que a parcela adiantada será considerada sempre como a última devida.

Art. 43. Os órgãos de execução da PGU deverão organizar rotina específica, bem como assegurar a guarda física e eletrônica adequada para os processos administrativos de que trata esta Portaria.

Art. 44. Os órgãos de execução da PGU poderão articular-se com as respectivas agências do Banco do Brasil S/A, no sentido de implementar medidas necessárias à ampla divulgação dos incentivos à renegociação e à liquidação das dívidas regulamentadas pela presente Portaria.

Art. 45. A Coordenação-Geral de Créditos e Precatórios do DPP/PGU poderá ser contatada para sanar eventuais dúvidas, pelo correio eletrônico pgudpp.cgcpr@agu.gov.br.

Art. 46. Ficam revogadas a Portaria do Procurador-Geral da União nº 01, de 3 de maio de 2013 (*restrita ao PRODECER-Fase II, PROFIR e PROVÁRZEAS*), e a Portaria do Procurador-Geral da União nº 01, de 11 de março de 2014 (*relativa ao art. 8º-B da Lei nº 12.844, de 2013*).

Art. 47. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE KUHN

ANEXO I

Operações de Crédito Rural: desconto para liquidação

Soma dos saldos devedores na data da renegociação (R$ mil)	Desconto (em %)	Desconto de valor fixo, após o desconto percentual (R$)
Até 10	70	-
Acima de 10 até 50	58	1.200,00
Acima de 50 até 100	48	6.200,00
Acima de 100 até 200	41	13.200,00
Acima de 200	38	19.200,00

ANEXO II

Operações de Crédito Rural: descontos para renegociação

Total dos saldos devedores na data da renegociação (R$ mil)	Desconto (em %)	Desconto fixo, após o desconto percentual (R$)*
Até 10	65	-
Acima de 10 até 50	53	1.200,00
Acima de 50 até 100	43	6.200,00
Acima de 100 até 200	36	13.200,00
Acima de 200	33	19.200,00

* A fração do desconto de valor fixo será obtida mediante a divisão do respectivo desconto fixo pelo número de parcelas resultante da renegociação.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA Nº 503, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre o credenciamento do organismo estrangeiro "IL MANTELLO ASSOCIAZIONE DI VOLONTARIATO PER LA FAMIGLIA E L'ADOZIONE - O.N.L.U.S", encarregado de intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional.

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005, e no inciso V do art. 2º do Decreto nº 3.174, de 16 de setembro de 1999, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento do organismo "IL MANTELLO ASSOCIAZIONE DI VOLONTARIATO PER LA FAMIGLIA E L'ADOZIONE - O.N.L.U.S", com sede na "Via San Domenico, 1 - 84080 - Acquamela di Baronissi - Salerno, Itália", encarregado de intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional, de acordo com a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia-Holanda, em 29 de maio de 1993, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

Art. 2º O organismo deverá cumprir o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, as disposições do Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005, assim como as disposições previstas na Portaria nº 240 - SDH/PR de 8 de abril de 2014, sob pena de suspensão de seu credenciamento.

Art. 3º O credenciamento tem validade por 2 (dois) anos, contados da data da publicação desta Portaria, devendo o organismo pleitear a sua renovação junto à Autoridade Central Administrativa Federal, nos 60 (sessenta) dias anteriores ao término do respectivo prazo de validade, consoante o disposto no § 7º do art. 52 da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IDELI SALVATTI

SECRETARIA DE PORTOS

PORTARIA Nº 259, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 3º da portaria nº.1056, de 11 de junho de 2003, resolve:

Art. 1º Delegar competência para autorizar as interrupções de férias dos servidores da Secretaria de Portos da Presidência da República:

I - ao Chefe de Gabinete do ministro, no âmbito do Gabinete do Ministro;

II - ao Secretário-Executivo, no âmbito da Secretaria-Executiva;

III - ao Chefe da Assessoria Jurídica, no âmbito da Assessoria Jurídica;

IV - ao Secretário de Infraestrutura Portuária, no âmbito da Secretaria de Infraestrutura Portuária;

V - ao Secretário de Políticas Portuárias, no âmbito da Secretaria de Políticas Portuárias;

VI - ao Diretor Adjunto do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias, no âmbito do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº. 24, de 07 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR BORGES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 3.565, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50300.002524/2013-51 e tendo em vista o que foi deliberado na 368ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de transferência de titularidade do Contrato de Arrendamento nº CT-029/2012, firmado entre SUAPE - Complexo Industrial Governador Eraldo Gueiros e a empresa Agrovia S.A., CNPJ nº 11.992.767/0001-60, em favor da empresa Agrovia do Nordeste S.A., CNPJ nº 18.510.603/0001-07, nos termos do que estabelece o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 8.033/2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 3.566, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, consoante delegação prevista no art. 1º da Portaria nº 182/2014-SEP, considerando o que consta do processo n° 50000.001399/1996 e tendo em vista o que foi deliberado na 368ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de adaptação do Contrato de Adesão MT/DP nº 47/96, de 31 de dezembro de 1996, de titularidade da empresa Porto Pontal do Paraná Importação e Exportação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 01.183.440/0001-94, mediante a celebração de novo instrumento de outorga junto à ANTAQ, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815/2013, bem como o disposto na norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 3.567, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, consoante delegação prevista no art. 1º da Portaria nº 182/2014-SEP, considerando o que consta do processo n° 50000.007295/1993 e tendo em vista o que foi deliberado na 368ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a adaptação do Contrato de Adesão MT/DPH nº 017/1993, de 28 de dezembro de 1993, de titularidade da empresa Ultrafértil S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.476.026/0001-36, mediante a celebração de novo instrumento de outorga junto à ANTAQ, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815/2013, bem como o disposto na norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 3.568, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, consoante delegação prevista no art. 1º da Portaria nº 182/2014-SEP, considerando o que consta do processo nº 50300.001621/2007-89 e tendo em vista o que foi deliberado na 368ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a adaptação do Contrato de Adesão nº 002/2009-ANTAQ, de 4 de março de 2009, de titularidade da empresa ITACAL - Itacoatiara Calcários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.160.993/0002-38, mediante a celebração de novo instrumento de outorga junto à ANTAQ, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815/2013, bem como o disposto na norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 3.569, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, consoante delegação prevista no art. 1º da Portaria nº 182/2014-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SEP, considerando o que consta do processo n° 50300.000529/2009-63 e tendo em vista o que foi deliberado na 368ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de adaptação do Contrato de Adesão nº 003/2010-ANTAQ, de 27 de setembro de 2010, de titularidade da empresa LLX Açu Operações Portuárias S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.807.676/0001-01, mediante a celebração de novo instrumento de outorga junto à ANTAQ, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815/2013, bem como o disposto na norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 3.570, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50300.002351/2013-71 e tendo em vista o que foi deliberado na 368ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração de Contrato de Adesão entre a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, na condição de Poder Concedente, e a empresa SS Naval Comércio e Serviços Ltda. - ME, CNPJ nº 04.570.351/0001-99, visando à construção e exploração de instalação portuária, na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, no município de Vila Velha - ES, eis que atendidas as exigências do Instrumento Convocatório nº 45/2013, nos termos do art. 8º e seguintes da Lei nº 12.815, de 2013, e art. 26 e seguintes do Decreto nº 8.033/2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 3.571, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, consoante delegação prevista no art. 1º da Portaria nº 182/2014-SEP, considerando o que consta do processo n° 50300.001252/2005-62 e tendo em vista o que foi deliberado na 368ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de adaptação do Termo de Autorização nº 275-ANTAQ, de 22 de agosto de 2006, de titularidade da empresa Barra do Rio Terminal Portuário S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 06.989.608/0001-77, mediante a celebração de novo instrumento de outorga junto à ANTAQ, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815/2013, bem como o disposto na norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 3.572, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50000.000912/1999 e tendo em vista o que foi deliberado na 368ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração de Contrato de Adesão entre a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, na condição de Poder Concedente, e a empresa Chibatão Navegação Interior e Comércio Ltda., CNPJ nº 84.098.383/0001-72, visando à adaptação do Termo de Autorização nº 012/2002-ANTAQ, de 8 de agosto de 2002, e à ampliação da área do terminal objeto do referido Termo de Autorização, de 129.793,34m² (cento e vinte e nove mil, setecentos e noventa e três metros e trinta e quatro decímetros quadrados) para 381.771,62m² (trezentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e um metros e sessenta e dois decímetros quadrados), eis que cumpridas as determinações fulcradas na Lei nº 12.815/2013, no Decreto nº 8.033/2013, na Portaria nº 110/2013-SEP e na Resolução nº 3.290/2014-ANTAQ, assim como o disposto no Instrumento Convocatório nº 50/2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS REGIONAIS
UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM

DESPACHO DO CHEFE
Em 3 de julho de 2014

Processo nº 50305.000478/2014-97
Nº 22 - **O CHEFE-SUBSTITUTO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, em observância ao procedimento ditado pela Lei nº 9.784/99 e Resolução nº 3.259-ANTAQ/2014, com base na análise dos fatos apurados no processo em epígrafe, instaurado pela ODSE-079-14-UARBL, consolidados no PATI-000028-2014-UARBL, decide: arquivar o Processo em epígrafe sem aplicar penalidade à empresa MARQUES PINTO NAVEGAÇÃO LTDA., considerando que, da análise das alegações e provas documentais, restaram afastadas a autoria e materialidade do fato.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ DANIEL FERREIRA VEIGA

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE RECIFE

DESPACHO DO CHEFE
Em 31 de julho de 2014

Processo nº 50304.000586/2014-71
Nº 6 - **O CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DO RECIFE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e conforme análise dos fatos apurados no Parecer Técnico Instrutório n°018-2014-UARRE e demais documentos constantes do Processo Administrativo Sancionador n° 50304.000586/2014-71, instaurado em decorrência do Auto de infração nº 000827-3, DECIDE ARQUIVAR o referido processo sem aplicar penalidade à empresa Midian Transportes Fluvial Ltda, CNPJ Nº 06.877.912/0001-22, tendo em vista que não foi constatada infringência ao artigo 23, inciso XIX da Resolução nº 1.274/09-ANTAQ (nova redação dada pela Resolução n° 3.284/14-ANTAQ).

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL DUARTE FERREIRA DA SILVA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 1.874, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Aloca frequência mista para o México.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, tendo em vista o disposto no art. 7º da Resolução nº 57, de 10 de outubro de 2008, com a redação dada pela Resolução nº 154, de 25 de junho de 2010, e considerando o que consta do processo nº 00058.066930/2014-74, resolve:

Art. 1º Alocar, à empresa TAM Linhas Aéreas S.A., nos termos do Acordo sobre Serviços Aéreos em vigor, 1 (uma) frequência semanal para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e o México (Cancun).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, incisos VIII e X do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, e alterações posteriores, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.876 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público de Guaíra/PR (código OACI: SSGY) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.100069/2014-91. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Ficam revogadas as portarias de homologação anteriores deste aeródromo

Nº 1.877 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público de Teixeira de Freitas/BA (código OACI: SNTF) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.099205/2014-93. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria DAC n° 435/SIE, de 06 de julho de 1999, publicada no Diário Oficial de 22 de julho de 1999.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 1.875, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 43º, inciso VII, da Resolução nº 110, de 15 de novembro de 2009, e alterações posteriores, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) - Certificação; Operadores Regulares e Não-Regulares, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da suspenção do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) nº 2009-08-3CGZ-01-00, emitido em 14 de agosto de 2009, em favor da empresa AVX Táxi Aéreo Ltda., em virtude de terem sido atingidas as condições de conformidade com a regulamentação vigente, permitindo a operação da empresa, a partir da comunicação à interessada por meio do FOP 121 nº 37/2014/GOAG/SPO, a contar de 7 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 1.873, DE 11 DE AGOSTO 2014

Classifica os aeroportos para fins de cobrança de tarifas aeroportuárias.

OS SUPERINTENDENTES DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO E DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA no uso de suas atribuições que lhe conferem respectivamente os art. 39, inciso XLI, e 41, inciso XXVI, e nos termos da competência comum estabelecida pelo Art. 38, inciso I do Regimento Interno aprovado pela Resolução ANAC nº 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, nos termos disposto no Art. 28 do Anexo à Portaria nº 306/GC5, de 25 de março de 2003 e na Portaria nº 1592/GM5, de 07 de novembro de 1984 e suas alterações, e tendo em vista o que consta no processo nº 00065.066309/2014-11, resolvem:

Art. 1º Classificar os aeroportos, para fins específicos de cobrança de Tarifas Aeroportuárias, nas categorias a seguir:

1º CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Belém	SBBE	Val de Cans/Júlio Cezar Ribeiro	PA
Belo Horizonte	SBCF	Tancredo Neves	MG
Curitiba	SBCT	Afonso Pena	PR
Florianópolis	SBFL	Hercílio Luz	SC
Fortaleza	SBFZ	Pinto Martins	CE
Maceió	SBMO	Zumbi dos Palmares	AL
Manaus	SBEG	Eduardo Gomes	AM
Porto Alegre	SBPA	Salgado Filho	RS
Recife	SBRF	Guararapes - Gilberto Freyre	PE
Rio de Janeiro	SBGL	Galeão - Antonio Carlos Jobim	RJ
Rio de Janeiro	SBRJ	Santos Dumont	RJ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Salvador	SBSV	Deputado Luís Eduardo Magalhães	BA
São Luís	SBSL	Marechal Cunha Machado	MA
São Paulo	SBSP	Congonhas	SP

2º CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Altamira	SBHT	Altamira	PA
Aracaju	SBAR	Santa Maria	SE
Belo Horizonte	SBBH	Pampulha - Carlos Drummond de Andrade	MG
Boa Vista	SBBV	Atlas Brasil Cantanhede	RR
Cabo Frio	SBCB	Cabo Frio	RJ
Caldas Novas	SBCN	Caldas Novas	GO
Campina Grande	SBKG	Presidente João Suassuna	PB
Campos dos Goytacazes	SBCP	Bartolomeu Lisandro	RJ
Campo Grande	SBCG	Campo Grande	MS
Chapecó	SBCH	Chapecó	SC
Corumbá	SBCR	Corumbá	MS
Cuiabá	SBCY	Marechal Rondon	MT
Cruzeiro do Sul	SBCZ	Cruzeiro do Sul	AC
Dourados	SBDO	Dourados	MS
Foz do Iguaçu	SBFI	Cataratas	PR
Goiânia	SBGO	Santa Genoveva	GO
Ilhéus	SBIL	Bahia - Jorge Amado	BA
Imperatriz	SBIZ	Prefeito Renato Moreira	MA
João Pessoa	SBJP	Presidente Castro Pinto	PB
Joinville	SBJV	Lauro Carneiro de Loyola	SC
Juazeiro do Norte	SBJU	Orlando Bezerra de Menezes	CE
Juiz de Fora	SBJF	Francisco de Assis	MG
Juiz de Fora	SBZM	Regional da Zona da Mata	MG
Londrina	SBLO	Governador José Richa	PR
Macaé	SBME	Macaé	RJ
Macapá	SBMQ	Alberto Alcolumbre	AP
Marabá	SBMA	Marabá	PA
Maringá	SBMG	Regional de Maringá - Sílvio Name Júnior	PR
Montes Claros	SBMK	Mário Ribeiro	MG
Navegantes	SBNF	Ministro Victor Konder	SC
Palmas	SBPJ	Brigadeiro Lysias Rodrigues	TO
Parauapebas	SBCJ	Carajás	PA
Petrolina	SBPL	Senador Nilo Coelho	PE
Porto Seguro	SBPS	Porto Seguro	BA
Porto Velho	SBPV	Governador Jorge Teixeira de Oliveira	RO
Ribeirão Preto	SBRP	Leite Lopes	SP
Rio Branco	SBRB	Plácido de Castro	AC
Rio de Janeiro	SBJR	Jacarepaguá - Roberto Marinho	RJ
Santarém	SBSN	Maestro Wilson Fonseca	PA
Santa Maria	SBSM	Santa Maria	RS
São José do Rio Preto	SBSR	São José do Rio Preto	SP
São José dos Campos	SBSJ	Professor Urbano Ernesto Stumpf	SP
Tabatinga	SBTT	Tabatinga	AM
Teresina	SBTE	Senador Petrônio Portella	PI
Uberaba	SBUR	Mário de Almeida Franco	MG
Uberlândia	SBUL	Ten. - Cel. Av. César Bombonato	MG
Vitória	SBVT	Eurico de Aguiar Salles	ES

3ª CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Almeirim	SBMD	Monte Dourado	PA
Alta Floresta	SBAT	Aeroporto Piloto Osvaldo Marques Dias	MT
Araçatuba	SBAU	Araçatuba	SP
Araraquara	SBAQ	Araraquara	SP
Araxá	SBAX	Araxá	MG
Bagé	SBBG	Comandante Gustavo Kraemer	RS
Barreiras	SNBR	Barreiras	BA
Barretos	SNBA	Chafei Amsei	SP
Bauru	SBAE	Bauru-Arealva	SP
Bauru	SBBU	Bauru	SP
Belém	SBJC	Brigadeiro Protásio de Oliveira	PA
Bonito	SBDB	Bonito	MS
Cacoal	SSKW	Cacoal	RO
Cascavel	SBCA	Cascavel	PR
Caxias do Sul	SBCX	Campo dos Bugres	RS
Criciúma	SBCM	Forquilhinha - Criciúma	SC
Curitiba	SBBI	Bacacheri	PR
Divinópolis	SNDV	Divinópolis	MG
Fernando de Noronha	SBFN	Fernando de Noronha	PE
Franca	SIMK	Franca	SP
Governador Valadares	SBGV	Governador Valadares	MG
Ipatinga	SBIP	Usiminas	MG
Itaituba	SBIH	Itaituba	PA
Ji-Paraná	SBJI	Ji-Paraná	RO
Jundiaí	SBJD	Jundiaí	SP
Lençóis	SBLE	Chapada Diamantina	BA
Marília	SBML	Marília	SP
Parintins	SWPI	Parintins	AM
Parnaíba	SBPB	Prefeito Doutor João Silva Filho	PI
Paulo Afonso	SBUF	Paulo Afonso	BA
Pelotas	SBPK	Pelotas	RS
Ponta Porã	SBPP	Ponta Porã	MS
Pouso Alegre	SNZA	Pouso Alegre	MG
Presidente Prudente	SBDN	Presidente Prudente	SP
Rio Grande	SJRG	Rio Grande	RS
Rondonópolis	SWRD	Rondonópolis	MT
São Carlos	SDSC	São Carlos	SP
São João Del Rei	SNJR	Prefeito Octávio de Almeida Neves	MG
São Paulo	SBMT	Campo de Marte	SP
Sorocaba	SDCO	Sorocaba	SP
Sinop	SWSI	Presidente João Batista Figueiredo	MT
Tefé	SBTF	Tefé	AM
Uruguaiana	SBUG	Rubem Berta	RS
Valença	SNVB	Valença	BA
Vitória da Conquista	SBQV	Vitória da Conquista	BA

4ª CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Alegrete	SSLT	Alegrete Novo	RS
Andradina	SDDN	Andradina	SP
Angra dos Reis	SDAG	Angra dos Reis	RJ
Apucarana	SSAP	Apucarana	PR
Araguaína	SWGN	Araguaína	TO
Arapongas	SSOG	Arapongas	PR
Arapoti	SSYA	Arapoti	PR
Assis	SNAX	Assis	SP
Avaré	SDRR	Avaré - Arandu	SP
Belo Horizonte	SBPR	Carlos Prates	MG
Blumenau	SSBL	Blumenau	SC
Bom Jesus da Lapa	SBLP	Bom Jesus da Lapa	BA
Botucatu	SDBK	Botucatu	SP
Bragança Paulista	SBBP	Aeroporto Estadual Arthur Siqueira	SP
Breves	SNVS	Breves	PA
Campinas	SDAM	Amarais	SP
Campo Grande	SSKG	Estância de Santa Maria	MS
Campo Mourão	SSKM	Campo Mourão	PR
Canavieiras	SNED	Canavieiras	BA
Canela	SSCN	Canela	RS
Carauari	SWCA	Carauari	AM
Carazinho	SSKZ	Carazinho	RS
Cianorte	SSCT	Cianorte	PR
Coari	SWKO	Coari	AM
Conceição do Araguaia	SBAA	Conceição do Araguaia	PA
Concórdia	SSCK	Concórdia	SC
Cornélio Procópio	SSCP	Cornélio Procópio	PR
Dracena	SDDR	Dracena	SP
Feira de Santana	SNJD	João Durval Carneiro	BA
Francisco Beltrão	SSFB	Francisco Beltrão	PR
Guaíra	SSGY	Guaíra	PR
Guanambi	SNGI	Guanambi	BA
Guarapari	SNGA	Guarapari	ES
Guarapuava	SBGU	Tancredo Thomas de Faria	PR
Guaratuba	SSGB	Guaratuba	PR
Gurupi	SWGI	Gurupi	TO
Irecê	SNIC	Irecê	BA
Itanhaém	SDIM	Itanhaém	SP
Itaperuna	SDUN	Itaperuna	RJ
Jequié	SNJK	Jequié	BA
Joaçaba	SSJA	Santa Terezinha	SC
Lages	SBLJ	Lages	SC
Lins	SWXQ	Lins	SP
Loanda	SSLO	Loanda	PR
Luziânia	SWUZ	Brigadeiro Araripe Macedo	GO
Marechal Cândido Rondon	SSCR	Marechal Cândido Rondon	PR
Medianeira	SSMD	Medianeira	PR
Mossoró	SBMS	Dix - Sept Rosado	RN
Ourinhos	SDOU	Ourinhos	SP
Palmas	SSPS	Palmas	PR
Paranaguá	SSPG	Paranaguá	PR
Paranavaí	SSPI	Paranavaí	PR
Passo Fundo	SBPF	Lauro Kurtz	RS
Pato Branco	SSPB	Pato Branco	PR
Penápolis	SDPN	Penápolis	SP
Piracicaba	SDPW	Piracicaba	SP
Poços de Caldas	SBPC	Poços de Caldas	MG
Ponta Grossa	SSZW	Ponta Grossa	PR
Porto Nacional	SBPN	Porto Nacional	TO
Prado	SNRD	Prado	BA
Redenção	SNDC	Redenção	PA
Resende	SDRS	Resende	RJ
Santa Rosa	SSZR	Santa Rosa	RS
Santo Ângelo	SBNM	Santo Ângelo	RS
São Félix do Xingu	SNFX	São Félix do Xingu	PA
São Lourenço	SNLO	São Lourenço	MG
São Manuel	SDNO	São Manuel	SP
São Miguel do Iguaçu	SSMY	São Miguel do Iguaçu	PR
São Miguel do Oeste	SSOE	São Miguel do Oeste	SC
Teixeira de Freitas	SNTF	Teixeira de Freitas	BA
Telêmaco Borba	SBTL	Telêmaco Borba	PR
Teófilo Otoni	SNTO	Juscelino Kubitschek	MG
Toledo	SBTD	Toledo	PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tupã	SDTP	Tupã	SP
Ubatuba	SDUB	Ubatuba	SP
Umuarama	SSUM	Umuarama	PR
União da Vitória	SSUV	União da Vitória	PR
Varginha	SBVG	Major Brigadeiro Trompowsky	MG
Videira	SSVI	Videira	SC
Vilhena	SBVH	Vilhena	RO
Votuporanga	SDVG	Votuporanga	SP

Parágrafo Único. Os aeroportos constantes deste artigo poderão sofrer nova classificação em função de alterações posteriores em sua infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 10 (dez) dias úteis após sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 942/SRE/SIA, de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2014, Seção 1, página 5.

RICARDO BISINOTTO CATANANT
Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI
Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nª 63, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando o disposto na Diretriz nª 26/14 da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM e na Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL - GMC, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1ª Alterar para 2% (dois por cento), por um período de 12 (doze) meses, para uma quota total de 120.000 toneladas, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação do código 3206.11.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

Parágrafo único - A distribuição da quota estipulada no caput será efetuada em 3 etapas quadrimestrais de 40.000 toneladas.

Art. 2º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC editará norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação das quotas mencionadas.

Art. 3º A alíquota correspondente ao código da NCM 3206.11.19, constante do Anexo I da Resolução CAMEX nª 94 de 2011, passa a ser assinalada com o sinal gráfico "**", enquanto vigorar a referida redução tarifária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BORGES LEMOS

RESOLUÇÃO Nª 64, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando o disposto nas Diretrizes nºs 23/14, 24/14, 25/14, 27/14 e 29/14 da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM e na Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL - GMC, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1ª Alterar para 2% (dois por cento), por um período de 12 (doze) meses e conforme quotas discriminadas, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
3907.60.00	Poli (tereftalato) de etileno	20.000 toneladas
	Ex 001 - Poli (tereftalato de etileno) pós-condensado, com viscosidade intrínseca superior ou igual a 0,98 dl/g e inferior ou igual a 1,02 dl/g	
5504.10.00	- De raiom viscose	4.800 toneladas

Art. 2ª Alterar para 2% (dois por cento), por um período de 6 (seis) meses e conforme quota discriminada, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código da NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
8705.10.90	Outros	2 unidades
	Ex 001 - Com lança treliçada, móveis sobre pneus, com capacidade de elevação superior ou igual a 750 toneladas, acionados por motores a diesel, refrigerados a água, com potência de 505 kW (680 HP) a 1900 rpm, freios a ar servo-assistidos em todas as rodas, dotados de quatro apoios hidráulicos e suspensão hidropneumática com nivelamento automático.	

Art. 3ª Ampliar para 34.000 (trinta e quatro mil) toneladas a quota sujeita à redução tarifária de que trata o art. 2ª da Resolução CAMEX nª 31, de 11 de abril de 2014, para o código 2926.90.91 da NCM.

Art. 4ª Prorrogar até 28 de abril de 2015, o prazo de redução tarifária de que trata o art. 1ª da Resolução CAMEX nª 57, de 24 de julho de 2014, publicada em 28 de julho de 2014, para o código 7208.51.00 da NCM.

Art. 5º As alíquotas correspondentes aos códigos da NCM 3907.60.00, 5504.10.00, 8705.10.90, constantes do Anexo I da Resolução CAMEX nª 94 de 2011, passam a ser assinaladas com o sinal gráfico "**", enquanto vigorarem as referidas reduções tarifárias.

Art. 6º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC editará norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação das quotas mencionadas.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LEMOS BORGES

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CAMEX nº 53, de 3 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 8 de julho de 2014, Seção 1, páginas 1 a 22.

Onde se lê:

Foshan Chancheng Qiangshi Building Material Ltd. Company

Leia-se:

Foshan Chancheng Qiangshi Building Materials Company Limited

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
COMITÊ TÉCNICO-EXECUTIVO

DECISÃO Nº 1, DE 5 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS - CMED, no exercício da competência que lhe confere o inciso XII, do artigo 12 da Resolução CMED nº. 3, de 29 de julho de 2003, faz saber que o **COMITÊ TÉCNICO-EXECUTIVO**, em reunião realizada no dia 29 de maio de 2014, decidiu:

Nos autos do Processo Administrativo nº 25351.225750/2012-31, de interesse da empresa NY-COMED PHARMA LTDA., CNPJ nº 60.397.775/0001-74, referente ao Recurso Administrativo interposto contra decisão da Secretaria-Executiva na análise do Documento Informativo de Preço do produto DEXILANT (dexlansoprazol), nas apresentações 30 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 2; 30 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 10; 30 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 30; 30 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 60; 60 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 2; 60 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 10; 60 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 30; e 60 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 60, acompanhar o Voto nº 06003/2014/DF, de 28 de abril de 2014, da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, conhecendo do recurso, mas negando-lhe provimento para manter a decisão da SE/CMED que fixou o Preço Fábrica (ICMS 18% - lista negativa), sem considerar o ajuste anual de preços, conforme quadro abaixo:

Apresentação	PF Apurado (ICMS 18% - Lista Negativa)
30 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 2	R$ 2,91
30 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 10	R$ 14,54
30 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 30	R$ 43,63
30 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 60	R$ 87,27
60 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 2	R$ 2,91
60 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 10	R$ 14,54
60 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 30	R$ 43,63
60 MG CAP LIB RETARD CT BL AL/AL 60	R$ 87,27

Nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.592526/2008-10, de interesse da empresa UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES, CNPJ 38.054.979/0001-53, referente ao Recurso Administrativo interposto contra decisão da Secretaria-Executiva que impôs sanção pecuniária no valor de R$ 212,80 (duzentos e doze reais e oitenta centavos) por infração aos arts. 2º, 4º e *caput* do 8º da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, combinado com Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED nº 14, de 13 de novembro de 2006, acompanhar o Voto: 06004/2014/DF, de 30 de abril de 2014, da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, conhecendo do recurso, mas negando-lhe provimento para manter a decisão da SE/CMED de aplicar penalidade pecuniária no valor acima citado, conforme definido no referido voto. Determina ainda que a SE/CMED apure se o caso envolve situação de reincidência e que, em caso afirmativo, proceda ao recálculo do valor apurado.

Nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.592779/2008-93, de interesse da empresa UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES, CNPJ 38.054.979/0001-53, referente ao Recurso Administrativo interposto contra decisão da Secretaria-Executiva que impôs sanção pecuniária no valor de R$ 212,80 (duzentos e doze reais e oitenta centavos) por infração aos arts. 2º, 4º e *caput* do 8º da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, combinado com Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED nº 14, de 13 de novembro de 2006, acompanhar o Voto: 06005/2014/DF, de 30 de abril de 2014, da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, conhecendo do recurso, mas negando-lhe provimento para manter a decisão da SE/CMED de aplicar penalidade pecuniária no valor acima citado, conforme definido no referido voto. Determina ainda que a SE/CMED apure se o caso envolve situação de reincidência e que, em caso afirmativo, proceda ao recálculo do valor apurado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.593052/2008-23, de interesse da empresa UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES, CNPJ 38.054.979/0001-53, referente ao Recurso Administrativo interposto contra decisão da Secretaria-Executiva que impôs sanção pecuniária no valor de R$ 212,80 (duzentos e doze reais e oitenta centavos) por infração aos arts. 2º, 4º e *caput* do 8º da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, combinado com Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED nº 14, de 13 de novembro de 2006, acompanhar o Voto: 06006/2014/DF, de 30 de abril de 2014, da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, conhecendo do recurso, mas negando-lhe provimento para manter a decisão da SE/CMED de aplicar penalidade pecuniária no valor acima citado, conforme definido no referido voto. Determina ainda que a SE/CMED apure se o caso envolve situação de reincidência e que, em caso afirmativo, proceda ao recálculo do valor apurado.

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE

DECISÃO Nº 2, DE 5 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS - CMED, no exercício da competência que lhe confere o inciso XII, do artigo 12 da Resolução CMED nº. 3, de 29 de julho de 2003, faz saber que o **COMITÊ TÉCNICO-EXECUTIVO**, em reunião realizada no dia 5 de junho de 2014, decidiu:

Nos autos do Processo Administrativo nº 25351.237452/2010-23, de interesse da empresa EMS S.A., CNPJ nº 45.992.062/0001-65, referente ao Recurso Administrativo interposto contra decisão da Secretaria-Executiva que impôs sanção pecuniária no valor de R$ 141.961,29 (cento e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos) por infração ao art. 8º, *caput* e Parágrafo único e 9º da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, combinados com arts. 1º, 2º e 4º da Resolução CMED nº 2, de 14 de março de 2005, e resoluções subsequentes, acompanhar o Voto CMED/SDP/MDIC nº 3/2014, de 29 de maio de 2014, da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, conhecendo do recurso e concedendo provimento parcial para reformar a decisão da SE/CMED de aplicar penalidade pecuniária no valor acima citado, e impondo-lhe condenação, na condição de controladora do grupo econômico, ao pagamento de multa no valor de R$ 14.258,94 (quatorze mil, duzentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos) conforme definido no referido voto. Determina ainda o arquivamento do Processo Administrativo nº 25351.238755/2010-31, de interesse da empresa GERMED FARMACÊUTICA LTDA., haja vista a perda de seu objeto decorrente da constatação que a empresa controladora do grupo econômico deu ampla publicidade aos preços de seus medicamentos, ainda que de forma irregular.

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

PORTARIA N° 125, DE 21 DE JULHO DE 2014

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria Nº 428, de 14 de junho de 2010 e, considerando o que consta no Decreto - Lei Nº 818, de 05 de setembro de 1969, na Instrução Normativa nº 22, de 20 de Junho de 2013 e nos processos n° 21024.000915/2014-21, 21024.000916/2014-75, 21024.000845/2013-20, resolve:

Art. 1° Habilitar as Médicas Veterinárias ANNA CAROLINA ASINELLI DE MACEDO LOPES, inscrita no CRMV-MT sob n° 4490 e SIMONE ROSA DIDONÉ, inscrita no CRMV-MT sob n° 4491, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis nos Municípios de Lucas do Rio Verde, Tapurah, Nova Mutum e Sorriso - Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 2° Revogar a Portaria N° 097, de 28/05/2013.

Art. 3° Habilitar o Médico Veterinário TIAGO COMARELLA DE SOUZA, inscrito no CRMV-MT sob n° 3983, para fornecer para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis no Município de Tangará da Serra - Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

FRANCISCO MORAES CHICO COSTA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 819, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

Institui parceria entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Defesa, visando viabilizar soluções científico-tecnológicas e inovações para o atendimento das necessidades do País, atinentes à defesa e ao desenvolvimento nacional.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DA DEFESA, no uso de suas respectivas atribuições, considerando a necessidade de se estabelecer cooperação técnica e científica para formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento científico-tecnológico na área de defesa, resolvem:

Art. 1º Instituir parceria entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e o Ministério da Defesa - MD, com os seguintes objetivos:

I - dominar tecnologias que atendam às necessidades da Defesa Nacional;

II - contribuir para o fortalecimento da indústria nacional;

III - aprimorar a infraestrutura de C&T de apoio a programas e projetos de interesse da Defesa Nacional;

IV - estimular a substituição de tecnologias e de produtos importados de interesse da Defesa Nacional por correspondentes nacionais competitivos;

V - integrar as iniciativas de C, T&I de interesse da Defesa Nacional por meio de parcerias com instituições científicas e tecnológicas (ICT), universidades, centros de excelência e a indústria, para o desenvolvimento, certificação e qualificação de novos produtos, tecnologias e serviços;

VI - implementar redes de laboratórios que atendam às necessidades da Defesa Nacional;

VII - fomentar a formação e a elevação do nível da capacitação de recursos humanos;

VIII - estabelecer a sistemática de gestão da carteira de projetos de interesse da Defesa Nacional apoiados pelo MCTI;

IX - buscar a ampliação do interesse dos diversos segmentos da sociedade pelas iniciativas de C, T&I voltadas para a Defesa Nacional; e

X - estimular a promoção de eventos para compartilhar experiências e divulgar estudos relacionados a áreas estratégicas de defesa.

Art. 2º Os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Defesa constituirão uma Comissão Interministerial de Coordenação com as seguintes competências:

I - estabelecer as bases da cooperação técnico-científica, explicitada por meio de atos administrativos a serem celebrados entre as partes envolvidas;

II - elaborar e aprovar o regimento interno da Comissão Interministerial de Coordenação;

III - propor a implementação de programas, projetos e atividades de interesse comum visando o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação;

IV - acompanhar o desenvolvimento e avaliar os resultados dos programas, projetos e atividades implementados por intermédio de parceria entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Defesa;

V - sistematizar a participação do MD na seleção de temas de interesse da defesa nas chamadas públicas para promoção do desenvolvimento científico-tecnológico e da inovação realizadas pela FINEP; e

VI - propor a realização de eventos relacionados com o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação de interesse da área de defesa.

Art. 3º A Comissão Interministerial de Coordenação terá a seguinte composição:

I - dois representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

II - dois representantes do Ministério da Defesa;

III - um representante do Comando da Marinha;

IV - um representante do Comando do Exército; e

V - um representante do Comando da Aeronáutica.

§ 1º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos órgãos constantes do caput deste artigo e designados por meio de Portaria do Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 2º A Comissão Interministerial de Coordenação poderá contar com a participação de representantes de outros órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, entidades públicas ou organizações da sociedade civil.

§ 3º A participação na Comissão Interministerial de Coordenação será considerada função relevante, não remunerada.

§ 4º A Comissão Interministerial de Coordenação será presidida por um dos representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 5º A Comissão Interministerial de Coordenação reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses, ou, extraordinariamente, por iniciativa do Presidente da Comissão.

§ 6º As propostas da Comissão Interministerial de Coordenação serão encaminhadas aos Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Defesa por intermédio de Relatório.

Art. 4º A execução de programas, projetos e/ou atividades que se sucederem na forma da cooperação de que trata esta Portaria Interministerial será objeto de instrumento próprio e específico a ser firmado entre os signatários, acompanhado, no que couber, do respectivo Plano de Trabalho que o integrará independentemente de transcrição, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 5º Projetos demandados pelas instituições de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas aos Fundos Setoriais Verticais poderão ser propostos aos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, mantendo, no entanto, o Ministério da Defesa informado quanto ao andamento de tais projetos.

Art. 6º A transferência de recursos financeiros entre os partícipes, quando necessária, será realizada mediante a celebração de Convênios, Contratos de Repasse ou instrumento assemelhado específico, relativo aos programas, projetos ou atividades a serem implementados, de acordo com o prescrito na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, na Instrução Normativa nº 507, de 27 de novembro de 2011, e na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008.

Art. 7º O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos da Comissão Interministerial de Coordenação serão fornecidos pelos órgãos participantes.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria Interministerial nº 750 MCT/MD, de 20 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 224, de 22 de novembro de 2007, Seção 1, páginas 60 e 61.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

CELSO AMORIM
Ministro de Estado da Defesa

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de agosto de 2014

Nº 104 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual de "O Circo de Santo Amaro" para "Ausência".

10-0566 - Ausência
Processo: 01580.053344/2010-81
Proponente: Bossa Nova Films Criações e Produções Ltda.
Cidade/UF: Osasco / SP
CNPJ: 07.477.471/0001-34

Art. 2º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual de "Experimentos Espetaculares" para "Experimentos Extraordinários".

13-0006 - Experimentos Extraordinários
Processo: 01580.037429/2012-83
Proponente: Boutique Filmes e Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 16.729.130/0001-08

Art. 3º Autorizar a alteração de agência bancária e as contas de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente está autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0383 - Ralé
Processo: 01580.034841/2011-61
Proponente: Mercúrio Produções Ltda. ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.760.800/0001-61
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.005.000,48
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 954.750,45
Banco: 001- agência: 3687-0 conta corrente: 27.497-6
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 4º Suspender a autorização de captação de recursos incentivados federais do projeto audiovisual relacionado abaixo para o exercício 2014, cuja aprovação inicial se deu por meio da Deliberação nº 101, de 11 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2013, em razão do término da execução do projeto e apresentação da documentação de Prestação de Contas Final.

13-0203 - Pare Olhe Escute
Processo: 01580.013037/2013-18
Proponente: Buriti Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 02.238.621/0001-33
Prazo de captação suspenso conforme Despacho nº 102/2014 - ANCINE/SFO/CGP.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 5º Suspender a autorização de captação de recursos incentivados federais do projeto audiovisual relacionado abaixo para o exercício 2014, cuja prorrogação do prazo de captação se deu por meio da Deliberação nº 195, de 12 de setembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2011, em razão do término da execução do projeto e apresentação da documentação de Prestação de Contas Final.

10-0606 - O Abismo Prateado

Processo: 01580.056339/2010-20

Proponente: RT Comércio e Serviços de Criação e Produção de Obras Com Direitos Autorais Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 05.840.498/0001-14

Prazo de captação suspenso conforme Despacho nº 103/2014 - ANCINE/SFO/CGP.

Art. 6º Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação

FELIPE VOGAS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

RETIFICAÇÃO

Retificar a Decisão Executiva nº 47, de 30 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 31 de julho de 2014, págs. 8 e 9, Seção 1:

Onde se lê:

Seleção do Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior:

7. (...) Autor Reinaldo Moraes (...).

Leia-se:

Seleção do Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior

7. (...) Autor Sérgio Rodrigues (...).

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 512, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve a reversão da reprovação da análise financeira e passa ser aprovado o projeto, após recurso, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 42 da Portaria nº 46, de 13 de março de 1988.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

PRONAC	Projeto	Proponente	CPF/CNJP	Resumo do Projeto	Valor Solicitado	Valor Aprovado	Valor Captado
02-3248	Biblioteca Para Todos II	Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul - APESC	95.438.412/0002-03	Objetivo deste projeto é diversificar seu acervo bibliográfico, enriquecendo o e contemplando diversas áreas. Pretende-se incentivar a comunidade em geral à literatura e à pesquisa	77.381,53	77.381,53	77.381,53

PORTARIA Nº 513, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 909 de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de Março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

140154 - 700 Mil Horas

Cooperativa Paulista de Teatro

CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69

Processo: 01400000159201498

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado R$: R$ 504.130,00

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: Realizar a temporada do Espetáculo 700 Mil Horas da Cia Luis Louis de 08/08 a 26/10 na Cidade de São Paulo.

147471 - 7ª Femate e Mostra Cultural dos Caminhos da Erva-Mate

STEFFEN PROJETOS & EVENTOS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 12.670.979/0001-94

Processo: 01400026162201431

Cidade: Nova Petrópolis - RS;

Valor Aprovado R$: R$ 327.590,00

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: A 7ª FEMATE e a Mostra Cultural dos Caminhos da Erva-Mate, ocorrerão em setembro e apresentam um resgate da identidade cultural do RS,com apresentações de musicas instrumentais e eruditas, danças Mistas e tradicionais e teatros e a produção do espetáculo inédito "Caá-Yarí, a lenda da Erva-mate" com direção de Pablo Capalonga, trazendo a essência da tradição dos primeiros habitantes do Sul do Brasil e a valorização do chimarrão como patrimônio cultural imaterial.

142871 - CARNE VALLE

Crescente Artes Produções e Eventos LTDA

CNPJ/CPF: 13.428.485/0001-60

Processo: 01400005336201422

Cidade: Salvador - BA;

Valor Aprovado R$: R$ 183.900,00

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: Carne Valle é um espetáculo full-on de dança contemporânea que dialoga com as artes como música, artes visuais, teatro e circo. Com um enredo inspirado no Carnaval da Bahia e em suas cores, tradições, manifestações culturais e artísticas, o espetáculo fará uma nova leitura, por meio das artes, dos signos como fé, festa, alegria, gingado, amor, etc. O espetáculo será realizado com uma banda executando músicas ao vivo. Espetáculo inovador, Carne Valle será uma experiência multissensorial com a participação ativa de seus ?espectadores?. Bailarinos misturados ao público, projeções de VJ, música, números circenses, tudo isso junto para proporcionar uma sinestesia de impulsos e desejos físicos.

147171 - Desfile Temático 2014 - Espetáculo: Eu Sou do Sul

Fundação Cultural Gaúcha- MTG

CNPJ/CPF: 87.433.280/0001-00

Processo: 01400025692201462

Cidade: Porto Alegre - RS;

Valor Aprovado R$: R$ 392.244,20

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 20/09/2014

Resumo do Projeto: O Desfile Temático 2014, da Semana Farroupilha, será realizado em Porto Alegre, na Avenida Edvaldo Pereira Paiva, contará com 09 carros temáticos e com a participação dos integrantes das invernadas de danças dos CTGs (Centro de Tradições Gaúchas) que por meio da teatralização, apresentarão ao público o tema "EU SOU DO SUL".

145607 - ESPETÁCULO ESPERIA DE BALLET

RITHOS PRODUCOES E SERVICOS CULTURAIS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 05.543.539/0001-00

Processo: 01400017287201471

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado R$: R$ 122.806,20

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: Produção e montagem do espetáculo anual de opereta/balé de alto repertório com a participação de cerca de 80 bailarinos e atores. Com um espetáculo apresentado somente para escolas públicas e deficientes. Entrada gratuita em todos os espetáculos assegurando assim a participação p/todos.

147550 - Raízes da Paz - 1ª edição

Denise Alves da Costa Azeredo - ME

CNPJ/CPF: 19.835.526/0001-10

Processo: 01400036601201414

Cidade: Ivoti - RS;

Valor Aprovado R$: R$ 86.860,00

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: O projeto "Raízes da Paz" realizará durante um período de 11 meses, diversas ações culturais, através de Oficinas de dança e integração social por meio da arte. Atenderemos 5 grupos: infantil, juvenil, adulto, conquista e marcas, tendo como culminância o Espetáculo "Eu tenho raízes, eu sou da paz" , como forma de democratizar o acesso a cultura, promover o desenvolvimento social e artístico, divulgando as peculiaridades regionais, danças, ritmos e história deste Brasil multiétnico.

145525 - São João del-Rei Ópera Festival

ArteMatriz Soluções Culturais Ltda.

CNPJ/CPF: 07.506.882/0001-00

Processo: 01400017175201410

Cidade: Mairiporã - SP;

Valor Aprovado R$: R$ 2.568.175,00

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: São João del-Rei Ópera Festival propõe a montagem de 2 óperas, 1 ópera infantil, 1 concerto ?Gala Lírica?, 10 recitais, oficinas, encontros com artistas, visitas guiadas pelos bastidores e ensaios abertos, totalizando 38 eventos distribuídos entre o Teatro Municipal, escolas de música, escolas públicas, museus e igrejas. O Festival promoverá a ópera e a música para todas as camadas da população, atraindo turistas, novos investimentos, levando cultura e promovendo cidadania à população.

147320 - Segunda Temporada Lírica 2014 Theatro Municipal de São Paulo.

Instituto Brasileiro de Gestão Cultural - IBGC

CNPJ/CPF: 09.300.324/0001-10

Processo: 01400025920201402

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado R$: R$ 14.066.152,16

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: O presente projeto tem por objetivo montar, produzir e apresentar as óperas da temporada lírica do Theatro Municipal de São Paulo, no segundo semestre de 2014, mantendo a excelência e a qualidade do mais importante Teatro da Cidade. Serão ao total 3 óperas, sendo elas Salomé, Cavalleria Rusticana e Pagliacci e Tosca.

1310488 - SUPERANDO LIMITES 2014

Associação de Bale de Cegos Fernanda Bianchini

CNPJ/CPF: 06.207.479/0001-18

Processo: 01400036133201305

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado R$: R$ 655.886,00

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: Apresentação do espetáculo SUPERANDO LIMITES 2014 , com cegos e videntes, com coreografias clássicas e outras, e exercício de vivência que é uma interação com o público, onde são chamadas algumas pessoas que realizarão exercícios com o elenco, com os olhos vendados.

147902 - TRUPE GAIA APRESENTA CIRCO PARA TODOS: OFICINAS E ESPETÁCULOS

Gustavo Camargos Chagas

CNPJ/CPF: 059.662.616-95

Processo: 01400037142201496

Cidade: Belo Horizonte - MG;

Valor Aprovado R$: R$ 196.500,00

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: O projeto "Circo Para Todos: Oficinas e Espetáculos" consiste em oficinas e espetáculo de circo nos centros culturais de Belo Horizonte e região metropolitana, em escolas, praça e locais onde normalmente não há oferta desse tipo de atividade cultural.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

142168 - Compositores em Diálogo

Associação Cultural Filarmonia Santa Catarina

CNPJ/CPF: 10.720.551/0001-83

Processo: 01400004381201460

Cidade: Florianópolis - SC;

Valor Aprovado R$: R$ 604.542,00

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 30/11/2014

Resumo do Projeto: Realizar uma turnê de música contemporânea com o pianista Paulo Álvares, acompanhado pela Orquestra Filarmonia Santa Catarina, em 8 cidades brasileiras, no período de julho a outubro de 2014.

147094 - Natal Luz de Tubarão - ANO 4

CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DE TUBARAO

CNPJ/CPF: 82.583.329/0001-97

Processo: 01400025556201472

Cidade: Tubarão - SC;

Valor Aprovado R$: R$ 479.700,00

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: Promover um festival artístico cultural de artes cênicas, dança, musica e teatro, nos 15 dias que antecedem o Natal. É um evento tradicional da cidade de Tubarão, organizado pela CDL, contemplando atividades culturais que visam desenvolver e fortalecer a cultura, levando para a comunidade local e regional, o acesso à cultura, contribuindo com o espírito de natal do momento.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

145267 - Agua A Exposição

Sustentabilidade e Cultura Produções Artísticas Ltda

CNPJ/CPF: 19.541.589/0001-63

Processo: 01400015108201461

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado R$: R$ 335.720,00

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: Criação de um concurso que contemple 20 fotógrafos brasileiros que serão selecionados pelos jurado e fotógrafo Cristian Dimitrius para fazerem parte de uma exposição Virtual sobre a Água. Além da exposição Virtual uma exposição em duas cidades do Brasil: São Paulo , Rio de janeiro, e Manaus que será composta por 30 fotos de Cristian Dimitrius sobre a agua e um catalogo sobre a exposição virtual e exposição real, também fará parte do projeto

147480 - Entre o Trigo e o Pão

Associação dos Funcionários do Moinho Globo

CNPJ/CPF: 01.599.294/0001-82

Processo: 01400026175201419

Cidade: Sertanópolis - PR;

Valor Aprovado R$: R$ 179.058,00

Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resumo do Projeto: Realização da Exposição "Entre o Trigo e o Pão", com relançamento de livro homônimo que retrata, a partir de 1.954, a consolidação histórica e cultural contada a partir da história e cultura do trigo no município de Sertanópolis, associadas a fatos culturais, históricos, sociais e econômicos que marcaram o período compreendido entre 1.954 e 2014, em um total de 04 Exposições, prevendo ainda Livro Histórico com tiragem reimpressa de 1.200 exemplares.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
146964 - Catalogação e Digitalização do Acervo da ABMN
Associação Brasileira de Marketing
CNPJ/CPF: 42.163.469/0001-91
Processo: 01400025401201436
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 922.835,00
Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Projeto Catalogação e Digitalização de Acervo têm como objetivo principal preservar, catalogar, organizar e digitalizar todo o Acervo da ABMN, visando sua preservação e a democratização do seu acesso ao público.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
147084 - COLEÇÃO TERRA BÁRBARA
Fundação Demócrito Rocha
CNPJ/CPF: 07.663.719/0001-51
Processo: 01400025546201437
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado R$: R$ 495.500,00
Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Desenvolver, editar e imprimir 35 livros (perfis biográficos) da coleção "TERRA BÁRBARA", sendo 20 títulos novos (solicitando a escrita a autores especialistas) e 15 títulos (já existente, entretanto revistos e atualizados).
146776 - Olodum: 35 anos
Neoplan Consultoria e Marketing Ltda
CNPJ/CPF: 04.705.937/0001-13
Processo: 01400025012201419
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 224.455,00
Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na pesquisa, produção e publicação de 3 mil exemplares de um livro sobre a trajetória do Olodum. que narre alguns fatos marcantes da história deste grupo de tradição afro-brasileira em seus 35 anos de história. Trata-se de um projeto fundamental para registrar e difundir a memória de um dos grupos baianos que tiveram maior destaque internacional.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
141977 - Evento para Lançamento do CD de Audio Andrea Ferrer Canta Família Gonzaga
BB Produções Artística Ltda.
CNPJ/CPF: 05.462.028/0001-64
Processo: 01400004136201452
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: 309870.00
Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Lançamento do CD Andrea Ferrer Canta Família Gonzaga em 3 Capitais Brasileiras, incluindo 2 no Sudeste, 01 no Centro Oeste e 01 no Nordeste. Contando com sucessos que foram imortalizados nas vozes de Luis Gonzaga e Gonzaguinha contando com uma participação especial em cada dia de Lançamento
144614 - Todas as Tribos no Sarau Festival
Leandro Candido Marques27562900841
CNPJ/CPF: 17.775.538/0001-70
Processo: 01400012731201461
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 651636.56
Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Festival de Artes Integradas gratuito e itinerante no formato de um ?Sarau?, em seis edições bimestrais com shows musicais, danças, educação ambiental, oficinas de sustentabilidade, exposições, ações de cidadania, literatura e democratização cultural a ser levado em seis regiões diferentes do estado de SP. (Viemos aqui pedi o incentivo para arrecadação e verba de 2 edições e criar mecanismos de sustentabilidade para a continuidade do projeto nas demais edições).
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26 , § 1º)
147046 - ART RUA 2014
INSTITUTO DE REVITALIZACAO URBANA E ARTISTICA - R.U.A
CNPJ/CPF: 13.161.599/0001-97
Processo: 01400025501201462
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: 1347450.24
Prazo de Captação: 12/08/2014 à 31/10/2014
Resumo do Projeto: O ArtRua é um movimento integrado de revitalização urbana através da arte, que ocorre no bairro da Gamboa paralelamente à exposição anual ArtRio. O evento compreende um centro expositor no bairro da Gamboa e uma galeria a céu aberto, composta por artistas nacionais e internacionais escolhidos para pintarem painéis no caminho entre a ArtRio e a ArtRua. Em 2014, o projeto será realizado entre os dias 11 e 14 de setembro.

PORTARIA Nº 514, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 11854 - Rita Lee Mora ao Lado.
Cantando na Chuva Criações Artísticas
CNPJ/CPF: 08.405.495/0001-40
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 706.420,00
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
13 8747 - Projeto Anual MON 2014 - Museu Oscar Niemeyer
Sociedade dos Amigos do MON - Museu Oscar Niemeyer
CNPJ/CPF: 05.695.855/0001-06
PR - Curitiba
Valor Complementar em R$: 493.885,00
12 9289 - GENESIS
Ponto de Produção Ltda.
CNPJ/CPF: 04.992.156/0001-57
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 178.000,00
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
12 8863 - Museu de Ciência e Tecnologia WEG
Associação Recreativa WEG
CNPJ/CPF: 84.434.240/0001-94
SC - Jaraguá do Sul
Valor Complementar em R$: 368.500,00

PORTARIA Nº 515, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
14 0159 - Festival Nacional de Teatro Infantil
Erika Silva Pereira
CNPJ/CPF: 843.510.715-91
BA - Camaçari
Período de captação: 01/08/2014 a 31/12/2014
14 4591 - Festival Literário de Campos do Jordão
Escritório de Arquitetura e Restauro Sunega-Tognon
CNPJ/CPF: 13.801.926/0001-28
SP - Campinas
Período de captação: 11/08/2014 a 31/12/2014
12 9727 - Não me faltou covardia e deixei escapar o sucesso.
Thiago Higor Tosta Leal
CNPJ/CPF: 311.462.478-26
SP - Santa Cruz do Rio Pardo
Período de captação: 11/08/2014 a 31/12/2014
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 2957 - A Arte da Culinária Brasileira
Appears Marketing e Incentive
CNPJ/CPF: 09.194.400/0001-50
SP - São Paulo
Período de captação: 11/08/2014 a 31/12/2014

PORTARIA Nº 516, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
12 4565 - Oficinas de Canto Teatro e Percussão
Associação Emcantar de Arte, Cultura, Educação e Meio Ambiente
CNPJ/CPF: 05.791.083/0001-06
MG - Uberlândia
Valor reduzido em R$: 124.912,50
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 8051 - Redes do Saber
Fundação Dorina Nowill para Cegos
CNPJ/CPF: 60.507.100/0001-30
SP - São Paulo
Valor reduzido em R$: 819.600,00

PORTARIA Nº 517, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar as alterações dos nomes dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC: 13 0939 - "DIVERTIMENTO FORÇADO (título provisório)", publicado na portaria de aprovação n. 0220/13 de 29/04/2013, publicado no D.O.U. em 30/04/2013, para "A Condessa e o Bandoleiro".

PRONAC: 13 2983 - "OS MELHORES DO MUNDO - TEMPORADA 2013", publicado na portaria de aprovação n. 0356/13 de 09/07/2013, publicado no D.O.U. em 10/07/2013, para "OS MELHORES DO MUNDO - TEMPORADA NACIONAL".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
DIVISÃO DE REGISTROS
SEÇÃO DE CADASTRO

BOLETIM DO MÊS DE JULHO DE 2014

FORAM REGISTRADOS NESTE TRIBUNAL,
DURANTE O MÊS, OS SEGUINTES ATOS:
REGISTROS DE PROPRIEDADE
Termo: 14503
Embarcação: CBO IPANEMA
Proprietário: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE
Termo: 14504
Embarcação: VITÓRIA DE RONDÔNIA
Proprietário: MARIA ELENA SALES GALDEANO
Termo: 14505
Embarcação: FERNÃO DE MAGALHÃES
Proprietário: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA
Termo: 14506
Embarcação: RN
Proprietário: RAIMUNDO NONATO JEFFERSON TAQUITA
Termo: 14507
Embarcação: NICOLA
Proprietário: OCIDENTAL TRANSPORTES E NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 14508
Embarcação: SAZ-I
Proprietário: ADEHEL COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA-ME
Termo: 14509
Embarcação: DONA CRÔ
Proprietário: C. M. DA GRAÇA & CIA. LTDA
Termo: 14510
Embarcação: HT 45
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14511
Embarcação: HT 49
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14512
Embarcação: TS INCRÍVEL
Proprietário: TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA
Termo: 14513
Embarcação: ÁGUA BRANCA
Proprietário: AGROPECUÁRIA BENTES LTDA-ME
Termo: 14514
Embarcação: M. JÚLIA
Proprietário: VANDERLEI DE OLIVEIRA PEREIRA-ME
Termo: 14515
Embarcação: TQ-167
Proprietário: EGTM NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 14516
Embarcação: ITABERABA I
Proprietário: ITAPORANGA TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA
Termo: 14517
Embarcação: ALMTE MOREIRA IX
Proprietário: R. E. DE AZEVEDO-ME
Termo: 14518
Embarcação: BERTOLINI CLXIX
Proprietário: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
Termo: 14519
Embarcação: BERTOLINI CLXI
Proprietário: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
Termo: 14520
Embarcação: BERTOLINI CLXIII
Proprietário: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
Termo: 14521
Embarcação: GALO DA SERRA 63
Proprietário:GALO DA SERRA NAVEGAÇÃO FLUVIAL E LOGÍSTICA LTDA
Termo: 14522
Embarcação: D. GLADIS MASSARI
Proprietário: NAVEGAÇÃO RIO NEGRO S.A.
Termo: 14523
Embarcação: LANCELOT
Proprietário: TUGBRASIL APOIO PORTUÁREIO S.A.
Termo: 14524
Embarcação: SÃO PEDRO I
Proprietário: DROGARIA R. R. CABRAL LTDA-ME
Termo: 14525
Embarcação: WS ANTARES
Proprietário: SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.
Termo: 14526
Embarcação: LUMAR XIV
Proprietário: AGÊNCIA MARÍTIMA E TRANSPORTE LUMAR LTDA-ME
Termo: 14527
Embarcação: LUMAR XV
Proprietário: AGÊNCIA MARÍTIMA E TRANSPORTE LUMAR LTDA-ME
Termo: 14528
Embarcação: LUCAS LOPES
Proprietário: TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA
Termo: 14529
Embarcação: LEONA XX
Proprietário: NAVERIO NAVEGAÇÃO DO RIO AMAZONAS LTDA
Termo: 14530
Embarcação: CARLA 2006
Proprietário: G. P. GALATE-ME
Termo: 14531
Embarcação: JANAUACÁ
Proprietário: 3R COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E POR NAVEGAÇÃO DE CARGAS LTDA-ME
Termo: 14532
Embarcação: ESTADO DO AMAZONAS 2010
Proprietário: GERALDO SALES COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 14533
Embarcação: TRD I
Proprietário: TRADICION COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXTRAÇÃO EIRELI
Termo: 14534
Embarcação: MANO ZECA
Proprietário: A. P. B. DE MACEDO-ME
Termo: 14535
Embarcação: VOVÓ CRISTINA
Proprietário: A J NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-EPP
Termo: 14536
Embarcação: PALOMA 2014
Proprietário: P N DA SILVA
Termo: 14537
Embarcação: RJ II
Proprietário: RJ ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
Termo: 14538
Embarcação: VENINO PANTOJA
Proprietário: VENINO PANTOJA NAVEGAÇÃO LTDA
REGISTROS / RENOVAÇÕES DE ARMADOR
Termo: 00688
Armador: NAVEGAÇÃO SION LTDA
Termo: 00719
Armador: ETC-EMPREENDIMENTOS TRANSPORTES COMÉRCIO LTDA
Termo: 01149
Armador: BELNAVE - BELÉM NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 01341
Armador: MARIMAR S.A.
Termo: 01378
Armador: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE
Termo: 02879
Armador: SERGIO SILVA DE JESUS
Termo: 02971
Armador: CONCRESP MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-EPP
Termo: 03738
Armador: ADEHEL COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA-ME
Termo: 03902
Armador: NORSKAN OFFSHORE LTDA
Termo: 03936
Armador: MILMARES EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
Termo: 03950
Armador: ALFANAVE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA
Termo: 04518
Armador: SOLSTAD OFFSHORE LTDA
Termo: 04545
Armador: MANOEL NILSON QUEIROZ MARINHO-ME
Termo: 04556
Armador: VANDERLEI DE OLIVEIRA PEREIRA-ME
Termo: 04628
Armador: COSTA GUIMARÃES & GUIMARÃES LTDA-ME
Termo: 04638
Armador:MARINA RIO BOAT LTDA
Termo: 04954
Armador: GILBERTO P. SARUBI-ME
Termo: 05008
Armador: RAIMUNDO NONATO JEFERSON TAQUITA 12994154234
Termo: 05009
Armador: J. C. TABOSA FILHO & CIA. LTDA-ME
Termo: 05010
Armador: R. E. DE AZEVEDO-ME
Termo: 05011
Armador: SAPURA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA S.A.
Termo: 05012
Armador: DROGARIA R. R. CABRAL LTDA-ME
Termo: 05013
Armador: AGNALDO HILTON DOS SANTOS
Termo: 05014
Armador: E. V. DO AMARAL-ME
Termo: 05015
Armador: TRADICION COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXTRAÇÃO EIRELI
Termo: 05016
Armador: A J NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-EPP
Termo: 05017
Armador: RJ ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
Termo: 05018
Armador: VENINO PANTOJA NAVEGAÇÃO LTDA
REGISTROS /AVERBAÇÕES DE ÔNUS
Termo: 02214
Credor: BFB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.
Devedor: PASTORE DA AMAZÔNIA S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: TETIAROA
Termo: 03046
Credor: CATERPILLAR FINANCIAL S.A.
Devedor: REBRAS - REBOCADORES DO BRASIL S.A.
Ônus: A - HIPOCA DE 1º GRAU
Garantia: SMIT TUXA
Ônus: A - HIPOCA DE 1º GRAU
Garantia: SMIT TUPI
Ônus: A - HIPOCA DE 1º GRAU
Garantia: SMIT TORA
Ônus: A - HIPOCA DE 1º GRAU
Garantia: SMIT CARAJA
Termo: 03060
Credor: DNB BANK ASA
Devedor: DOF NAVEGAÇÃO LTDA
Ônus: A - HIPOTECA DE 1º GRAU
Garantia: SKANDI RIO
Termo: 03126
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES.
Devedor: ESTALEIRO MAUÁ PETRO-UM S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: JOSÉ ALENCAR
Termo: 03199
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-BNDES
Devedor: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-013
Termo: 03200
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-BNDES
Devedor: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-012
Termo: 03201
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-BNDES
Devedor: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-011
Termo: 03202
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-BNDES
Devedor: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-014
Termo: 03203
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-BNDES
Devedor: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-015
Termo: 03262
Credor: BANCO DO BRASIL S.A.
Devedor: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ELCANO S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: CASTILLO DE GUADALUPE
Termo: 03274
Credor: BANCO BRADESCO S.A.
Devedor: AGNALDO HILTON DOS SANTOS
MASSAYUKI YUMOTO
Ônus: C - HIPÓTECA DE 3º GRAU
Garantia: PRIMAVERA XX
Termo: 03311
Credor: BANCO DO BRASIL S.A. - AG. EMP. TELEPORTO RJ
Devedor: VARD NITERÓI S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: PRO-32
Termo: 03369
Credor: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Devedor: MANOBRASSO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: RONDÔNIA
Termo: 03385
Credor: BANCO DO BRASIL S.A.
Devedor: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-01
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-02
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-03
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-04
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-05
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-08

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-09
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-10
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-11
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-12
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-13
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-14
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-15
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-16
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-17
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-18
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-19
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-20
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-21
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-22
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-23
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-24
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-25
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-26
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-27
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-28
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-29
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-30
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-31
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-32
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-33
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-34
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-35
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-36
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-37
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-38
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-39
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-40
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-41
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-42
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-43
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-44
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-45
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-46
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-47
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-48
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-49
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-50
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: 2141
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: 2142
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 87
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 88
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 89
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 90
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 91
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 92
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 93
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 94
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 95
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 96
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 97
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 98
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 99
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 100
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HERMASA 101
Termo: 03387
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES.
Devedor: ESTALEIRO MAUÁ PETRO-UM S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: JOSÉ ALENCAR
Termo: 03407
Credor: BANCO DO BRASIL S.A.- AG EMP. TELEPORTO RJ
Devedor: SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS PHOENIX
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS ANTARES
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS-140
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS-141
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS-142
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS-143
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS-144
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS-145
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS-146
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS-147
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS-148
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: WS-149
Termo: 03538
Credor: BANCO DO BRASIL S.A.
Devedor: OCIDENTAL TRANSPORTES E NAVEGAÇÃO LTDA
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: NICOLA
Termo: 03539
Credor: ANGELO BEZERRA BARRETO
Devedor: DEBORA MARIS RAUSINI
Ônus: K - RESTRIÇÃO JUDICIAL VENDA
Garantia: LADY LU II
Termo: 03540
Credor: BANCO BRADESCO S.A.
Devedor: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: BERTOLINI CLXIX
Termo: 03541
Credor: BANCO ITAÚ BBA S.A.
Devedor: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: BERTOLINI CCLXI
Termo: 03542
Credor: DNB BANK ASA
Devedor: DOF NAVEGAÇÃO LTDA
Ônus: A - HIPOTECA DE 1º GRAU
Garantia: SKANDI RIO

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2014.
JORGE LUIS CARNEIRO CAMELLO
Chefe

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 11 de agosto de 2014

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 292, de 4 de dezembro de 2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que trata da convalidação de estudos e validação nacional de títulos outorgados pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, obtidos no curso de Mestrado em Educação, tendo aquela Câmara se manifestado no sentido da convalidação dos estudos e pela validação nacional do título de Mestre aos concluintes apresentados pela Instituição de Ensino Superior, listados no anexo do próprio Parecer CNE/CES nº 292, de 2013, conforme consta do Processo nº 23001.000061/2010-42.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

PORTARIA Nº 26, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, artigo 18 do Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011, o inciso XII do artigo 25 do Regimento Interno e a delegação de competência constante do artigo 1º da Portaria GM/MEC nº 442, de 25 de abril de 2012, e

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000;

Considerando o disposto no § 1º artigo 8º da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011;

Considerando o disposto no artigo 20 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1983;

Considerando o disposto nos artigos 2º e 3º do Decreto n° 825, de 25 de maio de 1993;

Considerando o disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;

Considerando o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, e,

Considerando o disposto na Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização de créditos orçamentários no montante de R$ 31.441.490,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa reais) para os Hospitais Universitários Federais vinculados ao Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF de que trata o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, em conformidade com o detalhamento de distribuição constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º A descentralização dos referidos créditos orçamentários objetiva criar condições materiais e institucionais para que os Hospitais Universitários Federais possam desempenhar plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão e à dimensão da assistência à saúde, nos termos do Decreto nº 7.082/2010, que instituiu Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.

Art. 3º Os montantes de créditos orçamentários alocados para cada um dos Hospitais Universitários Federais, detalhados no Anexo a esta Portaria, destinam-se ao atendimento de demandas de aquisição de medicamentos, materiais médico hospitalares, produtos para a saúde, insumos para exames, equipamentos, mobiliários e material permanente.

Art. 4º Os créditos orçamentários serão descentralizados em favor das Unidades Gestoras especificadas no Anexo a esta Portaria, obedecendo à seguinte classificação institucional, funcional programática, grupos de despesas, fontes de recursos e valores:

Unidade Orçamentária: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Funcional Programática: 12.302.2032.20RX.0001 - Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - Nacional.

Programa de Trabalho Resumido - SIAFI: 076275

Grupo de Despesa	Fonte SOF	Valor em R$
3 - Outras Despesas Correntes	0112 - Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	19.950.000,00
4 - Investimentos	0312 - Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	11.491.490,00
TOTAL		31.441.490,00

Art. 5º A descentralização dos créditos orçamentários será efetuada em parcela única e os recursos financeiros correspondentes serão liberados mediante a liquidação dos empenhos emitidos à conta dos créditos descentralizados.

§ 1º A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao Plano Plurianual - PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, à Lei Orçamentária Anual - LOA, ao Decreto nº 7.082/2010, bem como à legislação federal que regulamenta as contratações públicas de serviços, bens e obras, em especial a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993.

§ 2º A descentralização dos créditos será efetivada em Plano Interno específico o qual não poderá ser objeto de alteração pelas Unidades Gestoras beneficiárias no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI quando da execução orçamentária.

Art. 6º O monitoramento da execução referente à ação 20RX - Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais será realizado pelas Diretorias da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH em conformidade com suas competências regimentais.

Art. 7º As Unidades Gestoras beneficiárias das descentralizações de créditos objeto desta Portaria encaminharão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, em até 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício financeiro de 2012, relatório gerencial detalhando a aplicação dos recursos e os resultados alcançados, segundo o modelo disponibilizado no Sistema de Informação para Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - SisREHUF.

Art. 8º Os créditos descentralizados por destaque integrarão as prestações de contas anuais das Unidades Gestoras, beneficiárias, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ RUBENS REBELATTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS - REHUF

SEQ.	HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS			DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	
	NOME DO HOSPITAL	SIGLA	UNIDADE GESTORA	CUSTEIO	INVESTIMENTO
1	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes	HUPAA-UFAL	150229	1.000.000,00	640.250,00
2	Hospital Universitário Getúlio Vargas	HUGV-UFAM	150224	500.000,00	305.240,00
3	Hospital Universitário Prof. Edgard Santos	HUPES-UFBA	150247	-	500.000,00
4	Maternidade Climério de Oliveira	MCO-UFBA	150247	-	400.000,00
5	Hospital Universitário Walter Cantídio	HUWC-UFC	150244	500.000,00	600.000,00
6	Maternidade Escola Assis Chateaubriand	MEAC-UFC	150246	500.000,00	600.000,00
7	Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes	HUCAM-UFES	153047	2.000.000,00	700.000,00
8	Hospital das Clínicas da UFG	HC-UFG	153054	1.000.000,00	-
9	Hospital Universitário de Grande Dourados	HUGD-UFGD	150248	750.000,00	450.000,00
10	Hospital Universitário da UFJF	HU-UFJF	150231	1.000.000,00	-
11	Hospital Universitário da UFMA	HU-UFMA	154072	1.850.000,00	900.000,00
12	Hospital das Clínicas da UFMG	HC-UFMG	153261	2.900.000,00	-
13	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	HUMAP-UFMS	154357	-	500.000,00
14	Hospital Universitário Júlio Müller	HUJM-UFMT	154070	-	400.000,00
15	Hospital Universitário Lauro Wanderley	HULW-UFPB	153071	-	500.000,00
16	Hospital das Clínicas da UFPE	HC-UFPE	153094	-	700.000,00
17	Hospital Universitário da UFPI	HU-UFPI	155008	-	200.000,00
18	Hospital de Clínicas da UFPR	HC-UFPR	153808	1.000.000,00	-
19	Hospital Universitário Ana Bezerra	HUAB-UFRN	150426	700.000,00	300.000,00
20	Hospital Universitário Onofre Lopes	HUOL-UFRN	150426	-	778.000,00
21	Maternidade Escola Januário Cicco	MEJC-UFRN	150426	-	450.000,00
22	Hospital Universitário da UFS	HU-UFS	154177	500.000,00	268.000,00
23	Hospital Universitário de Santa Maria	HUSM-UFSM	153610	1.250.000,00	800.000,00
24	Hospital de Clínicas da UFTM	HC-UFTM	150221	2.000.000,00	700.000,00
25	Hospital Universitário de Brasília	HUB-UNB	155009	2.500.000,00	500.000,00
26	Hospital Universitário Dr. Washington A. de Barros	HUWAB-UNIRIO	154421	-	300.000,00
TOTAL				19.950.000,00	11.491.490,00

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 383, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no exercício de suas atribuições, conforme estabelece o inciso VI, do art. 16, do Anexo I, do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007 e tendo em vista o disposto na Portaria do Ministério da Educação nº 1350, de 25 de novembro de 2010, bem como o Artigo 10 do Edital do INEP nº 17, de 15 de julho de 2014, resolve:

Art. 1° Tornar público o resultado do exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros - Celpe-Bras, realizado nos dias 08, 09 e 10 de abril de 2014, na forma do Anexo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCISCO SOARES

ANEXO

Lograram êxito no Exame e obtiveram o nível de proficiência para receber CERTIFICADO INTERMEDIÁRIO, CERTIFICADO INTERMEDIÁRIO SUPERIOR, CERTIFICADO AVANÇADO e CERTIFICADO AVANÇADO SUPERIOR, os examinandos a seguir listados, no Brasil e exterior, em ordem alfabética, com os respectivos números de inscrição.

POSTOS NO BRASIL

CERTIFICADO INTERMEDIÁRIO

AALTJE NIJHOFF,201401003188; ABDON YANARICO QUENALLATA,201401003654; ABEL JESUS ARAKAKI PEREIRA,201401001847; ADEBIYI RODRIGUE VIRGILE ALITONOU,201401001095; ADRIAN RODRIGUEZ ALFONSO,201401000844; AH YOUNG CHOI,201401001333; ALBANE AUBRY,201401003792; ALCIBIADES QUIÑONES GUZMAN,201401000547; ALDEN POOL GOMEZ ALFEREZ,201401003814; ALDO CABEZAS PEÑA,201401000871; ALEJANDRA SOLEDAD PEREZ,201401002456; ALEJANDRO DELFOS HERMOZA,201401001562; ALETTA BIBORKA NAGY,201401003955; ALFONZO RAUL ARAMAYO DIAS,201401003713; ALONSO ACEVEDO HERAZO,201401001912; ALONSO GREGORIO CUADRADO FERNANDEZ,201401002152; ALONSO LIMA SALAS,201401001554; ALVARO EMMANUEL JOSUE CARDONA BERMUDEZ,201401000717; AMILCAR ALEJANDRO ZAMBRANO GUEVARA,201401001887; ANA CRISTINA ERAZO PAREDES,201401001537; ANA MARIA GRANADOS LOPEZ,201401003214; ANDRE NELSON SOTOMAYOR SERRUTO,201401003328; ANDREA DEL PILAR ALONSO,201401002875; ANDREI BOVYKIN,201401002130; ANDRÉS FELIPE TABARES PÉREZ,201401003410; ANDRES NINO CASTRILLON,201401000266; ANDREW NKONGHO OBEN,201401003088; ANDY MAURICIO COUTINO GONZALEZ,201401003573; ANGEL TERRERO PEREZ,201401001163; ANGELA MARIA UMAÑA PINEDA,201401001278; ANIBAL GUTIERREZ ARIAS,201401001525; ANICET NOUDJOU,201401003560; ANNA TAGARIELLO,201401003911; ANTHONY FROY BENITES CONDEZO,201401000389; ARTURO SAMUEL GOMEZ INSUASTI,201401002833; ASAKO HAMA,201401002105; AUSRA MARÃO,201401003291; AYAKA TAKAHASHI,201401000351; AYUKO INAMURA,201401003520; BERNARDO ZARATE LAZCANO,201401004452; BERTRAND MARLENE,201401001039; BETTY GOMEZ MANZANO,201401001978; BEVERLY TAPIA SEVERICHE,201401003186; BO WEI,201401003609; BOTAO LIU,201401003857; CAMILA ALEJANDRA RODRIGUEZ CUELLAR,201401002424; CAN YAN,201401002955; CARLA DEBARRE,201401003542; CARLA EVELYN MALDONADO ALVAREZ,201401001126; CARLITA RODRIGUEZ MOJICA,201401001915; CARLO RESINI,201401002275; CARLOS GUTIERREZ CASERO,201401003670; CARMEN NIETHAMMER,201401000256; CAROLIN BÖTTGER, 201401001810; CESAR ALBERTO LAGOS HIDALGO,201401002937; CESAR AUGUSTO CHAVEZ PEREZ,201401001536; CHENZI ZHENG,201401001556; CHIAKI KOBAYASHI,201401000965; CHIH HONG SHU,201401004541; CHRISTIAN LEONARDO BECERRA RUPA,201401004260; CLAUDIO HORACIO VITALE,201401004448; CRISTIAN ANDRES ESPINOZA MENDEZ,201401002795; CRISTINA DE PEDRO GUEVARA,201401003616; DAVID ANDRES GONZALEZ ROCHA,201401003337; DAVID JULIAN QUISPE,201401002097; DAVID RICARDO PACHECO CAMARGO,201401003442; DIANA MARCELA RIANO TORRES,201401004164; DIANA PATRICIA CUELLAR ESPAÑA,201401002607; DIANA URSULA PONCE ALONZO,201401003657; DIEGO MARTIN VILLALPANDO VILLARROEL,201401002542; DIEGO SEBASTIAN VAZQUEZ MARTIN,201401004578; DULHIDA BERNAL GUTIERREZ,201401001933; EDGAR MARTIN ROSARIO ABREU,201401001200; EDISON JOSÉ NAVARRO ARJONA,201401003742; EDUARDO JAVIER GARCIA GUTIERREZ,201401003989; EDUARDO SEGUNDO SORIANO REYNA, 201401002726; EDWIN AMILCAR HUANCA FLORES,201401004604; EILA SCHIPPER,201401002154; ELISEO PABLO CHUN,201401001373; ERICK BALDIVIEZO PEREZ,201401003723; ERNESTO ENRIQUE GAMSIE,201401003126; ERWIN CORDOVA CHAVEZ,201401000475; EUN HYE KIM,201401001854; EVA DURAN GARRIDO,201401002475; EVA PILAR BAEZ BARRIOS,201401001737; FABIAN ORLANDO MORENO SANTOS,201401002371; FABIENNE SCHMIDT,201401002218; FABRIZIO CUTIPA FLORES,201401002268; FELIX EDGAR URRIAGO SANTOS,201401002375; FELIX GABRIEL FRANCO JARAMILLO,201401002710; FENG DU,201401001511; FERNANDO GONZALEZ MARTINEZ,201401001393; FERNANDO JEYSON LOPEZ LASTEROS,201401001920; FERNANDO JOSE MENDEZ GAONA,201401000798; FERNANDO VINUELA,201401001048; FERRAN RIERA MIRALLES,201401001501; FRANCESCO CERRATO,201401001910; FRANCISCO JAVIER FRANCO MUÑOZ,201401004086; FRANCISCO JOSE DE FUENTES SABATE,201401001640; FRANKLIN PACO PACO,201401003382; FREDDY ELI ZAMBRANO GAVILANES,201401000486; FREDDY OSWALDO CHAVEZ HEREDIA,201401004461; FREDERIC KPEDONOU BONOU,201401000704; FRIEDERIKE SWEEKHORST,201401003025; GABRIEL FELIPE PENALOZA BOJACA,201401004451; GABRIEL OLADELE AWE,201401001260; GAO XING GAO,201401002696; GARY JULIO GOMEZ TORRICO,201401001114; GEONHAK LEE,201401002514; GILBERTO GOMEZ POSSO,201401002491; GILLES BELOT,201401001766; GIORGIO DI ROSA ROJAS,201401000615; GIOVANNA GUTIERREZ MONTIEL,201401001631; GRACIELA MEDINA DE GARCIA,201401003606; GUILLERMO ALBERTO ORTIZ OROZCO,201401001447; GUSTAVO ALEJANDRO CABALLERO,201401000290; GUSTAVO ARNULFO CALCENA TORRES,201401000392; HALIT AKGUN,201401001712; HASSAN EL ZEIN,201401001279; HECTOR MANUEL ANZOLA HERICE,201401004116; HELGA ADRIANA GONZALEZ,201401000674; HERIBERTO MARTINEZ DIAZ,201401001539; HERNAN ANDRES SALAS LOZANO,201401002668; HYE WEON JUNG,201401004188; HYUNGJU MUN,201401001823; HYUNJEONG SEO,201401003866; INDIRA MAIRA JAM IZQUIERDO,201401000970; INGRID GABRIELA HERRERA QUEZADA,201401002859; IRENE DIDONÉ,201401001908; IRMA JANNETH PUCHA ASTUDILLO,201401000671; ISABEL EMPERATRIZ BOLIVAR SAEZ,201401004296; ISABEL SALAMANCA MENDEZ,201401004544; ISAMU TAKEHISA,201401000278; ITALA STEFFANY IBANEZ TRUYENQUE,201401000560; JAE MIN PARK,201401000536; JAEL ANDREA RIOJA GAMBOA,201401004408; JAIME ANDRES COLLAZOS GONZALEZ,201401001809; JAIME SORA RAMIRES,201401002825; JANGHUN LEE,201401001104; JANNIK GEUKING,201401004058; JAQUELINE CASTEDO ARZE,201401003712; JAVIER ALEJANDRO ARANIBAR DEHNE,201401001086; JAVIER MARCELO GOMEZ CASTELLANOS,201401001059; JAVIER PASTOR GONDRA,201401003446; JHOJAIRA DAYANA SOTO PADILLA,201401004611; JIAO MA,201401000637; JIAQI FAN,201401001081; JING LUO,201401000473; JOHANN FABIAN BUSTAMANTE GOMEZ,201401001251; JOHANNA ELIZABETH JARA CONTRERAS,201401002412; JOHN PATRICK O BRIEN,201401004471; JORGE CAMACHO ORTIZ,201401001695; JORGE ENRIQUE PAREDES MONJE,201401002734; JOSE LUIS QUINTANA QUISPE,201401002273; JOSE MANUEL VILLAR ALARCON,201401001083; JOSEBA GOTZON VIZAN GONZALEZ,201401001577; JUAN CARLOS ESPINOZA ESPINOZA,201401000659; JUAN GONZALO ROMERO,201401000680; JUAN JOSE SIERRA GIRALDO,201401001574; JUAN MANUEL RODRIGUEZ COBO,201401001688; JULIANA ARROYAVE CEBALLOS,201401003176; JUNGEUN YANG,201401003343; KAREL MOLA,201401000382; KAREL MORENO DEL RISCO,201401001986; KEISUKE ANDO, 201401002593; KELLY JOHANNA AVILA MURCIA,201401002502; KERSTIN KIEFER, 201401003193; KEVIN NICOLAS KNECHT,201401003912; KIRSTIN ALINK,201401003768; KLAUDIA SUCHY,201401003334; KOTARO MANABE,201401000108; KUMIKO TSUZUKI, 201401002771; KYOHEI ARAKAWA,201401001298; LADY KATERINE SERRANO MUJICA, 201401001215; LEA MARIE PAULE HERNANDES,201401000609; LEIDY ROCIO JAIMES LESMEZ,201401003905; LEONIDAS FERNANDO TORRICO SANCHEZ,201401000213; LILIANA QUINTERO LÓPEZ,201401004559; LINCY LISETH CAMACHO ORJUELA,201401002122; LISANDRO ENRIQUE RANGEL FLO-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RES,201401001729; LISE QUELLEC,201401002132; LIZBEDT HINOJOSA ZAMBRANA,201401004068; LIZETH ANDREA CASTELLANOS BELTRAN,201401001531; LUCAS GABRIEL CANAVOSO,201401002413; LUCERO SARABIA SALGADO,201401001155; LUIS ALFONSO CONTRERAS,201401003160; LUIS CARLOS RIVERA SENSANO,201401000708; LUIS EMILIO FUENTES LOPEZ,201401001509; LUIS GABRIEL MARTINEZ VERGEL,201401001587; LUIS HERNANDEZ,201401001158; MABEL ROCIO BAEZ LIZARAZO,201401002972; MADAI ESPINOZA ESPINOZA,201401000627; MARAL MOSTAFAZADEHFARD,201401000954; MARC WERTHEIM,201401004634; MARCELA ALEJANDRA BRATSCHI,201401000300; MARCO ANTONIO ALBORNOZ RAMIREZ,201401001763; MARIA CARLA CAPANDEGUY ARBELECHE,201401002767; MARIA GABRIELA MADDE MADDE,201401004041; MARIA ISABEL AMAYA ARBELAEZ,201401002999; MARIA JOSE UNDA GUEVARA,201401004177; MARIA RAQUEL ZURITA ZAMBRANA,201401003981; MARÍA SILVIA PARDI LACRUZ,201401001762; MARÍA VIANA MIEDES,201401004529; MARIANA GURBINDO FLORES,201401002462; MARIANA JARAMILLO,201401001471; MARIE CHRISTINE FREY,201401001494; MARIE DENISE CLOTHILDE BRIHIER,201401002017; MARINA VERSHININA,201401000974; MARIO RAFAEL GUERRA PADRÓN,201401003408; MARLENE MUÑOZ TORRICOS,201401003411; MARLON EDUARDO SOTOMAYOR SERRUTO,201401002334; MARYORITH GLENIA MENDOZA RODRIGUEZ,201401004222; MAURICIO JAVIER CARRILLO CASILIMAS,201401003767; MERCEDES ZULEMA ZAMORA FEBLES,201401002206; MI JIN LEE,201401004156; MICHAIL BARMPAS,201401003850; MICHEL LOCUSSE,201401002951; MIRJAM DZIEDO,201401000515; MIROSLAW MARTIN DUDEK,201401004175; MOHAMED ALI GAD NOSSEIR,201401002204; MONICA MAMANI VALDEZ,201401001229; NANA TAZAWA,201401001807; NATALIA LUCIA GONZALEZ SUAREZ,201401000948; NATALIA SALAZAR FRANCO,201401002786; NATASCHA BATH CARNEIRO,201401004014; NATHALY RAMIRZ SILVA,201401001960; NICK VINCENT KARJALAINEN,201401003899; NICOLAS BERNAL RUIZ,201401002722; NICOLAS JESUS BONILLA SANCHEZ,201401000470; NICOLAS VIDAL,201401003548; NSOFWA MALATA, 201401003307; OLIVIER TORGLER,201401002485; OMAR GURROLA ARAMBULA,201401000407; OSEI YAW NYARKO,201401003132; PABLO FERNANDO RIVERO OLIVA,201401002688; PAMELA KARINA FERRUFINO SEQUEIROS,201401001022; PAOLO RECH,201401003669; PENG LIU,201401003521; PIA EKATHERINE AGUINAGA TAVER, 201401003856; RAFAEL EDUARDO LOPEZ GUERRERO,201401000789; RAUL CESAR CARRILLO ROMERO,201401004419; ROBERTO MORA AVALOS,201401000720; ROSARIO VICTORIA JARA ROJAS,201401003241; RUBEN CRUZ CONDORI,201401001270; RUBEN JERI AQUINO, 201401003091; RUTH KARIM SERRANO ESPINOSA,201401002096; RYO GODA,201401002755; SABU JAMES,201401001736; SAMMY JOHNATAN CARBAJAL IPENZA,201401000779; SANDER BERT DAVID VANDERPERRE, 201401002561; SANDRA ISABEL IMAZ CACERES,201401003684; SEBASTIEN ALAIN JEAN MARIE DELCOURT,201401000651; SERGIO DENIS HERBAS DEMETRIO,201401002338; SEYED HAMID HASSANZADEH HAFSHEJANI,201401002008; SHAOYU HAN,201401001220; SILVIA KAREN ABAD RIVAS,201401001522; SILVIA PATRICIA FLORES VÁSQUEZ TRINDADE, 201401000792; SO YOUN CHU,201401001066; SOFIA CATALINA RIVEROS GIL,201401004398; SOSHIRO NAKAOKA,201401000279; STEPHEN DAVID CARPENTER, 201401002404; SUNGHYUK MUN,201401001826; SUSUMU HIRANO,201401003443; SVEND GUIO,201401003534; TADASHI KUBO,201401001367; TATIANA PEÑA ARCINIEGAS, 201401003598; TEDY NIVARDO ANGULO MERCADO,201401004317; THOMAS ELDRIDGE, 201401004607; TOMAS VALENCIA LOPEZ,201401003614; VERONICA COLUMBA CAVA, 201401000378; VICTOR MANUEL TAMARA DEMOYA,201401003558; VICTORIA SHCHERBAKOVA,201401000374; VIKTORIYA CANTIERI, 201401001082; VILHO KALERVO HIILESMAA,201401001859; VITTORIO BALDASSARRE, 201401000068; WALTER AMERICO ARELLANO ESPINOZA,201401002832; WENNDY MAYERLI POVEDA BUITRAGO,201401002260; WESLEY OBETH MONCADA HERNANDEZ,201401000977; WILLIAM ALBERTO PUENTES FAJARDO,201401003626; WILLIAM JARAMILLOO GARZÓN,201401002739; WILMER ALEJANDRO ZAMORA RESTAN,201401002252; XIAOXIAO LIU,201401002677; XUE YANG, 201401001730; YAN LI,201401002228; YENER ÇUBUKCU, 201401001744; YEONSUN RYU,201401002886; YINA MERCEDES TIMANA DELGADO, 201401003173; YISHUN FAN, 201401002110; YOON HEE JANG,201401003484; YOON SHU, 201401004545; YORDYN ROBERTS LEE OLAYA SANDOVAL,201401004316; YUAN ZHOU, 201401002227; YUHAN HU,201401003273; YURI SHIN,201401003174; ZENIA GUARDIA FUENTES,201401002529; ZHEHAN DONG,201401001564; ZITIANTIAN WANG,201401002417; ZUHELY STEPHANIE MUÑOZ HUAMAN,201401001372.

CERTIFICADO INTERMEDIÁRIO SUPERIOR

ADRIANA VARELA CORTES,201401003591; AGBE FAFADZI AKPENE,201401003270; AIMI AFONSO,201401001937; ALBERTO SANDALINAS CALVO,201401000448; ALEJANDRO GARAY CELEITA,201401003994; ALEX HORACIO HEJDA,201401000678; ALEXANDER TOVAR AGUIRRE,201401001457; ALEXANDRA RAE LAWN,201401002741; ALFREDO AGUILAR RODRÍGUEZ,201401004102; ALICIA BEDONNI,201401000224; ÁLVARO MUÑOZ HERNANDEZ,201401004488; AMAIA GONZÁLEZ DE MENDOZA LOZANO,201401000200; ANA CATALINA PALACIOS OSORIO,201401000533; ANA MARIA LORONO TERRAZAS,201401002862; ANDREA CONSUELO RUBIÑO SANHUEZA,201401000786; ANDREA MUNOZ COLLAZOS, 201401000832; ANDREAS KAASI,201401002990; ANDRES FERNANDO ARENAS ARIAS, 201401002262; ANDRÉS MAURICIO CASTAÑO LÓPEZ,201401000551; ANGELA DEL ROSARIO RAMIREZ WILCHES,201401001021; ANGELICA MARIA JAIMES LESMEZ,201401002872; ANTHONY CAMACHO ESPITIA,201401002678; ANTONIO AYUSO LIZARRIBAR,201401001314; ANTONIO BLANCO,201401000069; ASHLEY MARIE OEHM FALCAO,201401000393; ASTRID VERENA OLLINGER,201401003465; ATAHUALPA YORME MEDINA MORENO,201401004291; BEATRIZ MERCEDES ALCAIDE CASTILLA,201401000826; BETTY RAMONA SOLANO ESPINOSA,201401003246; BIBIANA ELIZABETH SALINAS,201401000802; BRIAN CHARLES IPPEL DENAWAY,201401003322; CARLA LORETO FUENTES RIVERO,201401001455; CARLOS AUGUSTO GARCIA,201401002908; CARLOS EDUARDO SANCHEZ RIVERO,201401000511; CARLOS ENRIQUE LUCHINA,201401003204; CARLOS EXEQUIEL WOUTERLOOD,201401003839; CARLOS JULIO DIAZ BAUTISTA,201401000589; CARLOS NAVARRO,201401003374; CAROLIN SOPHIE MEIER,201401001355; CAROLINE GUILLOT,201401001877; CECILIA JANNICELLI, 201401001532; CESAR GÓMEZ HERNÁNDEZ,201401004584; CHENGCHENG ZHANG,201401001975; CHIARA ZANE,201401003865; CHRISTIAN KORVER,201401002695; CHRISTINE MARIE ANNE CHARMEIL,201401004183; CHRISTOPHER GILL,201401002617; CHRISTOPHER SHULBY, 201401004596; CLARA CIURANA LLORENS,201401003480; CLARA VÉRONIQUE EGGART,201401004352; CLAUDE RENÉ TARRIT,201401001687; CLAUDIA MARIBEL ARNEZ VASQUEZ,201401002528; CONRAD BANDA,201401003292; CRISTIAN PLAZA PEREZ,201401002070; CRISTINA HERNANDEZ FERNANDEZSHAW,201401003553; DANIEL LORENZO REYES LOPEZ,201401001449; DANIELA PEÑA ROMERO,201401002503; DANIELLA CORONEL SAAVEDRA,201401000347; DARIA BESTUZHEVA,201401003795; DAVID FERNANDO GONZÁLEZ TOVAR,201401002449; DAVID GUILLERMO CARRIAZO GALINDO,201401002740; DAVID MAURICIO MARTINEZ BENAVIDES,201401002033; DAVID ZACHARY MOKRY,201401003922; DAVY GABIROL SEVILLA DORADO,201401001093; DIANA CAROLINA TORRES CASTELLANOS,201401001277; DIANA ROMÁN DURANTE,201401000776; DIEGO ALEJANDRO TABARES GÓMEZ,201401002691; DORIS CARMENZA MONROY ALBARRACÍN,201401001612; EDGAR ARGEMI PAREJA,201401003157; EDGARDO LLANES ROBLES,201401002701; EDUARDO ANDRÉS FLORES ALARCÓN,201401000022; EDUARDO LOPEZ MONTERREY,201401002126; EDWIN CHARRIS,201401003620; ELDRYS ELENA BRICENO BRITO,201401001414; ELENA PRINA,201401001025; ELENA SCHEMBRI,201401004305; ELIZABETH KEAN OCONNELL DI MARTINO,201401000299; EMMANUELL DIAZ CARREÑO,201401004413; ENDIKA COB GORDEJUELA,201401002895; ENRIQUE JAVIER MONTOYA RIVERA,201401003491; ENRIQUE JAVIER PEREA MACEDO,201401000592; ERI DAIDO,201401000853; ERIK EDMUMDO LARA VILLARROEL,201401003352; ERIKA PAULINA VARGAS VARGAS,201401001881; ESTEFANIA BERNABE SANCHEZ,201401003770; ESTELA MARIA MUSTAFA,201401003302; FABIEN FERNANDEZ,201401003112; FABIO VISINTIN,201401001411; FAN YANG,201401003403; FANNY CHARBIN,201401003967; FEDERICO RICHARDS,201401000820; FILIPPO SANTINI,201401001578; FRANCIS JOSEPH MANZELLA III,201401002841; FRANCISCO JAVIER ARELLANO SOFIA,201401002087; FREDDY CRISTHIAN PENARRIETA SOTO,201401002544; GABRIEL YACOVAZZO BELINO,201401002001; GABRIELA MAGARINOS DELGADO,201401000791; GABRIELA SIERRA RIVAS,201401001861; GAOPENG HAN,201401002956; GARETH BRYNMOR BARCKLEY JOHN,201401002798; GEISER CHALCO CHALLCO,201401002717; GEOVANNY MENDEZ JIMENEZ,201401004374; GERARDO ENRIQUE DE ÁVILA GUTIERREZ,201401000849; GERSSON MAURICIO MONROY PEÑA,201401002051; GIAN KARLO ALBERTO VIGO CASTRO,201401000141; GILBERT ALLANIC MAVOUNGOU YADE,201401003136; GINO DAVID VELA ARIMUYA,201401001386; GIULIA PASINELLI, 201401004201; GONZALO IBÁÑEZ MESTRES,201401002614; GOSHI NODA,201401000046; GRÉGOIRE STÉPHANE MICHEL DELACOUR,201401000762; GUIDO WILLIAMS CHÁVEZ HEREDIA,201401003237; GUILLERMO GALLEGO,201401004279; GUILLERMO JAVIER BERNAL MALDONADO,201401002588; GUSTAVO ALONSO MUÑOZ MAGNA,201401003732; HAE JEONG JO,201401004324; HANNAH DEBORAH HAEMER,201401001193; HANNAH VARAS WADSTROM,201401000687; HAROLD GUSTAVO GUERRERO DIAZ,201401003128; HAYATO FUJII,201401001109; HECTOR HELI GOMEZ FORERO,201401002621; HEIDI BORG SAMPAIO,201401001922; HÉLÈNE CAMILLE MARTINE GOËREND,201401002801; HELENE JACQUELINE CATHERINE LAHERRE,201401004465; HIRONORI MAKANAE,201401002511; HUGO ALBERTO ROJAS CONCHA,201401002341; IDA KOLTE,201401001824; IGNACIO DELAS PENAS PEREZ,201401000146; INGA ADMIRALSKAYA,201401000107; IÑIGO ARANDIA, 201401001097; IRENE RONCATO,201401002058; IVAN ERIK CHOQUE CASPA,201401002048; JAIME ANDRÉS SUSA BOCANEGRA,201401000911; JAMES BRUCE BELL,201401004513; JAVIER AGREDA QUIROZ,201401001124; JAVIER LOPEZ ORTIZ,201401001591; JAZMIN ANDREA CIFUENTES SANCHEZ,201401001119; JAZMIN ROCIO RUIZ DIAZ VENIALGO,201401000734; JENIFFER JOHANA DUARTE SANCHEZ,201401003345; JENNIFER ELENA COLPAS FERNANDEZ,201401003991; JENNIFER EUGENIA SILVA FERNENRDEZ,201401003613; JESSICA TATIANA MENDOZA PEÑA,201401002897; JHOANNY MERCEDES GONZALEZ DE PERALTA, 201401000251; JHON JAIRO PEREZ GELVES,201401002729; JOHANNA ALEJANDRA MORA DEL MORAL,201401000360; JOHN ALEXANDER URIBE ROSAS,201401003015; JORGE GARCÍA PELLICER,201401001195; JORGE GUILLERMO ARZABE ZENTENO,201401002693; JORGE MARIO AHUMADA RAMIREZ,201401001754; JOSÉ CASTILLO LEMA,201401002698; JOSE IGNACIO MASENA VERA,201401003395; JOSÉ LUIS MARTÍNEZ BOUZA,201401000614; JOSÉ MARÍA CALDERITA GAZAPO,201401002630; JOSE MARTIN LOZANO APARICIO,201401002248; JOSEPH PAUL GUILLAUME,201401004535; JOSEPHINE DOMINGUES,201401003533; JUAN CAMILO HOLGUIN NAVARRO,201401001125; JUAN CAMILO TAMAYO CUARTAS,201401002945; JUAN CARLOS MARTINEZ SARMIENTO,201401002024; JUAN CARLOS PEQQUEÑA SUNI, 201401004498; JUAN JOSE PINEDA GARCIA,201401002339; JUAN MARTIN ESTEVES GUILLEN,201401003280; JUAN PABLO DUPONT DOMINGUEZ,201401001016; JUAN SEBASTIAN UNDA SOUKI,201401002346; JUANITA MONTOYA,201401001882; JUDITH PI ROYO, 201401000457; JULIA PATRICIA KRAUTTER ROMEIRO,201401003784; JULIAN ANDRES CARDONA AGUILAR,201401000999; JULIAN CAMILO ALFONSO DIAZ,201401003721; JULIANA ZAPATA GALVIS,201401001700; JULIO CESAR CAMILO ALBORNOZ DIAZ,201401002818; JUNWOO KIM,201401002460; KAREN ADRIANA CARRANZA BLANCO,201401003627; KAREN MARGARITA RICO ESCAMILLA,201401002980; KARINA BEATRIZ BUCKMAYER,201401000964; KATARZYNA JOANNA ZAWADA DONATO,201401003964; KATHARINA PACZKOWSKI, 201401003594; KATHERINE ANDREA LEÓN PALMA,201401001976; KATHERINE BOMBI HAEDO,201401004006; KATHERINE GUADALUPE SANTAMARIA NEIRA,201401004141; KATTIA BATALLAR,201401001439; KAYDEEN MORRIS,201401001750; KELLY STELLE CARRION MAURICIO,201401000903; KEREN CORINA APOLAYA LIZANO,201401000232; LAURA DANIEL,201401000814; LAURA MARIE ARLETTE CADIEU,201401002935; LAURA PATRICIA OBREDOR,201401003804; LAURA PATRICIA PEREZ ABSSHANA,201401002773; LAURE MARIE LOUISE CLEMENCE GARRABÉ,201401003631; LAURETTE PERRIN,201401004406; LEDWYNG DAVID GONZALEZ PATINO,201401003149; LENA SABINE BECKER,201401002814; LEONARDO VARGAS POSADA,201401001996; LILLIA MAGALI ESTRADA PEREA,201401003461; LINA MARIA HERRERA NÚÑEZ,201401002675; LISA MARIEL VÁZQUEZ RAMÍREZ,201401003848; LISSETTE ALEJANDRA GORRIN RODRIGUEZ,201401001254; LIZETH ZUNIGA ROMERO, 201401000285; LOLA PAULE JAMIS GILBERT,201401002783; LUCIA DAIHANA GODOY LOPEZ,201401000741; LUCRECIA DEL VALLE SANCHEZ,201401004166; LUIS ANTONIO SANCHEZ ARDILA,201401003815; LUIS CARLOS MORENO LEDEZMA,201401004632; LUISA ALEJANDRA URIBE PEREIRA,201401000572; LUISA GABY AMAR PILLACA,201401001035; LUSDIEL URIARTE ORTEGA,201401000603; MANABU KUME,201401001182; MANON JULIAN SANTIAGO TAVARES,201401001709; MARCELA BEHR MENENDEZ,201401002162; MARCELA HERNÁNDEZ TORRES,201401004154; MARCELO PUMA FLORES,201401003311; MARCELO VALENZUELA COCA,201401003592; MARCOS LLANA FERNANDEZ,201401000611; MARIA ALEJANDRA QUIÑONES SANTOS,201401002500; MARIA ALICIA BAZAN ESTIGARRIBIA, 201401002210; MARIA DEL ROCIO RUZ RAMIREZ,201401002648; MARIA EUGENIA CARVAJAL PADILLA,201401000912; MARIA JOSE AREVALO,201401000157; MARIA JOSE GARCIA ALVARADO,201401002148; MARIA MATTA,201401003915; MARIA MERCEDES FRANCES FOZ,201401004481; MARIA VERONICA CARRETERO,201401000771; MARIE FRÉVILLE, 201401004049; MARIETA MOYA ENRIGHT,201401004394; MARIO EDUARDO GAVIDIA CALDERON,201401001055; MARIO GUILLERMO SAMMARTINO,201401001507; MARISSA JOY BLEDSOE,201401004577; MARIUXI DE LOURDES PATAJALO VILLALTA,201401004142; MARTA ROCA MUÑOZ,201401000822; MAUDE ROBITAILLE,201401004486; MAXIME MONTOYA, 201401004259; MAXIMIGUEL ROMERO GAINZA,201401001294; MAXIMILIANO SEGUNDO ESCALONA JIMENEZ,201401000968; MELISA ANABEL PUGACZ,201401004575; MELISSA CRISTAL CABALLERO ZENTENO,201401001815; MELITA ESTHER DELGADO NORIEGA, 201401002547; MICAEL GEORGES POGET,201401001834; MICHAEL ORLANDO NATROP, 201401001849; MICHIEL JEROEN HERMAN WILLEM KORTSTEE,201401001689; MICOL SINGARELLA,201401001671; MIGUEL ANGEL MONTANO BUSTAMANTE,201401002524; MIGUEL ANGEL YUCRA CCAHUANA,201401004375; MIJAIL JOSE CAILLARES MONTANO, 201401000410; ; MILAGRO RAQUEL TOVAR AVILA,201401003171; MILTON IGNACIO CARVALHO TUBE,201401001395; MOSSI KUAMI ANOUMOU,201401003295; MURIELLE STEPHANIE MENEVEAU GONCALVES,201401001691; NANCY BARBARA GARCIA MENA,201401001389; NAOKO YASUOKA,201401003103; NATALIA ALEJANDRA BEDRIJ, 201401004460; NATALIA ALEXANDRA CAMACHO MONCALEANO,201401000952; NATALIA DIAZ MESA, 201401000336; NATALIA ERMAKOVA,201401003441; NATA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LIA SOLEDAD SANCHEZ, 201401003027; NATHALI GEOVANNA CABRERA CARBONELL,201401002782; NATHALY YOHANA PARRA OCAMPO,201401001950; NESTOR RENE SALAZAR PORTUGAL, 201401001559; NICOLAS ANDRES GUALTIERI,201401001108; NICOLE BRUTTO MESSO, 201401000924; NURIA ROMARIS CAAMAÑO,201401002029; OLGA TARNOVSKA,201401002465; OLIVIA GILMORE, 201401000904; OLIVIER BRAHIC,201401003306; OLUWATOSIN TOLULOPE AJIDAHUN, 201401000210; OSCAR FERNANDO NARVAEZ GOMEZ,201401002896; OSCAR QUIROGA, 201401001162; PABLO ANDRES MUNIVE LEDESMA,201401004107; PABLO DANIEL MEJIA MERCADO,201401001648; PABLO MARTIN LLAMEDO SORIA,201401003030; PAOLA ANDREA VACA GONZALEZ,201401000696; PAOLA BEATRIZ NAVAS LÓPEZ,201401003697; PAOLA BEATRIZ SOSA,201401000220; PEDRO JOSE JORDA CARRERES,201401000504; PIERRE EMMANUEL CORDELLIER,201401004339; PIERRE LOUIS DOMINIQUE HAYS,201401001749; QUENTIN TERRY AUDUC,201401003217; RAFAEL ANGEL QUINTA FRUTOS,201401002457; RALF RAINER WILLI ABENDT,201401003372; RAMI ALHAMES,201401001492; RAQUEL ROMERO ORTIZ,201401002173; RAQUEL ROXANA ROCHA VILLA,201401001932; RAÚL DUVAN PARDO BUITRAGO,201401002064; RICARDO ANTONIO PRAVIA JACAMO,201401002715; RICHARD ANTCZAK,201401003381; RIGOBERTO GUILLERMO ESPINOSA PICHS,201401000394; RISA SUZUKI,201401002468; ROBERT DE PAAUW SOLE,201401003439; ROBERTO ISAAC MONTOYA LIMON,201401004023; RODRIGO ALVARO MAMANI MACHACA,201401001906; ROMANA CASTRO ZAMBRANO,201401002642; ROSA ISELA DELGADO RAMIREZ, 201401001177; RULBY DEISY PUENTES FAJARDO,201401002238; RUSLAN PAGAEV, 201401003637; RUTH MICHAELA ROTTBECK,201401003437; RUTH NOEMI JALDIN SUAREZ, 201401002857; SALVATORE CAMPO HERNANDEZ,201401002525; SAMANTHA ISAIA, 201401004083; SARA MELISSA HERNANDEZ PRADA,201401001663; SCARLETT KARINA PALACIOS DELGADO,201401002579; SEBASTIAN ALAMO,201401001516; SEFIKA GULFEM KARAKUS,201401000900; SERGIO DANIEL MENDEZ GAONA,201401000636; SHARON CARNEY,201401002685; SHIRLEY KATHERINE TINAJERO ENRIQUEZ,201401000063; SHIRLEY RODRIGUEZ GONZALEZ,201401003364; SILVIO GABRIEL BENITEZ, 201401002286; SIMONETTA RIGGIO,201401003730; SIN AE LEE,201401001070; SISY DEL ROCIO SUAREZ HURTADO,201401000941; SOFIA BOSCHETTI,201401002239; SONIA CLEMENTE CONDORI, 201401004255; STEFANO PISANU,201401001113; STEPHANIE KATHRIN RUHS,201401002331; STEVEN STRONG,201401003362; SUNG HO KIM,201401002078; SURBHI TYAGI BIANCHESSI, 201401003421; SURLEY ANDREA HERRERA HERRERA,201401000222; TADAS DAUNORA VICIUS,201401001144; TAMARA DIAZ ROMERO,201401001171; TANIA VARELA GARCIA, 201401004557; TETSUHISA KIMURA,201401000016; TOHKO HORIE, 201401002831; TOR MAGNE JOHANNESSEN,201401002443; ULISES RAFAEL SZMIR,201401002944; ULRICH ZENS,201401001548; URSULA INDIRA MIETHE FLORES,201401001997; UTE LANDWICH, 201401000117; VERA PUSHKAREVA,201401002947; VERONIQUE WINTER,201401000012; VINCENT RUTAREMWA,201401003299; VIRGINIE OLIVE,201401004220; VIVIAN LICETH SUÁREZ MORENO,201401000231; VIVIAN PAOLA ARTEAGA HOYOS,201401004085; WALTER FRANCISCO HURTARES ORRALA,201401002313; WANNES GULINCK,201401004114; WILLIAM CLAVIJO VITTO,201401002558; WILLIAMS DE JESUS RONDON GONZALEZ, 201401000352; WOLF TOBIAS PETER,201401004416; XABIER AGUIAR,201401001459; XIAOYUE WANG,201401002820; XIN LI,201401003047; XINYU CHEN,201401002406; YASMIN NELLY VILLAR PÉREZ, 201401001764; YASUHIRO SAKAMOTO,201401004491; YESMIN PANECATL BERNAL, 201401000368; YESSICA CLAUDIA OCAMPO SOZA,201401003232; YOHAN ALI DIAZ MENDEZ, 201401002687; YUANYI PU,201401000388; YUKARI TAGO, 201401000149; YUKI ONISHI, 201401001769; YURI AYALA SALDAÑA,201401001987; YURIKA OHASHI,201401001446; YUSEF MANUEL MARRERO SARKIS,201401002553; ZEMDRY HISKIA BERNAL RODRIGUEZ, 201401002589; ZENO MUICA,2014010013.

CERTIFICADO AVANÇADO

ACHILLE ANDRIULO,201401003254; ADRIAN EMMANUEL LAMANUZZI,201401002565; ADRIANA LEONOR IGLESIAS SANCHEZ,201401000675; ADRIANA PAOLA CASTILLO ESTEPA, 201401000010; AISCHA SCHUT,201401003445; ALAIN LENNART FLANDES GOMEZ,201401000296; ALBAN SENAULT,201401003517; ALBERTO EDUARDO DIAZ,201401002608; ALES VRBATA, 201401000414; ALMA VANNI,201401002490; AMBRA PALAZZI,201401003530; ANA MARIA DE LA CONCEPCION MIRANDA RUIZ,201401004098; ANABEL GONZALEZ HERNANDEZ,201401001833; ANDERS HENTZE,201401001575; ANDRES LAZARO HERRANZ,201401004355; ANGELA MARIA RODRIGUEZ CORONADO,201401001310; ANITA BARP,201401004598; ANTONIO JOSE ABRALDES RODRIGUEZ,201401002113; ANTONIO JOSÉ MARIA CODINA BOBIA,201401000913; ARIANNA ZOILA OLIVERA SALMON,201401002761; ARITZ ZUMARRAGA INSAUSTI,201401002385; AUDIE ROLLIN ROLDAN MORI,201401001135; AXEL ALEJANDRO DE PAZ ARRIVILLAGA,201401003358; AYMANE JALIL,201401001409; AZUSA ONO,201401002167; BEGOÑA COLMENERO NIÑO, 201401002357; BENJAMIN GITTEL,201401004135; BENJAMIN SALGADO,201401001024; BERNHARD LIPPSMEIER,201401002635; BERTRAND JACQUES PATRICK WITTERONGHEL, 201401001400; BRENDA ROCIO RUESTA BARRINETOS,201401002899; CAMILLE BIANCHI, 201401003348; CAROLINE MACDONALD,201401002991; CATALINA COLLAZOS CASTRO, 201401000702; CECILIA SBERNINI,201401000631; CELINE HELENE MARIE ANNA BAMBY, 201401003800; CHRISTIAN LORET DE MOLA ZANATTI,201401003605; CHRISTOPHER THOMAS DUNLAP,201401002263; CLARA BLASCO MORENO,201401001111; CLARA GOMEZ HERNANDEZ, 201401002111; CONSTANCIA DENISSE VILOMAR,201401001863; CRISTINA ROSOGA SAMBUICHI ,201401001129; CRISTÓBAL JULIÁ,201401001929; CRISTOBAL PARADA,201401000555; CYRIL CLAUDE SERGE SAVIO,201401003506; DANIEL FERNÁNDEZ MANERO,201401001146; DANIEL MAURICIO DIAZ RAMIREZ,201401003398; DANIELA ZULUAGA,201401002027; DAVID ALEXANDER CHIPANA MOLLINEDO,201401002123; DIANA CAROLINA DUQUE MONTOYA, 201401004151; DIANA CAROLINA TREJOS VIAR,201401000735; DINA ANGELA CAMAC ESPINOZA,201401000419; ELIANA ESTER SAISSAC,201401001239; ELIZAVETA TIMOFEEVA FREITAS ELARRAT,201401002515; ERNESTO RENE RUEDA ILLESCAS,201401000926; EVA CIMPERSEK,201401003705; EVANGELINA MIQUEO,201401000264; FABIO LORENZI,201401004350; FEDERICO MAZZETTI,201401004131; FLORENCE MARIE EMMA BOURDONNEC,201401002765; FOUZIA CHAOUI DE ARANA,201401004298; FRANCESC ANTONI GINER CAMARÓ,201401003393; FRANCESCO DISEP,201401000625; FRANCESCO PEZZAROSSI,201401000730; GANDHI ESCAJADILLO TOLEDO,201401002345; GLENN STIRLING LEECH,201401001566; GONZALO PATRICIO MONTENEGRO VARGAS,201401002878; GUILLAUME BENOIT BOURDAIS, 201401001005; HAZEL BEATRIZ PEÑA MONTESINOS,201401000738; HENRY DANIEL RUIZ ALBA,201401003816; HERMES LUIS ONATE ROSADO,201401002865; ILKA MELISSA ATENCIA AMIN,201401002743; INGRID KARINA MORALES PINILLA,201401002133; IRINA NASKOVA NASTEVA,201401002036; ISABELLE ROTH MILLER,201401000868; IVAR URDALEN,201401003869; IVO ALBERTO PINTO TORRES,201401003140; IVONNE NATALIA SOLARTE AGREDO, 201401003666; JAIME LEONARDO ORJUELA CHAMORRO,201401000565; JAVIER MARTIN SALCEDO,201401004194; JAVIER SOLANA MORENO,201401000343; JEAN CHRISTOPHE HOUZEL,201401002279; JENNY SANDER,201401002244; JESSE SNOW,201401002619; JEYDI RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ,201401001204; JHAZMIN ARACELLY ARANDIA VEGA,201401001513; JIMENA SELLANES CURBELO,201401003656; JOEL WINDLE,201401001851; JON BERANOAGUIRRE,201401000558; JORGE ALEJANDRO ANTONIOLI ROMERO,201401003153; JORGE HERNÁN CALDERÓN LUCEMA,201401004169; JORGE LUIS MATTA RAMOS, 201401002074; JOSÉ EZEQUIEL SOTO SÁNCHEZ,201401002703; JOSE LUIS PANCORBO, 201401001924; JOSE SAULO TORRES DELGADO,201401002237; JUAN MILLONSCHIK, 201401004501; JULIAN RICARDO RUIZ ROSERO,201401002086; JULIETA MENUTTI,201401000650; KATHERINE MARIE COLDWELL,201401000816; KRISTINA MICHELLE SPEAKES,201401002190; LAURA MILENA NITOLA PULIDO,201401000452; LAURA SERRANO HUERTA,201401000485; LAURENCE VIDAL,201401002497; LEONARDO RUBEN D ELIA,201401000593; LEUVIS MANUEL OLIVERO RAMOS,201401002112; LORENA HIGUERA PLIEGO,201401000825; LUIS FRANCISCO SANCHEZ OTERO,201401000468; LUIS GUILLERMO RONCALLO KELSEY,201401002444; LUISA DIAZ MIURA,201401001208; MAARTEN LUC ROSA DEPREZ,201401001477; MARGARITA GACIA HERNANDEZ,201401001998; MARGAUX JOSEPHINE ALICE LLAMAS BRUSCHET,201401002034; MARÍA CAMILA ACEVEDO RAMÍREZ,201401000797; MARIA CONSTANZA MARINO, 201401004496; MARIA ELENA SIMONIN IBERTIS,201401000524; MARÍA JOSÉ PITA LABANDERA, 201401001812; MARIA LAURA PASSARINO,201401003227; MARIA MAGDALENA CASARES, 201401000810; MARIA MONICA MENDEZ GARCIA,201401002871; MARIA PAULA GIORDANO LANFRANCONI,201401001918; MARIA PETROVA,201401001850; MARIATERESA MURACA, 201401003906; MARIELA CALCAGNO PEREIRA,201401001033; MARINA GIRONA RAVENTÓS, 201401002194; MARIO LUIS ARHON BERDICHEVSKY,201401000732; MARIO PETERS, 201401002344; MARIO SOLAR MARTÍN,201401003256; MARTINE NICOLETTE ROSE SCHMIDFIORINI,201401000265; MARTYNA JOANNA RUCINSKA,201401004106; MATTIA DE BERNARDI,201401000003; MAYA CASILDA ACEVEDO,201401004621; MÉLANIE BAIERLÉ, 201401000127; MELANIE STEINER,201401002852; MICHAEL THOMAS BAIN,201401003159; MICHAEL ZENRYU IYANAGA,201401002161; MIGUEL ANTONIO HIGUERA CANCINO, 201401000465; MIGUEL LANCHO JIMÉNEZ,201401003580; NATALIA ARDILA MACIAS, 201401001361; NAYRA RUIZ MESA SILVEIRA,201401001721; NICCOLO VENTURINI,201401003919; NICOLAS BULLA CRUZ,201401000781; NOEMI OLIVA GARCIA BAQUERO,201401001757; NURI ANDREA MERCHÁN CASTELLANOS,201401004401; OIHANE LOPEZ VILA,201401003349; OSCAR MOGAS PEÑA,201401002770; PALOMA SOFIA BAZAN APARICIO,201401003801; PATRICIA RODRIGUEZ RODRIGUEZ,201401000383; PAULA ALEJANDRA BALLESTEROS CAMPOS, 201401000780; PAULA MUNTAL OTERMIN,201401003376; PHILLIP JOHN VILLANI,201401001011; REBECA BAEK,201401001658; REGINA SIMON,201401001149; RICCARDO MUGNAI,201401003032; RICHARD MORRISON WIGHTWICK,201401000520; RIMA REYMOND,201401001941; RODOLFO ENRIQUE SENO DIAZ,201401001152; ROLANDO ANDRES PATERNINA DE LA OSSA, 201401000076; SABINE CARMEN AURBACH,201401002366; SALLA SAMMALKIVI,201401003672; SAYAKA NOGUCHI,201401002397; SERGIO GARCIA CAÑAS,201401003719; SHENEEZ AMARA, 201401004170; SHIHO TANAKA,201401001632; SILVANA LETICIA DAITCH DE CASTILHO, 201401000602; SILVIA LORENA BEJARANO BERMUDEZ,201401002482; SILVINA PAOLA GÓMEZ MARTÍNEZ,201401002372; SIMON YVES MARIE BENOIT GUYOD,201401003500; SOPHIA KRISTINA STEINKE,201401002076; STALIN WLADIMIR SARANGO FLORES,201401000695; SUNG HOON CHO,201401002689; SUSANA ALEJANDRA FERNANDEZ,201401000518; TAMARA GURIDI,201401001036; TANIA TERESA MARIN MACIAS,201401004519; TANJA JOSEPHINA MARIA JUNGEN,201401001659; TOMAS ZUMALACARREGUI,201401002802; ULRIKE MARIA ELISABETTA BELLONI,201401002848; VALERIA RODRIGUEZ SEGUI,201401002200; VALERIO TODARO,201401000878; VIOLA MELIS,201401002676; VIVIANA ALEJANDRA RAMIREZ CHURQUE,201401002616; VLADIMIR SANCHEZ JIMENEZ,201401003357; WALFRIDO ALONSO PIPPO,201401000344; WILHELM ALEXANDER STEINMETZ,201401000559; YARITZA MAGDALENA MONTERO OBLEA,201401004185; YILDIZ ADEMOGLU ATLAN,201401004104; YINGYING YAN,201401001007; YOLANDA SANZ RODRIGUEZ,201401001816; YUICHI MATSUURA,201401004536; YUN JAE OH,201401000096.

CERTIFICADO AVANÇADO SUPERIOR

ANA FRANCESCA REPETTO IRIBARNE,201401002198; ANDREA BORRAS ARMENGOL, 201401002066; ANNE PISAL,201401001249; CAROL VIVIANA SERNA GONZÁLEZ,201401002316; CLAUDIA IXULIMA YÉPEZ BARRANTES,201401000839; CORNELIA JAEGGI,201401001448; ESTHER JIMÉNEZ VIVES,201401003677; GRÉGORY SVETLICHNY,201401002803; HARALD RENE KLAMMLER,201401003008; ILIANA LORENA URTECHO FUENTES,201401003775; IRINA GUEROLDOVNA BOBROVNITCHAIA,201401001198; JOHANNA MARCELA DURAN MOLINA, 201401004395; JOHN DAVID TWIGGER,201401004001; KARINA ANGELICA LEYVA MURRIETA, 201401000713; LIENA DEL ROSARIO MARÍN MESA,201401002492; MARIA CRISTINA IBARRA HERNANDEZ,201401002447; MARIA LUISA VASSALLO,201401001820; MARIE ANAELLE CERVI,201401001329; MARTIN KERR,201401000682; NICOLE PAULET PIEDRA,201401001589; NORMAN PRANGE,201401003331; PAMELA ALEJANDRA DOMINUTTI,201401000275; SECUNDINO VIGÓN ARTOS,201401002261; SILVANA MARIA MAMANI,201401000938; TABEA HARRAS,201401002501; VALENTINA SOFÍA SUÁREZ BALDO,201401001071; YU PIN FANG, 201401004134; YULIA MIKAELYAN,201401000894.

POSTOS NO EXTERIOR

CERTIFICADO INTERMEDIÁRIO

CONDE VARGAS MELISA EUGENIA,201401000391; ABRAHAM DAVID MARTINEZ ESCORCIA, 201401003111; ABRAHAM JOSHUA CHEVARRIA RODRIGUEZ,201401001323; ABRAHAM OMAR ESPINOZA CULUPÚ,201401001655; ADALIN SEPULVEDA LOZANO,201401002780; ADALITH JHONY ARISACA PARILLO,201401001221; ADAN HUANCA ALEJANDRO,201401003707; ADRIANA DEL PILAR CASTELLANOS GONZALEZ,201401004132; ADRIANA PATRICIA MARTINEZ MONSALVE,201401003587; ADRICK MAXIL GUTIERREZ ZARATE,201401002907; AGUSTINA DELLAROSSA,201401003885; AGUSTINA LETICIA CASSANAZ GARCIA, 201401002995; ALAN BARAHONA RAMOS,201401001646; ALBERTO PARADISO,201401004250; ALEJANDRA DEBHORA ALVAREZ SOTELO,201401000519; ALEJANDRA ELIZABETH KUROPATWA PINAZO,201401002973; ALEJANDRA FABIANA RODIÑO,201401003052; ALEJANDRA MARGOT GUZMÁN QUIROZ,201401002351; ALEJANDRA OLANO ROLDAN, 201401002217; ALEJANDRA OSPINA GONZALEZ,201401003842; ALEJANDRA SANCHEZ CHEQUER,201401004035; ALEJANDRO FUERTES SÁNCHEZ,201401004117; ALEJANDRO MARIO ENMANUEL DOMINGUEZ VILLAMAYOR,201401000244; ALEJANDRO RODRIGUEZ CALERO, 201401002186; ALEJANDRO RODRIGUEZ,201401003282; ALEX BALDOMAR GUILLEN, 201401002805; ALEXANDER HÖPPNER,201401000630; ALEXANDER MELENDEZ GARCIA, 201401003954; ALEXANDER RAMOS ROJAS,201401004417; ALEXANDRA DEL ROSARIO ROJAS JESÚS,201401000755; ALEYSA YAMILETH OROZCO LORENTE,201401003496; ALFREDO MARTIN BARYOL,201401003044; ALFREDO PAUL TUPIZA YAJAMÍN,201401001315; ALFREDO ROCHA,201401003686; ALLEN GERSON MENDOZA AVALOS,201401000539; ALMA CIELO OCHOA STERLING,201401004387; ALONSO PORRAS ROJAS,201401004126; ALOYSE CHABOT LAGANA,201401002851; ALVARO PERIS MATEO,201401000773; ALVARO SERGIO SALAZAR GOMEZ, 201401002377; AMELIA BUSCEMI,201401003515; AMY PILAR CALSÍN SUAÑA, 201401002157; ANA ALICIA SANDRONI,201401003169; ANA BELÉN ESTRADA GORRíN, 201401004343; ANA CARLA VACA FLORES,201401000613; ANA CRISTINA GARCÉS ERASO, 201401004103; ANA CRISTINA MENESES SOLA,201401000260; ANA INÉS BRECCIA, 201401003819; ANA LAURA PEÑA GONZALEZ,201401000471; ANA LIZ SANCHEZ FLORES, 201401001560; ANA LUZ MARTINEZ,201401004226; ANA MARIA GARCIA VASQUEZ, 201401000866; ANABEL ALEXANDRA RODRIGUEZ ANDACHI,201401003791; ANABEL GABRIELA BUSTILLOS AYALA,201401000321; ANALIA NOEMI DUT-

VERSÃO DE ASSINANTE - VEDADA A REPRODUÇÃO

TO,201401001774; ANASTASIA PIETRANTONI,201401000719; ANCRI CECILE,201401000444; ANDREA ADRIANA LAO ANGULO,201401001342; ANDREA CAROLINA SUAREZ PINTO,201401003375; ANDREA GUIDI,201401000049; ANDREA JAROWISKY,201401004490; ANDREA LILIANA REY SANDOVAL,201401003371; ANDREA MILENA ROSAS OCHOA,201401000569; ANDREA MONTSERRAT SEMIDEI COLMAN,201401002496; ANDREA PAOLA MEZZA ZARATE, 201401000301; ANDREA TATIANA ESTIGARRIBIA LOUP,201401002205; ANDREA VICENTE CHAHIN,201401002488; ANDREI HERASIMAU,201401002568; ANDRES FELIPE BARRERO VALENZUELA,201401003342; ANDRÉS FELIPE RODRIGUEZ MOLINA,201401003762; ANDRES FELIPE VARGAS JARRO,201401003063; ANDRÉS FERNANDO ACUÑA MOSQUERA, 201401003527; ANDRES MANOSALVA RODRIGUEZ,201401004221; ANDRES MATKOVICH, 201401004212; ANDRY IRALY PABON RAMIREZ,201401003178; ANGÉLICA GIRALDO DURÁN,201401003864; ANGELO LOPEZ,201401004405; ANICETO JHONNY OMONTE ZABALA,201401002044; ANJANETTE STEPHANIE JARA CRUZ,201401002095; ANN JACQUELINE FLORES MEDINA,201401000640; ANNELLE MAITE CONTRERAS JIMENEZ,201401003369; ANTONIO GUTIERREZ ARREAL,201401004512; ANTONIO JOSE REYNAGA CALDERON, 201401000928; ANTONIO SAGGESE,201401000763; ARIEL YERY AMBLO MORENO,201401004508; ARNOLD FABIAN TAPIAS FLOREZ,201401003923; ARTURO IVAN BOGADO MIRANDA, 201401001652; ASTRID NAIR CASTAÑEDA CORREA,201401004551; AUDREY FRANCHELY RAMIREZ CARRASCO,201401002022; BEATRIZ ADRIANA SUAREZ GONZALEZ,201401003507; BEIBEI SANG,201401003236; BENITA AQUINO GOMEZ,201401001748; BETTY ELIZABETH VILELA AGUIRRE,201401000874; BIBIANA PATRICIA NIETO BOLIVAR,201401003941; BITIA KURI CHAVEZ BERMUDEZ,201401001047; BOSTON TOUCEDO LANGUIDEY,201401003894; BRAYAN MANUEL CISNEROS FERNANDEZ,201401000864; BRENDA LISSETH PINEDA MANCIA,201401001781; BRENDA PAOLA MEJIA CANO,201401001139; BRUCE HYATT, 201401001303; CAMILA AMBAR RUIZ POMALAYA,201401001141; CAMILA MACARENA DONNAPAOLO,201401004026; CAMILA PICARDO,201401001779; CAMILO ANDRADE CARREÑO,201401001534; CARLINA LOZADA FINES,201401003960; CARLOS ALBERTO DIAZ GUEVARA,201401000528; CARLOS ALONSO ABAD GALECIO,201401001782; CARLOS ANDRES ORTIZ GUTIERREZ,201401000057; CARLOS ARTURO GOMEZ SALVATIERRA,201401000862; CARLOS AUGUSTO COTES RAMOS,201401001981; CARLOS CAMILO ARGUEDAS LOZA, 201401001103; CARLOS EDISON ZAMBRANO,201401000041; CARLOS EDUARDO MONTERO BARBERY,201401001354; CARLOS EDUARDO SEQUEIROS BORJA,201401001281; CARLOS ESTEBAN DUQUE BOLIVAR,201401003261; CARLOS JULIO CALDERA DIAZ,201401003995; CARLOS MARCELO CONCHA VILCA,201401001419; CARLOS RENATO AMONZABEL ALVAREZ,201401003651; CARLOS SEBASTIAN ALIAGA ESPINOZA,201401000055; CARLOS URIEL VARGAS NUÑEZ,201401004504; CARLOS VICENTE RAMIREZ LOZANO,201401003794; CARLOS YASSER MERCADO CASCO,201401004370; CARMEN GABRIELA CHAVEZ COLLANTES ,201401002585; CARMEN JOHANNA CALDERÓN BELTRÁN,201401002578; CAROLA SOLIZ CORDERO,201401001862; CAROLINA ANTONIA CANELA TEJADA,201401002569; CAROLINA BELEN UHIA,201401001722; CAROLINA GISELLE IWANCZUK,201401001787; CAROLINA PIEDRAHITA MORALES,201401004463; CAROLINA TABARES UREA,201401003392; CARY ANABEL TEJEDA MATOS,201401002119; CASSATA JASON,201401004064; CATALINA MARÍA TABARES OCHOA,201401003830; CATALINA MESA SCIARROTTA,201401001183; CEASAR ROMAN,201401003099; CECILIA ROA CARVALHO,201401003185; CESAR AUGUSTO NAVARRO RACHE,201401000345; CÉSAR FRANCISCO PISCOYA BRIONES,201401000403; CHALATCHAPORN KAEWWONGSA,201401001084; CHARLES OSWALDO SANCHEZ RONCANCIO,201401003229; CHAVELY PEREZ MEDINA,201401004358; CHRISTEL BAUER SERRANO,201401000097; CHRISTIAN ISAAC SALVADOR SALAZAR,201401002900; CHRISTIAN RAFAEL PAREDES PACHECO,201401002906; CHUNHUI LU,201401000774; CILETTI EVANE, 201401002483; CINDY MARCELA ARISTIZABAL VALENCIA,201401001775; CINDY MARISA NOERDJAN,201401001391; CINTIA BARRIENTOS PAEZ,201401004520; CLAIRE COPPEL, 201401001253; CLAIRE LATOUCHE,201401004015; CLAUDIA DANIELA RAMIREZ PINCHI, 201401000579; CLAUDIA FABIANA MADENY CARRASCO,201401000182; CLAUDIA LILIANA VARGAS SERNA,201401000288; CLAUDIA MERCEDES PEREZ LOPEZ,201401004363; CLAUDIA SORIA REQUE,201401000956; CLAUDIO ANDRÉS VERA MUÑOZ,201401002470; COLE VALAREZO,201401000585; CONG YU,201401000751; CRISTHIAN CAMILO CABRALES ALGARIN,201401003567; CRISTHIAN CAMILO MENDOZA BOLAÑOS,201401003536; CRISTHIAN GUSTAVO CORONIL PORTILLO,201401000082; CRISTIAN BARON CAÑON,201401003642; CRISTIAN CAMILO SEGURA PINZÓN,201401003068; CRISTIAN ORLANDO PEREZ GUEVARA, 201401003943; CRISTIAN RENE ARCIENEGA ZAMBRANA,201401000312; CRISTIANA DE FATIMA BENAVIDES QUINTANA,201401003860; CRISTINA BERROCAL,201401002581; CRISTINA CARDENAS CARVAJAL,201401003821; CRISTINA ISABEL FERRER VILLENA,201401001874; CYNTHIA MARLITT LEDESMA MUNIVE,201401000992; DALIA ESMERALDA SALGADO CASILLAS,201401000033; DANIEL AGUSTIN VASQUEZ QUISPE,201401001217; DANIEL ALARCON NARVAEZ,201401000035; DANIEL ANDRÉS ARANGO GONZÁLEZ,201401004588; DANIEL ANDRES ROA RAMIREZ,201401003054; DANIELASTUDILLO ALVAREZ,201401002602; DANIEL DAVID FRANCO GUTIÉRREZ,201401004289; DANIEL MAURICIO LONDOÑO ESTRADA,201401002136; DANIEL RICARDO COLMENARES GONZÁLEZ,201401003453; DANIEL ROBERTO NAVA VARGAS,201401000334; DANIEL URIBE PARRA,201401004168; DANIELA AGUERO SANCHEZ,201401003422; DANIELA GARCIA RODRIGUEZ,201401003485; DANIELA JASMIN TAPIA VALDEZ,201401000420; DANIELA LOPEZ ACOSTA,201401003947; DANIELA MELISSA BARNETT GUILLEN,201401003646; DANIELA MENDIONDO BARRIOS,201401000772; DANIELA PINZON INFANTE,201401004189; DANIELA VILLARPANDO FLORES,201401000503; DANNY LEANDRO RODRIGUEZ CASTRO,201401000744; DANTE HAYMES RIOS,201401000775; DAVID ALEJANDRO CASTILLO SALAZAR,201401002276; DAVID ANTONIO LOPEZ ALIAGA, 201401001154; DAVID AUGUSTO PANIAGUA AVILES, 201401003975; DAVID ESTEBAN DIAZ MIRANDA,201401003903; DAVID REYNALDO CHOQUE ZAPANA,201401002135; DAVIDE ZANGHI DALLE OLLE,201401001019; DELIA ROSA CHIPANA CHUQUICALLATA,201401000740; DENIS BUTRON VILLARROEL,201401004297; DENISSE ANDREA CARTAGENA RAMOS,201401002322; DEOKHYEON KIM,201401001340; DIANA CONSTANZA FARIETTA GARCIA,201401003021; DIANA FERNANDA CAICEDO CHAGUEZAC,201401003931; DIANA MARCELA GUERRERO ORTIZ,201401004182; DIANA PATRICIA BRAVO LOPEZ,201401003360; DIEGO ALEJANDRO CASTEDO,201401001759; DIEGO ALEJANDRO VALDERRAMA LANCHEROS,201401003635; DIEGO ALEJANDRO VILLA CALLE,201401001148; DIEGO ERNESTO GUTIERREZ CONTRERAS,201401000638; DIEGO FERNANDO PLAZA DEVIA,201401002184; DIEGO HERNANDO ENCIZO CARDENAS, 201401003761; DIEGO MARTÍN GONZALEZ,201401004211; DILA ESTHER FIGUEROA PITRE,201401002986; DINA MARÍA MARQUEZ RESTREPO,201401003817; DONOVAN FABIAN RUIZ CAMACHO,201401003759; DOREEN METZNER,201401004477; EDDY STEFHEN GRANDA GOMEZ,201401001545; EDGAR CRISTIAN ROSALES CASTRO,201401001500; EDGAR DANIEL RODRIGUEZ SILVA,201401000427; EDGAR DENNIS CATUNTA QUISPE,201401000831; EDGAR SOTO SIVILA,201401001758; EDUARD OSNEIDER MONTOYA RAMIREZ,201401003278; EDUARDO ALBERTO DELGADO QUINTANILLA,201401001875; EDUARDO BARROSO GUTIERREZ,201401000017; EDUARDO EMILIO ACOSTA,201401002650; EDUARDO MORALES ZUBIETA,201401002563; EDUARDO PIERO ESTRADA SANTOS,201401000855; EDUARDO RAÚL VALENZUELA ENCISO,201401000827; EDWARD LIZARAZU SALAZAR,201401003628; EDWIN JOHNATAN CORONEL GONZALEZ,201401002512; EDWIN MAURICIO LEDEZMA SANCHEZ, 201401001917; ELAINE AQUILINA GIL MAGUIÑA,201401003189; ELBA PAMELA FÉLIZ GARCÍA,201401000373; ELBA PAOLA FELIZ GARCIA,201401000380; ELENA CARINA HOLZ,201401000846; ELIANA MARIA RESTREPO POSADA,201401004441; ELISE EGRON, 201401001261; ELIZABETH CASTILLO MONSALVE,201401003012; ELIZABETH SILVA DUTRA, 201401003380; ELSA BRISSONNEAU,201401004066; ELVA NATHALIA CASTILLO VERA, 201401001120; EMILCE MARIA PORTILLO GONZALEZ,201401000785; ENMANUEL ANTONIO ORTEGA GUZMAN,201401002256; ENRIQUE LEONARDO GAMARRA GONZALEZ,201401003490; ERIC RAFAEL PIÑERES REYES,201401003621; ERICKA ROSARIO GUARACHI MILLAN, 201401000064; ERIK EINFELDT,201401004251; ERIKA ARGUELLES,201401000026; ERIKA TATIANA CORTES CARDONA,201401003875; ERLY EMILIO ALMANZA TORRES,201401000535; ERNESTO VENTURA QUIROGA,201401001284; ESTEBAN GUERRA HENAO,201401004435; ESTEBAN JOSE DE JESUS CASTILLO FLOREZ,201401001508; ESTEFANI GIMENA GALLEGOS YANA,201401002702; ESTEFANIA FARFAN OCHOA,201401002984; ESTEFHANÍA CORTÉS PINEDO,201401000269; ESTHER TORRES PEÑA,201401000369; EULLANY RAMIREZ MARCHENA,201401004594; EUNJAE LEE,201401001319; EVA IVETTE VANESA CONDORI LUQUE,201401000670; FABIAN ARTURO RIAÑO SANTIESTEBAN,201401001166; FABIAN GABRIEL PEREIRA ARREDONDO,201401002540; FABIANA PAOLA GOMEZ DE LA FUENTE ACUÑA,201401003667; FABIANA SILVIA GINARD ARIAS,201401000596; FABIANA WEISE ESCALANTE,201401001974; FABIO ALEJANDRO RODRIGUEZ QUINTERO,201401001384; FABIO DOMINGO VILLALBA AGUIRRE,201401002791; FABIOLA ARISPE LEDEZMA,201401001347; FANNY VOLIER,201401001399; FEDERICO FERNANDEZ ROJAS,201401004415; FEDERICO RAMÓN BRUNO CURTI,201401002970; FELIPE VELEZ SANIN,201401004341; FERNANDO EDDY VEGA VILLENA,201401000173; FERNANDO FREDY GARCIA MERUBIA,201401000229; FERNANDO RODRIGUEZ GUZMAN,201401003450; FERNANDO SEBASTIAN LACOA PANIAGUA,201401004173; FERNANDO XAVIER BUITRON PROAÑO,201401002526; FERNELLYS PACHECO DE LA ESPRIELLA,201401002566; FRANCINE ROTH,201401002192; FRANCINY IGLESIAS ABBATEMARCO,201401003391; FRANCISCO JAVIER DAZA VARGAS,201401002919; FRANCISCO JAVIER PORTILLA GONGORA,201401002164; FRANCISCO JAVIER PULGAR OLATE,201401001967; FRANCISCO JAVIER SAMPAYO MEZA,201401003888; FRANCISCO XAVIER MORALES MARIN,201401003319; FRANCISNEYLA ARAUJO TABARES,201401004570; FRANK CRISTIAN VASQUEZ MENDOZA,201401003823; FREDERIK SCHERLER,201401001725; FREDY ORLANDO BOLAÑOS DIAZ,201401002559; FREDY SUAREZ ARIRAMA,201401003942; FREDY TIPULA TIPULA,201401001835; GABRELA ARACELLY VANEGAS JARQUIN, 201401003921; GABRIEL ALEXANDER ROSAS CONTRERAS,201401002386; GABRIELA ALICIA VILLARROEL MONTOYA,201401000937; GABRIELA GUADALUPE DELGADO RAMIREZ, 201401000133; GABRIELA JESSICA OLIVERA UDAETA,201401000050; GABRIELA SANCHEZ, 201401002921; GABRIELA VANESA VERGARA FRISANCHO,201401002149; GASTÓN TARIQ BERDEJA RAMÍREZ,201401000211; GERALDINE RIVERA ROJAS,201401003396; GERARDO CORNELIO MAMANI MAMANI,201401001676; GERARDO RAMON DIAZ ORTIZ,201401000918; GERMÁN EDUARDO VON UNGER TRUGEDA,201401000395; GERMAN NILTON RIVAS FLORES,201401000890; GIAMMARCO BARBA,201401000006; GIANCARLO JOSÉ CASAS ACILLO,201401002659; GIANCARLO RENE YVAN GUTIERREZ TAIPE,201401000190; GIANNA MARIA SEMIGLIA ARICHABALA,201401003455; GIOVANNA PEQQUEÑA SUNI,201401001475; GIOVANNY BECERRA ALEGRÍA,201401000537; GIOVANNY GUILLERMO JAPURA HUANCA,201401002652; GISELLA PICARDO,201401001794; GISSELA ROMINA MARTINEZ DURE,201401001357; GIULIANO SAPORITO,201401001156; GIUSEPPE MASSIMO COSENTINO,201401000583; GLEDY MABEL ARANIBAR TITO,201401000870; GLORIA EXALTA MANCHEGO CHOQUE,201401000129; GLORIA JURADO RODRIGUEZ,201401004266; GLORIA MARIA PINTO CHALAPUD,201401003949; GLORIA PATRICIA RAMIREZ BOLAÑOS, 201401004546; GONZALO CRESPO ALFARO,201401002035; GONZALO IVAN ALZATE LOPEZ,201401003064; GRACE CAROLINA PEÑARANDA TAPIA,201401001953; GRACE KAROLINA SANCHEZ ROMERO,201401002395; GRACIELA BEATRIZ BLANCO,201401003347; GUSTAVO ADOLFO LOPEZ VASQUEZ,201401000571; GUSTAVO ALFREDO ORELLANA SAMPEDRO,201401000376; GUSTAVO DANIEL NOLI LAZO,201401001483; HANS MIGUEL LUHRS SIRA,201401004002; HAROLD GERMAN ROMERO FLOREZ,201401000415; HAROLD GUILLERMO ANTELO HURTADO,201401001227; HARRISSON LUCHO MAMANI VALERIANO,201401002523; HECTOR ISIDRO ARENAS NEIRA,201401002534; HECTOR IVAN CHOQUEMAMANI PALOMINO,201401001576; HELEN ROCIO SOCUALAYA CARDENAS, 201401000295; HELENA FRANCELA FIGUEROA SANTOS,201401004125; HÉLÈNE MANET, 201401000677; HENRY JOSE MONCRIEFF ZABALERA,201401003390; HERNAN EDUARDO PEÑA ARROYO,201401000851; HERNAN GABRIEL CARRILLO SANCHEZ,201401003201; HUGO ERNESTO CARVAJAL TRIANA,201401003940; HUGO FERNANDO RIVERA TRUJILLO, 201401003528; HUGO WALTER PERALTA MERMA,201401001371; HYE MIN KIM,201401001680; IGNACIO JAUREGUIZAR CERVERA,201401000893; IHJOON CHANG,201401000769; IN HEE JANG,201401002812; IRINA ALEJANDRA HENRÍQUEZ VERGARA,201401003716; ISAU HUAMANTUPA CHUQUIMACO,201401002426; IVONNE CAROLINA STERNBERG RUBIANO, 201401004360; JACQUELINE TRUJILLO VARGAS,201401000683; JAEHUN SHIN,201401001387; JAIME ANDRÉS VARGAS,201401002176; JAIME CALAPUJA GOMEZ,201401001570; JAIME LUIS MENDOZA HUAYTA,201401000803; JAING DANY MAMANI PACHECO,201401001037; JAIRO JHONATAN SALAS ENRIQUEZ,201401002826; JAIRO PINEDO TAQUIA,201401000125; JAUME ROCA VERDAGUER,201401001376; JAVIER ENCINAS OVIEDO,201401003617; JAVIER ROLANDO MADARIAGA ARIAS,201401002667; JAVIERA IGNACIA GONZALEZ MERY,201401002713; JEANNE MARIE PERDOMO MAMBRU,201401002933; JENNIFER ANDREA RODRIGUEZ VICTORIO,201401000425; JENNIFER LILIAN MELGAREJO PATIÑO,201401001949; JEONGAH CHOI,201401002557; JEONGHWA JIN,201401001388; JHARRI ROVERT CAISARA PACAYA,201401002387; JHERSON PAUL MEDINA HUACASI,201401001802; JHON ALEJANDRO NOVA TORRES,201401004280; JHON FREDY CARNERO OSORIO,201401003959; JHOSELY GLORIA PIZARRO PEREZ,201401004364; JIAN XUE,201401000459; JIE MA,201401003104; JILMA ALEMAN LAPORTE,201401004225; JIMENA GUZMÁN PINELL,201401000994; JIWON BANG,201401001990; JOANNA INES ALMEIDA MILLAN,201401003249; JOAQUIN PABLO CALVIÑO,201401004113; JOEL AUGUSTO SAMANEZ SARMIENTO,201401000556; JOEL GREGORIO MEZA GARCIA,201401004299; JOHANA GUADALUPE BLANCO MARTINEZ,201401003576; JOHANA MARIANELLA QUINTEROS,201401002903; JOHANN STEPHENS CARDENAS BAUTISTA,201401003810; JOHANNES OLSEN CRUZ,201401002924; JOHN PULLICINO,201401000505; JOHNY JAIMES CLAROS,201401002280; JORGE ALEJANDRO PACHECO SIERRA,201401004628; JORGE IVAN RODRIGUEZ ECHEVERRIA,201401000577; JORGE LEGUIZAMON,201401002686; JOSE ADOLFO OROPEZA CLAURE,201401002541; JOSE ALEJANDRO FLOREZ TAPIA ,201401002436; JOSE ANTONIO BUSTOS CABRERA,201401003474; JOSE ANTONIO PEREDO CALDERON,201401001238; JOSE CARLOS PEDRAZA ORTIZ, 201401003026; JOSE DAVID MONTOYA GONZALEZ,201401004234; JOSE ERNESTO CUELLAR FITZGERALD,201401003913; JOSE FERNANDO MACIAS MALDONADO,201401003447; JOSE GUSTAVO OLGUIN MORALES,201401000961; JOSÉ JONATHAN IBARRA CORONEL, 201401000078; JOSE LUISCRESPO FAJARDO,201401001708; JOSÉ LUIS SCHENONE BROMLEY, 201401000842; JOSE MAURICIO DIMAS BAIRES,201401002890; JOSE RAMIRO ARANI-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BAR FUENTES,201401000983; JOSEPH MANUEL PACHECO PACO,201401002736; JOSHUA PATERNINA BLANCO,201401004263; JOSHUA SANCHEZ VARGAS,201401002915; JOSIEL ESTEFANIA VIÑAS ASENJO,201401001180; JUAN ALFREDO GUTIERREZ MARISCAL, 201401004349; JUAN ANDRES COLMAN ARREDONDO,201401003081; JUAN CAMILO RAMIREZ GOMEZ,201401001731; JUAN CAMILO ZULUAGA-ZAPATA,201401004311; JUAN CARLOS DURANT CABALLERO,201401001352; JUAN DAVID MONSALVE BLANDON,201401003737; JUAN DIEGO VARGAS ESTRADA,201401002323; JUAN ESTEBAN CORREA LÓPEZ, 201401003674; JUAN ESTEBAN KATZ DELGADO,201401000852; JUAN ESTEBAN ORTEGA PEREZ,201401003751; JUAN FELIPE OTERO ALVARADO,201401003539; JUAN GERARDO SALAZAR CHAVEZ,201401000686; JUAN JOSE BARAKE GARCIA ,201401003535; JUAN JOSE LONDOÑOMAYA,201401003895; JUAN MANUEL CROSA DÍAZ,201401002971; JUAN MANUEL LANGE,201401002605; JUAN MARIO PORTUGAL COLQUE,201401001902; JUAN MARTIN CONDORI,201401003835; JUAN OSVALDO RODRIGUEZ MIRAÑA,201401004494; JUAN PABLO ZUÑAGUA CUELLAR,201401001087; JUAN SEBASTIAN ANGARITA ESCOBAR,201401003756; JUAN SEBASTIAN BRAVO VALBUENA,201401003114; JUAN SEBASTIAN MEZZA ZARATE, 201401000291; JUAN TOMÁS DOMÍNGUEZ MURRAY,201401003549; JUDITH LUJAN VENEGAS,201401000132; JUDITH ROXANA CALAMULLO CHAYÑA,201401001216; JUECHENG WU,201401004012; JULIAN DAVID ESTRADA RAMIREZ,201401002326; JULIÁN DAVID NIETO BURITICÁ,201401001320; JULIAN RODOLFO SERRANO GUSTAFSON,201401000316; JULIO ANTONIO SANCHEZ AYQUIPA,201401000642; JULIO MERCADO SANCHEZ,201401000105; JULY ANDREA GUERRERO MOLANO,201401002274; KAREN ANDREA MEDINA COSSIO, 201401003610; KAREN ARACELLY AGUILAR ROJAS,201401001091; KAREN MELISSA ABREGO COCA,201401004426; KAREN NATALIA BARROZO VAZQUEZ,201401000654; KAREN NAYELI MENDOZA CAJICA,201401000181; KARIN KOWOL,201401004479; KARINA DE JESUS ROMERO GAMEZ,201401003630; KARINA ELIZABETH CHICAIZA JACOME,201401001517; KARLA LUCIENNE BAYAS CAJAPE,201401000199; KARLA REGINA JUSTINIANO LEIGUE,201401004327; KAROLIN ELISA LLAZA FLORES,201401002469; KATARINA KAMIENIECKA,201401000066; KATERIN PAMELA RODRIGUEZ MOLLO,201401001307; KATERIN TABOADA ROSELL, 201401001891; KATHERINE BEATRIZ PORTOCARRERO CHACON,201401000027; KATHERINE EDITH QUEVEDO ARESTEGUI,201401000417; KATHERINE LEYCEE ROMERO OREJON, 201401001814; KATHYA MILENA HOYOS CARABALLO,201401003082; KATIA LIZBETH DELGADO MORI,201401000377; KETTY KAREN AIRE LAUREANO,201401000206; KEVIN BARRETT,201401000335; KRISSIA ALEJANDRA MORA SANCHEZ,201401003089; KRZYSZTOF SYRYCKI,201401004045; KU LIM,201401000908; LAACK NICOLAS,201401002003; LADY PAOLA MAHECHA MOJICA,201401001936; LARIZA ACOSTA STARK,201401002418; LAURA COSTA CLARET,201401000887; LAURA DESAN,201401004081; LAURA MARIELA BARI,201401003996; LAURA PELLETIER,201401002727; LAURA VICTORIA LOZADA ORDÓÑEZ,201401001390; LAURA VIVIANA CHAUSTRE FANDIÑO,201401004048; LAURA YAMILE SANCHEZ SUAREZ, 201401002964; LE SAUX NICOLAS,201401000647; LEANDRO JORGE QUINTANA PRATO, 201401000363; LENNY GABRIELA GIESE URRESTI,201401003399; LEO STEPHAN,201401004017; LEONEL MEDEROS LORENZO,201401000635; LESLY ALEJANDRA GONZALEZ CAMACHO, 201401003851; LESTER VLADIMIR FRAGUELA MEDRANO,201401000340; LEYDI FIORELA ORDOÑEZ REYES,201401001642; LICETH NATALIA MANRIQUE RAMIREZ,201401004345; LILIANA ALEXANDRA ALVAREZ CAMARGO ,201401003559; LILIANA MARIA CUESTAS ZABALA,201401002892; LILIANA MARIN,201401003466; LILIANA PAOLA CARDENAS MAHECHA,201401002611; LINA ANGELICA HIDALGO PACHON,201401003248; LINA MARIA SACHICA RODRIGUEZ,201401004133; LINARCO OSMA DOMINGUEZ,201401003664; LISANDRO TORTELLA,201401004292; LISSET ASTRID ZARATE RODRIGUEZ,201401003065; LIZBETH JENNIFER CHURA ALEJO,201401002657; LIZETH BUSTAMANTE PORRAS,201401004148; LORENA AZURMENDI,201401003831; LORENA GABRIELA PERALTA GONZALEZ,201401000178; LORENA GRISELDA VEGA,201401001795; LORENZO CALOISI,201401000230; LUCAS MASSUH, 201401003893; LUCERITO HIDOLINA TEIXEIRA ARCENTALES,201401001643; LUCIA INES GIL MEDINA,201401001999; LUCIA INES PESOA FORESTELLO,201401004197; LUCIANA CRISTINA FUENTES NATTES,201401000529; LUIS ALBERTO ARAQUE LOPEZ,201401003034; LUIS ALEJANDRO MARZANO BARREDA,201401001547; LUIS ARMANDO ZAMBRANO DO ROSARIO,201401003339; LUIS CARLOS OSORNO CARMONA,201401001370; LUIS EDUARDO. MARTÍNEZ LLERENA,201401002985; LUIS ENRIQUE OLIVARES PÉREZ,201401003079; LUIS FERNANDO SUÁREZ JUSTINIANO,201401003258; LUIS FRANCISCO ORQUERA MONTALEZA, 201401002159; LUIS JORGE CUADROS ANGEL,201401003368; LUIS MIGUEL GUERRERO CEPEDA,201401002835; LUIS PATRICIO CERDA TORRES,201401001852; LUISA TATIANA CABRERA PEREZ,201401002473; LUZ ANDREA ESCALANTE TELLO,201401001426; LUZ DALIANA ACOSTA CASTELLON,201401000328; MAGALY GUZMAN GONZALES,201401001610; MAHFOUD EL UALI ABEIDA,201401002026; MANUEL AELJANDRO OCAMPO ORTIZ,201401002317; MANUEL FERNANDO PATERNINA VERGARA,201401004371; MANUEL GONDARIZ VIEIRA,201401001013; MANUELA PELAEZ CASTAÑO,201401002575; MARCELA CINTIA BENAVIDEZ CALVO ,201401004353; MARCELA GONZALEZ DE SCHMIDT, 201401001572; MARCELA LUCIA CASTRO CALVACHE,201401002738; MARCELO ILLANES TERRAZAS,201401002612; MARCIA MAGDALENA BRAEMIK,201401001365; MARCOS RUIZ FERNANDEZ,201401003070; MAREEN BUTTER,201401003184; MARGARITA ESCOBAR, 201401002931; MARIA ALEJANDRA NARANJO GAVIRIA,201401003701; MARÍA ANGÉLICA SALMENTÓN PACHIAROTTI,201401003388; MARIA CAMILA BETANCOURT LATORRE, 201401003458; MARIA CECILIA HERVOSO CANDIA,201401001842; MARIA CRISTINA LOZADA CRONEMBOLD,201401004467; MARIA CRISTINA YRIGOYEN ARTEAGA,201401003283; MARIA DEL CARMEN FIGUEREDO FIGUEREDO,201401003516; MARIA DEL PILAR AYALA CONCEPCION,201401001486; MARIA ESTHER NIÑO DE GUZMAN DIESTRA,201401001234; MARIA EUGENIA RODRIGUEZ BALCAZAR,201401003748; MARIA FERNANDA GIL PIEDRAHITA,201401003760; MARIA FERNANDA RIVERO CALDARDO,201401000737; MARIA FERNANDA VASQUEZ DIAZ,201401003046; MARIA FLORENCIA MARIZCURRENA, 201401004227; MARIA JESUS DE LA CRUZ FIGUEROA,201401002364; MARIA JULIANA JIMENEZ LOPEZ,201401002720; MARIA L. GAVIDIA,201401001746; MARIA LILIA CARDONA AUGUSTO,201401004354; MARIA LUISA GUTIERREZ GUACHALLA,201401001740; MARÍA LUISA RODRIGUEZ PERTUZ,201401003776; MARIA LUJAN MARTINEZ APPLEYARD,201401000308; MARIA MAGDALENA LAIME LLANOS,201401000346; MARIA MARGARITA SHANLATTE PEREZ,201401002389; MARIA NATALIA DUATE BARON,201401003147; MARIA PAULA AÑEZ PARADA,201401002057; MARIA PAZ PESANTES MOYANO,201401003973; MARIA TERESA MELLIZO ORTIZ,201401004531; MARIA VALERIA LANTERNA GUARIGLIA,201401003623; MARIANA ALEJANDRA ROSAS FERNÁNDEZ,201401001415; MARIANA AYLEEN BREMERMANN LABARTHE,201401004493; MARIANA BERNAL MORENO,201401003693; MARIANA MANZANARES PRADA,201401003939; MARIANA MENESES MUÑOZ,201401000752; MARIANA PEREGRINO GARCIA,201401000099; MARIANA YAHOSKA CUADRA WAYLAND,201401001295; MARIANGEL ARROYO CORZO,201401002355; MARIBEL TUTA PALACIOS,201401004008; MARIEL FRIAS MEZA,201401000139; MARIELA CECILIACASTRO ALVA,201401000984; MARIELA MILAGROS LAURA COLQUE,201401001805; MARINA ALEJANDRA ANTELO,201401004478; MARIO LUIS DOMINGUEZ,201401001955; MARJORIE CECILIA ESPÍRITU RUIZ,201401000282; MARJORIE ENA ARANIBAR ASILLO,201401001271; MARLENY MARISOL TERRAZAS GONZALES,201401002333; MARQUELA IVETH BATISTA PINEDA,201401001836; MARTHA EVELYN HERNANDEZ SANTILLAN,201401000040; MARTHA VIVIANA RAMOS PAYAN,201401003493; MARVIN ROBERTO RAMIREZ CHAVARRIA,201401001102; MARY LUZ LEGUIA RAMIREZ,201401001993; MARYAN CHAVES FALLAS,201401003066; MARYCARMEN CHOQUEMAMANI MAMANI, 201401001246; MATEO SEBASTIAN ARTEAGA RANNENBERG,201401000238; MATIAS CHIARBONELLO,201401004031; MATIAS SANTIPOLO,201401004431; MAURICIO ALEXANDER VERGEL BRUGES,201401003233; MAURICIO GONZALES VILLAFÁN,201401001607; MAURICIO GREGORY ESTEVEZ ZARATE,201401000077; MAURICIO JAVIER PANIAGUA SAUCEDO, 201401000960; MAURICIO PINTO AVALOS,201401004581; MAURO ANDRÉS QUEZADA ORTIZ, 201401004079; MAYCOL BORIS HUARACHI SANABRIA,201401001503; MAYRA ALEXANDRA PALACIOS CIFUENTES,201401004485; MEDALLY IBAÑEZ QUISPE,201401001872; MELANIE ADELA PLÚAS NAREA,201401003263; MELINA DUMANI,201401001383; MELISSA PAOLA CERON CABALLERO,201401002247; MEYLIN YUTJEI VÁSQUEZ LAM,201401000176; MICHAEL ALEX CALDERON APAZA,201401002480; MICHAEL RONALD CLARO GALLARDO,201401003276; MICHELLE ARROYO,201401002670; MIGUEL ANGEL AVELINO MOLINA,201401000019; MIGUEL ANGEL FUENTEALBA TORRES,201401002348; MIGUEL ARCILA CALLE,201401003096; MIGUEL JIMÉNEZ LORENTE,201401002318; MIGUEL JOFRE BAZAN RUCK,201401002545; MIGUEL SEBASTIAN ARMESTO CESPEDES,201401001052; MILAGROS DEL ROSARIO STEPHAN TORRES AGAMA,201401001374; MILDRED MILVIA MERCADO MURGUIA,201401001041; MILENA ESTEFANY ZEA CASTRO ,201401003110; MIRIAM LIZET PALOMINO ZUÑIGA,201401002499; MIRIAM VIOLETA SALAS PAYEE,201401002023; MIRNA WIEDENMANN,201401002298; MIRTA GARIBOLDI,201401000216; MONICA DEL SOCORRO LOPEZ LONDOÑO,201401002216; MONICA JOHANA SARMIENTO MORALES,201401003673; MÓNICA LILIANA RODRÍGUEZ TOVAR,201401004229; MONICA MAGALI GONZALEZ MAUGER,201401000770; MYRIAM SUSANA BARRERA LOBATON,201401003092; NADIA CAROLINA GUTIERREZ AVENDAÑO,201401004505; NAHUEL BLAZQUEZ,201401002434; NARA PARK,201401002824; NATALIA ANDREA ASFORA ARAYA,201401003255; NATALIA ARISTIZABAL,201401001592; NATALIA DEL CASTILLO PEÑARANDA,201401001187; NATALIA FERNANDA RIVERO MARAÑON,201401001772; NATALIA JIMENA MALDONADO DE CHAZAL,201401000304; NAYHER ANDRES CLAVIJO VALLEJO,201401003827; NEIZA VERENA MONTAÑO CATACORA,201401000496; NELIDA DE LOS ANGELES SILVERO FARIÑA,201401002960; NESTOR BOLIVAR ESPINOZA,201401000971; NÉSTOR ELIÉCER MORENO RANGEL,201401003297; NICOL MASIEL AREVALO MELO,201401003220; NICOLÁS ARTURO OSORIO GRACIA,201401002885; NICOLAS CESPEDES CARDENAS,201401004294; NICOLAS GUTIERREZ ALVAREZ,201401004313; NICOLAS HECTOR JOSE VARZILIO,201401002285; NICOLAS JUAN LAZA GUTIERREZ,201401004214; NICOLAS MUNAR FERNANDEZ,201401003510; NICOLÁS SCABUZZO,201401003192; NISAURY VENTURA ANTIGUA,201401001994; NOEMI LINDA DI ROCCO,201401000332; NOLBERTO HERNANDEZ GARCIA,201401003951; NORKA CANAVIRI RAMOS,201401002920; OCTAVIO ORNELAS DIAZ,201401000155; OLGA CIELO MOLINA DE LA VILLA,201401003477; OLMER ALEXANDER PANTOJA RODRIGUEZ,201401003094; OMAR ALFREDO DAMIÁN MEDINA,201401000760; OMAR DARÍO ALVAREZ MEJÍA,201401002380; ORNELLA MARÍA BRIONI,201401002849; OSCAR DANIEL RAMIREZ CARDONA,201401002358; OSCAR EDUARDO ELIZALDE SILVA,201401003944; PABLO ARMANDO BARBERY IBANEZ,201401002505; PABLO CESAR LABBÉ,201401003239; PABLO CESAR PEREZ FLORES, 201401003216; PABLO CESAR ROMERO PORRAS,201401003330; PABLO DANIEL SERRANO OSSORIO,201401002584; PABLO GOMEZ GARCES,201401003641; PABLO RODRIGO ORTIZ CADIMA,201401003426;PALOMA REAÑO HURTADO,201401001178; PAMELA COCA VELASCO, 201401002952; PAMELA LILI ESPINOZA VALQUI,201401000748; PAOL JHULLIAN ROJAS DE LA CUBA,201401002699; PAOLA ANDREA ANTEZANA ARANCIBIA,201401001275; PAOLA ANDREA MARTINEZ ALBARRACIN,201401003782; PAOLA ANDREA VARGAS ALVAREZ,201401003522; PAOLA RIBERA GARCIA,201401002519; PATRICIA ELENA SILVA GIL,201401003863; PATRICIA MARIA SHANLATTE PEREZ,201401002163; PATRICIA XIMENA MARIN CORONADO, 201401004348; PAULA ANDREA MOSQUERA AAGUDELO,201401003341; PAULA LILIANA RODRIGUEZ SAURE,201401000160; PAULA MARCELA BERNAL CALDAS, 201401001817; PAULINA ALEJANDRA ROJAS MORALES,201401000243; PAULO ENRIQUE GOMEZ ZANABRIA,201401001869; PEDRO DIEGO JIMENEZ SALCES,201401003323; PERCY CALISAYA,201401001667; PETER BRUNO LIJOI,201401004109; PETRA ELISABETH WOLF, 201401000453; PETRA MARIA SHANLATTE PEREZ,201401002381; PETRECCA FEDERICO, 201401001604; PHOOL CRISTIAN CORTEZ TRUYENQUE,201401000245; PRINCIPE ISRAEL CHAMBI RIVERA,201401000039; PRISCILLA PAMELA VERASTEGUI SIERRA, 201401000901; PYERINA KRYSTEL PINEDO VALLES,201401002134; QUÉRÉ GRÉGOIRE, 201401001341; RAFAEL PEÑA HEREDIA,201401001137; RANDY ISRAEL MORENO GONZALEZ, 201401002938; RAQUEL BEATRIZ MANRIQUE LAZCANO,201401004089; RAQUEL ELIZABETH OROZCO LORENTE, 201401003488; RAQUEL PAULINA AYAMAMANI ZUÑIGA,201401001747; RAUL DAVID ACUÑA,201401002257; RAYNAL PIERRE,201401003150; RÉGIS BOURRINET, 201401003011; RENATO BRENTS RAMIREZ RIOS,201401001879; RENÉ LAUTARO FLORES CASTRO, 201401001585; RENEE ANGEL ESPINOZA QUISPE,201401002053; RENSO ALFREDO ARAGON CALDERON,201401002816; RICARDO DANIEL ZUÑIGA PAVON,201401001914; RICARDO JAVIER CHARFUELAN,201401002959; RICARDO NELSON ZEVALLOS ZAVALETA, 201401001396; RICARDO PACHECO ALVAREZ,201401004152; ROBERTO CARLOS CHUQUILIN GOICOCHEA,201401000899; ROBERTO CARLOS RÍOS CORREA, 201401001042; ROBERTO GUZMAN ROCA,201401000829; ROBERTO JOSE RINCON QUIROGA, 201401003053; ROBERTO JOSEF CAMACHO CUYA,201401000381; RODNEY MIGUEL GONZALEZ CACERES,201401003309; RODOLFO VALENTINO QUISPE PALOMINO,201401000500; RODRIGO JAVIER SALINAS VARGAS,201401004572; RODRIGO RAMIREZ BUELVAS,201401003769; ROGELIO GONZALO COHELLO AGUIRRE,201401001263; ROGER EDSSON GOMEZ MIRANDA, 201401000546; ROGER EMILIO AGUAS CARDENAS,201401002495; ROGUER MARIO PAREDES FALCONI,201401001009; ROLY ERLAN PARDO VELASCO,201401003102; ROMEL RIVERO SAAVEDRA,201401001972; RONALD PROVOSTE,201401002549; ROSA CAROLINA DABDOUB PAZ,201401004055; ROSA GUILLERMINA CARELA VALVERDE,201401002233; ROSALINDA BELTRAN CONTRERAS, 201401000212; ROSIO GEYDI VARGAS RODRIGUEZ,201401004334; ROXANA BLANCO VILLARTE,201401000025; RUBEN DARIO PEINADO ARAUZ,201401000930; RUBEN GERARDO VELASQUEZ RODRIGUEZ,201401000658; RUDIGER WILSON GOMEZ VICENTE,201401000545; RUGGERO FIASCO,201401000089; SABRINA HABOBA,201401003105; SANDRA BEATRIZ REYES ALVEZ,201401001363; SANDRA CRISTINA DIAZ DIAZ,201401001292; SANDRA ERIKA CARMONA ESQUIVEL,201401000032; SANDRA LICETH REINOSO ARIAS, 201401003962; SANDRA MABEL SANCHEZ SANCHEZ,201401001629; SANDRA XIMENA TRUJILLO MORENO,201401002423; SANGKU KWON,201401000754; SANNY MARISSE VENTURA LUNA,201401001031; SANTIAGO JOSÉ PINILLOS MÁRQUEZ,201401003165; SANTIAGO VALENCIA PATIÑO ,201401004484; SARA CEBALLOS CHAVERRA,201401003729; SASHENKA LAZO ORTEGA,201401000151; SAYRA JOHANNA PEDRAZA CARRILLO,201401004474; SEAN DILLON,201401000193; SEBASTIAN CHUQUIPIONDO SALVADOR,201401002082; SEBASTIAN RICARDO PORTOCARRERO ALVARADO,201401004468; SENA ZEEWIJK, 201401004430; SERGE JEAN ALBERT BOURATROFF,201401003151; SERGIO ACUÑA BALLESTEROS,201401002954; SERGIO DANIEL GAR-

PUBLICAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

CIA CHACON,201401001946; SERGIO GRATTON,201401004293; SILVANA HIGA COIMBRA, 201401003568; SILVIA GRACIELA ROJAS ENCALADA,201401003564; SIWOO MOON, 201401000768; SOLANGE SOFÍA PAEZ MELGAREJO,201401002329; SOLANHS MERLY ACERO QUINTO,201401002582; SONIA CAROLINA JUAREZ LOPEZ,201401000083; SONIA NALLELY AZUETA TORRES,201401000047; SONIA VANESSA MIRES MONTORO,201401000477; SOYEON YOO,201401000466; STEFAN WEYMANN,201401002731; STEPHANI FABIANA VACA PONZ,201401004075; STEPHANIE DEL CARMEN RUIZ DAVILA,201401000436; STEPHEN DE MELO RUTHERFORD,201401001349; STHEFANNI BELTRAN GOMEZ,201401000540; SUSANA QUIROS COGNUCK,201401003031; TAKAHIRO MURAKAMI,201401001630; TAMARA BELEN LONGONI,201401000202; TAMARA ELIZABETH ALVEZ RODRIGUEZ,201401003764; TANIA ALBA MEDRANO,201401000164; TANYA DEL ROCIO MENESES BAQUERO, 201401003854; TATIANA LISSY LIFONZO SANCHEZ,201401000880; TATIANA MARGARITA PAZ CARRIAZO,201401002794; TATIANA SASOVSKY,201401004287; TERESA MARGARITA LANCHIPA ALE,201401002145; THOMAS GUYOTON,201401004111; TIFANY BATATEIRO, 201401004101; TOMAS JAVIER PEÑA MORA,201401004543; TSUMICO NOEMI HOSSANA NAKAYO CABRERA,201401001669; URI HAROLD PEREZ GUERRA,201401001743; VALERIA DENISE CARMONA,201401001783; VALERIA DIAZ ASTAIZA,201401002301; VALERIA PAOLA SUÁREZ GALICIA,201401000145; VENECIA MARIELA HERNANDEZ LEON,201401000731; VERONICA LUCIA ROSSI,201401004290; VIANCA NATALY PEREIRA ZEBALLOS,201401002749; VICTOR ENRIQUE VARGAS RODAS,201401004609; VICTOR FERNANDO SERENO SALAZAR, 201401000038; VICTOR HELMURTH GAMARRA TOLEDO,201401000043; VICTORIA RODRÍGUEZ ROMERO,201401000028; VINCENZO RAGO,201401000449; VIVIANA ANDREA ARIETTI ROTELA,201401004365; VIZMAR CALLAO VARGAS,201401003683; VLADIMIR ENRIQUE GUZMAN JAVIER,201401002917; WALDO ADRIEL MURIEL CLAURE,201401000689; WENCESLAO QUISPE YAPO,201401000861; WIGGER BREINER GUALDRON IPUCHIMA, 201401004548; WILFREDO IVAN OCZACHOQUE CRUZ,201401001526; WILLIAM ALBERTO SANDIGO PERALTA,201401000333; WILLIAM RAÚL CONTRERAS MORENO,201401001645; WILMER ALEXANDER ENCIZO MOLINA,201401003717; WILSER GORDILLO LIMA, 201401000552; WILSON DAVID ABASTOFLOR ADAD,201401002405; XIAODAN CHEN, 201401002438; XIMENA ROSA PEREZ ANDONOFF,201401003724; YACKSON JOSE RUIZ SOJO,201401003992; YADIRA EUGENIA BORRERO RAMIREZ,201401002981; YANETH PAULA CARTAGENA BUSTINCIO,201401001063; YANINA ANGIE ESCOBAR TICONA,201401000818; YAZZANAYA ENRIQUE CONCHA QUEVEDO,201401001176; YEA EUN KIM,201401001160; YEHUDI YEMURI YEPEZ VASQUEZ,201401001546; YENI VARILLAS TACZA,201401001561; YENNY KATHERINE ROSALES GONZALEZ,201401003952; YERLE MIGUEL ANGULO ORTIZ,201401002203; YESENIA MARIA QUISPE BARRIGA,201401001742; YESSENIA ALEXANDRA AQUIJE FLORES,201401000302; YOBANA MILAGROS CALSIN CHAMBILLA, 201401001786; YONAIKEL JOSUHE CONTRERAS ACOSTA,201401001977; YUDITH LUNA CAUNA,201401001077; ZOILO JOSÉ GUZMÁN QUIROZ,201401002356; ZULEYDITH ZUELY SALAZAR ALARCON,201401003945.

CERTIFICADO INTERMEDIÁRIO SUPERIOR

ABIGAIL BOSADA PÉREZ,201401000187; ADELA NATALIA ARGUELLO MOSCOSO,201401002369; ADELAIDA ALARCÓN SÁNCHEZ,201401000632; ADIAIRY JOSE CACERES GONZALEZ, 201401003750; ADOLFO DAVID MENDOZA TRILLERAS,201401004337; ADRIAN ALEXIS CORREA FIGUEREDO,201401000249; ADRIAN BEDOYA MEY,201401000021; ADRIAN FERNANDO CASTRO BURITICA,201401003158; ADRIANA MARIA DIAZ ANAYA,201401003400; ADRIANA MERCEDES ALEJO VILLAMIL,201401001481; ADRIANA PAOLA PAREDES PENAFIEL,201401001433; ADRIANA PEREIRA MARTINEZ,201401002202; ADRIANA VARELA MONTENEGRO,201401003000; AGOSTINA PALMERO,201401002684; AGUSTINA BRIGNOLO,201401003432; AGUSTINA TENTONI,201401000795; ALBERTO ALONSO ALVARADO LASSO,201401000587; ALBEY EDUARDO ALPIZAR ZÚÑIGA,201401004242; ALDO DAVID MARTINEZ BENITEZ,201401000522; ALEJANDRA ANDREA ROMAN LAY,201401002548; ALEJANDRA CRISTINA CERIANI,201401001450; ALEJANDRA IANNONE GARRIDO,201401004506; ALEJANDRA MARIA ESCALONA BOLAÑOS,201401000521; ALEJANDRA MARIA GODOY RODRIGUEZ,201401001073; ALEJANDRA PAOLA SANCHEZ BOLIVAR,201401003385; ALEJANDRA PRAT,201401000483; ALEJANDRA RINCON BUITRAGO,201401003154; ALEJANDRA VELA PATIÑO,201401003259; ALEJANDRO GARCIA PEREZ,201401004487; ALEJANDRO MAZZONI,201401002595; ALEJANDRO RAFAEL BONZI VERA,201401000805; ALEN FABIAN GALVIS ACERO,201401003041; ALEX ANTEZANA LOZA,201401001864; ALEX PENA,201401003076; ALEXANDRA SANCHEZ ZEGARRA ,201401001839; ALEXANDRA VIVANCO VALENZUELA,201401001793; ALEXIS DE SOUSA,201401004283; ALICIA GOMEZ FERNANDEZ,201401004248; ALICIA SOFIA CUELLAR GAMEZ,201401003904; ALIZÉE CORREARD,201401001401; ALONSO PARDO VARGAS,201401004314; ALVARO ADOLFO FACCINI MARTINEZ,201401001430; ALVARO ARIEL GOMEZ,201401002169; ALVARO FERNANDO PEREZ VICTORIA,201401000072; ALVARO ORTEGON BUITRAGO,201401003728; ALVARO RAFAEL CAMACHO ORTEGA,201401000896; AMALIA BONAFÉ CARRASCO,201401004269; AMANDINE GALLAIS,201401001420; AMARANTA AVILES,201401002987; AMELIE ISABEL ESTRADA ZUÑIGA,201401002067; AMÉLIE MORIN,201401003125; ANA CAROLINA SUBIRANA SUAREZ,201401002804; ANA CECILIA ESCOBAR RAMIREZ,201401003310; ANA CLAUDIA GARCÍA NOGUERA,201401001711; ANA CRISTINA MUÑOZ OBANDO,201401003449; ANA HERVAS SERRA,201401002647; ANA ISABEL PANIZO NEARY,201401003430; ANA MARIA BARRIENTOS ROJAS,201401001054; ANA MARIA DOS SANTOS DA ROSA,201401001568; ANA MARIA ESPITIA DAZA,201401003633; ANA MARIA VEGA VELEZ,201401003482; ANA PATRICIA GILBON GARCIA,201401000060; ANA ROCIO GUZMAN BENAVIDES,201401003095; ANA VICTÓRIA JAZMIN BOGARIN GUERRA,201401000641; ANABELLA CONSTANZA ESPÓSITO,201401000693; ANAÍ CERVANTES,201401000048; ANDREA CECILIA LUNA ROJAS,201401000633; ANDREA GEORGINA SANTAMARIA VILLALTA,201401002730; ANDREA GIL,201401004009; ANDREA GISELLE CEVALLOS AVILA,201401002293; ANDREA LIMA CONDE,201401002168; ANDREA PAOLA PATIÑO GUERRA,201401002305; ANDREA PATRICIA ATUESTA MEZA,201401003812; ANDREA WILLMA CHOQUE CAMPERO,201401000620; ANDRES ALBERTO ZULUAGA SALAMANCA,201401003688; ANDRÉS FELIPE VÁSQUEZ NIÑO,201401002977; ANDRES MARTIN SEGAL,201401001962; ANDRES MAURICIO MONTENEGRO VERGARA,201401001639; ANDRES ROLLANO PEÑALOZA,201401000239; ANELIM FERNANDA BUSTAMANTE PATIÑO,201401004030; ANGEL LLUNCHIAN CHIA LAULATE,201401000130; ANGELA ESTRADA PERAZA,201401002255; ANGELA YEISSEL BECERRA LOVERA,201401004438; ANGELICA LORES MEDINA,201401000850; ANGELICA MARIA ARIAS ORTIZ,201401003982; ANGELICA MARÍA USCÁTEGUI DACCARETT,201401003231; ANGELICA VALERIA JALDIN PINTO,201401003470; ANGELY PAOLA VALLE CASTRO,201401001714; ANGIE JOHANNA TRIANA ARANDA,201401002671; ANGIE ROCIO QUEVEDO RUIZ,201401003456; ANIBAL FEDERICO VARGAS,201401000955; ANIBAL FLORES NUÑEZ DE LA TORRE,201401000437; ANIBERKA DEL CARMEN ROSARIO SOLIS,201401000074; ANICK CAROLINA PEREDO GIRARD, 201401001797; ANNAPIA SONNESSA,201401000120; ROSARIO SOLIS,201401000074; ANICK CAROLINA PEREDO GIRARD,201401001797; ANNAPIA SONNESSA,201401000120; ANNKRISTIN MEYHOFF, 201401001018; ANTOINE GELY,201401004264; ANTONIO TOBÓ RESTREPO,201401001074; ARIANA ANDREA RIQUELME TRONCOSO,201401002002; ARIEL ALEJANDRO ARCE MACIEL,201401000857; ARIEL MURDOCCA,201401000972; ASTRID CAROLINA LURMAN GILL,201401000292; ATILIO DANIEL BRUN ROJAS,201401002680; AURA BEATRIZ POLO LARA,201401000993; AURORA MARTINEZ GARCIA,201401000281; AXEL FEDERICO WASSERMAN,201401000796; BEATRIZ NOEMI ROJAS RIVERA,201401000875; BEATRIZ ZURERA MARTÍNEZ ACITORES,201401003427; BELEN SALSAMENDI ARGUELLO, 201401002550; BERENGERE BONIFACIO NEVES,201401004121; BERTRAND CALVAYRAC, 201401002925; BJOERN LINDEMANN,201401004118; BLANCA ENITH LEMUS PEREZ, 201401004254; BRAYAN ALEXANDER FONSECA MARTINEZ,201401001804; BRAYAN STEVEN ORJUELA PICO,201401004319; BRENDA GISELLE SANCHEZ LEYTON,201401000431; BRIAN CAMILO TRIANA ARANDA,201401002750; BRUNO ADRIÁN BARLASINA,201401003301; BRUNO IGNACIO GIMENEZ IRUN,201401000234; BRUNO LEVY,201401004537; BRUNO MARTÍN IMBERT ALVAREZ,201401003451; BYRON GIOVANNY OSPINA FLORIDO ,201401004139; CAMILA ALEJANDRA LOAYZA VILLENA,201401001226; CAMILA BORDA SAMPER,201401002199; CAMILA EUSTATHIOU de los SANTOS,201401001694; CAMILO ERNESTO BOHORQUEZ SANCHEZ,201401003687; CAMILO ESTEBAN TORRES AVILA,201401002772; CANDELA SAN ROMÁN BALONI,201401003315; CANER AKCAN,201401003977; CARINA MAESTRO BARRIOS, 201401002788; CARLA ANDREA MOLINA GARCIA,201401001157; CARLA MICHELINE RIOS LAIRANA,201401001228; CARLO ALFREDO BOURONCLE EGOAVIL,201401000976; CARLOS ALBERTO HERNANDEZ CEJA,201401003873; CARLOS ANDRES ORTIZ MAHECHA,201401003240 ; CARLOS ÁNGEL MATEOS GIL,201401000361; CARLOS EDUARDO OMAÑA FUENTES, 201401002368; CARLOS EDUARDO RESTREPO RUIZ,201401002530; CARLOS FEDERICO GAUNA KAISER,201401001273; CARLOS FEDERICO LEAL VERGARA,201401002969; CARLOS FEDERICO RAMON VARGAS FERREIRA,201401004602; CARLOS FERNANDO TORRES OVIEDO, 201401001289; CARLOS FREDDY ARMIJO VILLARROEL,201401000183; CARLOS GABRIEL CALERO PALMA,201401004331; CARLOS IVÁN MESA CASTRILLÓN,201401002527; CARLOS LEONEL CHERRI,201401003272; CARLOS MARIA FERNANDEZ GOMEZ,201401002839; CARLOS OMAR ARANDA GUERRERO,201401001893; CARLOS SCHAPIRO,201401004130; CARLOS XAVIER ORDEÑANA PONTON,201401003121; CARMEN PAOLA CÁRDENAS DÍAZ,201401001075; CAROLINA ARANGO PEREZ,201401003404; CAROLINA BORDA DE SIMÕES,201401004198; CAROLINA CECILIA DE AMAT HERBOZO,201401001424; CAROLINA GONZALEZ APONTE, 201401003914; CAROLINA INCERTI SOMALO,201401002143; CAROLINA KELLY,201401002448; CAROLINA MAGINI,201401001538; CAROLINA TELLECHEA DARDANO,201401002180; CAROLINA VILLADA CASTRO,201401002620; CATALINA SANTOYO DANGOND,201401003119; CECILIA MARIEL BOSSI,201401003624; CECILIA MEDORI,201401003809; CELESTE ZUCCHI, 201401000917; CÉSAR ALBERTO MERA RUIZ,201401004528; CESAR AUGUSTO AGUIRRE ECHEVERRY,201401000629; CESAR EDUARDO OSORIO SANCHEZ,201401003699; CHRISTIAN SANTIAGO CÓRDOVA GUEVARA,201401001597; CHRISTIAN SNYDER MORENO MARTÍN, 201401002567; CHRISTOPHER KUDIALIS,201401004158; CIELITO SARAH MARIE CLARI YALUFF,201401001008; CIELO NATALY DE LA MAR GONZALEZ MOYANO,201401001460; CINDY ARELY TREJO OCAMPO,201401001150; CINTHIA CONDORI ZENTENO,201401001297; CINTHIA DAYANNA FERREIRA BASTOS,201401003813; CINTHIA VALDEZ TOLEDO, 201401001621; CLAIRE DAMAR,201401001868; CLARA JUDITH SERVIAN GOMEZ,201401002940; CLARA MERCEDES LEON RODRIGUEZ,201401004420; CLAUDIA ANDREA QUISPE MERCADO,201401000934; CLAUDIA ARROYO QUISPE,201401001293; CLAUDIA BEATRIZ BALBO VARELA,201401003569; CLAUDIA BEATRIZ FLORES ARGUETA,201401001588; CLAUDIA HEBE ANDUAGA,201401003736; CLAUDIA JUSTINIANO CANDIA,201401004500; CLAUDIA MABEL NUÑEZ TORRES,201401001618; CLAUDIA MEDRANO BALLON, 201401000342; CLAUDIA SUSANA SERRANO GUZMAN,201401003704; CLAUDIO MAURICIO ZETT LOBOS,201401003786; CLOTILDE HOPPE,201401003275; COLLIN GREGOIRE PAUL FELIX,201401000706; CONSUELO VALENTINA MARTELLI VIVANCO,201401003563; CORALIA MACARENA QUENHAN RIVEROS,201401003494; CRISTHIAN ALEJANDRO FERNANDEZ LEGUIA,201401000177; CRISTHIAN DANIEL POMATA BALBUENA,201401003929; CRISTHIAN MAURICIO JARA PISCO,201401001549; CRISTIAN AUGUSTO LAFAURIE MELENDEZ,201401004524; CRISTIAN JASCHA JACOB GREZ,201401003884; CRISTIAN SÁNCHEZ GOMEZ,201401000339; CRISTINA DE SAN ROMAN,201401004163; CRISTINA LLADO MOR,201401003658; CRISTINA PAMELA VALLEJO CARRASCO,201401003554; CRISTOPHER GERARDO YERENA HUESCAS,201401000009; CYNTHIA KAREN MONTENEGRO MIREZ,201401001454; DAN ABEL CASTRO FLORES,201401000067; DANIEL ALEJANDRO CONCHA ZEGARRA,201401000553; DANIEL ALEJANDRO PADRINO MARTÍNEZ,201401004424; DANIEL ALEJANDRO ULLOA LOPEZ,201401003876; DANIEL CAMILO CORTES BOJACA,201401001983; DANIEL CASERO GARCIA,201401001406; DANIEL CASTRO CORREA,201401003409; DANIEL GARCIA ANGEL,201401003250; DANIEL GUARIN VALENCIA,201401003511; DANIEL JOSE GALLEGO GUARIN ,201401001638; DANIEL JUAN GANDARILLAS QUIROGA,201401000322; DANIEL VELÁSQUEZ MUÑOZ,201401002299; DANIELA ANDREA ORTEGA ANTE,201401004247; DANIELA ARISTIZABAL ZULUAGA,201401004329; DANIELA CECILIA SORUCO FLORES,201401000527; DANIELA LORENA CANELAS MONTAÑO,201401003350; DANIELA QUARTO,201401000253; DAPHNE LICEL BRANDAN,201401001558; DAVID ACOSTA DÍAZ,201401000728; DAVID ALEJANDRO ENCALADA LOPEZ,201401001595; DAVID ALEJANDRO HERRERA MOREANO,201401003845; DAVID ALEJANDRO LAZO VASQUEZ,201401002231; DAVID ALEXANDER HIDALGO AGUILAR,201401002049; DAVID ALONSO SHIGUEKAWA VILCHEZ,201401001322; DAVID CASADO ROMERAL,201401001225; DAVID ERNESTO BENALCAZAR CHANG,201401000156; DAVID FELIPE CORTÉS CHACÓN,201401002626; DAVID FELIPE GALLO CAYCEDO, 201401003907; DAVID GERARDO ALVARADO CAÑIZARES,201401001593; DAVID SANABRIA PALACIO,201401003545; DAVIDE DA CAS,201401002254; DAVIDE MAIORCA,201401000790; DAYAN CLAIRE ALE SOTO,201401000940; DAYANA VANESA ROMERO MONROY, 201401001651; DAYHAN AUDREY CAPADOR PIRACOCA,201401002414; DEBORA SARONA MORENO TAFUR,201401000421; DELFINA CAULA,201401003546; DEVI LESLIE VARGAS SAN MARTÍN,201401002725; DIANA CAROLINA OCAMPO RIVERA,201401001702; DIANA CAROLINA VARGAS GALLO,201401003757; DIANA CATALINA SALAS MUÑOZ,201401003796; DIANA JUDITH PAOLA MOLINA GONZALEZ,201401000128; DIANA MARCELA MEJIA GRANADOS, 201401004200; DIANA MARCELA PAREDES MARIN,201401002433; DIANA MARISOL HERNANDEZ RODRIGUEZ,201401003547; DIANA MERCEDES CALDERON CARRASCO, 201401001451; DIANA PATRICIA HIDALGO CEDEÑO,201401000922; DIANA SOFIA GARZON ROMERO,201401003401; DIANA VALERIA SOLTYSIK MOLINA,201401001890; DIEGO ALEJANDRO CORRALES CARO ,201401004393; DIEGO ALEJANDRO FLORES ORTIZ,201401000205; DIEGO ANDRES LARROTTA CASTILLO,201401003805; DIEGO FERNANDO GÓMEZ LÓPEZ,201401003826; DIEGO FERNANDO HERNANDEZ ARENAS,201401003524; DIEGO FERNANDO MORA CALLE,201401002188; DIEGO OMAR GAUNA,201401001942; DIEGO PETRUSZYNSKI,201401003085; DIEGO REY SUN HAN,201401001364; DINA YENI ALANOCA GONZALES,201401001898; DIVA VICTORIA LILLO RODRIGUEZ,201401004556; DJAMBO MATAMOROS,201401001840; DORA LUCIA VALLEJO ARDILA,201401003101; DORA MARINA SANZ,201401003986; DORIAN ADIACT AMARU GONZÁLEZ CASITLLO,201401002808; DOROTA SYKUCKA,201401002664; DYLAN ATTAL,201401002809; EDGAR

EXEMPLAR DE ASSINANTE PROIBIDO A REVENDA

GUIOVANNY MONASTOQUE PARRADO,201401003862; EDISON ANDRES POGO MACAS,201401002374; EDUARDO RUIZ PUENTES,201401003207; EILEEN LAURA ROCA ALFARO,201401000090; ELIS ESTHER MEZA PEÑA,201401003838; ELISA TOMAS LAWRENCE,201401002570; ELISABETTA ANGELO,201401000306; ELISE DIDIER,201401003423; ELIZABETH MULATTIERI CORREA,201401004000; ELIZABETH RUIZ ALVAREZ,201401000526; ELPIDIO DELIO COLLADO MARMOLEJOS,201401001098; EMILIANO VERDENELLI,201401003679; EMILIO FERNANDO MONTENEGRO ALVARADO,201401002030; EMILLE DEL PILAR FLORES RIVERA,201401000626; ENZO MARIO BOSCHETTI VILLALBA, 201401004443; ENZO SOCCIO,201401002236; ERICKA MASSIEL BRAVO JIMÉNEZ,201401001584; ERIKA BALLINAS SEGOVIANO,201401000180; ERIKA LUCIA CASTAÑEDA CHECA, 201401000192; ERIKA PAOLA CAGUANO CAZA,201401000568; ERIN TANNER,201401004144; ESTEBAN CABREJA HURTADO,201401004184; ESTEBAN ENRIQUE MACHUCA CABRERA, 201401003787; EVA MARIA FREILE PINOS,201401003117; EVA VILLARRUBIA GUBA, 201401003418; EZEQUIEL RAÚL BASSA,201401004622; FABIÁN ALEJANDRO CRUZ PÁEZ, 201401002640; FABIANA BISARO,201401003578; FABIANA CECILIA EBBA,201401003634; FABIO RENATO MORÍNIGO WOLF,201401003198; FABIOLA JANNETH CHAVEZ PARRA,201401000341; FABRICIO ORLANDO SUAREZ NARANJO,201401001121; FAHY LAURENCE,201401002604; FANNY YOLANDA ALVARADO RUIZ,201401003579; FATIMA LOURDES MORALES INTRIAGO,201401001068; FEDERICO CAETANO GRAU,201401004497; FELLAL FAUZI, 201401002106; FERNANDO ALARCON DE LA LASTRA HALCON,201401003663; FERNANDO ANDRES BADILLO CAMARGO,201401004472; FERNANDO DANIEL ROCHA TRINDADE, 201401002407; FERNANDO PÉREZ CRUZ,201401003177; FERNANDO RAFAEL YÁNEZ VALVERDE,201401001995; FERRER SEBASTIAN FRANCO GODOY,201401002631; FIORELLA NIPOLI RUIZ,201401001445; FLORENT PREVOST,201401001590; FRANCI VIRGINIA QUIRITA TAIPE,201401000538; FRANCIS NELSON CAMACHO MONTAÑO,201401000688; FRANCISCA ESTENSSORO,201401002976; FRANCISCO DIAZ PISANO,201401000815; FRANCISCO FABIAN SAEZ,201401002697; FRANCISCO ISAIAS VELASQUEZ SEMPER,201401003072; FRANCISCO JAVIER CALDERA BUSTOS,201401000512; FRANCISCO ROBERTO MARROQUIN ROGEL, 201401004422; FRANCO ANTONIO SUAREZ,201401002988; FRANCO GUIDO CIPRIANI, 201401001739; FRANKLIN RENATO ROBLES ALBORNOZ,201401000432; FREDDY CALDERON CHOQUE,201401000623; FREDDY HERNANDO CASTRO BADILLO,201401003067; FRIEDRICH JOHANN NEPOMUK FÜGER,201401002649; GABRIEL DARÍO LÓPEZ ZAMORA,201401001844; GABRIEL DAVIES,201401004540; GABRIEL FELIPE CABEZAS RIBEIRO,201401002879; GABRIEL FRANCISCO LÓPEZ JODAR,201401004526; GABRIEL VIQUE VALERIANO,201401001344; GABRIELA ANNABEL CUENCA PORTILLO,201401002101; GABRIELA BONILLA PACHECO, 201401002419; GABRIELA CARBALLO,201401004062; GABRIELA CHAQUINGA NAVARRO, 201401002884; GABRIELA MARGARITA HERNANDEZ RODRIGUEZ,201401003093; GABRIELA MERCEDES SANTAMARIA VILLALTA,201401002615; GABRIELA MERINO ARÉVALO,201401000014; GABRIELE ROCCARO,201401000460; GABRIELLE DA CUNHA,201401001521; GARY MICHEL DOMINGUEZ ANEZ,201401001707; GARY OSMAR CAICHIHUA LABAJOS,201401001112; GERARDO LOPEZ CASTILLO,201401000004; GERMAN ALEJANDRO MARTINEZ VILLACIS,201401000516; GERMAN CAMILO LOZANO GUTIERREZ,201401004538; GERMÁN DAVID MEDINA ROJAS,201401001224; GIANGIACOMO OLLANDINI,201401000542; GILBERTH JOSÉ ALVARADO BARBOZA,201401004213; GIOCONDA GABRIELA FRANCO PEREZ,201401004552; GIOMARA SDENKA FILIPOVICH ZARATE,201401003514; GIOVANNA MERCADO TORRES,201401000573; GIOVANNI CEBALLOS JARAMILLO,201401004129; GISELLE TATIANA SUAREZ CASTELLANOS,201401003499; GIULIA PIZZUTI,201401000135; GLADYS MARÍA MARTINI TARRAGONA,201401002759; GLADYS YISSEL QUINTANA DUARTE,201401003353; GLEN JASPER YUPANQUI GARCÍA,201401000433; GLORIA MARIA CASTANEDA MARIN,201401004112; GLYLIN BUCHANAN,201401001796; GONZALO NICOLAS GAETE DIAZ,201401002737; GONZALO PASCUAL,201401003920; GRACIELA GUADALUPE BUENFIL CAMARGO,201401003878; GUICEL NAYIBE VERA CHAVES, 201401003531; GUILLERMO ADOLFO SPIKA,201401001662; GUILLERMO ALEJANDRO PALOMO MEDRANO,201401000112; GUILLERMO MARCELO GABAZZA NÚÑEZ,201401001049; GUSTAVO ARIEL OJEDA ROCHA,201401002728; GUSTAVO DEMIAN MERLO,201401003202; HAROLD MAURICIO NIETO CASTILLO,201401002160; HAYDEÉ LILIANA VERA ROJAS,201401000681; HECTOR RENATO VARGAS ANTONIO,201401000747; HENNING KOHRS,201401000461; HERNÁN CAMILO JURADO GÓMEZ,201401002393; HERNAN GABRIEL ESTRIN,201401003671; HERNANDO MAURICIO DIAZ MARTINEZ,201401004482; HOLLY O' REILLY,201401002012; HUGO ALFREDO LAGO ZARRILLI,201401001698; HUGO EYNAR RIOS SALDIAS,201401001892; HUGO FERNEY MARTÍNEZ PATIÑO,201401003006; IANARA MICAELA RODRÍGUEZ SILVEIRA,201401000424; IBETH ALEJANDRA ZEA ROMERO,201401003526; INGRID STEFANIA ZARATE GALINDO,201401002253; INGRID VANESSA TRIVIÑO BOHÓRQUEZ,201401002394; IRENE COSENTINI,201401000273; IRENE MARTÍN CRESPO,201401004052; IRIEL ARACELI JOERIN LUQUE,201401004446; ISAAC GÓMEZ MESA,201401000665; ISABELLA ASTUDILLO MESIAS,201401003300; ITALO ERLAND PARDO FINNI,201401001952; IVAN ANDRES GARAY RIVERA,201401003583; IVÁN DAVID CORAL BURBANO,201401001925; IVAN DE JESUS TORREGROZA ALDANA,201401003134; IVAN RESTREPO,201401000447; JACKELINE AIMARETTI SAAVEDRA,201401002006; JAIME ANDRES ARIAS CRIOLLO,201401002537; JAIME ANDRÉS SILVA GÓMEZ,201401002508; JAIME DAVID UQUILLAS ITURRALDE,201401003130; JAIME NEMESIO HUASCO ESCALANTE,201401001181; JAIRO JESUS PINTO HIDALGO,201401003998; JANNELL OBREGON ALZAMORA,201401000729; JANSET MARILYN ROJAS CHACIN, 201401004432; JAQUELINE LIZZETH TERCEROS MENDOZA,201401002552; JAVIER ALBERTO SANABRIA CASIANO,201401004172; JAVIER OUTUMURO,201401000962; JAVIER REYES SANCHEZ,201401003366; JAVIER SESÉ FUENTES,201401003934; JAZMIN QUEVEDO CASCANTE,201401002472; JEAN CARLO MAYTA CALDERON,201401001053; JEANNETTE IVONNE CANALES DE BARRIENTOS,201401001463; JEISON DUVAN DIAZ RODRIGUEZ, 201401001959; JENNY CAROLINA HURTADO PATIÑO,201401002554; JENNY CAROLINA ROSERO HENAO,201401000235; JENNY MAYELLIN ARIZA MEDINA,201401002644; JESICA CARLA SALERNO,201401003519; JESSICA MARLEN TRAPERO,201401000148; JESSICA PAOLA CASTRO ROJAS,201401003071; JESUS ANTONIO LIÑARES DOPAZO,201401004421; JESUS CRIADO GAVILAN,201401000563; JESÚS FLORES BARRIGA,201401004265; JESUS IGNACIO DELMORAL BARBERA,201401002302; JHOBANI RUBEN VILLARPANDO COLQUE, 201401000501; JHONATHAN DAVID RODRIGUEZ CHACON,201401003537; JHONNY PEDRO MEJIA MERCADO,201401000835; JIANFENG WU,201401001358; JIEYAO LIN,201401003645; JIMMY JOEL LAYME PONGO,201401002863; JOAN KARLHOS JIMENEZ ADRIANZEN, 201401000152; JOEL HERNAN FLORES MARTINEZ,201401000188; JOHANA PAOLA GALLARDO ALBORNOZ,201401003909; JOHANNA CELIS HURTADO,201401003747; JOHANNA MARCELA OSORIO BERMUDEZ,201401002158; JOHN ALEXANDER BENAVIDES BERNAL,201401003120; JOHN HELBERT PEDRAZA MALO,201401004278; JONATTAN ALEXANDER MUÑOZ ORREGO,201401002821; JORGE ABNER INOCHEA PAREDES,201401002032; JORGE ARMANDO ORTEGA DOMÍNGUEZ,201401000008; JORGE DANIEL PÁEZ MENDIETA,201401000834; JORGE EDUARDO VAREA RIBADENEIRA,201401002888; JORGE EDUARDO VELANDIA DURÁN,201401004165; JORGE ENRIQUE VILA NUÑEZ,201401001973; JORGE HUMBERTO OJEDA BUENO,201401002517; JORGE PABLO NIEVES GANCHEROV,201401000454; JOSBRIEL ANDRE TAPIA ALARCON,201401002838; JOSE ANTONIO DE ALMEIDA CALDERON, 201401001821; JOSÉ ANTONIO UREÑA MUÑOZ,201401002464; JOSE CARLOS REY CAABEIRO, 201401003162; JOSE CLAUDIO ESPINOSA ROCHA,201401000252; JOSE DIEGO ESCRIBANO HERNÁNDEZ,201401003428; JOSÉ FERNANDO SOLARTE TOVAR,201401001970; JOSE GABRIEL FLORES LUQUE,201401000966; JOSE IGNACIO RANGEL BARON,201401002572; JOSÉ ISIDRO DÍAZ GÓMEZ,201401003584; JOSÉ JAVIER RODRÍGUEZ CUELLO,201401000138; JOSE LEONEL CHAVES MORAES,201401002672; JOSE LUIS CHOQUE HIDALGO,201401001045; JOSÉ MANUEL BLANCO LÓPEZ,201401001202; JOSÉ RAMÓN SÁNCHEZ MARTOS,201401003038; JOSEPH EMMANUEL GOMES,201401003238; JUAN CAMILO RODRIGUEZ RIOS ,201401003116; JUAN CARLOS BARRERA QUISPE,201401000056; JUAN CARLOS OSORIO PARDO,201401002707; JUAN CARLOS PANEZ SOLORZANO,201401001886; JUAN CARLOS SELLITTI BENITEZ,201401001117; JUAN DAVID CASTAÑO OSORIO,201401000722; JUAN DAVID CORTES SARMIENTO, 201401001828; JUAN DAVID MONSALVE ROLDÁN,201401001705; JUAN DAVID ORDÓÑEZ MUTIZ,201401004390; JUAN DIEGO RESTREPO RESTREPO,201401001505; JUAN DIEGO VASCONEZ NAVAS,201401001168; JUAN ESTEBAN RUIZ ORTIZ,201401003681; JUAN ESTEBAN SALDARRIAGA FERNANDEZ,201401000710; JUAN FELIPE MEDINA VELÁSQUEZ,201401001699; JUAN GABRIEL ANDREASEVICH,201401000946; JUAN IGNACIO VELLER,201401002760; JUAN MANUEL GIRALDO RAMIREZ,201401003927; JUAN NICOLAS CAMARGO GUZMAN, 201401000739; JUAN PABLO LUCHESSI,201401004388; JUAN PABLO RUIZ SOLARTE, 201401003183; JUAN SEBASTIAN OSPINA FIGUEREDO,201401002399; JUANITA DE LOS ANGELES SALAS MENESES,201401001468; JUDITH GEORGETTE ALCALDE MOSQUEIRA, 201401002800; JULES DAVID,201401003048; JULIAN ANDRES TORRES HERRAN,201401004407; JULIAN ANDRÉS VELÁSQUEZ LADINO,201401004157; JULIAN DARIO BONILLA MONTENEGRO,201401002929; JULIÁN DAVID CUASPA ROPAÍN,201401004202; JULIAN JOSE BELTRAN VILLAVICENCIO,201401003596; JULIANA GARCÍA CORREA,201401003312; JULIETA CASTIÑEIRA DE DIOS,201401004576; JULIETH CRISTINA MEDRANO GAMBOA,201401002215; JULIETH PAOLA SALAMANCA GÓMEZ,201401002706; JULIO CESAR OVIEDO AGUILAR,201401002015; JULIO RODRIGUEZ MEIRE LONGO,201401003419; JUREMA MARIA CARRASCO MAGNE,201401000101; JUSTINE GINESTE,201401004276; KAREN ALEXANDRA AREIZA CORDOBA,201401002577; KAREN ANDREA GARZÓN SHERDEK,201401001681; KAREN CECILIA VALLEJO MENA,201401000513; KAREN LILIANS MORENO,201401000478; KAREN MICHELLE GUERRA SANCHEZ,201401002763; KARINA SOFIA CEDEÑO LOZADA,201401000131; KARINE LEHMANN,201401001219; KARL JOHAN ALVAREZ BRICEÑO,201401000998; KARLA ITZEL PÉREZ CRUZ,201401000258; KARLA MARGARITA MORENO TAMAYO,201401000053; KARLA ROCIO RODRIGUEZ ROMERO,201401001682; KAROL DEL ROSARIO ENRIQUEZ DIAZ,201401000709; KATHARINA CHRISTINE LIMMER,201401000616; KATHERIN MARGARITA ELGUEDO PEÑALOZA,201401003078; KATHERIN PAOLA CARRILLO GONZALEZ,201401001724; KATHERINE ALICIA ARMENDARIZ HIDALGO,201401004217; KATHERYNNE MISHELLE CHUMACERO RICAPA,201401000411; KATHIUSKA ARACELI BOCÁNGEL CHÁVEZ, 201401002319; KATIA PALACIOS VALENZUELA,201401000011; KELLY SABRINA MENEZES FARIAS,201401002911; KEVIN BULGAMIN LEMACHE CUEVA,201401000362; KRISTINA GONZÁLEZ CEDEÑO,201401004561; KWI HYUK YI,201401001423; LARA LUTHY,201401002120; LARISA FERNANDEZ,201401001356; LAROCHE MORGANE,201401002639; LAURA ABAD MALDONADO,201401003062; LAURA ARESE,201401003924; LAURA GABRIELA VALERO ABARCA,201401003001; LAURA GRACIELA ROJAS BURGOS,201401003314; LAURA ISABEL GUERRERO MESIAS,201401002651; LAURA LIZETH ZULUAGA PARRA,201401004613; LAURA MARCELA MILLAN OCAMPO,201401001264; LAURA MILENA MORENO RAMIREZ, 201401000914; LAURA VANESSA GARCIA,201401003438; LAURA XIMENA AGUIRRE QUINTERO,201401000909; LAURENT GRASSIN,201401002632; LAURILYN MAUREEN ROJAS FLOREZ,201401004074; LEILA GERTRUDIS MAIDANA MORENO,201401000223; LEONOR LUISA VELASQUEZ CARDEÑA,201401001026; LETICIA LORENA FERNANDEZ ALLENDE,201401002187; LIDIA MAXIMA RODRIGUEZ CHOQUE,201401000949; LIHENG YANG,201401001703; LILIAM HERNANDEZ PEREZ,201401000271; LILIANA ISABEL FONTALVO PEÑA,201401003187; LILIANA YANET GOMEZ ARISTIZABAL,201401003221; LINA PAOLA SUAREZ OSMAN,201401001485; LINDA MARCHIORO,201401002883; LISA MARIA GRANATA, 201401000767; LIZA MARLENE CAREAGA,201401000921; LORENA BARRECA,201401003452; LORENA ESCARTÍN LLACERA,201401001555; LORENA GUERRERO PALENCIA,201401001099; LOURDES FLORENCIA BRITEZ DE GONZALEZ,201401003454; LOURDES ZEBALLOS LOPEZ, 201401000662; LUANA PEDROZA MACHADO,201401003758; LUCA ZANAICA,201401004252; LUCAS DAMIÁN GATTESCO,201401003145; LUCÍA MONTANÉ,201401002840; LUCIA RAFFIN, 201401004392; LUCÍA RODRÍGUEZ TORRESI,201401004312; LUCIE MATTING,201401001601; LUCRECIA VAZQUEZ,201401003680; LUCY BRIGITTE RAMOS MEDINA,201401000228; LUIGI ELVIO LUCIOLI,201401001192; LUIGIA DE CRESCENZO,201401000217; LUIS ENRIQUE FIGUERA APONTE,201401001506; LUIS ALEJANDRO ROCHA VARGAS,201401004330; LUIS CARLOS LEAL ANGARITA,201401002521; LUIS CARLOS MARTINEZ GARIBAY,201401000197; LUIS CARLOS PAZ BEDOYA,201401001478; LUIS EMILIO CHAVEZ ZAMUDIO,201401004195; LUIS FERNANDO BENITO CUADRADO,201401004203; LUIS GABRIEL GONZÁLEZ HERRERA,201401004473; LUIS MIGUEL BOTERO GONZALEZ,201401003725; LUIS MIGUEL GOMEZ CORNEJO URRIOLA,201401002454; LUISA FERNANDA CARDONA POSADA, 201401003226; LUISA FERNANDA MÁRQUEZ MERCHÁN,201401004282; LUISA FERNANDA MUÑOZ QUEVEDO,201401004207; LUISA MARIA SHANLATTE PEREZ,201401002384; LUOYUAN LIU,201401002277; LUZ AGUAYO CHONG,201401000162; MABEL MERIDA MEDINA, 201401000554; MACARENA LÓPEZ MARTORANO,201401003972; MAITE IDIARTEGARAY CURTO,201401002747; MAJA MADELEINE LEHNER,201401004306; MANOLA VILLANI, 201401000413; MANUEL DANILO CARRILLO ZENTENO,201401001427; MANUEL ERNESTO VALENCIA MEZA,201401000782; MANUEL RODRIGO MORENO ZAMORA,201401001147; MANUEL SEBASTIÀN MOLINA ESLAVA,201401003744; MANUELA HINESTROZA ARENAS, 201401002989; MANUELA JARAMILLO URIBE,201401002845; MARCELO JAVIER CUADRADO ZAPATA,201401003344; MARCELO JOSE GIL,201401004379; MARCELO RAFAEL GARCIA, 201401000981; MARCO ANTONIO AGUILAR CASTRO,201401004617; MARCO ANTONIO BLANCO CANAZA,201401002712; MARCO ANTONIO FIGUEROA MORALES,201401000059; MARCO ANTONIO FLORES TICONA,201401001223; MARCO ANTONIO ROJAS JANCO, 201401004389; MARCOS FELIPE IPARRAGUIRRE NUÑOVERO,201401000489; MARGAUX CARDUNER,201401001328; MARGIN DEL SOCORRO MARTINEZ MATHEUS,201401003397; MARÍA AGUSTINA MARTÍNEZ IRAZOQUI,201401003434; MARIA ALEJANDRA GONZÁLEZ MARTÍNEZ,201401003335; MARIA ANTONIETA CALDERON CASTRO,201401000644; MARIA CAMILA ALVAREZ,201401000142; MARIA CARBALLO LOPEZ,201401002982; MARIA CECILIA MONTECINOS FERNANDEZ,201401001304; MARIA CECILIA MOSCA MONTOULIU, 201401004019; MARIA CLAUDIA AUGUSTO MELÉNDEZ,201401001286; MARÍA CRISTINA CHAHIN,201401003098; MARIA DANIELA TRIMARCO AMODEO,201401002992; MARIA DE LAS MERCEDES VALCARCE,201401004054; MARIA DE LOS ÁNGELES MARICHAL VIAZZI, 201401000143; MARIA DE LOS MILAGROS DOMINICI,201401004059; MARÍA DEL CARMEN CABALLERO LONGARES,201401001717; MARIA DEL PILAR CELI FRIAS,201401000118; MARIA ELIZABETH VASCONEZ VELEZ,201401002967; MARIA FERNANDA JIMENEZ VARGAS, 201401003936; MARÍA FERNANDA YÉPEZ MONTESDEO-

PROIBIDA A VENDA E DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

CA,201401003933; MARIA GABRIELA MATTAUSCH,201401003497; MARIA ISABEL GIL MADRID,201401001923; MARIA ISABEL GRULLON HERNANDEZ,201401001672; MARIA ISABEL RETAMOZO PALACIOS,201401000399; MARIA ISABEL RODRIGUEZ DEL AGUILA,201401000353; MARÍA ISIDORA RIVEROS AGUIRRE,201401000401; MARÍA JIMENA REYNOSO LÓPEZ,201401000566; MARIA JOSE CASTRO COBO,201401000227; MARIA JOSE CORDERO VECCHIO,201401004517; MARIA JOSE LISBOA OEST,201401000582; MARIA JOSE PACHON MELO,201401004187; MARIA JULIANA TENORIO QUINTERO,201401002847; MARIA LAURA LOPEZ BELLOTTO,201401001880; MARIA LAURA MENASSE,201401002868; MARIA LUCIA CORREAL SUAREZ,201401003230; MARIA LUISA SUAÑA VERA,201401001563; MARIA PAULA RAMO CLAVIJO,201401001756; MARIA PIA OTAMENDI SANDRONI,201401000807; MARÍA PILAR CASATEJADA GIL, 201401003361; MARIA PILAR DUARTE,201401001954; MARIA RODRIGO STINUS, 201401002830; MARIA RUTH GUERRA BLANDINO,201401001673; MARÍA SOLEDAD CAMEJO CASAÑA, 201401002142; MARIA SOLEDAD SORSANA,201401003698; MARIA TRULLEN MALARET, 201401004097; MARIA VERONICA GRYGIANIEC,201401003175; MARÍA VICTORIA LORENZO MARTÍNEZ,201401002790; MARÍA VICTORIA MARTÍNEZ CONTE,201401001866; MARIA VICTORIA SUÁREZ ALVEZ,201401002914; MARIA YESENIA GONZALES DEL PINO, 201401000963; MARIANA ALEJANDRA MONASTERIOS ESCUDERO,201401003489; MARIANA GALA MOSQUERA OCHANDORENA,201401003629; MARIANA GIORDANO,201401004120; MARIANA JACQUELINE MOURA IZQUIERDO,201401002778; MARIANA PAULA MIGUEL, 201401003983; MARIANGELA CASTRO ARTEAGA,201401002624; MARIBEL ÑAÑEZ JAUREGUI, 201401003541; MARICELL ARMAS LOARTE,201401001179; MARIEL ALEXANDRA ALVARADO CHIAPPE,201401000564; MARIELA CONSTANZA DAMONI,201401003277; MARIELISA ALVAREZ CARRILLO,201401003887; MARILI MILT,201401000158; MARILIA IVETH ROJAS YZAGUIRRE, 201401000628; MARINA MARIBEL TRONCOSO TORREZ,201401004274; MARINA SARAYE, 201401003486; MARIO ALBERTO TAPIA RODAS,201401002494; MARIO ANDRES RODRIGUEZ MEJIA,201401002957; MARIO KARIM FAIAD,201401000298; MARISA BEATRIZ RODRIGUEZ, 201401003615; MARITZA YANET ACUÑA MORILLO,201401001438; MARJORIE MELISSA BARRANTES COBEÑA,201401001550; MARTA VARA NOVILLO,201401001777; MARTHA LILIANA NIETO SANCHEZ,201401003059; MARTHA LISSETTE SÁNCHEZ CRUZ,201401002817; MARTÍN DIEGO ENRIQUE BERTOLOTTI,201401001453; MARTIN MALM GREEN,201401004320; MARTIN MASTALLI MARTINEZ,201401002846; MARTIN SCARPACCI,201401001665; MARTINA ALBORTA RANABOLDO,201401000137; MARYURIS ISABEL NIÑO GUETE,201401002953; MASTRANGELO RICARDO,201401002571; MATEO CASTAGNA RODRÍGUEZ,201401004096; MATÍAS MANUEL BAEZA,201401002196; MATTEO LANDI,201401000001; MATTHIEU LAGADEC,201401002653; MAURO EZEQUIEL CARABALLO,201401001051; MAXIME COLAS, 201401001413; MAXIMILIANO ANDRES PORTAS GIACOSA,201401002507; MAXIMILIANO ANTONIO OLIVERA DIAZ,201401000517; MAYDA WILLMA CHOQUE QUISPE,201401000653; MAYRA ELIZABETH HERMOZA SOVRINO,201401002121; MÉGANE DE AMORIM,201401001196; MELANIE MAHLER,201401003107; MELBA LUCIA RIVERA DE REYES,201401002705; MELBIS CAROLINA GUZMAN MUÑOZ,201401003262; MELENN KERHOAS,201401002450; MELISA ROMINA CAVALIERI,201401003056; MELISSA IBETH GARCIA SUAREZ,201401001901; MERLY KARINA VARGAS HERNANDEZ,201401000643; MERLY MABEL DÍAZ ARIAS,201401000221; MICHAEL JUNIOR FELIPE AYALA,201401000396; MICHELLE BLANCK,201401002799; MICHELLE ROJAS BARRANTES,201401003069; MICHELLE STEFANIA PINTO VEGA, 201401002181; MIGUEL ANGEL CADIMA TERRAZAS,201401000170; MIGUEL ANGEL MARCA CAHUANA,201401001543; MIGUEL ANGEL ORTIZ MALDONADO,201401000179; MIGUEL ANGEL ZAPATA ZARATE,201401002367; MIGUEL ARTURO GÓMEZ GÓMEZ,201401002996; MIGUEL GASTON STRAFFELA,201401001143; MILAGROS ELIZABETH ERAZO SOSA, 201401000639; MILDRE LETICIA PEREZ MORENO,201401004218; MILENA DE GIORGI,201401003897; MILENA MILEDTH BALLESTEROS GOES,201401003061; MILENA VALVERDE LÓPEZ,201401003163; MILLER ANDRÉS RUIZ SÁNCHEZ,201401003225; MIN JI LEE,201401001704; MIRELIS MARTINEZ,201401004243; MIRELLA ALEJANDRA CHIANG QUINTANILLA,201401001829; MIRIAM VALERIA RUALES CARRERA,201401004051; MOITRY PIERRE,201401001078; MONICA LORENA BORDA NIÑO,201401000103; MÓNICA MADRIÑÁN,201401003378; MÓNICA NOEMÍ MARTÍNEZ AGÜERO,201401001337; MOSHEE EDGAR DEL VILLAR GOMEZ,201401002629; NADHIA STEFANY CAMACHO PALACIOS,201401000750; NADIA CAROLINA BAQUERIZO PALADINES,201401000995; NADIA LILIANA REVELO BOLIVAR,201401003660; NAIJI DONG,201401002486; NATALIA ANDREA ALZATE PEÑA,201401004336; NATALIA ANDREA PÉREZ MIRANDA,201401003269; NATALIA ARROYAVE GONZALEZ,201401004340; NATALIA MERCEDES MORA COCA,201401000990; NATALIA SOLEDAD ARROYO DOSCH,201401003037; NATALY ANAHID SANSBERRO ORTÍZ,201401000284; NATALY MIRIAM LANGE PARDO, 201401003797; NAYELLI AVILA CARRERA,201401003872; NELSON RAFAEL MUÑOZ MATOS,201401001332; NESTOR DARIO FRANCO MARULANDA,201401003139; NÉSTOR MONASTERIO,201401004321; NICOLAS FRÉDÉRIC ANDRÉ TENA,201401004088; NICOLÁS GUERRA GRILLI,201401003738; NICOLLE LIRIANO PORRAS,201401002823; NIDIA SOFIA PEREIRA CUELLAR,201401003950; NIKLEWICZ NICOLAS,201401001262; NILCE GISSELLE FERREIRA BENITEZ,201401001334; NOELIA GRABOWIECKI,201401002774; NOELIA VACA DIEZ MORENO,201401002361; NOEMI GLADYS GRIMA,201401002474; NOEMI SANCHEZ HERNANDEZ,201401001992; NORA MEDRANO MERCADO,201401000065; NORMA ELIZABETH PEREIRA BARRIOS,201401001596; NURIA ESTEFANIA PEREZ NAVARRO,201401004558; OLGA GARRIDO RODA,201401002090; OLGA SUSANA FERNANDEZ GUTIERREZ,201401004476; OMAR GONZALO SUCAPUCA ARACAYO,201401000144; OMAR SOLIS REYES,201401000036; ORLANDO BUSTILLOS LAZARTE,201401000311; OSCAR ALFARO LOPEZ,201401000134; PABLO ANDRES GAONA ESCOBAR,201401001283; PABLO DE TORRES NUNEZ,201401004414; PABLO SALINAS MENDOZA,201401000384; PAMELA HENAO NARVAEZ,201401002264; PAMELA ROCIO MARCHI BRUSQUETTI,201401004382; PAOLA ALEJANDRA QUISBERT MEDINA,201401000943; PAOLA ANDREA OSPINA GIRONZA,201401001965; PAOLA CRISTINA MIRANDA RAMIREZ, 201401000584; PAOLA FRANCISCA MADRID GUZMAN,201401004454; PAOLA JOHANA SABOYA LOPEZ,201401002303; PAOLA MARIA MUNOZ ALBA,201401000445; PAOLA MILENA MEDINA BUELVAS,201401003900; PAOLA XIMENA TICONA MAMANI,201401002354; PASCAL DE PERETTI HÉLÈNE,201401003444; PATRICIA SUSANA VERDAGUER GUERRERO,201401000005; PATRICIA VELÁZQUEZ VÁZQUEZ,201401001189; PATRICIO IGNACIO ACUÑA BASUALTO, 201401003661; PATRIZIO JAVIER GECELE MUÑOZ,201401002138; PAUL ANDRES ABARCA ESPINOSA,201401003182; PAULA ANDREA MONTENEGRO CHAUCANES,201401001666; PAULA MICAELA WAGNER,201401002646; PAULINE GOURDON,201401001692; PEDRO DAVID FERNANDEZ,201401004429; PEDRO MANUEL BATISTA SUSANA,201401000080; PEDRO PABLO GOMEZ VASQUEZ,201401004047; PERCY DANIEL BEGAZO FLORES,201401001876; PHILIPP ROMAN LUDWIG GERHARD, 201401003058; PHILIPPE MICHEL CHRISTMANN,201401003870; PIEDAD RUIZ ECHEVERRY, 201401004322; QIANG HOU,201401003462; RAISA MILAGROS DAGMAR SUAREZ ARDILES, 201401000423; RAMIRO ALONSO SOTELO CCASO,201401002661; RAQUEL GARCIA BERNAL,201401003665; RAQUEL MONTAÑANA TORRECILLAS,201401003502; REEJIN OH,201401000042; REGINA SIMONE LORA MONTERO,201401000958; REINALDO CALDERON SUPELANO,201401003222; RENAN RODRIGO SALAZAR SALAS,201401000191; RENATO PAREDES VENERO,201401001318; RICARDO ALBERTO BACHERER CASTRO,201401003966; RICARDO ARTURO SANCHEZ GOMEZ,201401000054; RICARDO BAUTISTA GERTISER, 201401003552; RICARDO CABRERA VILLACIS,201401000939; RICARDO DANUBIO CALLEROS CHARLO,201401002312; RICARDO ESTEBAN SUAREZ DAZA,201401002776; RICHARD ANTONIO ANDARA GOMEZ,201401003218; ROBERT GAILEY,201401002360; ROGER ALEJANDRO BORENSTEIN MENDEZ,201401002139; ROLAND VICENTE TINEO CABALLERO, 201401003318; ROLFI ANGEL TIBURCIO TRINIDAD,201401000690; ROMINA BELLUZZO, 201401003329; ROMINA SOLEDAD BRIGA,201401003881; RONALD ALEJANDRO DEL CASTILLO LEAÑO,201401000597; RONALD GILL VERA,201401003124; RONNY RODRIGUEZ,201401001837; ROSA ANA PEREZ GONZALEZ,201401001040; ROSA ASENDORPF, 201401001194; ROSA KARINA SOLIS GARCIA,201401002965; ROSA OFELIA VILLAR NAVARRO,201401000073; ROSARIO LISBETH MOLINA HERNANDEZ,201401003901; RUBÉN ÁLVAREZ IGLESIAS,201401004199; RUTH ELENA GUZMAN ARDILES,201401000201; RUTH LILIANA CRISTOBAL DELGADO,201401001069; SABRINA SOLEDAD BARDIERA,201401003373; SAIZA YULEY PATRIA PRADA,201401003979; SANDRA LILIANA CAICEDO TORRADO, 201401004516; SANDRA MILENA RIVERA VARGAS,201401001107; SANDY CAROL HORNA ALIAGA,201401000325; SANDY STEPHANIA ESCUDERO GARCES,201401004230; SANTIAGO ANDRES GARCIA ITURRALDE,201401000371; SANTOS GRIMANÉS TARRILLO FLORES, 201401000370; SARA AGUDELO RESTREPO,201401004099; SARA ESTHER NAVARRO DÍAZ,201401001773; SARA MARYSOL MANCHEGO CHAVEZ,201401002235; SARA MENDOZA CRUZ,201401000242; SARA QUIROGA SUBIRANA,201401002538; SARAH HORSFIELD, 201401001001; SARITA MARIEL SILES CÁRDENAS,201401002756; SCARLETT MUJICA CALDERON,201401003638; SEBASTIÁN CARDONA GARCÍA,201401000925; SEBASTIAN MESA RESTREPO,201401002641; SELVA ALEJANDRA CORREA,201401001801; SEONGHEON YOOK,201401001490; SERGIO AUGUSTO AVENDAÑO VARGAS,201401002744; SERGIO CARREÑO MENDOZA,201401003100; SERGIO FELIPE BLANCO BARRERO,201401003228; SERGIO MANUEL BALLIVIAN CAPRILES,201401004342; SHADIA NAJARRO LAURA,201401001164; SHAMIA BENGHALEM,201401003925; SHANTHAL MARION ARISTIZABAL PULGARIN, 201401003268; SHEILA PAMELA GODÍNEZ LARIOS,201401000204; SHUO LOU,201401004016; SHUXIAN SHI,201401003416; SILVANA DANIELA SPADAFORE,201401001830; SILVIA LAURA LAUZ TOUS,201401000236; SILVIA MAGALI ZELADA LEMIR,201401002958; SILVIA MARCELA BRAVO JIMÉNEZ,201401001980; SILVIA YANET DE CARBALLO ARMÚA,201401001528; SOFIA BRENDA SIMON,201401001905; SOLANA DONATI,201401000950; SOLEDAD MICHELLE CAMACHO LUNA,201401000619; SONIA CAROLINA HERNANDEZ SANCHEZ,201401001085; SONIA CRUZ TARRIDA,201401000525; SONIA ELIZABETH BOBADILLA ARRUA,201401002383; STEPHAN AICHNER,201401000869; STEPHANIE ELIZABETH OVELAR HELLMANN, 201401000534; STEPHANIE JEANNETTE MONROY BUSTAMANTE,201401000673; STEPHANIE LUZ LIMA SILVA,201401003706; STEPHANIE MONTERO TRUJILLO,201401001076; STEPHANIE VANIA MACEREZ RODRIGUEZ,201401000666; STEPHANIE WAUTHIER,201401003910; SUSANA BEATRIZ GUELET,201401001583; SUSANA ELIZABETH PEREZ ROCA REYES,201401000013; SUSANA RAMIREZ ALVAREZ,201401002037; TANNER ESTELLE,201401001434; TATIANA ADRIANA GARCÍA FUENTES,201401000081; TATIANA ELIZABETH MOYA ERAZO, 201401004228; TOMAS MARTIN GIUDICI,201401002045; VALENTINA ALCOREZA CORDERO,201401000248; VALENTINA RIVERA URBINA,201401003778; VALENTINA VALERO URQUIJO,201401004303; VALERIA DENISE CAFERRI,201401001236; VALERIE D ESTEVE DE PRADEL,201401001603; VÁLERY CAMILA TORRES SÁNCHEZ,201401000214; VANESSA PAULINA MATURANA JAPA,201401003824; VANIA MARIELA LARA TORREZ,201401000599; VERONICA ANDREA VARGAS QUIROGA,201401000649; VERONICA GRACIELA LOPEZ,201401000736; VERÓNICA GUADALUPE HERNÁNDEZ AMAYA,201401003127; VERONICA ISABEL LANDER GARCIA,201401002634; VERÓNICA RAQUEL AVALOS CASTRO MENEZES,201401001231; VICENTE PABLO RICHARD,201401000171; VICTOR ENMANUEL RAMON PATIÑO,201401000705; VICTOR HUGO VILLACIS BASANTE,201401002628; VICTOR JESUS LONGA CUAYLA, 201401002432; VIVIANA MARCELA LEON PERILLA,201401001883; VIVIANA ORDOÑEZ PANTOJA,201401002213; VLADIMIR ROBERTO CID BOURIÉ,201401001971; VLADIMIR ROBERTO RAMALLO SAAVEDRA,201401003818; WANDA PRISCILA KÖNNICKE,201401003304; WARA ALEJANDRA FIORILO BARRIOS,201401000262; WENDY CAROLINA VERNAZA CARTAGENA, 201401003571; WENDY LEON,201401004619; WILFREDO FÉLIX GARCÍA VALDIZÁN, 201401000756; WOLFGANG HORST ROCKENSCHAUB,201401003138; WUIKLER RODNEY BERNAL TORRES,201401001369; XAVIER CALDERÓN ROJAS,201401001056; XIMENA CARVAJAL SERNA,201401004310; XIMENA RODRIGUEZ CALVO,201401004534; XIMENA ROSERO RAMIREZ,201401002060; YAMILE MORENO URENA,201401002939; YANINA SILVINA OJEDA ALVAREZ,201401001670; YARY CATALINA RAMIREZ IDARRAGA,201401004386; YASMIN BUCHRIESER,201401001000; YEIMY PAOLA VALENCIA RONCANCIO,201401004409; YENIFER ZULEY CAÑÓN CARDENAS,201401001412; YERIKA MOSQUEIRA AGUILAR,201401000115; YESICA FELIPE DOS SANTOS,201401003847; YOANA LARROCA VILLAS BOAS,201401003765; YOLANDA ESPINAR GARCIA,201401003152; YOOJIN HYUN,201401002829; YOOJIN SHIN, 201401001405; YUMING TANG,201401001488; YURI MARLEN VALENCIA ORDOÑEZ, 201401002283; ZHEFEI KANG,201401002580; ZHENHONG XU,201401004391; ZOFIA KWIECINSKA, 201401003601; ZULIA REGINA PORCEL BALBOA,201401000947.

CERTIFICADO AVANÇADO

ADOLFO JOSE DIAZ BARBA,201401003346; ADRIANA SOFIA MARÍN PEROZA,201401003886; ADRIANA BERNAL MOR,201401003370; ADRIANA CRISTINA VELASTEGUI OCHOA, 201401001479; ADRIANA MARIANA MORALES VARGAS,201401003383; ADRIANA PATRICIA CARDOZO OTORGUES,201401002789; AGATA BLOCH,201401000777; AL SEBASTIÁN PINILLOS MÁRQUEZ,201401002562; ALEJANDRA CECILIA CAMPOS MIRANDA,201401000102; ALEJANDRA GARMILLA CARLON,201401000094; ALEJANDRO IVÁN PEREZ RODRIGUEZ,201401003880; ALEJANDRO JAVIER NARIO CORRAL,201401001061; ALEJANDRO PARDO CASTILLO, 201401001696; ALESANDRA TATIC,201401001002; ALISON GERALDINE LAVY CHOCCE, 201401000985; ALMUDENA SANTAMARIA MARTIN,201401004271; ALVARO CHRISTIAN MONTAÑO SAAVEDRA,201401001661; ALVARO MORALES MERCADO,201401002185; AMINA YAMILE CAMPERO SALEK,201401000315; ANA CAROLINA URRUTIA LUCERO,201401002766; ANA CLAUDIA SOARES DE LIMA MACHADO,201401002195; ANA JULIA FONSECA, 201401003892; ANA LAURA LUCAS PIGURINA,201401003429; ANA LAURA QUIÑONEZ, 201401003251; ANA MARIA COBA BERMEO,201401004003; ANA MARIA DE LA CANDELARIA SUÁREZ JARAMILLO,201401001935; ANAHI DANIELA MORACHO,201401004205; ANDREA ANGEL BAQUERO,201401002539; ANDREA DEL CARMEN CARRILLO ANDRADE,201401004397; ANDREA MACKIELO,201401004223; ANDREA PAOLA LIZARAZO ZULUAGA,201401002183; ANDREÍNA SAGRERA CURTI,201401000293; ANDRÉS COITIÑO MONCHER,201401001498; ANDRES DE JESUS ARGUELLO GUILLEN,201401000272; ANDRES FELIPE HERNANDEZ ORTEGON,201401001653; ANDRESSA DEL CARMEN TEJEDA SEBASTIANI,201401002061; ANGEL HERNANDEZ BASTERRA,201401001161; ANGELA LILIANA RUIZ BARRETO,201401003513; ANGELICA MARIA CUEVAS PINZON,201401003223; ANNA CLAUDIA HAMPF,201401002267; ANNA LISEL JEANNE DUFOUR,201401004434; ANNY JOHANNA ZUÑIGA AGUIÑO,201401003607; ANTONIO COBALEDA CORDERO,201401001375; ANTONIO FACCIORUSSO,201401000356; AN-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TONIO SUAREZ CANO,201401003990; ARGELIA LUIS MATOS,201401002197; AURORA D APOLITO,201401004100; BÁRBARA LUQUE CUESTA,201401001598; BERENIZE LOPEZ DE LOS SANTOS,201401000823; BERTHA ESPERANZA CONTRERAS CARRASCO,201401002785; BIANCA PAZ RENAU MINGUEZ,201401003045; BLANCA CASTELLÓ CASTELLÓ,201401003653; BRUNO FERNANDEZ VALLE,201401002476; CAMILA DURAN PRIETO,201401003004; CAMILA PELATER,201401001118; CAMILO JAVIER PINEDA SOPO,201401002287; CANDELA ROCIO HEREDIA,201401004108; CARLOS ALFREDO CAÑAMERAS,201401003448; CARLOS ANDRES GOMEZ HERNANDEZ,201401002923; CARLOS MUÑOZ SÁNCHEZ,201401001686; CARLOS RAÚL JUVERA LÓPEZ,201401002147; CAROLINA BRUNNER,201401000646; CAROLINA ELENA CASSELLA FERNANDEZ ,201401003206; CAROLINA FIGUEROA ECHEVERRY,201401002746; CAROLINA YAZMIN LOPEZ GARCÍA,201401004436; CATALINA ARLETTE ÁVILA MOLINA,201401000919; CECILIA SOL PASSAVANTI,201401001611; CELIA LUCERO GARCÍA, 201401003431; CHIARA DOMENICHINI,201401000788; CHRISTIAN MEIER,201401000440; CINTHIA LETICIA TORRES CASTRO,201401000175; CINTIA BELÉN PORPORATO, 201401003181; CLAUDIA ANDREA BRAGANÇA DA SILVA,201401001913; CLAUDIA LILIAN ARMAND PILÓN BERON,201401002065; CLAUDIA ROSARIO MENESES PEREIRA, 201401003351; CLAUDIO ALEJANDRO DORTA SVRIZ,201401004232; CONRADO MARIO ASSENZA,201401001609; CORINA ISABEL SALAS CALLO,201401001185; CRISTHIAN ANDRÉS PEÑA CARO,201401003501; CRISTIAN ANDRÉS SUÁREZ RIVERA,201401004050; CRISTIAN MARCELO REYES MATUTE,201401003303; DALILA DAWID,201401003930; DAMIÁN HUMBERTO DÍAZ MARICHAL,201401004078; DANIEL ANDRÉS GARCÍA PATARROYO, 201401003708; DANIEL ANDRES SALAZAR MUÑOZ,201401002435; DANIEL CAJARVILLE FERNÁNDEZ,201401003891; DANIEL MAURICIO HERNANDEZ BENITEZ,201401003080; DANIEL WILLIAM GRIFFITHS,201401003074; DANIELA CAMARGO CARRILLO,201401004483; DANIELA RODRÍGUEZ APONTE,201401001624; DANIELLA VELASQUEZ OSORIO, 201401003807; DAVID ERNESTO ROA MARTIN,201401003557; DAVID EUGENIO PAJARES DE SANTIAGO,201401003590; DEISY JOHANA LANCHEROS BUITRAGO,201401001843; DIANA CAROLINA CAMACHO CANEVA,201401002867; DIANA MARÍA TEJERO MARTÍNEZ, 201401003424; DIEGO ANDRES SALINAS SANTIAGO,201401002249; DIEGO DE LUCA, 201401001456; DIEGO FERNANDO PÉREZ MEDINA,201401002025; DIEGO FERNANDO SOCHA GARZON,201401004245; DORIAM CAROLINA DELGADO OROPEZA,201401001313; EDISON ALEJANDRO FLORES CONDORI,201401000953; EDISON ALEXANDER PÁRAMO JIMÉNEZ, 201401004335; EDUARDO ALBERTO PULIDO MURILLO,201401002513; ELENA IRIS RUBINI GRAMAJO,201401004046; ELEONORA SARAH DOBLES PERRIARD,201401003024; ELIANA ROMINA JARA,201401002934; ELIAQUIN JOSE SOSA LO GIUDICE,201401003961; ELISA FERNANDEZ AUDERA,201401004565; ELISABET FONALLERAS NADAL,201401000209; ELIZABETH ANGELICA SALINAS REBOLLEDO,201401002069; EMMA HORTENSIA BRAVO TOLEDO,201401002891; ERICA NADIA LEGUIZAMÓN,201401000061; ERICK ANDREE IBARRA ESTUPIÑAN,201401001800; ERNESTO BYRON BENALCÁZAR JALKH,201401001346; ESTEBAN ANDRES SÁNCHEZ JARAMILLO,201401003619; ESTEBAN JAUME FERREIRA BALDOCK, 201401003741; EVELYN PAMELA VALLEJO VALLEJO,201401000991; FABRICIO OSCAR SABAÑO MIGNACO,201401002146; FACUNDO ANIBAL SANTIAGO,201401001636; FEDERICA BELFIORI,201401001062; FEDERICO PICCARDI,201401004530; FELIX DREIER,201401003512; FERNANDA LORENA LABORDE,201401000168; FERNANDO CUENCA ROJAS,201401000154; FERNANDO MANDAYO,201401000052; FERNANDO RAUL SILVA GANDO,201401000933; FERNANDO ROSALES VALENCIA,201401003874; FLOR ANGELA DURAN CONSUEGRA, 201401002758; FLORENCIA VANINA HERRENDORE,201401003703; FRANCO EDGARDO MOYA,201401003662; FRANZ EVER QUISPE MOLLO,201401000323; FRANZISKA SCHWANTUSCHKE,201401000167; GABRIEL HERNAN ROSA,201401003561; GABRIELA CORREA REGUEIRO,201401001716; GAIA CANTAMESSA,201401000024; GENIFER PREGO SILVA,201401003752; GERMAN ANDRES CASTAÑO MANCERA,201401004219; GERMAN OSORIO CASTRO,201401002013; GHALI LARAQUI HOUSSAINI,201401004007; GI HAE LEE,201401001335; GINNET ALEXANDRA PINEDA HERRERA,201401003562; GISELLE GAZZI MONTANHOLI GUPPI,201401002442; GIULIA ELISABETTA UBOLDI,201401000215; GIUSEPPE TARDIOLO,201401000093; GLENN CHRISTIAN APOLINAR ESPINAL,201401001808; GLORIA CAROLINA ROJAS ALVAREZ,201401003877; GONZALO FELIPE JOSE TRONCOSO FUENTES,201401004281; GRACE STEPHANIE PARRA PANCHI,201401003773; GRELET LAURA,201401000274; GUADALUPE GONÇALVES DA COSTA LIMA,201401004146; GUILLERMO ARIEL OLIVARES,201401004124; GUILLERMO PRIETO PORRIÑOS,201401004268; GUSTAVO ADOLFO BAUMANN PINTO,201401000365; HECTOR MARCELO RODRIGUEZ MANCILLA, 201401000957; HELEN JACKJAIRA QUEJADA PEREA,201401001771; HERNAN DARIO ALZATE SEPULVEDA,201401002898; HORACIO VILLEGAS PARDO,201401001904; IGNACIO ACHON FORNO,201401001116; IGNACIO FERNÁNDEZ DE PALLEJA,201401003156; IGNACIO MALLEBRERA PISA,201401004256; IGNACIO MARTIN AYESA FRANK,201401000254; IMELDA BEATRIZ GUTARRA LEYTON,201401000434; ISAAC HERAS CEBOLLA,201401000663; ISABEL ALEGRIA FALCONI NUÑEZ,201401001151; ISABELLA LOPEZ ESPITIA,201401003718; IVÁN RODRIGO PAREDES VELOZ,201401001482; JAIME MANUEL GONZALEZ HINOJOS, 201401000051; JANET VAN KLAVEREN,201401003988; JAVIER CARRACEDO VICENTE, 201401002269; JAVIER GALLEGO NARANJO,201401002155; JAVIER PAEZ,201401002019; JAZMIN VEGA RIVERA,201401004094; JENNIFER ARROYO CHACÓN,201401002021; JENNYFER NATALIA BENITEZ MONTENEGRO,201401003377; JESSICA ALONSO,201401001285; JESUS IVAN ANGELES CASAS,201401001484; JOAN MANUEL BARRETO ORTIZ,201401003087; JOANNA LIZETH UNÁS RUIZ,201401004150; JOAQUÍN FREIRE CRISTIANI,201401002638; JOB NEXAR QUISPE HUAMAN,201401000664; JONATHAN AZAEL CABALLERO MENESES,201401000095; JORDÁN ERNESTO MANUBENS PAZ,201401004153; JORGE ANTONIO ESCALANTE DAVALOS, 201401003702; JORGE LUIS GÓMEZ BARRETO,201401001080; JORGE LUIS YANES ARRAEZ, 201401003338; JORGE WALKER VÁSQUEZ DEL AGUILA,201401002943; JOSE ISAIAS GARCIA ULERIO,201401001368; JOSÉ LUIS CONTRERAS PARREÑO,201401004239; JUAN CARLOS FERNANDEZ OTERO,201401002894; JUAN CARLOS RUGE CARDENAS,201401003543; JUAN DAVID BARBOSA RAMIREZ,201401002278; JUAN DIEGO MEJIA TABARES,201401004470; JUAN DIEGO SASTRE NOVA,201401004039; JUAN IGNACIO FELICE,201401003882; JUAN LUIS GARCIA ARELLANO,201401000166; JUAN PABLO CALLE VEGA,201401002732; JUAN SEBASTIAN CHEDIAK IZQUIERDO,201401002724; JUAN SEBASTIAN GIRALDO MACIAS,201401003354; JUAN SEBASTIAN MERIZALDE LONDOÑO,201401002212; JULIAN ANDRES GUZMAN FIERRO, 201401003003; JULIAN DARIO GONZALEZ HUGHETTI,201401004215; JULIAN VAZEILLES, 201401001138; JULIANA ARIAS CHICA,201401003294; JULIANA FRANCO ACEVEDO,201401000605 ; JULIETA CARBALLO MARIÑO,201401002910; JULIO HERNÁN DUQUE CUERO,201401000567; JULIO ISMAEL JAIME VALENCIA,201401000100; KARINA JULIETA MANCO,201401003167; KATHERINE MARIBEL FREIRE ANDRADE,201401000743; KENNY JAVIER CALDERÓN CORREDOR,201401004137; LAURA ANDREA CIFUENTES LÓPEZ,201401001245; LAURA CADAVID,201401004022; LAURA CAROLINA RICO BENÍTEZ,201401004241; LAURA ELENA ROMERO MARTINEZ,201401002466; LAURA FORGIONE AFFILI,201401002391; LAURA GONZALEZ ARAQUE,201401004509; LAURA JANNETH LOBATÓN SANABRIA,201401002856; LAURA KLEIN LOZANO,201401002392; LAURA MARCELA LEIVA SANTANA,201401003209; LAURA MENDOZA SALCEDO,201401001128; LAURA NARANJO GOGORZA,201401004522; LAURA POSTERNAK,201401002321; LAURA SOFIA FONTAL GIRONZA,201401002165; LAURENT HARTUIS,201401001693; LEONARDO DANIEL RIVERON TOLEDO,201401002876; LIA DANIELA FEBRES CORDERO VILLAMIL,201401004300; LIDYBEL AGUILA MARTINEZ,201401001300; LINA CONSTANZA CONTRERAS ROMERO,201401003555; LIZETH TATIANA CASAGUA DÍAZ,201401003420; LLUC HOMS GALBIS,201401004138; LUCILA INÉS GARCÉS,201401001726; LUCILA PAMELA FERNANDEZ CANJURA,201401001232; LUCY ALEJANDRA MUÑOZ PORTELA,201401004244; LUIS FRANCISCO ABREU ALVAREZ,201401003739; LUIS MARIA MEINERO,201401004492; LUIS RON,201401004093; LUISINA PASTORINO,201401004067; LUZ ADRIANA AGUILAR HEREDIA,201401000091; MADEIRA DE MIRANDA NADINE,201401002125; MAGDALENA ROJAS INFANTE,201401003135; MANUEL ANTONIO MONTEAGUDO,201401003575; MARAY ALONSO DE AMARILLA,201401000255; MARC CONRAD SHAMIER,201401000289; MARCELA RODRIGUEZ,201401004208; MARCELO RAUL SILVA INSFRÁN,201401001123; MARCO VINICIO CARVAJAL ALDAZ,201401003722; MARDELLY KATERYNE MONTAÑEZ RIVERON TOLEDO,201401002876; LIA DANIELA FEBRES CORDERO VILLAMIL,201401004300; LIDYBEL AGUILA MARTINEZ,201401001300; LINA CONSTANZA CONTRERAS ROMERO,201401003555; LIZETH TATIANA CASAGUA DÍAZ,201401003420; LLUC HOMS GALBIS,201401004138; LUCILA INÉS GARCÉS,201401001726; LUCILA PAMELA FERNANDEZ CANJURA,201401001232; LUCY ALEJANDRA MUÑOZ PORTELA,201401004244; LUIS FRANCISCO ABREU ALVAREZ, 201401003739; LUIS MARIA MEINERO,201401004492; LUIS RON,201401004093; LUISINA PASTORINO,201401004067; LUZ ADRIANA AGUILAR HEREDIA,201401000091; MADEIRA DE MIRANDA NADINE,201401002125; MAGDALENA ROJAS INFANTE,201401003135; MANUEL ANTONIO MONTEAGUDO,201401003575; MARAY ALONSO DE AMARILLA,201401000255; MARC CONRAD SHAMIER,201401000289; MARCELA RODRIGUEZ,201401004208; MARCELO RAUL SILVA INSFRÁN,201401001123; MARCO VINICIO CARVAJAL ALDAZ,201401003722; MARDELLY KATERYNE MONTAÑEZ VALENCIA,201401003803; MARGARITA NUCHE GÁLVEZ, 201401002518; MARIA ALEJANDRA CHOUCIÑO LARROQUE,201401003433; MARIA ALEJANDRA MERCEDES VEGA,201401004240; MARIA ALEJANDRA VIVIESCAS MALDONADO,201401002574; MARIA ALICIA PALACIOS,201401002735; MARIA BEATRICE LAGANA,201401002858; MARIA CAMILA PARRA PATIÑO,201401002941; MARIA DEL HUERTO BETTINI BONNERIC, 201401000208; MARIA DEL PILAR ANGELA TEVES LIBARONA,201401004034; MARIA DEL PILAR ROMERO BARREIRO,201401004122; MARÍA DOLORES GORDILLO SÁNCHEZ, 201401001327; MARIA EMILIA PELACCHI,201401002510; MARIA ENCARNACION PALOP LARA,201401003115; MARIA EZCURRA,201401002674; MARIA FERNANDA ESTRADA CHAVEZ,201401003083; MARÍA FERNANDA LÓPEZ SOSA,201401002854; MARIA FLORENCIA BRIGA,201401003636; MARIA FLORENCIA GONZALEZ,201401002904; MARIA FLORENCIA RIZZO FERNANDEZ,201401003808; MARIA FRANCISCA DAZA PARAVIC,201401002214; MARÍA JOSÉ GONZÁLEZ BÁEZ,201401002292; MARÍA JOSÉ LARREA BUENO,201401000218; MARIA JULIA DURAN VILLAR,201401000140; MARÍA LORENA CASTELLANO RIVERO,201401000458; MARIA PATRICIA DE LA ESPRIELLA CARRIAZO,201401003042; MARIA TERESA DEL RIEGO SANCHEZ,201401004511; MARÍA VERÓNICA GARZÓN ORTIZ,201401002071; MARIANA SERRANO ZALAMEA,201401002498; MARIANO MATIAS DESVARD,201401003825; MARIE NICOLAS,201401001897; MARIETA CONSUELO PATRICIA VALENCIA DE VALLE,201401001623; MARIO ALEJANDRO HEREDIA SALGADO,201401002478; MARIO JAVIER PEDRERO GONZÁLEZ,201401001197; MARISOL VIVIANA DIAZ MUÑOZ,201401001553; MARJEORIE CRISTINA ACUÑA COLOMA,201401000723; MARTA GIL MIRANDA,201401003714; MARY STEPHANIE CAJAHUANCA SIGNORI,201401000355; MATHIAS ALEX AKIRA NARA FLOR,201401002124; MATIAS FERNANDO RUIZ,201401003793; MATIAS MICHAILOV MARTINEZ,201401002343; MAXIMILIANO GASTON GIANMICHELLI,201401002978; MAYRA ALEJANDRA TORO HERRERA,201401002290; MELANY JAZMIN YARAD JACOME,201401002229; MELINA BERTOLOTTO,201401003007; MELISA RUFFINI,201401003146; MERCEDES DURA LIZÁN,201401003244; MICAELA AIDA MARIA OBLITAS VILA,201401000656; MICAELA VICTORIA,201401003859; MIGUEL ANGEL UTRILLA ARELLANO,201401000092; MILAGROS DEL ROSARIO MIRANDA MIRANDA,201401000426; MÓNICA ALEXANDRA JIMÉNEZ ZERPA,201401003639; MONICA ELIZABETH CHAVEZ LEMOS,201401001884; MORA DURANTE ASTRADA,201401004583; NAIR GABRIELA RODRIGUEZ HURTADO,201401000945; NATALIA AMARILLA,201401004618; NATALIA MARIA CALVO QUIROS,201401003016; NATHALIA AVILA ESCOBAR,201401003365; NATHALIE MALLARINO PUELLO,201401003766; NATHALIE TORRES MUÑOZ ,201401003260; NIAMH MARIA LEONARD,201401002085; NICOLÁS GARCÍA CONDE GONZÁLEZ DEL VAL,201401002129; NIL DAVER,201401004249; NOELIA JUDITH CORRAL,201401003308; OFELIA ESTHER AVILA TAMARA,201401000514; OLIVIER GEORGER,201401001647; PABLO DAMYAN CABRERA OLIVERA,201401000237; PABLO ENRIQUE FLORES MARQUEZ,201401002363; PAMELA ESTEFANY GOMEZ JIMENEZ,201401000549; PAOLA DOMINIQUE ANDRADE VINUEZA,201401001115; PAOLA ESTER VASCHETTO,201401001291; PAOLA FERNANDA JIMENEZ JARA,201401001753; PAOLA NATHALY ERAZO HINESTROZA,201401000548; PATRICIA ELIZABETH POLYGA,201401003212; PATRICIA SCHMIDT,201401002250; PAUL SEBASTIAN QUIÑONEZ SALAS,201401003611; PAULINE BERNARD,201401002307; PAULINE BIGONI,201401000283; PAULO CESAR PEREZ GALICIA,201401000195; PEDRO JOSÉ PIEDRA MENA,201401001186; PIERRE VAINEAU, 201401003143; PRISCILA SCHILRREFF,201401004457; PROST ANTOINE,201401003464; REBECA ESCUDERO MADRUGA,201401004056; REINALDO APABLAZA GONZALEZ,201401003648; RICARDO ANDRES USECHE RUBIANO,201401002370; RIMARY DEL VALLE VALERA SIFONTES,201401002662; ROBERTA NICOL D´CUNHA VILLALBA,201401000246; ROBERTO ABRAHAM GARCÍA PINEDA,201401000165; ROCIO VIVIANA MACENA,201401000023; RODMAN RAUL CORDOVA RODRIGUEZ,201401000267; RODRIGO ALVARADO URIBURU,201401003544; RODRIGO ANDRES ANTEZANA ARENAS,201401000661; RODRIGO LUIS MILLAN VALDES,201401002606; RODRIGO SÁNCHEZ GARCIA,201401003180; ROGELIO GARCIA ESCALLON,201401001799; ROMÁN ARTURO IPIÑA CHACÓN,201401000276; ROMINA GARGAGLIONI SUBERBIÉ,201401002793; RONALD GUILLERMO MEJIA ROSALES,201401001378; ROSIRIS ALVARADO MARTINEZ,201401003384; RUTH ALEJANDRA TORRES RUBIANO, 201401003652; RUTH SARAI LEDESMA,201401000203; SABRINA MELISA GOMEZ,201401001860; SALOMÈ SODINI,201401000307; SALVATORE ENERGICO,201401002055; SAMUEL RUIZ GALLEGOS,201401000280; SANDRA MARCELA CALERO SAAVEDRA,201401002245; SANDRA RIVERA LIMA,201401000002; SANTIAGO CORREDOR TORRES,201401003040; SEBASTIAN MOLINA CALDERON,201401002796; SIBYLLE KÖPF,201401004449; SILVANA RODRIGUEZ MENESES,201401001732; SILVIA DI PIETROGIACOMO,201401000724; SILVINA ANDREA RAGO,201401002694; SIMONE DI LUDOVICO,201401000196; SOFIA CAROLINA NAVARRETE VILLAVICENCIO,201401003468; SONIA CAROLINA CABRERA BORJA,201401004061; SONIA LUCIA PINEDA NOLASCO,201401003050; SORAYA VIRGINIA OLIVA,201401002376; STEFANO GALMARINI,201401000150; STEPHANY SANCHEZ PERALTA,201401002011; STEVE FERNANDO MENDOZA MOYANO,201401004065; SUSANA RESTREPO FERRER,201401003898; TAMIRIS ELIZABETH CABALLERO CORONEL,201401001130; TANIA EDITH PARIONA ICOCHEA, 201401000397; TARYN TUNCER NAVARRO,201401002543; TERESA ANA BENÍTEZ RODRÍGUEZ,201401003243; THAIS VARGAS DIAZ,201401000172; TOMAS VANEGAS VILLEGAS,201401002115; TOMAS VILLALBA,201401004525; TOMOE HIMUKAI,201401001190; TRUYITRALEU TAPPA,201401004233;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO

UGHETTA ROTUNDO,201401000467; UXÍA GESTO PARDO,201401004275; VALERIA ANDREA SENA ACEVEDO,201401004123; VANESSA PAMELA OLIVO OLVERA,201401004309; VERA MARIE STEINER,201401002874; VERÓNICA INÉS DEL CARRIL,201401004462; VERÓNICA LORENA FERRARI ÁLVAREZ,201401002056; VICTOR BERRY,201401003655; VICTOR GADDA,201401002467; VIRGINIA ALEJANDRA DE LA ENCINA,201401003356; VISITACIÓN ORTEGA CENTELLA,201401003582; WALTER RODRIGUEZ,201401002175; WILLIAM MIRANDA ESCOBAR,201401003412; YADIRA RAQUEL PACHECO AVILEZ,201401002311; YANET DEL VAL,201401003932; YEE EN CHOI,201401003022; YOMARA ALEJANDRA CASTRO TERCEROS,201401002555; YVANA MARÍA MURTO LEGUIZAMÓN,201401000799; ZELDA SOUSSAN,201401003264.

CERTIFICADO AVANÇADO SUPERIOR

ABIGAIL WANDA KELLY,201401003055; ALEXANDRA CATALINA ESCOBAR LOPEZ,201401002998; ANA CLARA BARES RODRÍGUEZ,201401003726; ANDREA CAROLINA URRUTIA GÓMEZ,201401001573; ANDREA PATRICIA FERNANDEZ SALVADOR JARAMILLO,201401001510; ASTRID TATIANA ROMERO MARTINEZ,201401003332; DANIEL MATIAS ROSALES MENDEZ,201401004367; DANIEL RIGGS,201401003858; DARIO TARONI,201401000020; DAVID MAURICIO GÓMEZ CORREA,201401000590; DIEGO BERNAL RICO,201401003036; EDUARDO JAVIER PESÁNTEZ VALDIVIESO,201401001469; FLORENCIA LOPEZ VARELA,201401002073; FRANCESCA PEZZOLA,201401003505; HUGO RIU MARSA,201401002050; IGNACIO ARANGO CABRERA,201401003289; IVAR ANDRES DURAN FERNANDEZ,201401001957; JERSSON BEDOYA GIRALDO,201401001520; JORGE GABRIEL REY ROJO,201401002586; JUAN DAVID GONZALEZ MARTINEZ,201401002265; JUAN IGNACIO IBARRA,201401003029; LAURA ANDREA RIVAS BOLÍVAR,201401002948; LINA ISABEL GINARD RAIGOSA,201401002150; LINA MARCELA GIRALDO BURITICÁ,201401003467; MAYRA CELINA NINAZUNTA AMAGUANO,201401003753; MELOGNO JULIETTE,201401002810; MILEN GRACIELA SAAVEDRA RODRIGUEZ,201401000121; OLIVIA FELIÇA MARTI,201401003974; OTTO JAIME EDUARDO GÓMEZ VANEGAS,201401003097; PAULA DELGADO LOCKHART,201401002777; PEDRO JIMENEZ ALVAREZ,201401002471; RAFAEL ZAMBRANO LÓPEZ,201401001028; RAQUEL PEÑA ALONSO,201401004076; UMBERTO PIDUTTI,201401002928; VANIA MATA BARRAGAN,201401000031.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIAS DE 25 DE JULHO DE 2014

O Vice-Reitor da UFG, no exercício da Reitoria, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009, resolve:

N° 2.680 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor Assistente, Nível 1, Área: Filosofia Antiga, realizado pela Regional Goiás, objeto do Edital nº 53, publicado no D.O.U. de 31/05/2013, homologado através do Edital nº 117, publicado no D.O.U. de 13/08/2013, seção 3, pág. 61, que de acordo com a Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013, passa a ser Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A. (Processo nº 23070.004212/2013-61)

N° 2.681 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor Auxiliar, Nível 1, Área: Direito do Trabalho, Direito Processual Trabalhista e Prática Jurídica Trabalhista, realizado pela Regional Goiás, objeto do Edital nº 50, publicado no D.O.U. de 13/05/2013, homologado através do Edital nº 116, publicado no D.O.U. de 13/08/2013, seção 3, pág. 61, que de acordo com a Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013, passa a ser Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A. (Processo nº 23070.006425/2013-27)

MANOEL RODRIGUES CHAVES

PORTARIAS DE 4 DE AGOSTO DE 2014

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009, resolve:

N° 2.827 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: História da Arte e da Imagem, realizado pela Faculdade de Artes Visuais , objeto do Edital nº 53, publicado no D.O.U. de 31/05/2013, homologado através do Edital nº 124, publicado no D.O.U. de 27/08/2013, seção 3, pág. 75. (Processo nº 23070.004216/2013-49)

N° 2.828 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Genética e Biologia Evolutiva, realizado pela Regional Jataí, objeto do Edital nº 53, publicado no D.O.U. de 31/05/2013, homologado através do Edital nº 195, publicado no D.O.U. de 10/10/2013, seção 3, pág. 77. (Processo nº 23070.005829/2013-01)

N° 2.829 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Cirurgia Plástica, realizado pela Faculdade de Medicina, objeto do Edital nº 50, publicado no D.O.U. de 13/05/2013, homologado através do Edital nº 119, publicado no D.O.U. de 13/08/2013, seção 3, pág. 61. (Processo nº 23070.009014/2013-93)

N° 2.830 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Reumatologia, realizado pela Faculdade de Medicina, objeto do Edital nº 50, publicado no D.O.U. de 13/05/2013, homologado através do Edital nº 111, publicado no D.O.U. de 13/05/2013, seção 3, pág. 61. (Processo nº 23070.008678/2013-35)

N° 2.831 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Cirurgia Geral, realizado pela Faculdade de Medicina, objeto do Edital nº 50, publicado no D.O.U. de 13/05/2013, homologado através do Edital nº 122, publicado no D.O.U. de 16/08/2013, seção 3, pág. 67. (Processo nº 23070.008029/2013-34)

ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL

PORTARIA N° 2.891, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009 e do Processo nº 23070.000995/2013-11, resolve:

Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Museologia, realizado pela Faculdade de Ciências Sociais, objeto do Edital nº 53, publicado no D.O.U. de 31/05/2013, homologado através do Edital nº 118, publicado no D.O.U. de 13/08/2013, seção 3, pág. 61.

ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

INSTITUTO DE BIOQUÍMICA MÉDICA

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA BIOLÓGICA

PORTARIA Nº 6.843, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O Coordenador do Programa de Pós-graduação em Química Biológica da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições conferidas através da portaria 1495, de 18/03/2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de Março de 2011, resolve:

Tornar público o término da seleção dos candidatos ao curso de mestrado do edital nº 180, de 26 de junho de 2014, publicado no D.O.U 124, seção 3, página 195, de 02/07/2014, bem como no BUFRJ 27, de 03/07/2014, informando que a relação dos candidatos aprovados encontra-se disponível no endereço: http://www.bioqmed.ufrj.br/resultado-selecao-mestrado-2014-2.

ROBSON DE QUEIROZ MONTEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.004, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.034216/2012-73 e do item 13.3 do Edital do Concurso, resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 15/08/2014, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras do Centro de Comunicação e Expressão, área/subárea de conhecimento: Linguística, Letras e Artes/Literaturas Estrangeiras Modernas, Literaturas de Língua Inglesa, objeto do Edital n° 008/DDP/2013 de 01/03/2013, e homologado pela Portaria n° 1257/DDP/2013, publicada no Diário Oficial da União de 15/08/2013.

KARYN PACHECO NEVES

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.012, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.065154/2013-22, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Economia e Relações Internacionais do Centro Socioeconômico, objeto do Edital nº 175/DDP/2014, publicado no Diário Oficial da União de 09 de abril de 2014, Seção 3, página 75, homologado pelo Conselho da Unidade em 15/07/2014.

Área/Subárea de Conhecimento: Economia/Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva/DE

Vagas: 1 (uma)

Denominação: Professor Adjunto A

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média Final
1º	DANIEL DE SANTANA VASCONCELOS	8,21
2º	MARCOS AURÉLIO ANDRADE ROCHA	7,80
3º	VIVIAN GARRIDO MOREIRA DA SILVA	7,51
4º	MAURICIO ANDRADE WEISS	7,24

KARYN PACHECO NEVES

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 11 de agosto de 2014

Processo no: 17944.000938/2014-86.
Interessados: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal.
Assunto: Contrato de Garantia a ser firmado entre a União e a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, com a interveniência do Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal, e Contrato de Penhor, em Contragarantia, a ser assinado entre a União e a ELETROBRAS, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, referente a Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito a ser celebrado entre a ELETROBRAS e o Banco do Brasil S/A e a Caixa Econômica Federal, no valor de até R$ 6.500.000.000,00 (seis bilhões e quinhentos milhões de reais), a ser destinado à recomposição do capital de giro e programa de investimentos da empresa tomadora do crédito, e também a Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela ELETROBRAS, em favor das citadas instituições financeiras, e vinculadas ao referido contrato de financiamento.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo as contratações mediante o cumprimento das exigências legais.

GUIDO MANTEGA

BANCO DO BRASIL S/A
BB LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
Subsidiária Integral do Banco do Brasil S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 014

I. DATA, HORA, LOCAL: Em vinte e nove de abril de dois mil e quatorze, às onze horas e trinta minutos, realizou-se Assembleia Geral Ordinária da BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (CNPJ: 31.546.476/0001-56; NIRE: 5330000400-5), na Sede Social da Empresa, no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco G, 24º andar (parte), Asa Sul - Brasília (DF). II. PRESENÇA: BANCO DO BRASIL S.A., único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente Sr. Ivan de Souza Monteiro, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. III. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. IV. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Mauricio Maurano, Diretor-Presidente da BB Leasing, que, ao instalar a Assembleia, convidou o Sr. Luiz Cláudio Ligabue para atuar como Secretário. V. ORDEM DO DIA: (i) exame e aprovação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Parecer do Conselho Fiscal e dos relatórios dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício 2013, (ii) aprovação da distribuição do lucro líquido e dos dividendos referentes ao exercício 2013, (iii) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, (iv) fixação da remuneração dos titulares do Conselho Fiscal e (v) eleição e remuneração dos membros da Diretoria. VI. DELIBERAÇÕES: O acionista aprovou: i) as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do parecer do Conselho Fiscal e dos relatórios dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício de 2013, todos publicados em 10.03.2014 no Diário Oficial da União e no jornal Valor Econômico (DF); ii) a destinação do lucro líquido do exercício 2013, conforme quadro a seguir, cuja distribuição foi autorizada nesta data, pelo Sr. Ministro de Estado da Fazenda nos termos do art. 3º do Decreto 2.673, de 16.07.1998, com as seguintes sugestões de melhoria, que deverão ser adotadas nos próximos exercícios: que a constituição da Reserva Estatutária seja acompanhada de Nota Explicativa da Sociedade, com justificativa técnica expressamente aprovada pelos Conselhos de Administração e Fiscal.

R$ mil

	Exerc/2013
- Lucro Líquido	217.075
- Reserva Legal constituída no período	(10.853)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(51.556)
Total destinado ao acionista	(51.556)
Reserva Estatutária	(154.666)

iii)a eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, a seguir qualificados, para o mandato 2014/2015, registrando que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias: Representantes da União indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TITULAR: RODRIGO ESTRELA DE CARVALHO, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 013.840.857-26, portador da Carteira de Identidade nº 12870, expedida em 21.01.2010 pelo Ministério das Relações Exteriores (DF). Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, Ed. Sede, Gabinete do Ministro - Ministério da Fazenda - Brasília (DF); SUPLENTE: FÁBIO FRANCO BARBOSA FERNANDES, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o nº 041.324.698-16, portador da Carteira de Identidade nº 13.613.429, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SP). Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 4º andar, sala 423 - Ministério da Fazenda - Brasília (DF); Representantes do Tesouro Nacional indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda TITULAR: RICARDO BOTELHO, brasileiro, casado, graduado em Ciências Ecônomicas, inscrito no CPF sob o nº 911.927.736-91, portador da Carteira de Identidade nº 6.152.673, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (MG). Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, ala B, Térreo, sala 08, Brasília (DF); SUPLENTE: ALEX PEREIRA BENÍCIO, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 530.162.381-87, portador da Carteira de Identidade nº 3.188.697 expedida em 05.01.2000 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (GO). Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, Ala B, 1º andar - Ministério da Fazenda - Brasília (DF); Membros indicados pelo acionista TITULAR: CLAUDIA DA COSTA MARTINELLI WEHBE, brasileira, casada, Bacharelada em Ciência Política, inscrita no CPF sob o nº 859.637.471-04, portadora da Carteira de Identidade nº 1870151, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SP). Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Edifício Sede, 4º andar, sala 423 - Brasília (DF); SUPLENTE: JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 364.347.521-72, portador da Carteira de Identidade nº 863.364, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (DF). Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 3º andar, gabinete, Ministério da Fazenda - Brasília (DF); iv) a fixação da remuneração dos titulares do Conselho Fiscal para o mês de abril/2014 em R$ 5.083,02, com redução gradual, conforme a tabela a seguir, sendo o valor fixado para o mês de março/2015 igual ao aprovado para os membros do Conselho Fiscal da BB Administradora de Consórcios S.A., nos termos da Nota Técnica nº 162/CGCOR/DEST/SE-MP, de 28.04.2014, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Dest.

	abr/ 14	mai/ 14	jun/ 14	jul/ 14	ago/ 14	set/ 14
Valor	5.083,02	4.878,25	4.673,50	4.468,75	4.264,00	4.059,25
Redutor		204,77	204,75	204,75	204,75	204,75

	out/ 14	nov/ 14	dez /14	jan/ 15	fev/ 15	mar/ 15
Valor	3.854,50	3.649,75	3.445,00	3.240,25	3.035,50	2.830,75
Redutor	204,75	204,75	204,75	204,75	204,75	204,75

v) eleger, em virtude do final do mandato, os seguintes membros da Diretoria, a seguir qualificados, para cumprirem o mandato 2014/2017, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias e que a remuneração paga a eles pelo Banco do Brasil abrange as funções que exercerão na BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil: Diretor-Presidente: ANTONIO MAURICIO MAURANO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 038.022.878-51, portador da Carteira de Identidade nº 13.466.056-0, expedida em 04.08.2006 pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Endereço: Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, centro, Rio de Janeiro (RJ); Diretor-Vice-Presidente: IVAN DE SOUZA MONTEIRO, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF sob o nº 667.444.077-91, portador da Carteira de Identidade nº 4.834.564-9, expedida em 27.04.2001 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (RJ). Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco G, 24º andar (parte), Asa Sul - Brasília (DF); Diretor-Gerente: SANDRO JOSÉ FRANCO, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o n° 529.739.729-49, portador da Carteira de Identidade nº 1.195891-0, expedida Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SC). Endereço: Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, centro, Rio de Janeiro (RJ). VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária do acionista da BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, da qual eu, ass.) Luiz Cláudio Ligabue, Secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada pelos Srs. Membros da Diretoria. Ass.), Antonio Maurício Maurano, Diretor-Presidente da BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Presidente da Assembléia, e Ivan de Souza Monteiro, Representante do Banco do Brasil S.A. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO 9, FOLHAS 48 A 50. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro-DEORF - 6.330.600-X - Luana Eun Kyong Lee - Coordenadora Deorf/Difin. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 30.07.2014, sob número 20140499636 - Mônica Amorim Meira - Secretária-Geral.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 13.807, DE 4 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 22/07/2014, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
NFF PERÍCIAS CONTÁBEIS E AUDITORIA INDEPENDENTE
CNPJ: 24.059.941/0001-69

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
4ª CÂMARA
3ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, Andar 3º, sala 306, em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 26 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

1 - Processo: 11516.721695/2011-34 - Recorrente: BARZAN ADVOGADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 13982.721076/2012-50 - Recorrente: BINOTTO CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ARTHUR JOSE ANDRÉ NETO

3 - Processo: 16327.002165/2005-96 - Recorrente: RENDIMENTO SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 11080.726047/2010-51 - Recorrente: SELLER CORP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES

5 - Processo: 16004.000146/2009-00 - Recorrente: TRANSPORTADORA SULERA LTDA - ME E RESPONSÁVEL SOLIDÁRIO JOSÉ ROBERTO DE SOUZA: e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA

6 - Processo: 11080.723639/2012-82 - Recorrente: ESTRUTURAL SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 11080.723640/2012-15 - Recorrente: ESTRUTURAL SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10166.014614/2002-18 - Recorrente: TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10680.919982/2009-01 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 10945.901418/2010-18 - Recorrente: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 10945.904269/2009-05 - Recorrente: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10380.014650/2007-43 - Recorrente: CCB CONSTRUT CASTELO BCO E IMOB LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 10380.014653/2007-87 - Recorrente: CCB CONSTRUT CASTELO BCO EMP IMOB LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 10675.900450/2009-61 - Recorrente: HABITAT PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10675.905079/2009-24 - Recorrente: HABITAT PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

16 - Processo: 11080.001593/2009-41 - Recorrente: CONSULTÓRIO RADIOLÓGICO DR CARLOS OSÓRIO LOPES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 11516.001190/2007-73 - Recorrente: SOCIMED SERVIÇOS HOSPITALARES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 15586.001127/2010-60 - Recorrente: THALES TRANSP TURISMO & LOC DE VEÍCULOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ARTHUR JOSE ANDRÉ NETO

19 - Processo: 13433.001150/2009-39 - Recorrente: REFIMOSAL REF MOAG SAL SANTA HELENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 13603.901353/2010-61 - Recorrente: CEVA LOGISTICS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA

21 - Processo: 10945.000045/2011-39 - Recorrente: JULIO CEZAR CALLEGARI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 18471.000688/2004-89 - Recorrente: COOPMULTSERV-COOP DE TRABALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 13362.000676/2006-30 - Recorrente: THEODORO F SOBRAL & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 10830.008553/00-92 - Recorrente: M.S.TAVOLARO TEIXEIRA & E.L. DE OLIVEIRA S/C LTDA E RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS: FELIPE PEREIRA DE OLIVEIRA E ROGER EDUARDO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 15374.977648/2009-41 - Recorrente: ALL NATIONS COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 10680.724241/2009-36 - Recorrente: SUPERMIX CONCRETO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 10980.908152/2008-85 - Recorrente: EMPRESA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DO PARANÁ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 10980.909292/2008-71 - Recorrente: EMPRESA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DO PARANÁ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 10980.909293/2008-15 - Recorrente: EMPRESA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DO PARANÁ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 10980.909294/2008-60 - Recorrente: EMPRESA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DO PARANÁ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

31 - Processo: 10909.005367/2008-13 - Recorrente: BASEAL MOTOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 10283.907533/2009-95 - Recorrente: SECULUS DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMERCIO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ARTHUR JOSE ANDRÉ NETO

33 - Processo: 13609.900426/2010-48 - Recorrente: CERA INGLEZA INDÚSTRIA E COMERCIO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES

34 - Processo: 15540.000687/2009-90 - Recorrente: BIOMEDICA - ESTEVES & ANJOS LTDA. EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA

35 - Processo: 18471.000258/2008-91 - Recorrente: L&R SERVIÇOS, NEGÓCIOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 14033.001047/2007-01 - Recorrente: BB.LEASING S.A.ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 15374.903033/2008-06 - Recorrente: BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 10855.002879/2006-21 - Recorrente: UTEVA AGRO PECUÁRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 10840.722663/2011-10 - Recorrente: OLIVEIRA E PEREIRA COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 12898.002017/2009-70 - Recorrente: CHEMTECH SERV DE ENG E SOFTWARE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 12963.000803/2010-45 - Recorrente: AGROPECUÁRIA GOIANO COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 15578.000011/2010-11 - Recorrente: CIA ESP SANTENSE DE SANEAMENTO CESAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

43 - Processo: 11080.722718/2011-95 - Recorrente: BRUBON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 11610.010045/2007-13 - Recorrente: CIMPOR BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

45 - Processo: 18186.002217/2010-79 - Recorrente: CITIGROUP GLOBAL MARTS REP. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ARTHUR JOSE ANDRÉ NETO

46 - Processo: 13884.900170/2008-03 - Recorrente: ELEBEMBRAER LIEBHERR EQUIPAMENTOS DO BR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 13884.902753/2008-61 - Recorrente: ELEBEMBRAER LIEBHERR EQUIPAMENTOS DO BR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 15578.000115/2010-17 - Recorrente: ELKEM PARTICIPAÇÕES, INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA

49 - Processo: 13811.001548/2007-59 - Recorrente: AES TIETE EMPREENDIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 19647.004735/2005-58 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo: 19647.010757/2006-38 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo: 19647.010760/2006-51 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo: 19647.010763/2006-95 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo: 19647.010764/2006-30 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 19647.010766/2006-29 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo: 19647.010771/2006-31 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo: 19647.010775/2006-10 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo: 19647.010778/2006-53 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo: 19647.010779/2006-06 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo: 19647.010780/2006-22 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 19647.010781/2006-77 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 19647.010784/2006-19 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 19647.010786/2006-08 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

64 - Processo: 10218.001291/2007-46 - Recorrente: FRIGORÍFICO INDUSTRIAL ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ARTHUR JOSE ANDRÉ NETO

65 - Processo: 19515.002412/2008-78 - Recorrente: HADCO IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA

66 - Processo: 10650.000770/2005-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIEDADE EDUCACIONAL JEAN CHRISTOPHE SC LIMITADA - EPP

67 - Processo: 10820.900277/2008-08 - Recorrente: CALT CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 10283.900176/2009-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHOWA DO BRASIL LTDA

69 - Processo: 10283.900183/2009-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHOWA DO BRASIL LTDA

70 - Processo: 10283.900184/2009-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHOWA DO BRASIL LTDA

71 - Processo: 10283.900185/2009-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHOWA DO BRASIL LTDA

72 - Processo: 17878.000245/2010-09 - Embargante: S. R. BIANCO ULTRASSONOGRAFIA E DIAGNOSTICO LTDA - EPP e Embargada: FAZENDA NACIONAL

CARMEN FERREIRA SARAIVA
Presidente da Turma

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, 2º Andar, Sala 202, Em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 26 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

1 - Processo: 16561.000125/2007-07 - Recorrentes: EDITORA ABRIL S.A. e FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 19515.722489/2012-44 - Recorrente: EDITORA ABRIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 19515.722490/2012-79 - Recorrente: EDITORA ABRIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

4 - Processo: 19515.723039/2012-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL

5 - Processo: 19515.723053/2012-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NACIONAL MINERIOS S/A

6 - Processo: 16327.720916/2011-06 - Recorrente: ALFA CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

7 - Processo: 10183.721770/2011-11 - Recorrente: RENOSA INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10920.722342/2011-17 - Recorrentes: TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXOES e FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 12897.000279/2009-18 - Recorrente: HALLIBURTON SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

10 - Processo: 10980.007497/2003-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: HSBC DIST DE TIT VAL MOBILIARIOS BRASIL

11 - Processo: 15540.000525/2010-95 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: RICARDO MACHADO DE KAUFFMANN

12 - Processo: 15578.000355/2007-16 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

13 - Processo: 19515.722415/2012-16 - Recorrentes: NOVARTIS SAUDE ANIMAL LTDA e FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 10950.000593/2010-17 - Recorrente: KOLLAN CONFECCOES LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

15 - Processo: 19515.004277/2003-91 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ACAO INFORMATICA BRASIL LTDA

16 - Processo: 10283.720693/2007-60 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BRASIL & MOVIMENTO S/A

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

17 - Processo: 16004.001550/2008-10 - Recorrente: ELIZEU MACHADO FILHO - ME - (Responsáveis Solidários: NIVALDO FORTES PERES, LUCIANO DA SILVA PERES, RODRIGO DA SILVA PERES, MARIA HELENA LA RETONDO, JOSÉ ROBERTO GIGLIO, PEDRO GIGLIO SOBRINHO e ANTÔNIO GIGLIO SOBRINHO) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 10980.724003/2011-61 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 10580.011328/2005-44 - Embargante: UCAR PRODUTOS DE CARBONO S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

20 - Processo: 10070.002680/2003-87 - Embargante: ESTUDIOS BARROZO NETTO LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 19515.005109/2009-16 - Embargante: UNIMETRO EMPREENDIMENTOS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 11065.000731/2007-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BISON INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA

23 - Processo: 10768.003094/2003-10 - Recorrente: FINIVEST S/A NEGOCIOS E VAREJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: KAREM JUREIDINI DIAS

24 - Processo: 13976.000111/2004-72 - Embargante: C.V.G.CIA VOLTA GRANDE DE PAPEL e Embargada: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 18471.000248/2003-41 - Recorrente: VENBO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 19515.004408/2009-25 - Recorrente: SNC INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

27 - Processo: 13603.724602/2011-70 - Recorrentes: DECISAO COMERCIAL LTDA e FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 19515.007715/2008-87 - Embargante: PINK ALIMENTOS DO BRASIL LTDA- (Responsável Tributário: ADALBERTO CARDOSO) e Embargada: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 10070.001886/2003-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL

30 - Processo: 10280.720258/2009-27 - Embargante: MG MADEIREIRA ARAGUAIA COM E AGROPECUARI e Embargada: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 10580.002674/2004-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TELEBAHIA CELULAR S/A

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

32 - Processo: 15521.000140/2007-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRUCOES LTDA - (Responsável Tributário: SETAL ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E PERFURAÇÕES S/A.)

33 - Processo: 10725.720109/2007-20 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRUCOES LTDA

34 - Processo: 10725.720111/2007-07 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRUCOES LTDA

35 - Processo: 10725.720112/2007-43 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRUCOES LTDA

36 - Processo: 10725.720113/2007-98 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRUCOES LTDA

37 - Processo: 10725.720028/2007-20 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRUCOES LTDA

38 - Processo: 10725.720029/2007-74 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRUCOES LTDA

39 - Processo: 10725.720030/2007-07 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRUCOES LTDA

40 - Processo: 10725.720031/2007-43 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRUCOES LTDA

41 - Processo: 19404.000358/2002-98 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TOYO SETAL DO BRASIL LTDA

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

42 - Processo: 13629.002812/2010-34 - Recorrente: EMALTO INDUSTRIA MECANICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 13116.722101/2011-41 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 10183.722470/2011-41 - Recorrente: IUNI EDUCACIONAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 10380.727678/2012-10 - Recorrente: QUEIROZ COM E PARTICIPACOES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 10880.006861/00-89 - Recorrente: MORGAN STANLEY PRESTACAO DE SERVICOS E COMERCIO DE COMMODITIES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

47 - Processo: 10630.000038/2004-51 - Embargante: TK PRODUTOS CERAMICOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 14751.000140/2006-01 - Embargante: CIMA CIA INDUSTRIAL MAMANGUAPE e Embargada: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 16004.001337/2010-14 - Embargante: DRF e Embargada: 1ª TO/4ª CÂMARA/1ª SEÇÃO - SEALE MOVEIS LTDA

Relator: SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

50 - Processo: 19515.002998/2010-95 - Embargante: POLIMPORT - COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo: 16045.000456/2009-30 - Recorrente: F&B PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP - (Responsável Solidário: PLASTEX DO BRASI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.)e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

52 - Processo: 10680.933176/2009-38 - Embargante: DRF e Embargada: 1ª TO/4ª CÂMARA/1ª SEÇÃO - COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG

53 - Processo: 10830.009437/2007-74 - Embargante: LINX BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo: 11516.002808/2005-51 - Embargante: UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Embargada: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 13819.001468/2006-42 - Embargante: MONDIAL SERVICOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo: 13851.000476/2006-75 - Embargante: SYSTECH EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo: 13888.002837/2006-09 - Embargante: HELCON SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

58 - Processo: 19311.000021/2010-20 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CONCESSIONARIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S/A

59 - Processo: 11020.003681/2005-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FRAS-LE SA

60 - Processo: 10410.000107/2011-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada MARCIO RAPOSO IMOVEIS LTDA

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

61 - Processo: 10680.017927/2002-09 - Embargante: PAUL WURTH DO BRASIL TECNOLOGIA E SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

62 - Processo: 11516.722477/2011-17 - Embargante: ESTALEIRO SCHAEFER YACHTS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 11634.720594/2011-08 - Embargante: TRANSPORTADORA REAL 2000 LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

64 - Processo: 15521.000103/2010-48 - Recorrente: ORTENG AC SERVICE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 11516.003905/2006-41 - Recorrente: AGB AUTO POSTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 10935.720710/2012-12 - Recorrente: ATUAL TRANSPORTE DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo: 11831.003546/2003-15 - Recorrente: CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

68 - Processo: 11516.721622/2012-23 - Recorrente: G. E. M. TRANSPORTES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo: 13931.000757/2010-14 - Recorrente: EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

70 - Processo: 15374.001537/2008-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A.

71 - Processo: 15586.000098/2007-13 - Embargante: DRF e Embargada: 1ª TO/4ª CÂMARA/1º SEÇÃ - THORK COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

72 - Processo: 16327.000973/2009-42 - Embargante: FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO SUPERQUADRA 311 NORTE - (Responsável Tributário: PAULO OCTÁVIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.) e Embargada: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo: 16327.001716/2010-61 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BANCO BRADESCO SA

74 - Processo: 19515.003013/2005-81 - Embargante: IOCHPE-MAXION S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

75 - Processo: 16306.000300/2008-50 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PERDIGAO SA

76 - Processo: 10680.013761/2005-96 - Embargante: SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo: 10707.000940/2009-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SUPER MERCADO ZONA SUL S A

78 - Processo: 10680.017255/2003-12 - Embargante: UNIMED PONTE NOVA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo: 11020.002340/2010-33 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: DIFERRO ACOS ESPECIAIS LTDA.

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

80 - Processo: 12898.000822/2009-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LOSANGO PROMOCOES DE VENDAS LTDA

81 - Processo: 13804.006487/2004-62 - Embargante: SANTANDER CENTRAL HISPANO INVESTMENT, S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo: 16327.721033/2011-13 - Embargante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo: 18471.000786/2006-88 - Embargante: LANLIMP DESCARTAVEIS E LIMPEZA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

84 - Processo: 16327.001799/2003-60 - Recorrente: HEWLETT PACKARD ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo: 10380.007992/2003-83 - Recorrente: COMPANHIA DOCAS DO CEARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo: 10980.007421/2009-75 - Recorrente: CONSILUX CONSULTORIA E CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

87 - Processo: 13971.001963/2010-75 - Recorrente: MALHARIA LC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo: 10952.720422/2012-41 - Recorrente: SDS TRANSPORTES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo: 13227.720607/2012-49 - Recorrente: TRANSPACIFICO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo: 12898.001540/2009-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AMAUTA ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

JORGE CELSO FREIRE DA SILVA
Presidente da Turma

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, 2º Andar, Sala 204, Em Brasília - Distrito Federal..

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado..

DIA 26 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

1 - Processo: 19311.000203/2009-67 - Recorrentes: IFC INTERNATIONAL FOOD COMPANY INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 19311.000200/2009-23 - Recorrente: ALESSANDRA ORLANDI BARBOSA MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 19515.001869/2009-46 - Recorrente: YALE LA FONTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS PELÁ

4 - Processo: 10680.723627/2011-45 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE - MG e Nome do Contribuinte: BANCO POTTENCIAL S/A; coobrigados: ARGEU DE LIMA GEÓ, CARLOS GEÓ QUICK e JOÃO DE LIMA GEÓ FILHO

5 - Processo: 14098.720025/2013-29 - Recorrente: USINAS ITAMARATI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 16327.720407/2012-56 - Recorrente: ALVORADA CARTÕES, CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 19647.009690/2006-99 - Recorrente: TIM NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

8 - Processo: 13830.720821/2012-87 - Recorrente: EDUARDO ANTONIO BARROS DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 13804.009127/2002-51 - Recorrente: BROOKLIN EMPREENDIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 18471.001343/2005-23 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT AS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

11 - Processo: 10580.724781/2011-62 - Recorrente: MRM CONSTRUTORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 16366.000031/2009-06 - Recorrente: NORTE BRASIL TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 13312.720021/2006-77 - Recorrente: GRENDENE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO ROBERTO CORTEZ

14 - Processo: 10855.001521/2005-08 - Recorrente: COFESA - COMERCIAL FERREIRA SANTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10880.720212/2013-25 - Recorrente: OLD PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 10805.720159/2010-12 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO

17 - Processo: 10665.001003/2003-51 - Recorrente: PAPELARIA E LIVRARIA TAVARES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 10840.721063/2011-26 - Recorrente: M N CAMINHÕES DE SANTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 10865.001647/2009-89 - Recorente: CERÂMICA FORMIGRES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 13603.721161/2011-54 - Recorrente: FIAT AUTOMÓVEIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

21 - Processo: 13888.004092/2009-57 - Recorrente: CONTROL EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 13888.004093/2009-00 - Recorrente: CONTROL EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 19647.006060/2006-62 - Recorrente: EDITORA JORNAL DO COMMERCIO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS PELÁ

24 - Processo: 16327.001383/2006-94 - Recorrente: CITICORP MERCANTIL PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 16561.000204/2007-18 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 16643.000326/2010-91 - Recorrente: ARCELORMITTAL TUBARÃO COMERCIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 16327.720528/2012-06 - Recorrente: BANCO BRADESCO BBI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 16682.902828/2011-73 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

29 - Processo: 10972.000045/2008-14 - Recorrente: MMA GUARDA DE DOCUMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 11052.000828/2010-59 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: NEXANS BRASIL S/A

31 - Processo: 19515.008048/2008-50 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA

Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

32 - Processo: 10240.900024/2010-71 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA SA CERON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 10240.900074/2010-59 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA SA CERON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo: 10880.950151/2008-61 - Recorrente: AGROPECUÁRIA E COMERCIAL CONQUISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 10935.001681/2009-82 - Recorrente: INDUSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 11065.002756/2007-30 - Recorrente: MAKOM CALCADOS E COMPONENTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO ROBERTO CORTEZ

37 - Processo: 15578.720066/2011-13 - Recorrente: BRAZIL TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 15578.720065/2011-79 - Recorrente: BRAZIL TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 18471.000539/2007-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL E Nome do Contribuinte: INTERCONTINENTAL HOTELARIA LTDA

40 - Processo: 10410.900007/2008-11 - Recorrente: CIMENTO ATOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO

41 - Processo: 13820.001275/2002-29 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

42 - Processo: 10830.720119/2006-87 - Recorrente: FUNDAÇÃO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

43 - Processo: 19647.015018/2008-02 - Recorrente: IMPERATRIZ CALÇADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

44 - Processo: 13656.720246/2010-19 - Recorrente: DUARTE & ZANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 15374.723892/2009-96 - Recorrente: NTENORDESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

46 - Processo: 10166.000992/2003-97 - Recorrente: S R G PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 13707.000462/2003-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VENUS TURÍSTICA LTDA

48 - Processo: 13830.000325/2005-84 - Recorrente: UNIPAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 16682.904324/2011-98 - Recorrente: MERCK S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO ROBERTO CORTEZ

50 - Processo: 10283.720999/2009-88 - Recorrente: SAGEM COMUNICAÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo: 10410.005079/2009-33 - Recorrente: COMERCIAL NOVO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO

52 - Processo: 13312.720020/2006-22 - Recorrente: GRENDENE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo: 13819.903892/2008-95 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

LEONARDO DE ANDRADE COUTO
Presidente da Turma

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Secretário-Executivo nº 145/14, de 8 de agosto de 2014, publicado no DOU de 11.8.14, Seção 1, página 15, onde se lê "...nome: CGN Posto", leia-se "...nome: CGM Posto...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 321, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721260/2014-22 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face ao pagamento dos tributos e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca HYUNDAI, modelo IX35 2.4, ano 2011, cor prata, chassi KMHJU81CDCU398262, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 11/2310617-9, de 06/12/2011, pela Alfândega do Porto de Vitória, de propriedade do Sr. Byungdeok Hwang, CPF: 227.293.718-77, para a Sra. Susana Mi Jean Cho Lim de Guevara, CPF: 705.068.241-10.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 322, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - PJK, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 37, inciso XVIII da Constituição Federal; no art. 33 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966; no art. 34, § 1º, inciso I da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e no art. 3º, inciso I, alínea "b", §§ 2º, 3º e 4º do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e suas alterações, e ainda considerando o que consta do processo administrativo nº 10111.722128/2013-57, estabelece:

Art. 1º No Aeroporto Internacional de Brasília, ficam definidos os seguintes pontos de acesso à área restrita em Zona Primária:

a) Portão de acesso à área restrita do pátio, localizado próximo ao TECA - Pier Sul, denominado Portão Sul 2A;

b) Portão de acesso ao Terminal de Cargas da Inframérica e demais armazéns das empresas aéreas, denominado Portão Sul1;

c) Portão de acesso ao pátio do Terminal de Passageiros 2 e Aviação Geral, localizado entre o MOP e o Terminal 2, denominado portão TPS2;

d) Portão de acesso à área controlada da Seção de Combate à Incêndio e Pool de Abastecimento, denominado Portão Sul 2B;

e) Todos os pontos de acesso de pedestres (embarque e desembarque de passageiros e portas de serviço) localizados nos Terminais de Passageiros 1 e 2, conforme definidos e aprovados no âmbito da Comissão de Segurança Aeroportuária para o Plano de Segurança Aeroportuária.

Art. 2º Fica autorizado, até o dia 30/09/2014, o acesso de veículos à área restrita, em razão das obras realizadas em Zona Primária, pelos seguintes pontos de acesso:

a) Portão provisório de acesso às obras do queroduto, localizado próximo à Seção de Combate a Incêndio - SCI, denominado Portão RA;

b) Portão provisório de acesso à pista, localizado na perimetral 11L29R, nas proximidades da cabeceira 11L, denominado Portão 11L;

Art. 3º Ficará a cargo da Administração do Aeroporto Internacional de Brasília - Inframérica, a responsabilidade da instalação de guaritas de segurança junto aos portões mencionados nos artigos 1ºe 2º.

Parágrafo único O serviço de segurança nos referidos portões deverá ser permanente e exercido sob responsabilidade da Inframérica.

Art. 4º O acesso às áreas restritas pelos portões definidos neste Ato, só será permitido às pessoas que ali exerçam suas atividades profissionais e aos veículos utilizados em serviço, salvo expressa autorização da Autoridade Aduaneira, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, Regulamento Aduaneiro.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo ALFB-SA nº 125, de 15 de abril de 2014.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Declara nula, de ofício, a inscrição no CNPJ sob nº 20.273.479/0001-47.

O Delegado-Adjunto da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13128.720153/2014-96, declara:

Art.1º- NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.273.479/0001-47, em nome de TABELIONATO DE NOTAS, DE PROTESTO DE TÍTULOS, TABELIONATO E OFICIALATO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS, em razão de ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento, nos termos do disposto no artigo 33, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de Maio de 2014.

Art 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/04/2014, data da abertura, de acordo com o disposto no § 2º do art. 33 da IN/RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

HUGO SOUZA ALVES DOMINGOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Declara nula, de ofício, a inscrição no CNPJ sob nº 20.231.099/0001-40.

O Delegado-Adjunto da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13128.720148/2014-83, declara:

Art.1º- NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.231.099/0001-40, em nome de TABELIONATO DE NOTAS, DE PROTESTO DE TÍTULO, TABELIONATO E OFICIALATO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS, em razão de ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento, nos termos do disposto no artigo 33, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de Maio de 2014.

Art 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/04/2014, data da abertura, de acordo com o disposto o § 2º do art. 33 da IN/RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

HUGO SOUZA ALVES DOMINGOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Declara nula, de ofício, a inscrição no CNPJ sob nº 20.280.057/0001-07.

O Delegado-Adjunto da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13128.720147/2014-39, declara:

Art.1º- NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.280.057/0001-07, em nome de CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE VALPARAÍSO DE GOIÁS, em razão de ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento, nos termos do disposto no artigo 33, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de Maio de 2014.

Art 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 15/05/2014, data da abertura, de acordo com o disposto o § 2º do art. 33 da IN/RFB nº 1.470, de 30 de maio de 201

HUGO SOUZA ALVES DOMINGOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Declara nula, de ofício, a inscrição no CNPJ sob nº 20.155.167/0001-39.

O Delegado-Adjunto da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13128.720154/2014-31, declara:

Art.1º- NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.155.167/0001-39, em nome de CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS, em razão de ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento, nos termos do disposto no artigo 33, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de Maio de 2014.

Art 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/04/2014, data da abertura, de acordo com o disposto o § 2º do art. 33 da IN/RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

HUGO SOUZA ALVES DOMINGOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 139, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 33, II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e tendo em vista o que consta no processo nº 10183.100015/2010-18,

Declara nula a inscrição no CNPJ sob o nº 03.831.088/0001-81em nome de Anízio Vieira de Souza - ME

SIMONE CHIOSINI SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Declara cancelado de ofício, por vício, o CNPJ: 19.728.919/0001-24 da firma individual denominada CLAUDIA CILENE BATISTA DE FIGUEIREDO 45963290287.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM/PA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 302 e 308, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e alterações, e com fundamento no artigo 33, da Instrução Normativa RFB Nº 1.470/2014, e considerando ainda, o apurado no processo nº 18363.720679/2014-15, declara:

Art. 1º - Está cancelado de ofício, o CNPJ: 19.728.919/0001-24, da firma individual denominada CLAUDIA CILENE BATISTA DE FIGUEIREDO 45963290287, com efeitos a partir de 17/02/2014.

Art. 2º - Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela firma individual acima citada, a partir de 17/02/2014.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO FARHAT

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 7ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 129, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê de atendimento digital nº 10010.028653/0414-45, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 32.319.931/0001-43, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Karoon Petróleo & Gas Ltda., CNPJ nº 09.347.916/0001-97.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o ADE IRF/RJO nº 102, de 23/06/2014, publicado no Diário Oficial da União em 25/06/2014, no que concerne aos contratos celebrados com a operadora Karoon Petróleo & Gás Ltda., permanecendo, em vigor, os contratos celebrados com as outras operadoras.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 130, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê de atendimento digital nº 10010.001363/0714-42, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada Varco International do Brasil Equipamentos e Serviços, CNPJ nº 55.658.090/0001-02, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Karoon Petróleo & Gas Ltda., CNPJ nº 09.347.916/0001-97.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o ADE IRF/RJO nº 0056, de 11/04/2014, publicado no Diário Oficial da União em 16/04/2014, no que concerne aos contratos celebrados com a operadora Karoon Petróleo & Gás Ltda., permanecendo, em vigor, os contratos celebrados com as outras operadoras.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 131, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona, em razão do dossiê de atendimento digital nº 10010.006227/0714-49, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada Farstad Shipping S.A., CNPJ nº 02.873.539/0001-80, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Karoon Petróleo & Gas Ltda., CNPJ nº 09.347.916/0001-97.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o ADE IRF/RJO nº 0045, de 02/04/2014, publicado no Diário Oficial da União em 10/04/2014, no que concerne aos contratos celebrados com a operadora Karoon Petróleo & Gás Ltda., permanecendo, em vigor, os contratos celebrados com as outras operadoras.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 134, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.721357/2014-29, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, fica autorizada a transferência de propriedade dos bens constantes da adição 001 da DI nº 14/1099585-4, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (REDETEC), CNPJ nº: 39.092.812/0001-40, para a Comissão Nacional de Energia Nuclear/Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear - CDTN, CNPJ: 00.402.552/0012-89. Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos, quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N 135, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê digital de atendimento nº 10010.010409/0614-51, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada C-INNOVATION DO BRASIL SERVIÇOS DE ROBÓTICA SUBMARINA LTDA, CNPJ nº 09.477.772/0001-93, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é a PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê digital de atendimento nº 10010.007271/0614-11, com fulcro nos artigos 4º, I, 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, I, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a própria operadora SAEXPLORATION (BRASIL) SERVIÇOS SISMICOS LTDA, CNPJ nº 16.841.313/0001-02, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 24/11/15, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ANEXO

Dossiê Digital de Atendimento 10010.007271/0614-11,				
Nº NO CNPJ	ÓRGÃO AUTORIZADOR	ÁREA DE AUTORIZAÇÃO (ANP)	Nº DA AUTORIZAÇÃO	TERMO FINAL
16.841.313/0001-02	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP	Área da Bacia Sedimentar do Recôncavo delimitada pelos vértices do polígono que compreende as coordenadas geográficas fixadas na Autorização nº 120, de 25/03/2014 concedida pela ANP	Autorização nº 120, de 25 de março de 2014, concedida pela ANP, para aquisição e processamento de dados sísmicos	24/11/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 137, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê de atendimento digital nº 10010.006146/0714-49, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada Maersk Supply Service - Apoio Marítimo Ltda., CNPJ nº 09.098.215/0001-61, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Karoon Petróleo & Gas Ltda., CNPJ nº 09.347.916/0001-97.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o ADE IRF/RJO nº 011, de 11/01/2013, publicado no Diário Oficial da União em 16/01/2013, no que concerne aos contratos celebrados com a operadora Karoon Petróleo & Gás Ltda., permanecendo, em vigor, os contratos celebrados com as outras operadoras.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

PORTARIA Nº 162, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Disciplina procedimentos para apresentação dos documentos do Termo de Entrada de que trata a Instrução Normativa SRF nº 102, de 20 de dezembro de 1994.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1.098, de 8 de agosto de 2013, e considerando o disposto no § 5º do art. 9º da Instrução Normativa (IN) SRF nº 102, de 20 de dezembro de 1994, incluído pela IN RFB nº 1.479, de 7 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Os transportadores devem apresentar cópia reprográfica dos documentos integrantes do Termo de Entrada de que trata a IN SRF nº 102, de 1994, à Equipe de Vigilância e Repressão (EQVIG), no prazo de até 3 (três) horas após o registro da chegada do veículo transportador, mediante utilização do modelo de formulário constante do Anexo I, observados os procedimentos constantes do Anexo II.

Art. 2º Em conformidade com o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 9º da IN SRF nº 102/1994, incluídos pela IN RFB nº 1.479, de 2014, a apresentação dos documentos na forma prevista no art. 1º não afasta a obrigatoriedade do transportador e do beneficiário do regime de trânsito aduaneiro de:

I - manterem em seu poder e à disposição da RFB, durante toda a operação da aeronave, os manifestos e os respectivos conhecimentos de carga e, quando for o caso, os documentos de trânsito aduaneiro; e

II - manterem em boa guarda e ordem a documentação referida no inciso I pelo prazo previsto na legislação tributária, podendo ser solicitada pela RFB sempre que necessário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação ao art. 1º a partir de 18 de agosto de 2014.

ANTONIO ANDRADE LEAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS

PORTARIA Nº 142, DE 4 DE AGOSTO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, combinado com o art. 3º, inciso VI, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000, a pessoa jurídica SOUSA GOMES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME, CNPJ: 49.508.021/0001-01, com efeitos a partir de 01 de Setembro de 2014, conforme o despacho decisório exarado no processo administrativo n° 10875.721922/2014-22.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ANTONIO ESPÍNDOLA GONZALEZ
p/Delegacia

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVOS Nº 218, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza o o fornecimento de selos de controle de IPI para importação de bebidas.

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 3ª da Portaria DEFIS/SPO nº 45 de 06 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2014, considerando o disposto no inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432 de 26 de dezembro de 2013 e o que consta do dossiê 10010.006767/0814-95-95, resolve:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 600 (seiscentos) selos de controle de IPI tipo vinho, cor amarelo, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, ao estabelecimento da empresa HPS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ 08.114.393/0001-76, para os produtos e quantidades abaixo informados:

Marca Comercial	Características do Produto	Total de Unidades
ARQUERO	24 cx com 12 garrafas de 750 ml	288
VQ	14 cx com 12 garrafas de 750 ml	168
J. FERNANDO	12 cx com 12 garrafas de 750 ml	144

Artigo 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ANDRÉ HIDEAKI MATSUMOTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 236, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

Concede registro especial obrigatório a estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009 e art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012, declara:

Art. 1º - inscrito no Registro Especial para empresas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na condição de GRÁFICA sob nº GP-09.201/090, o contribuinte EDITORA LEX DEI LTDA ME, CNPJ 90.131.152/0001-16, estabelecido à Rua José Geraldo Rodrigues, nº 185, Bairro Vila Rica, Criciúma/SC. O estabelecimento supracitado, conforme processo nº 13963.720816/2013-40, está autorizado a IMPRIMIR livros, jornais e periódicos com papel adquirido com imunidade tributária, na qualidade de Pessoa Jurídica que explora essas atividades.

Art. 2º - O registro concedido será cancelado a qualquer tempo em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 4º - Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 237, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

Concede registro especial obrigatório a estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009 e art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012, declara:

Art. 1º - inscrito no Registro Especial para empresas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na condição de USUÁRIO (UP), sob nº UP-09.201/038, o contribuinte JR PEREIRA ME, CNPJ 17.467.695/0001-19, estabelecido à Rua João José Guimarães, nº 188, Centro, Sombrio/SC. O estabelecimento supracitado, conforme processo nº 13961.720179/2014-11, está autorizado a UTILIZAR papel adquirido com imunidade tributária destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na qualidade de Pessoa Jurídica que explora essas atividades.

Art. 2º - O registro concedido será cancelado a qualquer tempo em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 138, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regulamento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU, de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 29, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e no art. 80, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com redação dada pela Lei nº 11.941/2009, declara:

Art. 1º Baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ abaixo identificada, por inexistência de fato, nos termos do art. 27, inciso II, alínea "a", da IN RFB nº 1.470/2014 e de acordo com o apurado no respectivo processo administrativo fiscal.

NOME EMPRESARIAL	CNPJ	PROCESSO
ELI IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-ME	04.692.170/0001-35	10936.720829/2014-39

Art. 2º O presente ADE entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PARANAGUÁ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 810, § 3º, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º A inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros da seguinte pessoa:

CPF	NOME	PROCESSO
037.996.009-57	LUCIANO PINHEIRO DOS SANTOS	10907.721025/2014-02

Art. 2º O Despachante Aduaneiro supramencionado deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de despachantes aduaneiros e ajudantes de despachante aduaneiro, de acordo com o ADE-COANA n° 16 de 08/06/2012, publicado no DOU de 11/06/2012.

Art. 3° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JACKSON ALUIR CORBARI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 123, DE 11 DE JULHO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 57, de 04 de abril de 2012, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas nº 10106/288.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 57, de 04 de abril de 2012, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 10106/288, de engarrafador, no processo 11020.721050/2012-54, pertencente ao estabelecimento da empresa Industria de Bebidas Valle Di Caldaro Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 12.621.901/0001-80, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Filtrado Doce Rose	Adega Dani	22.04.30.00	não retornável	660 ml
Filtrado Doce Branco	Adega Dani	22.04.30.00	não retornável	660 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Adega Dani	2204.29.11	retornável	4600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Adega Dani	2204.29.11	não retornável	4600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Adega Dani	2204.21.00	retornável	870 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Adega Dani	2204.29.11	retornável	4600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Adega Dani	2204.29.11	não retornável	4600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Adega Dani	2204.21.00	retornável	870 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Adega Dani	2204.29.11	retornável	4600 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Adega Dani	2204.29.11	não retornável	4600 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Adega Dani	2204.21.00	retornável	870 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Adega Dani	2204.29.11	retornável	4600 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Adega Dani	2204.29.11	não retornável	4600 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Adega Dani	2204.21.00	retornável	870 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Adega Dani	2204.29.11	retornável	4600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Adega Dani	2204.29.11	não retornável	4600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Adega Dani	2204.21.00	retornável	870 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Adega Dani	2204.29.11	retornável	4600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Adega Dani	2204.29.11	não retornável	4600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Adega Dani	2204.29.11	retornável	4600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Adega Dani	2204.29.11	não retornável	4600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Adega Dani	2204.21.00	retornável	870 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Adega Dani	2204.21.00	não retornável	750 ml
Coquetel Alcoólico com Malt Whiski	Claiber	2206.00.90	não retornável	1.000 ml
Cachaça Adoçada	Galos da Serra	2208.40.00	não retornável	900 ml
Caipirinha	Galos da Serra	2208.90.00	não retornável	900 ml
Bebida Alcoólica Mista	Hup Ice	2208.90.00	não retornável	275 ml
Vodca	Oksana	2208.60.00	não retornável	950 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Lorena	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Vale Di Caldaro	2204.21.00	não retornável	750 ml

"

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 53, de 26 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de fevereiro de 2013.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 124, DE 11 DE JULHO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 101, de 17 de dezembro de 2008, atualizando relação de produtos constantes do Registro Especial de Engarrafador nº 10106/107.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432,de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL 101, de 17 de dezembro de 2008, referente ao Registro Especial de Bebidas 10106/107, de engarrafador, no processo 11020.003759/2008-98, pertencente ao estabelecimento da empresa Lovatel Industria Vinícola Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 89.825.392/0001-31, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Giuseppe Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Giuseppe Lovatel	2204.29.11	retornável	3.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Giuseppe Lovatel	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Giuseppe Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Cooler c/Vinho Branco e Suco de Abacaxi	Lovatel	2206.00.90	retornável	4.600 ml
Cooler c/Vinho Branco e Suco de Abacaxi	Lovatel	2206.00.90	retornável	2.000 ml
Cooler c/Vinho Branco e Suco de Abacaxi	Lovatel	2206.00.90	não retornável	1.000 ml
Cooler c/ Vinho Rosado e Suco de Morango	Lovatel	2206.00.90	retornável	4.600 ml
Cooler c/ Vinho Rosado e Suco de Morango	Lovatel	2206.00.90	retornável	2.000 ml
Cooler c/ Vinho Rosado e Suco de Morango	Lovatel	2206.00.90	não retornável	1.000 ml
Cooler c/ Vinho Rosado e Suco de Pêssego	Lovatel	2206.00.90	retornável	4.600 ml
Cooler c/ Vinho Rosado e Suco de Pêssego	Lovatel	2206.00.90	retornável	2.000 ml
Cooler c/ Vinho Rosado e Suco de Pêssego	Lovatel	2206.00.90	não retornável	1.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Lovatel	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Lorena	Lovatel	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Lorena	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Lorena	Lovatel	2204.21.00	não retornável	990 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Lorena	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Lovatel	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Lovatel	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Lovatel	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Lovatel	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Lovatel	2204.21.00	não retornável	960 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Lovatel	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Lovatel	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Lovatel	2204.21.00	não retornável	990 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Lovatel	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Lovatel	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Lovatel	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Lovatel	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Lovatel	2204.21.00	não retornável	960 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Lovatel	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Lovatel	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Lovatel	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Lovatel	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Lovatel	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Lovatel	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Lovatel	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Lovatel	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Lovatel	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Lovatel	2204.21.00	não retornável	990 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Lovatel	2204.21.00	não retornável	960 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lovatel	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lovatel	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lovatel	2204.21.00	não retornável	1.470 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lovatel	2204.21.00	não retornável	870 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Bordô	Lovatel	2204.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Bordô	Lovatel	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Bordô	Lovatel	2204.21.00	não retornável	990 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Bordô	Lovatel	2204.21.00	não retornável	960 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Bordô	Lovatel	2204.21.00	não retornável	750 ml

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 45, de 07 de abril de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 08 de abril de 2014.

LUIZ WESCHENFELDER

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIAS DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, considerando o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967 c/c o artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.001046/2014-65, resolve:

Nº 5.974 - Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 15.138.043/0001-05, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 17 de março de 2014:
I - eleição dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal;
II - aumento do capital social em R$ 32.209.690,19, elevando-o de R$ 79.054.426,87 para R$ 111.264.117,06, dividido em 324.000.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 216.010.804 ordinárias e 107.989.196 preferenciais; e
III - alteração do artigo 5º do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no art. 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.001217/2014-56, resolve:

Nº 5.979 - Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de LIBERTY SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.550.141/0001-72, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2014:
I - eleição dos membros da diretoria; e
II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no art. 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo Susep nº 15414.000769/2014-47, resolve:

Nº 5.980 - Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ nº 92.682.038/0001-00, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, em assembleia geral extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2014:
I - aumento do capital social em R$ 60.000.000,00, elevando-o para R$ 1.383.700.000,00, dividido em 186.464 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal; e
II - alteração do artigo 6º do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de sua atribuição prevista no artigo 37 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no Artigo 4º da Resolução CNSP nº 173, de 17 de dezembro de 2007, e o que consta do Processo Susep nº 15414.000197/2014-04, resolve:

Nº 5.981 - Art. 1º Suspender a autorização para funcionamento como corretora de resseguros concedida a CORMATT CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA., CNPJ nº 07.397.897/0001-88, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nos termos do artigo 20, inciso VI, da Resolução CNSP nº 173, de 17 de dezembro de 2007.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, considerando o disposto no art. 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo Susep nº 15414.002592/2013-32, resolve:

Nº 5.982 - Art. 1º Aprovar a extensão das operações de POTTENCIAL SEGURADORA S.A., CNPJ n° 11.699.534/0001-74, com sede na cidade de Belo Horizonte - BH, para a sétima região do território nacional, conforme deliberações tomadas por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 21 de junho de 2013.

Art.2º Ratificar que POTTENCIAL SEGURADORA S.A. encontra-se autorizada a operar seguros de danos em todo o território nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo Susep nº 15414.003366/2013-79, resolve:

Nº 5.983 - Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 33.072.307/0001-57, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2013, rerratificada em 16 de dezembro de 2013:
I - aumento do capital social em R$ 34.305.719,75, elevando-o para R$ 357.917.146,28, representado por 78.673 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e
II - alteração do artigo 5° do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 176, de 03 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de julho de 2014, Seção 1, pág. 90, no art. 1º, onde se lê: no valor de R$ 4.561.313,00 (quatro milhões e quinhentos e sessenta e um mil e trezentos e treze reais), leia-se: R$ 4.575.361,00 (quatro milhões e quinhentos e setenta e cinco mil e trezentos e sessenta e um reais), e no respectivo quadro, onde se lê: Rio Negrinho, processo 59050.000882/2014-74, valor R$ 222.972,80, leia-se: Rio Negrinho, processo 59050.000882/2014-74, valor R$ 237.020,80...

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.352, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública no Complexo da Maré, no Município do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, e na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando a manifestação do Governador do Estado do Rio de Janeiro, quanto à necessidade de emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), no intento de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio no Complexo da Maré, no Município do Rio de Janeiro, conforme solicitação contida no Ofício GG nº 426, de 15 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em caráter episódico e planejado em consonância com a legislação em vigor, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, a fim de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio do Complexo da Maré, no Município do Rio de Janeiro.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de segurança pública do ente federado solicitante, nos termos do convênio de cooperação firmado entre as partes, bem como permissão de acesso aos sistemas de informações e ocorrências no âmbito da segurança pública, durante a vigência da portaria autorizativa.

Art. 3° O número de profissionais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela FNSP poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2014

Às 09:18h do dia seis de agosto de dois mil e quatorze, o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho, declarou aberta a presente sessão. Participaram os Conselheiros do Cade, Alessandro Octaviani Luis, Eduardo Pontual Ribeiro, Ana Frazão, Marcio de Oliveira Júnior e Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presentes o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Victor Santos Rufino, o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Sady d´Assumpção Torres Filho, e o Secretário Substituto do Plenário, Paulo Eduardo Silva de Oliveira.

O advogado Eduardo Rocha e Silva, representante do IBRAC, proferiu manifestação em registro pelo término dos mandatos dos Conselheiros Alessandro Octaviani Luis e Eduardo Pontual Ribeiro. Na sequência, o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo fez uso da palavra em razão da última sessão daqueles Conselheiros, destacando a educação do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis e recordando o convívio com o Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro desde quando este ocupava o cargo de Economista-Chefe do Cade. O Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo mencionou, ainda, as importantes contribuições deixadas pelos Conselheiros ao Plenário do Cade.

O Presidente do Cade manifestou-se ressaltando que o excelente trabalho desenvolvido pelos Conselheiros Alessandro Octaviani Luis e Eduardo Pontual Ribeiro culminou em uma série de importantes intervenções no Conselho, que certamente ficarão registradas da atuação desta Autarquia, com características de colaboração e coesão em direção ao projeto do novo Cade. Na sequência, o Presidente do Cade desejou boa sorte aos profissionais, que reforçarão os estudos e pesquisas acadêmicas em torno do tema da Defesa da Concorrência.

O Conselheiro Alessandro Octaviani Luis agradeceu a todos que proporcionaram a grande honra do convívio no Cade, destacando as contribuições trazidas pelo Presidente do Cade no decorrer da atual gestão; a Conselheira Ana Frazão, pela capacidade de discernimento em questões de direito empresarial discutidas no Plenário; o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, pela integridade na atuação junto a este órgão; ao Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior, pelo esforço do trabalho na forma da construção desta instituição; ao Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro, pela forma de ensino do Direito da Concorrência; ao Procurador Victor Santos Rufino, pela continuidade do bom trabalho desenvolvido pela Procuradoria Federal junto ao Cade; e ao representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Sady d´Assumpção Torres Filho. O Conselheiro Alessandro Octaviani Luis registrou, ainda, agradecimento aos servidores do Cade, em especial à equipe do seu Gabinete e de apoio ao Plenário, bem como em relação aos advogados que atuam junto ao Cade.

O Conselheiro Eduardo Pontual manifestou-se expressando a satisfação pelo dever cumprido e agradecendo o apoio sempre recebido dos integrantes do seu Gabinete, que sempre auxiliaram no desafio de compor o Tribunal do Cade, experiência que estimulou a interface do direito e economia.

Julgamentos

01. Processo Administrativo nº 08012.006552/2005-17

Representante: União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS/MT

Representados: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso - CRM/MT, Associação Médica de Mato Grosso-AMMT e Sindicado dos Médicos do Mato Grosso - Sindimed-MT

Advogados: Israel Moreira de Almeida, Heber Aziz Saber, Giselle Crosara Lettieri Gracindo, Renata Karla Batista e Silva, Antônio Luiz de Deus Júnior

Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro

Voto-vista: Conselheira Ana Frazão

O processo foi retirado a pedido da Conselheira Ana Frazão.

09. Processo Administrativo nº 08012.004736/2005-42

Representante: SEAE - Ministério da Fazenda

Representados: Raízen Combustíveis S.A. (atual denominação de Shell Brasil Ltda.) e Odon de Oliveira Mendes

Advogados: Mauro Grinberg, Leonor Cordovil, Luís Gustavo Rolim Lima e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Impedidos o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho e o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Manifestou-se oralmente o advogado Mauro Grinberg pela Raízen Combustíveis S.A. (atual denominação de Shell Brasil Ltda.). Na sequência, o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Victor Santos Rufino, teceu esclarecimentos acerca do Parecer proferido pela Procuradoria Federal em análise acerca da prescrição suscitada no presente caso, especificamente no que diz respeito ao entendimento acerca dos fatos interruptivos da prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública.

Após o voto do Conselheiro Relator afastando as preliminares arguidas pelos Representados, assim como a prejudicial de prescrição da pretensão punitiva da administração e da prescrição intercorrente e, no mérito, pela condenação dos representados pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, inciso I, da Lei nº 8.884/94, aplicando-lhes as seguintes multas: (i) à representada Raízen, multa no valor de R$ 31.706.254,52 (trinta e um milhões, setecentos e seis mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), e (ii) ao Representado Odon de Oliveira Mendes, multa de 30.000 UFIR, ao qual aderiu o Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior. Aguardam os demais.

03. Processo Administrativo nº 08012.011042/2005-61

Representante: Ministério Público do Estado da Bahia

Representados: Shell Brasil Ltda., Eduardo Silva Moisés e Sérgio Victor Olbrich

Advogados: Mauro Grinberg, Leonor Cordovil, Luís Gustavo Rolim R. Lima e outros

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Voto-Vista: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Impedidos o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho e o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Na 20ª SOJ, manifestou-se oralmente o advogado Mauro Grinberg, representante da Shell Brasil Ltda. (Raízen) Após o voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento processo, com recomendação à Superintendência-Geral do CADE que instaure, de ofício, Averiguação Preliminar destinada a apurar as condições em que se dá, atualmente, o relacionamento da Raízen com seus distribuidores franqueados e não franqueados, solicitando a essa empresa informações detalhadas e atuais acerca de eventuais práticas de fixação ou sugestão de preços, máximos, mínimos ou sugeridos, de revenda de combustíveis, bem como informações atuais e detalhadas ligadas a seus eventuais programas de compliance com a legislação antitruste e ligadas ao eventual monitoramento do comportamento competitivo de seus distribuidores e dos concorrentes destes nos vários mercados em que estes atuam, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Manifestou-se em questão de ordem o advogado Mauro Grinberg, reiterando solicitação de nova sustentação oral por ocasião do julgamento do item 03 da pauta, tendo em vista o decurso de tempo desde o pedido de vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis e a emissão de novo parecer pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade no presente processo.

O Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Victor Santos Rufino, expos posicionamento pelo indeferimento do pedido de sustentação oral específico no item 03, por considerar que o processo teve julgamento iniciado e que as hipóteses de sustentação oral previstas no Regimento Interno do Cade não garantem outra sustentação oral ante a inexistência de nova instrução no caso. Não obstante, argumentou estar garantido ao advogado da possibilidade de manifestar-se em relação ao item 03 durante o tempo regimental para a sustentação oral do item 09 da pauta.

O Plenário do Cade indeferiu o pedido de sustentação oral no item 03.

Após o voto-vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis, pela rejeição da prejudicial de prescrição da pretensão punitiva da administração e da prescrição intercorrente e, no mérito, pela condenação dos Representados pela prática de infrações à ordem econômica, previstas no art. 20, incisos I e IV, c/c o art. 21, incisos II e XI, ambos da Lei nº 8.884/94, com aplicação das seguintes multas: (i) à Representada Raízen Combustíveis S.A., multa no valor de R$ 59.635.326,06 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e seis centavos); (ii) aos Senhores Eduardo Silva Moisés e Sérgio Victor Olbrich, multa individual de 30.000 UFIR; proferiu voto o Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro, pelo arquivamento do processo em relação ao Representado Eduardo Silva Moisés e pela condenação dos demais Representados por infrações previstas no art. 20, incisos I e IV, c/c art. 21, inciso II, da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multa no valor de R$ 29.817.663,03 (vinte e nove milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e sessenta e três reais e três centavos) à Shell Brasil Ltda.; e 30.000 UFIR, ao Representado Sérgio Victor Olbrich; o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior. Aguardam os demais.

08. Processo Administrativo nº 08012.005928/2003-12

Representante: DPDE/SDE ex officio

Representados: MERCK S.A.

Advogados: Mauro Grinberg, Fábio Malatesta dos Santos, Carolina Saito da Costa, Carlos Amadeu B. P. de Barros e outros

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Voto -Vista: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Impedido o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

Na 20ª SOJ, manifestou-se oralmente e em esclarecimento de questão de fato o advogado Mauro Grinberg, representante da Merck S.A.. Após o voto do Relator pelo arquivamento do processo, o julgamento foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Decisão: Após o voto-vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis, pela rejeição da preliminar da prova emprestada e acompanhando o Relator nas demais razões de indeferimento das preliminares suscitadas no presente Processo Administrativo e, no mérito pela condenação da Representada, por prática de infrações à ordem econômica tipificadas no art. 20, incisos I e IV, e no art. 21, incisos I, II, IV, V e XIII, da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multa no valor de R$ 4.295.599,52 (quatro milhões, duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos), o Plenário, por maioria, determinou a condenação da Representada Merck S.A., nos termos do voto-vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis. Vencido o Conselheiro Relator.

Às 13:36h, o Presidente do CADE suspendeu a sessão. Os trabalhos de julgamento foram retomados às 14:57h.

11. Processo Administrativo nº 08012.007189/2008-08

Representante: Bann Química Ltda.

Representadas: DyStar Textilfarben Gmbh e DyStar Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.

Advogados: Sonia Maria Giannini Marques Döbler, Graziella Angela Tinari Dell'Osa, Carolina de Andrade Araújo, Renê Guilherme da Silva Medrado, Ricardo Ferreira Pastore e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Voto-Vista: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Impedidos o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho e o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Na 34ª SOJ, manifestou-se oralmente a advogada Sonia Marques Döbler, pelas Representadas. Após o voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento do processo, o julgamento foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Após o voto-vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis aderindo ao voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento do processo, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Ana Frazão. Aguardam os demais.

12. Procedimento Administrativo nº 08000.009354/1997-82

Representante: SDE ex officio

Representados: AgipLiquigás do Brasil S.A. (sucedida por Liquigás Distribuidora S.A.), Supergasbrás Distribuidora de Gás S.A. (sucedida por SHV Gás Brasil Ltda.), Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. e Minasgás S.A. Distribuidora de Gás Combustível (sucedida por SHV Gás Brasil Ltda.)

Advogados: Rubens Duffles Martins, Ali Mustafá Atyeh, Wolfrido Augusto Marques, Carlos Eduardo Fontoura dos Santos Jacinto, Ana Helena Fagundes, Bolívar Moura Rocha, Tulio Freitas do Egito Coelho, João Paulo R. Nogueira da Gama, Antonio Garbelini Júnior, Vera Lúcia de Paiva Cicarino, Cristiane Rodrigues Pantoja, Alexandre Lessmann Buttazzi e outros

Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro

Voto-Vista: Presidente Vinicius Marques de Carvalho

O processo foi adiado a pedido do Presidente Vinicius Marques de Carvalho.

10. Processo Administrativo nº 08700.000719/2008-21

Representante: SDE ex officio

Representados: Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo - SESVESP; José Adir Loiola, José Jacobson Neto

Advogados: Percival Maricato, Diogo Telles Akashi, Carlos Augusto de Barros e Silva, Maurício Felberg

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados por incorrerem nas práticas descritas nos art. 20, incisos I e II e art. 21, incisos II, IV e VIII da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multas nos seguintes termos: (i) multa de 300.000 UFIR, ao Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo - SESVESP; e (ii) 30.000 UFIR, individualmente, aos Representados José Adir Loiola e José Jacobson Neto; nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Ausentou-se, justificadamente o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Victor Santos Rufino. Assumiu o Procurador-Chefe Adjunto, Fernando Barbosa Bastos Costa.

19. Requerimento: 08700.006078/2014-66

Requerentes: Hipercard Banco Múltiplo S.A. e Bompreço Bahia Supermercados Ltda.

Advogados: Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo, Tito Amaral de Andrade, Carolina Maria Matos Vieira

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de Termo de Compromisso de Cessação, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Embargos de Declaração no Ato de Concentração nº 08012.003065/2012-21

Embargantes: União de Produtores de Citrus - UNICITRUS e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo - FAESP

Advogados: Eduardo Molan Gaban, Bruno Droghetti Magalhães Santos, Gesner Oliveira, Paolo Zupo Mazzucato e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Impedido o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho Araújo.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu dos Embargos de Declaração e, no mérito, negou-lhes provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

18. Processo Administrativo nº 08012.007833/2006-78

Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Rondônia

Representados: Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia - CREMERO, Associação Médica de Rondônia - AMR

Advogados: José Alejandro Bullón Silva, Rafael Rabelo Cunha Melo, Carlos Magno dos Reis Michaelis Júnior, Michele Paola de Oliveira Storino e outros

Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro

Manifestou-se oralmente o advogado Marcos Alves, pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia - CREMERO.

Após o voto do Conselheiro Relator pela condenação dos Representados em razão do cometimento das infrações previstas no art. 20, inciso I c/c com o art. 21, incisos II, V e X, todos da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multas nos seguintes valores: (i) R$ 297.948,00 (duzentos e noventa e sete mil, novecentos e quarenta e oito reais), ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia - CREMERO; e R$ 37.243,50 (trinta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos), à Associação Médica de Rondônia - AMR; a serem pagas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da presente decisão; o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Ana Frazão. Aguardam os demais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

07. Processo Administrativo nº 08012.012676/1999-12
Representante: SDE ex officio
Representados: Posto Itamaraty Ltda., Posto QNO 01 Ltda., Brazuca Auto Posto Ltda., Karserv Combustíveis Lubrificantes e Serviços Ltda., Posto de Serviço Pioneiro Ltda., Haddad e Haddad Ltda., Auto Posto Vale do Pipiripau Ltda., Jin Thye Chiang LTda., J. T. Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., Posto Tiradentes Ltda., Posto Leocar e Serviços Ltda., Cruzeiro Combustíveis e Serviços Ltda., Distribuidora Brasília de Veículos S.A. - Disbrave, ORCA Veículos Ltda., TL-Cayres Comércio e Representação Ltda., Centro Oeste Derivados de Petróleo Ltda., Auto Posto Millenium 2000 Ltda., WR - Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., Serv-Car Derivados de Petróleo Ltda., Auto Posto G Sul Ltda., M. C. Combustíveis Ltda., Comercial Derivados de Petróleo Jaelmi, Posto Zillertal Ltda., Auto Shopping 24 Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., A. M. Ziller, Premium Comércio e Distribuição Combustíveis Ltda., CEU 70 Combustíveis Ltda., So-Car Derivados de Petróleo Ltda., Serv-Car Derivados de Petróleo Ltda. - Filial 1, Drive-Car Transportes e Combustíveis Ltda. - Filial 1, Drive-Car Transportes e Combustíveis Ltda., Pecobral Comércio de Derivados de Petróleo de Brasília Ltda., Bracodel Brazlandia Comércio de Petróleo e Derivados Ltda., Drive-Car Transportes e Combustíveis Ltda. - Filial 2, GS Comércio de Produtos e Derivados de Petróleo Ltda., Morro Azul Comércio de Petróleo Ltda., Paulo Sergio Vieira Lima, Fujichina Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., M C Combustíveis Ltda., Posto Ceilândia Ltda., Premium Comércio e Distribuição Combustíveis Ltda., Polar Derivados de Petróleo Ltda., Arco Íris Petróleo Comércio e Serviços Ltda., Ulisses Canhedo Combustíveis e Lubrificantes Ltda., Auto Shopping Park Way Derivados de Petróleo Ltda., Auto Shopping QI 03 Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., Auto Shopping 27 Derivados de Petróleo Ltda., Auto Shopping QI 19 Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. (sem assinar), Auto Shopping QL 06 Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. (sem assinar), Auto Shopping Sobradinho Derivados de Petróleo Ltda., FS Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., Posto 314 Norte Ltda., Posto Chimarrão, Revendedora de Derivados de Petróleo Ltda., Jarjour Veículos e Petróleo Ltda., Posto de Gasolina dos Anões Ltda., Ivan José Pires, JB Postos e Serviços Ltda., Auto Posto JB Ltda., Petro Rios Comércio Derivados de Petróleo Ltda., Comercial Jdade Ltda., Maria Janete Carneiro Gomes, Aquarius Auto Posto Ltda., Serv- Car Derivados de Petróleo Ltda., Gabéu Auto Posto Ltda., Auto Posto São Marcos Ltda., Multi Service Combustíveis Ltda., Petral Derivados de Petróleo Ltda., Posto Bandeirante Ltda., Posto São Roque Ltda., Fundação Universitária de Brasília - Fubra, Bracopel - Brasília Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. e Stop Point Comb. Ltda., Mina Combustíveis Ltda., Playtime - Combustíveis e Lubrificantes Ltda., ML Souza e Cia Ltda., IATE Clube de Brasília, H Suxberger - FI, Elo - Comércio e Serviços Ltda., Marques & Pereira Ltda., Wladecy Pereira da Silva, Posto de Serviço 307 Ltda., Vladimir Pereira da Silva, Ribeiro & Pereira Ltda., Pedro Ribeiro da Silva - Filial, Posto Noleto, Auto Posto Ramalho Ltda., Auto Posto Wilson Ltda., Posto BR North Ltda., Roberto Colleti, Posto SIA 3 Ltda., Auto Posto JK Ltda., Coencil Comércio e Indústria Ltda., LR Comércio de Produtos e Derivados de Petróleo Ltda., B4 Auto Posto Comércio de Combustíveis e Lubrificantes Ltda., Auto Posto Cinco Estrelas Ltda., JJS Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda., Auto Posto Águia de Ouro Ltda., Serigy Comércio de Produtos e Derivados de Petróleo Ltda., Noleto e Filhas Ltda., Planalto Auto Posto Ltda., Posto e Motel Rodobello Ltda., Gilmar de Souza Araújo, Posto 81 Ltda., Posto Nota 10 Ltda., Posto Mizuno e Cia Ltda., Nene's Chopp Comércio e Indústria Agropecuária Ltda., BR 070 Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., Vepesa Veículos Pesados Ltda., Amorim Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., Max Petro Combustíveis e Serviços Ltda., TL - Cayres Comércio e Representação Ltda. , Zitão - Comércio de Derivados do Petróleo Ltda., WR - Comércio de Derivados do Petróleo Ltda., Posto Brasal Ltda., Auto Posto Iticar Ltda., Rede Gasol de Combustíveis, Auto Posto 314 Norte Ltda. e Stop Point Combustíveis Ltda.
Advogados: Simão Guimarães de Sousa, Aquiles Rodrigues de Oliveira, Raphael Borges Leal de Souza, Albileo Trentino Ziller, Marines Santos, Luiz Antônio Guerra, Grimoaldo Roberto de Resende; Francisco Manoel Corte Imperial, Lucineide de Oliveira, Ronald Wanderley Mignone; José Carlos Alves da Silva, Lucas Aires Bento Graf, Marta Leitão Brandão Subtil, Marcelo Luiz Ávila de Bessa, Francisco M. C. Imperial, Leandro de Sousa e Silva Batista, Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues e outros, Gustavo Henrique Caputo Bastos, Alexandre Augusto Reis Bastos, Deirdre de Aquino Neiva Cruz e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Impedido o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou ao arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Os Despachos PRES nºs 220/2014 (AC 08012.010473/2009-34), 221/2014 (PA 08012.010608/2009-61), 222/2014 (PA 08012.003035/2008-39), 223/2014 (PA 08012.001099/1999-71), 224/2014 (PA 08012.004365/2010-66), 225/2014 (PA 08012.014463/2007-14), 226/2014 (PA 08012.010215/2007-96), 227/2014 (PA 08012.000415/2003-15), 228/2014 (PA 08012.007002/2009-49), 229/2014 (PA 08012.001794/2004-33), 230/2014 (PA 08012.009757/2009-88), 231/2014 (AC 08012.011421/2011-08), 232/2014 (AC 08012.004957/2013-72); apresentados pelo Presidente Vinícius Marques de Carvalho, foram referendados pelo Plenário.

Ausentou-se, justificadamente, o Presidente Vinícius Marques de Carvalho. Assumiu o Presidente Substituto, Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

20. Requerimento: 08700.004404/2014-09
Requerente: Sindicato dos Proprietários de Centros de Formação de Condutores do Paraná.
Advogados: Fernando Martins da Silva e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Impedidos o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho e o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de Termo de Compromisso de Cessação, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
O Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Victor Santos Rufino, reassumiu os trabalhos.
16. Processo Administrativo nº 08012.008477/2004-48
Representante: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Representadas: Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina - SIMESC, Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina - CREMESC, Associação Catarinense de Medicina - ACM
Advogados: Nilo de Oliveira Neto, Irineu Ramos Filho, Giselle Crosara Lettieri Gracindo, Erial Lopes de Haro Silva
Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro
Impedidos o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho e o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.
Manifestou-se oralmente o advogado Irineu Ramos, pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina - CREMESC.
Após o voto do Conselheiro Relator pela condenação dos Representados por infração prevista no art. 20, I c/c art. 21, II e V, da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multas nos seguintes valores: (i) R$ 69.166,50 (sessenta e nove mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta centavos), ao Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina - SIMESC; (ii) R$ 117.051,00 (cento e dezessete mil e cinquenta e um reais), à Associação Catarinense de Medicina - ACM; (iii) R$ 1.127.946,00 (um milhão cento e vinte e sete mil, novecentos e quarenta e seis reais), ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina - CREMESC; o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Ana Frazão. Aguardam os demais.
Os itens 04, 05 e 06 da pauta foram julgados em conjunto.
04. Ato de Concentração nº 08012.013191/2010-22
Requerentes: Labs Cardiolab Exames Complementares S.A e Clínica Radiológica Menezes da Costa Ltda.
Advogados: Lauro Celidônio e outros
Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior
05. Ato de Concentração nº 08012.008447/2011-61
Requerentes: Delta FM&B Fundo de Investimento em Participações e Diagnolabor Exames Clínicos S.A.
Advogados: Lauro Celidônio e outros
Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior
06. Ato de Concentração nº 08012.008448/2011-13
Requerentes: Fleury S.A. e Labs Cardiolab Exames Complementares S.A.
Advogados: Lauro Celidônio e outros
Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior
Impedidos o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho e o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu das operações e aprovou-as com restrições, condicionadas à celebração e ao cumprimento de Termo de Compromisso de Desempenho - TCD, firmado entre o CADE e Fleury S.A., nos termos do voto do Conselheiro Relator.
02. Processo Administrativo nº 08012.011381/2008-91
Representante: SDE ex officio
Representada: Cooperativa Rádio Táxi de Uberaba - COOPERTAXI
Advogados: Sérgio Hebert da Silva Fonseca, Sueli Alves Leal, Carlos Jorge Sene e outros
Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro
Voto-vista: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo
Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.
Na 45ª SOJ, após o voto do Conselheiro Relator, pela condenação da Sociedade Cooperativa Rádio Táxi de Uberaba - COOPERTAXI, por infrações previstas no art. 20, I e IV, c/c art. 21, II da Lei nº 8.884/94, o julgamento do processo foi suspenso em virtude de pedido de vista do Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.
Decisão: Após o voto-vista do Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo pelo arquivamento do processo, o Plenário, por maioria, determinou o arquivamento do processo, e determinou as demais providências, nos termos do voto-vista do Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Vencido o Conselheiro Relator no tocante à condenação dos Representados.
21. Requerimento nº 08700.008299/2013-98
Requerentes: Supergasbras Energia Ltda.
Advogados: Bolivar Moura Rocha, José Arnaldo da Fonseca Filho
Relatora: Conselheira Ana Frazão
Impedidos o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho e o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de Termo de Compromisso de Cessação, nos termos do voto da Conselheira Relatora.

17. Processo Administrativo nº 08012.005135/2005-57
Representante: CADE ex officio
Representados: Associação Médica do Rio Grande do Norte - AMRN, Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte - SINMED-RN, Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte - CRM-RN e União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS
Advogados: Valderice Nóbrega da Silva, Júlia Jales de Lira Silva Souto, José Luiz Toro da Silva, Vânia de Araújo Lima Toro da Silva, João Hélder Dantas Cavalcanti, Manoel Batista Dantas Neto, Jackson Deodato Fernandes de Negreiros Júnior, Klevelando Augusto Silva Dos Santos e outros
Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro
Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.
Após o voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento do processo em relação ao Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte - CRM-RN e União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS, e pela condenação das demais Representadas, por infrações previstas no art. 20, inciso I, c/c art. 21, incisos II e V, ambos da Lei nº. 8.884/94, com aplicação de multas nos seguintes valores: (i) à Associação Médica do Rio Grande do Norte, multa no valor de R$ 47.884,50 (quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos); (ii) ao Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte - SINMED-RN, multa no valor de R$ 31.923,00 (trinta e um mil, novecentos e vinte e três reais); a serem pagas no prazo de 30 dias a contar da intimação da decisão; o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Ana Frazão. Aguardam os demais.
15. Processo Administrativo nº 08012.007967/2004-27
Representante: Unimed Uberlândia - Cooperativa Regional de Trabalho Médico Ltda.
Representados: Cardiocenter - Centro de Diagnóstico Cardiovascular Ecográfico Ltda., Centro de Diagnósticos Ecográficos S/C Ltda., Imedi - Instituto de Medicina Diagnóstica, Clima - Clínica de Diagnóstico por Imagem S/C Ltda., Unidade Radiológica de Uberlândia Ltda., João Kazan Exames Ltda. (atual denominação de Centro Radiológico de Uberlandia), Instituto de Radiologia de Uberlandia, Ipac - Instituto de Patologia Clínica de Uberlandia S/C Ltda., Biovida Patologia Clinica Ltda., Udimagem - Unidade de Diagnostico por Imagem Ltda., Labormed - Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas, Centro de Tomografia Computadorizada Uberlandia S/S Ltda., Ipac - Densiometria Óssea Ltda., Clínica de Radiologia Ltda., Tomografia Santa Clara Ltda., Clínica de Diagnóstico Dr. Rasmo Cardoso Ltda., AMIUB - Associação dos Médicos Imaginologistas de Uberlandia, Sociedade Médica de Uberlândia, Rasmo Cardoso Sobrinho
Advogados: Marcos Antonio Pacheco, Fabiana Prates, Wanderley Romano Donadel, José Américo Fonseca Attie e outros
Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro
Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.
Após o voto do Conselheiro Relator, pela condenação dos seguintes Representados por infração prevista no art. 20, I e II, c/c art. 21, I e V, da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multas, respectivamente: a) R$ 38.033,17 (trinta e oito mil, trinta e três reais e dezessete centavos), para Cardiocenter - Centro de Diagnóstico Cardiovascular Ecográfico Ltda.; b) R$ 127.697,50 (cento e vinte sete mil, seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), para Centro de Diagnósticos Ecográficos S/C Ltda.; c) R$ 58.980,09 (cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta reais e nove centavos), para Imedi - Instituto de Medicina Diagnóstica; d) R$ 269.865,44 (duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), para Clima - Clínica de Diagnóstico por Imagem S/C Ltda.; e) R$ 173.684,18 (cento e setenta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e dezoito centavos), para Unidade Radiológica de Uberlândia Ltda.; f) R$ 74.219,77 (setenta e quatro mil, duzentos e dezenove reais e setenta e sete centavos), para João Kazan Exames Ltda. (atual denominação de Centro Radiológico de Uberlandia); g) R$ 904,30 (novecentos e quatro reais e trinta centavos), para Instituto de Radiologia de Uberlandia; h) R$ 825.600,58 (oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos reais e cinquenta e oito centavos), para Ipac - Instituto de Patologia Clínica de Uberlandia S/C Ltda.; i) R$ 154.400,42 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos reais e quarenta e dois centavos), para Biovida Patologia Clinica Ltda.; j) R$ 169.665,93 (cento e sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos), para Udimagem - Unidade de Diagnostico por Imagem Ltda.; k) R$ 219.974,07 (duzentos e dezenove mil, novecentos e setenta e quatro reais e sete centavos), para Labormed - Laboratório de Análises e Pesquisas Clinicas; l) R$ 367.527,51 (trezentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos), para Centro de Tomografia Computadorizada Uberlandia S/S Ltda.; m) R$ 7.566,88 (sete mil, quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos), para Ipac - Densiometria Óssea Ltda.; n) R$ 86.384,25 (oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), para Clínica de Radiologia Ltda.; o) R$ 24.365,93 (vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos), para Tomografia Santa Clara Ltda.; p) R$ 7.755,85 (sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), para Clínica de Diagnóstico Dr. Rasmo Cardoso Ltda; bem como pela condenação dos seguintes Representados por infração prevista no art. 20, I c/c 21, II, da Lei nº 8.884/1994, com aplicação de multas, respectivamente: a) R$ 28.730,70 (vinte e oito mil, setecentos e trinta reais e setenta centavos), para AMIUB - Associação dos Médicos Imaginologistas de Uberlandia; b) R$ 19.153,80 (dezenove mil, cento e cinquenta e três reais e oitenta centavos), para Sociedade Médica de Uberlandia; c) R$ 2.873,07 (dois mil, oitocentos e setenta e três reais e sete centavos), para Rasmo Cardoso Sobrinho; o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Ana Frazão. Aguardam os demais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13. Processo Administrativo nº 08012.005374/2002-64

Representante: Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde - CIEFAS

Representados: Associação Médica da Paraíba, Sindicato dos Médicos do Estado da Paraíba, Conselho Regional de Medicina no Estado da Paraíba, Academia Paraibana de Medicina e União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde

Advogados: Antônio Barbosa de Araújo, Severino Celestino Silva Filho, Felipe Figueiredo Silva, Giselle Crosara Lettieri Gracindo, Vanessa Bitencourt Queiroz, Vânia de Araújo Lima Toro da Silva, José Luiz Toro da Silva e outros

Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro

Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Após o voto do Conselheiro Relator pela condenação dos Representados, por infrações previstas no art. 20, inciso I, c/c art. 21, incisos II e V, ambos da Lei nº. 8.884/94, com aplicação de multa nos seguintes valores: (i) à Associação Médica da Paraíba, multa no valor de R$ 47.884,50 (quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos); (ii) ao Sindicato dos Médicos do Estado da Paraíba, a multa no valor de R$ 15.961,60 (quinze mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos); (iii) ao Conselho Regional de Medicina no Estado da Paraíba, a multa no valor de R$ 425.640,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais e seiscentos e quarenta reais); e (iv) à Academia Paraibana de Medicina, a multa no valor de R$ 6.384,60 (seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos); a serem pagas no prazo de 30 dias a contar da data da intimação da decisão; o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Ana Frazão. Aguardam os demais.

14. Processo Administrativo nº 08012.003048/2003-01

Representante: Hapvida Assistência Médica

Representadas: Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará; Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará e Associação Médica Cearense

Advogados: Antônio de Pádua de Faria Moreira, Luiz Eduardo Maia Tigre, Francisco Sandro Gomes Chaves, Lidiany Mangueira Silva, Maria Elizabete da Silva Fonteles e outros

Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro

Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Após o voto do Conselheiro Relator pela condenação dos Representados por infrações previstas no art. 20, inciso I c/c com o art. 21, incisos II, V e X, todos da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multas nos seguintes valores: (i) ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará, multa no valor de R$ 505.447,50 (quinhentos e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos); (ii) ao Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará, multa no valor de R$ 58.525,50 (cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos); e (iii) à Associação Médica Cearense, multa no valor de R$ 74.487,00 (setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete reais); a serem pagas no prazo de 30 dias a contar da intimação da decisão; o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Ana Frazão. Aguardam os demais.

Os despachos, ofícios e outros abaixo relacionados foram referendados pelo Plenário:

Despachos AOL nºs 20/2014 (Acesso Restrito Req. 08700.004404/2014-09), 21/2014 (Acesso Restrito Req. 08700.006078/2014-66), 22/2014 (PA 08012.011142/2006-79); apresentados pelo Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Despacho EPR nº 09/2014 (AC 08700.000436/2014-27)

Despachos AF nºs 15/2014 (Req 08700.008299/2013-98), 16/2014 (PA 08012.002540/2002-71), 17/2014 (AC 08700.005447/2013-12), 18/2014 (Req 08700.008299/2013-98), 19/2014 (Req 08700.004379/2010-21), 20/2014 (Req 08700.005399/2012-81), 21/2014 (PA 08012.004335/2009-16) e ofícios nºs 3015/2014 (Req 08700.008299/2013-98), 3057/2014 (PA 08012.004472/2000-12), 3214/2014 (AC 08012.001015/2004-08); apresentados pela Conselheira Ana Frazão.

Ofícios MOJ nºs 2498/2014 (ACs 08012.008447/2011-61, 08012.013191/2010-22 e 08012.008448/2011-13), 3090/2014 (PA 08012.000456/2012-94), 3182/2014 (ACs 08012.008447/2011-61, 08012.013191/2010-22, 08012.008448/2011-13), 3183/2014 (PA 08012.010688/2013-83), 3202/2014 (PA 08012.000456/2012-94), 3215/2014 (PA 08012.001273/2010-24), 3216/2014 (PA 08012.001273/2010-24), 3217/2014 (PA 08012.001020/2003-21), 3218/2014 (PA 08012.001273/2010-24); apresentados pelo Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior.

Aprovação da Ata

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 21:16h do dia seis de agosto de dois mil e quatorze, o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§1º e 2º do artigo 105 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - RICADE, quanto ao resultado do julgamento do Plenário do Tribunal do seguinte item da ata, cuja respectiva decisão foi juntada aos autos e está disponível para consulta na unidade de andamento processual: item 02.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Presidente do Cade

ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS
Presidente do Cade
Substituto

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 11 de agosto de 2014

Nº 930 - Referência: Ato de Concentração nº 08700.005723/2014-23. Requerentes: Stepan Química Ltda. e Procter & Gamble do Brasil S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo, Francisco Todorov e Adriana Giannini. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.637, DE 14 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7799 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

Conceder autorização, à empresa TUFÃO-SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 09.541.406/0001-56, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Amazonas.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.684, DE 17 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7266 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMPRESA AUXILIAR DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 76.764.448/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1477/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.775, DE 23 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8303 - DPF/SOD/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE DE MELHORAMENTOS JD GRANJA OLGA II, CNPJ nº 00.529.606/0001-19 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.874, DE 4 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7850 - DPF/GVS/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa A SENTINELA ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 07.216.131/0001-50, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8485 (oito mil e quatrocentos e oitenta e cinco) Gramas de pólvora

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.895, DE 4 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8332 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALAMO PROTEC SECURITY VIGILANCIA LTDA ME, CNPJ nº 16.599.942/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1587/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.909, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7458 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

Conceder autorização, à empresa FORTEVIP FORTEVIGILANCIA PRIVADA EIRELI ME, CNPJ nº 15.615.817/0001-41, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Amazonas.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.911, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7706 - DPF/BRU/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FULL SECURITY - PASCHOALOTTO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.688.560/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1521/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.919, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8741 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PAULISTANA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 13.593.220/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1611/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.923, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9294 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa VIRTUS CURSO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA ME, CNPJ nº 11.487.275/0001-18, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

500 (quinhentas) Munições calibre 12

21628 (vinte e uma mil e seiscentas e vinte e oito) Espoletas calibre 38

6492 (seis mil e quatrocentos e noventa e dois) Gramas de pólvora

21628 (vinte e um mil e seiscentos e vinte e oito) Projéteis calibre 38

1000 (uma mil) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.928, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8970 - DPF/JZO/BA, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Conceder autorização à empresa MAVEL MAQUINAS E VEICULOS LTDA , CNPJ nº 11.342.912/0001-68, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.932, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9268 - DPF/FIG/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STTC TURISMO LTDA, CNPJ nº 77.753.911/0002-03 para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1604/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.935, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8140 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 02.938.798/0001-42, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

38 (trinta e oito) Revólveres calibre 38

671 (seiscentas e setenta e uma) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.938, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8951 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa OSTENSIVA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.920.248/0001-94, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

16 (dezesseis) Revólveres calibre 38

482 (quatrocentas e oitenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 33.026, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.007963/2014-80 - SR/DPF/SP, resolve:

Retificar o Alvará nº 33023, de 24.07.2014, publicada no DOU em 04.08.2014. Onde se lê: "AUTORIZAR a empresa CGA SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 17.185.434/0001-06, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser CGA SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP". Leia-se: "AUTORIZAR a empresa GGA SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 17.185.434/0001-06, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser GGA SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP".

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 33.024, DE 30 DE JULHO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.007984/2014-03 - DELESP/SR/DPF/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 3776, de 04/09/2009, publicada no D.O.U. de 04/09/2009, à empresa PROTEGE S.A. - PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES., CNPJ/MF nº 43.035.146/0047-68, localizada no Estado de SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08000.027457/2012-15, APROVO a transferência do nacional brasileiro ELVES DE CARVALHO FERREIRA para o cumprimento, no Brasil, do restante da pena a que foi condenado pela Justiça boliviana, com fundamento nos arts. 1, 4 e 7, item 1, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre a Transferência de Nacionais Condenados, assinado aos 26 de julho de 2007 e promulgado pelo Decreto nº 6.128, de 20 de junho de 2007.

PAULO ABRÃO

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.066913/2013-42 - DEINY JALDIN VARGAS

Processo Nº 08505.066915/2013-31 - TERESO SAAVEDRA CUELLAR

Processo Nº 08505.067004/2013-21 - RAMIRO QUISPE CONDORI

Processo Nº 08505.052566/2013-71 - PASTOR QUISPE FLORES

Processo Nº 08505.052425/2013-58 - CRISTINA QUISPE MAMANI

Processo Nº 08505.066912/2013-06 - EUSTAQUIA LAURA PILLCO

Processo Nº 08505.066780/2013-12 - ELOY AMPA MAMANI

Processo Nº 08505.066769/2013-44 - HUGO MARCELINO MAMANI MAMANI

Processo Nº 08505.066778/2013-35 - CLEOMEDIS WLADIMIR HUALLATA LINO

Processo Nº 08505.066779/2013-80 - ALEJANDRO LOPEZ MARTINEZ

Processo Nº 08505.066845/2013-11 - DORIS XIMENA MANZANO CHURA

Processo Nº 08505.066849/2013-08 - NELSON UGARTE CHOQUE

Processo Nº 08505.066641/2013-81 - JOSE MANUEL LIRA PILLCO

Processo Nº 08505.066673/2013-86 - CALIXTO MACHACA VILLEGAS

Processo Nº 08505.066677/2013-64 - WILLIAN VILLCA CHURA

Processo Nº 08505.066895/2013-07 - ADELA MONICA CALLIZAYA QUISPE

Processo Nº 08505.066896/2013-43 - BERTHA SURCO CALLE

Processo Nº 08505.066897/2013-98 - VICTOR HUGO HUASCO SIRPA

Processo Nº 08505.066901/2013-18 - MARIO TITO CHIPANA

Processo Nº 08505.066906/2013-41 - NORAH ROSALIA GONZALES ARHUATA

Processo Nº 08505.066910/2013-17 - HERNAN CALLATA QUISPE

Processo Nº 08505.066556/2013-12 - MIGUEL JHONNY FLORES SAUCEDO

Processo Nº 08505.066567/2013-01 - JAVIER BALBOA CAUNA

Processo Nº 08505.066570/2013-16 - MARIA MARTHA ROMERO

Processo Nº 08505.066571/2013-61 - CECILIO SABINO COCHI MAMANI

Processo Nº 08505.066576/2013-93 - MARIA ISABEL MUNOZ MAYTA

Processo Nº 08505.066577/2013-38 - ARIEL BELTRAN VILLARROEL

Processo Nº 08505.066594/2013-75 - SONIA EUGENIA CORANADO

Processo Nº 08505.066595/2013-10 - ALBERTO MAMANI JUCHATUMA

Processo Nº 08505.066305/2013-38 - NORAH PACA JALLAZA

Processo Nº 08505.066504/2013-46 - FORTUNATO TICONA MAMANI

Processo Nº 08505.066524/2013-17 - ANDRES PARRA COCA

Processo Nº 08505.066547/2013-21 - JOSE MAMANI ONA

Processo Nº 08505.066548/2013-76 - DEYVID PAUL MANZANO CHURA

Processo Nº 08505.066911/2013-53 - MARLENY ARCE MALDONADO

Processo Nº 08495.002477/2013-40 - MARIA SOLEDAD JARA ALARCON

Processo Nº 08320.014306/2013-65 - BLANCA ANALIA SEIJAS MARQUEZ

Processo Nº 08089.003757/2012-86 - MARCELA IVETTE WEBER AROS

Processo Nº 08495.002466/2013-60 - JULIO HECTOR RUIZ DIAZ

Processo Nº 08505.066637/2013-12 - MIREYZA MAMANI MAMANI

Processo Nº 08505.035128/2013-48 - JUANA AURELIA VELASCO CALLE

Processo Nº 08505.027262/2013-75 - IVER RODRIGO POMA RAMIREZ

Processo Nº 08505.027234/2013-58 - MARCELA SCARLETT CACHI CAHUAYA

Processo Nº 08505.036043/2013-87 - JOSE PANUNI CONDORI

Processo Nº 08505.030163/2013-71 - MARY LUZ MENDOZA RIVEROS

Processo Nº 08505.030184/2013-96 - ELVIRA PAIRUMANI AJACOPA e GLADYS JIMENA HUMIRI PAIRUMANI

Processo Nº 08505.035184/2013-82 - EDWIN CONDORI ZARATE

Processo Nº 08260.003869/2013-80 - MANUELA HERNANDEZ MARTINOYA

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08495.002495/2013-21 - AGUSTIN SAN JUAN

Processo Nº 08495.002519/2013-42 - EMILIANO MENNA

Processo Nº 08495.002527/2013-99 - CARLOS JESUS EZEQUIEL MIRANDA

Processo Nº 08495.002534/2013-91 - JULIO MAURICIO ROMERO

Processo Nº 08495.002562/2013-16 - MARISA LEONOR STANISCIA

Processo Nº 08495.002121/2013-14 - MAXIMO LISARDO BIDABEHERE

Processo Nº 08495.002469/2013-01 - BETINA ANDREA MANSILLA

Processo Nº 08491.004331/2013-79 - VIRGINIA CAROLINA ANDRUSESZEU

Processo Nº 08495.005436/2012-24 - EMILCE CUELLO

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s): Processo Nº 08260.003459/2013-39 - NICOLAS MAXIMILIANO HUICHALAF PADILLA

Processo Nº 08260.003849/2013-17 - FEDERICO IVAN FERRARI

Processo Nº 08460.002968/2013-98 - SERGIO LUIS MACIEL

Processo Nº 08461.003481/2013-12 - TULIO EDUARDO AQUILES

Processo Nº 08505.066723/2013-25 - OSVALDO JAVIER LOPEZ

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08364.000563/2013-11 - ENRIQUE OMAR LEIVA

Processo Nº 08495.001031/2012-17 - THEODORA ZYGOLIKA

Processo Nº 08420.025198/2012-47 - IDALY ALVARADO LOZANO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08212.005781/2013-78 - JUAN DE LA CRUZ LOPEZ TRIBEÑO e SILVIA EUGENIA CANAVIRI KASCHAYA
Processo Nº 08389.010647/2013-77 - MARWAN CHAIM BAALBAKY

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08495.000053/2013-41 - ALDO MANUEL DA CUNHA QUINTINO
Processo Nº 08420.025223/2012-92 - FABIO IACOI
Processo Nº 08420.026514/2012-06 - RUI MANUEL DA SILVA SOARES
Processo Nº 08420.026590/2012-11 - PASCAL JEAN NORBERT GUERIN
Processo Nº 08420.027006/2012-37 - MARIO JOSE SAMPAIO DA SILVA
Processo Nº 08354.001048/2013-60 - EVGJENI GJIKURIA
Processo Nº 08354.002330/2013-64 - MARCO CERUSICO
Processo Nº 08354.002638/2013-18 - FABIO COLELLA
Processo Nº 08354.002761/2013-21 - NANCY MARIA MORA CASTRO
Processo Nº 08354.003085/2013-11 - ELISA TOFFALIN
Processo Nº 08270.011532/2012-46 - CARLOS RODRIGUES GOMES TEIXEIRA
Processo Nº 08705.000087/2013-12 - TERMKIAT TERMPHOL
Processo Nº 08505.035504/2013-02 - ANA LUISA FREITAS CARVALHO MELO
Processo Nº 08212.005368/2013-11 - JENS NORBERT THOMAS.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 147, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: DRAGON AGE: INQUISITION (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): ELECTRONIC ARTS INC.
Distribuidor(es): AMZ MÍDIA INDUSTRIAL S/A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos
Categoria: Ação/Aventura/RPG
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC / MAC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Sexo e Violência
Processo: 08017.004297/2014-19
Requerente: AMZ MÍDIA INDUSTRIAL S/A

Título: DUCK DYNASTY (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): ACTIVISION
Distribuidor(es): Positivo Informática S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004490/2014-50
Requerente: Positivo Informática S/A.

Título: MONOPOLY PLUS (França - 2014)
Produtor(es): UBISOFT ENTERTAINMENT S.A.
Distribuidor(es): UBISOFT ENTERTAINMENT
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Jogo em Família/Tabuleiro
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004524/2014-14
Requerente: UBISOFT ENTERTAINMENT LTDA.

Título: TRIVIAL PURSUIT LIVE! (Canadá - 2014)
Produtor(es): UBISOFT
Distribuidor(es): Ubisoft
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Categoria: Gincana
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004526/2014-03
Requerente: UBISOFT ENTERTAINMENT LTDA.

Título: GENIUS GALINHA PINTADINHA, APLICATIVO (Brasil - 2013)
Produtor(es): ZEROUM DIGITAL
Distribuidor(es): ZEROUM DIGITAL
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Tablets/Android
Tipo de Análise: Execução do Software
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004527/2014-40
Requerente: ZEROUM DIGITAL

Título: TURMA DA GALINHA PINTADINHA PINTADINHA, APLICATIVO (Brasil - 2013)
Produtor(es): ZEROUM DIGITAL
Distribuidor(es): ZEROUM DIGITAL
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Tablets/Android
Tipo de Análise: Execução do Software
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004528/2014-94
Requerente: ZEROUM DIGITAL

Título: CAIXINHA DA GALINHA PINTADINHA, APLICATIVO (Brasil - 2013)
Produtor(es): ZEROUM DIGITAL
Distribuidor(es): ZEROUM DIGITAL
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Tablets/Android
Tipo de Análise: Execução do Software
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004529/2014-39
Requerente: ZEROUM DIGITAL

Título: ESCOLINHA DA GALINHA, APLICATIVO (Brasil - 2013)
Produtor(es): ZEROUM DIGITAL
Distribuidor(es): ZEROUM DIGITAL
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Tablets/Android
Tipo de Análise: Execução do Software
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004530/2014-63
Requerente: ZEROUM DIGITAL

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 148, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: SEGREDOS (IN SECRET, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Mickey Liddell/Florian Hoffmeister/Pete Shilaimon
Diretor(es): Charlie Stratton
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Sexo
Processo: 08017.002463/2014-42
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ROGER CORMAN - OPERAÇÃO ROGUE (ROGER CORMAN`S OPERATION ROGUE, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Roger Corman
Diretor(es): Brian Clyde
Distribuidor(es): FOX SONY PICTURES HOME ENTERTAINMENT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.002484/2014-68
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: BOB ESPONJA - UM HERÓI FORA D`ÁGUA (THE SPONGEBOB MOVIE - SPONGE OUT OF WATER, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Cale Boyter/Nan Morales
Diretor(es): Paul Tibbitt
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Aventura
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.002691/2014-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: CAMINHOS DA FLORESTA (INTO THE WOODS, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es):
Diretor(es): Rob Marshall
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.002693/2014-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O CANDIDATO - TRAILER 2 (O CANDIDATO, Brasil - 2014)
Produtor(es): Camisa Listrada/Panorama Filmes
Diretor(es): Roberto Santucci Filho
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002694/2014-56
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ANNABELLE (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Jenny Hinkey/Hans Ritter/Peter Safran
Diretor(es): John R. Leonetti
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Suspense/Terror
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.002695/2014-09
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: AS AVENTURAS DO AVIÃO VERMELHO (Brasil - 2013)
Produtor(es): Robert Rodriguez
Diretor(es): Frederico Pinto/José Maia
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.002696/2014-45
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: BOA SORTE (Brasil - 2013)
Produtor(es): Ilana Brakarz/Cecília Grosso
Diretor(es): Carolina Jabor
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.002697/2014-90
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: SIN CITY 2 - A DAMA FATAL (SIN CITY 2 - A DAME TO KILL FOR, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Robert Rodriguez
Diretor(es): Frank Miller/Robert Rodriguez
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.002698/2014-34
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: AS TARTARUGAS NINJA (TEENAGE MUTANT NINJA TURTLES, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Michael Bay/Ian Bryce
Diretor(es): Jonathan Liebesman
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura/Ação
Tipo de Análise: 3D
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.002699/2014-89
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Altera o caput do Artigo 9º e seu Inciso I e Parágrafo 1º, da Instrução Normativa MPA n°6, de 29 de junho de 2012, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa MPA N°6, de 29 de junho de 2012, e o que consta no Processo nº 00350.002632/2012-80, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 9º da Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de junho de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Para a manutenção da Licença de Pescador Profissional, o interessado deverá apresentar no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data do seu aniversário, junto a Unidade Administrativa do MPA localizada no Estado de sua residência, os seguintes documentos:

I - No caso de se tratar de Pescador Profissional Artesanal:

a) Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira na Categoria de Pescador Profissional Artesanal que poderá ser preenchido diretamente no sítio do Ministério da Pesca e Aquicultura, conforme publicado pela Portaria SEMOC/MPA, nº 47, de 7 de julho de 2014, e disponível em www.mpa.gov.br;

b) Cópia do Número de Inscrição do Trabalhador (NIT) inscrito como segurado especial, e;

c) 01(uma) foto 3 x 4 cm recente, com foco nítido e limpo.

Inciso II .....

§ 1º O Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira na Categoria de Pescador Profissional Artesanal deverá ser homologado pela entidade de classe de filiação do Pescador, ou, no caso de não filiação, deverá ser homologado por 2 (dois) pescadores devidamente registrado.

§2º .....

§3º ....."

Art. 2º. O procedimento para manutenção da licença iniciará com os aniversariantes do mês de setembro de 2014 os aniversariantes dos meses de janeiro a julho de 2014 farão a partir da data do seu aniversário em 2015.

Art. 25. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO LOPES

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 425, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso I do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000350/2014-26 comando nº 367166729 e juntada nº 383321709, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento da autorização para funcionamento da AZENPREV - Sociedade Previdenciária (atual denominação social da WELLZEPREV Sociedade Previdenciária) como entidade fechada de previdência complementar, cessando-se os efeitos da Portaria nº 1.617, de 16 de novembro de 1994, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 1994, página nº 17270.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

DESPACHOS DO DIRETOR

O Diretor responsável pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, do art. 28, da Resolução Normativa nº 4, de 19 de abril de 2002, em cumprimento ao parágrafo único, do art.6º da Instrução Normativa - IN nº 4 /DIDES, de 06 de junho de 2002, torna público os DEFERIMENTOS, no mês de julho de 2014, dos parcelamentos de débitos abaixo especificados:

CNPJ	RPD	N. Parcelas	Valor Parcelado
01.045.690/0001-68	4765837	60	R$ 473.377,12
13.342.878/0001-57	4759308	19	R$ 21.543,95
84.638.345/0001-65	4616389	60	R$ 120.315,64
83.367.342/0001-71	4156371	20	R$ 32.993,81
43.751.502/0001-67	4795912	60	R$ 195.074,97
04.284.478/0001-41	4725897	60	R$ 76.846,08
60.975.174/0001-00	4700356	60	R$ 103.478,02
69.599.934/0001-98	4801449	22	R$ 22.509,86
01.148.132/0001-28	4767646	24	R$ 71.044,91
07.583.396/0001-96	4719749	04	R$ 50.178,05
07.583.396/0001-96	4762975	03	R$ 23.966,02
03.098.226/0001-65	4566330	60	R$ 77.656,34
03.098.226/0001-65	3798168	03	R$ 4.124,99
03.098.226/0001-65	3420509	24	R$ 31.440,16
74.244.062/0001-85	4830224	21	R$ 21.715,56
74.244.062/0001-85	4830247	04	R$ 4.521,62
52.956.901/0001-55	4775737	26	R$ 30.109,61
40.853.020/0001-20	4734004	24	R$ 38.237,43
44.295.962/0001-90	4769182	14	R$ 16.445,51
84.313.741/0001-12	4811228	24	R$ 60.035,71
03.216.520/0001-24	4781437	05	R$ 5.543,27
87.547.444/0001-20	4798616	12	R$ 31.953,31
45.272.366/0001-58	4767295	60	R$ 78.911,91
05.202.699/0001-96	4751743	35	R$ 36.972,70
05.202.699/0001-96	4756414	60	R$ 481.002,59
92.741.016/0001-73	4818473	24	R$ 24.323,62
92.741.016/0001-73	4818172	18	R$ 18.454,21
16.608.812/0001-54	4731679	13	R$ 13.611,91
04.204.285/0001-33	4617425	03	R$ 101.241,83
05.202.699/0001-96	4800819	60	R$ 545.183,07
05.202.699/0001-96	4756476	60	R$ 581.632,17
61.849.980/0001-96	4622631	60	R$ 1.986.974,25
01.045.690/0001-68	4834770	60	R$ 1.064.496,59
67.839.969/0001-21	4819270	60	R$ 1.721.180,12
00.461.479/0001-63	4781512	48	R$ 2.041.291,40
64.924.095/0001-12	3684287	60	R$ 218.924,37
07.649.106/0001-60	4566034	06	R$ 12.839,99
05.202.699/0001-96	4092055	60	R$ 817.807,34
05.202.699/0001-96	4091956	60	R$ 667.108,50
11.214.624/0001-28	4754758	47	R$ 52.710,53
58.198.524/0001-19	4594866	24	R$ 264.402,55
02.852.017/0001-00	4567388	60	R$ 126.698,20
00.864.888/0001-00	4519409	06	R$ 9.726,13
92.741.016/0001-73	4661645	17	R$ 19.626,44
53.535.654/0001-86	4558827	46	R$ 55.977,27
31.934.805/0001-36	4879661	10	R$ 184.002,15
16.608.8012/0001-54	4795880	10	R$ 11.284,73
69.289.171/0001-89	4737534	43	R$ 46.064,44
21.490.586/0001-90	4900713	58	R$ 60.727,94
04.004.287/0001-89	4800945	60	R$ 185.517,02
66.854.779/0001-10	4884482	25	R$ 26.620,27
71.485.056/0001-21	4923167	20	R$ 21.090,97
71.485.056/0001-21	4660023	10	R$ 28.926,55
08.566.440/0001-12	4322746	40	R$ 48.312,70
23.798.846/0001-14	4851875	36	R$ 51.570,72
81.564.346/0001-14	4894432	60	R$ 64.766,13
39.447.149/0001-59	4510642	12	R$ 47.464,36
17.143.876/0001-90	4180449	18	R$ 19.376,62
43.202.472/0001-30	4072265	60	R$ 318.430,59
05.868.278/0001-07	4791857	60	R$ 1.748.505,34
01.711.582/0001-87	4116955	60	R$ 393.464,35
01.711.582/0001-87	4306700	46	R$ 57.039,40

Encontra-se disponível na internet, no endereço www.ans.gov.br, o demonstrativo dos parcelamentos deferidos.

O Diretor responsável pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, do art. 28, da Resolução Normativa nº 4, de 19 de abril de 2002, em cumprimento ao parágrafo único, do art.6º da Instrução Normativa - IN nº 4 /DIDES, de 06 de junho de 2002, torna público o CANCELAMENTO, no mês de maio de 2014, os parcelamentos de débitos abaixo especificados:

CNPJ	RPD	N. Parcelas	Valor Parcelado
02.849.078/0001-00	2932295	60	R$ 38.023,85

Encontra-se disponível na internet, no endereço www.ans.gov.br, o demonstrativo dos parcelamentos indeferidos.

LEANDRO REIS TAVARES
Interino

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NA BAHIA

DECISÃO DE 28 DE JULHO DE 2014

O Chefe de Núcleo - NÚCLEO DA ANS BAHIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5953/2013 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.006454/2011-45	PLAMED PLANO DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA	343463.	15.594.468/0001-29	Operar produto de forma diversa da registrada. Art. 8º da lei 9656/98, c/c art. 13 da RN 85/04, com penalidade prevista no art. 20 da RN 124/2006.	Advertência.
25772.009638/2012-48	UNIMED DO ESTADO DE SP - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOP. MEDICAS	319996.	43.643.139/0001-66	Deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em lei. Art, 12, II, da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 77 da RN 124/2006.	Improcedência. Anulação do AI nº 43722.
25772.007477/2013-39	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Impedir ou restringir a participação de beneficiário em portabilidade. Arts 1º, 3º, incisos XXIV, XXVIII e XXXII do art. 4º e inciso II do art. 10 da Lei 9961/00, c/c art. 86, inciso II, a, da RN nº 197/09, com penalidade prevista no art. 62-A da RN 124/2006.	Improcedência. Anulação do AI nº 43615.
25772.016162/2012-00	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em lei. Art, 12, I, da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 77 da RN 124/2006.	88000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25772.016470/2013-16	UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A	000701.	04.487.255/0001-81	Deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em lei. Art, 12, II, da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 77 da RN 124/2006.	88000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25772.000052/2010-56	DIVICOM ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	415286.	04.617.017/0001-43	Operar sistema de desconto ou de garantia de preços diferenciados não previstos em lei. Art. 9º, II, da Lei nº 9.656/98, c/c art. 1º da RN 40/03 alterada pela RN 62/03, com penalidade prevista no art. 21, da RN nº 124/2006 .	50000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

DANILO REBELO ALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NÚCLEO EM PERNAMBUCO

DECISÃO DE 24 DE JULHO DE 2014

O Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5770 de 05/07/2013, pelo Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste, dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.007782/2012-11	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	327263.	40.869.042/0001-88	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde.	32000 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25783.024332/2012-92	OPERADORA IDEAL SAUDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	412171.	03.516.381/0001-54	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde.	48000 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

RICARDO FABIANO PONTE NUNES

DECISÃO DE 31 DE JULHO DE 2014

O Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5770 de 05/07/2013, pelo Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste, dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.026256/2011-79	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	90000 (NOVENTA MIL REAIS)

RICARDO FABIANO PONTE NUNES

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2014

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.067196/2012-75	UNIMED SAO JOSE DOS CAMPOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	331872.	60.214.517/0001-05	Art. 35-C, I, Lei 9656/1998. Deixar de garantir internação em UTI, em caráter de emergência, em 11/03/2011 à M.C.D.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.043522/2013-30	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir transplante de córnea em 02/2012 ao G.N.T.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.006466/2013-52	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 11, caput e art. 12, II, "a", Lei 9656/1998 c/c art. 2º, II e art. 6º, §3º e 4º, RN 162.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.084281/2011-17	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir reembolso de exames laboratoriais, no ano de 2010.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.038738/2013-83	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir mastectomia à S.E.O. em 01/2012.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.095921/2013-86	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 12, II, "a, Lei 9656/1998. Deixar de garantir "hérnia de disco tóraco lombar - tratamento cirúrgico" e "artrodese de coluna via anterior ou póstero-lateral - tratamento cirúrgico" em 15/10/2012 ao T.F.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.009549/2014-84	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Art. 25, Lei 9656/1998. Excluir J. H. R. em 31/10/2013 de contrato coletivo através de rito não corroborado.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.055349/2012-31	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 12, I," b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir reembolso de "doppler colorido de órgãos ou estruturas" em 08/2010 à T.A.R.C.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.063537/2011-52	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir reembolso de procedimentos de clamídia, exame citopatológico e hibridização molecular à B.M.V.A. em 09/2010.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.057055/2011-63	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 13, parágrafo único, II, Lei 9656/1998. Rescindir unilateralmente contrato de J.V.A.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.089793/2013-31	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir consulta com urologista em 06/2012 ao J.C.R.R.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.063937/2013-20	SAUDE ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA.	300926.	60.538.436/0001-60	Art. 12, I, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir consulta em ginecologia em 01/2013 à M.C.P.	35.200,00 (TRINTA E CINCO MIL, DUZENTOS REAIS)
25789.027635/2012-15	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA	402796.	58.194.622/0001-88	Art. 17, §4º, Lei 9656/1998. Redimensionar rede por redução, com exclusão aos 17/04/2007, do Hospital Santo Amaro (CNPJ 48.697.338/0001-70) dos produtos: 021 Santa Clara Prata; 010 Santa Clara (Ouro - Sócio); 011 Santa Clara (Ouro - Sócio) e; 020 Santa Clara (Prata - Sócio).	24.060,00 (VINTE E QUATRO MIL, SESSENTA REAIS)
25789.035671/2013-25	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Art. 13, Parágrafo Único, II, Lei 9656/1998. Rescindir contrato de I.V.O.S. em 09/2012.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.015161/2014-12	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Art. 9º, II, Lei 9656/1998 c/c RN 85 alterada pela RN 100.	Auto de Infração 49.907 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.021389/2012-80	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998.	Auto de Infração 48.321 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.071922/2011-73	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir consultas em ginecologia e dermatologia, respectivamente em 01/2011 e 02/2011, à M.C.M.	176.000,00 (CENTO E SETENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.020711/2012-53	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir ressonância nuclear magnética do crânio com contraste à N.N.A.O. em 11/2011.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.059906/2011-11	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 35-C, II, Lei 9656/1998. Deixar de garantir parto cesáreo à E.R.P., em atendimento de urgência em 19/06/2010 no Hospital Santa Catarina.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25789.084079/2011-95	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art.13, parágrafo único, II, Lei 9656/1998. Rescindir unilateralmente contrato de L.G. de F.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.089273/2012-48	SANTO ANDRÉ PLANOS DE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA.	400190.	02.282.844/0001-06	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir ressonância magnética de articulação em 04/10/2011 à R. P. de O.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.072417/2012-27	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir de reembolso de pesquisa de clamídia, colposcopia, colpocitologia oncótica e hibridização molecular em 14/10/2010 à V.C.C.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.092308/2013-15	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir Radioterapia Conformada Tridimensional à M.L.V.S. em 15/08/2012.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.077850/2011-78	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 25, Lei 96568/1998. Deixar de cumprir cláusula 4.1 ao deixar de garantir tratamento cirúrgico de hérnia discal pela técnica de radiofrequência em 18/04/2011 ao L.G.C.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.084810/2012-63	SANTO ANDRÉ PLANOS DE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA.	400190.	02.282.844/0001-06	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998.	Auto de Infração 41.680 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.092050/2013-49	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir , até deferimento de liminar pelo Poder Judiciário, tratamento cirúrgico de hérnia de disco em 05/2012 à R.D.P.F..	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.085149/2012-11	MEDISANITAS BRASIL ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE S/A.	348520.	62.550.256/0001-20	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir artroplastia de joelho esquerdo em 03/2012 à T.A.A.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.089411/2012-99	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir adeno-amigdalectomia com cauterização dos cornetos nasais em 08/2011 à M.C.M.D.S., apenas após concessão de liminar judicial	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.011183/2012-41	SAÚDE MEDICOL S/A.	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 20, Lei 9656/1998 c/c art. 13 e 15 RN 171 c/c §2º, art. 4º, IN 13/2006.	ADVERTÊNCIA
25789.050849/2013-68	ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA	417530.	11.939.445/0001-58	1) Art. 15, parágrafo único, Lei 9656/1998; 2) Art. 25, Lei 9656/1998 c/c art. 4º, XVII, Lei 9961/2000 c/c art. 2º, RN 171.	1) 2) 54.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.039428/2013-86	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir implante de gerador de neuroestimulação em 10/2011 à M.D.N.J.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

DANIELE FERREIRA PAMPLONA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RETIFICAÇÕES

Na resolução - RE N.º 1.080, de 21 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 57, de 25 de março de 2013, Seção 1 pág. 53 e Suplemento pág. 73, referente ao processo nº 25000.019583/95-35.

Onde se lê:

ELI LILLY DO BRASIL LTDA 1.01260-3
INSULINA LISPRO
ANTIDIABETICOS
HUMALOG 25000.019583/95-35 06/2016
COMERCIAL 1.1260.0008.002-6 36 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT FA VD INC X 10 ML
HUMALOG1510
PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE
COMERCIAL 1.1260.0008.004-2 36 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT 5 CARP VD INC X 3 ML
HUMALOG
1510 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE
VALIDADE
COMERCIAL 1.1260.0008.005-0 36 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT 1 CARP VD INC X 3 ML
HUMALOG
1510 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE
VALIDADE
COMERCIAL 1.1260.0008.013-1 36 Meses
100 UI /ML SOL INJ CT 1 CARP VD INC X 3 ML + 1 SIST
APLIC PLAS
HUMALOG KWIKPEN
1510 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE
VALIDADE
COMERCIAL 1.1260.0008.014-1 36 Meses
100 UI /ML SOL INJ CT 2 CARP VD INC X 3 ML + 2 SIST
APLIC PLAS
HUMALOG KWIKPEN
1510 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE
VALIDADE
COMERCIAL 1.1260.0008.015-8 36 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT 2 CARP VD INC X 3 ML
HUMALOG
1510 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE
VALIDADE

Leia-se:

ELI LILLY DO BRASIL LTDA 1.01260-3
INSULINA LISPRO
ANTIDIABETICOS
HUMALOG 25000.019583/95-35 06/2016
COMERCIAL 1.1260.0008.002-6 36 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT FA VD INC X 10 ML
HUMALOG1510
PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE
COMERCIAL 1.1260.0008.004-2 36 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT 5 CARP VD INC X 3 ML
HUMALOG
1510 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE
VALIDADE
COMERCIAL 1.1260.0008.005-0 36 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT 1 CARP VD INC X 3 ML
HUMALOG
1510 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE
VALIDADE
COMERCIAL 1.1260.0008.012-3 36 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT 5 CARP VD INC X 3 ML + 5 SIST APLIC PLAS
HUMALOG1510
PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE
COMERCIAL 1.1260.0008.013-1 36 Meses
100 UI /ML SOL INJ CT 1 CARP VD INC X 3 ML + 1 SIST
APLIC PLAS
HUMALOG KWIKPEN
1510 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE
VALIDADE
COMERCIAL 1.1260.0008.014-1 36 Meses
100 UI /ML SOL INJ CT 2 CARP VD INC X 3 ML + 2 SIST
APLIC PLAS
HUMALOG KWIKPEN
1510 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE
VALIDADE

Na resolução - RE N.º 1.829 de 16 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 95, de 20 de maio de 2013, Seção 1 pág. 49 e Suplemento pág. 50, referente ao processo nº 25351.775116/2011-76.

Onde se lê:

7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 30 ML + SER DOSAD
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOSAD
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 200 ML + SER DOSAD
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 30 ML + SER DOSAD
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOSAD
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 200 ML + SER DOSAD

Leia-se:

7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 30 ML + DOSAD + SER DOSAD
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + DOSAD + SER DOSAD
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 200 ML + DOSAD + SER DOSAD
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 30 ML + DOSAD + SER DOSAD
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + DOSAD + SER DOSAD
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 200 ML + DOSAD + SER DOSAD

Na resolução RE N.° 1.958 de 06 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 87, de 9 de maio de 2011, Seção 1 pág. 36 e Suplemento pág. 9, referente ao processo nº25351.022796/00-67

Onde se lê:

...
1697 FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
KLEY HERTZ S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO 1.00689-0
AESULUS HIPPOCASTANUM L.
FITOTERÁPICO SIMPLES
ANTIVARICOSOS DE AÇÃO SISTÊMICA
PROCTOCAPS 25351.022796/00-67 03/2016
COMERCIAL 1.0689.0001.001-5 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT FR PLAS TRANSP X 30 PROCTOCAPS
10082 FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO - ANVISA
COMERCIAL 1.0689.0001.002-3 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT FR PLAS TRANSP X 24 PROCTOCAPS
10082 FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO - ANVISA
COMERCIAL 1.0689.0001.003-1 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT FR VD AMB X 20 PROCTOCAPS
10082 FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO - ANVISA...

Leia-se:

1697 FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
KLEY HERTZ S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO 1.00689-0
AESULUS HIPPOCASTANUM
FITOTERÁPICO SIMPLES
ANTIVARICOSOS DE AÇÃO SISTÊMICA
PROCTOCAPS 25351.022796/00-67 03/2016
COMERCIAL 1.0689.0001.001-5 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT FR PLAS TRANSP X 30 PROCTOCAPS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10082 FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA
APRESENTAÇÃO - ANVISA
COMERCIAL 1.0689.0001.002-3 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT FR PLAS TRANSP X 24 PROCTOCAPS
10082 FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA
APRESENTAÇÃO - ANVISA
COMERCIAL 1.0689.0001.003-1 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT FR PLAS TRANSP X 20 PROCTOCAPS
10082 FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA
APRESENTAÇÃO - ANVISA...

Na resolução - RE N.º 2631, de 18 julho 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 137 de 21 julho 2014 - Seção 1 pag. 64 e Suplemento Pag. 1, referente ao processo nº 25351.618209/2012-83.
Onde se lê:
DALIA MINUS
Leia-se:
FUCSIA MINUS

Na resolução - RE N.º 2631, de 18 julho 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 137 de 21 julho 2014 - Seção 1 pag. 64 e Suplemento Pag. 1, referente ao processo nº 25351.639845/2012-89
Onde se lê:
IRENE
Leia-se:
LIDY

A Resolução - RE n° 3.433, de 13 de setembro de 2013, foi publicada com incorreções no Diário Oficial da União n° 179, de 16 de setembro de 2013, Seção 1 pág. 58 e Suplemento pág. 43, referente ao processo nº 25351.049170/2003-94.
Onde se lê:
HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS
FITOTERAPICO SIMPLES
ANTINFLAMATORIOS
RUBOREN 25351.049170/2003-94 12/2018
Leia-se:
HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS
FITOTERAPICO SIMPLES
ANTINFLAMATORIOS ANTIREUMATICOS
RUBOREN 25351.049170/2003-94 12/2018

A Resolução - RE n° 3.433, de 13 de setembro de 2013, foi publicada com incorreções no Diário Oficial da União n° 179, de 16 de setembro de 2013, Seção 1 pág. 58 e Suplemento pág. 43, referente ao processo nº 25351.049190/2003-65
Onde se lê:
VITEX AGNUS-CASTUS L.
FITOTERÁPICO SIMPLES
NORMACICLO 25351.049190/2003-65 01/2019
Leia-se:
VITEX AGNUS-CASTUS L.
FITOTERÁPICO SIMPLES
OUTROS PRODUTOS PARA USO EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
NORMACICLO 25351.049190/2003-65 01/2019

A Resolução - RE n° 4.348, de 14 de novembro de 2013, foi publicada com incorreções no Diário Oficial da União n° 223, de 18 de novembro de 2013, Seção 1 pág. 38 e Suplemento pág. 13, referente ao processo nº 25351.220534/2013-56.
Onde se lê:
COMERCIAL 1.7794.0025.001-7 24 Meses
7MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML
Não informado
1697 FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.7794.0025.002-5 24 Meses
7MG/ML XPE CT FR PET AMB X 100 ML
Não informado
...
1697 FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
HEDERA HELIX (HERA) + CITRATO DE SÓDIO DIHIDRATADO
FITOTERAPICO SIMPLES
Leia-se:
COMERCIAL 1.7794.0025.001-7 24 Meses
7MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + CP MED
Não informado
1697 FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.7794.0025.002-5 24 Meses
7MG/ML XPE CT FR PET AMB X 100 ML + CP MED
Não informado
...
1697 FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
HEDERA HELIX (HERA)
FITOTERAPICO SIMPLES

A Resolução - RE n° 4.625, de 26 de outubro de 2012, foi publicada com incorreções no Diário Oficial da União n° 209, de 29 de outubro de 2012, Seção 1 pág. 56 e Suplemento pág. 49, referente ao processo nº 25351.770404/2011-23.
Onde se lê:
...
FERINJECT 25351.770404/2011-23 10/2017
COMERCIAL 1.0639.0262.001-4 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX AMP VD INC X 10 ML
...
COMERCIAL 1.0639.0262.002-2 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX 5 AMP VD INC X 10 ML
...
COMERCIAL 1.0639.0262.003-0 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX 50 AMP VD INC X 10 ML (EMB
HOSP)
...
COMERCIAL 1.0639.0262.004-9 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX AMP VD INC X 2 ML
...
COMERCIAL 1.0639.0262.005-7 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX 5 AMP VD INC X 2 ML
...
COMERCIAL 1.0639.0262.006-5 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX 50 AMP VD INC X 2 ML (EMB
HOSP)
...
Leia-se:
...
FERINJECT 25351.770404/2011-23 10/2017
COMERCIAL/INSTITUCIONAL 1.0639.0262.001-4 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX AMP VD INC X 10 ML
...
COMERCIAL/INSTITUCIONAL 1.0639.0262.002-2 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX 5 AMP VD INC X 10 ML
...
COMERCIAL/INSTITUCIONAL 1.0639.0262.003-0 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX 50 AMP VD INC X 10 ML (EMB
HOSP)
...
COMERCIAL/INSTITUCIONAL 1.0639.0262.004-9 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX AMP VD INC X 2 ML
...
COMERCIAL/INSTITUCIONAL 1.0639.0262.005-7 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX 5 AMP VD INC X 2 ML
...
COMERCIAL/INSTITUCIONAL 1.0639.0262.006-5 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX 50 AMP VD INC X 2 ML (EMB
HOSP)
...

Na resolução - RE N.º 505 de 14 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 33, de 17 de fevereiro de 2014, Seção 1 pág. 55 e Suplemento pág. 39, referente ao processo nº 25351.142351/2012-27
Onde se lê:
INSULINA ASPARTE
100 U/ML (70/30) SOL INJ CT 1 CARP VD INC X 3ML X SIST
Leia-se:
INSULINA ASPARTE + INSULINA DEGLUDECA
100 U/ML (70/30) SOL INJ CT 1 CARP VD INC X 3ML X 1 SIST

Na resolução - RE N.º 81, de 10 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 8, de 13 de janeiro de 2014, Seção 1 pág. 24 e Suplemento pág. 20, referente ao processo nº 25351.724574/2010-41.
Onde se lê:
LAXANTES INCREMENTADORES DO BOLO INTESTINAL
NORMATEN 25351.724574/2010-41 04/2017
COMERCIAL 1.0155.0244.001-9 24 Meses
3,5 G PO EFEV CT 10 ENV X 5 G (SABOR ABACAXI) FIBER
10288 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM
1790 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
DO MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0155.0244.002-7 24 Meses
3,5 G PO EFEV CT 30 ENV X 5 G (SABOR ABACAXI) FIBER
10288 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM
1790 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
DO MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0155.0244.003-5 24 Meses
3,5 G PO EFEV CT 10 ENV X 5 G (SABOR MARACUJÁ) FIBER
10288 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM
1790 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
DO MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0155.0244.004-3 24 Meses
3,5 G PO EFEV CT 30 ENV X 5 G (SABOR MARACUJÁ) FIBER
10288 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM
1790 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
DO MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0155.0244.005-1 24 Meses
3,5 G PO EFEV CT 15 ENV X 5 G (SABOR ABACAXI) + 3,5 G
PO EFEV CT 15 ENV X 5 G (SABOR MARACUJÁ) FIBER
10288 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM
1790 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
DO MEDICAMENTO
Leia-se:
LAXANTES INCREMENTADORES DO BOLO INTESTINAL
NORMATEN FIBER 25351.724574/2010-41 04/2017
COMERCIAL 1.0155.0244.001-9 24 Meses
3,5 G PO EFEV CT 10 ENV X 5 G (SABOR ABACAXI) Não informado
10288 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM
1790 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
DO MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0155.0244.002-7 24 Meses
3,5 G PO EFEV CT 30 ENV X 5 G (SABOR ABACAXI) Não informado
10288 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM
1790 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
DO MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0155.0244.003-5 24 Meses
3,5 G PO EFEV CT 10 ENV X 5 G (SABOR MARACUJÁ) Não informado
10288 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM
1790 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
DO MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0155.0244.004-3 24 Meses
3,5 G PO EFEV CT 30 ENV X 5 G (SABOR MARACUJÁ) Não informado
10288 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM
1790 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
DO MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0155.0244.005-1 24 Meses
3,5 G PO EFEV CT 15 ENV X 5 G (SABOR ABACAXI) + 3,5 G
PO EFEV CT 15 ENV X 5 G (SABOR MARACUJÁ) Não informado
10288 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM
1790 FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
DO MEDICAMENTO

Na resolução - RE N.º 900 de 13 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 51, de 17 de março de 2014, Seção 1 pág. 65 e Suplemento pág. 33, referente ao processo nº 25351.730256/2013-18.
Onde se lê:
ALENTUZUBAME
1,0 MG/ML SOL DIL INFUS CT FA TRANSF
Leia-se:
ALENTUZUMABE
10 MG/ML SOL DIL INFUS CT FA VD TRANS

Na resolução - RE N.º 904 de 13 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 51, de 17 de março de 2014, Seção 1 pág. 65 e Suplemento pág. 49, referente ao processo nº 25351.067857/2014-64.
Onde se lê:
ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA - CNPJ 56.998.701/001-16
25000.0385651/98-53
Leia-se:
ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ 15.800.545/001-50
25351.067857/2014-64

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.044, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 993 da Anvisa, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650 da Anvisa, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014,

considerando os arts. 12 e 50 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; e

considerando que a Notificação do produto Extreme Liss Restore Argan Charis Professional foi cancelada em razão de auditoria realizada no processo, em que foi constatado que o produto possui características de um produto com ação alisante, diferente da ação alegada pela empresa no ato de Notificação (categoria restaurador capilar - grau de risco I), resolve:

Art.1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso, em todo o território nacional, do produto EXTREME LISS RESTORE ARGAN CHARIS PROFESSIONAL, fabricado pela empresa Di Fiorena Indústria Cosmética Ltda. Epp (CNPJ: 06.218.670/0001-65), localizada na Rua Alfredo Tosi, n° 2000 - Núcleo Agrícola Alpha, Franca/SP.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.042, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 993 da Anvisa, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650 da Anvisa, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014,

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, o relato do Núcleo Especial de Vigilância Sanitária do Estado do Espírito Santo, que constatou a fabricação e comercialização irregular de produtos sujeitos a vigilância sanitária (saneantes) sem Notificação/Registro na Anvisa, pela empresa JFH - José Fernandes da Hora, a qual não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, comercialização, distribuição, divulgação e uso de todos os saneantes fabricados pela empresa JFH - JOSÉ FERNANDES DA HORA (CNPJ: 35.981.687/0001-78), localizada na Avenida Brasil, n° 3054 - Maria das Graças, Colantina/ES.

Art. 2º Determinar a apreensão e inutilização dos produtos remanescentes no mercado relacionados no art. 1° desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.043, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 993 da Anvisa, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650 da Anvisa, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014,

considerando o art. 7º, XV, e o art. 8º, § 1º, II, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 18, § 6º, II, da Lei nº 8.078, de 11 de novembro de 1990;

considerando os arts. 46 e 56 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969;

considerando o item 3.1 a, b, e, f, g e o item 6.4 da Resolução-RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002; e

considerando o Ofício nº. 2103/2014-DIVS/SUV/SVS, da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, que encaminhou à Anvisa informações sobre a inexistência de CNPJ e Inscrição Estadual, além de endereço falso do fabricante, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, de todos os lotes do produto SECA BARRIGA EM CÁPSULAS, cujo rótulo informa falsamente ser fabricado por Laboratório Quallys Ltda. (CPNJ: 01.170.992/0001-16, Inscrição Estadual 241379485), situada na Avenida Tiradentes, nº1320 - Centro, Rio do Campo/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 680, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Habilita o Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 741/SAS/MS, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta a assistência de alta complexidade na Rede de Atenção Oncológica;

Considerando a Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Norte e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Resolução CIB nº. 977/13, de 22 de agosto de 2013;

Considerando que o processo de habilitação do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) iniciou-se antes da publicação da Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro 2014;

Considerando que o processo de habilitação do HUOL foi analisado de acordo com os parâmetros da Portaria nº 741/SAS/MS, de 19 de dezembro de 2005, e que o hospital terá o prazo de um ano para se adequar a nova Portaria; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temáticas - Coordenação-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir informado, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), código 17.06.

Estabelecimento - Município/UF	CNES	Mantenedora	Habilitação	CNPJ
Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL / Natal/RN	2653982	Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL	UNACON	024365710/0013-17

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação corra por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados no teto de Média e Alta Complexidade do Estado ou Município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 700, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Reclassifica para tipo III, o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), o Hospital de Clínicas Municipal - Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo - São Bernardo do Campo/SP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo, e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica reclassificado, para tipo III, o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
7373465	Hospital de Clínicas Municipal - Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo - São Bernardo do Campo/SP	
26.04 Adulto		40

Art. 2º O custeio da habilitação de que trata o Art. 1º desta Portaria, deverá onerar o teto financeiro do Estado e/ou Município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade de gestão.

Art. 3º As referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 701, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Desabilita número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Pediátrico, Tipo I, e número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Pediátrico, Tipo II.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo; e

Considerando a Resolução Nº 186/2013 - CIR/21º Região Sul - 3º CRS, de 19 de dezembro de 2013, e Ofício CIB/RS nº 006/2014, datado de 10 de março de 2014, do Estado do Rio Grande do Sul; que aprovam o descredenciamento dos leitos de UTI Pediátrica, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Pediátrico, Tipo I, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2252694	Hospital Escola - Pelotas/RS	
26.98		03

Art. 2º Fica desabilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Pediátrico, Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2252260	Hospital Estrela - Estrela/RS	
26.03		02

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 702, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Exclui e habilita número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) do Hospital Universitário Lauro Wanderley - Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa/PB.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal,

Considerando a Resolução CIB/PB Nº 31/2014, de 12 de maio de 2014, que aprova a reabilitação no município de João Pessoa; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica excluído o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2400243	Hospital Universitário Lauro Wanderley - Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa/PB	
26.02 Neonatal		06

Art. 2º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2400243	Hospital Universitário Lauro Wanderley - Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa/PB	
26.10 Neonatal		06

Art. 3º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 703, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Exclui e habilita número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) do Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo - Barbalha/CE

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal,

Considerando a Resolução Nº 144/2014 - CIB/CE, que aprova a respectiva qualificação; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica excluído o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2564211	Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo - Barbalha/CE	
26.02		07

Art. 2º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2564211	Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo - Barbalha/CE	
26.10		07

Art. 3º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 11 de agosto de 2014

Ref.: Processo n.º 25000.197866/2008-11
Interessado: BRUNO M. FAVERO PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - EPP
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa BRUNO M. FAVERO PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob o n.º 03.040.543/0001-20, localizada no Município de CAPINZAL/SC, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.081785/2006-38
Interessado: SOUZA & GOBETTI LTDA - EPP
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa SOUZA & GOBETTI LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob o n.78.079.373/0001-97, localizada no Município de LONDRINA/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.102997/2007-47
Interessado: FÁBIO HENRIQUE TONDIN MATOS DROGARIA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa FÁBIO HENRIQUE TONDIN MATOS DROGARIA - ME inscrita no CNPJ sob o n.07.314.871/0001-29, localizada no Município de MORRO AGUDO/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.136855/2010-89
Interessado: CATTO & CATTO LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa CATTO & CATTO LTDA - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 07.288.787/0001-88, localizada no Município de TELEMACO BORBA/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.201723/2008-11
Interessado: ESTEVAN SCOMBATTI MUTTI - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa ESTEVAN SCOMBATTI MUTTI - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 08.019.290/0001-27, localizada no Município de TUPÃ/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.197166/2008-26
Interessado: GLAUCIO CARLOS GOMES DE SOUZA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa GLAUCIO CARLOS GOMES DE SOUZA - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 07.317.212/0001-46, localizada no Município de ANDIRÁ/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.172362/2010-11
Interessado: MILLARCH & BARBOSA LTDA - EPP
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa MILLARCH & BARBOSA LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob o n.º 82.265.364/0001-68 (MATRIZ); 82.265.364/0002-49 (FILIAL), localizada no Município de RESERVA/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.527805/2009-73
Interessado: A. A. MARTINS & COSTA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa A. A. MARTINS & COSTA DROGARIA LTDA - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 09.586.997/0001-88, localizada no Município de SANTOS/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.219430/2008-90
Interessado: ALVES & FINOTO LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa ALVES & FINOTO LTDA - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 74.658.105/0001-79, localizada no Município de SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.225507/2008-61
Interessado: ADILSON FERREIRA DE ANDRADE - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa ADILSON FERREIRA DE ANDRADE - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 02.844.913/0001-10, localizada no Município de UNAÍ/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.211582/2008-44
Interessado: LIRIO SOAREZ & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa LIRIO SOAREZ & CIA LTDA - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 66.767.823/0001-55, localizada no Município de TUPA/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.018374/2008-78
Interessado: GROTTA SANTOS & CIA LTDA - EPP
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa GROTTA SANTOS & CIA LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob o n.º 48.008.999/0001-41, localizada no Município de JABOTICABAL/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.225666/2008-65
Interessado: DROGARIA ANDRÉ ANDRADE LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA ANDRÉ ANDRADE LTDA - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 54.242.987/0001-80, localizada no Município de MONTE ALTO/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.084834/2006-94
Interessado: ANDRÉ LUIS APPARICIO - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa ANDRÉ LUIS APPARICIO - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 05.077.376/0001-18, localizada no Município de RANCHARIA/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.187748/2007-13
Interessado: JORGE YASSUO OURA - EPP
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa JORGE YASSUO OURA - EPP inscrita no CNPJ sob o n.º 66.015.447/0001-42, localizada no Município de BASTOS/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.186819/2010-66
Interessado: BARBOSA & BERTINI LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa BARBOSA & BERTINI LTDA - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 09.217.947/0001-23, localizada no Município de PAROBÉ/RS, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.135333/2006-83
Interessado: ELIANA APARECIDA RIBEIRO PEREIRA - EPP
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 66 da Portaria GM/MS nº 971/2011, DEFERE o descredenciamento da empresa ELIANA APARECIDA RIBEIRO PEREIRA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 71.450.068/0002-00 (FILIAL), localizada em SACRAMENTO/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.164987/2006-14
Interessado: MANUFARMA SÃO JUDAS TADEU LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 66 da Portaria GM/MS nº 971/2011, DEFERE o descredenciamento da empresa MANUFARMA SÃO JUDAS TADEU LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.491.660/0002-91 (FILIAL), localizada em ABAETE/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.025056/2011-69
Interessado: FARMÁCIA DO IPAM LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 66 da Portaria GM/MS nº 971/2011, DEFERE os descredenciamentos das FILIAIS da empresa FARMÁCIA DO IPAM LTDA, inscritas nos CNPJs sob o n.ºs 88.635.305/0002-00 e 88.635.305/0004-63, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 307, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do médico intercambista desligado do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

NOME	RNE/RG	RMS	PROCESSO/SIPAR
WAGNER JOSE VAZ GUIMARÃES	9277579	5100055	25000.028789/2014-06

Ministério das Cidades

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 481, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Homologa e divulga o resultado dos pedidos de requalificação, formulados por entidades organizadoras, nos termos da Portaria nº 247, de 6 de maio de 2014, do Ministério das Cidades.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, no uso da atribuição que lhe confere o subitem 1.4, do Capítulo II, do Manual de Instruções instituído pela Portaria nº 247, de 6 de maio de 2014, do Ministério das Cidades, e tendo em vista as manifestações técnicas constantes dos autos do processo administrativo nº 80000.020659/2014-25, resolve:

Art. 1º Fica homologado, na forma do Anexo, o resultado dos pedidos de requalificação formulados por entidades organizadoras, referentes ao mês de julho de 2014, para atuarem no âmbito dos programas de habitação de interesse social, geridos pelo Ministério das Cidades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INÊS MAGALHÃES

ANEXO

RESULTADO DOS PEDIDOS DE REQUALIFICAÇÃO FORMULADOS POR ENTIDADES ORGANIZADORAS
MÊS DE JULHO DE 2014

Nº	ANO DA HABILITAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE ORGANIZADORA	CNPJ	NÍVEL	ABRANGÊNCIA
1	2012	AL	MACEIÓ	UNIÃO DE MOVIMENTO DE MORADIA EM ALAGOAS	04.995.060/0001-42	D	MACEIÓ
2	2012	MG	ALFENAS	ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE HABITAÇÃO	06.295.432/0001-53	C	ALFENAS, CAMPO BELO, MACHADO E SANTANA DA VARGEM
3	2013	PB	JOÃO PESSOA	ASSOCIAÇÃO DOS AMBULANTES E TRABALHADORES EM GERAL DA PARAÍBA	11.229.011/0001-64	B	BORBOREMA, CAMPINA GRANDE, ITATUBA, JOÃO PESSOA E NATUBA.
4	2012	PB	JOÃO PESSOA	BASE - INTERATIVO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA	03.946.584/0001-80	C	ARARA, BONITO DE SANTA FÉ, CABEDELO,CALDAS BRANDÃO, CAJAZEIRAS, CAMPINA GRANDE, CONCEIÇAO, INGÁ, ITABAIANA, ITATUBA, JACARAÚ, JOÃO PESSOA, JUAREZ TÁVORA, JUNCO DO SERIDÓ, LUCENA, MOGEIRO, PATOS, POMBAL, POCINHOS, SANTA RITA, SAPÉ, SERRA DA RAIZ, SOLEDADE, SOUZA, SÃO JOSÉ DOS RAMOS E SERTÃOZINHO .
5	2012	PI	CAMPO MAIOR	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - C A D E S	05.889.966/0001-45	D	CAMPO MAIOR E URUÇUÍ
6	2013	RS	DOIS IRMÃOS	COOPERATIVA DE TRABALHO E HABITAÇÃO NOSSO LAR - COOPERLAR	03.375.521/0001-11	D	DOIS IRMÃOS, ELDORADO DO SUL, NOVA HARTZ, RIO GRANDE, SAPUCAIA DO SUL, TAQUARA E TORRES
7	2013	RS	PAROBÉ	COOPERATIVA HABITACIONAL PAROBÉ LTDA - COOPERHAPA	04.770.127/0001-40	D	NOVA HARTZ E PAROBÉ
8	2012	RS	PORTO ALEGRE	COOPERATIVA HABITACIONAL CORREA LIMA LTDA.	89.410.179/0001-69	A	PORTO ALEGRE
9	2012	RS	PORTO ALEGRE	COOPERATIVA HABITACIONAL GIUSEPE GARIBALDI LTDA - COOHAGIG	05.624.876/0001-22	C	CRUZ ALTA, FORTALEZA DOS VALOS, PORTO ALEGRE E VIAMÃO
10	2013	RS	SÃO LEOPOLDO	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA NABUCO - AMOVIN	01.114.361/0001-21	C	ALECRIM, ENTRE-IJUÍS, PORTO MAUÁ, SANTA CRUZ DO SUL, SANTO ÂNGELO, SANTA ROSA, SÃO LEOPOLDO E TAQUARA
11	2013	RS	SÃO LEOPOLDO	CECAM - CENTRO COOPERATIVO DE CAPACITAÇÃO, ASSESSORIA E MOBILIZAÇÃO	93.849.529/0001-65	B	CAÇAPAVA DO SUL, DOM PEDRITO, SANTANA DO LIVRAMENTO E SÃO LEOPOLDO
12	2012	RS	SÃO LEOPOLDO	COOTRAHAB COOPERATIVA DE TRABALHO, HABITAÇÃO E CONSUMO CONSTRUINDO CIDADANIA	10.772.307/0001-64	D	BUTIÁ, ESTEIO, IMBÉ, MATA, NOVO HAMBURGO, SANTANA DO LIVRAMENTO, SANTO AUGUSTO, SÃO GABRIEL, SÃO LEOPOLDO, SÃO VICENTE DO SUL E VACARIA
13	2013	SP	SÃO PAULO	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	04.108.463/0001-22	D	BARRA DO CHAPÉU, BARRA DO TURVO, BOM SUCESSO DE ITARARÉ, BURI, CAPÃO BONITO, GUAPIARA, GUAREÍ, ITABERÁ, ITAPEVA, ITAPORANGA, ITARARÉ, NOVA CAMPINA, QUADRA, RIBEIRÃO GRANDE, RIVERSUL, RIBEIRÃO BRANCO E TAQUARIVARI.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 28 de julho de 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 362/2013/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.001195/2012, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, participante do Aviso de Habilitação nº 18/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lençóis Paulista, estado de São Paulo, por meio do canal 281E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 362/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.008626/2012, de sorte a não conhecer o recurso interposto pela FUNDAÇÃO BRITO JÚNIOR DE RÁDIO E TV EDUCATIVA, participante do Aviso de Habilitação n°.18/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lençóis Paulista, estado de São Paulo, por meio do canal 281E, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 362/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.009975/2012, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lençóis Paulista, estado de São Paulo, por meio do canal 281E, constante do Aviso de Habilitação nº 18, de 16 de dezembro de 2011, e declarar a inexistência de vencedor no procedimento, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.001195/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO BRITO JÚNIOR DE RÁDIO E TV EDUCATIVA	II	53000.008626/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em 29 de julho de 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 568/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.021643/2012, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Fundação Alta Paulista de Teleducação, participante do Aviso de Habilitação nº 01/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Dracena, estado de São Paulo, por meio do canal 292E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 568/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.012749/2012, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Dracena, estado de São Paulo, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, e declara-lo frustrado, em conformidade com as normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
Fundação Alta Paulista de Teleducação	II	53000.021643/2012	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Em 30 de julho de 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 620/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.021965/2012, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, participante do Aviso de Habilitação nº 1/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Videira, estado de Santa Catarina, por meio do canal 279E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 620/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.012743/2012, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Videira, estado de Santa Catarina, por meio do canal 279E, constante do Aviso de Habilitação nº 1, de 5 de março de 2012, e adjudicar o seu objeto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE	I	53000.020988/2012	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	II	53000.021965/2012	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.
*Art. 5º, §2º, inciso I, da Portaria n° 420/2011

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 30 DE SETEMBRO DE 2013

Nº 435/2013-CD - Processo nº 53000.011617/2009

Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 715, de 26 de setembro de 2013. Recorrente/Interessado: FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA (CNPJ/MF nº 00.089.913/0001-26)

EMENTA: PADO. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. INFRAÇÃO TÉCNICA. CONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO. 1. Este Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) tem por objeto a averiguação dos indícios de infração aos artigos 78 e 82 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259/2001, e ao item 7.2.1, "c" e "o", do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, aprovado pela Resolução nº 67/1998. 2. A própria autuada assumiu sua conduta de operacionalização do serviço com características técnicas diversas do autorizado, antes que o Ministério das Comunicações se pronunciasse a respeito daquelas solicitadas. 3. A mudança dos equipamentos do estúdio só poderia ser realizada após a prévia autorização do Poder Concedente, o que não foi observado no caso em tela. . A entidade informou que procedeu à correção das irregularidades apontadas. 5. O ato de correção posterior de irregularidades não serve para descaracterizar as infrações, revestindo-se como obrigação da entidade. 6. Ao operacionalizar o serviço de radiodifusão em FM em desacordo com as normas técnicas pertinentes, a estação irregular põe em risco a operação de diversos serviços de telecomunicações, regularmente instalados, em virtude de seu grande potencial para provocar interferências nas comunicações de vários sistemas. 7. Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 359/2013-GCJV, de 19 de setembro de 2013, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marconi Thomaz de Souza Maya.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 6.925, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Processo n.º 53500.006522/2011. Art. 1.º Transferir a outorga do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) em todo o território nacional detida pela TCD PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.(FILIAL), CNPJ/MF nº 06.860.022/0002-99, para a TCD PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA. (MATRIZ), CNPJ/MF sob o nº 06.860.022/0001-08, bem como o respectivo Termo de Autorização, com efeitos somente a partir de sua regularização fiscal, nos termos do art. 2º do Anexo I do Regulamento do SCM aprovado pela Resolução nº 614/2013.

Art. 2.º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela TCD PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA. (MATRIZ), CNPJ/MF sob o nº 06.860.022/0001-08, dos direitos e obrigações assumidas pela antiga autorizada perante a Anatel.

Art.3.º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R$ 400,00 (quatrocentos reais), valor que deverá ser pago pela TCD PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA. (MATRIZ), CNPJ/MF sob o nº 06.860.022/0001-08.

Parágrafo único. O valor referido no caput deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecido em notificação da Anatel à TCD PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA. (MATRIZ), CNPJ/MF sob o nº 06.860.022/0001-08.

Art.4.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES
GERÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 6 de dezembro de 2013

Nº 5.952 - Processo n.º 53500.022632/2013. Aplica à entidade LINENET SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ N.º 07.289.814/0001-37, a sanção de ADVERTÊNCIA pertinente à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por descumprimento do disposto no art. 39, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001.

Nº 5.953 - Processo n.º 53500.022809/2013. Aplica à entidade O S CONNECT INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ N.º 09.813.165/0001-57, a sanção de ADVERTÊNCIA pertinente à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por descumprimento do disposto no art. 39 e 41, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001.

Em 26 de março de 2014

Nº 1.501 - Processo n.º 53500.004218/2013. Aplica à entidade HOJE SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ N.º 08.868.001/0001-64, a sanção de ADVERTÊNCIA pertinente à exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral -STFC, tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF, dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Nº 1.502 - Processo n.º 53500.025352/2013. Aplica à entidade PLUGNET TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA, CNPJ N.º 10.441.090/0001-00, a sanção de ADVERTÊNCIA pertinente à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por descumprimento do disposto no art. 39, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001.

Nº 1.508 - Processo n.º 53500.022625/2013. Aplica à entidade BRPHONIA PROVEDOR IP LTDA, CNPJ N.º 10.431.131/0001-87, a sanção de ADVERTÊNCIA pertinente à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por descumprimento do disposto no art. 41 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001.

ÁTILA AUGUSTO SOUTO
Substituto

Em 23 de abril de 2014

Nº 2.007 - Processo n.º 53500.023282/2012. Aplica à entidade a sanção de advertência à GT GROUP INTERNATIONAL BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 05.663.379/0001-33, pertinente a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001, com o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

Em 16 de maio de 2014

Nº 2.401 - Processo n.º 53500.023399/2013. Aplica à entidade TVN NACIONAL TELECOM LTDA, CNPJ N.º 07.335.723/0001-90, a sanção de advertência pertinente à exploração do Serviço Telefônico fixo Comutado, por descumprimento do disposto na Cláusula 8.1, inciso XII, do Termo de Autorização do STFC.

Nº 2.408 - Processo n.º 53500.022706/2013. Aplica à entidade CLAUDINEI FIGUEIRA & CIA LTDA - ME, CNPJ N.º 07.841.510/0001-30, a sanção de advertência pertinente à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por descumprimento do disposto no art. 39, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001

Em 2 de junho de 2014

Nº 2.616 - Processo n.º 53500.022783/2013. Aplica à entidade MEGAS NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ N.º 09.547.572/0001-60, a sanção de advertência pertinente à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por descumprimento do disposto no art. 39, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001.

ROBERTO PINTO MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações, nos termos do art. 125, §2º, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos nos processos a seguir indicados.

Processo	Interessado (a)	Despacho	Data do Despacho	Decisão
53000.021101/2010	Associação Vizinhança de Difusão Comunitária de áGuas Lindas de Goiás	5163	23/10/2013	Negado provimento

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GERÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

ATO Nº 6.877, DE 4 DE AGOSTO DE 2014

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) DIRCEU JULIO GATTO, CPF nº 200.404.740-20 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCELO LÚCIO NUNES
Gerente

ATO Nº 6.881, DE 5 DE AGOSTO DE 2014

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) CEMIG DISTRIBUICAO S.A, CNPJ nº 06.981.180/0001-16 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCELO LÚCIO NUNES
Gerente

ATO Nº 6.892, DE 5 DE AGOSTO DE 2014

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) AGUIA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.711.810/0001-68 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCELO LÚCIO NUNES
Gerente

ATO Nº 6.923, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Expede autorização à TVXZ DIRECAO ROTEIRO DESIGN ELETRONICO LTDA, CNPJ nº 01.420.501/0001-90 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

ATO Nº 7.005, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A, CNPJ nº 06.981.176/0001-58 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

DESPACHO DO GERENTE

Nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publicam-se as decisões finais proferidas nos Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) relacionados:

N.º do Processo	Responsável	CPF/CNPJ	Enquadramento Legal	Decisão Final	Valor (R$)
53504.010614/2011	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADÃ DE PROMOÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL, ARTÍSTICA ESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE CANANÉIA	02.769.359/001-53	Item 18.3.2.2 da Norma Complementar nº 1/2004	Multa	364,00
53000.044872/2009	RADIODIFUSÃO MOGIANA PAULISTA LTDA	56.143.670/0001-11	Artigo 122, item 34, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52795/1963, item 7.2.1, alínea "h" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 67/1998	Multa	6480,00
53504.004408/2012	TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE	50.609.973/0001-09	Não se aplica	Arquivamento	---
53504.024175/2012	JW MATEUS INFORMÁTICA - ME	10.224.849/0001-00	Art. 131 da Lei nº 9472/1997, art. 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998, e art. 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001	Multa	3510,08
53504.004040/2013	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	61.413.092/0001-26	Art. 163 da Lei nº 9472/1997 e art. 80 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	1000,00
53504.005572/2013	MARCELO FIORAVANTE ORNELLAS DE ALMEIDA	220.375.018-97	Art. 131 da Lei nº 9472/1997, art. 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998, e art. 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001	Multa	3010,08
53504.017353/2011	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FLOR DO PANEMA	02.916.081/0001-08	Item 18.3.2.2 da Norma Complementar nº 1/2004, e arts. 18 e 65. § 2º, art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	600,00
53504.019104/2011	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	61.413.092/0001-26	Itens 7.3, 9.1.1 e 9.3.5 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001 e arts. 78, 80 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	3090,00
53504.015861/2011	AMPLA RADIODIFUSÃO LTDA	56.300.288/0001-74	Itens 5.1.1.1 e 7.2.1, alínea "c" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 67/1998	Multa	600,00
53504.011885/2011	RÁDIO REVANCHE FM LTDA	02.333.863/0001-06	Arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	800,00
53504.019882/2011	ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA BOAS NOVAS DE ASSIS	02.693.236/0001-86	Arts. 18 e 65. § 2º, do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	400,00
53504.008322/2013	ALEXANDRE LUÍS DOS SANTOS	220.730.558-93	Art. 131 da Lei nº 9472/1997, art. 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998, e art. 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001	Multa	3010,08
53000.014226/2010	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA	46.352.746/0001-65	Art. 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5371/2005	Multa	5000,00
53504.019356/2012	TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE	50.609.973/0001-09	Itens 9.3.1 e 12.5 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001	Multa	4000,00
53504.012503/2011	PREEITURA MUNICIPAL DE ALTINÓPOLIS	45.298.569/0001-13	Item 5.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999, item 7.3 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5371/2005 e arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	3000,00
53000.006129/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA INTEGRAÇÃO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO DE SANTO ANTÔNIO DA POSSE	04.647.051/0001-60	Art, 1º, § 1º da Lei nº 9612/1998 e art. 5º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2615/1998	Multa	400,00
53504.019876/2011	ASSOCIAÇÃO E RÁDIO COMUNITÁRIA SUPER	01.538.831/0001-84	Art. 40, XXII, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2615/1998, itens 18.3.2.1 e 18.3.2.2 da Norma Complementar nº 1/2004	Multa	1000,00
53504.015072/2011	ASSOCIAÇÃO CPOMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCADORA DE RÁDIODIFUSÃO DE MORRO AGUDO	02.688.867/0001-07	Arts. 18 e 65. § 2º, do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	400,00
53504.001332/2012	RÁDIO METROPOLITANA PAULISTA LTDA	60.457.561/0001-46	Itens 5.2.1.1, 7.1.1 e 7.1.4 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 67/1998, arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001, art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002 e art. 13, § 2º, da Lei nº 11934/2009	Multa	12000,00
53504.018902/2011	VIEIRA E ANDRADE LTDA	13.109.144/0001-16	Arts. 26, 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e art. 39 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998	Multa	2700,00
53000.007101/2010	SOCIEDADE RÁDIO E TELEVISÃO CULTURAL EDUCATIVA UNIVERSL S/C LTDA	60.257.227/0001-49	Item 9.3.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001	Multa	4000,00
53504.015493/2011	TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE	50.609.973/0001-09	Arts. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	2000,00
53504.007761/2013	FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU	04.475.934/0001-30	Itens 9.3.1 e 12.5 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001	Multa	4040,00
53504.012304/2013	IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL RANCHO DOS PROFETAS MINISTÉRIO INTERNACIONAL	68.475.631/0001-09	Artigo 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	2850,00
53504.005218/2012	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A.	60.628.369/0001-75	Art. 13 da Lei nº 11934/2009	Multa	1616,00
53000.016949/2010	FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	59.486.605/0001-87	Art. 163 da Lei nº 9472/1997, art. 36 da Lei nº 4117/1962 e art. 42 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52795/1963	Multa	5672,16
53504.002495/2012	FUNDAÇÃO RENASCER	64.920.648/0001-69	Itens 3.2.3 e 7.1.5 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 67/1998 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	6000,00
53504.013379/2011	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA	45.122.603/0001-02	Itens 7.3, 9.3.1 e 12.5 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001 e arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	5000,00
53504.010371/2012	RÁDIO PANAMERICANA S.A.	60.628.922/0001-70	Arts. 4º e 55, inciso "V", alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	200,00
53504.013190/2013	MIGUEL AVELINO DA SILVA	022.996.818-09	Art. 163 da Lei nº 9472/1997 e art. 55, V, inciso "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	6850,00
53504.013330/2012	PREFEITURA MUNICIPL DE RANCHARIA	44.935.278/0001-26	Art. 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5371/2005	Multa	180,00
53500.037165/2009	RÁDIO JEQUITIBÁ LTDA	44.917.318/0001-07	Art. 46 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52795/1963	Multa	4800,00

EVERALDO GOMES FERREIRA

GERÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

DESPACHOS DO GERENTE
Em 30 de julho de 2012

Nº 5.073 - Processo Nº 53581.000717/2011. Aplica a JOSÉ TIMÓTEO DE OLIVEIRA, executante não outorgado do Serviço de Comunicação Multimídia, no Município de Primavera de Rondônia, no Estado de Rondônia, pelo uso não autorizado de radiofrequência e uso de equipamentos não homologados, sanção de multa no valor de R$9.560,08 (nove mil quinhentos e sessenta reais e oito centavos), pelas razões e justificativas constantes do Informe nº 174/2012-ER11AT/ER11, de 26/07/2012.

JOSE GOMES PIRES

O Gerente Regional da Anatel nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, Substituto - GR11, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir indicados.

Processo	Interessado (a)	Despacho	Data do Despacho	Decisão	Valor da Multa
53578.001423/2012	ASSOCIAÇÃO LÁBREA SOLIDÁRIA	1069	28/02/2014	Multa	R$1.320,00
53578.001627/2013	MEND COMÉRCIO E SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA.	1073	28/02/2014	Multa	R$6.480,00
53578.001949/2013	B. R. ELETRON COMERCIAL LTDA.	1081	28/02/2014	Multa	R$1.280,00
53581.000294/2013	MARCIA DE CASTRO-ME	1075	28/02/2014	Multa	R$8.050,00

ANTONIO LUIZ ALENCAR PANTOJA
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O Gerente Regional da Anatel nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima - GR11, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir indicados.

Processo	Interessado (a)	Despacho	Data do Despacho	Decisão	Valor da Multa
53578.001966/2013	MIR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	1695	03/04/2014	Multa	R$1.050,00
53578.001945/2013	ANTONIO RODRIGUES & CIA LTDA.	1263	14/03/2014	Multa	R$1.280,00
53581.000039/2013	VALDECI ALVES DA SILVA	1144	06/03/2014	Multa	R$2.709,08
53000.042847/2009	FUNDAÇÃO CULT. E DE RADIODIFUSÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO	1583	31/03/2014	Multa	R$8.484,00
53578.000058/2012	RENT EQUIPO NAVAL LTDA.	1950	17/04/2014	Multa	R$2.200,00
53581.001475/2013	MIGUEL MOREIRA DE OLIVEIRA	1693	03/04/2014	Multa	R$620,00
53578.000647/2012	ASSOCIAÇÃO AMAZONAS RÁDIO TAXI	443	28/01/2014	Multa	R$1.600,00
53581.000367/2014	RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA.	3113	03/07/3014	Arquivamento	-
53581.000817/2012	ANTÔNIO ASSIS DE SOUZA	5848	03/12/2013	Multa	R$1.681,01
53000.023570/2009	ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE AMIGOS E MORADORES DO CRUZEIRO	255	20/01/2014	Multa	R$646,40
53581.000170/2013	RÁDIO E TV MAÍRA LTDA.	1070	28/02/2014	Multa	R$4.040,00
53581.000460/2013	RÁDIO E TV PÉROLA DO MAMORÉ LTDA.	2632	03/06/2014	Arquivamento	-
53581.000277/2012	GILMAR PICININ	1291	18/03/2014	Arquivamento	-
53581.000809/2011	FRANCISCO EDVALDO DE SOUZA FIGUEIREDO	2642	23/04/2013	Multa	R$2.251,31
53581.001417/2013	ALEX SANDRO GORDONI	2366	15/05/2014	Multa	R$840,00
53578.001946/2013	PRP PESSOA - EPP	2367	15/05/2014	Multa	R$640,00
53581.001467/2013	JONAS GERALDO DA SILVA	2477	21/05/2014	Multa	R$840,00
53581.001440/2013	ADILSON FERREIRA DOS SANTOS	2480	21/05/2014	Multa	R$840,00
53584.000597/2013	ADAILTON SOARES DA FONSECA	2509	22/05/2014	Multa	R$840,00
53581.000290/2012	NORTE TELECOMUNICAÇÕES MULTIMÍDIA LTDA.	2365	15/05/2014	Multa	R$3.000,00
53000.044331/2009	RÁDIO AVAHY LTDA.	2625	02/06/2014	Advertência	-
53581.000930/2011	SOCIEDADE DE CULTURA RÁDIO CAIARI LTDA.	1644	01/04/2014	Multa	R$7.200,00
53578.000981/2013	BESSA E SANTOS LTDA. - ME	1694	03/04/2014	Multa	R$3.010,08
53584.000554/2012	APUÍ TURISMO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.	439	28/01/2014	Multa	R$1.000,00
53578.001459/2013	GLOBALSERVICE TRANSPORTE DE VALORES LTDA.	1743	07/04/2014	Multa	R$1.600,00
53578.001902/2013	C BORGES DO NASCIMENTO	1697	03/04/2014	Multa	R$1.751,12
53000.040795/2009	RÁDIO AGORA FM LTDA.	826	19/02/2014	Multa	R$14.400,00
53000.057421/2010	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MIRACATU LTDA.	1570	28/03/2014	Multa	R$12.000,00
53581.000080/2013	R.F.X. PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.	1211	12/03/2014	Multa	R$6.160,08
53581.000196/2011	GERVÁSIO SANTANA LEAL	6121	17/12/2013	Multa	R$7.520,16
53584.000596/2013	ANTONIO VALDEMIR DOS SANTOS	1920	15/04/2014	Multa	R$640,00
53578.000410/2010	L.E.A. TV NOVA AMAZONAS LTDA.	6124	17/12/2013	Multa	R$26.775,60
53000.016431/2009	SISTEMA MERIDIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	1310	19/03/2014	Multa	R$7.360,00
53584.000592/2013	KLEMERSON DA CONCEIÇÃO SOUZA CRUZ	1935	16/04/2014	Multa	R$640,00
53584.000595/2013	DONIZETTI SOUZA DA CRUZ	1924	16/04/2014	Multa	R$640,00
53581.001418/2013	CLOVES LANES	1691	03/04/2014	Multa	R$640,00
53578.000400/2013	COOPERATIVA DE RÁDIO TAXI COOPERMASTER	5837	03/12/2013	Multa	R$1.200,00
53581.000462/2013	RAMIRO MARTINS FERREIRA	597	05/02/2014	Multa	R$4.350,00
53581.001415/2013	ALISSON BARROS LIMA DA SILVA	1692	03/04/2014	Multa	R$840,00
53584.000551/2012	SKY NET INFORMÁTICA LTDA.	1208	12/03/2014	Multa	R$3.010,08
53581.000084/2013	MANOEL GONÇALVES PEREIRA	5846	03/12/2013	Multa	R$4.393,50
53578.001932/2013	TELEVISÃO À CRÍTICA LIMITADA	2096	29/04/2014	Arquivamento	-
53578.001630/2013	FUNDAÇÃO EVANGELII NUNTIANDI	1683	03/04/2014	Arquivamento	-
53581.001439/2013	JAASIEL CASSIMIRO DE MORAES	2478	21/05/2014	Multa	R$840,00
53581.001438/2013	ADEMILSON LOPES	2482	21/05/2014	Multa	R$840,00
53584.000599/2013	KEITSON NASCIMENTO PICOLO	1942	16/04/2014	Multa	R$640,00
53578.002143/2012	MSO EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARATAXISTA LTDA-ME	2629	02/06/2014	Multa	R$1.010,00
53581.001441/2013	ADRIANO DONIZETE BELTRAME	2484	21/05/2014	Multa	R$840,00
53581.000630/2012	ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA CIDADE FM	5840	03/12/2013	Multa	R$440,00

FABRICIO LEOPOLDO OLIVEIRA KATAVATIS NEVES

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.776, DE 30 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.001205/2014. Expede autorização à NEW WORD INFORMATICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 05.616.907/0001-01, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.777, DE 30 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.002993/2014. Expede autorização à CRISTIANO BARBOZA DE SOUZA INFORMATICA LTDA - ME , CNPJ/MF nº 18.984.378/0001-32, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.779, DE 30 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.007646/2014. Expede autorização à MARIA APARECIDA CORREA - ME, CNPJ/MF nº 01.909.379/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.839, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.023739/2013. Expede autorização à EMPIRE SERVICOS DE INTERNET EIRELI - ME, CNPJ/MF no 02.512.731/0001-41, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.840, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.023739/2013. Expede autorização à EMPIRE SERVICOS DE INTERNET EIRELI - ME, CNPJ/MF n° 02.512.731/0001-41, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.011044/2013. Expede autorização à UNIÃO NETWORKS TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 16.959.086/0001-14, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.957, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Processo no 53500.011428/2014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à BLZNET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA. - ME, CNPJ no 11.432.330/0001-72, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.959, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Processo n° 535000026892014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à COMNT - PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME, CNPJ nº 06.955.515/0001-21, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.990, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 11/08/2014 a 14/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.993, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Cascavel/PR, , no período de 15/08/2014 a 17/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.994, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Vitória/ES, , no período de 13/08/2014 a 18/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.995, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Belo Horizonte/MG, , no período de 17/08/2014 a 20/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.997, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0026-52 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 20/08/2014 a 20/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 6.998, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar R.C COMPETIÇÕES LTDA CNPJ nº 03.050.517/0001-83 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Cascavel/PR, , no período de 15/08/2014 a 17/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.999, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar RCM MOTORSPORT LTDA, CNPJ nº 08.704.404/0001-78 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Cascavel/PR, , no período de 15/08/2014 a 17/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E NUMERAÇÃO

ATO Nº 6.861, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a instituição ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFICIENTE - AACD a fazer uso temporário de Recursos de Numeração da série 0500 para recebimento de chamadas telefônicas e respectivo registro da intenção de doação, nas condições estabelecidas no Processo nº 53500016895/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 23 DE JULHO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.011800/2012	Associação de Comunicação Comunitária Iaras FM	RADCOM	Iaras	SP	Multa	435,37	Inciso XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 Atribuir em razão da infração pronunciada, classificada como gravíssima, 16 pontos	Portaria DEAA n° 85, de 23/7/2014 D	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.038848/2012	Associação Cultural Beneficente e Comunitária Líder de Passos	RADCOM	Passos	MG	Multa	799,63	Inciso VI do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 Atribuir em razão da infração pronunciada, classificada como gravíssima, 16 pontos	Portaria DEAA n° 184, de 23/7/2014 D	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.064361/2012	Associação Cultural e Comunitária de Araújos - ACCA	RADCOM	Araújos	MG	Multa	799,63	Inciso VI do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 Atribuir em razão da infração pronunciada, classificada como gravíssima, 16 pontos	Portaria DEAA n° 195, de 23/7/2014 D	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.039665/2011	Fundação Educativa Apoio	TVE	Brasília	DF	Multa e Advertência	1.243,92	Alínea "h" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações e alínea "i" do item 12 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Telecomunicações	Portaria DEAA n° 247, de 23/7/2014 D	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE

PORTARIAS DE 30 DE JULHO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas as penalidades de multa, em função de processos administrativos instaurados pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.024392/2011	Rádio Monumental de Aparecida Ltda	OM	Aparecida	SP	Multa	3.831,29	Alínea "h" do item 12 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão e art. 2º da Portaria 26/96. Atribuir em razão da infração pronunciada, classificada média, 4 pontos	Portaria DEAA n° 102, de 30/7/2014 D	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53560.002912/2011	Associação dos Moradores do Parque de Exposição (AMPE)	RADCOM	Morada Nova	CE	Multa	279,88	Item 18.2 da Norma 01/2011. Atribuir em razão da infração pronunciada, classificada como grave, 8 pontos	Portaria DEAA n° 343 de 30/7/2014 D	Portaria MC n° 112/2013
53560.002898/2011	Fundação Assaré Para o Desenvolvimento e Assistência Social - FADA	RADCOM	Assaré	CE	Multa	342,08	Item 18.2 da Norma 01/2011. Atribuir em razão da infração pronunciada, classificada como grave, 8 pontos	Portaria DEAA n° 348, de 30/7/2014 D	Portaria MC n° 112/2013
53516.008353/2011	Fundação Cultural Norte-Paranaense	TVE	Arapongas	PR	Multa	7.662,57	Art. 42 e item 34 do art. 122 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão. Atribuir em razão das infrações pronunciadas, classificadas grave e leve, 10 pontos	Portaria DEAA n° 431, de 30/7/2014 D	Portaria MC n° 112/2013
53504.0222316/2011	Rede Mulher de Televisão Ltda	RTV	Ribeirão Preto	SP	Multa	979,59	Art. 27 do Decreto nº 5.371, de 17/2/2005. Atribuir em razão da infração pronunciada, classificada como grave, 8 pontos	Portaria DEAA n° 435, de 30/7/2014 D	Portaria MC n° 112/2013
53504.022926/2011	Prefeitura Municipal de Batatais	RTV	Batatais	SP	Multa	1.399,41	Arts. 27 e 31 do Decreto nº 5.371, de 17/2/2005. Atribuir em razão das infrações pronunciadas, classificada como grave e média, 12 pontos	Portaria DEAA n° 451, de 30/7/2014 D	Portaria MC n° 112/2013
53504.022925/2011	Prefeitura Municipal de Batatais	RTV	Batatais	SP	Multa	777,45	Art. 27 do Decreto nº 5.371, de 17/2/2005. Atribuir em razão da infração pronunciada, classificada como grave, 8 pontos	Portaria DEAA n° 459, de 30/7/2014 D	Portaria MC n° 112/2013

JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 52, DE 22 DE MAIO DE 2014

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.071766/2013-68, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto, executante do serviço de RTV, em caráter secundário, no município de Dores do Rio Preto, estado do Espírito Santo, utilizando o canal 9 (nove), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Cachoeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cachoeiro de Itapemirim, estado do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 61, DE 23 DE MAIO DE 2014

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.056094/2013-61, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Rádio e Televisão Record S.A., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Florianópolis/SC, utilizando o canal 47+ (quarenta e sete decalado para mais), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Rede Família de Comunicação Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município do Campinas/SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO DA DIRETORA
Em 8 de agosto de 2014

Nº 285 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações de características técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

ANEXO

ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
DESPACHO DEOC Nº 179 DE 28/07/2014	APL	RÁDIO FM SERROTE LTDA	CE	CATARINA	FM	204	53000.006569/2014
DESPACHO DEOC Nº 207 DE 30/07/2014	APL	SPC - SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA	PA	RIO MARIA	FM	234	53000.059238/2012
DESPACHO SEI-MC Nº 196/2014 DE 24/7/2014	APL	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA	MT	RONDONÓPOLIS	RTV-PRI	55	53000.013159/2012-01
DESPACHO SEI-MC Nº 145/2014 DE 17/7/2014	APL	CENTRAL DE EMISSORAS GRAVAÇÕES E REPETIDORAS AJURI-CABA S/A-CEGRASA	AM	TONANTINS	RTV-SEC	9	53000.001808/2002-41
DESPACHO SEI-MC Nº 50/2014 DE 27/06/2014	APL	TELEVISAO BAHIA LTDA	BA	BREJOLÂNDIA	RTVD	29	53000.056326/2013-81
DESPACHO SEI-MC Nº 89/2014 DE 15/07/2014	APL	RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA	MG	MINAS GERAIS	RTVD	31	53000.015010/2014-10
DESPACHO SEI-MC Nº 88/2014 DE 15/07/2014	APL	TELEVISAO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	SP	MENDONÇA	RTVD	32	53000.065323/2012-57
DESPACHO SEI-MC Nº 73/2014 DE 15/07/2014	APL	FUNDACAO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RADIO E TV EDUCATIVAS	SP	PEDERNEIRAS	RTVD	44	53000.065235/2013-36
DESPACHO SEI-MC Nº 83/2014 DE 15/07/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	SP	GARÇA	RTVD	16	53000.007143/2014-12
DESPACHO SEI-MC Nº 84/2014 DE 15/07/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	SP	SÃO PEDRO	RTVD	32	53000.047028/2013-08
DESPACHO SEI-MC Nº 78/2014 DE 15/07/2014	APL	TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	SP	SÃO JOAQUIM DA BARRA	RTVD	39	53000.071582/2013-06
DESPACHO SEI-MC Nº 39/2014 DE 03/07/2014	APL	TELEVISAO RONDON LTDA	MT	RONDONÓPOLIS	TVD	45	53000.009141/2013-87
DESPACHO SEI-MC Nº 67/2014 DE 15/07/2014	APL	FUNDACAO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RADIO E TV EDUCATIVAS	SP	CASSIA DOS CO-QUEIROS	RTVD	30	53900.003346/2014-96
DESPACHO SEI-MC Nº 48/2014 DE 03/07/2014	APL	TV RECORD DE FRANCA S/A	SP	IGARAPAVA	RTVD	28	53000.053464/2013-16
DESPACHO SEI-MC Nº 40/2014 DE 03/07/2014	APL	SISTEMA TV PAULISTA LTDA	MS	CAMPO GRANDE	RTVD	47	53000.040109/2012-98
DESPACHO SEI-MC Nº 49/2014 DE 03/07/2014	APL	TELEVISÃO BAHIA LTDA	BA	SERRINHA	RTVD	30	53000.027502/2013-77
DESPACHO SEI-MC Nº 54/2014 DE 03/07/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	SP	OLIMPIA	RTVD	32	53000.007144/2014-67
DESPACHO SEI-MC Nº 46/2014 DE 03/07/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	SP	SÃO MANUEL	RTVD	21	53000.006597/2014-76
DESPACHO SEI-MC Nº 23/2014 DE 15/07/2014	APL	REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA	SP	SÃO JOSE DO RIO PRETO	RTVD	44	53000.051928/2013-41
DESPACHO SEI-MC Nº 63/2014 DE 15/07/2014	APL	TELEVISAO BAHIA LTDA	BA	IUIU	RTVD	29	53000.055056/2013-91
DESPACHO SEI-MC Nº 8/2014 DE 10/07/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	SP	DOURADO	RTVD	22	53000.059197/2012-00
DESPACHO SEI-MC Nº 18/2014 DE 10/07/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	SP	SOCORRO	RTVD	32	53000.065342/2012-83
DESPACHO SEI-MC Nº 52/2014 DE 27/06/2014	APL	TELEVISAO SOROCABA LTDA	SP	CERQUILHO	RTVD	35	53000.005907/2014-35
DESPACHO SEI-MC Nº 44/2014 DE 27/06/2014	APL	TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	SP	MATAO	RTVD	24	53000.076719/2013-19
DESPACHO SEI-MC Nº 41/2014 DE 27/06/2014	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	SP	ECHAPORA	RTVD	16	53000.006596/2014-21
DESPACHO SEI-MC Nº 13/2014 DE 18/06/2014	APL	FUNDACAO CULTURAL DE JANUARIA	MG	JANUARIA	TVD	34	53000.055004/2013-14
DESPACHO SEI-MC Nº 53/2014 DE 18/06/2014	APL	RADIO E TV PORTOVISAO LTDA	RS	PORTO ALEGRE	TVD	32	53000.021715/2009-17
DESPACHO SEI-MC Nº 12/2014 DE 28/05/2014	APL	TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	SP	ARARAQUARA	RTVD	24	53000.052687/2013-58

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 11 de agosto de 2014

Nº 3.078 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 43 da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.001985/2014-90, decide não conhecer do recurso administrativo interposto pela Centrais Elétricas do Pará S/A - Celpa em face do Auto de Infração nº 3/2013 - GTE, lavrado pela Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará - ARCON, por restar caracterizada a perda de objeto do pedido.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de agosto de 2014

Nº 3.075 - Processo nº 48500.003967/2014-42. Interessado: Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da UTE Alcântara, com 9.982 kW de Potência Instalada, localizada no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro.

Nº 3.076 - Processo nº: 48500.001439/2013-78. Interessado: Centrais Eólicas Arapuã Ltda. Decisão: Alterar a denominação da central geradora eólica objeto do Despacho n° 87, de 15 de janeiro de 2014, de EOL Licuri para EOL Anísio Teixeira.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de agosto de 2014

Nº 3.080 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição conferida na Portaria ANEEL nº 914, de 29 de abril de 2008, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006423/2013-51, resolve: i) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a modificação do Módulo de Regime de Cotas de Garantia Física e Energia Nuclear das regras de comercialização, aprovado pela Resolução Normativa 601, de 04/02/2014, nos termos da Nota Técnica nº 078/2014-SEM/ANEEL, de 11 de agosto de 2014, para as apurações relativas às cotas, a partir do mês de referência agosto de 2014; e ii) determinar à CCEE que proceda às alterações das regras de que trata o inciso i), no prazo máximo de dez dias a contar da publicação deste Despacho.

FREDERICO RODRIGUES

DESPACHO
Em 11 de agosto de 2014

Nº 3.081 - Os SUPERINTENDENTES DE ESTUDOS DO MERCADO E DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 914, de 29 de abril de 2008, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006423/2013-51, resolve determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a recontabilização dos valores a liquidar relativos ao Módulo de Regime de Cotas de Garantia Física e Energia Nuclear das regras de comercialização, aprovado pela Resolução Normativa 601, de 04/02/2014, nos termos da Nota Técnica nº 078/2014-SEM/ANEEL, de 11 de agosto de 2014.

FREDERICO RODRIGUES

FERNANDO COLLI MUNHOZ

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 3.061, de 8 de agosto de 2014, constante no Processo 48500.004102/2011-51, publicado no DOU de 11 de agosto de 2014, seção 1, página 61, onde se lê "DESPACHO Nº 3.061, DE AGOSTO DE 2014", leia-se "DESPACHO Nº 3.061, DE 8 DE AGOSTO DE 2014".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de agosto de 2014

Nº 3.077 - Processo nº: 48500.004516/2013-41. Interessado: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Decisão: reconsiderar parcialmente a decisão constante do Auto de Infração n° 038/2014-SFE, alterando-a para R$ 686.210,74 (seiscentos e oitenta e seis mil, duzentos e dez reais e setenta e quatro centavos), adotando como fundamento aqueles constantes na Análise do Pedido de Reconsideração, com fulcro no disposto no art. 34 da Resolução Normativa nº 63/2004.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de agosto de 2014

Nº 3.079 - Documento nº 48513.026378/2014-00. Interessada: Celg Distribuição S.A. - CELG D. Decisão: anuir à constituição de recebíveis, pela Celg Distribuição S.A. - CELG D, em garantia de financiamento no valor de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), a ser contratado com o Banco BCV por 24 (vinte quatro) meses, ressalvando que a cessão fiduciária de recebíveis deverá observar o limite de 0,58% da receita operacional líquida da Concessionária, bem como não caberá aos agentes credores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 3.013, de 05 de agosto de 2014, disponibilizado no sítio eletrônico da Agência Nacional de Energia Elétrica no dia 05 de agosto de 2014, cujo resumo foi publicado no Diário Oficial da União do dia 06 de agosto de 2014, seção 1, volume 151, número 149, página 53, onde se lê: "(...) com prazo de vigência até 30 de junho de 2015 (....)", leia-se: "(...) com período de vigência de 30 de junho de 2014 a 30 de junho de 2015 (...)".

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de agosto de 2014

Nº 1.169 - O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°11/2011 de 17 de fevereiro de 2011 e no que consta do Processo 48610.005698/2011-69 e nos demais regulamentos da ANP, torna público o seguinte ato:

1. Fica alterada a área do polígono da autorização ANP n° 278/2011, de 27/05/2011, outorgada à Georadar Levantamentos Geofísicos S.A. para aquisição de dados geofísicos 2D e 3D, gravimetria e magnetometria nas bacias sedimentares do Amazonas e do Solimões. O polígono da autorização passa a ter as seguintes coordenadas dos vértices:

Vertice	Latitude	Longitude
1	-01:54:44,123	-57:11:38,347
2	-05:14:15,353	-57:11:38,347
3	-05:13:37,826	-66:13:17,046
4	-01:54:44,123	-66:13:17,046

DATUM: SAD 69

2. Permanecem inalterados os demais termos e condições elencados na Autorização ANP nº 278/2011, de 21 de junho de 2011 e o prazo de validade estabelecido no Despacho do Superintendente de nº 738, publicado no Diário Oficial da União de nº 131, Seção 1, fl. 133, em 10/07/2013.

PAULO ALEXANDRE SILVA DE SOUZA

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 308, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.009903/2013-27, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO (CNPJ nº 02.709.449/0001-59) autorizada a proceder com as obras necessárias à ampliação do poliduto OSBRA, as quais consistem (i) na implantação de 6 (seis) skids de injeção de redutor de atrito, sendo um na Reinaria do Planalto - REPLAN (Paulínia/SP), um na estação de bombeamento de Pirassununga (Pirassununga/SP), um no Terminal de Ribeirão Preto (Ribeirão Preto/SP), um no Terminal de Uberaba (Uberaba/MG), um no Terminal de Uberlândia (Uberlândia/MG) e um na estação de Buriti Alegre (Buriti Alegre/GO), e (ii) na instalação de uma nova moto-bomba principal e uma nova moto-bomba auxiliar na REPLAN (Paulínia/SP).

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com todas as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Para fins de outorga da autorização de operação, a empresa Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO deverá atender à Portaria ANP nº 170/1998, ou norma superveniente, conforme informado mediante Ofício nº 0843/2013/SCM, de 22 de novembro de 2013.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA
Em 11 de agosto de 2014

Nº 1.149 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 798, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 892, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000284/2011 - 33	MARIA DA SOLEDADE MATIAS DO NASCIMENTO	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.001825/2004 - 21	DISTRIBUIDORA E COMERCIO CENTRAL UBAENSE LTDA - ME	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48600.002522/2011 - 74	AUTO POSTO KM 48 LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.016177/2011 - 37	RIO DAS VELHAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.012383/2010 - 97	EVOLUB EVOLUÇÃO LUBRIFICANTES LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48620.000058/2013 - 13	AROGAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada

Nº 1.150 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 797, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 891, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000006/2011 - 86	J. B. OLIVEIRA GAS	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.004912/2009 - 45	AUTO POSTO AV. AUTOMÓVEL CLUB LTDA 148.103.2009.33.288289	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.001951/2011 - 13	FILE COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.003409/2010 - 14	CENTRO AUTOMOTIVO DI ITALIA 614 LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.004912/2009 - 45	AUTO POSTO AV. AUTOMÓVEL CLUB LTDA 135.101.2010.33.314758	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.015410/2010 - 83	POSTO DE GASOLINA BRILHANTE DO PILAR LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.012759/2011 - 44	MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S. A.	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada

Nº 1.151 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 796, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 890, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48620.000564/2013 - 02	MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impuganda
48620.000610/2013 - 65	PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impuganda
48610.004967/2009 - 55	YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impuganda
48611.000045/2013 - 45	MARCELO AVELINO DOS SANTOS - ME	Negar provimento para confirmar a decisão impuganda
48610.005883/2013 - 15	MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S. A.	Negar provimento para confirmar a decisão impuganda
48611.000036/2013 - 54	JAPUNGU AGROINDUSTRIAL SA	Negar provimento para confirmar a decisão impuganda
48611.000486/2013 - 47	F. E. B. DE MELO	Negar provimento para confirmar a decisão impuganda
48620.000380/2013 - 34	AUTO POSTO CAMINHO DOS PÁSSAROS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impuganda
48620.000487/2013 - 82	MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impuganda

Nº 1.152 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 795, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 889, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48640.000003/2012 - 86	VICENTE DE PAULO RABELO ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.009322/2012 - 12	TRANSPORTADORA PLIMOR	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000634/2012 - 42	JANETE GONÇALVES 033.710.2012.24.396720	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.001069/2011 - 50	PORCINO F. DA COSTA E CIA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000634/2012 - 42	AUTO POSTO RAPHISA LTDA 033.710.2012.24.396713	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

Nº 1.153 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 794, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 888, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48620.000238/2013 - 97	TECLUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000627/2013 - 12	AUTO POSTO NAVARRO PIEMONT LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.011403/2011 - 93	RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48611.000414/2011 - 38	NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000493/2013 - 30	AUTO POSTO VAN - LESTE LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

Nº 1.154 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 793, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 886, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante do processo administrativo abaixo relacionado:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000051/2013 - 01	J. H. H. NICOLAU	Conhecer o recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir a penalidade de suspensão das atividades

Nº 1.155 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 792, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 885, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante do processo administrativo abaixo relacionado:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.016166/2011 - 57	SABRIGAS COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA - ME	Dar provimento ao recurso para julgar insubsistente o Auto de Infração em referência

Nº 1.156 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 811, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 909, de 23 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48620.000355/2013 - 51	AUTO POSTO FLECHA DOURADA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.005142/2009 - 58	AUTO POSTO RONE LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.003341/2013 - 16	POSTO DRL LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000219/2007 - 11	AUTO POSTO SAO MARCO - RIO PRETO LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48600.002467/2009 - 06	VICENTE BELTRAO DA SILVA JUNIOR-ME	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada

Nº 1.157 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 810, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 905, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48621.000608/2011 - 14	INTERLUB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ÓLEO AUTOMOTIVO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.011253/2012 - 07	IVAN NHOATTO ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.016159/2011 - 55	POSTO COMBUSTIVEIS VILA NOVA DE CAMPOS LTDA. ME.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000527/2013 - 96	AUTO POSTO BIONDI LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.016215/2011 - 51	LAUDIR JOÃO DREIFKE ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

Nº 1.158 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 809, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 904, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48600.003463/2011 - 51	S GOMES & M REIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.009932/2012 - 16	AUTO POSTO RAPUNZEL II LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.008898/2012 - 54	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.016024/2009 - 75	SOARES & BOZZI COMERCIO DE GAS E TRANSPORTES LTDA. - EPP	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.013253/2012 - 33	LUCIARA MACEDO PEREIRA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

Nº 1.159 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 808, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 902, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.009375/2010 - 63	ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVEIS RIO DO A LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.005142/2009 - 58	AUTO POSTO RONE LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.014784/2012 - 43	THUYA AUTO POSTO DE SERVIÇOS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.009310/2012 - 80	ALESAT COMBUSTÍVEIS S. A.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

Nº 1.160 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 807, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 901, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48600.003619/2012 - 85	LOCATELLI DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.002890/2011 - 12	SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.004309/2011 - 05	REI FORTE COMBUSTIVEIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000595/2013 - 55	AUTO POSTO CARAJAS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

Nº 1.161 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 806, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 900, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.007594/2013 - 51	POSTO NONEMACHER ECOVILLE LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000560/2013 - 16	AUTO POSTO JOIA DA LINS LTDA. - EPP	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.000104/2012 - 12	SUPER POSTO NOTA 1000 LTDA	indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.007592/2013 - 61	POSTO DE COMBUSTIVEIS BRCA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000648/2013 - 38	CEREALE BRASIL AGROINDUSTRIAL LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.004823/2013 - 85	BRASIL OIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO S/A	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.006335/2013 - 11	JUAREZ ULRICH DA SILVA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

Nº 1.162 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 805, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 899, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000149/2013 - 50	MELHOR GÁS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.004869/2012 - 13	MINI MERCADO MORNÃO LTDA 905.103.2012.43.362678	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000647/2013 - 93	FURLANETO & CARVALHO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000722/2013 - 16	J. RITA ROCHA DA SILVA - GÁS GLP	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000295/2013 - 76	MM ORIGINAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000677/2013 - 08	FRANCIANE TIBURCIO PINATTI 42048475876	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.004869/2012 - 13	MINI MERCADO MORNÃO LTDA 905.405.2012.43.373851	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

Nº 1.163 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 804, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 898, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000061/2013 - 38	POSTO DE ABASTECIMENTO E SERVIÇOS NOTA 10 LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000643/2013 - 13	LAERCIO ROBLES GARCIA - ME.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000641/2013 - 16	D. J. PAULA GAS - ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000482/2013 - 50	ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000269/2013 - 48	QUATTOR PARTICIPAÇÕES S/A	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.002899/2013 - 95	W. L. L. LISBOA LTDA - EPP	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000020/2013 - 41	NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

Nº 1.164 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 803, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 897, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.008288/2012 - 51	MEGA POWER DOS LAGOS COMERCIAL LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.011997/2010 - 51	RENATO ALMEIDA DIAS	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48620.000533/2013 - 43	AUTO POSTO RIO PARDO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000254/2013 - 99	CARLOS EDUARDO CASAGRANDE	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

Nº 1.165 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 802, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 896, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.011148/2010 - 06	POSTO TREVO LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.016599/2010 - 21	AUTO POSTO E POUSADA RURAL DE PIRANEMA LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.003403/2011 - 10	AUTO POSTO CIDADE DOS TECIDOS LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48621.000614/2011 - 71	GASDIESEL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48600.001947/2010 - 85	JHT COMBUSTÍVEL E TRANSPORTES LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada

Nº 1.166 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 801, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 895, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.011848/2011 - 73	GUILHERME DA SILVA CORREA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48620.000287/2012 - 49	SUPPORT CARGO SA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48600.000906/2011 - 52	ANA KELLY PEREIRA DA SILVA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48621.000728/2010 - 31	PETRONOVA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada

Nº 1.167 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 800, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 894, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000190/2013 - 26	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.003679/2009 - 01	AUTO POSTO TOPÁZIO LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.005258/2006 - 44	POSTO DE GASOLINA DOIS AMIGOS LTDA	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48610.006229/2012 - 48	AUTO POSTO PINTO E ARAÚJO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.002826/2013 - 84	POSTO DE GASOLINA SAO FRANCISCO DA BARRA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.009293/2012 - 81	AUTO POSTO PITUBA LTDA. EPP	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

Nº 1.168 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 799, de 30 julho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 764, de 30 de julho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 893, de 21 de julho de 2014, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48600.002893/2013 - 18	POSTO NILTON JÚNIOR LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000495/2013 - 29	AUTO POSTO VAN - LESTE LTDA 182.304.2013.34.398063	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000495/2013 - 29	AUTO POSTO VAN - LESTE LTDA 170.311.2012.34.384130	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48640.000101/2013 - 02	VAREJAO IDEAL COMERCIO	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000960/2011 - 79	FRANCISCO AVELINO DA SILVA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000578/2013 - 18	AUTO POSTO CLASSE A LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000528/2013 - 31	AUTO POSTO DEZOITO DE MATAO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000964/2011 - 57	RG SILVA COMÉRCIO DE GÁS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.012059/2012 - 31	ANGELO FRANCO	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

LUCIANA GONÇALVES DE MATTOS VIEIRA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 27/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
844.071/2011-CARLOS ANDRÉ DE MENDONÇA UCHÔA-ARAPIRACA/AL, CRAÍBAS/AL, IGACI/AL - Guia nº 1/2014-9.000toneladas-Calcário- Validade:08/04/2015
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
844.207/2011-PHILIPE CESAR JATOBÁ-Água Mineral
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
844.066/2014-SAULO QUINTELA CAVALCANTI ME-Registro de Licença N°29/2014 de 08/08/2014-Vencimento em 06/09/2014
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de nulidade do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias(1286)
844.145/2008-SERGIO ACCIOLY CHUEKE- NOT Nº207/2014

JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Hilce Pinho Assis - 880165/13
Jws Comércio de Areia Ltda - 880048/12

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 130/2014

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito exigência(659)
890.567/1987-ÁGUA DO POTE LTDA-OF. N°1383/2014-DOU de 25/06/2014
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
896.047/2013-VILLA RICA MINERAÇÃO S A- Registro de Licença N°19/2014-RETIFICA, POR TER SIDO COM PRAZO DE VALIDADE INDETERMINADO, E PASSA A VIGORAR COM PRAZO DE VALIDADE ATE 18/12/2029.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de arquivamento do processo(1173)
896.391/2013-ALGADERMIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Publicado DOU de 25/11/2013
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
896.533/2003-MINERAÇÃO EVEREST LTDA- AI N°28/2009

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 224/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
861.461/2011-JOSE PEDRO VAZ NETO-ALVARÁ N°12514/2011
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
860.766/2010-JRNX MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°11433/2011
860.767/2010-JAIME DE MELO REIS-ALVARÁ N°11434/2011
860.994/2010-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°11266/2010
861.933/2011-DEMETRIOS CHRISTOFIDIS-ALVARÁ N°4603/2012
862.344/2011-ELNI DIVINA NEVES JACO-ALVARÁ N°1432/2012
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
860.261/2010-PENERY MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12051/2011
860.325/2010-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4809/2010
860.326/2010-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4810/2010
860.327/2010-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4811/2010
860.328/2010-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4812/2010
860.329/2010-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4813/2010
860.330/2010-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4814/2010
860.331/2010-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4815/2010
860.332/2010-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4816/2010
860.333/2010-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4817/2010
860.978/2010-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°9944/2010
860.980/2010-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°9946/2010
860.982/2010-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°9947/2010
860.986/2010-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°9948/2010
861.118/2010-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°13242/2010
861.345/2010-CIMENTO TUPI S.A.-ALVARÁ N°16852/2010
861.471/2010-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-ALVARÁ N°15243/2010
861.478/2010-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°15249/2010
861.864/2010-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°2068/2011
861.865/2010-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°2069/2011
861.866/2010-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°5683/2011
861.880/2010-CLEVELAND MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°3241/2011
860.165/2011-JOSÉ ROBERTO ALVES CORRÊA-ALVARÁ N°12030/2011
860.168/2011-JOSÉ ROBERTO ALVES CORRÊA-ALVARÁ N°10524/2011
860.169/2011-JOSÉ ROBERTO ALVES CORRÊA-ALVARÁ N°10525/2011
860.170/2011-JOSÉ ROBERTO ALVES CORRÊA-ALVARÁ N°10526/2011
860.171/2011-JOSÉ ROBERTO ALVES CORRÊA-ALVARÁ N°10527/2011
860.172/2011-JOSÉ ROBERTO ALVES CORRÊA-ALVARÁ N°10528/2011
860.261/2011-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12056/2011
860.350/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°5704/2011
860.474/2011-CLEVELAND MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7481/2011
860.475/2011-CLEVELAND MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7482/2011
860.476/2011-CLEVELAND MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7483/2011
860.477/2011-CLEVELAND MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7484/2011
860.479/2011-CLEVELAND MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7485/2011
860.480/2011-CLEVELAND MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7486/2011
860.481/2011-CLEVELAND MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7487/2011
860.570/2011-CLEVELAND MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°8125/2011
860.600/2011-MINERAÇÃO GOIÁS VELHO LTDA-ALVARÁ N°8490/2011
860.797/2011-CPX GOIANA MINERAÇÃO S A-ALVARÁ N°9921/2011
860.897/2011-GEDEON SILVA DOS SANTOS FILHO-ALVARÁ N°9710/2011
860.898/2011-GEDEON SILVA DOS SANTOS FILHO-ALVARÁ N°9930/2011
860.899/2011-GEDEON SILVA DOS SANTOS FILHO-ALVARÁ N°9931/2011
860.900/2011-GEDEON SILVA DOS SANTOS FILHO-ALVARÁ N°9932/2011
860.901/2011-GEDEON SILVA DOS SANTOS FILHO-ALVARÁ N°9711/2011
860.912/2011-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-ALVARÁ N°11491/2011
860.913/2011-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-ALVARÁ N°11492/2011
860.914/2011-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-ALVARÁ N°11493/2011
860.927/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°9714/2011
860.928/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°9715/2011
860.929/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°9716/2011
860.930/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°9717/2011
860.931/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°9718/2011
860.932/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°9719/2011

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 230/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
860.683/2014-NILTO CALIXTO DA SILVA
860.694/2014-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO
860.695/2014-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
861.354/2009-FRANCISCO DE SOUSA FILHO-OF. N°1021/2014
861.232/2013-CARLOS ARTUR HOESCHL-OF. N°1022/2014
860.409/2014-GUSMÃO LIMA MINERADORA LTDA.-OF. N°1009/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
861.201/2013-OTILIANO FERREIRA DOS SANTOS-OF. N°1016/2014
860.399/2014-DIVINO DA SILVA ROSA-OF. N°1017/2014
860.456/2014-JOAO CARNEIRO MENDONÇA-OF. N°1018/2014
860.515/2014-BUENO E TELES LTDA-OF. N°1019/2014
860.519/2014-DIVINO DOS REIS VASCONCELOS-OF. N°1010/2014
860.523/2014-CONSÓRCIO PAVOTEC TRAIL SOBRADO-OF. N°1011/2014
860.564/2014-LENISMAR CABRAL DE OLIVEIRA-OF. N°1012/2014
860.599/2014-MIANNI VAZ DE ANDRADE-OF. N°1013/2014
860.626/2014-LUIZMAR MACHADO DO SILVA-OF. N°1014/2014
860.628/2014-LAGOA EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1020/2014
860.660/2014-VILMO ANTONIO ORLANDO-OF. N°1023/2014
860.662/2014-STJ CASCALHEIRA E TERRAPLANAGEM LTDA-OF. N°1024/2014

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 116/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.176/2005-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°1385/14
868.099/2008-MINERAÇÃO GUIDONI LTDA.-OF. N°1403/14
868.142/2011-FRANCISCO DE ASSIS MOURA-OF. N°1446/14
868.151/2011-MINERAÇÃO GUIDONI LTDA.-OF. N°1403/14
868.037/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1392/14
868.038/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1392/14
868.040/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1392/14
868.041/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1392/14
868.042/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1392/14
868.043/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1392/14
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
868.039/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.327/2012-JOSE ALBERTO DA SILVA-OF. N°1382/14
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
868.188/2013-CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA- Cessionário:MINERPAN EMPRESA DE RECURSOS MINERAIS LTDA ME- CPF ou CNPJ 09.134.249/0001-64- Alvará n°1.165/2014
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
868.570/1994-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°1384/14
868.336/1996-MINERAÇÃO CAMPO GRANDE LTDA-OF. N°1378/14
868.028/2003-MINERAÇÃO CAMPO GRANDE LTDA-OF. N°1378/14
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.020/2012-WESLEY DA SILVA LOPES ME-OF. N°1411/14
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
866.122/1990-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP- Registro de Licença N°:16/1993 - Vencimento em 29/04/2019
866.123/1990-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP- Registro de Licença N°:17/1993 - Vencimento em 29/04/2019
866.125/1990-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP- Registro de Licença N°:19/1993 - Vencimento em 29/04/2019
866.126/1990-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP- Registro de Licença N°:20/1993 - Vencimento em 29/04/2019
866.127/1990-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP- Registro de Licença N°:21/1993 - Vencimento em 29/04/2019
868.021/2004-IRMÃOS DAGOSTIN LTDA ME- Registro de Licença N°:25/2004 - Vencimento em 01/07/2016
868.217/2007-ALDRIN HAMMERSCHMIDT & CIA LTDA- Registro de Licença N°:08/2007 - Vencimento em 05/11/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
868.062/2012-APARECIDO CALDO ME- Cessionário:AREEIRO NUNES LTDA ME- CNPJ 14.094.730/0001-03- Registro de Licença n°28/2013- Vencimento da Licença: 24/01/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
868.329/2000-J.M. LADA & CIA LTDA- Alvará de Pesquisa n° 7.389/2001 - Cessionário: MINERAÇÃO NOVA LONDRINA LTDA- CNPJ 76.742.899/0001-80
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.069/2014-APARECIDO VITAL DA SILVA-OF. N°1377/14

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 494/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
833.132/2002-MINERAÇÃO ENGENHO LTDA-AI N°1072/14-FISC
830.152/2005-MINERAÇÃO TRINDADE LTDA-AI N°1041/14-FISC
830.946/2006-JOSÉ HENRIQUES MAIA ME-AI N°1062/14-FISC
830.969/2006-JOSÉ RAIMUNDO MARIANO-AI N°1067/14-FISC
831.614/2006-BRAZMINCO LTDA-AI N°1070/14-FISC
831.668/2006-ALEXANDRE TAVARES DA SILVA-AI N°1063/14-FISC
832.026/2006-NELSON LUCARELLI FILHO-AI N°1068/14-FISC
832.109/2006-CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA-AI N°1060/14-FISC
832.799/2006-JOÃO ROBERTO SALOMON BATISTA-AI N°1064/14-FISC
833.602/2006-SHARY SOUZA MATOS-AI N°1045/14-FISC
833.610/2006-JOSÉ CARLOS LUIZ-AI N°1069/14-FISC
830.470/2007-MINERAÇÃO TRINDADE LTDA-AI N°1042/14-FISC
830.594/2007-CARLOS MIRANDA ALVES PEREIRA-AI N°1058/14-FISC
830.984/2007-ROGÉRIO CARVALHO GUIMARÃES-AI N°1065/14-FISC
831.564/2007-CARLOS ALBERTO DA SILVA SANTOS-AI N°1066/14-FISC
831.701/2007-CARLOS MIRANDA ALVES PEREIRA-AI N°1059/14-FISC
832.481/2007-CLEUSA APARECIDA PINTO DAMASCENO ME-AI N°1074/14-FISC
833.833/2007-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-AI N°1050/14-FISC
834.221/2007-LASTÊNIO LUIZ CARDOSO-AI N°1047/14-FISC
834.222/2007-LASTÊNIO LUIZ CARDOSO-AI N°1048/14-FISC
834.225/2007-LASTÊNIO LUIZ CARDOSO-AI N°1049/14-FISC
834.843/2007-CLEUSA APARECIDA PINTO DAMASCENO ME-AI N°1073/14-FISC
830.844/2008-IUNAGRAL IUNA GRANITOS LTDA-AI N°1052/14-FISC
831.158/2008-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-AI N°1051/14-FISC
830.247/2009-MINERAÇÃO TRINDADE LTDA-AI N°1043/14-FISC
830.368/2009-SHARY SOUZA MATOS-AI N°1046/14-FISC
830.787/2009-MINERAÇÃO ENGENHO LTDA-AI N°1071/14-FISC
831.125/2009-JOAQUIM PEDRO DE SOUSA-AI N°1076/14-FISC
831.151/2009-IUNAGRAL IUNA GRANITOS LTDA-AI N°1053/14-FISC
832.484/2009-MINERAÇÃO TRINDADE LTDA-AI N°1044/14-FISC
830.046/2010-JOAQUIM PEDRO DE SOUSA-AI N°1075/14-FISC
830.047/2010-JOAQUIM PEDRO DE SOUSA-AI N°1077/14-FISC
831.497/2010-CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA-AI N°1055/14-FISC
833.335/2010-CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA-AI N°1056/14-FISC
833.336/2010-CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA-AI N°1057/14-FISC
834.279/2010-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-AI N°1078/14-FISC
834.286/2010-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-AI N°1079/14-FISC
834.287/2010-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-AI N°1080/14-FISC
831.016/2011-IUNAGRAL IUNA GRANITOS LTDA-AI N°1054/14-FISC
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento: 30 dias.(1713)
002.218/1940-R N F MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N°1678,1679,1680,1681 e 1682/13-FISC
003.572/1941-CALCINAÇÃO LAGOA DA PRATA LTDA-AI N°1703,1704,1705,1706 e 1707/13-FISC
000.114/1957-MINERAÇÃO INDUSTRIAL RIO PRETO LTDA- AI N°1653,1654,1655,1656 e 1657/13-FISC
007.952/1961-MASSA FALIDA DE MINERAÇÃO CAOLINITA LTDA.- AI N°1718,1719,1720,1721 e 1722/13-FISC
001.823/1963-MICOPEL - MIN CONCEICAO DAS PEDRAS LTDA- AI N°1673,1674,1675,1676 e 1677/13-FISC
807.773/1968-IRMÃOS GUILHERMINO LTDA.- AI N°1648,1649,1650,1651 e 1652/13-FISC
804.081/1969-CANAAN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO COMÉRCIO INDÚSTRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA- AI N°1723,1724,1725,1726 1727/13-FISC
807.536/1976-SOMIBRÁS SOCIEDADE DE MINERAÇÃO BRASILEIA LTDA.- AI N°1728,1729,1730,1731 e 1732/13-FISC
830.246/1981-MINERIOS DELTA LTDA- AI N°1698,1699,1700,1701 e 1702/13-FISC
830.244/1990-PARQUE TORINO IMOVEIS S A- AI N°2149,2150,2151 e 2152/13-FISC

RELAÇÃO Nº 504/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
831.178/2014-COFERALL EXTRAÇÃO E COMÉRCO DE AREIA LTDA ME-OF. N°73/14-CESD e Areias 2 Irmãos Ltda
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
831.685/2009-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA
832.131/2009-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
834.883/1995-BRAZMINCO LTDA-OF. N°74/14-CESD,Contstones Granitos Brasil Ltda ME e Pavstone Granitos Ltda.
831.313/2007-EVERALDO CHAVES RÊGO-OF. N°72/14-CESD e Ouro Verde de Minas Mineração Ltda
832.131/2009-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-OF. N°73/14-CESD e Coferall Extração e Comércio de Areia Ltda ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
831.625/2005-METALI MINERAÇÃO LTDA EPP- Cessionário:GRANDARIVA GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 10.295.738/0001-87- Alvará n°10302/2007
831.730/2008-JOSE EDUARDO FERREIRA RAMOS- Cessionário:AGROINDUSTRIAL DELTA DE MINAS S/A- CPF ou CNPJ 07.249.877/0001-60- Alvará n°10530/2009
831.836/2008-JOSE EDUARDO FERREIRA RAMOS- Cessionário:AGROINDUSTRIAL DELTA DE MINAS S/A- CPF ou CNPJ 07.249.877/0001-60- Alvará n°14866/2009
832.354/2008-RUBY RED DO BRASIL MINERAÇÃO, COM. E IND. LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO NAUTILUS S.A- CPF ou CNPJ 15.271.346/0001-00- Alvará n°7122/2013
831.317/2009-GMS ENGENHARIA LTDA- Cessionário:ESPRAIADO ENERGIA SA- CPF ou CNPJ 10.880.876/0001-23- Alvará n°5381/2010
834.276/2010-NADSON TORRES SARMENTO- Cessionário:M.CALIXTO MINERAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA- CPF ou CNPJ 19.322.540/0001-10- Alvará n°1960/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

831.928/2011-MINERAÇÃO GRAFITE PEDRA AZUL LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO FERROITA LTDA ME- CPF ou CNPJ 19.431.806/0001-62- Alvará n°11205/2013

831.494/2012-RUBY RED DO BRASIL MINERAÇÃO, COM. E IND. LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO NAUTILUS S.A- CPF ou CNPJ 15.271.346/0001-00- Alvará nº7123/2013

832.594/2013-GLEISTON MARTINS DELFIM- Cessionário:JKS MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 19.223.888/0001-50- Alvará n°1396/2014

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

831.305/2009-LASSI CERÂMICA ARTÍSTICA LTDA-OF. N°75/14-CESD e Mineira Indústria Cerâmica Ltda

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

833.095/2004-LUCIANO CARRARO TAVARES- n° 5219/2005 - Cessionário: AREIAS LUDRI LTDA- CNPJ 18.750.661/0001-08

832.384/2008-MINERAÇÃO RIO CLARO M.V. LTDA.- n° 13135/2009 - Cessionário: GILBERTO DE OLIVEIRA BERTOLINO ME- CNPJ 02.026.295/0001-09

RELAÇÃO Nº 505/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

831.280/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1903/14-DGTM

834.592/2011-ERICO MORAES DE FIGUEIREDO-OF. N°1860/14-DGTM

831.606/2012-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INÊS LTDA ME-OF. N°1862/14-DGTM

832.372/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS PESQUISAS E MINERACAO LTDA EPP-OF. N°1867/14-DGTM

832.375/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS PESQUISAS E MINERACAO LTDA EPP-OF. N°1904/14-DGTM

832.910/2012-PANGEA ENGENHARIA LTDA-OF. N°1902/14-DGTM

832.913/2012-PANGEA ENGENHARIA LTDA-OF. N°1902/14-DGTM

832.914/2012-PANGEA ENGENHARIA LTDA-OF. N°1902/14-DGTM

833.781/2012-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°1868/14-DGTM

833.782/2012-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°1871/14-DGTM

833.861/2012-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°1870/14-DGTM

834.194/2012-MIDAS MINERAIS LTDA ME-OF. N°1873/14-DGTM

830.044/2013-IVAN SANTOS DA SILVA ME-OF. N°1872/14-DGTM

830.710/2013-JOÃO CARLOS RABELO-OF. N°1864/14-DGTM

834.037/2013-CERÂMICA CRUZADO LTDA-OF. N°1863/14-DGTM

834.044/2013-MARIA SOARES ARTIAGA-OF. N°1866/14-DGTM

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)

830.295/2011-TRA MINERAÇÃO LTDA- AI N°340/14-MG

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

830.233/2007-VALE S A-OF. N°1753/14-DGTM

831.932/2012-DEPOSITO DE AREIA RIBEIRO E SOUSA LTDA ME-OF. N°153/14-ERPM

Indefere pedido de reconsideração(263)

830.443/2011-MOACIR ALVES DE QUEIROZ

Fase de Requerimento de Lavra

Despacho publicado(356)

830.303/1988-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-Nego a autorização para execução de pesquisa complementar.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

830.399/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA-OF. N°1803/14-FISC

Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)

830.086/1999-MARCOS ANTÔNIO DE AVELAR-OF. N°1837/13-DGTM

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

005.689/1960-ÁGUA MINERAL NOVA ERA LTDA- Fonte:São José - Marca:Santa Helena - Embalagem:20L, sem gás- NOVA ERA/MG

830.671/1998-CPN MINERAÇÃO LTDA- Fonte Água Leve,Fonte Água Leve I,Fonte Água Leve II,Fonte Água Leve III - Marca:BONAFONT Água Leve - Embalagem:500 mL,1,5L,2,25L e 6,25L, sem gás.- JACUTINGA/MG

831.658/2002-CAMBRAIA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA- Fonte: Novo Horizonte - Marca:Santa Fé - Embalagem:20L,1,5L,510 mL e 330 mL, sem gás- ITAPECERICA/MG, SÃO FRANCISCO DE PAULA/MG

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

(513)

831.471/2011-SILVANA CLEMENTE DA ROCHA - PLG N°015/2014 de 21/07/2014 - Prazo 05 anos

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

832.247/2005-CARLOS RENATO RIBEIRO FRAGA-OF. N°1877/14-DGTM

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

833.318/2006-CERAMICA FERNANDES DE MELO LTDA-Registro de Licença N°4256/2014 de 21/07/2014-Vencimento em Indeterminado

830.001/2012-ELTON ANDRADE DA FONSECA ME-Registro de Licença N°4252/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 12/12/2014

830.392/2012-DIONISIO JOSE DA SILVA-Registro de Licença N°4254/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 20/01/2016

833.079/2012-ERNANE INACIO DOS SANTOS ME-Registro de Licença N°4249/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 16/07/2017

833.833/2012-JOSÉ EURÍPEDES FERREIRA DOS SANTOS EPP-Registro de Licença N°4241/2014 de 21/07/2014-Vencimento em Indeterminado

830.303/2013-MINERADORA SANTANA DA PRATA LTDA ME-Registro de Licença N°4251/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 22/01/2015

830.709/2013-CORDEIRO SILVICULTURA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA.-Registro de Licença N°4247/2014 de 21/07/2014-Vencimento em Indeterminado

831.945/2013-VICENTE PIMENTEL RHODES ME-Registro de Licença N°4244/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 31/12/2016

832.174/2013-PAULO CESAR BATTESTIM ME-Registro de Licença N°4246/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 10/07/2015

832.429/2013-ARTEFATOS DE CERAMICA PIRACEMA LTDA-Registro de Licença N°4242/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 25/06/2023

832.729/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA CAPARAÓ LTDA-Registro de Licença N°4250/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 07/01/2017

833.219/2013-CARLOS ROBERTO GONTIJO - ME-Registro de Licença N°4248/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 09/10/2017

833.713/2013-MINERAÇÃO ENTRE FOLHAS LTDA-Registro de Licença N°4245/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 31/12/2014

830.112/2014-MARIA ANGÉLICA DE FREITAS REIS ME-Registro de Licença N°4243/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 10/01/2034

830.271/2014-DRAGA SAO JUDAS TADEU LTDA-Registro de Licença N°4255/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 31/01/2015

830.551/2014-DEPOSITO DE AREIA RIBEIRO E SOUSA LTDA ME-Registro de Licença N°4253/2014 de 21/07/2014-Vencimento em 19/02/2034

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

831.663/2013-MINERAÇÃO VALE DO OURO LTDA-OF. N°1756/14-DGTM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)

831.504/2009-CERAMICA CARMELO LTDA-OF. N°1876/14-DGTM

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação:(924)

831.005/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO- Registro de Extração N°07/2014 de 21/07/2014

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

832.710/2001-PEDRO GENEROSO DA SILVA NETO

833.708/2006-MARIA DE LOURDES SILVA JARDIM

300.693/2012-

RELAÇÃO Nº 506/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina o cancelamento da Guia de utilização(1777)

834.589/2007-CARLOS HENRIQUE VIDIGAL MAIA-Guia de Utilização N°007/2014

Fase de Requerimento de Lavra

Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)

830.086/1999-MARCOS ANTÔNIO DE AVELAR- Guia de Utilização N°167/2011

830.365/2006-MINERAÇÃO VITÓRIA LTDA- Guia de Utilização N°126/2013

832.872/2007-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME- Guia de Utilização N°279/2012

RELAÇÃO Nº 511/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)

831.714/2013-GUILHERME DE SOUZA LIMA ME

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

831.669/1988-MINERAÇÃO SERRA DOS MAUÉS LTDA

832.623/2010-MONTBELO MINERADORA LTDA

832.765/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.

834.401/2010-SATURNINO FERREIRA FRANCO

834.775/2010-MINERAÇÃO MORRINHOS LTDA

834.546/2011-ANDERSON ASSIS CARVALHO

834.547/2011-ANDERSON ASSIS CARVALHO

834.549/2011-ANDERSON ASSIS CARVALHO

834.551/2011-ANDERSON ASSIS CARVALHO

834.809/2011-ANDERSON ASSIS CARVALHO

830.887/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.

831.019/2012-BIG HOUSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

831.020/2012-BIG HOUSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

831.428/2012-ANDERSON ASSIS CARVALHO

831.608/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A

831.609/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A

832.629/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.

833.303/2012-ANDERSON ASSIS CARVALHO

834.293/2012-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

834.294/2012-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

831.384/2013-ITAJAIR LOPES FILHO

831.502/2013-JAIR ALVES DA CUNHA

831.520/2013-LOCATIO DO BRASIL S A.

831.933/2013-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

832.135/2013-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

832.150/2013-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

832.176/2013-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

832.177/2013-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

832.198/2013-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

833.163/2013-LEANDRO SOARES MOREIRA

833.581/2013-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

833.791/2013-CARLOS GUSTAVO GOULART CORDEIRO DE FARIAS

833.919/2013-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

832.410/2007-ALVARO JOSÉ BATISTA -Alvará N°2681/2009

832.411/2007-ALVARO JOSÉ BATISTA -Alvará N°2682/2009

834.458/2008-TERRATIVA MINERAIS S.A. -Alvará N°578/2010

833.841/2012-MINERAÇÃO ELEFANTE LTDA -Alvará N°7557/2013

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Indefere Requerimento de PLG(335)

831.272/2010-MARLON ZAMPROGNO VARELA

Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(347)

831.272/2010-MARLON ZAMPROGNO VARELA-OF. N°626/2011-DGTM

Fase de Licenciamento

Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)

831.207/2000-DRAGAGEM PIONEIRA LTDA

Homologa renúncia do registro de Licença(784)

830.899/2007-INDUSTRIA E COMERCIO MASSIOLITE PAVIONE LTDA

Fase de Requerimento de Licenciamento

Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)

834.047/2013-EDISON ALVA DIAMANTINO

Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)

831.441/2013-MINERAÇAO SANTA IZABEL

RELAÇÃO Nº 512/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

831.763/2000-EDVAL GONÇALVES GUIMARÃES-OF. N°1352/2014-FISCAM

830.866/2007-MINERA PESQUISA GEOLÓGICA LTDA.-OF. N°1662/2014-FISC

832.006/2007-LUCIANO CARRARO TAVARES-OF. N°1355/2014-FISCAM

832.570/2007-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF. N°1654/2014-FISCAM

830.707/2009-DELMO ANTONIO PRETINHO DOS SANTOS ME-OF. N°1644/2014-FISC

830.957/2009-SANTOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME-OF. N°1645/2014-FISC

834.288/2010-TMC COMPANHIA DE MINERAÇÃO TOCANTINS-OF. N°1265/2014-FISC

830.204/2011-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA ME-OF. N°63/2014-ESCGV

831.224/2011-MINERAÇÃO AZUL TROPICAL LTDA. ME.-OF. N°66/2014-ESCGV

832.875/2011-PAULO CÉLIO DE FIGUEIREDO-OF. N°1353/2014-FISC

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

832.917/2011-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA ME-OF. N°1354/2014-FISC
832.919/2011-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA ME-OF. N°1354/2014-FISC
834.068/2011-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA ME-OF. N°1354/2014-FISC
835.072/2011-MINERAÇÃO LAGOA SANTA LTDA ME-OF. N°1708/2014-FISC

RELAÇÃO Nº 520/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.712/2005-VALE S A
832.843/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
832.844/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
832.846/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
832.847/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
832.848/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
833.447/2007-BRAZMINCO LTDA
830.523/2009-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
830.557/2009-VALE S A
830.560/2009-VALE S A
830.222/2010-RIMA INDUSTRIAL SA
830.226/2010-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
830.227/2010-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
831.542/2010-SÉRGIO RICARDO PEREIRA BARROS
831.637/2010-INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
832.694/2010-INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
832.793/2010-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
833.312/2010-AMILTON TEIXEIRA NAVES
833.820/2010-VOTORANTIM CIMENTOS S A
833.821/2010-VOTORANTIM CIMENTOS S A
834.080/2010-INTERNATIONAL CORP COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
834.151/2010-CERÂMICA BURITIS LTDA.
834.262/2010-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.
834.472/2010-MINERAÇÃO NÍQUEL SANTA MARIA LTDA.
834.600/2010-EURO BAHIA EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA
834.630/2010-MINERAÇÃO NÍQUEL SANTA MARIA LTDA.
834.679/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
834.947/2010-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A.
834.989/2010-FALCON METAIS LTDA
830.563/2011-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A.
830.956/2011-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA
832.125/2011-OCLAM MINERAÇÕES LTDA
833.123/2011-FLAVIA PEREIRA
833.496/2011-MINERBRAZ IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
833.800/2011-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE
830.603/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.604/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.605/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.606/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.607/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.608/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.612/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.630/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.631/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.632/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.635/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.636/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.638/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
832.327/2012-EDMAR ALMEIDA DE OLIVEIRA
834.176/2012-MARCIO NERES GUSMÃO

RELAÇÃO Nº 521/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.597/2007-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
832.842/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
830.083/2009-CLAUDIA APARECIDA DA SILVA
830.210/2009-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
830.521/2009-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
830.531/2009-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
831.162/2009-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.
831.326/2010-AGUIA METAIS LTDA
832.634/2010-INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
832.794/2010-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
832.796/2010-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
833.584/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
834.032/2010-AGROPECUÁRIA SANTA BÁRBARA XINGUARA SA
834.043/2010-PETRUS MINERAÇÃO LTDA.
834.045/2010-PETRUS MINERAÇÃO LTDA.
834.079/2010-INTERNATIONAL CORP COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
834.473/2010-MINERAÇÃO NÍQUEL SANTA MARIA LTDA.
834.475/2010-MINERAÇÃO NÍQUEL SANTA MARIA LTDA.
834.479/2010-MINERAÇÃO NÍQUEL SANTA MARIA LTDA.
834.592/2010-ANDRÉ LUIZ RIBAS NASCIMENTO
834.599/2010-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A.
834.626/2010-MINERAÇÃO NÍQUEL SANTA MARIA LTDA.
830.791/2011-JUNIO CESAR DA SILVA
830.931/2011-MINERAÇÃO SALINAS IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA ME
831.296/2011-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.
831.873/2011-JANEMAR MARQUES VIEIRA
830.264/2012-ANA PAULA ABUJAMRA FERRARI
830.609/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.610/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.611/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.627/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.628/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.629/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
830.640/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
833.178/2012-M. A. MOULAZ

RELAÇÃO Nº 522/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
832.246/2001-RIMA INDUSTRIAL SA
830.208/2004-WALTENCYR DA CRUZ - F.I.

RELAÇÃO Nº 523/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
834.995/2010-MINERACAO DORNAS LTDA- Área de 50,0 ha para 33,44 ha-Areia
832.312/2011-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.- Área de 947,32 ha para 330,50 ha-Quartzito

RELAÇÃO Nº 526/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
830.466/2006-VALE S A-ALVARÁ N°11187/2010
830.468/2006-VALE S A-ALVARÁ N°11188/2010
831.941/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6905/2010

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 78/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Augusto Cezar Filho - 840560/10 - A.I. 230/13, 840569/10 - A.I. 198/14
Brilhante Mineração Eireli - 840575/10 - A.I. 327/13
Copacel Indústria e Comercio de Calcário e Cereais Ltda - 840362/10 - A.I. 194/13, 840464/10 - A.I. 92/14
Decisao Empreendimentos Imobiliarios Ltda - 840139/08 - A.I. 392/13
Emanuel Mateus de Castro - 840375/11 - A.I. 369/13
Gesso Integral Ltda - 840217/09 - A.I. 89/13
Indústria de Telhas e Acabamentos Ltda - 840361/10 - A.I. 233/13
Jurandir Paz Landim de Castro - 840275/08 - A.I. 99/11
Luiz Antonio Martins Neto - 840545/10 - A.I. 170/14
Map Mineração Ltda - 840227/10 - A.I. 298/13
Marco Antonio Ferraz Junior - 840561/10 - A.I. 310/13
Mgl - Mineração Guararapes Ltda - 840502/11 - A.I. 394/13
Mineração Delmiro Gouveia Ltda - 840328/09 - A.I. 195/13
Mineração Vitoria Ltda - 840290/09 - A.I. 88/13
Mineral Serviçoc Geologicos Ltda - 840510/07 - A.I. 196/11
Murilo Guilherme Agra Araquam - 840884/11 - A.I. 293/13
Orex Mineração LTDA. - 840020/11 - A.I. 196/13
Ronaldo b. da Silva Bom Jardim - 840477/10 - A.I. 393/13
Usina Estreliana LTDA. -epp - 840147/12 - A.I. 118/13
Votorantim Metais S.a - 840331/11 - A.I. 193/13

RELAÇÃO Nº 83/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Pedreira Herval Ltda - 840177/11 - A.I. 201/14

RELAÇÃO Nº 84/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Leandro Cal Jatobá Britas e Pedras - 840155/12 - A.I. 213/14

RELAÇÃO Nº 85/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Alexander Rodrigues da Silva - 840311/12 - A.I. 212/14
Arapaz Mineração Ltda - 840042/11 - A.I. 206/14
Continental Mineração LTDA. - 840087/09 - A.I. 202/14, 840088/09 - A.I. 203/14, 840089/09 - A.I. 204/14, 840092/09 - A.I. 205/14
Francisco Raimundo Santiago Bessa - 840988/11 - A.I. 207/14
Pedras Express Ltda me - 840009/12 - A.I. 208/14
Xyz Brasil Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 840447/13 - A.I. 209/14, 840031/14 - A.I. 211/14, 840032/14 - A.I. 210/14

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 112/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Jeanne de Menezes Lyra - 848522/08 - Not.122/2014 - R$ 2.021,39, 848367/08 - Not.123/2014 - R$ 899,47, 848368/08 - Not.124/2014 - R$ 1.519,66

RELAÇÃO Nº 113/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848478/10 - A.I. 307/14, 848480/10 - A.I. 308/14, 848481/10 - A.I. 309/14, 848482/10 - A.I. 310/14, 848461/08 - A.I. 341/14
François Forte Melo - 848793/11 - A.I. 312/14
L&l Universal Empreendimentos Minerais Ltda - 848017/09 - A.I. 311/14
Sidney Diniz de Almeida - 848048/12 - A.I. 313/14, 848049/12 - A.I. 314/14, 848050/12 - A.I. 315/14, 848052/12 - A.I. 316/14
Vtech Empreendimentos Minerais Ltda - 848229/08 - A.I. 306/14

RELAÇÃO Nº 114/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Adeusinho Roberto Ribeiro - 848220/13 - A.I. 332/14
Argento Participações S.A. - 848205/13 - A.I. 331/14
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848280/13 - A.I. 335/14
Ccr Enpreendimentos Ltda - 848486/12 - A.I. 327/14
Cooperativa Dos Mineradores de Sao Tome Ltda - 848231/12 - A.I. 317/14
Cooperativa Dos Trabalhadores de Minerio e Agricultura de Equador e do Seridó - 848223/13 - A.I. 333/14
f h da Silveira Vieira me - 848413/12 - A.I. 319/14
Fausto Batista de Lima - 848332/13 - A.I. 336/14
João Dinarte Patriota - 848391/12 - A.I. 318/14
Junior Bezerra Alves - 848085/13 - A.I. 328/14
Lino Brita Ltda me - 848383/13 - A.I. 337/14
Luiz Machado Filho -me - 848270/13 - A.I. 334/14
Maria Glauciane Alcaniz Cavalcante - 848468/12 - A.I. 326/14
Mineração Rio da Milhã Ltda Epp - 848457/12 - A.I. 329/14
Ominex Mineração & Incorporações s a - 848425/13 - A.I. 338/14
Pedreira Potiguar Ltda - 848154/14 - A.I. 340/14
Prime Mineração LTDA. - 848093/14 - A.I. 324/14, 848442/12 - A.I. 321/14, 848444/12 - A.I. 322/14, 848489/12 - A.I. 323/14
Probo Engenharia LTDA. - 848467/12 - A.I. 325/14
Rbx Mineracao Transportes Industria Comercio e Exportacao Ltda me - 848108/13 - A.I. 330/14
Vulcano Export Calcários LTDA. me - 848153/14 - A.I. 339/14
Wanderleya Brigido de Almeida Silva - 848427/12 - A.I. 320/14

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 115/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Vicenza Mineração e Participações s a. - 848462/11 - A.I. 345/14, 848481/11 - A.I. 346/14, 848482/11 - A.I. 347/14, 848483/11 - A.I. 348/14, 848484/11 - A.I. 349/14, 848485/11 - A.I. 350/14, 848486/11 - A.I. 351/14, 848487/11 - A.I. 352/14, 848488/11 - A.I. 353/14, 848489/11 - A.I. 354/14, 848490/11 - A.I. 355/14, 848491/11 - A.I. 356/14, 848492/11 - A.I. 357/14, 848493/11 - A.I. 358/14, 848494/11 - A.I. 359/14, 848495/11 - A.I. 360/14, 848496/11 - A.I. 361/14, 848497/11 - A.I. 362/14, 848498/11 - A.I. 363/14, 848499/11 - A.I. 364/14, 848535/11 - A.I. 386/14, 848536/11 - A.I. 365/14, 848537/11 - A.I. 366/14, 848538/11 - A.I. 367/14, 848539/11 - A.I. 368/14, 848540/11 - A.I. 369/14, 848541/11 - A.I. 370/14, 848542/11 - A.I. 371/14, 848543/11 - A.I. 372/14, 848544/11 - A.I. 373/14, 848545/11 - A.I. 374/14, 848546/11 - A.I. 375/14, 848547/11 - A.I. 376/14, 848548/11 - A.I. 377/14, 848060/13 - A.I. 378/14, 848063/13 - A.I. 379/14, 848064/13 - A.I. 380/14, 848065/13 - A.I. 381/14, 848066/13 - A.I. 382/14, 848067/13 - A.I. 383/14, 848126/13 - A.I. 384/14, 848127/13 - A.I. 385/14

RELAÇÃO Nº 146/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Votorantim Cimentos n ne s a - 848349/10 - A.I. 280/14, 848382/10 - A.I. 281/14, 848383/10 - A.I. 282/14, 848384/10 - A.I. 283/14, 848385/10 - A.I. 284/14, 848387/10 - A.I. 285/14, 848388/10 - A.I. 286/14, 848389/10 - A.I. 287/14, 848390/10 - A.I. 288/14, 848391/10 - A.I. 289/14, 848392/10 - A.I. 290/14

RELAÇÃO Nº 147/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Tânia Maria de Lara Andrade - 848448/10 - A.I. 293/14, 848636/10 - A.I. 294/14, 848402/11 - A.I. 291/14, 848425/11 - A.I. 292/14

RELAÇÃO Nº 148/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Candido Francisco Fernandes - 848368/10 - A.I. 302/14, 848369/10 - A.I. 303/14
George Fabio de Lara Andrade - 848079/13 - A.I. 297/14
João Bosco Pereira Dantas - 848354/10 - A.I. 299/14
Mauricio Kelner Burgos - 848355/10 - A.I. 300/14
Paulo José de Carvalho Poli - 848453/10 - A.I. 301/14

RELAÇÃO Nº 151/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Votorantim Cimentos n ne s a - 848632/10 - A.I. 342/14, 848785/11 - A.I. 344/14

RELAÇÃO Nº 152/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
João Bosco Pereira Dantas - 848455/10 - A.I. 393/14, 848486/10 - A.I. 396/14, 848488/10 - A.I. 397/14
p j de Carvalho Poli - 848459/10 - A.I. 394/14
Souza Fernandes Consultoria Mineral e Ambiental Ltda - 848465/10 - A.I. 395/14

RELAÇÃO Nº 153/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
848.188/2010-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA- Alvará n°1.869/2011 - Cessionario:848.286/2013-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA- CPF ou CNPJ 03.987.329/0001-86

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 48/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
810.239/2007-ERWENTON CORREA
810.751/2008-CLAUDINO ANTONIO TRONCO
810.752/2008-CLAUDINO ANTONIO TRONCO
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
810.815/2008-IVAN RECK RAZZERA-OF. N°281
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.697/2006-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
810.757/2006-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
810.758/2006-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
810.763/2006-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
810.098/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5360/2011
810.099/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5361/2011
810.100/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5362/2011
810.101/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5363/2011
810.102/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5364/2011
810.103/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5365/2011
810.104/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5366/2011
810.105/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5367/2011
810.106/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5368/2011
810.107/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5369/2011
810.108/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5370/2011
810.109/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5371/2011
810.110/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5372/2011
810.111/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5373/2011
810.112/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5374/2011
810.113/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5375/2011
810.114/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5376/2011
810.115/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5377/2011
810.684/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°326/2012
810.686/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°327/2012
810.687/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°328/2012
810.692/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°329/2012
810.715/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°330/2012
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
811.117/2010-DINA OLIVEIRA POLETO- Alvará n°184/2011 - Cessionário: Alexandre José de Oliveira Poleto- CNPJ 04.789.455/001-99
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de requerer a lavra(338)
810.456/2007-LUIZ GABRIEL ZANETTE
810.459/2007-LUIZ GABRIEL ZANETTE
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.273/1986-SILVIO DOS SANTOS PINTO-OF. N°283
810.310/2007-PATRÍCIA PERES CORADINI-OF. N°343
810.142/2008-CARBONÍFERA CAPANÉ LTDA-OF. N°284
Fase de Licenciamento
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
810.472/2001-DAVID LUIZ KONRATH- Registro de Licença N°2056- Publicado no DOU de 01/02/2002
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.133/1986-JOINVILLE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°344
810.157/1986-JOINVILLE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°345
810.054/1999-ARO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°287
810.347/2002-CERAMICA SECCO LTDA-OF. N°288
810.098/2003-NELSON D. BAUER & CIA LTDA-OF. N°285
810.433/2003-BRITA OURO PRETO LTDA-OF. N°50
810.725/2004-SULBRITA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-OF. N°320
810.874/2009-CAHY CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA-OF. N°326
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.133/1986-JOINVILLE MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença N°:548/1986 - Vencimento em 12/03/2015
810.157/1986-JOINVILLE MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença N°:554/1986 - Vencimento em 12/03/2015
810.687/2002-MINERAÇÃO NIZOLI LTDA.- Registro de Licença N°:2543/2003 - Vencimento em 21/05/2016
810.098/2003-NELSON D. BAUER & CIA LTDA- Registro de Licença N°:2602/2003 - Vencimento em 29/07/2018
810.352/2006-M. G. DE O MUNIZ- Registro de Licença N°:270/2006 - Vencimento em 05/07/2018
811.075/2007-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA- Registro de Licença N°:238/2008 - Vencimento em 03/10/2014
810.319/2008-MARCUS V. PATEL & CIA LTDA- Registro de Licença N°:122/2008 - Vencimento em 22/04/2015
810.537/2009-TRANSPORTES COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE BASALTO PAGNONCELLI LTDA EPP- Registro de Licença N°:007/2010 - Vencimento em 28/04/2019
810.874/2009-CAHY CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA- Registro de Licença N°:154/2011 - Vencimento em 16/04/2019
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de licenciamento(750)
811.075/2007-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
810.071/2009-MARCIO DA SILVEIRA BARCELOS EIRELI-Granito-Registro de Licença N°039, DOU de 11/05/2009
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
810.741/2002-PEDREIRA GUERRA LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.330/2013-MOACIR FERREIRA ME-Registro de Licença N°117/2014 de 25/07/2014-Vencimento em 12/11/2016

SERGIO BIZARRO CEZAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 143/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Alfa Construtora e Serviços Ltda - 890044/13 - A.I. 176/14
Alvorada Empresa Padrão de Terraplanagem Ltda - 890820/13 - A.I. 202/14
Areal Bom Pastor Ltda - 890660/13 - A.I. 163/14
Atafona Pontal Serviços e Construções Ltda - 890449/12 - A.I. 185/14
Ceramica Colonial Ltda - 891019/13 - A.I. 201/14
Cerâmica Nogueira Junior LTDA. - 890661/13 - A.I. 162/14
Cimento Tupi S.A. - 890027/14 - A.I. 193/14, 890028/14 - A.I. 194/14
Domingos Gatto Nunes Comercio e Exploração de Mineral e Construção Civil - 891019/11 - A.I. 199/14
Elio Moreira da Cunha - 890982/13 - A.I. 177/14
Elite Mineração Ltda me - 890031/14 - A.I. 195/14
Empresa Brasileira de Agregados Minerais sa - 890628/12 - A.I. 204/14
H.j.ext Min de Areia Areola Ltda - 890693/13 - A.I. 189/14
Industria de Ceramica Gama e Silva - 890595/13 - A.I. 169/14
j c m Assessoria e Representacoes Ltda - 890677/13 - A.I. 190/14
Jair Rodrigues Pereira - 890859/13 - A.I. 178/14
José Lucas Machado Oliva - 890164/13 - A.I. 174/14
José Rodrigues Fernandes Filho me - 890888/13 - A.I. 203/14
Lcs Fulgêncio -me - 890324/13 - A.I. 173/14
Marco Aurelio da Costa Abade - 890601/13 - A.I. 164/14
Mario Silveira do Amaral - 890086/13 - A.I. 175/14
Martins & Crespo Indústria Ceramica Ltda - 890597/13 - A.I. 170/14
Moraes e Vidal Consultoria em Engenharia de Negócios LTDA. - 890665/13 - A.I. 165/14, 890663/13 - A.I. 166/14, 890741/13 - A.I. 167/14, 890746/13 - A.I. 180/14, 890745/13 - A.I. 181/14, 890744/13 - A.I. 182/14, 890743/13 - A.I. 183/14, 890742/13 - A.I. 184/14, 890666/13 - A.I. 191/14
Paulo Cesar Nunes de Lima - 890558/13 - A.I. 172/14
Purys Construção e Serviços Ltda - 890856/13 - A.I. 179/14
Ricardo Barreto Nolasco - 890002/14 - A.I. 192/14, 890003/14 - A.I. 186/14, 890011/14 - A.I. 187/14, 890004/14 - A.I. 188/14, 890010/14 - A.I. 197/14, 890009/14 - A.I. 196/14
Rodolfo Siqueira Nunes - 890014/13 - A.I. 168/14
Saibreira Recreio Serviços Agricolas LTDA. - 890596/13 - A.I. 171/14
Wladimir de Souza Bridges - 890483/13 - A.I. 200/14

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 64/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Tecnotelha Industrial Ltda - 878069/13 - A.I. 100/14

JOSÉ ANDRADE DE OLIVEIRA
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

PORTARIA Nº 11, DE 17 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 132, inciso VIII, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, que lhe foi delegada pela Portaria/MDA Nº 20/2009, e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos nas Portarias MDA nºs 5 e 6, publicada no DOU nº 23, Seção I, de 1º de fevereiro de 2013 e MEMO/Nº 09/2013-DT-CIRCULAR, de 03/07/2013.

Considerando a obtenção por meio de desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Palmeiral, com área de 1.532,0984 ha (Um mil, quinhentos e trinta e dois hectares, nove ares e oitenta e quatro centiares), localizado no município de Uruaçu, no Estado de Goiás, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, pelo ato do Decreto de 14/07/2010, cuja imissão na posse ocorreu em 02/07/2014, resolve:

Art. 1º. Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento JOSÉ VITOR DOS SANTOS, código SIPRA GO042900, com área de 1.532,0984 ha (Um mil, quinhentos e trinta e dois hectares, nove ares e oitenta e quatro centiares), localizado no município de Uruaçu, no Estado de Goiás e Licença Prévia concedida em 22/12/2009, com prazo de validade 5 (cinco) anos;

Art. 2º. Estabelecer a capacidade mínima do assentamento de 35 (Trinta e cinco) famílias, tendo em vista o Laudo Agronômico de Vistoria e Avaliação.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão do Estudo acerca da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel (ECGR) e Anteprojeto de Organização Espacial do assentamento.

Art. 4º. Determinar à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR-04)/F desta Superintendência Regional as seguintes providências:

a)Atualização Cadastral do imóvel no SNCR;

b)Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos;

Art. 5º. Determinar à Divisão de Obtenção de Terras (SR-04)/T desta Superintendência Regional as seguintes providências:

a)Apresentar, caso seja necessário, soluções técnicas viáveis (preventivas/corretivas/pontuais/educativas/legislativas) de recursos hídricos;

b)Realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de Uruaçu(GO), no prazo de 210 (Duzentos e dez) dias, para inclusão das famílias candidatas no CadÚnico para viabilizar o acesso às políticas municipais, estaduais e federais;

c)Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado;

Art. 6º. Determinar à Divisão de Desenvolvimento (SR-04)/D desta Superintendência Regional as seguintes providências:

a)Formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos [ou à concessionária elétrica], no prazo de 210 (duzentos e dez) dias;

b)Encaminhar às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação de beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias;

c)Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 270 (Duzentos e setenta) dias;

d)Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à Coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional [ou outra], no prazo de 300 (Trezentos) dias;

e)Formalizar parceria com a Prefeitura Municipal [ou outro] para a construção e recuperação das estradas vicinais que darão acesso ao Projeto de Assentamento, no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias;

f)Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 270 (duzentos e setenta) dias;

g)Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias;

h)Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas, no prazo de 540 (Quinhentos e quarenta) dias;

i)Encaminhar às secretarias municipais de saúde e de educação (ou a órgãos correspondentes do Governo Estadual) comunicado sobre a demanda para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada conforme procedimentos acordados com a Prefeitura (ou Governo Estadual) em 220 (Duzentos e vinte) dias;

Art. 7º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3º a 5º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

JORGE TADEU JATOBÁ CORREIA

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CNAS N.º 22, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 04 de Agosto de 2014, pagina 103, proceder à seguinte retificação:

Onde se lê:

Art. 1º o inciso II do art. 4º e § 4º do Art. 7º passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º.....

II- 2014, deverão ter assinado até 28 de novembro de 2014 o contrato, convênio ou termo de cooperação com as instituições habilitadas e credenciadas na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, referente a execução do CapacitaSUAS de 2013 e 2014.

Leia - sê:

Art. 1º o inciso II do art. 4º e § 4º do Art. 7º passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º.....

II- 2014, deverão ter assinado até 28 de novembro de 2014 o contrato, convênio ou termo de cooperação com as instituições habilitadas e credenciadas na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, referente a execução do CapacitaSUAS de 2012 ou 2013.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 124, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para densímetro de vidro para medição de massa específica de petróleo e seus derivados líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro n° 288/2012; e

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.018018/2014, com vistas à alteração da Portaria Inmetro/Dimel n° 288, de 10 de dezembro de 2013, resolve:

Autorizar, em caráter opcional, a utilização da etiqueta da área destinada ao cliente,no modelo L50,de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 125, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 115/98, e

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.001839/2014, resolve:

Autorizar novos planos de selagem para os modelos BRI 4100 e BRI 7000, de medidores de velocidade de veículos automotores, aprovados respectivamente pelas Portarias Inmetro/Dimel n° 194, de 18 de dezembro de 2001, e Inmetro/Dimel n° 223, de 18 de julho de 2011.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 126, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico, para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994, e

Considerando o constante do processo Inmetro 52600.042454/2013, resolve:

Aprovar a família de modelos ME, de instrumento de pesagem não automático, de equilíbrio automático, eletrônico, digital, classe de exatidão II, marca Mettler-Toledo, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 127, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro n° 236/1994; e

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.040807/2013, apresentado por Seca Precisão para Saúde Importação e Exportação Ltda., resolve:

Aprovar o modelo seca 336 tipo BIS03A, de instrumento de pesagem não automático, de equilíbrio automático, eletrônico, digital, classe de exatidão III, marca seca, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 128, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor mássico, tipo coriolis, para líquidos, com dispositivo eletrônico, aprovado pela Portaria Inmetro n° 113/1997; e

Considerando a solicitação constante do processo Inmetro nº 52600.020778/2013, com vistas à inclusão dos dispositivos indicadores modelos 3500, 3700, 700 e 800 na Portaria Inmetro/Dimel nº 98, de 14 de junho de 2006, que aprova os medidores de vazão mássica, tipo coriolis, para líquidos, da marca Micro Motion, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel n.º 98, de 14 de junho de 2006, de acordo com as condições especificadas na integra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 152, de 11 de agosto de 2014, Seção 1, página 70,

onde se lê: "CIRCULAR Nº 6, DE 8 DE AGOSTO DE 2014"; leia-se: "CIRCULAR Nº 46, DE 8 DE AGOSTO DE 2014";

onde se lê: "classificados no item 8528.21.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM"; leia-se "classificados no item 8518.21.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM".

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

PORTARIA Nº 103, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.000188/2014-14, de 19 de janeiro de 2014, e no processo MDIC nº 52001.000996/2014-51, de 01° de agosto de 2014, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa ICONNECT INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LIMITADA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 19.173.151/0001-70, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
MAX CONTTROL	MAX CONTTROL; MAX CONTTROL 1B; MAX CONTTROL 2B; MAX CONTTROL 2B CONTROLE
ITCELL	ITCELL; ITCELL MAX; ITCELL MAX CELLBRIDGE; ITCELL MAX RACK; ITCELL MAX RACK LIGHT; ITCELL MAX LIGHT; ITCELL MAX RACK SUPORTE; ITCELL MAX CELLBRIDGE; ITCELL MAX CELLBRIDGE RACK
BIOPASS	BIOPASS; BIOPASS - FRONT DESK UNIT; BIOPASS EBU UNIDADE BIOMÉTRICA PARA ELEVADOR STANS ALONE NEO METÁLICA; BIOPASS EBU UNIDADE BIOMÉTRICA PARA ELEVADOR STANS ALONE LUC; BIOPASS EBU UNIDADE BIOMÉTRICA PARA ELEVADOR STAND ALONE NEO CINZA
DATACALL	DATACALL; DATACALL - MODELO INT310; DATACALL - MODELO INT530; DATACALL - MODELO INT535; DATACALL - MODELO INT700; DATACALL FTP/CL; DATACALL FTP/SV; DATACALL IDC-SE; DATACALL IDC-
	ZE; DATACALL IDC-ZS; DATACALL LOCAL; DATACALL NET; DATACALL NET S/E FTP/CL; DATACALL NET S/E FTP/SV; DATACALL REMOTO; DATACALL RS232 WATCHDOG; DATACALL SECURITY; DATACALL
	TERMINAL COLETOR; DATACALL UATD; DATACALL CONVERSOR SERIAL PARALELO; DATACALL - CONVERSOR SERIAL PARALELO; DATACALL CONVERSOR 232-485; DATACALL 2 FTP/CL TCP-UDP-IN CONV.; DATACALL 2 FTP/SV TCP-UDP-IN CONV.; DATACALL
	FTP/CL TCP-UDP-IN CONV.; DATACALL FTP/SV TCP-UDP-IN CONV.; DATACALL NET E/E FTP/CL TCP-IN; DATACALL NET E/E FTP/SV TCP-IN; DATACALL NET E/E FTP/CL TCP-UDP-IN; DATACALL NET E/E FTP/SV TCP-UDP-IN; DATACALL NET E/E FTP/SV DHCP
IC BOX	IC BOX; IC BOX - IDENTIFICADOR BOX; IC BOX - IDENTIFICADOR BOX RAMAL;
STM	STM; STM LIGHT; STM NANO; STM M1; STM M2; STM M3; STM M4; STM M5; STM MOTO; STM VEÍCULO;
CONVERSOR SINAL DTMF/FSK	CONVERSOR SINAL DTMF/MFP PARA FSK; CONVERSOR SINAL DTMF/MFP PARA FSK RAMAL; CONVERSOR SINAL DTMF/MFP PARA FSK F1; CONVERSOR SINAL DTMF/MFP PARA FSK F2; CONVERSOR SINAL DTMF/MFP PARA FSK F3; CONVERSOR SINAL DTMF/MFP PARA FSK F4; CONVERSOR SINAL DTMF/MFP PARA FSK F5

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGIN\A GUIMARÃES DE MENEZES

PORTARIA Nº 104, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.002694/2014-30, de 02 de julho de 2014, e no processo MDIC nº 52001.000915/2014-12, de 18 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa DECIO INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 79.009.965/0001-03, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Gabinete metálico para Detector microprocessado de metais do tipo PORTAL(PÓRTICO)	GAB-PTL
Gabinete metálico do tipo porta giratória para utilização com Detector microprocessado de metais	GAB-PGT

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 24, de 20 de janeiro de 2012.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

PORTARIA Nº 105, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.002666/2014-12, de 01 de julho de 2014, e no processo MDIC nº 52001.000836/2014-10, de 01 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa PECCININ PORTÕES AUTOMÁTICOS INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 60.938.404/0001-52, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Controle remoto digital, por rádio-frequência (RF)	3C RECON; 3C PRETO; 3C PRETO S/BAT; 3C PRATA; 3C ROSA; 3C AMARELO; 3C AMARELO S/BAT; 3C AZUL; 3C AZUL S/BAT;
	3C LARANJA; 3C LARANJA S/BAT; 3C ROSA S/BAT; 3C VERDE; 3C VERDE S/BAT; 3C VERMELHO; 3C
	VERMELHO S/BAT; 3C PRATA S/BAT; EVO PRETO ONIX; EVO CINZA LUNAR; EVO VERMELHO VULCAO; EVO AMARELO
	BRASIL; EVO LARANJA LIMEIRA; EVO AZUL OCEANO; EVO VERDE AURORA; EVO ROSA TULIPA; INTI 2C PRETO (NICE XXBT092); INTI 2C
	AZUL (NICE XXBT089); INTI 2C AMARELO (NICE XXBT090); INTI 2C LILAS (NICE XXBT091); INTI 2C PRET (NICE XXBT092)-COMP.; INTI 2C AZUL
	(NICE XXBT089)-COMP.; INTI 2C AMAR.(NICE XXBT090)-COMP.; INTI 2C LILAS (NICE XXBT091)-COMP; SLIM PRETO - 25; SLIM PRATA - 25; SLIM
	VERMELHO - 25; SLIM AZUL - 25; SLIM AMARELO - 25; SLIM LARANJA - 25; SLIM
	VERDE - 25; SLIM ROSA - 25; SLIM RECON; TX CAR RECON; TX CAR; TX CAR EVO; WAY PRETO; WAY AMARELO; WAY AZUL; WAY ROSA; WAY
	VERMELHO; WAY VERDE; WAY PRATA; WAY LARANJA; WAY PRETO S/ BAT EXP; WAY AZUL S/ BAT EXP; WAY AMARELO S/ BAT EXP;
	WAY ROSA S/ BAT EXP; WAY VERMELHO S/ BAT EXP; WAY VERDE S/ BAT EXP; WAY PRATA S/ BAT EXP; WAY LARANJA S/ BAT EXP

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 297, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 12, Inciso III, e os termos do Parecer Técnico de Projeto n.º 74/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa G P DANTAS (CNPJ Nº 13.639.735/0001-01) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 74/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de PELÍCULA AUTO-ADESIVA DE PLÁSTICO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967, e legislação posterior.

Art. 2º FIXAR para o produto constante do Art. 1° desta Portaria os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PELÍCULA AUTO-ADESIVA DE PLÁSTICO	750,000	825,000	907,500

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 144, de 15 de maio de 2013;

II a aplicação de 3 % (três por cento) do faturamento líquido decorrente da comercialização do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria em atividades de pesquisa e desenvolvimento, na região Amazônica, em contrapartida pela dispensa da etapa de deposição da camada de adesivo nas películas, consoante o disposto no Art. 4° da Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 144/2013;

III o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V o cumprimento das exigências contidas na Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 614, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 03/06/2014 e 05/08/2014.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 03/06/2014 e 05/08/2014.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007, decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1- Processo: 58701.001618/2014-83
Proponente: Associação Barateiro de Futsal Clube
Título: Escolinha Barateiro Futsal
Registro: 02SC098792012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.836.803/0001-20
Cidade: Brusque UF: SC
Valor aprovado para captação: R$ 228.316,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5233 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 09204-5
Período de Captação até: 31/12/2015
2- Processo: 58701.001694/2014-99
Proponente: Associação Latina de Desenvolvimento Esportivo, Cultural e Ambiental
Título: Campeonato Internacional Juvenil de Tênis de Porto Alegre 2015
Registro: 02RJ034802008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.517.922/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 1.174.653,55
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 39089-5
Período de Captação até: 02/06/2015
3- Processo: 58701.001642/2014-12
Proponente: COOPER - Sociedade Cooperativa de Trabalho dos Atletas e Profissionais da Área do Esporte
Título: Night Run Twist
Registro: 02SC098792012
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 04.513.910/0001-29
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 4.375.502,74
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1531 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 20964-3
Período de Captação até: 31/12/2015
4- Processo: 58701.007620/2013-85
Proponente: Federação Paranaense e Catarinense de Golfe
Título: Circuito Paranaense e Catarinense de Golfe
Registro: 02PR007092007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 77.750.123/0001-74
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 461.090,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1243 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 65749-2
Período de Captação até: 21/02/2015
5- Processo: 58701.002028/2014-78
Proponente: Instituto da Criança e Juventude ICJ
Título: "Ultrapassando Obstáculos, Vencendo Limites"
Registro: 02DF135592014
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 02.573.947/0001-17
Cidade: Ceilândia UF: DF
Valor aprovado para captação: R$ 591.428,93
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2892 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 42608-3
Período de Captação até: 31/12/2015
6- Processo: 58701.001770/2014-66
Proponente: Instituto Brasileiro de Excelência no Esporte & Cultura
Título: Esporte Por Um Mundo Melhor II
Registro: 02MG120642013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 15.399.863/0001-50
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 2.604.140,76
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1632 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 54605-4
Período de Captação até: 31/12/2015
7- Processo: 58701.011511/2013-62
Proponente: União Jovem do Rincão
Título: Futsal Social 2015 - Educando Pelo Esporte
Registro: 02RS046922009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 90.834.029/0001-61
Cidade: Novo Hamburgo UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 811.044,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0611 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 32235-0
Período de Captação até: 31/12/2015

ANEXO II

1 - Processo: 58701.000418/2013-22
Proponente: Blumenau Voleibol Clube
Título: Bluvolei: Revelando Campeões na Vida e no Esporte
Valor aprovado para captação: R$ 606.755,90
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2307 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 211641-3
Período de Captação até: 31/12/2015

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 53, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 41, inciso III, Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014; e art. 1º, inciso III, do Anexo XII da Portaria MP nº 220, de 25 de junho de 2014 - Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União; nos termos dos arts. 538 e 553 da Lei nº Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro, e os elementos que integram o Processo nº 04926.001055/2013-89, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o imóvel da União, assim caracterizado: imóvel localizado em Vista Alegre, distrito de Realeza ou Rodovia BR 116, KM 593, Município e Comarca de Realeza, constante da gleba 4 (área antigo DNER), medindo 7.451,15 m² (sete mil, quatrocentos e cinquenta e um metros e quinze centímetros quadrados) de área, matriculado no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Manhuaçu/MG, sob o número 24.080, ficha 01 do Livro nº 2, , que assim se descreve e se caracteriza:Começando no ponto 34, situado junto ao muro de alvenaria no aliamento da faixa de domínio da rodovia BR 116, na divisa da área do projeto do loteamento, definido pelas coordenadas N=5010.0857 e E=4978.2413. Desse ponto, segue acompanhando o muro de alvenaria dividindo com a área do projeto de loteamento, com rumos e metros:21º15'16"NE 26,65 metros, ponto 33, 68º40'07"NW 6,20 metros, ponto 32, 21º19'52"NE 4,50 metros, ponto 31, 68º40'09"NW 3,20 metros, ponto 30. Deste ponto, deixa o muro de alvenaria e passa a seguir por divisa interna, dividindo ainda com área do projeto do loteamento, com rumos e metros: 7º57'52"NE 76,47 metros, ponto 29, 82º02'07"NW 16,00 metros, ponto 28, 7º57'52"NE 10,00 metros, ponto 27, 82º02'07"NW 13,00 metros, ponto 26, 7º57'52"NE 20,57 metros, ponto 25, 82º02'08"NW 10,00 metros, ponto 20. Aqui deixa a divisa da área do projeto de loteamento e continua por divisa interna, dividindo agora com a área verde 03 até a faixa de domínio da rodovia BR 116: 82º02'08"NW 11,16 metros, ponto 19, 14º21'41"SW 18,09 metros, ponto 18, 23º53'39"SW 98,16 metros, ponto 35, faixa de domínio da rodovia BR 116. Defletindo a esquerda, deixa a divisa da área verde 3 e a divisa é constituída pelo alinhamento da faixa de domínio da dita rodovia, sentido cidade de Caratinga a cidade de Muriaé, até o ponto 34 início desta descrição. Avaliado em R$ 994.190,17 (novecentos e noventa e quatro mil, cento e noventa reais e dezessete).

Art. 2º A presente doação destina-se especificamente à implantação do Câmpus Manhuaçu, para o Instituto exercer, no imóvel descrito no art. 1º, as suas atribuições legais na área de ensino.

§1º Fica o donatário obrigado a implementar o encargo mencionado no caput deste artigo no prazo de 1 (um) ano, contado da data de assinatura do Contrato de Doação com Encargo, autorizado por esta Portaria.

§2º Fica o donatário obrigado a manter no imóvel doado, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000.

§ 3º Fica o donatário obrigado a providenciar junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca competente, as averbações necessárias à regularidade do registro do imóvel.

§ 4º O encargo de que trata este artigo é permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se:

I - não for cumprida, a finalidade da doação;

II - cessarem as razões que justificaram a doação;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; ou

IV - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 3º Esta doação é feita com dispensa de licitação, em conformidade com o disposto no art. 17, inciso I, alínea "b", §§ 1º e 4º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 21, DE 6 DE MAIO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso III, da Portaria n.º 200, de 29/06/2010, da Secretaria do Patrimônio da União, publicada no D.O.U. em 30/06/2010, tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29/07/1999 e no art. 1º, inciso III, da Portaria nº 211, de 28/04/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e considerando o disposto no art. 11, § 2º, do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001, e os elementos que integram o Processo Administrativo nº 05014.000073/2003-17, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Cessão de Uso Gratuito, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, do imóvel de propriedade da União situado à Rua Raul Pompéia, esquina com a Rua Souza Caldas, nº 85, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco, registrado sob a matrícula nº 48.847, em 26/03/2014, no Cartório de Registro de Imóveis de Caruaru/PE.

Art. 2º - A presente autorização objetiva regularizar a ocupação do imóvel pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, visando atender à proposição do inventariante do extinto DNER, de acordo com o Decreto nº 4.128, de 13 de fevereiro de 2002, com a nova redação conferida pelo Decreto nº 4.234, de 15 de maio de 2002.

Parágrafo único - A cessão terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º - Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º - A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem ter direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO FERRARI LUCAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 43, DE 12 DE JUNHO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2°, da Portaria SPU n° 200 de 29 de julho de 2010 e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18, da Lei no 9.636 de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei n° 11.481 de 31 de maio de 2007, e o Decreto n° 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo n° 0768.038237/83-10, resolve:

Art. 1° - Autorizar a Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita, ao Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, do imóvel localizado na Rua Victor Meirelles, 59, cruzamento com a Rua Saldanha Marinho, Centro, Florianópolis/SC, registrado sob a Matrícula n° 24.179, fls. 01 do Livro 2-RG, do Cartório do 1° Ofício do Registro do Imóveis de Florianópolis/SC (RIP SPIUnet 8105.00241.500-4).

Art. 2° - A cessão a que se refere o art. 1° destina-se às instalações do Museu Victor Meirelles, já em funcionamento no local, podendo ser reformado e ampliado nos termos do Contrato de Cessão a ser assinado.

Art. 3° - O prazo de cessão será de vinte anos, contados da data da assinatura do Contrato de Cessão, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4° - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do Contrato de Cessão e da legislação pertinente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 5° - A implantação de quaisquer obras no referido imóvel fica condicionada ao cumprimento das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 6° - A cessão tomar-se-á nula, independentemente de ato especial, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2° desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita.

Art. 8° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA BEATRIZ RIZZIERI DE LUCA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 25, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, I, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, e tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e os elementos que integram o Processo nº 16034.000017/2014-13, resolve:

Art. 1º Aceitar a Doação, com encargo, que faz o Município de Tatuí/SP à União, com base na Lei Municipal nº 4.831, de 27 de janeiro de 2014, alterada pela Lei Municipal nº 4.858, de 30 de abril de 2014, de terreno urbano, sem benfeitorias, situado no município de Tatuí/SP, com as seguintes medidas e confrontações: terreno (área 1), avenida Virginio Montezzo Filho, esquina com a praça Carmem Miranda, loteamento Nova Tatuí, Município de Tatuí (SP), medindo 39,50m de frente para a referida avenida, mais 10,09m em curva para a praça Carmem Miranda; 26,00m do lado direito, de quem da avenida olha para o imóvel, da frente aos fundos, confrontando com o imóvel da matrícula nº 80.983; 21,90m do lado esquerdo, confrontando com o Sistema de Lazer; 45,09m nos fundos, confrontando com o imóvel da matrícula 80.985, perfazendo a área de 1.201,57 m2, imóvel este situado do lado par, distante 62,00m da viela Tita Pavanelli, cadastrado sob nº 0923.0234, matriculado sob nº 80.982 do Livro nº 2 - Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Tatuí/SP.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à construção da Agência da Receita Federal em Tatuí/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

PORTARIA Nº 26, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, I, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, e tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e os elementos que integram o Processo nº 15896.000001/2014-06, resolve:

Art. 1º Aceitar a Doação, com encargo, que faz o Município de Jaú/SP à União, com base na Lei Municipal nº 4.857, de 29 de novembro de 2013, alterada pelas Leis Municipais nº 4.869, de 10 de dezembro de 2013 e nº 4.918, de 12 de junho de 2014, de uma gleba de terras de formato irregular, destinada a Área Institucional, integrante do loteamento denominado Jardim Maria Luiza II, sem benfeitorias, localizada no município de Jaú/SP, com as seguintes medidas e confrontações: tem início no marco 11-F, cravado na lateral par da Rua Edgard Ferraz, e junto à divisa do Sistema de Lazer do loteamento Jardim Maria Luiza II (Mat. 72.533); daí, segue numa extensão de 37,71 metros, com o rumo magnético de 63º24'12" SE, confrontando com o sistema de Lazer do loteamento Jardim Maria Luiza II (mat. 72.533), até o marco 11-G, daí, deflete à direita e segue numa extensão de 22,24 metros, com o rumo magnético de 26º55'39" SW, confrontando com a Área Institucional do loteamento Jardim Maria Luiza II (Mat. 72.536), até o marco 11-H; daí, deflete à direita e segue 27,00 metros em curva, com raio de 38,47 metros, confrontando com a Área Institucional (Mat. 72.536), até o marco 11-I; daí, deflete à direita e segue numa extensão de 36,89 metros, com o rumo magnético de 70º55'21" SW, confrontando com a Área Institucional do loteamento Jardim Maria Luiza II (Mat. 72.536), até o marco 11-J; daí, deflete à direita e segue 2,37 metros em curva, com raio de 1,00 metro, confrontando com a Área Institucional (Mat. 72.536), até o marco 11-E, localizado na lateral par da Rua Edgard Ferraz; daí, deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua Edgard Ferraz, numa extensão de 72,38 metros, com o rumo magnético de 26º36'00" NE, até encontrar o marco 11-F, onde teve início, encerrando uma área de 2.059,76 m2, matriculada sob nº 72.535 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jaú/SP, cadastro municipal: 06 3 31 85 0365 000.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à construção da Agência da Receita Federal em Jaú/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DA DIRETORA

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação nº 005/2014. Processo nº 36/2014. Fundamento Legal: art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93. Valor: R$ 2.340,00. Contratado: ELOGROUP DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA LTDA., CNPJ nº 08.670.505/0001-75. Objeto: participação de dois empregados no 6º Seminário Internacional BPM Global Trends. Justificativa: Plano de Capacitação da Funpresp-Exe. Aprovado pelo Gerente de Patrimônio e Logística e Ratificado pela Diretora de Administração.

EUGÊNIA BOSSI FRAGA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 11 de agosto de 2014

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0392/2014 de 05/08/2014, 0396/2014 de 06/08/2014, 0397/2014 de 07/08/2014 e 0399/2014 de 08/08/2014, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46212009259201435 Empresa: CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO MANUEL BOTELHO HESPANHA Passaporte: L376688.

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46212007786201413 Empresa: ACADEMIA BRASILEIRA DE CANOAGEM - ABRACAN Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Raul Tamayo Hilario Passaporte: H333139, Processo: 46094005384201460 Empresa: ALB- ASSOCIACAO LIMEIRENSE DE BASQUETE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: CHRISTOPHER XAVIER HAYES Passaporte: 433206372, Processo: 46094005429201404 Empresa: SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: STEVEN ANTHONY TOYLOY Passaporte: A3371531, Processo: 46094005447201488 Empresa: ESPORTE CLUBE PINHEIROS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JOSEPH TROY SMITH Passaporte: 471057847, Processo: 46094005446201433 Empresa: ESPORTE CLUBE PINHEIROS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JASON ANTHONY SMITH Passaporte: 521420371.

Temporário - Com Contrato - RN 94 - Resolução Normativa, de 16/03/2011:

Processo: 47039007448201494 Empresa: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: VASILY ERMAKOV Passaporte: 725735322, Processo: 47039007554201478 Empresa: HOMEMONEY CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Diana Andreia Mendes da Silva e Cunha Passaporte: M945149.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039004141201431 Empresa: STRUNOR CONSTRUCOES DE FACHADAS E ESTRUTURAS, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TEODORO DAVID MATEOS ARJONA Passaporte: AAB167913, Processo: 47039006154201445 Empresa: BLOOMBERG DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GASPARD MARIE FRANÇOIS ALDO MONNOYER Passaporte: EK213721, Processo: 47039006699201451 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO GONZALES Passaporte: 483244457, Processo: 46215005288201406 Empresa: RIP COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW KEITH BEDDOES Passaporte: 110508410, Processo: 46094004609201461 Empresa: NISSAN TRADING DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: FLOR YAZMIN VARGAS GRESS Passaporte: G07412329, Processo: 46215011926201410 Empresa: CET BRAZIL TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUANQI CHEN Passaporte: PE 0115680, Processo: 47039004574201497 Empresa: EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO MASCARENHAS NUNES PANTALEÃO Passaporte: M074496, Processo: 46094004589201428 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKEHITO KITA Passaporte: TH8009057, Processo: 46094004675201431 Empresa: MAKITA DO BRASIL FERRAMENTAS ELETRICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHIGEHIRO TAKEUCHI Passaporte: TK2850821, Processo: 47039005232201494 Empresa: BODY STORE FRANCHISE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANNAMARIA KELLY Passaporte: LB0062039, Processo: 46094004610201495 Empresa: SUMITOMO INDUSTRIAS PESADAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: YOHSUKE KUSUMI Passaporte: TG6959512, Processo: 46094004641201446 Empresa: OGILVY & MATHER BRASIL COMUNICACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMILIO VALVERDE SEVILLA Passaporte: AAH700093, Processo: 47039005564201479 Empresa: SHINSUNG DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUNGHO AN Passaporte: M46755920, Processo: 46094004565201479 Empresa: REYGA & SARPEL DO BRASIL INSTALACOES E SERVICOS ELETRICOS LTDA - ME Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Alba Parra Iglesias Passaporte: AAH695122, Processo: 46094004597201474 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUJIN LEE Passaporte: M0 5.446.675, Processo: 46094004594201431 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YANGHUN JEONG Passaporte: M2 4.341.989, Processo: 46094004598201419 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KIHEON SEONG Passaporte: M5 0.012.028, Processo: 46094004575201412 Empresa: CONSTRUTORA ANDRADE ALMEIDA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE GREGORIO RODRIGUES FARIA Passaporte: L817091, Processo: 47039005662201414 Empresa: AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAYLOR BENJAMIN MOSS Passaporte: 511784884, Processo: 47039005685201411 Empresa: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REBECCA ALICE PARSONS Passaporte: 520903117, Processo: 46094003655201442 Empresa: FUNDACAO DE CIENCIA APLICACOES E TECNOLOGIA ESPACIAIS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SÉBASTIEN PIERRE BOILLAT Passaporte: X4633539, Processo: 46094004583201451 Empresa: MAGNA DO BRASIL PRODUTOS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: FERNANDO GUILLERMO LINDOW Passaporte: 16976916N, Processo: 46094004612201484 Empresa: BORGSTENA BRAZIL CONFECCAO TEXTIL, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA ISABEL CARDADEIRO SIMÃO Passaporte: M921411, Processo: 47039006112201412 Empresa: DAEMYOUNG BRASIL INSTALACOES ELETRICAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BYEONGGEUN YEOM Passaporte: M75664845, Processo: 47039006124201439 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALVARO ESTEBAN GARCIA Passaporte: AAD624995, Processo: 47039006158201423 Empresa: PROJENOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JACOBO PALLARES REY Passaporte: AAH386671, Processo: 47039006130201496 Empresa: HIGINO FABIANO AMARAL DE SOUZA CEVIC CONSTRUTORA - EIRELI - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI ALEXANDRE TOMAZ HENRIQUES Passaporte: H452855, Processo: 47039006166201470 Empresa: PROJENOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANGEL VARELA URES Passaporte: AAI390111, Processo: 47039006182201462 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN JOSE PALOMO CANTERO Passaporte: AF146181, Processo: 47039006170201438 Empresa: PROJENOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAUL VERDIA FARIÑA Passaporte: AAH484168, Processo: 47039006172201427 Empresa: PROJENOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE LUIS RAPOSO REGUEIRA Passaporte: AAI060109, Processo: 47039006201201451 Empresa: PROMOVALOR BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMADEU MANUEL MARTINS RAMOS Passaporte: L901776, Processo: 47039006205201439 Empresa: SETEC HIDROBRASILEIRA OBRAS E PROJETOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRUNO MICKAEL DE FREITAS Passaporte: 08CH09267, Processo: 47039006238201489 Empresa: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LORENYA JOSE RAVAGO OCQUE Passaporte: 090802403, Processo: 47039006428201404 Empresa: INVISTA FIBRAS E POLIMEROS BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAUL ANDRES GARCIA BONILLA Passaporte: CC80075714, Processo: 47039006439201486 Empresa: AUDI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL BERND KARG Passaporte: CCZ8TP37C, Processo: 47039006471201461 Empresa: MSX INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OSWALDO JOSE GALLEGOS FINOL Passaporte: 042055554, Processo: 47039006478201483 Empresa: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VERA LUCIA FERNANDES DA COSTA Passaporte: M043647, Processo: 47039006499201407 Empresa: INTERNATIONAL CHRISTIAN SCHOOL OF RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anysia Lenora Callis Passaporte: 425822731, Processo: 47039006509201404 Empresa: ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUCOES OCEANICAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KATRIN CZEKALLA Passaporte: COHGHVW5K, Processo: 47039006540201437 Empresa: DAEAH BRASIL PRESTADORA DE SERVICOS DE REVESTIMENTO REFRATARIO E ESFRIAMENTO DE ALTOS-FORNOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YEONGKUEN YUN Passaporte: JN0620701, Processo: 47039006548201401 Empresa: DAEAH BRASIL PRESTADORA DE SERVICOS DE REVESTIMENTO REFRATARIO E ESFRIAMENTO DE ALTOS-FORNOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KI HOON HONG Passaporte: M38492061, Processo: 47039006556201440 Empresa: PORTO5 INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAULO JORGE LEITE DA SILVA Passaporte: M640614, Processo: 47039006558201439 Empresa: SODECIA MINAS GERAIS INDUSTRIA DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMÉRICO MANUEL DIAS DE ALMEIDA Passaporte: M172018, Processo: 47039006560201416 Empresa: SUL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AMERICANA DE METAIS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YONGSHI JIN Passaporte: G46398869, Processo: 47039006656201476 Empresa: ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUCOES OCEANICAS S/A Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: KOICHI TANIGUCHI Passaporte: TH5287325, Processo: 47039006676201447 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SALVATORE PANEPINTO Passaporte: AA4117633, Processo: 47039006678201436 Empresa: IEWC BRASIL COMERCIO, DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE FIOS E CABOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Enrique Javier Madrigal Munoz Passaporte: 07190056705, Processo: 47039006698201415 Empresa: ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUCOES OCEANICAS S/A Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: HIROSHI MORITA Passaporte: TH8214072, Processo: 47039006704201426 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XAVIER DANIEL FRANÇOIS CARO Passaporte: 12AD31973, Processo: 47039006708201412 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN CARL WILLIS JR Passaporte: 422096035, Processo: 47039006714201461 Empresa: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HANS-JUERGEN STIEGLER Passaporte: CHO5N8XLW, Processo: 47039006716201451 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Peng Li Passaporte: G33554794, Processo: 47039006725201441 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIAN YANG Passaporte: G57776449, Processo: 47039006726201496 Empresa: MICHAIL PAVLOS PEZOPOULOS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDERLINA OSWA PUBLICO Passaporte: SS0461886, Processo: 47039006727201431 Empresa: DR. OETKER BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Moritz Alexander Kelm Passaporte: C7K3975XN, Processo: 47039006728201485 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZILONG WANG Passaporte: G38118616, Processo: 47039006733201498 Empresa: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JANAK BIMANKUMAR GHOSH Passaporte: 508501535, Processo: 47039006740201490 Empresa: DAS BRASIL SERVICOS DE MARKETING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: andrew christopher kneale connor Passaporte: 099240800, Processo: 47039006761201413 Empresa: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEFFREY ERIC ZINSMEISTER Passaporte: 222386560, Processo: 47039006766201438 Empresa: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KIRSTY LOUISE THOMSON Passaporte: N9769835, Processo: 47039006767201482 Empresa: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHAUN XIANLIANG LIM Passaporte: E3335073J, Processo: 47039006769201471 Empresa: FIDAS DO BRASIL TRANSPORTES LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: May-Sue Lufriu Lohuis Passaporte: H285945, Processo: 47039006776201473 Empresa: CITI BRASIL COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: COLM FRANCIS O´HERLIHY Passaporte: PT9452132, Processo: 47039006782201421 Empresa: TOSHIBA INFRAESTRUTURA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: FUTOSHI SOGABE Passaporte: MT1035354, Processo: 47039006783201475 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 9 Mês(es) Estrangeiro: MARIA ELENA SILVA MARQUEZ Passaporte: 080795487, Processo: 47039006784201410 Empresa: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KARL JOHAN FREDRIK MANKERT Passaporte: 81291497, Processo: 47039006785201464 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMIR BIN ZUBIR Passaporte: A28965152, Processo: 47039006790201477 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIELE CERIALI Passaporte: YA6373919, Processo: 47039006791201411 Empresa: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO SUAREZ PRIETO Passaporte: AAF643638, Processo: 47039006795201408 Empresa: ESCOLA INTERNACIONAL SAINT FRANCIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RYAN ALLAN WHITTLE Passaporte: 440434785, Processo: 47039006796201444 Empresa: ESCOLA INTERNACIONAL SAINT FRANCIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Timothy John Wilson Passaporte: 423582175, Processo: 47039006797201499 Empresa: S.P BRASIL CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGSOO KO Passaporte: M95193559, Processo: 47039006799201488 Empresa: NESTLE WATERS BRASIL - BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAMUEL PIERRE EMILE PETETIN Passaporte: 12AK53645, Processo: 47039006801201419 Empresa: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAURENT ARNAULT LABBE Passaporte: 10CH96745, Processo: 47039006802201463 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIRK FEDERER Passaporte: C7P044C4J, Processo: 47039006803201416 Empresa: LABORATORIOS PFIZER LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JACQUELINE DENISE SELL-NUNEZ Passaporte: 505912923, Processo: 47039006822201434 Empresa: SIMI BRASIL MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO PEDRO JARDIM VITAL Passaporte: N087257, Processo: 47039006831201425 Empresa: A.L.S. COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SONGYUN CHEN Passaporte: E09259422, Processo: 47039006832201470 Empresa: LIEBHERR AEROSPACE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AERONAUTICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EVGENII TERESHCHENKO Passaporte: 711203034, Processo: 47039006834201469 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDRZEJ ANDREW KACZMARSKI Passaporte: 452066622, Processo: 47039006836201458 Empresa: A.L.S. COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XINGHUA TENG Passaporte: E35943150, Processo: 47039006844201402 Empresa: TRIMBLE BRASIL SOLUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID JOVAL CLEUGH Passaporte: AAI690622, Processo: 47039006847201438 Empresa: IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE DEMETRIO LOPEZ LAGO Passaporte: AAC405652, Processo: 47039006850201451 Empresa: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ MANUEL MENDES LOURO Passaporte: L803640, Processo: 47039006862201486 Empresa: PAULA DE FREITAS BALLARIN SPINDLER Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Komariyah Passaporte: A3971216, Processo: 47039006864201475 Empresa: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOANNA VICTORIA GOODCHILD Passaporte: 522517049, Processo: 47039006866201464 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE LIONEL RAMIREZ CARDENAS Passaporte: E10145177, Processo: 47039006874201419 Empresa: ELBARAKA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELNAZ PARSA Passaporte: L29740240.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039006383201460 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MÁRIO BRUNO MONFORTE LAGE PÉROLA Passaporte: M218470, Processo: 47039006437201497 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIANMING FEI Passaporte: E06260627, Processo: 47039006739201465 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STÉPHANE LEVESQUE Passaporte: BA642821, Processo: 47039006855201484 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALDO LUCI Passaporte: YA5932431, Processo: 46094038056201369 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEIL JUNG Passaporte: M18066079, Processo: 46094038055201314 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAEHYEOP YU Passaporte: M07171061, Processo: 46094038051201336 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHULHO CHO Passaporte: M08145929, Processo: 46094038050201391 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGDOO KIM Passaporte: M01068566, Processo: 46094038052201381 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAEGYU PARK Passaporte: M02885373, Processo: 46094038054201370 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANGWOO LIM Passaporte: M13236328, Processo: 46094038053201325 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PARK KWANGYEOL Passaporte: M18076446, Processo: 46215031665201373 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONGYOOL HWANG Passaporte: M70540475, Processo: 46215031664201329 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYEONGCHEOL SEONG Passaporte: M64135287, Processo: 46215031661201395 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MINJAE KIM Passaporte: M87037433, Processo: 46215031663201384 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGMIN JO Passaporte: M90669507, Processo: 46215031662201330 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGCHUL JO Passaporte: M41685799, Processo: 46094002016201460 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHONG WANG Passaporte: E31183027, Processo: 47039005311201403 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARC DANIEL Passaporte: 13AB10761, Processo: 47039005382201406 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Giambattista Didonna Passaporte: F 724180, Processo: 46094004683201487 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ESA PAAVO NOUSIAINEN Passaporte: PF1642832, Processo: 47039005583201403 Empresa: PRUMO ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: João Rui Carneiro Nogueira Passaporte: M608001, Processo: 46094004724201435 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AURELIO NGUEMA MESAS Passaporte: AAG272872, Processo: 46094004682201432 Empresa: GEOMECANICA S A TECNOLOGIA DE SOLOS ROCHAS E MATERIAIS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AGOSTINHO DE ALMEIDA SANTOS Passaporte: L436077, Processo: 47039005849201418 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VITOR MANUEL TEIXEIRA Passaporte: M591859, Processo: 46094004725201480 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANGEL CUSTODIO ABAD GREGORIO Passaporte: AAC085613, Processo: 46094004726201424 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PASCUAL HERNANDEZ PUEYO Passaporte: AAI742174, Processo: 46094004727201479 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS VALINAS FIESTRAS Passaporte: AAE267355, Processo: 47039006078201478 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES MARTIN HOLLAND Passaporte: 488966450, Processo: 47039006080201447 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GEORGE JOHN VALLONE III Passaporte: 407044690, Processo: 46215014344201495 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUN JIANG Passaporte: E 06833414, Processo: 46215014343201441 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FUNING DONG Passaporte: E 32905552, Processo: 46215014342201404 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIN XU Passaporte: E 33766259, Processo: 46215014341201451 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YANDONG GUAN Passaporte: E 34490163, Processo: 46215014340201415 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HENGSHENG HUAN Passaporte: E 04263633, Processo: 46215014339201482 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YU XIN Passaporte: G 59942634, Processo: 47039006339201450 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NORBERT KLAUS RYBKA Passaporte: C77XT5P9R, Processo: 47039006358201486 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ruben Garcia Jimenez Passaporte: AAB631107, Processo: 47039006359201421 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jose Miguel Zatorre Molero Passaporte: AAD209734, Processo: 47039006362201444 Empresa: CELERANT BRASIL SERVICOS DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS HUMBERTO VESGA Passaporte: 048086349, Processo: 47039006372201480 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Juan Carlos Barrera Carrasco Passaporte: AAI878899, Processo: 47039006373201424 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Inmaculada Navascues Martinez Passaporte: BA183242, Processo: 47039006378201457 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jesus Pascual Zaldivar Passaporte: AAJ165982, Processo: 47039006380201426 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alberto Aroz Calvo Passaporte: AAI110383, Processo: 47039006384201412 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jesus Armando Mayor Martinez Passaporte: AAJ048205, Processo: 47039006389201437 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO RUBIO CASTAÑO Passaporte: AAC544456, Processo: 47039006392201451 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ONAR NERI URIBARRI ATELA Passaporte: AAG891532, Processo: 47039006398201428 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROHAN DEEPAK DUDHANE Passaporte: H0700892, Processo: 47039006403201401 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN PAUL JOSEPH DELCROIX Passaporte: 11CR85403, Processo: 47039006404201447 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sahnil Surana Passaporte: J9966569, Processo: 47039006405201491 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALLEN PRAKASH GILBERT Passaporte: H3976260, Processo: 47039006407201481 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN JOSEPH GOIFFON Passaporte: 135299233, Processo: 47039006414201482 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK ALEX CHABRIER Passaporte: 11AR38475, Processo: 47039006408201425 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PANKAJ CHANDRAKANT SHAH Passaporte: G2716518, Processo: 47039006409201470 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Parshuram Krishna Naik Passaporte: F4385765, Processo: 47039006410201402 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AMEY ARUN GADRE Passaporte: J9083098, Processo: 47039006412201493 Empresa: NIPPON BEE DO BRASIL TINTAS ESPECIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKAO WATABIKI Passaporte: TZ0841873, Processo: 47039006411201449 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Lumitaswa Meher Passaporte: H8896212, Processo: 47039006418201461 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Vivek Chhotubhai Patel Passaporte: F9095531, Processo: 47039006421201484 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sharief Chilakala Passaporte: K6433242, Processo: 47039006425201462 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Pramod Yadav Passaporte: L1250339, Processo: 47039006431201410 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUBEN PRUDENCIO POCOMUCHA Passaporte: 6345969, Processo: 47039006435201406 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR SULLCARAY TAIPE Passaporte: 6345971, Processo: 47039006436201442 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO HUACHO HUINCHO Passaporte: 6320079, Processo: 47039006448201477 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETER WICHERS Passaporte: C75YWR4TC, Processo: 47039006440201419 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Angus Macdonald Passaporte: 510070750, Processo: 47039006438201431 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NG CHYE SOON Passaporte: E3253919H, Processo: 47039006443201444 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Luke French Passaporte: 462263541, Processo: 47039006449201411 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHAN JUNKER Passaporte: C77Z1GC69, Processo: 47039006460201481 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIRK STEINAU Passaporte: CH87RC29P, Processo: 47039006468201448 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIORDANO NERI Passaporte: E 973637, Processo: 47039006472201414 Empresa: POSCO ENGE-

IMPRENSA NACIONAL - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO

NHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JINPYONG JUNG Passaporte: M01429895, Processo: 47039006476201494 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCO EVANGELISTA Passaporte: YA5867971, Processo: 47039006485201485 Empresa: LLOYD'S REGISTER SERVICOS DE INTEGRIDADE DE PERFURACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID GLEN MC KAY Passaporte: 305339046, Processo: 47039006495201411 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GEORG HEIDER Passaporte: C7670R1MP, Processo: 47039006496201465 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ULRICH NOEBEL Passaporte: 523786736, Processo: 47039006498201454 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HERBERT JAKOB KRIEGER Passaporte: C76F06T6M, Processo: 47039006500201495 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHANN PRALL Passaporte: C75MXFF49, Processo: 47039006501201430 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS BORGER Passaporte: C729FK3GC, Processo: 47039006502201484 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAYMOND SCHIEBENER Passaporte: C7C8TNVVX, Processo: 47039006504201473 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMED GHERIB Passaporte: C7P02YT29, Processo: 47039006505201418 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ACHIM STEINMETZ Passaporte: C35POXC00, Processo: 47039006506201462 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS BEEZ Passaporte: C76FV6LMH, Processo: 47039006525201499 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO MAESTRI Passaporte: D441507, Processo: 47039006542201426 Empresa: MOURIK & MCE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIAMPIERO LITTARRU Passaporte: YA6568098, Processo: 47039006539201411 Empresa: LLOYD'S REGISTER SERVICOS DE INTEGRIDADE DE PERFURACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHARLES DAVID ANDERSON Passaporte: 510996612, Processo: 47039006547201459 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCELA ANDREA VERA ESPINOZA Passaporte: 163067935, Processo: 47039006552201461 Empresa: ID DO BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIEN VALLE Passaporte: 13CE36003, Processo: 47039006559201483 Empresa: OES SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Stuart Anthony Ginger Passaporte: 099244512, Processo: 47039006579201454 Empresa: JDA SOLUTION DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JITENDER VASHISHT Passaporte: G3805121, Processo: 47039006580201489 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARNE FREDRIK RASMUSSEN Passaporte: 29468876, Processo: 47039006581201423 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: CARLOS ESPINOZA Passaporte: 28947210, Processo: 47039006582201478 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: CARLOS WASHINGTON CASTILLO SEGOVIA Passaporte: 26824336, Processo: 47039006583201412 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHNNY ARVIG CARLSEN Passaporte: 206279292, Processo: 47039006584201467 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SVEIN OLAV VAA Passaporte: 25924573, Processo: 47039006587201409 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: TROND REKEVIK Passaporte: 28909962, Processo: 47039006588201445 Empresa: VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alberto Francisco Lucero Passaporte: 464265470, Processo: 47039006606201499 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHOI DONGUK Passaporte: M56156394, Processo: 47039006608201488 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BIOH LEE Passaporte: M80061122, Processo: 47039006611201400 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PANKUN SERL Passaporte: M47452624, Processo: 47039006629201401 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGHUN LEE Passaporte: M88930386, Processo: 47039006633201461 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEE YONGBIN Passaporte: M64774399, Processo: 47039006642201452 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEON MYOUNGIL Passaporte: M30896590, Processo: 47039006657201411 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARKO PETKOVIC Passaporte: 011607850, Processo: 47039006658201465 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JARLE RUNE ANGELSHAUG Passaporte: 30394033, Processo: 47039006660201434 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN HINTERLEITNER Passaporte: P 7479313, Processo: 47039006665201467 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GEUNDONG PARK Passaporte: M21609987, Processo: 47039006667201456 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAEYOUNG JEONG Passaporte: M07372872, Processo: 47039006669201445 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNGGU SEO Passaporte: M34160932, Processo: 47039006670201470 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JINWOO JIN Passaporte: M55358713, Processo: 47039006672201469 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WHANG SOO CHANG Passaporte: M74949365, Processo: 47039006673201411 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Stephen Christopher Haughey Passaporte: 472311281, Processo: 47039006677201491 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDRZEJ PIOTR JANIKOWSKI Passaporte: ED7196659, Processo: 47039006675201401 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HERBERT JOSEF PUETZ Passaporte: C77J1WLM1, Processo: 47039006679201481 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUERGEN MATTHIAS GEBAUER Passaporte: C8FC2GVGR, Processo: 47039006682201402 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAI CHEE YOONG Passaporte: A31879258, Processo: 47039006680201413 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEE JONGHEE Passaporte: M61514864, Processo: 47039006681201450 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS MARTICKE Passaporte: C6GLZ7MCV, Processo: 47039006683201449 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANMIN PARK Passaporte: M39762637, Processo: 47039006684201493 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGTAE CHOI Passaporte: M13008555, Processo: 47039006687201427 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMWOO HEO Passaporte: M61269492, Processo: 47039006689201416 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BAK SEONGJIN Passaporte: M39921205, Processo: 47039006690201441 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEUNGCHUL YOON Passaporte: M39239745, Processo: 47039006694201429 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEONGHO BAE Passaporte: M78197449, Processo: 47039006696201418 Empresa: AUT SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GERALD FREDRICK STAUFFER Passaporte: 401479353, Processo: 47039006710201483 Empresa: KOMATSU FOREST INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS FLORESTAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS RUSSELL MALLEY Passaporte: 421451857, Processo: 47039006713201417 Empresa: C & D BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yoshiaki Araki Passaporte: TZ0715631, Processo: 47039006712201472 Empresa: KOMATSU FOREST INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS FLORESTAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RONALD JAMES EARL Passaporte: 430612031, Processo: 47039006717201403 Empresa: KOMATSU FOREST INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS FLORESTAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDDY ELSWORTH HAWLEY Passaporte: 077652939, Processo: 47039006724201405 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SILVIO LICITRA Passaporte: AA2994809, Processo: 47039006734201432 Empresa: I M S DO BRASIL SUPORTE E ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VIKTOR WACKER Passaporte: C71HP4VFG, Processo: 47039006762201450 Empresa: MOURIK & MCE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDRÉ KAISER Passaporte: C3PM3ZX8V, Processo: 47039006765201493 Empresa: MOURIK & MCE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO BERNARDO CARLOS PEREZ Passaporte: BUDC3BP96, Processo: 47039006768201427 Empresa: MOURIK & MCE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUIDO BERTE Passaporte: 268734001, Processo: 47039006772201495 Empresa: MOURIK & MCE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL EVERS Passaporte: BD2J535P9, Processo: 47039006774201484 Empresa: MOURIK & MCE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RODNEY HUMBERTO PORFIRIO MARCHA Passaporte: NRR5B1L76, Processo: 47039006778201462 Empresa: MOURIK & MCE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS PACKMOHR Passaporte: CONK7LWZ1, Processo: 47039006787201453 Empresa: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDRES FELIPE VALENCIA COLLAZOS Passaporte: PE078794, Processo: 47039006788201406 Empresa: FAMAVAL EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOMINGOS ANTÓNIO DA SILVA FERNANDES Passaporte: M497209, Processo: 47039006807201496 Empresa: MIRAMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALVARO MANUEL ALVES AFONSO DA ROCHA Passaporte: N166074, Processo: 47039006809201485 Empresa: MIRAMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HELDER FILIPE DE ALMEIDA PERES Passaporte: N157216, Processo: 47039006812201407 Empresa: MIRAMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JOSÉ MANUEL DE BARROS RIBEIRO Passaporte: N166604, Processo: 47039006815201432 Empresa: MIRAMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ MARIA FERNANDES FREIRIA Passaporte: L870224, Processo: 47039006842201413 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: FREDRIK UNNESTAD Passaporte: 26272918, Processo: 47039006867201417 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CRESCENZO SORGENTE Passaporte: YA6189781.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46215015378201405 Empresa: TARANTO PRODUCOES ARTISTICAS - ME Prazo: 1 Mês(es) Estrangeiro: Maria Jose Alves Monteiro Raposo de Lima Passaporte: R457760, Processo: 47039007920201499 Empresa: BARRAVENTO PRODUCOES ARTISTICAS E MUSICAIS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: HAROLD LOPEZ-NUSSA TORRES Passaporte: I105273, Processo: 46094005426201462 Empresa: B. G. PROMOCOES CULTURAIS LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARCEL HEINZ KASKELINE Passaporte: 250053999, Processo: 46094005428201451 Empresa: B. G. PROMOCOES CULTURAIS LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GABRIELE FRAUENDORF Passaporte: C84F5VZZ, Processo: 46094005427201415 Empresa: B. G. PROMOCOES CULTURAIS LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: STEFANO ROVEDA Passaporte: YA2204587, Processo: 46094005432201410 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: ANDRÉ DOS SANTOS RUIVO MESQUITA Passaporte: R628491, Processo: 46094005433201464 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: Annemarie Suzanne Kremer Passaporte: NND34K158, Processo: 46094005472201461 Empresa: LUIS HENRIQUE DALTROZO ALVES PRODUCOES ARTISTICAS - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAVIER IGNACIO DROLAS Passaporte: 22706991N, Processo: 47039007919201464 Empresa: BARRAVENTO PRODUCOES ARTISTICAS E MUSICAIS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JULIO CESAR GONZALEZ OCHOA Passaporte: B745566, Processo: 47039007918201410 Empresa: BARRAVENTO PRODUCOES ARTISTICAS E MUSICAIS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MAYQUEL GONZÁLEZ GONZÁLEZ Passaporte: I093566, Processo: 47039007917201475 Empresa: BARRAVENTO PRODUCOES ARTISTICAS E MUSICAIS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RUY ADRIAN LOPEZ-NUSSA TORRES Passaporte: H131422, Processo: 47039007916201421 Empresa: BARRAVENTO PRODUCOES ARTISTICAS E MUSICAIS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: YOANA GRASS RECIO Passaporte: B637525, Processo: 47039007833201431 Empresa: BRASUCA PRODUCOES ARTISTICAS CULTURAIS E DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EMMANUEL ANGE ROMAIN JOLIVET Passaporte: 14AI93734 Estrangeiro: FERNANDO TADDEO Passaporte: YA4163057 Estrangeiro: FREDRIC ALONZO WESLEY Passaporte: 477250802 Estrangeiro: JOYA LYNNE WESLEY Passaporte: 420353710 Estrangeiro: LEONARDO CORRADI Passaporte: YA1055398 Estrangeiro: MAURIZIO DELLA FORTUNA Passaporte: YA3535812, Processo: 47039007834201486 Empresa: AGENCIA ALAVANCA PRODUCOES EDITORIAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ABDISSA ASSEFA Passaporte: PN6169389 Estrangeiro: FREDRIK AXEL BOËTHIUS Passaporte: PA3620077 Estrangeiro: KLAUS MIKAEL JAKOBSSON Passaporte: PA7712420 Estrangeiro: TEEMU EEMELI AKERBLOM Passaporte: PD3023103 Estrangeiro: TIMO OLAVI LASSY Passaporte: PG6328185 Estrangeiro: VILLE JOHANNES PYNSSI Passaporte: PW5692201, Processo: 47039007843201477 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RACHEL BARTON PINE Passaporte: 482558058, Processo: 47039007846201419 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EDMON COLOMER SOLER Passaporte: AC994418, Processo: 47039007844201411 Empresa: INSTITUTO PENSARTE Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCESCO LA VECCHIA Passaporte: YA5106542, Processo: 47039007961201485 Empresa: OVERLOAD EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: INDRIA SARAY Passaporte: 14CR23241 Estrangeiro: JAMES MATHEOS Passaporte: 222689232 Estrangeiro: JEAN DEFLANDRE Passaporte: 14AL18248 Estrangeiro: JOSEPH JOHN VERA Passaporte: 459938881 Estrangeiro: KATHRINE ELIZABETH SHEPARD Passaporte: 28041706 Estrangeiro: MICHAEL JOHN ABDOW Passaporte: 482869051 Estrangeiro: PIERRE LIVINGSTON CORSON Passaporte: 11AI55814 Estrangeiro: RAYMOND JOEL BALDERRAMA Passaporte: 466705782 Estrangeiro: ROBERT ALAN JARZOMBEK Passaporte: 460034870 Estrangeiro: STÉPHANE AZAM Passaporte: 09PR71301 Estrangeiro: STÉPHANE HUGUES NORBERT PAUT Passaporte: 14CR10592, Processo: 47039007882201474 Empresa: LIBERATION MUSIC COMPANY PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AARON GREGORY PATRICK Passaporte: 453989789 Estrangeiro: CHRISTOPHER CHARLES BEATTIE Passaporte: 488303928 Estrangeiro: CHRISTOPHER LAWRENCE TOWNING Passaporte: 431593347 Estrangeiro: DANIEL HERRERA Passaporte: 488163717 Estrangeiro: FRANK RICHARD NOVINEC Passaporte: 488170208 Estrangeiro: JAMES VINCENT SHANAHAN JR Passaporte: 039678771 Estrangeiro: MARK PETER GREENWAY Passaporte: 505423215 Estrangeiro: MATTHEW PETER BYRNE Passaporte: 501885786 Estrangeiro: MITCHELL HARRIS Passaporte: 488281573 Estrangeiro: SHANE THOMAS EMBURY Passaporte: 099200572 Estrangeiro: SIMON PAUL EFEMEY Passaporte: 3095582344 Estrangeiro: WAYNE STEVEN LOZINAK JR Passaporte: 483070651, Processo: 47039007894201407 Empresa: FELIPE FRANCA GONZALEZ PRODUCOES ARTISTICAS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALBERT SELLES RULLO Passaporte: AAA133082 Estrangeiro: ANDRES GONZALEZ GARCIA Passaporte: XDA926039 Estrangeiro: ESTEBAN MARTINEZ GIMENEZ Passaporte: AF273555 Estrangeiro: MARIA DEL MAR NICOLAS GISBERT Passaporte: AD338630 Estrangeiro: MARIA THORSON BOFARULL Passaporte: AAE743990 Estrangeiro: TULLIS JOHN RENNIE Passaporte: 507339856 Estrangeiro: VICENÇ VIAPLANA VENTURA Passaporte: AAG823628 Estrangeiro: XAVIER MARTINEZ VICENTE Passaporte: AAD604899, Processo: 47039007901201462 Empresa: FELIPE FRANCA GONZALEZ PRODUCOES ARTISTICAS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTONY ROY Passaporte: QH326982 Estrangeiro: BRUNO GAGNON Passaporte: BA392693 Estrangeiro: CHRISTOPHE HAMEL Passaporte: BA392375 Estrangeiro: FRANCIS JULIEN Passaporte: BA392749 Estrangeiro: HUGO OUELLET-CÔTÉ Passaporte: GC975135 Estrangeiro: JADE DUSSAULT Passaporte: BA392646 Estrangeiro: JÉRÉMIE ARSENAULT Passaporte: BA391436, Processo: 47039007905201441 Empresa: HANGAR 110

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MUSICA E CULTURA LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN EDWIN MC ALHANEY Passaporte: 078366659 Estrangeiro: DEON LEN REXROAT Passaporte: 518148695 Estrangeiro: JOSEPH MC KINLEY MILLIGAN Passaporte: 467501365 Estrangeiro: NATHAN RUSSELL YOUNG Passaporte: 518148694 Estrangeiro: SARAH LANGLEY SHIELDS Passaporte: 461619262 Estrangeiro: STEVEN CHRISTIAN ARNOLD Passaporte: 444617641, Processo: 47039007921201433 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HÉLÈNE ROSE PAULE GRIMAUD Passaporte: 13AI41134, Processo: 47039007957201417 Empresa: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SAM STEVENS Passaporte: 465569100, Processo: 47039007958201461 Empresa: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOEL DAVID ROBERT MCNALLY Passaporte: 506031924, Processo: 47039007959201414 Empresa: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER EDWARD BOWYER Passaporte: 112250023, Processo: 47039007960201431 Empresa: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES ANTHONY MORE Passaporte: 462969257, Processo: 47039007975201407 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DIANA LIGETI ép. PAOLETTI Passaporte: 12CE80600, Processo: 47039008116201427 Empresa: DIRECAO CULTURA PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 1 Mês(es) Estrangeiro: KARL MARTIN Passaporte: X0204074, Processo: 47039008123201429 Empresa: 78 ROTACOES PRODUCOES E EVENTOS CULTURAIS LTDA - ME Prazo: 7 Dia(s) Estrangeiro: ALDINA MARIA MIGUEL DUARTE Passaporte: N130831 Estrangeiro: ALFREDO CARLOS LEAL DE ALMEIDA Passaporte: L481210 Estrangeiro: PAULO MANUEL PEREIRA COSTA Passaporte: H559177 Estrangeiro: ROGERIO OSCAR GOMES FERREIRA Passaporte: N176109, Processo: 47039008124201473 Empresa: CHARLENE MIWA NAGAE Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Alice Charlotte Marjolaine Mei Passaporte: 12CR56008, Processo: 47039008125201418 Empresa: CHARLENE MIWA NAGAE Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Thomas Bruno Blacharz Passaporte: 10CR48713, Processo: 47039008127201415 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIIL AUNER Passaporte: P5806065, Processo: 47039008175201403 Empresa: FABIO ROBERTO ELIAS PRODUCOES ARTISTICAS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANALI DAHM MUÑOZ Passaporte: P04099089 Estrangeiro: JENNY CECILIA ROMERO QUERO Passaporte: P06745706 Estrangeiro: JOSÉ TOMÁS GONZÁLEZ JANSANA Passaporte: 103547733 Estrangeiro: LUIS NICOLÁS PAVEZ FAÚNDEZ Passaporte: P03882204 Estrangeiro: TRINIDAD DEL ROSARIO GONZÁLEZ JANSANA Passaporte: P04667462.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 47039007811201471 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN DAYRIT MICLAT Passaporte: EB6504254 Estrangeiro: JONATHAN FERNANDES Passaporte: F 3286822 Estrangeiro: JOSEPH NABING INSIGNE Passaporte: EB0031637 Estrangeiro: JOVAN ESCUETA LUGTU Passaporte: EC0156603 Estrangeiro: JUSTIN ABRAHAM ABRAHAM Passaporte: K 6984490 Estrangeiro: KAMEL BEN MASSAOUD Passaporte: T970551 Estrangeiro: LEONEL MOLDES ARIZA Passaporte: EB9805453 Estrangeiro: LESTER ROY DUCKETT Passaporte: A3281174 Estrangeiro: LOUIE JOHN CRUZ PANGAN Passaporte: EB9544896 Estrangeiro: PAOLA ORIENTE Passaporte: WG775105, Processo: 47039007907201430 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AGNELO GOES Passaporte: G 2539148 Estrangeiro: AGUS MAHENDRANATHA Passaporte: A 3264527 Estrangeiro: ALBERT MANONGSONG PANGANIBAN Passaporte: EB4597545 Estrangeiro: ALEXANDER BUSTRILLO BERSANO Passaporte: EB6021901 Estrangeiro: ALEXANDRU STEFAN GHERHES Passaporte: 052299557 Estrangeiro: ANDELOM MARIGOMEN ORJALEZA Passaporte: EB7399047 Estrangeiro: ANTONIO JR. PEREZ BONTO Passaporte: EB7885604 Estrangeiro: BRYAN TIMBRE TALEON Passaporte: EB6454156 Estrangeiro: DADANG Passaporte: U 905912 Estrangeiro: DAVID GARCIA CARAZO GARCIA Passaporte: BB188844 Estrangeiro: DAVY JONES MANGANIP MADRIAGA Passaporte: EB6163043 Estrangeiro: DAWN NIÑO GEM BEDIONES BULLOZO Passaporte: EB8268415 Estrangeiro: DEWA PUTU SUTRISNA Passaporte: A 2060048 Estrangeiro: DOMNIC FERNANDES Passaporte: G 0539314 Estrangeiro: EDWARD SANTIAGO RAMIREZ Passaporte: EB0737384 Estrangeiro: ELVIS ISIDOR ANTAO Passaporte: G 6772324 Estrangeiro: ERWAN SETIAWAN Passaporte: A 6218356 Estrangeiro: ESECKIYEL VINOTH JESUDASS Passaporte: K 7219474 Estrangeiro: FAJAR SIDIQ Passaporte: A 1344020 Estrangeiro: FREDONIL ALFARO MASANGKAY Passaporte: EB7148594 Estrangeiro: GILBERT SABIDA DE LA CRUZ Passaporte: EB2938936 Estrangeiro: HACKEL PONCE GARCIA Passaporte: EC1040110 Estrangeiro: HAFID Passaporte: V 391241 Estrangeiro: HALILI Passaporte: A 4965370 Estrangeiro: I KADE AGUS SUCIARTA Passaporte: A 0011202 Estrangeiro: I KADEK DEDI KURNIAWAN Passaporte: A 1921367 Estrangeiro: I KETUT BUDIANA Passaporte: V 318239 Estrangeiro: I KETUT SUGIANA Passaporte: A 1649490 Estrangeiro: I KOMANG ARTA NADI Passaporte: A 5056536 Estrangeiro: I MADE AGUS LANANG ARTAWAN Passaporte: A 0154467 Estrangeiro: I MADE SUMARTANA Passaporte: A 0154133 Estrangeiro: I MADE SUMERTA KEMBAR Passaporte: A 1922174 Estrangeiro: I NYOMAN ARIYANA Passaporte: A 0154496 Estrangeiro: I NYOMAN HERMAN Passaporte: A 0489368 Estrangeiro: I PUTU EDY SATRIAWAN Passaporte: W 112427 Estrangeiro: I WAYAN SATIA GRAHA Passaporte: A 3264478 Estrangeiro: I WAYAN SUDIANA Passaporte: A 5051797 Estrangeiro: I WAYAN WIDANA Passaporte: A 6053725 Estrangeiro: JAIME JR. LLAGAS ALFARO Passaporte: EB6694090 Estrangeiro: JEFFERSON MANUEL VERGARA Passaporte: EB5386293 Estrangeiro: JERALYN BALDO ABAPO Passaporte: EB4821064 Estrangeiro: JEROME CORTUNA MAPALO Passaporte: EB2180866 Estrangeiro: JESSIE AUNZO GASULAS Passaporte: EB0397549 Estrangeiro: JESSRIEL PACULBA GATON Passaporte: EC1038283 Estrangeiro: JOCELYN AGERO PAJARES Passaporte: EB6470605 Estrangeiro: JOHN JAIRO ZAMORA BEDOYA Passaporte: AO503216 Estrangeiro: JOHN OLITO MENDES Passaporte: J 1113372 Estrangeiro: JONATHAN VERTUDES CASTILLO Passaporte: EB3134117 Estrangeiro: JOSE JR FORTICH DEL ROSARIO Passaporte: EB0933324 Estrangeiro: JOSEPH CLINTON KATTIKATTU ROBERT Passaporte: H 1358065 Estrangeiro: JOSIP VUKOREPA Passaporte: 234738374 Estrangeiro: JUAN BASO MARASIGAN MATIBAG Passaporte: EC0582114 Estrangeiro: JUSTINA BEATRIZ NARVAEZ GUEVARA Passaporte: 6152909 Estrangeiro: KETUT INTARANA Passaporte: A 4498519 Estrangeiro: KETUT MAHARTA Passaporte: A 4503847 Estrangeiro: KETUT SOMA ARDIASA Passaporte: A 6752994 Estrangeiro: LAUREANO JR. GRACE CANTOR Passaporte: EC0701914 Estrangeiro: LEO SISON QUIOCHO Passaporte: EB2973164 Estrangeiro: MARC ANDREW MENDOZA GAJO Passaporte: EB2367022 Estrangeiro: MARINA ATANASOVSKA KOCEVA Passaporte: B0454027 Estrangeiro: MARIUS GENCIANEO CEREZO Passaporte: EB0210592 Estrangeiro: MARLON DE VERA TULAUAN Passaporte: EB1126776 Estrangeiro: MENNAWA Passaporte: A 3885478 Estrangeiro: MICHAEL JOHN EDIANEL COSTAS Passaporte: EB3069039 Estrangeiro: MOHAMAD DAPIK Passaporte: A 2660096 Estrangeiro: MOHAMAD DJUFRI Passaporte: A 5708764 Estrangeiro: MOIJES DSOUZA Passaporte: J 4189021 Estrangeiro: MUHAMAD LUQMAN NURDIN Passaporte: A 4966784 Estrangeiro: MUHAMMAD ABRAR Passaporte: A 7995491 Estrangeiro: MUHAMMAD SLAMET Passaporte: A 7218331 Estrangeiro: MUSAFFAK Passaporte: A 3582213 Estrangeiro: MUSTAUFIK MANGNGAWING Passaporte: A 4670045 Estrangeiro: NASRUN Passaporte: A 7762075 Estrangeiro: NELIA RIBERTA GAM Passaporte: EB0081610 Estrangeiro: NELLY JOHANNA PEREZ VASQUEZ Passaporte: CC 52840472 Estrangeiro: NERIE LEE BACTAD ANTONIO Passaporte: EB5468870 Estrangeiro: NGURAH PUTU SUDIARTAWA Passaporte: A 4138509 Estrangeiro: NISHAL GANESH CUMBARJUENCAR Passaporte: L 4848553 Estrangeiro: PANKAJ MANSING SHINDE Passaporte: G 3954246 Estrangeiro: PAULINA CARLOTTA PASSI ALVARADO Passaporte: 13.851.487-0 Estrangeiro: PINON AROQUIARADJOU PINON ANTOINE Passaporte: J 3720223 Estrangeiro: PUTU SUGIARTA Passaporte: A 3429483 Estrangeiro: RAMEL SERRANO SANTOLUMA Passaporte: EB5352704 Estrangeiro: RAYMOND ALCARAZ GEÑEBLA Passaporte: EB1029277 Estrangeiro: REBECA GRISELDA OYOLA Passaporte: AAA529434 Estrangeiro: REJINEL ALINSUB MONDALO Passaporte: EB3952589 Estrangeiro: RICARDO ESTIPONA DANCALAN Passaporte: EC1153571 Estrangeiro: RICHARD LACUESTA BERNARDO Passaporte: EB3009421 Estrangeiro: ROLANDO CAYABYAB CANO Passaporte: EB8769003 Estrangeiro: SAFARI Passaporte: A 3581494 Estrangeiro: SANIEL CATAPANG MERON Passaporte: EB4025159 Estrangeiro: SARONI Passaporte: U 906778 Estrangeiro: SHIVA KUMAR JELLA Passaporte: H 3614155 Estrangeiro: STEPHEN DCOSTA Passaporte: H 9000715 Estrangeiro: SUDESH TOGARU Passaporte: F 3939652 Estrangeiro: SURIADI BUDIMAN Passaporte: A 1452562 Estrangeiro: SYAMSUDDIN JUHE Passaporte: A 2630513 Estrangeiro: VAN CHINH PHAM Passaporte: BA818599 Estrangeiro: YASFUL AKBAR Passaporte: A 3308232 Estrangeiro: ZAMARY YENIRE RICHIUSA Passaporte: AA0830576.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094004777201456 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN MURRAY Passaporte: 099086443, Processo: 46094004977201417 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 11/12/2014 Estrangeiro: PREDRAG SOVRAN Passaporte: B69NP8241, Processo: 46215015714201410 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICO CUEVAS BOQUILON Passaporte: EB4612981, Processo: 46094004931201490 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAURICE NOEL O`MAHONY Passaporte: LB0087496, Processo: 46094004932201434 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKLAS KRUMMELBEIN MORTENSEN Passaporte: 206571993, Processo: 46094004933201489 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENT THOMSEN Passaporte: 207170636, Processo: 46094005035201448 Empresa: REBRAS - REBOCADORES DO BRASIL S/A Prazo: até 01/12/2015 Estrangeiro: ALEXANDER MYTOV Passaporte: C1TY119N6, Processo: 46094005038201481 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ISAGANI AGUIRRE TUMAMBING Passaporte: EB8856140 Estrangeiro: JULIUS DAYOT PANES Passaporte: EB9107122, Processo: 47041003334201426 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 17/02/2016 Estrangeiro: Alexey Skripchenko Passaporte: 722753668, Processo: 47041003333201481 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 17/02/2016 Estrangeiro: Eduard Idrisov Passaporte: 723940483, Processo: 46094005030201415 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HENRIK BAEK CARSTENSEN Passaporte: 200268807, Processo: 46094005033201459 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHANNES SCHOL Passaporte: NY27LB8P9 Estrangeiro: RENÉ MARIA FRÉREJEAN Passaporte: NP1742DR2, Processo: 46094005168201414 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL HOEGSBERG Passaporte: 207544320, Processo: 46094005170201493 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JÁKUP POULSEN LJÓSSTEIN Passaporte: 204706313, Processo: 46094005171201438 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARS MEULENGRACHT Passaporte: 203434746, Processo: 46094005162201447 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: RICARDO JOSÉ MELO DE SOUSA Passaporte: L896956, Processo: 46094005161201401 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: VIRGILIO FLORES CARRILLO Passaporte: 1789134, Processo: 46094005163201491 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DARYL LAWSON Passaporte: 111844362, Processo: 46094005225201465 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: CRAIG WILLIAM JOHNSTON Passaporte: 402373589, Processo: 46094005176201461 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/02/2015 Estrangeiro: ADRIAAN BAKKER Passaporte: NWR55D4D4 Estrangeiro: ANDRE PAULUS HAMSTRA Passaporte: NMHC9K115 Estrangeiro: ANNA ELIZABETH ANNELIEKE VAN DER SWALUW JANSEN Passaporte: NY06R3K38 Estrangeiro: BASTIAAN DROOG Passaporte: NY584P425 Estrangeiro: DANIEL VAN DIJK Passaporte: NU2P3RFJ6 Estrangeiro: MARK ALBERT KOSTER Passaporte: BX7HK0772 Estrangeiro: TEUN JOHAN PLANTEIJDT Passaporte: NU64JR452, Processo: 46094005175201416 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/02/2015 Estrangeiro: CARYMAR JIMENO BISNAR Passaporte: EC0670801 Estrangeiro: ROY POSADAS CACHO Passaporte: EC0340842 Estrangeiro: VALERIO DE LOS REYES DIMAYUGA Passaporte: EB6854445, Processo: 47041003445201432 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/05/2015 Estrangeiro: Roman Vartanyan Passaporte: EH437226, Processo: 46094005272201417 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUCIAN GRAMA Passaporte: 052343904, Processo: 46094005269201495 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 31/12/2015 Estrangeiro: AUDUN MALVIN DYB Passaporte: 29482641, Processo: 47041003581201422 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nicu Viorel Tiu Passaporte: 050597229, Processo: 47041003623201425 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETAR HAJDINIC Passaporte: 035562889, Processo: 47041003639201438 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/03/2016 Estrangeiro: ARSENIO JR DICHOSA DEPEÑA Passaporte: EB0410194 Estrangeiro: Butch Masamayor Tan Passaporte: EB8578989 Estrangeiro: Heracleo Jr Parreno Lagalagot Passaporte: EB5304985 Estrangeiro: Joemarie Superticioso Gasapo Passaporte: EB9040395 Estrangeiro: John Ralph Salomon Escarro Passaporte: EB6177356 Estrangeiro: Nomer Borromeo Turiano Passaporte: EB4419807, Processo: 47041003641201415 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EINAR INGI REYNISSON Passaporte: A2249989, Processo: 47041003668201408 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENYS KRYVOSHLYKOV Passaporte: EP588917 Estrangeiro: JAKOBUS BROXHAM Passaporte: M00078192 Estrangeiro: VIKTOR LYUBARETS Passaporte: EX076167, Processo: 47041003682201401 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dedhy Rahadian Syah Passaporte: W821045, Processo: 47041003683201448 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ferdinand Vequilla Ventic Passaporte: EC1353742 Estrangeiro: Jaime Jr. Bravo Jerusalem Passaporte: EC0524795 Estrangeiro: Noelito Gapusan Feliciano Passaporte: EB2545499 Estrangeiro: Rustom Daniel Parde Passaporte: EB8782088, Processo: 47041003685201437 Empresa: INTERMARINE SERVICOS PETROLIFEROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Austen Mcgregor Passaporte: 761256209 Estrangeiro: Charles Edward Lott Passaporte: 447581621 Estrangeiro: David Osayomwanbo Iyamu Passaporte: A03437654 Estrangeiro: Dennis Mathew Mcdaid Passaporte: 511452446 Estrangeiro: Dumitru-Sorin Dumitriu Passaporte: 051648272 Estrangeiro: Gareth Gordan Fernandes Passaporte: K3102201 Estrangeiro: Glen Villaruz Patino Passaporte: EB6580279 Estrangeiro: Gopakumar Valsalayam Rajappan Nair Passaporte: F2637446 Estrangeiro: Himanshu Sharma Passaporte: Z2528711 Estrangeiro: Jean Strenja Passaporte: 133463267 Estrangeiro: Josip Dujmovic Passaporte: 183486044 Estrangeiro: Kailash Diwan Singh Bist Passaporte: G1261889 Estrangeiro: Kendall William Keck Passaporte: E4044377 Estrangeiro: Marin Cvetko Passaporte: 088540836 Estrangeiro: Mariusz Kwasniewski Passaporte: EB3811558 Estrangeiro: Matthew Collings Passaporte: 099228649 Estrangeiro: Michael Wayne Howard Passaporte: 488666748 Estrangeiro: Osborne Louis Serrao Passaporte: F6350914 Estrangeiro: Piotr Tadeusz Walasek Passaporte: EG2013169 Estrangeiro: Ranganathan Jaganathan Dhanalakshmi Passaporte: G7334709 Estrangeiro: Ravi Jagdishsingh Rawat Passaporte: H3705184 Estrangeiro: Ricky Ireland Passaporte: H3142123 Estrangeiro: Sameer Shashikant Surve Passaporte: Z2289065 Estrangeiro: Sanjin Rukavina Passaporte: 002908337 Estrangeiro: Teo Sergo Passaporte: 035942826, Processo: 47041003684201492 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/09/2015 Estrangeiro: Teodomiro Nuera Tabada Passaporte: EC0399113, Processo: 47041003686201481 Empre-

IMPRENSA NACIONAL

sa: INTERMARINE SERVICOS PETROLIFEROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alex Soosiah Passaporte: J6227717 Estrangeiro: Ivan Paladin Passaporte: 098544821 Estrangeiro: Lickson John Passaporte: G4916981 Estrangeiro: Santosh Kumar Behera Passaporte: H3732065, Processo: 47041003688201471 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KERN CHRISTIAN HAYDEN KOYLASS Passaporte: BA008450, Processo: 47041003687201426 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 28/03/2015 Estrangeiro: ALEXANDER MARDENSKIY Passaporte: BA735763, Processo: 47041003690201440 Empresa: INTERMARINE SERVICOS PETROLIFEROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Adi Arman Passaporte: A0503382 Estrangeiro: Alphius Gracian Fernandes Passaporte: J1722536 Estrangeiro: Anuj Prakash Passaporte: G3099896 Estrangeiro: Avijit Bonnerjee Passaporte: K0460948 Estrangeiro: Deepak Velandy Passaporte: L8575204 Estrangeiro: Dhirajkumar Krishna Kotian Passaporte: L8087970 Estrangeiro: Dmitrij Miniuk Passaporte: 22900513 Estrangeiro: Jacobus Petrus Jordaan Passaporte: M00031726 Estrangeiro: Jetendr Kumar Tiwari Passaporte: G0300372 Estrangeiro: John Enock John Ruban Passaporte: H3145221 Estrangeiro: Kevin Joseph Clifton Rose Passaporte: BA621190 Estrangeiro: Scharll Peter Neumann Passaporte: M00114835 Estrangeiro: Vivek Thodu Passaporte: Z2196245, Processo: 47041003691201494 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stuart Paul Brandish Passaporte: 517614956, Processo: 47041003692201439 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ALBERTO MORALES RIOS Passaporte: 6438228, Processo: 47041003693201483 Empresa: INTERMARINE SERVICOS PETROLIFEROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Abe Joseph Passaporte: H8748070 Estrangeiro: Antonio Pranjic Passaporte: 012917868 Estrangeiro: Benny John Davis Passaporte: B8259101 Estrangeiro: Bernardo Quintas António Passaporte: N1220626 Estrangeiro: Edward Lee Hutcherson Passaporte: 488989407 Estrangeiro: Gary Francis Ryan Passaporte: GA906354 Estrangeiro: Gerald Allan Fossett Passaporte: 427390549 Estrangeiro: Graeme Jonathan Harms Passaporte: M00021146 Estrangeiro: James Alexander Smith Passaporte: 099032712 Estrangeiro: Joseph Mervyn Edwards Passaporte: Z2805748 Estrangeiro: Kannan Valiyaparambil Velappan Passaporte: H4426941 Estrangeiro: Kishore Ramkissoon Passaporte: BA007782 Estrangeiro: Konstantin Lokhanov Passaporte: 645635504 Estrangeiro: Kunal Prafull Ambegaonkar Passaporte: Z1783866 Estrangeiro: Kyaw OO Passaporte: E3237919J Estrangeiro: Manoj Ganeshprasad Verma Passaporte: F8250462 Estrangeiro: Nenad Nerat Passaporte: 155508157 Estrangeiro: Nikica Kruzic Passaporte: 010393585 Estrangeiro: Packiaseelan Gnanamony Passaporte: J7687114 Estrangeiro: Rimau Anak Tengoling Passaporte: K26285194 Estrangeiro: Sanjai Kumar Singh Passaporte: K3456190 Estrangeiro: Satishkumar Ramchandra Dixit Passaporte: Z1652954 Estrangeiro: Stephen Norton Bailey Passaporte: 510531354 Estrangeiro: Vikrant Vijay Apandkar Passaporte: Z1576146 Estrangeiro: Vinaykumar Laljibhai Tandel Passaporte: Z2222105, Processo: 47041003694201428 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADOLFO JR PASOLOT ABILLERA Passaporte: EB7748822 Estrangeiro: DENNIS DAIRO SUBINGSUBING Passaporte: XX4533255 Estrangeiro: MARK POPES DE LUNAS Passaporte: EB0807232, Processo: 47041003695201472 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 14/04/2015 Estrangeiro: Jaroslaw Lukasz Mischke Passaporte: EB1652311, Processo: 47041003696201417 Empresa: INTERMARINE SERVICOS PETROLIFEROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Brian Joseph Fernandes Passaporte: J3575976 Estrangeiro: Farhan Tayeb Mohamed Passaporte: J1737531, Processo: 47041003697201461 Empresa: INTERMARINE SERVICOS PETROLIFEROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Praveen Chidanand Pattar Passaporte: J4629129 Estrangeiro: Raja Majumdar Passaporte: J9605221, Processo: 47041003698201414 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ALEXANDER MCINTYRE Passaporte: 505423974, Processo: 47041003699201451 Empresa: INTERMARINE SERVICOS PETROLIFEROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alexander Simpson Passaporte: 099058077, Processo: 47041003701201491 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT ELMER SCHNELL Passaporte: 427653116, Processo: 47041003700201447 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nikolaos Chatzidoulis Passaporte: AI0406127, Processo: 47041003702201436 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHANA KHAMPHAN Passaporte: O230832 Estrangeiro: EKAPUN DOUNGMONG Passaporte: V837347 Estrangeiro: SAK SHETTHONG Passaporte: V805850 Estrangeiro: WITTHAYA LONGSON Passaporte: Y813001, Processo: 47041003705201470 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DUANGDEN SOMABUT Passaporte: O230968 Estrangeiro: MONTREE NAVAREE Passaporte: T978535 Estrangeiro: SATHIAN SIMTAMA Passaporte: Z395409 Estrangeiro: TRAKRAN SARABUN Passaporte: V837385, Processo: 47041003703201481 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MORTEN EDOEY Passaporte: 28166023, Processo: 47041003706201414 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: JAMES PHILIP BRYANT Passaporte: 506393688 Estrangeiro: RON LAMONT HALL II Passaporte: 487454045, Processo: 47041003707201469 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 29/06/2016 Estrangeiro: GALASIUS PIUS Passaporte: Z2670527, Processo: 47041003708201411 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN CAIRNS Passaporte: 507604061, Processo: 47041003711201427 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BUTDEE KHOTBUPPHA Passaporte: T881683 Estrangeiro: PEERAPONG CHAINULUK Passaporte: AA2952058 Estrangeiro: SUPAWAT RATTANAPAN Passaporte: AA2952114 Estrangeiro: WUTIPONG SRIPEARKAEW Passaporte: AA2951253, Processo: 47041003712201471 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PINIT SUKKASEM Passaporte: O230969 Estrangeiro: SATHAPORN SIMTAMA Passaporte: AA1844357 Estrangeiro: SIPHAI PHUENGPHAI Passaporte: V810379, Processo: 47041003713201416 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: ADRIANO CAMPOS RODRIGUEZ Passaporte: AAI787819 Estrangeiro: INEZ SOPHIA PATRICIA HOUBEN Passaporte: EI147275 Estrangeiro: ROMAN PAWEL WISNIEWSKI Passaporte: EB7468688 Estrangeiro: ZBIGNIEW KRZYSZTOF ZYLEWICZ Passaporte: AM3090961, Processo: 47041003714201461 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: JOHN NORMAN ALLDAY JR Passaporte: 450453671 Estrangeiro: VICTOR HUGO HERNANDEZ Passaporte: 461022381, Processo: 47041003715201413 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2015 Estrangeiro: Danny Viduya Orinion Passaporte: EC0350014, Processo: 47041003717201402 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Brian Robert Harding Passaporte: 510601357, Processo: 47041003716201450 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/09/2015 Estrangeiro: Nikolaos Giannakopoulos Passaporte: AK0361837, Processo: 47041003718201449 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCIS MICHAEL HOGAN Passaporte: LB0022244, Processo: 47041003719201493 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Spyridon Billias Passaporte: AH3298314, Processo: 47041003721201462 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIJA KRUTALEVICA Passaporte: LV4221441, Processo: 47041003720201418 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Cipriano Noveda Garpida Passaporte: EB5847945, Processo: 47041003722201415 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 18/04/2015 Estrangeiro: MOSES JOHN DSOUZA Passaporte: L4802528, Processo: 47041003723201451 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vasu Thazhathattil Passaporte: F3555362, Processo: 47041003724201404 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DARREN RAYMOND HEAVER Passaporte: 464891618, Processo: 47041003726201495 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZBIGNIEW ROMAN MADEJSKI Passaporte: EG2203407, Processo: 47041003725201441 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/07/2016 Estrangeiro: Murat Kayalar Passaporte: U00274470, Processo: 47041003727201430 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lars Grandt Aaen Passaporte: 201249327, Processo: 47041003728201484 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IAIN WILLIAM HOWELL Passaporte: 504529218, Processo: 47041003729201429 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GINTARAS DARGIS Passaporte: 23538420 Estrangeiro: JAKUB PERNAL Passaporte: ED1480972, Processo: 47041003730201453 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CONROY RALPH DUTHIE Passaporte: 462861207, Processo: 47041003731201406 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: James Francis Nunn Passaporte: 516398709 Estrangeiro: Mir Shaffin Bin Zakaria Passaporte: A31514175, Processo: 47041003732201442 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ante Lozar Passaporte: 061299623 Estrangeiro: Jelena Veza Passaporte: 037643480, Processo: 47041003736201421 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/11/2014 Estrangeiro: Minn Htut Passaporte: M862246 Estrangeiro: Ricky Anak Edward Lakim Passaporte: K23002010, Processo: 47041003734201431 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 18/04/2015 Estrangeiro: GANESH GAUR Passaporte: H3689463, Processo: 47041003737201475 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GERARD CLARKE Passaporte: 099056144, Processo: 47041003735201486 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Achuthaprasad Rudra Warriar Passaporte: H4806871, Processo: 47041003738201410 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JERZY GAJDA Passaporte: EA5277751, Processo: 47041003739201464 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUNEREY PALAROAN PIMENTEL Passaporte: XX5588000, Processo: 47041003740201499 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANJAY KUMAR VASANTRAO PATIL Passaporte: H8146380 Estrangeiro: SIDDHARTHA KAR Passaporte: H2974250, Processo: 47041003742201488 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMIT KUMAR JHA Passaporte: J7839285, Processo: 47041003741201433 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michal Krzysztof Marczak Passaporte: EE3616015, Processo: 47041003743201422 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEREMY WAYNE HARRIS Passaporte: 436610418, Processo: 47041003744201477 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mariusz Kazimierz Nowak Passaporte: EA9773895, Processo: 47041003745201411 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/06/2015 Estrangeiro: Nikolaos Rapantzikos Passaporte: AH2966502], Processo: 47041003749201408 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 10/08/2015 Estrangeiro: DAVID JAMES HOGARTH Passaporte: 099211561, Processo: 47041003746201466 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Georgios Zounis Passaporte: AH3452781, Processo: 47041003747201419 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 12/02/2015 Estrangeiro: Maksym Vovk Passaporte: EH628670, Processo: 47041003748201455 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 01/05/2015 Estrangeiro: SCOTT MICHAEL BARNARD Passaporte: 513764484, Processo: 47041003750201424 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 28/03/2015 Estrangeiro: DWAYNE CLIFFORD KNICKLE Passaporte: GB639071 Estrangeiro: IEVGEN ZAVGORODNII Passaporte: EA836720 Estrangeiro: KOSTIANTYN ZHYLENKO Passaporte: EH495139, Processo: 47041003751201479 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAHENDRA YASHWANT SAWANT Passaporte: L2503226 Estrangeiro: MANISH KUMAR KHANDELWAL Passaporte: Z2862806, Processo: 47041003752201413 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/06/2015 Estrangeiro: MUHAMMAD AFZAL IBRAHIM KHOPEKAR Passaporte: Z2287365, Processo: 47041003753201468 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 01/12/2014 Estrangeiro: Rolando Aranton Monera Passaporte: EB7972467, Processo: 47041003754201411 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alexander Michael Johannes Tuijtel Passaporte: NR5CP4178 Estrangeiro: Bryan Harvey Ginio Royer Passaporte: BKC3H0HC6, Processo: 47041003755201457 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: COLIN RHODES Passaporte: 518305257, Processo: 47041003756201400 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 29/01/2016 Estrangeiro: VONDOU SIMON Passaporte: R0144559, Processo: 47041003757201446 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/10/2015 Estrangeiro: Sokratis Katsigiannis Passaporte: AK4489813, Processo: 47041003759201435 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHAN ROBERT MARIA JULES RONSMANS Passaporte: EI758134, Processo: 47041003760201460 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ABDELLAH EL ABIDI Passaporte: FM0468434, Processo: 47041003767201481 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 29/06/2016 Estrangeiro: MAKSYM MYKOLAYCHUK Passaporte: EA642833, Processo: 47041003761201412 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jakov Girin Passaporte: 004041707, Processo: 47041003762201459 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2016 Estrangeiro: Alben Sarmiento Javier Passaporte: EB8729861, Processo: 47041003763201401 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/03/2015 Estrangeiro: Dimitrios Marinos Aiginitis Passaporte: AH2617617 Estrangeiro: Georgios Chatzikariofyllis Passaporte: AI0867395, Processo: 47041003765201492 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anatoliy Sytnyk Passaporte: EC924916, Processo: 47041003766201437 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alexander Kholdobo Passaporte: 71 2173087, Processo: 47041003769201471 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAJENDRAN PONNAIAN Passaporte: Z2033592, Processo: 47041003770201403 Empresa: EMGS SERVICOS GEOLOGICOS ELETROMAGNETICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE GELICAME REMERATA Passaporte: EB4506935 Estrangeiro: SZCZEPAN LEMPICKI Passaporte: AU2013909, Processo: 47041003772201494 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBBERT QUAAK Passaporte: BC343PBK5, Processo: 47041003773201439 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ RICARDO FERNANDES MOREIRA Passaporte: M814495, Processo: 47041003775201428 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCIN TROJECKI Passaporte: EA5023455.

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46317000612201443 Empresa: UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANA MARIA VELEZ ESCALLON Passaporte: CC38642957, Processo: 46094005414201438 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIA JOAO VELOSO DA COSTA RAMOS PEREIRA Passaporte: L996071.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039004118201447 Empresa: MINERACAO AURIZONA S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RICKY BOUTHILLETTE Passaporte: QJ204613, Processo: 46094004697201409 Empresa: HUDSON IMPORTS COMPANY S.A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: DMITAR TATALOVIC Passaporte: 011603437, Processo: 46094004841201407 Empresa: OMRON HEALTHCARE BRASIL REPRESENTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Kansuke Fukuda Passaporte: TH2418398, Processo: 47039006473201451 Empresa: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MASARU HARA Passaporte: TH9139804, Processo: 46215016777201485 Empresa:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014081200062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CHINA METAIS E MINERAIS BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Zhou Hou Passaporte: PE0377674, Processo: 46094005416201427 Empresa: ITOCHU BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TOMOYASU IKEUCHI Passaporte: TK5011404, Processo: 47039007579201471 Empresa: MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: HOKUTO HANDA Passaporte: TH 2.001.293, Processo: 47039007746201484 Empresa: PARAMOUNT BED DO BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ISAO TSUCHIYA Passaporte: TH3167315, Processo: 47039007758201417 Empresa: PROQUIMIA PRODUTOS QUIMICOS DO BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CARLES ONYÓS DE PLANDOLIT GARCIA Passaporte: AAE274862, Processo: 47039007765201419 Empresa: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK MAURICE CORNEEL LOUWAGIE Passaporte: EJ082143, Processo: 47039007849201444 Empresa: LLORENTE & CUENCA DO BRASIL CONSULTORES DE COMUNICACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YERAY JESUS CARRETERO LORENZO Passaporte: XDA952716, Processo: 47039007889201496 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIAN MAURO PERRONE Passaporte: YA2571092, Processo: 47039007909201429 Empresa: SIEMENS ELETROELETRONICA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: VAROL MERT Passaporte: U01198859, Processo: 47039008024201447 Empresa: IACIT SOLUCOES TECNOLOGICAS S.A. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ZVI YIZHAQ ROSENBLUM Passaporte: 30070108, Processo: 47039008029201470 Empresa: TIANDA SOUTH AMERICA SISTEMAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CARLOS JOAQUIN GARCIA SANCHEZ Passaporte: AD801817.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094003812201410 Empresa: COQUEIRO RAPESELLE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIANLUCA BRIVIO SFORZA Passaporte: C694670, Processo: 46094001806201428 Empresa: FONTANA & BIANCHI LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCESCO BIANCHI Passaporte: YA3544284, Processo: 46094002624201474 Empresa: GERMEK SERVICOS DE MANUTENCAO DE MAQUINAS - EIRELI - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HELMUT GERMEK Passaporte: P5919392, Processo: 46205008326201493 Empresa: TAND POINT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DENES GYORGY PIROS Passaporte: BA4975539, Processo: 46217002928201406 Empresa: SOCONSTROI- CONSTRUCOES IND. COM. EXPORTACAO, IMPORTACAO & SERVICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUIZ MANUEL RODRIGUES BARBOSA BARROS Passaporte: M378691, Processo: 46207003273201402 Empresa: S4F ARQUITETURA E REPRESENTACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARCO FARINAZZO Passaporte: AA 1339146, Processo: 46094004169201441 Empresa: SOL E MODA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUIGI PEDRAZZOLI Passaporte: F758499, Processo: 46094004189201412 Empresa: EM-EL INVESTIMENTO IMOBILIARIO EIRELI Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAURIZIO LUTRI Passaporte: YA0207671, Processo: 46094004128201455 Empresa: ZHAN WI PIN - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOUYUAN DAI Passaporte: E10337886, Processo: 46094004066201481 Empresa: ZHAN WI PIN - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PEIFU TANG Passaporte: E11572517, Processo: 46094004205201477 Empresa: PANCHI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RICARDO URGELL COBOS Passaporte: AAE661005, Processo: 46094004415201465 Empresa: SALLERAS LISBOA POUSADAS LTDA. - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VICTOR SALLERAS UGARTE Passaporte: AAD098021, Processo: 46094004301201415 Empresa: SHAOXING COMERCIO DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUOBIAO FU Passaporte: E08182781, Processo: 46094004302201460 Empresa: SHAOXING COMERCIO DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHENGMING MAO Passaporte: E35756480, Processo: 46094004523201438 Empresa: PASTORI CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DOMENICO PASTORI Passaporte: YA1264230, Processo: 46094004642201491 Empresa: ASAM UNION MAQUINAS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PENGCHENG ZHANG Passaporte: G35027242, Processo: 46094004761201443 Empresa: GLOBODUE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ELENA VAGHI Passaporte: YA0604894, Processo: 46094005296201468 Empresa: MADE IN ITALY BRAZIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ETTORE RICHINI Passaporte: AA3823251, Processo: 46094005297201411 Empresa: INOVATION BRASIL CONSTRUCOES E EMPREEDIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTONIO LAI Passaporte: YA3028455, Processo: 47039006671201414 Empresa: MIN WOONG PARK - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MIN WOONG PARK Passaporte: M54286791, Processo: 46207006220201435 Empresa: DALL'AGRASSI MAQUINAS DE CAFE EXPRESSO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DIEGO DALL`ARMELLINA Passaporte: YA3539922, Processo: 47039007226201471 Empresa: VISAO SERVICO DE PROTECAO CONTRA INCENDIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Nojin Park Passaporte: M68887867, Processo: 47039007339201477 Empresa: MADEIRO BEACH INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AMELIE SANDRINE SYLVIE PETRIAT SUDRE Passaporte: 10CF32700, Processo: 46094005303201421 Empresa: QQ ENGLISH INSTITUTO DE IDIOMAS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIDENORI MATSUMOTO Passaporte: TH 9.774.325, Processo: 47039007667201473 Empresa: BIGIARINI & FERREIRA LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARCO BIGIARINI Passaporte: YA0038416, Processo: 47039007749201418 Empresa: AGRO CAMPO GESTAO EMPRESARIAL BAHIA EIRELI Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Gerrit Houjtjes Passaporte: NTCFH6K73, Processo: 47039007883201419 Empresa: SWISSQ CONSULTORIA E SERVICOS - EIRELI - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Manuela Esther Merki Passaporte: X3763841.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039006841201461 Empresa: COSI BUONO ALIMENTACAO E BEBIDAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GAEL CASTELLARIN Passaporte: AA 1940816, Processo: 47039005126201419 Empresa: RINA BRASIL SERVICOS TECNICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE PAOLO ESPOSITO Passaporte: YA1153862, Processo: 47039005130201479 Empresa: RINA BRASIL SERVICOS TECNICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FLAVIO EDMONDO PATRONE Passaporte: YA2910201, Processo: 47041002816201469 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Duje Samadan Passaporte: 003249929, Processo: 47041002933201422 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/03/2016 Estrangeiro: IOANNIS MADONIS Passaporte: AI0243245, Processo: 47041003245201480 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIEL DECRETALES NAVARRO Passaporte: EB5466221, Processo: 47041003252201481 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RANDY TOROY CABALONGA Passaporte: EB8874721.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 109 de 10/06/2014, Seção 1, p. 63, Processo: 47039.004375/2014-89, onde se lê: Passaporte: C622215, leia-se: Passaporte: YA6653064.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 140 de 24/07/2014, Seção 1, p. 447, Processo: 47039.005203/2014-22, onde se lê: Visto Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 2°), leia-se: Visto Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 120 de 26/06/2014, Seção 1, p. 103, Processo: 47039.005934/2014-78, onde se lê: Visto Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 2°), leia-se: Visto Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 146 de 01/08/2014, Seção 1, p. 92, Processo: 46094.004998/2014-24, onde se lê: Visto Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997, leia-se: Visto Permanente - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 128 de 08/07/2014, Seção 1, p. 86, Processo: 47039.005982/2014-66, onde se lê: Estrangeiro: FLAVIO COLLETO, leia-se: Estrangeiro: FLAVIO COLETTO.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 146 de 01/08/2014, Seção 1, p. 89, Processo: 47039.006186/2014-41, onde se lê: Estrangeiro: PAULO HERNANI FERNANDES ALMEIDA, leia-se: Estrangeiro: PAULO HERNANI FERNANDES DE ALMEIDA.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de agosto de 2014

Processo nº 46208.005802/2014-94 - Nos termos do pronunciamento da Seção de Relações do Trabalho, conforme análise e parecer técnico às fls. 137, e usando da competência que me foi delegada pela Portaria SRT nº 2, de 25 de maio de 2006, publicada no D.O.U. de 26 de maio de 2006.

Homologo o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Magistério Superior da Faculdade da Igreja Ministério Fama- FAIFA (CNPJ Nº 37.942.521/0001-78), ficando expresso que qualquer alteração a ser feita nesse Plano, para ter validade, dependerá de prévia aprovação deste Ministério.

Processo nº 46208.005802/2014-94 - Nos termos do pronunciamento da Seção de Relações do Trabalho, conforme análise e parecer técnico às fls. 137, e usando da competência que me foi delegada pela Portaria SRT nº 2, de 25 de maio de 2006, publicada no D.O.U. de 26 de maio de 2006.

Homologo o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Magistério Superior da Faculdade da Igreja Ministério Fama- FAIFA (CNPJ Nº 37.942.521/0001-78), ficando expresso que qualquer alteração a ser feita nesse Plano, para ter validade, dependerá de prévia aprovação deste Ministério.

ARQUIVALDO BITES LEÃO LEITE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de agosto de 2014

Nº 15 - O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo n.º 46211.004405/2014-46 e os termos do despacho exarado no processo supracitado e usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE n.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União n.º 102, de 30 de maio de 2006, homologa a alteração do Plano de Cargos e Salários do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, inscrito no CNPJ 17.188.574/0001-38, situada na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Funcionários, CEP. 30.140-100, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer outra alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

Nº 16 - O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo n.º 46211.004430/2014-20 e os termos do despacho exarado no processo supracitado e usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE n.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União n.º 102, de 30 de maio de 2006, homologa o Plano de Cargos e Salários Pronatec da Faculdade Pitágoras de Tecnologia de Belo Horizonte, mantida pela Orme Serviços Educacionais Ltda, inscrita no CNPJ 05.478.567/0001-91, situada na Rua Santa Madalena Sofia, 25, A, Bairro Vila Paris, CEP. 30.380-650, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

HELI SIQUEIRA DE AZEVEDO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 111, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46219.013702/2014-11 e conceder autorização à empresa: C&A MODAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.242.914/0045-18, situada à Rua Piracema, nº 1.231, Tamboré, Município de Barueri, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de agosto de 2016 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos e os turnos a serem observados são conforme fls. 54 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 77, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fulcro na Lei nº 10.233/2001, art. 24, inc. X; no Decreto nº 4.130/2002, Anexo I, art. 3º, inc. XII, e art. 4º, § 1º; na Deliberação DG/ANTT nº 158/2010, art. 1º, inc. VI e art. 3º; no Contrato de Arrendamento, Cláusula Quarta, Item V; bem como no Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a ANTT em 20/07/2009, Cláusula Segunda, Item 2.7, e Cláusula Terceira, Itens 3.6 e 3.9; e no que consta no Processo Administrativo ANTT nº 50500.011113/2013-09, resolve:

Art. 1º - Desvincular o bem móvel arrendado de NBP 3406202 - Caminhão Mercedes Benz da prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido à MRS Logística S.A.

Art. 2° - Autorizar a desincorporação do bem móvel, citado no artigo anterior, do Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 072/1996, celebrado em 28/11/1996 entre a MRS Logística S.A. e a extinta Rede Ferroviária Federal - RFFSA.

Art. 3º - Condicionar a desincorporação constante no Art. 2º desta Portaria à assinatura pela ANTT, MRS Logística S.A. e pelo DNIT do respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 072/96.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014081200063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Versão Digital - Proibida Impressão - Lei da Imprensa Nacional

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÃO DE 7 DE AGOSTO DE 2014

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.000883/2014-61
RELATOR: Conselheiro Leonardo de Farias Duarte
REQUERENTE: Silvandir Vieira de Lima
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

DECISÃO

(...) Por essas razões, julgo improcedente o pedido e, por conseguinte, determino o arquivamento dos autos, com apoio no art. 43, IX, "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE
Conselheiro-Relator

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 29, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes e dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em virtude de vacância de cargo de Ministro) e André Luís de Carvalho e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes, em missão oficial, os Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 28, referente à sessão ordinária realizada em 30 de julho último (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

- Aprovação, pelo Plenário, da proposta orçamentária deste Tribunal para o exercício financeiro de 2015 (TC-018.165/2014-1).
- Presença, em Plenário, de alunos do curso de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa).
- Convocação de Sessão Extraordinária do Plenário para o próximo dia 13, às 10 horas, destinada à posse do Dr. Bruno Dantas Nascimento no cargo de Ministro deste Tribunal.

Do Ministro Aroldo Cedraz:

- Participação, no período de 22 a 24 de julho, a convite do Diretor Presidente da FAO, Dr. José Graziano da Silva, da Assembleia Geral da Aliança Global dos Solos (Global Soil Partnership).
- Inspeção Ordinária na Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 19/5 a 20/6/2014.

Do Ministro Raimundo Carreiro:

- Projeto de Resolução que tem por objetivo extinguir a atual sistemática de elaboração de Listas de Unidades Jurisdicionadas - LUJ.

O Presidente informou que encaminharia o presente projeto à Comissão de Regimento para exame da matéria.

Do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

Homenagem póstuma ao Ministro do Superior Tribunal Militar Marcos Martins Torres.

MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão de medida cautelar exarada nos autos dos processos nºs:

TC-016.257/2014-6 pelo Ministro Benjamin Zymler, para que a Anatel, abstenha de publicar o edital relativo à outorga de autorização de uso de radiofrequências na faixa de 700 MHz, incluindo o uso de radiofrequências associadas, pelo prazo de quinze dias, prorrogável uma única vez por igual período;

TC-018.662/2014-5 pelo Ministro Benjamin Zymler, para que a Prefeitura de Bauru/SP, abstenha de dar continuidade à concorrência 11/2013 até que o Tribunal se pronuncie conclusivamente quanto aos indícios de irregularidades;

TC-014.514/2014-1 pelo Ministro José Jorge, para que a Petrobras, suspenda imediatamente o Convite 2800.1340191.13.8 - destinado à contratação de serviço de locação de bens móveis, até que o Tribunal delibere sobre o mérito das questões suscitadas naqueles autos.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 31 de julho a 06 de agosto, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Recurso: 025.426/2007-6/R002
Recorrente: Antonio Valdeci Oliveira de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 004.063/2008-4/R006
Recorrente: Heriberto Escolástico Bezerra Júnior
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 004.063/2008-4/R007
Recorrente: Ney Silveira Dias
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 005.646/2009-9/R003
Recorrente: Osmar Ramos
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 014.807/2009-0/R001
Recorrente: Ângelo Parcelli Cipriano Rabelo
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 000.274/2010-0/R001
Recorrente: Caixa Econômica Federal
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 000.278/2010-6/R001
Recorrente: Alírio Vieira Marques
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 000.278/2010-6/R002
Recorrente: Maria Izanete Liberato Guimarães
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 000.278/2010-6/R003
Recorrente: Oswaldo Said Junior
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 005.709/2010-5/R002
Recorrente: Tânia Magalhães da Silva Timóteo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 014.830/2010-8/R001
Recorrente: ELIZALANDE VIEIRA BERNARDO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 019.431/2010-4/R001
Recorrente: José Altamir Taumaturgo Sá
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 034.050/2011-6/R001
Recorrente: Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 043.051/2012-0/R001
Recorrente: Benedicta Savi
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 043.051/2012-0/R002
Recorrente: Marisa Aparecida Capriotti de Melo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 018.998/2013-5/R001
Recorrente: JOSÉ SCHOTTEN
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 006.621/2014-7/R001
Recorrente: FATIMA FERREIRA CAMPOS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 006.622/2014-3/R001
Recorrente: IEDA REGINA SERAFIM
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 006.627/2014-5/R001
Recorrente: NEWTON VALLADÃO PANIZZI
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 006.628/2014-1/R001
Recorrente: ORLANDO PEIXOTO FILHO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 006.665/2014-4/R001
Recorrente: TERESINHA DE JESUS CARVALHO NEIVA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 017.770/2014-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 018.522/2014-9
Interessado: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro-substituto ANDRÉ DE CARVALHO

Processo: 026.391/2012-0
Interessado: MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 031.760/2008-8
Interessado: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO MATO GROSSO - DNIT/MT
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 000.996/2008-6
Interessado: GILTON SOARES DE ARAUJO
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 013.261/2009-8
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos Administrativos/Regimento Interno
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 017.483/2009-4
Interessado: PROCURADORIA DA REPÚBLICA/PE - MPF/MPU, Fundo Nacional de Cultura
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 39, inciso VIII, do RI
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-001.084/2013-5, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, produziu sustentação oral a Dra. Ana Carolina Reis Magalhães - OAB/DF nº 17.700, em nome de Francisco Carlos Caballero Colombo.

Na apreciação do processo nº TC-005.406/2013-7, cujo relator é o Ministro José Jorge, produziu sustentação oral o Dr. Vagner Silva dos Santos - OAB/RJ nº 122.659 em nome da Petrobras e o Ministro Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União, em

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nome da União, na condição de acionista controlador da Petrobras. Após a leitura do voto, o referido processo foi retirado da pauta pelo relator.

Na apreciação do processo nº TC-017.877/2011-3, cujo relator é o Ministro José Jorge, produziu sustentação oral o Dr. Wilson Gondim Cavalcanti - OAB/PI nº 3.965, em seu próprio nome.

DECISÃO PRELIMINAR

O Ministro José Jorge ao relatar o TC-005.406/2013-7 enfrentou, preliminarmente, a exceção de suspeição alegada pelo representante do Sr. Nestor Cuñat Cerveró, contida na peça 238 do mencionado processo, para que fosse declarada a suspeição dele, em função de ter sido Presidente do Conselho de Administração da Petrobras.

Na ocasião, o Ministro José Jorge reiterou *"a posição que já havia externado na sessão extraordinária de caráter reservado do dia 2/7/2014, no sentido de que não há motivos para considerar-me suspeito para relatar o presente processo. Registro, em especial, que a condição de ex-Presidente do Conselho de Administração da Petrobras não compromete, em nenhuma medida, minha capacidade de conduzir com isenção e imparcialidade o presente feito. Ademais, já faz 12 anos que deixei de exercer aquela função."*

O Presidente, então, submeteu a matéria ao Plenário que, por unanimidade, entendeu que a exceção de suspeição não tinha fundamento legal, devendo, assim, o Ministro José Jorge prosseguir na relatoria do processo.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-011.119/2009-0 (Ata nº 4/2013) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2047.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-017.877/2011-3, cujo relator é o Ministro José Jorge, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. O Dr. Wilson Gondim Cavalcanti já apresentou a sustentação oral requerida.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos de nºs:

TC-013.371/2010-0 , cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-003.137/2014-7 e TC-006.892/2009-7, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-005.406/2013-7, TC-026.745/2006-4 e TC-027.778/2008-6, cujo relator é o Ministro José Jorge;

TC-006.525/2014-8 e TC-020.956/2009-6, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-010.357/2011-4, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes; e

TC-011.692/2012-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2001 a 2045.

RELAÇÃO Nº 37/2014 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2001/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, e considerando o pedido de parcelamento formulado pelo Sr. Edilson Evangelista Costa, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da multa aplicada ao responsável, por intermédio do subitem 9.8.4. do Acórdão 1.067/2014-TCU-Plenário, em 24 (vinte e quatro) parcelas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU); e em autorizar a seguinte medida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.933/2008-6 (DENÚNCIA)
1.1. Apensos: 033.931/2013-5 (SOLICITAÇÃO); 032.603/2011-8 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Belém - PA
1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnerg).
1.8. Advogado constituído nos autos: não há.
1.9. Medida: autorizar, desde logo, quanto aos demais responsáveis, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c art. 217, § 1º, do RI/TCU, o pagamento das multas em até trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, se solicitado, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias após o recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, além de informar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2°, do RI/TCU.

ACÓRDÃO Nº 2002/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação ao Sr, Robert Mendonça Mansur, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 2.672/2010-TCU-Plenário, e nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno, c/c o art. 34 Resolução-TCU 259/2014, encerrar os presentes autos, dando-se ciência desta deliberação ao responsável.

Valor original da multa: R$ 3.000,00 Data de origem da multa: 6/10/2010
Valor recolhido: R$ 3.129,60 Data do recolhimento: 21/6/2013

1. Processo TC-022.849/2006-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 010.987/2004-8 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO); 032.732/2011-2 (MONITORAMENTO); 012.448/2011-7 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)
1.2. Responsáveis: Alderizio Catarino dos Santos (297.889.867-49); Francisco Alonso Rabelo Vieira (012.452.357-96); Francisco Caputo (135.441.048-30); Furnas Centrais Elétricas S.a. (23.274.194/0001-19); José Olavo Viana Leite (252.895.947-87); José Pedro Rodrigues de Oliveira (003.945.136-49); Luciano Andrade Pinheiro (776.484.395-49); Lucimar Altomar Güttler (385.252.837-20); Luis Fernando Paroli Santos (903.562.416-53); Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto (098.637.967-00); Luiz Henrique Hamann (302.332.599-53); Luiz Paulo Fernandez Conde (027.025.097-20); Marco Antônio Fernandes da Costa (000.084.977-45); Márcio Flório (310.819.327-91); Roberto Mendonca Mansur (276.916.167-91)
1.3. Interessados: Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas e Eletronuclear - Caefe (03.972.226/0001-42); Furnas Centrais Elétricas S.A. (23.274.194/0001-19)
1.4. Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.a.
1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.8. Advogado constituído nos autos: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2003/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, inciso VII; todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação; indeferir o requerimento de medida cautelar, *inaudita altera pars*, formulado pela Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Transportes (Anetrans), tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida; indeferir o pedido de ingresso do representante como parte interessada no presente processo, nos termos do art. 146, § 2º, do RI/TCU, e, consequentemente, não permitir a apresentação de sustentação oral pelo advogado que subscreve a representação no momento do julgamento de mérito do processo, nos termos do art. 168 do RITCU; e em determinar o apensamento deste processo ao TC 017.707/2014-5, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU; dando-se ciência desta deliberação ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.510/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 29/2014 - Plenário
Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 36/2014 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2004/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.300/2014-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência desta deliberação à Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em São Paulo.

ACÓRDÃO Nº 2005/2014 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação formulada pela sociedade empresária Voetur Cargas e Encomendas Ltda., com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) relacionadas à rescisão unilateral do Contrato 2/2014, firmado com a referida empresa;

Considerando que os fatos noticiados pela autora da representação dizem respeito: (i) à suposta violação do princípio do contraditório e da ampla defesa na rescisão unilateral do referido contrato; (ii) à suposta improcedência dos motivos que fundamentaram o aludido ato; (iii) aos supostos problemas causados pela decisão de rescisão contratual com manutenção dos serviços pelo prazo de 30 (trinta) dias após a rescisão; e (iv) à suposta ocorrência de irregularidades na contratação por dispensa de licitação, com base no art. 24, XI, da Lei 8.666/1993, do remanescente do ajuste;

Considerando os pedidos formulados pela sociedade empresária Voetur Cargas e Encomendas Ltda. para que: (a) fosse deferida medida cautelar visando a determinar a Hemobrás que suspendesse a rescisão unilateral contratual e anulasse todos os atos subsequentes, em especial a Dispensa de Licitação 88/2014; e (b) no mérito, fosse considerada procedente a representação, confirmada a medida cautelar e determinado o "prosseguimento regular da prestação de serviços, quanto ao Contrato 02/2014, pela Contratada VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.";

Considerando que os fatos aduzidos nos itens (i) e (ii) supra dizem respeito à suposta violação de interesses eminentemente privados, não estando associados, ainda que de maneira reflexa, à ocorrência de danos ao erário ou infração a interesse público;

Considerando a jurisprudência dominante desta Corte no sentido de que a competência constitucional de controle externo conferida ao Tribunal está direcionada à tutela do interesse público e não à proteção de interesses particulares ou privados dissociados do interesse público (Acórdãos 3.022/2009-Plenário, 8.071/2010-1ª Câmara, 2.471/2011-2ª Câmara, 4.801/2013-2ª Câmara, 2.620-Plenário, dentre outros);

Considerando que os demais achados envolvem a prestação de serviços sem amparo contratual (iii) e falhas na contratação do remanescente dos serviços (iv), que, respectivamente, impõe risco de ocorrência de fato contrário ao interesse público (perecimento dos medicamentos) e constitui violação do devido procedimento licitatório, in casu, das regras estritas relativas à dispensa da licitação de que trata o art. 24, XI, da Lei 8.666/1993; e

Considerando que as impropriedades relatadas, segundo as circunstâncias do presente caso concreto, não são graves suficientes para ensejar a aplicação de multa, sendo de bom direito a imposição de determinação e expedição de ofício de ciência à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso II, todos do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer parcialmente da representação (itens "iii" e "iv") para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; em indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela sociedade empresária Voetur Cargas e Encomendas Ltda., tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção; e em mandar fazer as medidas processuais especificadas a seguir, conforme os pareceres unânimes da unidade técnica.

1. Processo TC-016.636/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Advogados constituídos nos autos: Gilberto de Souza Pinheiro (OAB/DF 23.463), Andreza Oliveira Souza (OAB/DF 32.059) e Andreia da Silva Lima (OAB/DF 25.408).
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1 determinar à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia que adote as providências cabíveis visando salvaguardar o estoque de medicamentos hemoderivados e recombinantes armazenados pela Voetur Cargas e Encomendas Ltda., por força do Contrato 2/2014, e transferir o referido estoque para a nova empresa

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

contratada com dispensa de licitação, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas em cumprimento à essa determinação;

1.6.2. dar ciência à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia que:

1.6.2.1. a prestação de serviços pela empresa contratada após a rescisão contratual, identificada no Contrato 2/2014, configura execução de serviços sem amparo contratual, o que viola o art. 60, parágrafo único, da Lei 8.666/1993;

1.6.2.2. a contratação de remanescente de serviço por prazo superior ao período de vigência residual do contrato original, identificada no Contrato 2/2014, configura impropriedade, o que afronta o art. 24, XI, da Lei 8.666/1993;

1.6.3. enviar cópia da presente deliberação, juntamente com a instrução da unidade técnica, à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia e à autora da representação.

ACÓRDÃO Nº 2006/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência à representante - Celtrovic Comércio de Peças e Equipamentos Eletrônicos Ltda.-ME - e à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.782/2014-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Advogados constituídos nos autos: Danielle Diniz Caldas Veiga de Oliveira (OAB/RJ 122.961); Danielle Ferreira Meirim (OAB/RJ 113.193) e Enevaldo Guilherme da Silva Filho OAB/RJ 91.326)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2007/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente, indeferir os requerimentos de medida cautelar e de ingresso nos autos como interessado apresentados pela empresa representante e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.808/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que a exigência contida no art. 3º, inciso II, do Decreto 7.174/2010 deve constar dos requisitos técnicos do produto licitado, e não como condição para habilitação no certame.
Ata n° 29/2014 - Plenário
Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 32/2014 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 2008/2014 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de tomada de contas especial (TCE), originária do processo TC 001.359/2009-0 e autuada nos termos do subitem 9.5.4 do Acórdão 2.766/2011-TCU-Plenário, em virtude de indícios de pagamento indevido efetuado à empresa Exato Engenharia Ltda., correspondente ao processo de reconhecimento de dívida, referente ao Contrato Emergencial 2/2007, de responsabilidade da Superintendência Regional do DNIT no estado do Paraná (SR-DNIT/PR).

Considerando que houve a desconstituição do débito originalmente fundamentador da presente TCE, bem como não remanesce, nestes autos, a irregularidade que deu causa ao débito inicialmente apontado, que se resumia ao pagamento indevido de R$ 1.223.473,36, em sede de reconhecimento de dívida, evidenciam-se, assim, a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

Considerando a proposta uníssona da unidade técnica, integralmente acolhida pelo MP/TCU, representado pela Ilustre Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, em:

a) determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 212 do Regimento Interno, por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular e encaminhar cópia do presente Acórdão aos responsáveis e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);

b) determinar à SecobRodov que ultime a instrução, no prazo de 60 dias, da Tomada de Contas Especial objeto do TC 008.601/2011-9.

1. Processo TC-008.608/2011-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: David José de Castro Gouvêa (232.236.859-87); Exato Engenharia Ltda (03.865.048/0001-50); Marcelo Jose Leal Gasino (782.642.789-49); Ronaldo de Almeida Jares (312.961.147-91)
1.2. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2009/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material do Acórdão 1707/2014-TCU-Plenário, peça 8, para que:
- onde se lê:
"...Otaliba Libânio Morais Neto (CPF 464.382.971-00); Tereza Mitsunaga Kuleska (CPF 006.760.158-83); Eliana Pasinne (CPF 293.315.871-04);.."
- leia-se:
"...Otaliba Libânio de Morais Neto (CPF 464.382.971-00); Tereza Mitsunaga Kulesza (CPF 006.760.158-83); Eliana Pasini (CPF 293.315.871-04);.."
Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela SecexSaúde e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-012.462/2014-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Unidade: Ex-Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, atual Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde (DELOG/MS)
1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 2010/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto o processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral da multa aplicada pelo Acórdão 540/2014-TCU-Plenário (peça 28), conforme comprovante de peça 46, expedir quitação à Sra. Olinda Batista Assmar, na forma do art. 218 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.966/2010-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsáveis: Carlos Edegard de Deus (974.168.438-04); Edson Ferreira de Carvalho (383.893.046-00); Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti (037.733.532-00); Gilberto Castro Ossami (011.292.952-49); Jacó Cesar Piccoli (307.913.249-15); Jair Vicente Manoel (605.225.348-72); Mauro Jorge Ribeiro (112.606.452-15); Olinda Batista Assmar (041.331.707-25)
1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo/AC (00.414.607/0027-57)
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2011/2014 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de monitoramento das determinações e recomendações expedidas mediante o Acórdão 482/2012-Plenário (TC 022.631/2009-0), conforme subitem 9.9 daquele decisum, cuja origem foi o relatório de levantamento de auditoria com enfoque na arrecadação de multas administrativas aplicadas por agências reguladoras e outros órgãos e entidades federais com atribuições de fiscalização e controle, apreciado por meio do Acórdão 1.817/2010-Plenário.

Considerando que o Plenário deste Tribunal aprovou o Acórdão 1.665/2014, no qual foi determinado à Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), in verbis:

9.7 determinar à Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) que autue novo processo de monitoramento, nos termos do art. 4º, inciso III, da Portaria-Segecex 27/2009, para verificar o cumprimento das determinações expedidas neste Acórdão, bem como:

9.7.1 prosseguir no monitoramento dos resultados da determinação contida no subitem 9.3 do 482/2012-TCU-Plenário, dirigida à Secretaria do Tesouro Nacional, tendo em vista o comando inserto no respectivo subitem 9.3.2, para que o mencionado órgão informe a este Tribunal, a cada 60 (sessenta) dias, "sobre o estágio de cumprimento do subitem 9.3.1" do mesmo acórdão, "até que seja eliminado o estoque de inscrições pendentes" no Cadin a cargo daquela unidade jurisdicionada;

9.7.2 analisar o conjunto de normas (legais e regulamentares) e procedimentos previstos em acordos de cooperação e instrumentos análogos que tratem direta ou indiretamente da inscrição de débitos no Cadin decorrentes de multas aplicadas pelo TCU, realizando, para tanto, interlocuções com a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público junto a este Tribunal, com o fito de verificar a existência, ou não, de efetivos impedimentos técnicos e normativos ao cumprimento, pela AGU, das atribuições previstas na Decisão Normativa-TCU 126/2013, e de propor as soluções mais rápidas aos eventuais problemas identificados, fixando-se o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da ciência deste Acórdão, para a submissão da instrução conclusiva ao Relator;

9.7.3 analisar a viabilidade, inclusive sob o aspecto da relação custo/benefício, de eventual padronização dos regimes contábeis para apuração das receitas com arrecadação de multas e dos conceitos de "multas exigíveis e definitivamente constituídas" e de "multas aplicadas", para os fins da determinação contida no subitem 9.6 do Acórdão 482/2012-Plenário, realizando, para tanto, as necessárias diligências e interlocuções junto às unidades jurisdicionadas envolvidas, e, caso conclua pela viabilidade dessas medidas, proponha os padrões convencionados, fixando-se o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência deste Acórdão, para a submissão da instrução conclusiva ao Relator;

9.7.4 consolidar anualmente, em processo específico de acompanhamento, as análises dos relatórios de gestão atribuídas às unidades técnicas nos termos do subitem 9.6 deste Acórdão, submetendo os correspondentes resultados ao Relator;

Considerando a apresentação de cronograma de monitoramento, com a finalidade de compatibilizar a determinação do Plenário constante do item 9.7 do Acórdão 1.665/2014, com o Plano Operacional da Segecex.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, por unanimidade, em segregar o monitoramento determinado no item 9.7 do Acórdão 1.665/2014-TCU-Plenário em dois processos de controle externo distintos; alterar os prazos estipulados nos subitens 9.7.2 e 9.7.3 do Acórdão 1.665/2014-TCU-Plenário para 70 dias e 130 dias, respectivamente, de acordo com o cronograma de trabalho anexado a peça 6; e dar ciência da presente Decisão à Secretaria-Geral de Controle Externo e à Semag.

1. Processo TC-017.090/2014-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Unidade: Advocacia-Geral da União (AGU), Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 2012/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Relatório de Auditoria Fiscalis 710/2012, à peça 23, realizada na Oxigênio - Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais (CNPJ 59.587.949/0001-82), no período compreendido entre 20/8/2012 e 21/9/2012, que objetivou verificar a regularidade do Convênio 27/2008/MTE/SPPE (Siconv 701547/2008), celebrado entre a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/MTE e a referida entidade, com fundamento no art. 1º, IV; 9º, III e 41, II, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III e 15, 17, 105 e 239, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em mandar fazer as determinações abaixo, conforme sugerido nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.990/2012-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Elaine Bretone (031.775.198-89); Elaine Bretone (317.751.988-98); Ezequiel Sousa do Nascimento (339.653.821-87); Marta Maria Del Bello (123.077.968-00), Oxigênio - Desenvolvimento de Políticas Públicas e Socias (CNPJ 59.587.949/0001-82)
1.2. Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Luciana Lage Costa (OAB/DF 19.951), Naide Liliane de Magalhães (OAB/SP 209.962), Eloa Fratic Bacic (OAB/SP 275.459), Sandra Elisabeth lage Costa (OAB/DF 7.840) e outros
1.7. Determinar à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências no que tange ao exame da prestação de contas do Convênio 27/2008/MTE/SPPE (Siconv 701547/2008) apresentada pela Oxigênio Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.7.1. glosar os pagamentos efetuados aos dirigentes da Oxigênio, Sra. Marta Maria del Bello e Sr. Francisco Dias Barbosa, por serviços prestados no âmbito do convênio, por infringência ao art. 39, inciso I, da Portaria Interministerial MP/MF/MCT 127/2008, vigente à época;

1.7.2. glosar os registros indevidamente duplicados de turmas ou de alunos;

1.7.3. consultar todos os alunos cadastrados pelas entidades executoras, os quais devem ser inquiridos acerca dos seguintes fatos:

1.7.3.1. se efetivamente participaram dos cursos do Planseq - Construção Civil; e se os concluíram;

1.7.3.2. se receberam as apostilas com o conteúdo dos cursos;

1.7.3.3. se receberam os *kits* de materiais didáticos;

1.7.3.4. se foram beneficiados com o transporte diário por ônibus fretado;

1.7.3.5. se receberam, diariamente, lanches;

1.7.4. caso se opte por realizar a consulta da alínea anterior pela aplicação da técnica de amostragem, justificar esta opção e executá-la, rigorosamente, sob o método probabilístico, estabelecendo o tamanho da amostra aleatória para um nível de confiança de no mínimo 95% e um erro amostral de no máximo 5%, bem como descrever e justificar os procedimentos adotados na execução do trabalho, apresentando as memórias de cálculo e os dados dos alunos consultados, que devem ser condizentes com as fichas de matrícula;

1.7.5. diligenciar junto aos respectivos Fiscos acerca da idoneidade dos documentos fiscais emitidos no âmbito deste convênio pelas empresas Villa Eugenio Restaurantes Ltda. e Trizit Eventos & Serviços Ltda. - ME;

1.7.6. glosar, integral ou proporcionalmente, as despesas consideradas ilegítimas em função dos resultados das consultas acima propostas.

1.7.7. concluir a apreciação da prestação de contas.

1.8. Determinar à Secex/SP que monitore, nos próprios autos, o cumprimento da determinação ora prolatada, nos termos do art. 35, § 2º, da Resolução TCU 259/2014.

1.9. Encaminha cópia da instrução para o Ministério do Trabalho e Emprego.

ACÓRDÃO Nº 2013/2014 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de Representação encaminhada pela Procuradora da República no Estado de São Paulo, Cristina Marelim Vianna (peça 1, p. 1,) referente a possível descumprimento de formalidades legais no processo de elaboração, em 13/12/2011, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica Aneel 469/2011, que trata da revisão de alguns Módulos dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, e constante do Inquérito Civil Público 1.34.001.003096/2012-66.

Considerando que a presente representação é admissível, uma vez que, de acordo com o art. 237, inciso I, do RI/TCU, combinado com a alínea "c" do inciso XVIII do art. 6º da Lei Complementar 75, de 20/5/1993, o Ministério Público da União tem legitimidade para representar ao Tribunal de Contas da União, visando ao exercício de sua competência.

Considerando a legalidade na atuação da Aneel, porquanto não houve processo decisório que afetou direitos dos agentes econômicos do setor elétrico ou dos consumidores não submetido a audiência pública.

Considerando a proposta de encaminhamento uníssona da unidade técnica (peças 15 a 17) e o parecer do MP/TCU, representado pelo Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin (peça 19) no sentido de que a presente Representação seja conhecida e, no mérito, considerada improcedente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, conhecer da presente Representação para, no mérito, considera-la improcedente; enviar cópia do presente Acórdão à Procuradora da República no Estado de São Paulo, Exma. Sra. Cristina Marelim Vianna; e arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-044.349/2012-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 005.177/2014-6 (SOLICITAÇÃO); 002.071/2014-2 (SOLICITAÇÃO); 010.044/2013-2 (SOLICITAÇÃO); 022.880/2013-5 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Interessado: Procuradora da República no Estado de São Paulo, Cristina Marelim Vianna

1.3. Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnerg).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 29/2014 - Plenário
Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 34/2014 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 2014/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação ao responsável Sr. Paulo Roberto Rodrigues Nunes, diante do recolhimento integral das multas que lhes foram cominadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.217/2001-9 (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2000) - Apenso: 020.931/2006-2 (Representação)

1.1. Responsáveis: Paulo Roberto Rodrigues Nunes (379.107.287-00) e outros

1.2. Órgão: 3º Batalhão de Suprimento

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Fabiano Koff Coulon (OAB/RS nº 36.608) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.8. Quitação relativamente aos subitens 9.8 e 9.9 do Acórdão nº 427/2014, proferido pelo Plenário, em sessão de 26/2/2014 - Extraordinária, Ata nº 6/2014 - Plenário:

Responsável: Paulo Roberto Rodrigues Nunes (379.107.287-00)

Data de origem das multas	Valor original das multas1.
26/02/2014	R$ 5.000,00 (subitem 9.8)2.
26/02/2014	R$ 5.000,00 (subitem 9.9)3.
Data do recolhimento	Valor recolhido4.
12/05/2014	10.069,00 5.
Total do recolhimento	10.069,00 6.

ACÓRDÃO Nº 2015/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea *d*, do Regimento Interno, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1668/2014-TCU-Plenário, prolatado na sessão de 25/06/2014 - Ordinária, Ata nº 23/2014-Plenário, de modo a acrescentar o subitem 9.3.1, o qual terá a seguinte redação: "9.3.1 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida a que se refere o subitem 9.3 do referido Acórdão, caso não atendida a notificação;", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.132/2009-7 (MONITORAMENTO) - Apensos: 017.238/2009-8 (Representação); 013.233/2008-5 (Relatório de Auditoria); 007.950/2013-6 (Solicitação); 009.299/2009-9 (Representação)

1.1. Responsáveis: Alexandre Rocha Santos Padilha (131.926.798-08); Francisco Batista Júnior (566.787.034-72) e Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (059.857.811-00).

1.2. Órgãos: Conselho Nacional de Saúde; Fundação Nacional de Saúde; Ministério da Saúde (Vinculador)

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso (Secex-MT).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2016/2014 - TCU - Plenário

Considerando que a presente representação versa sobre supostas irregularidades na aquisição de acervo bibliográfico para atender à rede estadual de ensino do Piauí, objeto do Pregão Presencial nº 006/2012, realizado pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Piauí;

Considerando que a maioria dos recursos utilizados para pagamento das despesas é proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

Considerando o apurado pela Secex/PI e o entendimento do Relator exarado no Despacho de 29/01/2014, de que embora inquestionável a jurisdição deste Tribunal para a apuração dos fatos, a aplicação da maioria dos recursos pertence ao estado do Piauí, o que implica também na jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, ao qual cabe promover a primeira apuração do caso;

Considerando que a verificação de possíveis irregularidades ocorridas no referido Pregão será mais eficiente se a questão for submetida ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí;

Considerando que este Tribunal já encaminhou cópia da presente representação ao referido órgão de controle;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8443/1992, c/c os arts. 1º, inciso II, 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea *a*, 169, inciso V, do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, sem a manifestação de mérito, em razão do entendimento de que a competência primeira para a apuração dos fatos cabe ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, e arquivar o processo, dando-se ciência desta deliberação aos representantes e ao órgão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, encaminhando-lhes cópia do Despacho (peça 24) e da instrução da Unidade Técnica (peça 37):

1. Processo TC-035.958/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representantes: Livraria Anchieta (E.N. Marinho Distribuidora de Livros Ltda.) (05.775.188/004-06) e Livraria Margarida (Livraria Margarida Distribuidora e Representante de Livros Ltda. (07.476.781/001-34).

1.2. Órgão: Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Piauí.

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - (Secex-PI).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 29/2014 - Plenário
Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 29/2014 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2017/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação a José Carlos Magalhães da Silva Moutinho, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.9 do Acórdão nº 1465/2011 - Plenário, em Sessão de 1/6/2011, Ata nº 21/2011, retificado pelos Acórdãos: 1585/2011 - Plenário, em Sessão de 15/6/2011, Ata nº 23/2011; 2129/2011 - Plenário, em Sessão de 17/8/2011, Ata nº 34/2011, modificado pelo Acórdão nº 3258/2011 - Plenário, em Sessão de 7/12/2011, Ata nº 54/2011, e este retificado pelo Acórdão nº 5/2012 - Plenário, em Sessão de 18/1/2012, Ata nº 1/2012, e alterado pelo Acórdão nº 2381/2013 - Plenário, em Sessão de 4/9/2013, Ata nº 34/2013, mantido pelos Acórdãos: 3654/2013 - Plenário, em Sessão de 10/12/2013, Ata nº 49/2013 e 1395/2014 - Plenário, em Sessão de 28/5/2014, Ata nº 19/2014.

Valor original da multa: R$ 3.500,00 data de origem: 7/12/2011

Valor recolhido: R$ 4.074,70 data do recolhimento: 4/7/2014

1. Processo TC-021.074/2006-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2005)

1.1. Apensos: 014.506/2003-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 007.705/2005-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.2. Responsáveis: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho (398.005.047-53); Afonso Infurna Júnior (343.649.357-00); Aludima de Fátima Oliveira Mendes (353.815.409-06); Ana Gomes da Silva (315.422.801-25); Antônia Riseuda Brasil de Oliveira (178.678.943-49); Antônio Carlos Martins Cirilo (330.394.536-53); Antônio Celso da Costa (306.470.297-15); Antônio Henrique Vieira de Menezes (311.993.305-82); Antônio Nazareno Gomes Salgado (045.273.132-15); Ary Henriques Costa (022.166.473-49); Ary Leite de Jesus (342.777.571-20); Áurea Lino da Silva (414.476.116-91); Beatriz Mac Dowell Soares (307.615.067-72); Carlos Alberto Carvalho de Azevedo (087.970.724-00); Carlos Dias Lopes (487.969.800-87); Carlos Henrique da Silva Athayde (983.781.047-53); Carlos Roberto Martins (316.475.701-82); Cid Valério de Oliveira (250.270.851-68); Cislene Mendes Marinho (090.988.102-25); Clara Kyiomi Kioshima (397.579.359-72); Daniel Lins Menucci (126.002.964-68); Dario Fer-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

reira Silva (252.210.519-15); Dario Gama Duarte (038.773.298-53); Dionísio Paiva Ximenes (081.752.413-49); Dirceu Raposo de Mello (006.641.228-50); Dirciara Souza Cramer de Garcia (712.583.700-00); Edelvino Albuquerque da Silva (209.711.410-53); Edmo Maia Chaperman (008.190.001-59); Edneusa Belarmino de Lima (432.418.401-15); Eliana Cristina de Santana Fiais (538.346.315-15); Eliana Dias Garcia (529.509.139-20); Eliseu Robert Lage Oliveira (874.733.216-68); Elizabeth Gonçalves (146.619.691-20); Erna Luiza Schmitt da Silva Mello (252.507.520-04); Estevão Cláudio dos Santos (167.369.079-34); Fábio Yassuo Mikami (906.245.051-20); Francisca Alves Martins (077.358.714-49); Francisco José Mello Ayres do Nascimento (029.846.268-00); Francisco Madeira de Albuquerque (096.180.903-53); Francisco Wilfon Viana de Sena (229.465.782-91); Franklin Rubinstein (083.596.877-49); Genildes de Carvalho Ribeiro (264.923.855-00); Gilson Carvalho Vaz (473.903.011-04); Hélio Augusto de Oliveira (276.669.136-72); Hélio Pereira Dias (009.848.337-49); Heriberto Paulo de Limas (248.565.099-34); Inês Pereira Mallmann (353.805.190-91); Iolanda Álvares Gomes (144.467.901-53); Ivar Crescêncio Stangherlin (549.561.960-91); Joana Darc Soares da Costa (282.064.104-06); Joana Miyo Nakui (234.652.129-91); Jorge dos Reis (157.931.502-00); José Alberto de Andrade Reis (947.814.517-72); José Luiz Camargo (149.072.241-68); José Antônio de Almeida Lima (042.783.302-78); José Reginaldo Siqueira Mendes (055.929.253-87); Josélia Viana Coutinho (390.168.207-44); Kátia Machado (279.627.761-53); Lair Moreno Leobas (134.934.341-20); Leonardo Carvalho Mano Gonçalves (965.529.481-15); Lídia Tobias Silveira (019.654.762-87); Lívia Costa da Silveira (746.547.806-53); Lúcia de Fátima Teixeira Masson (285.003.421-53); Luciane Abreu Monherat Solon de Pontes (201.142.732-00); Lucila Spadoni Paes de Barros (208.378.281-04); Lucileide Borges Siqueira (208.927.722-04); Luis Carlos Aguiar Simões (772.725.447-91); Luzimaria Cordeiro Pinheiro (098.912.001-59); Manoel Amaro de Souza Filho (122.492.382-00); Márcia Leite de Oliveira Torres (107.618.374-34); Marcílio Marques Silva (111.185.551-04); Marco Antônio Alves Correa (206.128.346-20); Maria Davina Rarris da Cruz (112.443.212-49); Maria Helena Figueiredo da Cunha (036.768.702-04); Maria Helena de Medeiros (242.558.314-91); Maria Lúcia Nogueira Godoy Amed (017.658.228-23); Maria Lúcia Silva Carregosa (511.194.475-34); Maria Marta Ferreira (117.698.821-20); Maria Nazaré Alves da Silva (157.261.694-68); Maria das Graças Pereira de Queiroz (098.020.295-72); Maria de Jesus Paz (048.044.143-04); Maristela Nunes Costa (520.576.906-87); Mauda Valdeci Vess Rocha (180.631.010-49); Michelle Fabiana Diniz (952.734.251-15); Miguel dos Santos (181.855.251-53); Mirian Neves de Aquino (493.039.967-04); Márcia Maria Avelino Martins (242.025.413-91); Nadine Bussoletti Pontim (035.839.728-64); Narcília dos Santos (196.950.982-15); Oscar Sampaio Sarraff Júnior (553.089.027-04); Osvaldo Vieira Cassiano (039.426.388-00); Paulo Ricardo Santos Nunes (314.972.920-34); Paulo Woyames Pinto Filho (229.071.736-34); Raimundo Brito do Amaral (033.804.592-91); Raimundo Tarcísio Macedo (066.903.861-04); Ricardo Oliva (669.453.568-68); Roberto César de Vasconcelos (112.776.703-82); Rosa de Fátima Figueiredo do Carmo (226.339.872-49); Rosário de Fátima Lobato Martins (146.479.663-72); Rosângela de Queiroz Barreto (436.468.244-68); Rubens Barbosa de Araújo (084.148.072-91); Sandra Regina Alves de Oliveira (322.797.952-72); Sílvia Figueiredo de Gusmão (063.395.144-72); Sílvio Almeida Santos (150.076.005-63); Sônia Maria Tsukahaara (983.355.298-68); Tânia Maria Araújo Brandão (220.413.111-34); Tarcísio Vieira de Lima Silva (203.542.154-34); Telesmagno Neves Teles (466.089.745-15); Teresa Cristina Reis Braga (153.066.154-49); Tereza Naira Maciel da Silveira Baracat (112.353.062-91); Thiago Otávio dos Reis Silva (722.205.381-68); Vera Regina Paula Baroni (463.900.494-04); Veralúcia Maria da Penha (219.567.151-34); Victor Hugo Costa Travassos da Rosa (008.165.822-20); Walmir Gomes de Sousa (334.034.061-72)

1.3. Recorrente: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho (398.005.047-53)

1.4. Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

1.5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.9. Advogados constituídos nos autos: Lycurgo Leite Neto (OAB/DF 1.530-A), Eduardo Lycurgo Leite (OAB/DF 12.307), Rafael Lycurgo Leite (OAB/DF 16.372), Felipe Carlos Schwingel (OAB/DF 24.046), José Luis Wagner (OAB/DF 17.183), Lilia Fortes dos Santos Wagner (OAB/RS 25.543), Luciana Inês Rambo (OAB/RS 52.887), Luiz Antônio Muller Marques (OAB/DF 2.358-A), Paulo Cézar Santos de Almeida (OAB/RS 38.535) e Sandra Luiza Feltrin (OAB/DF 2.238 A).

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2018/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-020.956/2009-6 (Embargos de Declaração em Recurso de Revisão)

1.1. Apensos: 018.898/2012-2 (Cobrança Executiva); 018.896/2012-0 (Cobrança Executiva); 018.897/2012-6 (Cobrança Executiva)

1.2. Embargante: José Aparecido dos Santos (459.977.991-15)

1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.8. Advogado constituído nos autos: Flaminio Maurício Neto (OAB/SP 55.119)

1.9. Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração opostos por José Aparecido dos Santos, ex-Prefeito de Nova Marilândia/MT, contra o Acórdão 1.445/2014-Plenário, por meio do qual o Tribunal não conheceu de recurso de revisão por ele interposto contra o Acórdão 1.940/2012-2ª Câmara.

Considerando que, no Acórdão 1.940/2012-2ª Câmara, o Tribunal julgou irregulares as contas do ora embargante, condenando-o, solidariamente com outros responsáveis, em débito de R$ 13.944,20 e aplicando-lhe, individualmente, multa de R$ 4.000,00, por superfaturamento na aquisição de veículo e de fracionamento de despesa;

Considerando que o ora embargante interpôs recurso de reconsideração contra o Acórdão 1.940/2012-2ª Câmara, manifestando-se em seguida pela desistência do recurso;

Considerando que o ora embargante recolheu a multa recebida e o débito pelo qual foi condenado no Acórdão 1.940/2012-2ª Câmara, obtendo quitação das dívidas, conforme Acórdãos 6.408/2012-2ª Câmara e 3.193/2013, respectivamente;

Considerando que, posteriormente, o ora embargante interpôs recurso de revisão contra o Acórdão 1.940/2012-2ª Câmara, que, apesar de fundamentado no inciso II do art. 35 da Lei 8.443/1992, requisito específico dessa espécie recursal consistente em falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha baseado a decisão recorrida, não carreou aos autos demonstração de que as provas da condenação poderiam ser falhas ou incompletas, limitando-se a reclamar de falta de cientificação da TCE ao ministro de Estado; da indicação de ter havido má-fé; da ausência de responsabilização do Fundo Nacional de Saúde; e do não arquivamento do processo em razão do valor;

Considerando que, na ocasião, a Serur e o MP/TCU manifestaram-se pelo não conhecimento do recurso, uma vez que os elementos apresentados no expediente recursal não atendiam aos requisitos específicos de admissibilidade do recurso de revisão;

Considerando que, diante disso, o recurso de revisão contra o Acórdão 1.940/2012-2ª Câmara não foi conhecido, nos termos do Acórdão 1.445/2014-Plenário;

Considerando que, contra tal decisão, o ex-Prefeito José Aparecido dos Santos opõe os presentes embargos, com fundamento no art. 287 do Regimento Interno, "*para que seja admitida a subsunção do recurso de revisão aos termos dos incisos I, II e III do art. 35 da Lei 8.443/92 e art. 288 do Regimento*";

Considerando que nos embargos são apresentadas as seguintes razões pelas quais o recurso de revisão deveria ter sido conhecido:

- erro de cálculo: "*óbvio que se pretendeu convalidar com a descoberta ulterior da ausência do nexo de causalidade, gerando error in procedendo* ... [consistente no não arquivamento do processo pelo valor];

- insuficiência de documentos e superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida: "*uma vez que todos os recursos permitidos no desenrolar do processo relativo à TCE em questão foram considerados intempestivos, não sendo conhecidos por esta Corte, mister se faz em sede de recurso de revisão que os mesmos sejam apreciados neste momento processual ... e deverão ser considerados novos em sede do mencionado recurso*";

Considerando que tais razões não se enquadram nas respectivas hipóteses de conhecimento do recurso de revisão às quais foram associadas na peça recursal;

Considerando que o ora embargante apresenta ainda reclamações já aduzidas no recurso de revisão (falta de cientificação da TCE ao ministro de Estado; da indicação de ter havido má-fé; e de não arquivamento do processo por motivo de valor), as quais, conforme afirmado na decisão embargada, não servem para fins de conhecimento do recurso;

Considerando que não foi apontada na peça recursal em apreciação qual seria a obscuridade, omissão ou contradição na deliberação recorrida a fundamentar o conhecimento dos presentes embargos de declaração, em que consta alegação genérica de que a decisão pelo não conhecimento do recurso foi "*contraditória e injusta*", sem indicação de qual teria sido tal contradição;

Considerando, assim, que, apesar de atendidos os requisitos gerais do art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, observando-se a singularidade, a tempestividade, a adequação do documento, a legitimidade da recorrente e o seu interesse em recorrer, as razões e reclamações com relação à decisão embargada, bem como a alegação genérica de que esta foi contraditória, não preenchem os requisitos específicos de admissibilidade dos embargos de declaração previstos no caput do art. 34 da Lei 8.443/1992;

Considerando que, devido ao acórdão condenatório proferido nestes autos, o nome de José Aparecido dos Santos está na lista de responsáveis com contas julgadas irregulares encaminhada por este Tribunal à Justiça Eleitoral;

Considerando o pedido apresentado por José Aparecido dos Santos para a "*exclusão*" do seu nome da referida lista, fundado no fato de o acórdão em questão encontrar-se sob apreciação do Poder Judiciário, mediante "*ações ordinárias que postulam a sua nulidade absoluta em virtude de defeitos processuais inconvalidáveis*", bem como em face de recurso de revisão no TCU, cujo julgamento é objeto destes embargos;

Considerando que, por força da independência das instâncias e da jurisdição própria e privativa do TCU, estabelecida em sede constitucional, a existência de ação judicial em curso sobre os fatos objeto de análise em processos desta Corte de Contas não gera, por si só, prejudicialidade a ensejar o sobrestamento dos respectivos autos até decisão judicial definitiva;

Considerando que o recurso de revisão no TCU, pela natureza análoga à ação rescisória, incide sobre processos de contas já findos, ou seja, já transitados em julgado e, nessa condição, não suspende os efeitos dos acórdãos condenatórios proferidos pelo Tribunal;

Considerando que a inclusão, pelo Tribunal, do nome do requerente na lista de responsáveis por contas julgadas irregulares enviada à Justiça Eleitoral é imperativo legal e que, nos termos do parágrafo único do art. 220 do Regimento Interno desta Casa, tal somente não ocorrerá nas situações em que houver recurso com efeito suspensivo cuja admissibilidade tenha sido decidida pelo relator, o que não é o caso em análise, haja vista que o recurso de revisão é desprovido de efeito suspensivo;

Considerando que a Selog, em relação ao requerimento formulado por José Aparecido dos Santos pedindo a exclusão de seu nome da mencionada lista, propõe o seu conhecimento como petição, com base no art. 5º, inciso XXXIV, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, bem como o indeferimento do pleito, uma vez que a providência solicitada não encontra respaldo na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/92 c/c o artigo 287 do RI/TCU e no art. 143, inciso IV, alínea "b", do mencionado Regimento, em não conhecer dos presentes embargos de declaração, por não preenchimento dos requisitos específicos de admissibilidade, negar o pedido de José Aparecido dos Santos para a exclusão do seu nome da lista de responsáveis por contas julgadas irregulares encaminhada à Justiça Eleitoral, no que se refere à sua presença na lista em decorrência das decisões proferidas nestes autos, por ausência de respaldo legal, e dar ciência desta deliberação ao embargante.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2019/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso XVII, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 264 e 265 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da consulta, por não atender aos requisitos de admissibilidade, dando-se ciência ao consulente, com o envio de cópia da respectiva instrução e, em seguida, arquivando-a, conforme o parecer emitido nos autos.

1. Processo TC-018.586/2014-7 (CONSULTA)
1.1. Consulente: Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2020/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em autorizar a prorrogação do prazo solicitada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.121/2014-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União
1.2. Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2021/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e art. 35 da Resolução-TCU 259/2014, ACORDAM em considerar atendido o disposto no item 9.1 do Acórdão 3.214/2013 - Plenário, bem como em fazer a determinação abaixo indicada, autorizando o encerramento dos autos, mediante apensamento em definitivo ao processo originário, após ser dada ciência do decidido às entidades relacionadas no item 1.1, com o envio de cópia da respectiva instrução.

1. Processo TC-012.268/2014-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Unidades: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais (APS)
1.2. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há
1.6. Determinar à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) que informe, em suas próximas contas anuais, as medidas adotadas com vistas ao cumprimento das deliberações contidas nos itens 5.1.3 e 5.2.2 do Acórdão 1.527/2008 - 2ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 2022/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-006.525/2014-8 (Embargos de Declaração em Representação)
1.1. Embargante: Sevig Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. (04.627.450/0001-60)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.7. Advogados constituídos nos autos: Marcelo Luiz Ávila de Bessa (OAB/DF 12.330) e outros.
1.8. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam, originalmente, de representação formulada pela empresa Sevig Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. contra os Pregões Eletrônicos 132/7062-2013 e 134/7072-2013, promovidos pela Caixa Econômica Federal, nos quais foi desclassificada na etapa de habilitação por não cumprir os critérios de qualificação técnica dispostos nos respectivos editais.

Considerando que, por meio do Acórdão 974/2014-Plenário, o Tribunal conheceu da representação e, no mérito, considerou-a improcedente, indeferindo a medida cautelar pleiteada, tendo em vista a inexistência dos pressupostos para a sua adoção, e determinou o arquivamento do processo;

Considerando que, contra tal decisão, a empresa interpôs os presentes embargos alegando que a instrução da unidade técnica que embasou a apreciação da matéria pelo Tribunal foi contraditória ao refutar as alegações da licitante quanto à suposta irregularidade dos critérios de qualificação técnica exigidos pela Caixa;

Considerando que o instituto da representação não se presta à tutela do interesse particular, motivo pelo qual o autor ocupa posição secundária nesse tipo de processo, que é impulsionado pelo próprio TCU;

Considerando que não se reconhece automaticamente interesse de agir do representante, porquanto não há lide quanto ao objeto da representação, que está vinculado a interesse público indisponível;

Considerando que, sob esse prisma, a embargante não logrou demonstrar legitimidade ou interesse recursal que a habilitasse a opor o presente recurso;

Considerando que a unidade técnica, em pareceres uniformes, pronunciou-se pelo não conhecimento do recurso, em face da ausência de legitimidade da recorrente, que não é parte para opor embargos de declaração.

Considerando que, de qualquer maneira, conforme os mencionados pareceres, não há na instrução técnica que fundamentou o acórdão embargado a contradição alegada nos embargos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b"; 146; 278, § 2º; e 282 do Regimento Interno/TCU, e ante as razões expostas pelo Relator, em não conhecer dos presentes embargos de declaração e dar ciência desta deliberação à embargante.

ACÓRDÃO Nº 2023/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, indeferindo o requerimento de medida cautelar, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para a adoção da referida medida, e adotar as seguintes providências, conforme os pareceres emitidos nos autos, bem como cientificar a representante, com o envio de cópia da respectiva instrução.

1. Processo TC-018.453/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Fragcenter Comércio e Serviços Ltda. (12.353.625/0001-16)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Dar ciência à Caixa Econômica Federal/Gerência Filial Logística de Belém (Gilog Belém) de que a negativa em autorizar a presença de cidadão ou licitante em qualquer das fases dos processos licitatórios conduzidos pela administração pública, inclusive a fase de recebimento dos produtos ou serviços contratados, ofende o princípio da transparência e viola o art. 4º da Lei 8.666/1993;
1.8. Determinar à Caixa Econômica Federal/Gerência Filial Logística de Belém (Gilog Belém) que, em relação ao Pregão Eletrônico nº 070/7050-2013, autorize a presença de representante da empresa Fragcenter Comércio e Serviços Ltda.-ME (CNPJ 12.353.625/0001-16) na fase de recebimento das fragmentadoras ofertadas ou encaminhe à empresa a íntegra do termo de aceitação, caso os bens já tenham sido entregues;
1.9. Comunicar à Caixa Econômica Federal/Gerência Filial Logística de Belém (Gilog Belém) e à empresa representante acerca desta deliberação;
1.10. Arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 2024/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; 237 e 250 a 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferindo o pedido de medida cautelar, bem como arquivá-la, dando ciência à representante e à unidade jurisdicionada, conforme proposta da unidade técnica.

1. Processo TC-018.466/2014-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: 3way Networks Informática Ltda. - EPP (06.124.321/0001-84)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 29/2014 - Plenário
Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 24/2014 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 2025/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em expedir quitação a Arionaldo Bomfim Rosendo ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada e em apensar este processo ao TC 003.727/2005-7, nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

Quitação relativa ao subitem 9.3 do acórdão 2.556/2011-1ª Câmara

Arionaldo Bomfim Rosendo
Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 26/4/2011
Valor recolhido: R$ 7.843,15 Data do recolhimento: 28/6/2014
(última parcela)

1. Processo TC-028.917/2012-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Responsável: Arionaldo Bomfim Rosendo (CPF 182.782.991-53).
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex-ES).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2026/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno, c/c o art. 40, inciso III, da Resolução/TCU 259/2014, em apensar definitivamente os autos ao TC 041.533/2012-7.

1. Processo TC-010.762/2014-0 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Unidade: Município de São Jerônimo da Serra/PR.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2027/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno, c/c o art. 40, inciso III, da Resolução TCU 259/2014, em apensar definitivamente os autos ao TC 041.533/2012-7.

1. Processo TC-012.614/2014-9 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Unidades: Municípios de Cidade Gaúcha, de Querência do Norte e de Santa Helena, todos no Estado do Paraná.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2028/2014 - TCU - Plenário

Considerando estes pedidos de reexame interpostos pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região - Amatra 10 e por Anna Keyla Moreira Ribeiro contra o acórdão 2.880/2013-Plenário, que, ao examinar auditoria realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - TRT/DF com o objetivo de verificar a conformidade dos pagamentos efetuados a magistrados e servidores do TRT, expediu determinações a serem cumpridas por aquela Corte;

considerando que a Amatra 10 solicitou seu ingresso nos autos como interessada;

considerando que a relação jurídica processual estabeleceu-se entre esta Corte e o TRT-10ª Região/DF e foi manifestada pela determinação de providências a serem adotadas pelo ente jurisdicionado, sem atingir, no atual momento processual, nenhum interesse particular que motive a interposição dos presentes recursos;

considerando que o órgão, ao cumprir as determinações do acórdão 2.880/2013-Plenário, deverá observar o exercício do con-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

traditório e da ampla defesa assegurado aos eventuais atingidos por decisões no âmbito administrativo do próprio TRT/DF;

considerando a ausência de interesse recursal de ambos os recorrentes, posto que a decisão ora recorrida não acarreta nenhum prejuízo nem à recorrente, nem aos representados pela Amatra;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 32, c/c o art. 48, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 146, §§ 1º e 6º; 285, caput e §2º; 282 e 278, § 3º, do Regimento Interno, em indeferir o pedido de ingresso nos autos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região - Amatra 10; em não conhecer dos pedidos de reexame, ante a ausência de legitimidade e de interesse recursal, e em encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip), para que dê ciência desta deliberação, bem como da instrução às peças 122 e 123 à Amatra 10 e a Anna Keyla Moreira Ribeiro, respectivamente, e aos demais órgãos/entidades interessados; examine a peça 104, com vistas a subsidiar o cumprimento do subitem 9.5 do acórdão 2.880/2013-Plenário; e dê ciência ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União e à Consultoria Jurídica desta Corte acerca da informação apresentada pela Coordenadora de Controle Interno Substituta do TRT-10ª Região/DF à peça 104, no que tange à ação ordinária 61118-11.2011.4.01.3400 da 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

1. Processo TC-000.688/2011-8 (PEDIDO DE REEXAME)

1.1. Classe de Assunto: I.

1.2. Recorrentes: Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região - Amatra 10 (CNPJ 03.636.768/0001-44) e Anna Keyla Moreira Ribeiro (CPF 455.135.201-25).

1.3. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Advogados: Tiago Cardoso Pena (OAB/MG 83.514) e outros e Márcia Guasti Almeida (OAB/DF 12.523) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 29/2014 - Plenário
Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 36/2014 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2029/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar, o prazo do item 1.8.1. do Acórdão 41/2014-TCU-Plenário, por mais 90 (noventa) dias, contados do término do prazo anteriormente estabelecido, formulado pelo Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil (peça 53), conforme proposto pela Secex/SC.

1. Processo TC-002.048/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 011.182/2014-8 (SOLICITAÇÃO); 013.889/2009-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Ana Paula da Silva Machado (037.167.259-78); Cléo Reis Quaresma (283.958.590-15); Construtora Espaço Aberto Ltda. (76.601.343/0001-73); Departamento Estadual de Infraestrutura de Santa Catarina - Deinfra-SC (05.510.080/0006-53); Paulo Ney Almeida (448.935.669-20); Reinaldo Damasceno da Silva (179.354.409-30); Romualdo Theophanes de França Junior (486.844.499-91); Sotepa - Sociedade Técnica de Estudos, Projetos e Assessoria Ltda. (82.515.834/0001-02)

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Santa Catarina

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2030/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão nº 335/2013-TCU- Plenário (peça 105), como a seguir:

onde se lê: "José Freire de Souza", leia-se: "José Freire de Souza Lobo";

onde se lê: "João Luís Ferreira Lessa", leia-se: "João Luiz Ferreira Lessa"; e

onde se lê: "Francisco Ivan Alzier", leia-se: "Francisco Ivan Alzier de Araújo".

1. Processo TC-002.528/2011-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fernanda Alves da Costa (578.587.722-87); Francisco Ivan Alzier de Araújo (147.055.672-34); Japimac Construções Ltda. (02.585.078/0001-40); José Freire de Souza Lobo (048.778.882-68); José Said Libório (135.334.522-04); João Luiz Ferreira Lessa (334.420.292-87); Leila Regina da Silva Menezes (284.289.862-15); Manoel Adail Amaral Pinheiro (137.996.732-53); Waldner Fernandes Costa Filho (614.379.212-72); William de Lima e Silva (418.146.902-63)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Coari - AM

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2031/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tagColegiado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 243, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em transferir a responsabilidade técnica do monitoramento tratado nos presentes autos para a Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes (SefidTrans) e o consequente encaminhamento do processo a àquela unidade.

1. Processo TC-028.484/2012-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsáveis: Fernando Victor Castanheira de Carvalho, CPF 099.006.401-87, e Pedro Brito do Nascimento, CPF 001.166.453-34.

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Portos

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2032/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso V, e 243, todos do Regimento Interno, em considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 1.7.5.1 e 1.7.5.2 do Acórdão 222/2011-Plenário e 9.8 do Acórdão 2964/2012-TCU-Plenário, bem como determinar o arquivamento do presente processo, uma vez que cumpriu o objetivo para o qual foi constituído, dando-se ciência ao interessado.

1. Processo TC-034.065/2013-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araguanã/MA.

1.2. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Controladoria Geral da União (CGU) que foram autuados processos de Tomada de Contas Especial referentes aos recursos do PEJA, exercícios 2005 e 2006, sob os números 23034.002313/2011-71 (exercício de 2005) e 23034.002314/2011-16 (exercício de 2006), em atendimento aos subitens 1.7.5.1 e 1.7.5.2 do Acórdão 222/2011-Plenário e 9.8 do Acórdão 2964/2012-TCU-Plenário, tendo sido informado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que esses processos já foram remetidos à Controladoria Geral da União, respectivamente, em 10/10/2012 e 11/5/2012, ficando a análise de referidos processos pelo Controle Interno submetida ao prazo estabelecido pelo art. 11 da Instrução Normativa - TCU 71/2012.

ACÓRDÃO Nº 2033/2014 - TCU - Plenário

Preliminarmente, registro que atuo nos presentes autos em razão de convocação para exercer as funções de Ministro, em virtude da aposentadoria do Senhor Ministro Valmir Campelo, nos termos da Portaria-TCU nº 76, de 8 de abril de 2014.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação aos responsáveis Darci Amanajás Rodrigues, Doralice Viegas Macedo Coutinho, Lourival Francisco de Oliveira Filho, Guiomar Pereira Gouveia, Maria Ierecê Neves Ribeiro Leite e Maria de Nazaré Rodrigues, ante o recolhimento integral da multa que lhes foram aplicadas, procedidos nos termos da tabela abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Responsável: Darci Amanajás Rodrigues (182.175.592-87)

VALOR DA DÍVIDA R$ 8.000,00	VALOR RECOLHIDO (Atualizado monetariamente) R$12.535,30	SALDO 0,007.

Fonte: Consulta SIAPE e SIAFI peças 92 e 117, Demonstrativo de débito peça 122

Responsável: Doralice Viegas Macedo Coutinho (208.507.942-34)

VALOR DA DÍVIDA R$ 8.000,00	VALOR RECOLHIDO (Atualizado monetariamente) R$ 11.302,78	SALDO 0,008.

Fonte: Consulta SIAPE (peças 95 e 118), Demonstrativo de débito (peça 123)

Responsável: Lourival Francisco de Oliveira Filho (126.575.652-04)

VALOR DA DÍVIDA R$ 8.000,00	VALOR RECOLHIDO (Atualizado monetariamente) R$ 13.262,70	SALDO 0,009.

Fonte: Consulta SIAPE (peça 94 e 119) e demonstrativo de débito (peça 125)

Responsável: Guiomar Pereira Gouveia (066.795.602-68)

VALOR DA DÍVIDA R$ 8.000,00	VALOR RECOLHIDO (Atualizado monetariamente) R$ 13.023,54	SALDO 0,0010.

Fonte: Consulta SIAPE (peça 96 e 116) e demonstrativo de débito (peça 124)

Responsável: Maria Ierecê Neves Ribeiro Leite (066.816.112-49)

VALOR DA DÍVIDA R$ 8.000,00	VALOR RECOLHIDO (Atualizado monetariamente) R$ 12.696,18	SALDO 0,0011.

Fonte: Consulta SIAPE (peça 97 e 121) e demonstrativo de débito (peça 127)

Responsável: Maria de Nazaré Rodrigues (146.210.102-04)

VALOR DA DÍVIDA R$ 8.000,00	VALOR RECOLHIDO (Atualizado monetariamente) R$ 11.685,33	SALDO 0,0012.

Fonte: Consulta SIAPE (peça 93 e 120) e demonstrativo de débito (peça 126)

1. Processo TC-002.933/2001-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 008.844/2008-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 016.619/2008-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 008.847/2008-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 008.846/2008-5 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Alzenira Barreto de Melo (415.302.922-04); Darci Amanajás Rodrigues (182.175.592-87); Doralice Viegas Macedo Coutinho (208.507.942-34); Guiomar Pereira Gouveia (066.795.602-68); Lourival Francisco de Oliveira Filho (126.575.652-04); Maria Ierecê Neves Ribeiro Leite (066.816.112-49); Maria de Nazaré Rodrigues (146.210.102-04); Paulo Almeida Xavier (019.278.922-87); Roberto Façanha Magalhaes (209.308.102-44)

1.4. Órgão/Entidade: Coord. Regional da Funasa/AP (excluída); Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amapá

1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).

1.8. Advogado constituído nos autos: Valdeci de Freitas Ferreira, OAB/AP 560, George Wandré A. Salvador, OAB/AP 650.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.10. Quitação relativa ao item 8.3 do Acórdão nº 228/2002, mantido pelo Acórdão 1168/2004, ambos do Plenário.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2034/2014 - TCU - Plenário

Preliminarmente, registro que atuo nos presentes autos em razão de convocação para exercer as funções de Ministro, em virtude da aposentadoria do Senhor Ministro Valmir Campelo, nos termos da Portaria-TCU nº 76, de 8 de abril de 2014.

Considerando tratar-se de auditoria realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no período abrangido de 1/1/2009 a 30/4/2014, acerca das obras de construção de unidades escolares (creches, quadras e espaços educativos) nos municípios de Araci, Serrinha, Conceição do Coité, Ipirá e Santo Estevão, situados no estado da Bahia;

Considerando que a auditoria, inserida na Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em Obras de Infraestrutura da Educação (TC 001.073/2014-1), teve por objetivo verificar a situação das obras em andamento; os aspectos de qualidade, acessibilidade e sustentabilidade das que estão concluídas; bem como as providências adotadas para retomar aquelas que porventura estejam paralisadas;

Considerando que a Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex/BA) constatou "ocorrência de superfaturamento (Termo de Compromisso nº 202513/2012), atrasos na implantação dos objetos, inobservância de regras técnicas e legais de acessibilidade e sustentabilidade ambiental e recebimento indevido do empreendimento";

Considerando que dos 29 empreendimentos inspecionados, doze encontravam-se com as obras paralisadas, sem qualquer indicativo de execução recente de serviços; duas creches no município de Araci sequer foram iniciadas, mesmo tendo ocorrido o repasse dos recursos pelo Governo Federal desde 28/5/2012; até as obras que se encontravam em execução (oito unidades) apresentavam cronograma físico com atraso na data da inspeção, considerando a previsão inicial de finalização;

Considerando que "todas as irregularidades apontadas acima passam pela deficiência no acompanhamento, supervisão e fiscalização dos recursos transferidos por parte do FNDE, o qual tem o dever de auxiliar e exigir dos municípios a boa e regular gestão dos recursos federais recebidos";

Considerando que, por fazer parte de uma Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), no âmbito da temática Infraestrutura da Educação Básica, os resultados obtidos nesta auditoria serão tratados, juntamente com os dos outros estados participantes, de forma sistêmica no relatório consolidador (TC 001.073/2014-1);

Considerando o acolhimento das conclusões do parecer instrutivo à peça 35, ratificado pelo corpo dirigente da Secex/BA na peça 37,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e no art. 157, ambos do Regimento Interno/TCU, em efetuar as determinações e orientações constantes do item 1.7.

1. Processo TC-009.804/2014-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.2.Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Município de Araci - BA; Município de Serrinha - BA; Município de Conceição do Coité - BA; Município de Ipirá - BA e Município de Santo Estevão - BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Orientações:

1.7.1. com fundamento no art. 43 da Resolução TCU nº 259/2014, de 07 de maio de 2014, determinar a constituição de processo apartado, natureza tomada de contas especial, com o objetivo de detalhar o débito e promover a citação dos responsáveis pelo superfaturamento identificado na execução do Termo de Compromisso PAC 202513/2012, celebrado entre o município de Araci e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a construção de 3 (três) creches no citado município, notadamente em razão de pagamento por serviços não executados, em desconformidade com o art. 62, caput, da Lei nº 4.320/1964, observado na liquidação da nota fiscal 0909 (1ª medição das obras contrato 109/2012), emitida em 05 de dezembro de 2012;

1.7.2. dar ciência ao município de Araci/BA de que foram observadas as seguintes impropriedades na execução das obras de infraestrutura da educação, custeadas com recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

1.7.2.1. existência de atrasos injustificáveis nas obras e serviços registrados no Simec sob os números 8709, 25539, 25540, 25541, 26131, 26132 e 30873, em inobservância ao princípio da eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

1.7.2.2. inobservância dos requisitos legais e técnicos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida na obra registrada no Simec sob o número 8709, em desconformidade com o art. 3º, caput, da Lei nº 10.098/2000;

1.7.2.3. inobservância de parâmetros de sustentabilidade ambiental na obra registrada no Simec sob o número 8709, em desconformidade com o art. 12º, inciso VII, da Lei nº 8.666/1993;

1.7.2.4 paralisação das obras registradas no Simec sob os números 25539, 26132, 30873, com deterioração de serviços por vandalismos e intempéries, em desconformidade com o art. 5º, inciso III, alínea "e", da Resolução FNDE nº 69, de 28 de novembro de 2011;

1.7.2.5 falta de publicidade devida ao contrato, caracterizada pela ausência de placa relacionada com a execução do objeto pactuado, nas obras registradas no Simec sob os números 25539, 25540 e 25541, em desconformidade com o art. 5º, inciso III, alínea "h", da Resolução FNDE nº 69, de 28 de novembro de 2011;

1.7.2.6. recebimento indevido da Creche Tipo "B", edificada na Rua Antônio Evaristo de Carvalho, Vila Olímpica, Simec n. 8709, objeto do Convênio 656664/2009 (Siafi 654631), notadamente em razão da inexecução dos seguintes serviços:

- ausência de pavimentação ao redor do parque externo;
- ausência revestimento externo paredes lavanderia;
- ausência pavimentação ao redor do tanque;
- ausência de rejuntamento da cumeeira do telhado, ocasionando grande infiltração de água quando da ocorrência de chuvas;
- infiltração de água no berçário (relatado pela diretora);
- ausência de grades nas janelas da cozinha;
- ausência de acabamento nas paredes dos depósitos;
- ausência de assentamento portas sanitários;
- ausência de polimento final no piso de granito, de modo que está soltando pó branco que pode ser prejudicial à saúde das crianças;
- ausência de verniz no rodameio das salas;

1.7.2.7. impropriedades na execução de convênios, consubstanciada na falta de alimentação do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - Simec, referente às obras nºs 25539, 26131, 30873 e 8709, em inobservância às normas dos termos de compromisso assinados pelo município para recebimento dos recursos;

1.7.3. dar ciência ao município de Serrinha/BA de que foram observadas as seguintes impropriedades na execução das obras de infraestrutura da educação, custeadas com recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

1.7.3.1. existência de atrasos injustificáveis nas obras e serviços registrados no Simec sob os números 19901, 19729, 19911 e 11804, em inobservância ao princípio da eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

1.7.3.2. inobservância dos requisitos legais e técnicos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida na obra registrada no Simec sob os números 18446, em desconformidade com o art. 3º, caput, da Lei n. 10098/2000;

1.7.3.3. inobservância de parâmetros de sustentabilidade ambiental na obra registrada no Simec sob o número 18446, em desconformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei nº 8.666/1993;

1.7.3.4. paralisação das obras registradas no Simec sob os números 19901 e 19729, com deterioração de serviços por vandalismos e intempéries, em desconformidade com o art. 5º, inciso III, alínea "e", da Resolução FNDE nº 69, de 28 de novembro de 2011;

1.7.3.5. falta de publicidade devida ao contrato, caracterizada pela ausência de placa relacionada com a execução do objeto pactuado, na obra registrada no Simec sob o número 11804, em desconformidade com o art. 5º, inciso III, alínea "h", da Resolução FNDE nº 69, de 28 de novembro de 2011;

1.7.4. dar ciência ao município de Conceição do Coité/BA de que foram observadas as seguintes impropriedades na execução das obras de infraestrutura da educação, custeadas com recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

1.7.4.1. existência de atrasos injustificáveis nas obras e serviços registrados no Simec sob os números 25110, 25111 e 25109, em inobservância ao princípio da eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

1.7.4.2. paralisação das obras registradas no Simec sob os números 25109, 25110, 25111 com deterioração de serviços por vandalismos e intempéries, em desconformidade com o art. 5º, inciso III, alínea "e", da Resolução FNDE nº 69, de 28 de novembro de 2011;

1.7.4.3. falta de publicidade devida ao contrato, caracterizada pela ausência de placa relacionada com a execução do objeto pactuado, na obra registrada no Simec sob o número 25111, em desconformidade com o art. 5º, inciso III, alínea "h", da Resolução FNDE nº 69, de 28 de novembro de 2011;

1.7.4.4. impropriedades na execução de convênios, consubstanciadas na falta de alimentação do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - Simec, referente às obras nºs 25110, 25111 e 25109, em inobservância ao art. 5º, inciso III, alínea "f", da Resolução FNDE nº 69, de 28 de novembro de 2011;

1.7.5. dar ciência ao município de Ipirá/BA de que foram observadas as seguintes impropriedades na execução das obras de infraestrutura da educação, custeadas com recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

1.7.5.1. existência de atrasos injustificáveis nas obras e serviços registrados no Simec sob os números 24386 e 24385, em inobservância ao princípio da eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

1.7.5.2. inobservância dos requisitos legais e técnicos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nas obras registradas no Simec sob os números 18530 e 18973, em desconformidade com o art. 3º, caput, da Lei nº 10.098/2000;

1.7.5.3. inobservância de parâmetros de sustentabilidade ambiental nas obras registrada no Simec sob os números 18973 e 18530, em desconformidade com o art. 12º, inciso VII, da Lei nº 8.666/1993;

1.7.5.4. falta de publicidade devida ao contrato, caracterizada pela ausência de placa relacionada com a execução do objeto pactuado, na obra registrada no Simec sob o número 24386, em desconformidade com o art. 5º, inciso III, alínea "h", da Resolução FNDE nº 69, de 28 de novembro de 2011;

1.7.6. dar ciência ao município de Santo Estevão/BA de que foram observadas as seguintes impropriedades na execução das obras de infraestrutura da educação, custeadas com recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

1.7.6.1. existência de atrasos injustificáveis nas obras e serviços registrados no Simec sob os números 25097 e 25096, em inobservância ao princípio da eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

1.7.6.2. inobservância dos requisitos legais e técnicos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nas obras registradas no Simec sob os números 8701, 13586 e 26128, em desconformidade com o art. 3º, caput, da Lei nº 10.098/2000;

1.7.6.3. inobservância de parâmetros de sustentabilidade ambiental nas obras registrada nos Simec sob os números 26128, 13586 e 8701, em desconformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei nº 8.666/1993;

1.7.7. dar ciência à Secretaria de Educação do Estado da Bahia de que foram observadas as seguintes impropriedades na execução das obras de infraestrutura da educação, custeadas com recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

1.7.7.1. existência de atrasos injustificáveis nas obras e serviços, nas seguintes obras registradas no Simec sob os números 5306, 5500, 5286 e 5347, em inobservância ao princípio da eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

1.7.7.2. inobservância dos requisitos legais e técnicos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em desconformidade com o art. 3º, caput, da Lei nº 10.098/2000;

1.7.7.3. inobservância de parâmetros de sustentabilidade ambiental na obra registrada no Simec sob o número 6258, em desconformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei nº 8.666/1993;

1.7.7.4. paralisação das obras registradas no Simec sob os números 5347, 5306, 5286, com deterioração de serviços por vandalismos e intempéries, em inobservância ao princípio da eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.7.5. falta de publicidade devida ao contrato, caracterizada pela ausência de placa relacionada com a execução do objeto pactuado, nas obras registradas no Simec sob os números 5300, 5500, 5286 e 5347, em inobservância ao princípio da publicidade, nos termos do art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

1.7.8. encaminhar cópia deste acórdão e do relatório de fiscalização realizado pela Secex/BA (peça 35), aos municípios de Araci/BA; de Serrinha/BA; de Conceição do Coité/BA; de Ipirá/BA e de Santo Estevão/BA;

1.7.9. determinar o apensamento destes autos ao TC-001.073/2014-1, processo consolidador da FOC Temática Infraestrutura da Educação.

ACÓRDÃO Nº 2035/2014 - TCU - Plenário

Preliminarmente, registro que atuo nos presentes autos em razão de convocação para exercer as funções de Ministro, em virtude da aposentadoria do Senhor Ministro Valmir Campelo, nos termos da Portaria-TCU nº 76, de 8 de abril de 2014.

Considerando tratar-se de auditoria realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no período compreendido entre 28/4/2014 e 30/5/2014, acerca das obras de construção de unidades escolares (creches, espaços educativos de ensino fundamental e médio, e quadras escolares) nos municípios de Teresina, Barras, José de Freitas, União e Miguel Alves, situados no estado do Piauí;

Considerando que a auditoria, inserida na Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em Obras de Infraestrutura da Educação (TC 001.073/2014-1), teve por objetivo verificar a situação das obras em andamento; os aspectos de qualidade, acessibilidade e sustentabilidade das que estão concluídas; bem como as providências adotadas para retomar aquelas que porventura estejam paralisadas;

Considerando ter a Secretaria de Controle Externo no Piauí (Secex/PI) constatado existência de obras paralisadas, sendo deterioradas por intempéries ou por vandalismo, atrasos injustificáveis na execução das obras, serviços com qualidade deficiente, fiscalização deficiente da execução do convênio e inobservância de requisitos legais e técnicos;

Considerando que dos 15 empreendimentos inspecionados, cinco encontravam-se com as obras paralisadas, sete com atrasos injustificáveis e três com inobservância dos requisitos legais e técnicos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Considerando que "todas as irregularidades apontadas acima passam pela deficiência no acompanhamento, supervisão e fiscalização dos recursos transferidos por parte do FNDE, o qual tem o dever de auxiliar e exigir dos municípios a boa e regular gestão dos recursos federais recebidos";

Considerando que, por fazer parte de uma Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), no âmbito da temática Infraestrutura da Educação Básica, os resultados obtidos nesta auditoria serão tratados, juntamente com os dos outros estados participantes, de forma sistêmica no relatório consolidador (TC 001.073/2014-1);

Considerando o acolhimento das conclusões do parecer instrutivo à peça 75, ratificado pelo corpo dirigente da Secex/PI na peça 77,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e no art. 157, ambos do Regimento Interno/TCU, em efetuar as determinações e orientações constantes do item 1.7.

1. Processo TC-009.864/2014-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.2.Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Município de Teresina - PI; Município de Barras - PI; Município de José de Freitas - PI; Município de União - PI;

Município de Miguel Alves - PI;

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Piauí

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Orientações:

1.7.1.encaminhar cópia deste acórdão e do relatório de fiscalização realizado pela Secex/PI (peça 75): à Secretaria Municipal de Educação de Teresina/PI (Semec), à Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Piauí (Seduc), e às prefeituras municipais de Barras/PI, José de Freitas/PI, União/PI e Miguel Alves/PI;

1.7.2.determinar o apensamento destes autos ao TC-001.073/2014-1, processo consolidador da FOC Temática Infraestrutura da Educação.

ACÓRDÃO Nº 2036/2014 - TCU - Plenário

Preliminarmente, registro que atuo nos presentes autos em razão de convocação para exercer as funções de Ministro, em virtude da aposentadoria do Senhor Ministro Valmir Campelo, nos termos da Portaria-TCU nº 76, de 8 de abril de 2014.

Considerando tratar-se de auditoria realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no período compreendido entre 2/5/2014 e 30/5/2014, acerca das obras de construção de unidades escolares (creches, espaços educativos de ensino fundamental e médio, e quadras escolares) nos municípios de Amajari, Boa vista e Mucajaí, e na Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, situados no estado de Roraima;

Considerando que a auditoria, inserida na Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em Obras de Infraestrutura da Educação (TC 001.073/2014-1), teve por objetivo verificar a situação das obras em andamento; os aspectos de qualidade, acessibilidade e sustentabilidade das que estão concluídas; bem como as providências adotadas para retomar aquelas que porventura estejam paralisadas;

Considerando ter a Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (Secobedif) constatado existência de obras paralisadas, sendo deterioradas por intempéries ou por vandalismo, atrasos injustificáveis na execução das obras, serviços com qualidade deficiente, fiscalização deficiente da execução do convênio e inobservância de requisitos legais e técnicos;

Considerando que dos 10 empreendimentos inspecionados, quatro encontravam-se com as obras paralisadas, sobressaindo uma que chegou a ser entregue e inaugurada, mas, por estar inoperante, foi invadida e vandalizada, e três tiveram sua conclusão após o prazo previsto nos Termos de Compromisso celebrados junto ao FNDE;

Considerando que "todas as irregularidades apontadas acima passam pela deficiência no acompanhamento, supervisão e fiscalização dos recursos transferidos por parte do FNDE, o qual tem o dever de auxiliar e exigir dos municípios a boa e regular gestão dos recursos federais recebidos";

Considerando que, por fazer parte de uma Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), no âmbito da temática Infraestrutura da Educação Básica, os resultados obtidos nesta auditoria serão tratados, juntamente com os dos outros estados participantes, de forma sistêmica no relatório consolidador (TC 001.073/2014-1);

Considerando o acolhimento das conclusões do parecer instrutivo à peça 149, ratificado pelo corpo dirigente da Secobedif na peça 151,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e no art. 157, ambos do Regimento Interno/TCU, em efetuar as determinações e orientações constantes do item 1.7.

1. Processo TC-010.959/2014-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.2.Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Município de Amajari - RR; Município de Boa Vista - RR; Município de Mucajaí - RR; e Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desportos de Roraima - RR

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (Secobedif).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Orientações:

1.7.1. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) que:

1.7.1.1. em relação aos recursos repassados para as obras das creches Proinfância tipo C - ID Simec 7905 e 25770 à Prefeitura Municipal de Amajari/RR, bem como da creche Proinfância tipo C - ID Simec 11925 - à Prefeitura Municipal de Mucajaí/RR, adote providências, nos termos do art. 8º da Lei 8.443/1992, no sentido de apurar os fatos tratados no relatório da Secobedif, em especial as informações constantes do achado 3.1 e do relatório de fiscalização nº 37045, de 8/10/2012, da Controladoria-Geral da União, e, se for o caso, adotar as providências cabíveis para buscar o ressarcimento dos danos eventualmente constatados;

1.7.1.2. informe ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas em cumprimento ao subitem anterior;

1.7.2. encaminhar cópia deste acórdão e do relatório de fiscalização realizado pela Secobedif (peça 149): ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Desportos de Roraima (Seduc-RR); à Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR; à Prefeitura Municipal de Mucajaí/RR e à Prefeitura Municipal de Amajari/RR;

1.7.3. determinar o apensamento destes autos ao TC-001.073/2014-1, processo consolidador da FOC Temática Infraestrutura da Educação, no qual deverá ser efetuado o monitoramento da determinação constante do subitem proposta no item 1.7.1.

ACÓRDÃO Nº 2037/2014 - TCU - Plenário

Preliminarmente, registro que atuo nos presentes autos em razão de convocação para exercer as funções de Ministro, em virtude da aposentadoria do Senhor Ministro Valmir Campelo, nos termos da Portaria-TCU nº 76, de 8 de abril de 2014.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, nos termos do art. 169, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, uma vez que as providências determinadas pelos Acórdãos nºs 543/2011 e 2197/2013, ambos do Plenário, já foram devidamente atendidas, de acordo com a instrução da unidade técnica (peça 68):

1. Processo TC-008.873/2009-0 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Apensos: 025.734/2013-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 025.735/2013-6 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Anizio Costa Pedreira (082.731.381-00); Cláudio Manoel Barreto Vieira (955.957.837-53); Ecoplan Engenharia Ltda. (92.930.643/0001-52); Empresa Industrial Tecnica Sa - Eit (08.402.620/0001-69); Jose Edmar Brito Miranda (011.030.161-72); João Carlos Farencena (303.670.000-59); João Reis Santana Filho (005.832.605-78); Luiz Alberto Osório de Castro (167.098.450-87); Luiz Antonio Souza da Eira (308.357.981-00); Marcus Carlos Costa Santos (830.925.951-49)

1.3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Tocantins

1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).

1.8. Advogado constituído nos autos: Pedro Martins Aires Junior, OAB/TO 2.389.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2038/2014 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, por meio da qual o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul noticia a esta Corte possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Estado do Rio Grande do Sul - Senar-RS, relacionadas a indícios de pagamentos ilegais efetuados a título de aquisição de quotas de patrocínio relativas ao prêmio Senar/O Sul, que não estaria quites com a fazenda federal e à publicação de livro.

Considerando que a presente representação preenche os requisitos de admissibilidade estabelecidos nos art. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal e 113 da Lei nº 8.443/92;

Considerando que, relativamente ao prêmio Senar/O Sul, a unidade técnica pondera que restou demonstrado que a quota master, adquirida pelo Senar ao custo de R$ 141.625,00, referiu-se a evento integrante da feira agropecuária Expointer, e teve como contrapartida a divulgação da marca Senar por meio de rádio, TV e jornal, em toda publicidade ligada ao evento, e, ainda que constou do processo de concessão de patrocínio a demonstração de que o jornal O Sul encontrava-se quites com suas obrigações tributárias;

Considerando que, relativamente à publicação do livro "Porto Alegre", do fotógrafo Leonid Streliaev, segundo a Secex, restou demonstrado que a quota de publicidade adquirida pelo Senar, no valor de R$ 50.000,00, teve como contrapartida a inserção da marca Senar em locais de destaque na publicação e, ainda, o recebimento de livros para distribuição entre autoridades e empresários e para utilização em visitas ou eventos dos quais participa o Senar;

Considerando que, diante disso, a secretaria técnica conclui que os dois eventos trouxeram contrapartida ao Senar em termos de divulgação institucional, o que, princípio, afasta a hipótese de realização de despesa sem relação com as finalidades da instituição;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando, entretanto, que os dois processos de aquisição de cota de patrocínio não se encontravam completos, vez que necessário constar aspectos como justificativa para o interesse da entidade no segmento a ser atingido pela divulgação, custo/benefício da ação, viabilidade técnica, econômica e financeira, retornos a serem obtidos em termos mercadológicos e/ou financeiros/negociais, e avaliação dos resultados a serem alcançados e afinal obtidos;

Considerando que, em vista do exposto, a unidade técnica opina uniformemente pelo conhecimento da presente representação, e, no mérito, por sua improcedência, cabendo dar ciência ao Senar da necessidade de fundamentar adequadamente os processos de aquisição de quotas de patrocínio em termos de contrapartida a ser auferida pelo Senar-RS;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, por unanimidade, em:

9.1. conhecer da presente representação, para, no mérito, considera-la improcedente;

9.2. dar ciência ao Senar-RS da necessidade de fundamentar de forma mais completa os processos de aquisição de quotas de patrocínio, dos quais deverão constar aspectos como justificativa para o interesse da entidade no segmento a ser atingido pela divulgação, custo/benefício da ação, viabilidade técnica, econômica e financeira, retornos a serem obtidos em termos mercadológicos e/ou financeiros/negociais, e avaliação dos resultados a serem alcançados e afinal obtidos;

9.3. dar ciência do presente acórdão à autoridade representante; e

9.4. arquivar o presente processo.

1. Processo TC-007.621/2013-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (33.182.125/0001-39)

1.2. Órgão/Entidade: Administração Regional do Senar no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2039/2014 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia dando conta de possíveis irregularidades relacionadas ao procedimento licitatório RDC Presencial 003/2014, promovido pelo Governo do Estado de Rondônia, tendo por objeto a contratação de empresa para elaboração de projetos básico e executivo, execução de obras e serviços de engenharia, montagem, realização de testes e operação assistida para a implantação do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Porto Velho-RO - Sistema Sul - com recursos oriundos de contratos de repasse firmados com o Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal.

Considerando que a presente representação atende os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal;

Considerando que, em resposta à oitiva promovida pela Secex/RO, foi demonstrado que o certame objeto da representação foi revogado (peça 16, p. 5);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Ordinária de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro art. 143, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

a) conhecer da presente representação, por atender os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

b) considerar prejudicada a presente representação, ante a perda do objeto decorrente da revogação do RDC Presencial 003/2014;

c) dar ciência deste Acórdão ao Governo do Estado de Rondônia, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Obras da Superintendência Estadual de Compras e Licitações (SUPEL) do Estado de Rondônia, ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e ao representante;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-011.700/2014-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado de Rondônia

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2040/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 237, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, ante os motivos expostos pela Secex/BA, para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante a prolação dos Acórdãos Nº 2697/2013 - TCU - Plenário e 2385/2013-Plenário;

b) dar ciência desta deliberação ao interessado e à entidade representada; e

c) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-015.971/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Alkcom Industrial Ltda. (03.303.069/0001-82)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Senai No Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2041/2014 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados estes autos de representação formulada pela empresa Webaula Produtos e Serviços para Educação Editora S.A., acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 10/2014, conduzida pelo Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo, para contratação de empresa para prestação de serviços de produção de conteúdos e elementos de multimídia para os cursos e programas na modalidade à distância;

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis, podendo ser conhecida;

Considerando que o processo foi instruído pela Secex/RJ, que concluiu pelo não cabimento de medida cautelar em razão da existência de *periculum in mora* reverso, em vista da iminência da expiração dos atuais contratos e da natureza dos serviços a serem contratados, diretamente relacionados às atividades institucionais do Senai/SP;

Considerando não ter ficado demonstrada a alegada violação do princípio da motivação, visto que a desclassificação da licitante foi fundamentada em relatório elaborado por equipe técnica;

Considerando não ter ficado demonstrada suposta violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que o relatório da equipe técnica indicou circunstanciadamente as falhas e desconformidades com o edital que macularam a proposta técnica da licitante;

Considerando que a representante não tem legitimidade para solicitar a realização de auditoria, conforme o art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992;

Considerando o parecer da Secex/RJ no sentido de que não houve demonstração de que a intenção da representante em participar processualmente do feito buscou a finalidade maior de resguardar o interesse público, indo além da defesa do direito subjetivo próprio, conforme o disposto no art. 146 do RI/TCU e na jurisprudência (e.g. Acórdão 88/2011-Plenário);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, visto que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do RI/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir os requerimentos formulados pela representante na peça inicial;

c) arquivar o processo, com fundamento nos arts. 169, inciso V, e 250, inciso I, do RI/TCU.

1. Processo TC-016.058/2014-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo (Senai/SP).

1.2. Representante: Webaula Produtos e Serviços para Educação Editora S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência deste acórdão ao Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo e à representante.

ACÓRDÃO Nº 2042/2014 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Trivale Administração Ltda., dando conta de possíveis irregularidades no Pregão Presencial 2/2014, promovido pelo Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 5ª Região (CRTR-5ª Região), tendo por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços decorrentes do fornecimento de benefícios denominados Vale Alimentação e Vale Refeição para cerca de 42 funcionários do CRTR-5ª Região,

Considerando o aspecto de a documentação em tela preencher os requisitos legais e regulamentares, em especial o disposto no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93 e no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno, para ser conhecida como Representação, passando-se ao exame de seu mérito;

Considerando que a representante aponta como possível irregularidade a exigência constante do edital do certame relativa à tecnologia do objeto licitado (cartões magnéticos com chip), por entender que a exigência é excessiva e restritiva ao caráter competitivo do certame, macula a isonomia entre os licitantes, fere a lisura do procedimento licitatório e prejudica o interesse público;

Considerando que o Tribunal, por meio dos Acórdãos 112/2013 - TCU - Plenário e 1228/2014 - TCU - Plenário, já deliberou acerca dessa questão, havendo considerado que a referida exigência não se afigura restritiva ao caráter competitivo do certame e visa dotar de maior segurança o benefício concedido;

Considerando as conclusões da unidade técnica e o encaminhamento por ela proposto, em uníssono (peças nºs 12, 13 e 14);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) com fundamento no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93 e no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno desta Casa, conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) considerar prejudicado o requerimento de medida cautelar pleiteada pela Representante, tendo em vista o disposto no item precedente;

c) determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão, bem como da instrução constante da peça nº 12, à Representante e ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 5ª Região (CRTR-5ª Região);

d) autorizar o arquivamento destes autos, nos termos do inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

1. Processo TC-016.364/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Trivale Administração Ltda., CNPJ 00.604.122/0001-97

1.2. Unidade: Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 5ª Região - CRTR-5ª Região

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/RJ.

1.6. Advogados constituídos nos autos: Wanderley Romando Donadel, OAB/MG 78.870; e outros.

ACÓRDÃO Nº 2043/2014 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, por meio da qual a Associação Brasileira das Empresas de Comunicação - Abracom noticia a esta Corte possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE relacionadas à contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados e de suporte às atividades de assessoramento em comunicação, assessoria de imprensa e relações públicas por meio do Pregão Eletrônico 24/2014.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que a presente representação preenche os requisitos de admissibilidade estabelecidos nos art. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal e 113 da Lei nº 8.443/92;

Considerando que a entidade representante aponta que serviços de assessoria em comunicação, assessoria de imprensa e relações públicas não são "serviços comuns" passíveis de serem licitados por meio de pregão eletrônico, vez que tais serviços não possuem características predeterminadas, invariáveis ou sujeitas a diferenças mínimas, e que se tratam de serviços intelectuais dependentes das qualidades profissionais do prestador de serviço contratado, pelo que os tipos de licitação mais indicados para sua contratação seriam os de "melhor técnica" ou "técnica e preço";

Considerando que a entidade representante solicita a adoção de medida cautelar que suspenda, até apreciação final da matéria, a contratação da empresa vencedora do certame;

Considerando que a entidade representante solicita seu ingresso nos autos como terceira interessada;

Considerando que a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto 5.450/2005 estabelecem que será obrigatória a utilização de pregão eletrônico sempre que o objeto a ser contratado seja considerado comum, qual seja, "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado";

Considerando que, além dos "bens e serviços comuns" obrigatoriamente licitados por meio de pregão eletrônico, tal modalidade poderá ser utilizada, sem obrigatoriedade, nos casos em que, mesmo em não se tratando de "bens e serviços comuns" por natureza, os objetos pretendidos pela administração tenham tido seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital;

Considerando que cabe à administração, e não a esta Corte, definir o que considera suficiente para o atendimento de suas necessidades;

Considerando que, no caso sob apreciação, o MTE definiu, por meio do edital, mediante especificações usuais no mercado, os serviços a serem contratados, o tipo e o perfil dos profissionais requeridos para cada serviço, as quantidades correspondentes e as jornadas de trabalho;

Considerando que restou especificado no mesmo edital os requisitos de capacidade técnica a serem comprovados pelo prestador do serviço e a forma pela qual se daria a fiscalização da prestação dos serviços;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal já considerou passíveis de serem licitados por meio de pregão eletrônico serviços advocatícios, de consultoria e de auditoria, todos caracterizados por serem serviços intelectuais e dependentes da qualificação do profissional prestador do serviço;

Considerando, portanto, que razão não assiste à associação representante;

Considerando que, em vista do exposto, a unidade técnica opina uniformemente pelo conhecimento da presente representação, pela não adoção da medida cautelar solicitada, pelo indeferimento do pedido de ingresso nos autos, da entidade representante, como terceira interessada e, no mérito final, pela improcedência da presente representação;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação;

b) indeferir o pedido de adoção de medida cautelar, vez que ausentes seus requisitos;

c) indeferir o pedido de ingresso nos autos como terceira interessada, vez que a entidade representante não detém interesse jurídico/processual que fundamente tal pretensão;

d) no mérito, considerar improcedente a presente representação;

e) dar ciência desta deliberação ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e a Associação Brasileira das Empresas de Comunicação - Abracom; e

f) arquivar o presente processo, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar outros fatos atinentes ao certame em processo distinto, caso presentes elementos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-017.947/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Associação Brasileira das Empresas de Comunicação - Abracom - (05.211.047/0001-08).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Advogado constituído nos autos: Renata Antony de Souza Lima Nina (OAB/DF 23.600, peça 2)

ACÓRDÃO Nº 2044/2014 - TCU - Plenário

Preliminarmente, registro que atuo nos presentes autos em razão de convocação para exercer as funções de Ministro, em virtude da aposentadoria do Senhor Ministro Valmir Campelo, nos termos da Portaria-TCU nº 76, de 8 de abril de 2014.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso II do Regimento Interno/TCU, em considerar cumprida a determinação contida no item 9.2 do Acórdão nº 342/2014 - TCU - Plenário e determinar o arquivamento do seguinte processo, tendo em vista o cumprimento do seu objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.477/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: ECC Construtora Ltda. (38.063.400/0001-19)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Advogado constituído nos autos: Bruno Leonardo Lopes de Lima, OAB/DF 25.495

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.8. Objeto: monitoramento do cumprimento da determinação constante do Acórdão nº 342/2014 - TCU - Plenário.

Ata n° 29/2014 - Plenário

Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 24/2014 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2045/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em retificar por inexatidão material, os seguintes Acórdãos, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/PR, para que dê prosseguimento às providências a seu cargo, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

Acórdão 1.004/2009-TCU-Plenário, prolatado na Sessão Ordinária de 13/5/2009 (Ata nº 18/2009):

relativamente ao item 9.1.2:

onde se lê: "9.1.2. ...cofres do Tesouro Nacional:"

Data	Valor (R$)13.
21/06/2000	2.447.350,6114.
13/11/2000	2.516.013,3815.

leia-se: "9.1.2. ...cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador:"

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)16.
14.11.2003	2.447.350,6117.
14.11.2003	2.516.013,3818.

Acórdão 1.297/2011-TCU-Plenário, prolatado na Sessão Ordinária de 18/5/2011 (Ata nº 18/2011):

relativamente ao item 9.1.2:

onde se lê: "9.1.2. ...cofres do Tesouro Nacional:"

Data	Valor (R$)19.
21/06/2000	2.447.350,6120.
13/11/2000	2.516.013,3821.

leia-se: "9.1.2. ...cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador:"

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)22.
14.11.2003	2.447.350,6123.
14.11.2003	2.516.013,3824.

1. Processo TC-006.240/2008-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Estado do Paraná (CNPJ 76.416.940/0001-28).

1.2. Órgão/Entidade: Estado do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Procurador-Geral do Estado do Paraná (OAB/PR 8.277) e Marcelene Carvalho da Silva Ramos, Procuradora do Estado do Paraná (OAB/PR 14.728).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 29/2014 - Plenário

Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2046 a 2082, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2046/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.084/2013-5.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em processo de Representação)

3. Recorrentes: Francisco Carlos Caballero Colombo (CPF 673.233.758-00), Fernando Durão Schleder (CPF 440.709.507-53) e Frederico Pires da Silva (CPF 663.602.507-72).

4. Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé e Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin (manifestação oral).

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).

8. Advogados constituídos nos autos: Gustavo Andère Cruz, OAB/DF 1985-A; Décio Freire, OAB/MG 56.543; Leonardo José Melo Brandão, OAB/MG 53.684 e outros.

8.1. Interessada em sustentação oral: Ana Carolina Reis Magalhães (OAB/DF 17.700).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam dos pedidos de reexame interpostos pelos Srᵉˢ Fernando Durão Schleder, Francisco Carlos Caballero Colombo e Frederico Pires da Silva contra o Acórdão 1.443/2013-Plenário, mediante o qual o Tribunal, em função de irregularidades constatadas na condução da Licitação RDC Presencial 004-2012/GALIC/CBTU-AC, decidiu aplicar multa aos ora recorrentes e determinar à CBTU que adotasse providências com vistas à anulação do ato que desclassificou a empresa Glass Sentinal do Brasil Ltda. e dos que lhe foram subsequentes, bem como do contrato derivado da citada licitação.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1 conhecer dos pedidos de reexame, nos termos dos arts. 32, 33 e 48 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2 excluir do item 9.4 do Acórdão 1.443/2013-Plenário a multa aplicada ao Sr. Francisco Carlos Caballero Colombo, em razão de seu falecimento antes do trânsito em julgado da citada deliberação, com fundamento no art. 3, §2º, da Resolução-TCU 178/2005, com redação dada pelo Resolução-TCU 235/2010;

9.3 dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos recorrentes e à CBTU.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2046-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2047/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.119/2009-0

2. Grupo II - Classe V - Fiscalização

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional

3.2. Responsáveis: Marco Antônio de Araújo Fireman (CPF: 410.988.204-44); Antônio Fontes Freitas Júnior (CPF: 557.309.735-00); Luciana Frias dos Santos (CPF: 918.245.405-15) e Francisco Campos de Abreu (CPF: 130.450.405-00).

4. Unidade: Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado de Alagoas.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Revisor: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas - Secex/AL e Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias - SecobHidro.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano, no Estado de Alagoas, cujos recursos estão alocados no PT 18.544.0515.10CT.0027.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Francisco Campos de Abreu;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Procuradores do Estado de Alagoas, Antônio Fontes Júnior e Luciana Frias dos Santos;

9.3. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo ex-Secretario de Infraestrutura do Estado de Alagoas, Marco Antônio de Araújo Fireman, no que diz respeito ao 6º Termo Aditivo ao Contrato 1/1993-CPL/AL;

9.4. determinar o apensamento deste processo aos autos do TC-003.075/2009-9, referente a Tomada de Contas Especial constituída para apurar o sobrepreço/superfaturamento apontado no Contrato 01/1993-CPL/AL, no qual poderá ser melhor avaliada toda a extensão e as consequências das alterações contratuais realizadas mediante o 7º Termo Aditivo ao referido termo contratual, inclusive quanto à responsabilidade do ex-Secretário de Infraestrutura do Estado de Alagoas, Marco Antônio de Araújo Fireman;

9.5. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2047-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Revisor), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2048/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.220/2014-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria (Fiscobras 2014).

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (SecobEdif).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras 2014, nas obras da segunda fase de implantação da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia da Hemobrás em Goiana/PE,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 244 do Regimento Interno do TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Hemobrás, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que apresente no prazo de 60 (sessenta) dias, informações acerca das providências e dos respectivos resultados, com vistas ao ressarcimento do prejuízo de R$ 6.901.852,85, decorrente de erro no projeto executivo das terças pré-fabricadas protendidas da cobertura dos blocos 2, 3, 4, 5 e 6;

9.2. determinar a juntada de cópia do presente relatório de auditoria ao TC 008.749/2001-6, para subsidiar o monitoramento em curso, em especial as determinações exaradas no Acórdão 1.444/2014-Plenário.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2048-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2049/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.521/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Administrativo.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo administrativo relativo a projeto de Resolução que altera a Resolução-TCU nº 175, de 25/5/2005, que dispõe sobre as normas relativas à distribuição de processos aos ministros e aos ministros-substitutos do TCU,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ao acolher Parecer do Relator, com fulcro nos arts. 3º da Lei 8.443/1992 e 73 e 84 do Regimento Interno do TCU, em

9.1. não aprovar o projeto de resolução, mantendo a atual sistemática de distribuição de processos aos ministros e ministros-substitutos;

9.2. determinar à Seplan que:

9.2.1. continue a analisar as questões tratadas no voto que fundamenta este acórdão e as contribuições dos relatores, anexadas aos autos, e, se for o caso, apresente oportunamente novo projeto de resolução, deixando assente as providências que deverão ser adotados com vistas à implementação da proposta;

9.2.2. verifique a conveniência de agrupar na Resolução-TCU nº 175/2005 todas as normas que regulamentam a distribuição de processos aos relatores, entre elas as específicas, constantes do Regimento Interno do TCU, cuja permanência naquela norma geral não se justifique;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2049-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2050/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.613/2013-4

1.1. Apenso: 008.975/2013-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: V (Relatório de auditoria)

3. Interessados/Responsáveis: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

4. Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodriges.

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional realizada na Companhia de Armazéns Gerais do Entreposto de São Paulo - Ceagesp, destinada a avaliar a regularidade e a economicidade dos contratos de cessão de uso de áreas comerciais do Entreposto Terminal de São Paulo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 250, incisos II e III, do Regimento Interno em:

9.1. determinar à Companhia de Armazéns Gerais do Entreposto de São Paulo que:

9.1.1. no prazo de 90 (noventa) dias, contados da notificação:

9.1.1.1. reajuste, em caráter extraordinário, sua tabela de tarifas em 21,28% (vinte e um inteiros e vinte e oito centésimos por cento), em razão do seu reajustamento em percentual inferior ao apurado pelo índice inflacionário aplicável, no período compreendido entre setembro de 2000 e maio de 2003;

9.1.1.2. revogue as permissões de uso de caráter contínuo referentes a áreas do Mercado do Livre Produtor (MLP) e altere o regulamento de uso dessas áreas, para destiná-las tão somente aos pequenos produtores, por meio de autorizações de uso com vigência por um ou alguns dias;

9.1.1.3. encaminhe ao Tribunal plano de ação, explicitando as medidas que serão adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações veiculadas nesta deliberação, indicando, no mínimo, as ações a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e os prazos para implementação de cada uma das deliberações, em consonância com o que dispõem os "padrões de monitoramento", aprovados pela Portaria Segecex 27/2009;

9.1.2. no prazo de 1 (um) ano, contado da notificação:

9.1.2.1. promova o recadastramento do atuais permissionários, identificando suas pendências cadastrais e financeiras e permitindo que eles as solucionem;

9.1.2.2. elabore estudo econômico-financeiro, com vistas a definir a política tarifária a ser implementada no Entreposto Terminal de São Paulo - com e sem antecipação parcial de receita -, bem assim os valores mínimos a serem cobrados dos permissionários e concessionários;

9.1.2.3. ouvidos os permissionários, estabeleça critérios objetivos para determinar os segmentos ou áreas do mercado a serem licitados a cada ano, observada a proporção de aproximadamente 1/5 (um quinto) de licitações por anos, observado o cronograma indicado no subitem 9.1.3.1;

9.1.3. concluídas as atividades indicadas no subitem 9.1.2:

9.1.3.1. celebre contratos de concessão remunerada de uso das áreas do Entreposto Terminal de São Paulo, a título de transição, com os permissionários que não tenham pendências cadastrais ou

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

financeiras, em substituição às atuais permissões de uso, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e máximo de 10 (dez) anos, observado o que preconiza o subitem 9.1.2.3, bem assim a política tarifária e os valores mínimos de remuneração resultantes do estudo de que trata o subitem 9.1.2.2, excepcionados os casos em que o permissionário demonstrar que realizou, às suas expensas, até a data de prolação deste acórdão, benfeitorias úteis ou necessárias, com prévio e expresso consentimento da Ceagesp, em valor que não possa ser comprovadamente amortizado no prazo de transição - entre 5 e 10 anos - , hipótese em que se admitirá a celebração de contrato de transição pelo prazo necessário à completa amortização dos investimentos autorizados e efetivamente comprovados, ainda que superiores a 10 anos;

9.1.3.2. revogue as permissões de uso das empresas e sociedades empresárias que não tenham solucionado as pendências cadastrais ou financeiras de que trata o subitem 9.1.2.1;

9.1.4. nas futuras licitações para cessão de áreas do entreposto da cidade de São Paulo, observe, cumulativamente:

9.1.4.1. as normas atinentes à concessão remunerada de uso, notadamente aquelas inscritas no Capitulo III do Título I do Decreto-lei 9.760/1946 e na Seção VI do Capítulo I da Lei 9.636/1998;

9.1.4.2. os preceitos descritos no subitem 9.1.2.2, no que se refere à política tarifária e aos valores mínimos a serem cobrados dos concessionários;

9.1.4.3. o prazo máximo de 20 (vinte) anos, nos termos do art. 96, parágrafo único, do Decreto-lei 9.760/1946, ressalvada a exceção consignada no art. 21 da Lei 9.636/1998, que deverá ser demonstrada na fase interna do certame licitatório e expressamente indicada no edital de licitação;

9.1.4.4. o critério do "maior preço oferecido" para seleção da proposta vencedora, em consonância com o que dispõe o art. 95, parágrafo único, do Decreto-lei 9.760/1946, admitida a antecipação parcial de valores, se assim entender conveniente;

9.1.4.5. os requisitos de habilitação consagrados nos arts. 27 a 33 da Lei 8.666/1993;

9.1.5. nos futuros contratos de concessão de uso de áreas comerciais, incluídos aqueles celebrados em atendimento ao subitem 9.1.3.1, faça constar cláusulas que:

9.1.5.1. vedem a cessão ou transferência da posição contratual do concessionário;

9.1.5.2. disciplinem as hipóteses de reorganização empresarial do concessionário, por meio de cisão, incorporação, fusão, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, condicionando tais modificações, no mínimo, a que:

9.1.5.2.1. a possibilidade de alteração esteja prevista no edital e no contrato;

9.1.5.2.2. sejam observados, pela nova empresa, os requisitos de habilitação previstos no edital de licitação respectivo;

9.1.5.2.3. sejam mantidas as condições estabelecidas no contrato original;

9.1.5.3. vedem, expressamente, a possibilidade de a Companhia ceder parte ou a totalidade dos valores apurados nas licitações para concessões de uso de bem público aos permissionários ou concessionários, a qualquer título;

9.2. recomendar à Companhia de Armazéns Gerais do Entreposto de São Paulo que:

9.2.1. estabeleça mecanismos que garantam a efetiva participação dos permissionários e concessionários nas decisões relacionadas à contratação dos bens e serviços destinados ao uso comum do entreposto, bem assim nas ações de acompanhamento e fiscalização das despesas correspondentes;

9.2.2. promova a licitação das áreas de apoio do entreposto imediatamente após a conclusão do recadastramento dos permissionários e da conclusão do estudo econômico-financeiro acerca da sua política tarifária (subitens 9.1.2.1 e 9.1.2.2), observadas as condições indicadas nos subitens 9.1.4 e 9.1.5;

9.2.3. nas futuras licitações para concessão remunerada de uso de áreas de comercialização do Entreposto do Terminal de São Paulo:

9.2.3.1. utilize a modalidade pregão eletrônico;

9.2.3.2. estabeleça mecanismos que garantam a concorrência em todos os segmentos de produtos comercializados no entreposto;

9.3. informar à Companhia de Armazéns Gerais do Entreposto de São Paulo que o reajuste tarifário de que trata o subitem 9.1.1.1 tem caráter extraordinário e visa a compensar a parcela da inflação não incorporada em 2003, não podendo, por isso, obstar, total ou parcialmente, o reajustamento ordinário das suas tabelas, a ser promovido anualmente, até a implantação da política tarifária que exsurgir dos estudos de que trata o subitem 9.1.2.2;

9.4. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo que:

9.4.1. monitore o cumprimento das deliberações veiculadas neste Acórdão, observados os prazos indicados nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 e no plano de ação a ser apresentado pela Ceagesp;

9.4.2. encaminhe à Ceagesp, como subsídio à elaboração do plano de ação, cópia do "padrões de monitoramento", aprovados pela Portaria Segecex 27/2009;

9.5. autorizar a Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo a fornecer cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, às associações e sindicatos de permissionários do Entrepostos Terminal de São Paulo que o requererem;

9.6. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais que promova auditoria na Ceasa Minas, com vistas a verificar a regularidade das práticas, regulamentos e contratos de concessão de uso de áreas comerciais, notadamente no que se refere à previsão e efetiva transferência de valores apurados nas licitações para cessão de áreas a particulares, a qualquer título;

9.7. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, à Companhia de Armazéns Gerais do Entreposto de São Paulo (Ceagesp), ao Presidente da Câmara dos Deputados, à 2ª Promotoria de Justiça da Cidadania, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital, do Ministério Público do Estado de São Paulo, à Associação dos Comerciantes Atacadistas de Pescado do Estado de São Paulo (Acapesp), à Associação dos Permissionários do Entreposto de São Paulo (Apesp) e ao Sindicato das Empresas em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2050-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2051/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.240/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsável: Watherson Roriz de Oliveira (626.357.517-49).

4. Órgãos/Entidades: Prefeitura Municipal de Anápolis - GO; Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - GO; Prefeitura Municipal de Goiânia - GO; Prefeitura Municipal de Luziânia - GO; Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás - GO.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (SecobEdif).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, realizada em Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas e Unidades Básicas de Saúdes (UBS) dos Municípios de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Luziânia e Valparaíso de Goiás, no Estado de Goiás, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Prefeitura Municipal de Anápolis/GO acerca das seguintes irregularidades identificadas:

9.1.1. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.2);

9.1.2. vícios construtivos detectados após a entrega definitiva das obras, a exemplo de porta emperrada na UPA Vila Esperança; ralos instalados indevidamente em ambientes onde os pacientes são examinados e utilização imprópria de torneiras com fechamento manual nos consultórios e salas de tratamento da UPA Vila Esperança e da UBS Nova Vila Jaiara; e ausência de corrimãos ou bate-macas nas circulações da UBS Nova Vila Jaiara, em afronta ao art. 66 da Lei 8.666/1993 (achado 3.3);

9.1.3. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade, a exemplo de ausência de vagas reservadas para veículos de portadores de necessidades especiais, balcão de atendimento com altura excessiva e inadequação das barras de apoio dos banheiros da UPA Vila Esperança e da UBS Nova Vila Jaiara; inclinação inadequada das rampas de acesso, existência de apenas um sanitário destinado a portadores de necessidades especiais (sem separação por gênero) e altura inadequada dos acessórios do banheiro destinado a portadores de necessidades especiais da UBS Nova Vila Jaiara; e ausência de lavatório suspenso nos banheiros destinados a portadores de necessidades especiais da UPA Vila Esperança, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.4).

9.2. dar ciência à Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia/GO acerca das seguintes irregularidades identificadas na UPA Brasicon:

9.2.1. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.2);

9.2.2. vícios construtivos detectados após a entrega definitiva da unidade, a exemplo de fissuras verticais em paredes, infiltrações em paredes e tetos, paredes com descascamento da pintura e com cantos quebrados, fissuras e afundamento no piso interior, piso do estacionamento e da rampa de acesso desnivelado e com tijolos de cimento soltos, junção dos rodapés com o piso com arredondamento acentuado (dificultando a limpeza), falha nas instalações elétricas que impedem o uso dos aparelhos de ar-condicionado já instalados, vazamento nos banheiros e na lavanderia, portais e portas com descascamento da pintura e soltando pedaços do madeiramento, ralos instalados indevidamente em ambientes onde os pacientes são examinados, utilização imprópria de torneiras com fechamento manual nos consultórios e salas de tratamento e ausência de corrimãos ou bate-macas nas circulações, em afronta ao art. 66 da Lei 8.666/1993 (achado 3.3);

9.2.3. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade, a exemplo de ausência de vagas reservadas para veículos de portadores de necessidades especiais, largura dos corredores inferior à mínima requerida, inadequação das barras de apoio dos banheiros dos portadores de necessidades especiais, irregularidades no piso e inclinação inadequada das rampas de acesso, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.4).

9.3. dar ciência à Prefeitura Municipal de Goiânia/GO acerca das seguintes irregularidades identificadas na UPA Itaipu:

9.3.1. atraso injustificável na obra fiscalizada (achado 3.2);

9.3.2. vícios construtivos detectados após a entrega definitiva da unidade, a exemplo de infiltrações em paredes e tetos, o que provocou a interrupção dos serviços de raio-x, junção dos rodapés com o piso com arredondamento acentuado (dificultando a limpeza), ralos instalados indevidamente em ambientes onde os pacientes são examinados e utilização imprópria de torneiras com fechamento manual nos consultórios e salas de tratamento, em afronta ao art. 66 da Lei 8.666/1993 (achado 3.3);

9.3.3. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade, a exemplo de ausência de vagas reservadas para veículos de portadores de necessidades especiais, largura dos corredores inferior à mínima requerida, inadequação das barras de apoio e dos acessórios dos banheiros dos portadores de necessidades especiais e inclinação inadequada das rampas de acesso, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.4).

9.4. dar ciência à Prefeitura Municipal de Luziânia/GO acerca da seguinte irregularidade identificada na UPA II:

9.4.1. atraso injustificável na obra fiscalizada (achado 3.2);

9.5. dar ciência à Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás/GO acerca das seguintes irregularidades identificadas:

9.5.1. vícios construtivos detectados após a entrega definitiva das obras, a exemplo de junção dos rodapés com o piso com arredondamento acentuado (dificultando a limpeza) na UPA Zilda Arns; utilização imprópria de torneiras com fechamento manual nos consultórios e salas de tratamento e ausência de corrimãos ou bate-macas nas circulações da UPA Zilda Arns e das UBSs Cruzeiro do Sul e Céu Azul; ralos instalados indevidamente em ambientes onde os pacientes são examinados na UBS Céu Azul; e infiltrações em paredes/tetos e vazamento que provocou a interdição do banheiro destinado a portadores de necessidade especiais da UBS Cruzeiro do Sul, em afronta ao art. 66 da Lei 8.666/1993 (achado 3.3);

9.5.2. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.2);

9.5.3. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade, a exemplo de ausência de vagas reservadas para veículos de portadores de necessidades especiais, balcão de atendimento com altura excessiva, existência de apenas um sanitário destinado a portadores de necessidades especiais (sem separação por gênero) e inclinação inadequada das rampas de acesso das UBSs Cruzeiro do Sul e Céu Azul e da UPA Zilda Arns; inadequação das barras de apoio e dos acessórios dos banheiros das UBSs Cruzeiro do Sul e Céu Azul;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ausência de lavatório suspenso nos banheiros destinados a portadores de necessidades especiais da UPA Zilda Arns e da UBS Céu Azul; inexistência de rebaixamento e rampas de acesso na UBS Céu Azul; e largura dos corredores inferior à mínima requerida na UBS Cruzeiro do Sul, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.4).

9.6. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, às Prefeituras Municipais de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Luziânia e Valparaíso de Goiás, no Estado de Goiás, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e ao Ministério da Saúde.

9.7. apensar o presente processo ao TC 034.411/2013-5, que consolida os trabalhos da Fiscalização de Orientação Centralizada.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2051-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2052/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.811/2006-6.

1.1. Apensos: 029.619/2009-7; 031.609/2010-4; 002.151/2010-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Acompanhamento (Desestatização)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT (04.898.488/0001-77); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Mdic (33.657.248/0001-89)

3.2. Responsáveis: Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira (066.814.761-04); José Francisco das Neves (062.833.301-34).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes (SefidTrans).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento da concessão de outorga do serviço público de transporte de passageiros por meio de Trem de Alta Velocidade (TAV), no trecho compreendido entre os municípios de Rio de Janeiro/RJ e Campinas/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres que:

9.1.1. caso e quando decida dar prosseguimento à licitação do trem de alta velocidade, envie ao Tribunal, nos termos do art. 7º, inciso I, da IN-TCU 27/1998, novos estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental, produzidos com antecedência máxima de dezoito meses, conforme jurisprudência majoritária desta Corte;

9.1.2. por ocasião das futuras concessões a seu encargo, elabore e remeta novos estudos, reiniciando a análise de que trata o art. 7º, inciso I, da IN TCU 27/1998 (primeiro estágio de acompanhamento de concessões), sempre que promover alterações significativas em premissas ou variáveis de estudos já apreciados pelo Tribunal;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério dos Transportes, à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), à Empresa de Planejamento e Logística (EPL), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Ministério Público Federal (MPF); e

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2052-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2053/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.402/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Capital Tecnologia e Equipamentos Ltda. (03.573.081/0001-07); Marumbi Tecnologia Ltda. (08.528.684/0001-00).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Advogados constituídos nos autos: Valério Alvarenga M. de Castro (OAB/DF 13.398); Fabiana Cristina Uglar Pin (OAB/DF 26.394) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Capital Tecnologia e Equipamentos Ltda., versando sobre ilegalidade constante da alínea "f" do subitem 1.4 do Apêndice 2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 13000214/2013-AC, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, cujo objeto é a aquisição de scanner de mesa scanner com ADF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. fixar, com fundamento no artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c artigo 45 da Lei 8.443/1992, o prazo de 15 (quinze) dias para que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT adote as medidas necessárias para anular a licitação relativamente ao Pregão Eletrônico nº 13000214/2013-AC, revogando-se a liminar anteriormente concedida;

9.3. dar ciência à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT que a jurisprudência deste Tribunal fixou entendimento no sentido de que a exigência de apresentação, na fase de habilitação, da certificação prevista no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, não encontra respaldo legal e limita indevidamente a competitividade;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à representante, à empresa Marumbi Tecnologia Ltda. (08.528.684/0001-00) e ao órgão jurisdicionado.

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2053-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2054/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.263/2014-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsáveis: Daoud Mohd Khamis Jaber Abdallah (698.261.101-91); Marildes Ferreira do Rêgo (621.253.621-04); Werley Silva Peres (259.877.538-48).

4. Órgãos/Entidades: Ministério da Saúde (vinculador); Prefeitura Municipal de Cuiabá - MT; Prefeitura Municipal de Rondonópolis - MT; Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, realizada em Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas e Unidades Básicas de Saúdes (UBS) dos Municípios de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT acerca das seguintes irregularidades identificadas:

9.1.1. vícios construtivos detectados na UPA Morada do Ouro, a exemplo de infiltrações e mofo em paredes e tetos, vazamento nos drenos dos aparelhos de ar-condicionado, paredes com cantos quebrados, piso da rampa de acesso à coleta de lixo destruído, piso de tijolos de cimento do estacionamento desnivelado e com afundamento, tampa de concreto de caixa de inspeção quebrada, pia e ralo da ala de inalação e medicação com entupimento e ralos instalados indevidamente em ambientes onde os pacientes são examinados; bem como nas UBSs Jardim Pasaredo e Jardim Imperial II, em construção, nas quais também foram instalados indevidamente ralos em ambientes de atendimento hospitalar, em afronta ao art. 66 da Lei 8.666/1993 (achado 3.1);

9.1.2. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade na UPA Morada do Ouro, a exemplo de ausência de vagas reservadas para veículos de portadores de necessidades especiais, inadequação das barras de apoio dos banheiros destinados a portadores de necessidades especiais; irregularidade no piso, inclinação inadequada e inexistência de rebaixamento nas rampas de acesso, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.2); e

9.1.3. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.4).

9.2. dar ciência à Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT acerca das seguintes irregularidades identificadas na UPA Ipase:

9.2.1. vício construtivo detectado na obra, consubstanciado no desalinhamento dos rodapés, provocando acumulo de sujeira, em afronta ao art. 66 da Lei 8.666/1993 (achado 3.1);

9.2.2. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade, a exemplo de inadequação das barras de apoio e ausência de lavatório suspenso nos banheiros destinados a portadores de necessidades especiais, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.2); e

9.2.3. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.4).

9.3. dar ciência à Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT acerca das seguintes irregularidades:

9.3.1. vícios construtivos detectados nas unidades fiscalizadas, a exemplo de utilização imprópria de torneiras com fechamento manual nos consultórios e salas de tratamento e ausência de corrimãos ou bate-macas nas UBSs Parque das Rosas e Margaridas e Vila Cardoso; e paredes descascando acima do rodapé, com manchas de mofo e infiltrações, em afronta ao art. 66 da Lei 8.666/1993 (achado 3.1);

9.3.2. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade, a exemplo de balcão de atendimento e barras de apoio dos banheiros destinados a portadores de necessidades especiais com altura inadequada nas UBSs Parque das Rosas e Margaridas e Vila Cardoso; existência de apenas um sanitário destinado a portadores de necessidades especiais (sem separação por gênero) e largura dos corredores inferior à mínima requerida na UBS Parque das Rosas e Margaridas; e ausência de lavatório suspenso nos banheiros destinados a portadores de necessidades especiais, irregularidade no piso,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

inexistência de rebaixamento e inclinação inadequada das rampas de acesso na UBS Vila Cardoso, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.2); e

9.3.3. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.4).

9.4. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, às Prefeituras Municipais de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e ao Ministério da Saúde.

9.5. apensar o presente processo ao TC 034.411/2013-5, que consolida os trabalhos da Fiscalização de Orientação Centralizada.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2054-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2055/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.590/2012-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Fauzi Muhamad Abdul Hamid Suleiman (CPF 436.271.881-87); Luciano Costa Campelo (CPF 807.511.721-20); Paulo Sergio Goulart (CPF 044.820.438-00); Vanderley Camposano da Rocha (CPF 286.863.811-20).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Advogados constituídos nos autos: Luiz Felipe Ferreira, OAB/MS 13.652; Felipe Mattos de Lima Ribeiro, OAB/MS 12.492; e Rodrigo Souza e Silva, OAB/MS 15.100, Pedro Henrique Franco Caldeira, OAB/MS 15.100, OAB/MS 14.947, Guilherme Azambuja Falcão Novaes, OAB/MS 13.997.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS, com a finalidade de verificar a aplicação dos recursos federais por meio de transferências voluntárias àquela municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo responsável Sr. Paulo Sérgio Goulart (CPF 044.820.438-00), então Gerente de Finanças, relativamente às irregularidades que lhes foram atribuídas no âmbito das tomadas de preços 11/2014 e 22/2014, realizadas com recursos federais repassados à Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS por meio do Contrato de Repasse 308376-52/2009 e Convênio 31/2010;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Srs. Fauzi Muhamad Abdul Hamid Suleiman (CPF 426.271.881-87), ex-Prefeito, e Luciano Costa Campelo (CPF 807.511.721-20), então Presidente da Comissão de Licitação, relativamente às irregularidades que lhes foram atribuídas no âmbito das tomadas de preços 11/2014 e 22/2014, realizadas com recursos federais repassados à Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS por meio do Contrato de Repasse 308376-52/2009 e Convênio 31/2010;

9.3. aplicar, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, aos Srs. Fauzi Muhamad Abdul Hamid Suleiman e Luciano Costa Campelo, individualmente, a multa no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetuem e comprovem perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/92 c/c art. 217 do Regimento Interno, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos devidos, conforme legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.6. determinar à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional que, no prazo (90 dias), caso ainda não o tenha feito, instaure ou conclua a instrução do processo de tomada de contas especial referente ao Termo de Compromisso 168/2010 (Siafi 659445) e comprove ao Tribunal o seu encaminhamento à CGU, para os procedimentos previstos no art. 9°, inc. III, da Lei 8.443/92;

9.7. determinar à Secex-MS que monitore a determinação do item acima, nos termos do art. 35, caput, da Resolução TCU 259/2014; e

9.8. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, aos responsáveis, à Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS, à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional; ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2055-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2056/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.659/2003-5.

1.1. Apenso: 015.665/2002-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC (04.034.583/0001-22)

3.2. Responsáveis: A C G Comércio e Representações Ltda (05.377.775/0001-02); Antonio Airto de Carvalho (091.271.002-00); Carlos Augusto Beyruth Borges (047.439.382-87); Ely de Souza Santos (035.884.912-87); F F Maciel Me - Grafica Imperial Comercio e Representações (63.593.644/0001-50); F. C. Carvalho Filho - Comercial São Lucas (00.569.473/0001-04); Francisco Cândido de Carvalho Filho (096.159.032-72); Francisco Fernandes Maciel (195.993.822-34); G. S. Silveira Me (84.313.923/0001-93); Greice Helionay Freitas dos Passos (183.213.052-53); Guiomar Conegundes Mesquita (045.017.132-91); J A F de Souza - Meu Cantinho (84.308.444/0001-89); José Antonio Ferreira de Souza (216.615.962-15); José Ribamar Pinheiro de Almeida (028.424.402-34); M. M. Maciel (me) - Comergraf (00.531.602/0001-75); Mariléia Morais Maciel (095.943.882-34); Mauri Sérgio Moura de Oliveira (028.193.332-49); Paulo Charles Costa Barbosa (308.655.222-00); Paulo Henrique Filgueira Monteiro (809.970.238-72); Recol Distribuição e Comércio Ltda (04.598.413/0001-70); Roberto Alves Moura (025.938.232-91); Rosalvo Rodrigues da Silva (604.085.532-00); Rosalvo Rodrigues da Silva - Impersoma Distribuidora (01.872.016/0001-57); W G Fernandes Me (14.412.688/0001-21); William Manoel Gomes Fernandes (196.679.572-68)

3.3. Recorrentes: Carlos Augusto Beyruth Borges (047.439.382-87); G. S. Silveira Me (84.313.923/0001-93); Paulo Henrique Filgueira Monteiro (809.970.238-72).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relatora da deliberacao recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).

8. Advogados constituídos nos autos: Paulo Luis Pedrazza (OAB/AC 1917), Leonardo de Assis Santos e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Carlos Augusto Beyruth Borges, Paulo Henrique Filgueira Monteiro e pela empresa G. S. Silveira ME contra o Acórdão 2464/2012 - TCU - Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos interpostos, para, no mérito:

9.1.1. dar provimento parcial ao recurso interposto pelo Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges e reformar a deliberação recorrida nos seguintes termos:

9.1.1.1. excluir o Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges do rol dos apenados dos itens 9.10.3, 9.10.4, 9.10.6, 9.10.7, 9.10.10, 9.10.12, 9.10.13 e 9.10.16, tornando sem efeito o débito a ele aplicado;

9.1.1.2. excluir o Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges do rol dos apenados do item 9.10.1, tornando sem efeito o débito imputado somente em relação ao Convite 110/98 (R$74.213,93), notas fiscais 151, 152 e 153;

9.1.2. negar provimento ao recurso interposto pelo Sr. Paulo Henrique Filgueiras e pela Empresa G.S Silveira ME;

9.1.3. reduzir a multa aplicada, individualmente, ao Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges constante do item 9.11 do Acórdão 2464/2012 de R$ 130.000,00 para R$ 70.000,00;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, à Prefeitura Municipal de Rio Branco/AC e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2056-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2057/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 046.143/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Responsáveis: Carlos Alberto Maganha (104.237.898-30); Gilberto Luiz Scarazatti (016.234.428-77); Jorge Zarur Júnior (005.343.528-12), Marina de Fátima de Oliveira (CPF 054.329.918-02)

4. Órgãos/Entidades: Prefeitura do Município de São José dos Campos/SP; Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Advogados constituídos nos autos: Rubens Approbato Machado (OAB/SP 9434), Márcia Regina Machado Melaré (OAB/SP 66.202); Carlos Carmelo Balaró (OAB/SP 102.778); Lídia Valério Marzagão (OAB/SP 107.421), Gustavo Henrique Intrieri Locatelli (OAB/SP 169.207); Paulo Augusto Ribeiro de Carvalho (OAB/SP 145.800), Constantino Siciliano (OAB/SP 119.272); Lúcia Helena do Prado (OAB/SP 136.137); Ronaldo José de Andrade (OAB/SP 182.605); Bruno Igor Rodrigues Sakaue (OAB 323.763);Venâncio Silva Gomes (OAB/SP 240.288), William de Souza Freitas (OAB/SP 147.867) e Mary Anne Mendes Cata Preta Pereira Lima Borges (OAB/SP 232.668)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada em cumprimento ao Acórdão 3.373/2012-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos do art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa dos Srs. Jorge Zarur Júnior e Marina de Fátima de Oliveira, nos termos do § 1º do art. 250 do Regimento Interno do TCU;

9.3. rejeitar as razões de justiticativa dos Srs. Gilberto Luiz Scarazatti e Carlos Alberto Maganha, aplicando-lhes a pena de multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos valores de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R$ 3.000,00 (três mil reais), respectivamente;

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das datas das notificações, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.7. dar ciência dessa deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2057-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2058/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.276/2009-3.

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Revisão (em processo de Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Hélbio Pereira (CPF 011.325.202-15).

4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG).

8. Advogado constituído nos autos: Marcelo Ramos Tinoco, OAB/MG 123.786.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Recurso de Revisão, manejado pelo Sr. Hélbio Pereira, ex-bolsista do CNPq, contra o Acórdão 7.249/2012-2ª Câmara, mediante o qual ele teve suas contas julgadas irregulares, com a imputação de débito, correspondente ao valor recebido a título de bolsa de estudos para a realização de curso de doutorado no exterior, uma vez que o responsável abandonou o curso, sem prévia autorização por parte do CNPq.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do recurso, nos termos dos arts. 32 e 35 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo, em seus exatos termos, o Acórdão 7.249/2012-2ª Câmara;

9.2 encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam:

9.2.1 à Segecex, para que avalie a possível incompatibilidade entre o art. 15, inciso II, da IN/TCU 71/2012 e o art. 2º, §§2º e 7º, da Lei 10.522/2002, e adote as providências cabíveis para provocar a alteração da referida instrução normativa, se for o caso;

9.2.2 ao recorrente;

9.2.3 ao CNPq.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2058-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2059/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.208/2012-5.

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Revisão (em processo de Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura (vinculador).

3.2. Responsável: Expedito Nunes Fernandes Neto (568.108.815-49).

3.3. Recorrente: Expedito Nunes Fernandes Neto (568.108.815-49).

4. Órgão/Unidade: não há.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em fase de recurso de revisão interposto contra o Acórdão 6.906/2012-2ª Câmara, mantido pelo Acórdão 2.806/2013 daquele mesmo colegiado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso IV, e 288, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. Expedito Nunes Fernandes Neto contra o Acórdão 6.906/2012-TCU-2ª Câmara e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a reduzir para R$ 146.312,00 (cento e quarenta e seis mil trezentos e doze reais) e R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), respectivamente, os valores do débito e da multa fixados nos subitens 9.2 e 9.3 do mencionado decisum, mantendo em seus exatos termos os demais dispositivos da deliberação recorrida;

9.2. dar conhecimento desta decisão ao recorrente e, em complemento do subitem 9.6 do Acórdão 6.906/2012-2ª Câmara, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, neste caso mediante remessa de cópia deste Acórdão, assim como do relatório e do voto que o fundamentam.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2059-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2060/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.601/2012-9.

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Francisco Nascimento de Brito (074.797.218-46); Luiz Marinho (008.848.518-85); Marisa Araújo Silva (246.200.988-41).

4. Entidades: Prefeitura de Embu - SP; Prefeitura de São Bernardo do Campo - SP; Secretaria de Políticas Para As Mulheres.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - PR, no período compreendido entre 13/2/2012 e 22/5/2012, com o objetivo de verificar a conformidade da concessão e da aplicação de recursos repassados pela SPM/PR por meio de convênios, no âmbito do II PNPM.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar ao Município de Estância Turística de Embu/SP que recolha ao Tesouro Nacional o valor de R$ 1.735,19 (um mil setecentos e trinta e cinco reais e dezenove centavos), a título de devolução da diferença entre o total de receitas e o total de despesas apuradas no âmbito do Convênio Siconv 718432/2009, com atualização monetária a contar de 15/10/2011 pelo sistema Débito do Tribunal de Contas da União, encaminhando no prazo de 30 (trinta) dias comprovante do recolhimento;

9.2. determinar ao Município de São Bernardo do Campo/SP que recolha ao Tesouro Nacional e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 dias, o comprovante do recolhimento do valor de R$ 3.479,90 (três mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa centavos), atualizado monetariamente pelo sistema Débito do Tribunal de Contas da União, a contar de 8/11/2010, em razão da não aplicação em caderneta de poupança dos recursos repassados pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/PR para a execução do Convênio 732413, no período compreendido entre 14/6/2010 a 7/11/2010, com inobservância à cláusula 3ª, §2º, letras a e b, do termo de convênio c/c o art. 42, §1º, inc. II, da Portaria Interministerial 127/2008;

9.3. dar ciência à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República:

9.3.1. da existência de saldo a recolher pela P.M. de Estância Turística de Embu/SP no valor de R$ 1.735,19 (um mil setecentos e trinta e cinco reais e dezenove centavos), referente a diferença entre ingressos de créditos e débitos, do Convênio Siconv 718432, com atualização a contar de 15/10/2011;

9.3.2. da existência de saldo a recolher pela P.M. de São Bernardo do Campo/SP no valor de R$ 3.479,90 (três mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa centavos) (valor histórico), acrescido de atualização monetária da data de 8/11/2010 até a data do recolhimento, referente à não aplicação em caderneta de poupança dos recursos repassados pela SPM/PR para a execução do Convênio 732413, no período compreendido entre 14/6/2010 a 7/11/2010, em face da inobservância à cláusula 3ª, §2º, letras a e b, do termo de convênio c/c o art. 42, §1º, inc. II, da Portaria Interministerial 127/2008;

9.3.3. de que, no âmbito do convênio 782413/2010, firmado com a P.M. de São Bernardo do Campo/SP, houve falta de disponibilização dos documentos relativos à execução financeira no Siconv;

9.3.4. da alteração do Plano de Trabalho do Convênio 732413, sem comunicação prévia, com inobservância da Cláusula 9ª, §2º, parágrafo único, do termo de convênio firmado entre a SPM/PR e a P.M. de São Bernardo do Campo/SP c/c o art. 37 da Portaria Interministerial 127/2008, haja vista que não houve o registro do Contrato ARP-001/2009 firmado entre o município de São Bernardo do Campo/SP e a empresa Logic Engenharia e Construção Ltda. no Siconv.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2060-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2061/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.738/2012-8.

1.1. Apensos: 014.990/2011-3; 015.567/2012-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessado: Congresso Nacional

4. Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (SecobEdif).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Relatório de Auditoria nas obras de recuperação da estrutura do terminal de passageiros do Aeroporto de São Luís/MA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 dar ciência à Infraero que:

9.1.1 não há óbices por parte deste Tribunal para a liberação dos valores eventualmente retidos no âmbito do Contrato 0039-EG/2011/0021;

9.1.2 foi constatada a falta de registro de anotações de responsabilidade técnica de alguns projetos de reforma do Aeroporto de São Luís, em inobservância ao art. 1º da Lei 6496/1977;

9.2 desapensar o TC 015.567/2012-5 dos presentes autos, com seu encaminhamento à Secex/MA para que dê continuidade ao exame daquele processo;

9.3 encaminhar cópia da determinação que vier a ser adotada, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão;

9.4 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2061-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2062/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.547/2008-8.

2. Grupo I - Classe I - Pedidos de Reexame.

3. Recorrentes: Adelmo Vendramini Campos, Anilton França Lima Júnior, Ataíde de Oliveira, Dinacir Severino Ferreira, Hideraldo Luiz Caron, Jorge Sarmento Barroca, Manoel José Pedreira, Manoel das Graças Barbosa da Costa, Murilo Arantes Oliveira e Ronaldo de Freitas Silva.

4. Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - Dnit e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Tocantins - Dertins.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Públio Borges Alves (OAB/TO 2.365) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos pelos responsáveis Adelmo Vendramini Campos, Anilton França Lima Júnior, Ataíde de Oliveira, Dinacir Severino Ferreira, Hideraldo Luiz Caron, Jorge Sarmento Barroca, Manoel José Pedreira, Manoel das Graças Barbosa da Costa, Murilo Arantes Oliveira e Ronaldo de Freitas Silva contra os termos do Acórdão 1.532/2012 - TCU - Plenário, mediante o qual o Tribunal rejeitou as suas razões de justificativa e aplicou-lhes a multa prevista no art. 58, II e III, da Lei 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, tornando-se insubsistentes os termos do Acórdão 1.532/2012 - TCU - Plenário;

9.2. restituir o presente processo ao Relator a quo, para envio à Unidade Técnica de origem, com o intuito de se realizar a individualização das condutas e responsabilidades de todos os responsáveis arrolados nos autos e o refazimento das audiências, no que for cabível, aproveitando-se os demais atos validamente praticados; e

9.3. dar ciência desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam aos recorrentes, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - Dnit e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Tocantins - Dertins.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2062-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2063/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.459/2010-5.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em processo de Auditoria).

3. Recorrentes: João Muniz Sobrinho (001.294.103-49); Elaine Cristina de Vasconcelos (647.549.363-53); Raimundo Otávio da Mota (788.747.853-72).

4. Unidade: Prefeitura de Cruz - CE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, em fase de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 527/2013-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285 e 286 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pela Srª Elaine Cristina de Vasconcelos e pelos Srᵉˢ João Muniz Sobrinho e Raimundo Otávio da Mota, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus exatos termos a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2063-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2064/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.336/2010-6

2. Grupo I, Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (em processo de Relatório de Auditoria)

3. Interessados: Leovaldo Rodrigues da Cunha (CPF 066.999.601-72), Mário João de Souza (CPF 021.574.111-00), Myriam Vieira de Carvalho Martins (CPF 416.694.446-00), Nilo Gustavo Almeida Silva Serra (CPF 838.234.411-91) e Olegário Martins Teixeira Neto (CPF 129.239.071-91)

4. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Saneamento de Goiás S/A

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Bemquerer Costa

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: SecobEdif e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Alécia Paolucci N. Bicalho (OAB/MG 60.929)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos pelo Srs. Leovaldo Rodrigues da Cunha, Mário João de Souza, Myriam Vieira de Carvalho Martins, Nilo Gustavo Almeida Silva Serra e Olegário Martins Teixeira Neto contra o disposto no Acórdão nº 1.590/2013 - TCU - Plenário, proferido em processo de Relatório da Auditoria no Contrato de Repasse 226.021-24/2007/Ministério das Cidades/Caixa, destinado às obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Goiânia/GO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Leovaldo Rodrigues da Cunha para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito a multa que lhe foi aplicada pelo subitem 9.1 do Acórdão nº 1.590/2013 - TCU - Plenário;

9.2. com fulcro nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos pelos Srs. Mário João de Souza e Olegário Martins Teixeira Neto para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.3. à vista do disposto nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos pelos Srs. Nilo Gustavo Almeida Silva Serra e Myriam Vieira de Carvalho para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, tornando sem efeito os valores das multas individuais aplicadas pelo subitem 9.1 do Acórdão nº 1.590/2013 - TCU - Plenário, que passam a ser de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada uma;

9.4. autorizar, com fundamento nos arts. 26 da Lei 8.443/92 e 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, caso requerido, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos dos dispositivos supracitados, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e à Saneamento de Goiás S/A.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2064-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2065/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.774/2009-7

2. Grupo I, Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessado: TCU

4. Órgão(s)/Entidade(s): Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Associação de Projetos para Combate à Fome (Ágora)

4.2. Responsável(eis): Mauro Farias Dutra (CPF 075.315.831- 00); Gilson Matos Moreira (CPF 225.102.491-34); José Roberto Escórcio (CPF 005.029.758-90); Ágora - Associação Para Projetos de Combate À Fome (CNPJ: 38.050.258/0001-75).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/SP

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Gabriela de Cerqueira Lima Gastal Dutra (OAB/DF 17.411); Alcimira Aparecida dos Reis Gomes (OAB/DF 13.710)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego - SPPE/MTE em razão de irregularidades na execução do Convênio nº 228/2002, celebrado entre a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - Sert/SP e a entidade executora Ágora - Associação para Projetos de Combate à Fome com recursos do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover a exclusão da entidade Associação para Projetos de Combate à Fome (Ágora) dos autos, em virtude de sua extinção;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas e pelos Srs. Mauro Farias Dutra, Gilson Matos Moreira e José Roberto Escórcio, assim como as suas razões de justificativa concernentes às irregularidades na execução do Convênio nº 228/2002;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas dos Srs. Mauro Farias Dutra, Gilson Matos Moreira e José Roberto Escórcio, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, acrescidas dos encargos legais calculados a partir de 10/03/2003 até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, para que comprovem, perante o tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno;

9.3.1. não comprovação da realização do curso "Formação de formadores", previsto no Plano de Trabalho, configurando o débito de R$ 77.040,00;

9.3.2. pagamento das despesas abaixo relacionadas após a expiração da vigência do convênio, com infringência ao art. 8º, inciso V, da IN STN 01/97;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cheque	emissão do cheque	débito (R$) valor histórico	fornecedor	documento fiscal25.
				26.
000.948	12/03/2003	9.000,00	Rental Bus	NF 368 emitida em 10/04/0327.
000.952	12/03/2003	3.600,00	Rental Bus	NF 369 emitida em 10/04/0328.
000.999	09/04/2003	22.300,00	Rental Bus	NF 370 emitida em 10/04/0329.
001.001	10/04/2003	30.022,00	SP Transportes	período de utilização: 14/04 a 14/05/0330.
000.965	18.03.2003	60.000,00	VR Vales Ltda	NF 83.102 emitida em 17.03.0331.
000.961	03/04/2003	480,00	Comunid. Kolping	recibo emitido em 02.04.0332.
000.997	09/04/2003	15.680,00	Supra Sabor	NF 000.169 emitida em 9.04.0333.
001.002	10/04/2003	3.507,01	Kalunga	material para escritório - diversos34.
000.964	18/3/2003	1.000,00	Salesianos Dom Bosco	hospedagem - NF 904 35.
000.975	25/3/2003	262,50	Salesianos Dom Bosco	hospedagem - NF 90536.
000.995	9/4/2003	38.379,29	Lumishow	locação de equipamentos - NF 446, de 3/4/0337.
000.996	9/4/2003	22.400,00	Biarritz	locação de equipamentos - NF 031, de 31/3/0338.

9.3.3. realização, de forma desarrazoada, das despesas relacionadas abaixo às vésperas do encerramento do período de vigência do convênio em 15/3/2003:

cheque	emissão do cheque	débito (R$) valor histórico	fornecedor	objeto da contratação39.
000.925	11/03/2003	45.000,00	SP Transportes	vales-transporte com período de utilização de 13/03 a 13/04/0340.
000.942	12/03/2003	60.000,00	VR Vales Ltda	aquisição de 6000 vales-alimentação a 3 dias do final do prazo de vigência41.

9.3.4. realização das despesas abaixo discriminadas com ofensa aos princípios da economicidade, impessoalidade e moralidade:

cheque	emissão do cheque	débito (R$) valor histórico	fornecedor	objeto da contratação42.
823	27/12/2002	26.000,00	Sunset Artes Gráfics S/C ltda	planejamento, administração e organização de eventos p/ capacitação de instrutores e supervisores43.
938	12/3/2003	33.400,00	K-3 Serviços e Eventos S/C ltda	planejamento e organização de eventos44.
940	12/3/2003	35.100,00	K-3 Serviços e Eventos S/C ltda	planejamento e organização de eventos45.

9.3.5. não aplicação da contrapartida: R$ 120.501,99;

9.4. aplicar, individualmente, ao Sr. Gilson Matos Moreira, ao Sr. Mauro Farias Dutra e ao Sr. José Roberto Escórcio a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, acrescidas dos encargos legais devidos a contar da data do acórdão a ser prolatado, caso não venham a ser pagas dentro do prazo ora estipulado;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.5.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado por qualquer dos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, à Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho daquele ente federativo e ao respectivo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2065-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto convocado que alegou impedimento na Sessão: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.5. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2066/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 018.917/2013-5

2. Grupo I - Classe VII - Concessão de Aposentadoria

3. Interessados: Cristiano Valois de Souza (CPF 017.895.409-84), Delza Curvello Rocha (CPF 044.146.838-15), Heloisa Pegas Morganti (CPF 363.953.070-53), Miécio Oscar Uchôa Cavalcanti Filho (CPF 047.060.644-49) e Silvana Fazzi Soares da Silva (CPF 087.274.228-87)

4. Órgão: Ministério Público Federal

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal

8. Advogado constituído nos autos: Não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são apreciados atos de concessão de aposentadoria no interesse de ex-procuradores do Ministério Público Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92; e 1º, inciso VIII, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão inicial de aposentadoria referente ao Sr. Cristiano Valois de Souza (peça 5) e à Srª Silvana Fazzi Soares da Silva (peça 9), procedendo-se aos respectivos registros;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão inicial de aposentadoria do Sr. Miécio Oscar Uchôa Cavalcanti Filho (peça 8), recusando o respectivo registro;

9.3. dispensar, relativamente ao ato considerado ilegal, o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, até a data da notificação desta deliberação ao Órgão concedente, consoante o disposto na Súmula nº 106 da Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Ministério Público Federal que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes das parcelas ora consideradas indevidas, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos interessados, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do comprovante da data da efetiva notificação;

9.4.3. encaminhe ao TCU, no prazo de 15 dias, o ato de alteração de aposentadoria de Cristiano Valois de Souza, para fins de aplicação do art. 190 da Lei nº 8112/90;

9.5. orientar ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 262, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, que o Sr. Miécio Oscar Uchôa Cavalcanti Filho deverá retornar à atividade para cumprir o tempo de contribuição necessário para aposentadoria, observando, nesse caso, as novas regras vigentes;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das medidas indicadas no subitem 9.4., representando, caso necessário, a este Tribunal;

9.7. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.7.1. relativamente ao ato de Heloisa Pegas Morganti (peça 7), adote, em processo apartado, as providências a seu cargo com vista a assegurar à referida interessada o direito ao exercício do contraditório e da ampla defesa;

9.7.2. relativamente ao ato de Delza Curvello Rocha (peça 6), autue processo apartado para exame do referido ato, após a deliberação final desta Corte no TC 017.382/2006-7;

9.8. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2066-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2067/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.039/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados: Congresso Nacional.

4. Órgão: Ministério de Minas e Energia.

5. Relator: Ministro José Jorge.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnerg).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Solicitação do Congresso Nacional, submetida ao Tribunal pelo Exmo. Senador Vital do Rêgo, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 302 de 2014.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 71, inciso VII, da Constituição Federal, 38, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e 232, inciso III, do RITCU, assim como nos artigos 3º, inciso II, e 4º, inciso I, "b", da Resolução TCU 215, de 20 de agosto de 2008;

9.2. encaminhar, por intermédio da Presidência do TCU, à comissão solicitante, cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, e cópia integral, em meio eletrônico, dos processos TC 008.472/2008-3; TC 019.742/2009-7; TC 009.758/2009-3 e seus apartados (TC 029.544/2009-4; TC 029.545/2009-1; TC 029.546/2009-9; TC 029.548/2009-3; TC 029.549/2009-0; TC 006.810/2011-0; TC 008.941/2011-4); TC 009.830/2010-3 e seus apartados (TC 003.586/2011-1; TC 004.025/2011-3; TC 004.038/2011-8; TC 004.040/2011-2 e TC 046.098/2012-7); TC 007.318/2011-1 e seu apartado (TC 032.449/2011-9); TC 006.583/2012-1; TC 006.285/2013-9 e seu apartado (TC 022.250/2013-1); TC 044.802/2012-9 e seu apartado (TC 029.736/2013-7);

9.3. alertar ao solicitante acerca da existência de documentos e informações sigilosas dentre as peças processuais enviadas, cujo sigilo deve ser mantido pela comissão;

9.4. considerar integralmente atendida a Solicitação do Congresso Nacional, submetida ao Tribunal pelo Exmo. Senador Vital do Rêgo, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 302 de 2014, com fundamento no art. 14, incisos III e V, da Resolução-TCU nº 215/2008; e

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2067-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2068/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.757/2014-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessado: Congresso Nacional

4. Órgão: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnergia)

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Solicitação do Congresso Nacional (Ofício 920/2014/SGM/P), encaminhada pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, por meio da qual requer informações "sobre os contratos relativos à implantação da Refinaria Premium I, em Bacabeira/MA", em especial, acerca das fiscalizações, atos de auditoria contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial, que esta Corte realizou, ou ainda está realizando, nos contratos, convênios ou instrumentos congêneres firmados para a implantação da Refinaria Premium I.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 71, inciso VII, da Constituição Federal, 38, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e 232, inciso II, do RITCU, assim como nos artigos 3º, inciso II, e 4º, inciso I, "a", da Resolução TCU 215, de 20 de agosto de 2008;

9.2. encaminhar, por intermédio da Presidência do TCU, à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, acompanhada de cópia dos acórdãos e despachos mencionados na peça instrutiva que integra o presente acórdão, prolatados nos autos dos processos TC 009.845/2010-0 (Fiscobras 2010), TC 007.321/2011-2 (Fiscobras 2011), TC 012.653/2012-8 (Fiscobras 2012) e TC 006.280/2013-7 (Fiscobras 2013);

9.3. alertar ao solicitante acerca da existência de documentos e informações sigilosas dentre as peças processuais enviadas, cujo sigilo deve ser mantido pela Comissão;

9.4. considerar integralmente atendida a Solicitação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que encaminhou, por meio do Ofício nº 010/2014-CPIPETRO, de 15/5/2014, a Solicitação de Informação ao TCU (SIT) nº 57, de 2014, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2068-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2069/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.887/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados: Congresso Nacional.

4. Órgão: Ministério de Minas e Energia.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnerg).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Solicitação do Congresso Nacional, enviada ao Tribunal pelo Exmo. Senador Vital do Rêgo, presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2 de 2014 - CN.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 71, inciso VII, da Constituição Federal, 38, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e 232, inciso III, do RITCU, assim como nos artigos 3º, inciso II, e 4º, inciso I, "b", da Resolução TCU 215, de 20 de agosto de 2008;

9.2. encaminhar, por intermédio da Presidência do TCU, à comissão solicitante, cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, e cópia integral, em meio eletrônico, dos processos TC 008.472/2008-3; 019.742/2009-7; 009.758/2009-3 e seus apartados (029.544/2009-4; 029.545/2009-1; 029.546/2009-9; 029.548/2009-3; 029.549/2009-0; 006.810/2011-0; 008.941/2011-4); 009.830/2010-3 e seus apartados (003.586/2011-1; 004.025/2011-3; 004.038/2011-8; 004.040/2011-2 e 046.098/2012-7); 007.318/2011-1 e seu apartado (032.449/2011-9); 006.583/2012-1; 006.285/2013-9 e seu apartado (022.250/2013-1); 044.802/2012-9 e seu apartado (029.736/2013-7);

9.3. alertar ao solicitante acerca da existência de documentos e informações sigilosas dentre as peças processuais enviadas, cujo sigilo deve ser mantido pela comissão;

9.4. considerar integralmente atendida a Solicitação do Congresso Nacional, submetida ao Tribunal pelo Exmo. Senador Vital do Rêgo, presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2 de 2014, com fundamento no art. 14, incisos III e V, da Resolução-TCU nº 215/2008; e

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2069-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2070/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.063/2014-4.

2. Grupo I; Classe de Assunto: VII - Solicitação

3. Requerente: José Eduardo Cardoso, Ministro de Estado da Justiça.

4. Órgão: Departamento de Polícia Federal - Ministério da Justiça.

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação, em que o Exmo. Ministro de Estado da Justiça requer a prorrogação do prazo para a entrega dos relatórios de gestão, relativos ao exercício de 2013, do Departamento de Polícia Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante às razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 3º, 5º e 7º, da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, ante o atendimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 7º da IN/TCU 63/2010;

9.2. deferir, em caráter excepcional, o pedido de prorrogação de prazo, até 29 de agosto de 2014, para o envio dos relatórios de gestão do Departamento de Polícia Federal - DPF, alusivos ao exercício de 2013;

9.3. informar à Secretaria Adjunta de Contas da Secretaria-Geral de Controle Externo deste Tribunal sobre a concessão da dilação de prazo para o envio dos relatórios de gestão do Departamento de Polícia Federal - DPF;

9.4. dar ciência deste Acórdão, assim como Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério da Justiça e ao Departamento de Polícia Federal - DPF;

9.5. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 40, inciso V, da Resolução-TCU 191/2006.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2070-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2071/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.097/2013-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Senado Federal.

4. Entidade: Estado de Alagoas.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia solicitação do Senado Federal para que este Tribunal acompanhe a aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Estado de Alagoas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução n.º 65, de 17/12/2013, no valor de até US$ 250.000.000,00(duzentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao financiamento parcial do "*Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Alagoas (Proconfins - PBL)*".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, 232, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e 4º, inciso I, alínea "a", da Resolução-TCU 215/2008;

9.2. informar à Presidência do Senado Federal que:

9.2.1. a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo efetivadas por pessoas jurídicas de direito público interno, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela União, sem interferência direta na aplicação dos recursos envolvidos, em face da autonomia dos entes federados, prevista no art. 18, caput, da Constituição Federal;

9.2.2. este Tribunal, após análise da documentação relativa ao projeto da operação de crédito externo em referência, verificou que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas, e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada;

9.2.3 este Tribunal, apesar das medidas informadas no subitem anterior, verificou que a capacidade de pagamento do Estado de Alagoas, segundo parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, foi classificada em "C-", ou seja, situação fiscal muito fraca e risco de crédito muito alto;

9.2.4. as informações relativas ao acompanhamento da sobredita operação de crédito pelo TCU serão encaminhadas ao Congresso Nacional, por meio do relatório trimestral de que trata o art. 90, §1º, da Lei nº 8.443/1992, sem prejuízo da tempestiva comunicação sobre qualquer ocorrência julgada relevante, nos termos do art. 2º, § 1º, da Instrução Normativa - TCU nº 59/2009;

9.3. recomendar, com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, ao Ministro de Estado da Fazenda que considere o não encaminhamento de operações de crédito de entes subnacionais cuja capacidade de pagamento seja classificada em quaisquer das categorias "C" ou "D", segundo parecer técnico da Secretaria do Tesouro Nacional, em observância aos princípios sobre a promoção do endividamento soberano responsável, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD);

9.4. recomendar, com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, ao Senado Federal que:

9.4.1. considere os princípios sobre a promoção do endividamento soberano responsável, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), quando da análise para autorização de operações de crédito externo a entes cuja capacidade de pagamento seja considerada em quaisquer das categorias "C" ou "D", segundo parecer técnico da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

9.4.2 em observância aos princípios sobre a promoção do endividamento soberano responsável, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), avalie a oportunidade e a conveniência de, nos casos de operações de crédito externo de entes subnacionais cuja capacidade de pagamento seja considerada em quaisquer das categorias "C" ou "D", incluir, na resolução que autorizar a operação, dispositivo condicionando a assinatura do contrato de garantia à ciência formal do credor sobre a classificação da capacidade de pagamento do ente subnacional;

9.5. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992 c/c art. 250, inciso II, do RI/TCU, à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda que, após a emissão do parecer técnico que avalia a capacidade de pagamento dos entes subnacionais nos pleitos de operação de crédito externo, dê ciência formal à respectiva entidade credora sobre a nota obtida pelo ente subnacional quando este for classificado em quaisquer das categorias "C" ou "D", a fim de garantir a evidenciação de informações relevantes à parte credora, em observância aos princípios sobre a promoção do endividamento soberano responsável, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD);

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Presidência do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e à Secretaria do Tesouro Nacional;

9.7. com fundamento no art. 2º, §3º, da IN-TCU nº 59/2009, considerar integralmente atendida esta solicitação; e

9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2071-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2072/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.616/2013-0

2. Grupo I - Classe VII - Representação

3. Representante: VPK Participações e Serviços Portuários Ltda. (CNPJ 11.948.162/0001-72)

3.1. Interessada: Cattalini Terminais Marítimos S.A. (CNPJ 75.633.560/0001-82)

4. Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes (SefidTransporte)

8. Advogados constituídos nos autos: André Guskow Cardoso (OAB/PR 27.074); Beatriz Giraldez Esquivel Galloti Beserra (OAB/DF 35.253); Benjamin Caldas Gallotti Beserra (OAB/DF 14.967); Benjamin Gallotti Beserra (OAB/DF 13.568); Bruno Guerra Neves da Cunha Frota (OAB/DF 29.405); Fábio Viana Fernandes da Silveira (OAB/DF 20.757); Tertulina Fernandes de Vasconcelos (OAB/SP 117.687); Fernando Silva Junior (OAB/DF 13.781); José Carlos Higa de Freitas (OAB/SP 207.093) e Ricardo Barreto de Andrade (OAB/DF 32.136)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação de autoria da empresa VPK Participações e Serviços Portuários Ltda. contra supostas irregularidades na Concorrência Pública 4/2012, promovida pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), cujo objeto era o arrendamento do Terminal de Granéis Líquidos e Produtos Químicos, na Ilha de Barnabé.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, e diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o arts. 169, inciso VI, e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer e considerar, no mérito, a representação improcedente;

9.2. enviar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à representante, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp);

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2072-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2073/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.611/2014-0

2. Grupo I - Classe VII - Representação

3. Responsáveis/Representante/Interessada:

3.1. Responsáveis: João Batista Soares (CPF 686.226.438-91), prefeito; Adriano José Araújo Lucena (CPF 052.473.394-52), Itaciane Maria Batista (CPF 034.161.554-40) e Elbineas Pereira da Silva (CPF 916.730.384-68), presidente e membros da CPL, respectivamente

3.2. Representante: Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda. (CNPJ 00.431.864/0001-68)

3.3. Interessada: Santa Fé Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 12.209.627/0001-36)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Caaporã/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogados constituídos nos autos: Annibal Peixoto Neto (OAB/PB 10.715) e André Luiz Costa Gondim (OAB/PB 11.310)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda., relativa à Concorrência 01/2013, promovida pela Prefeitura Municipal de Caaporã/PB com vistas à contratação de empresa para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, e diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/1992 e arts. 276 e 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. tornar sem efeito a determinação cautelar do item 9.2 do Acórdão 629/2014-Plenário para que a Prefeitura Municipal de Caaporã/PB se abstivesse de dar início à execução do contrato decorrente da Concorrência 01/2013;

9.2. realizar as audiências a seguir, na forma regimental, para que os responsáveis apresentem razões de justificativa acerca das ocorrências indicadas:

9.2.1. João Batista Soares, Adriano José Araújo Lucena, Itaciane Maria Batista e Elbineas Pereira da Silva, em relação às seguintes irregularidades:

9.2.1.1 concessão de apenas um dia entre a divulgação, feita em 7/8/2013, no Diário Oficial do Estado da Paraíba, da data de abertura das propostas e a sua realização, em afronta ao disposto no art. 21, § 4º, da Lei 8.666/1993, c/c o princípio da razoabilidade, sobretudo porque nem sempre o exemplar do D.O.E. é disponibilizado no mesmo dia da edição;

9.2.1.2 exigência de comprovação de propriedade ou de compromisso de cessão, locação/leasing ou venda das máquinas e equipamentos considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação e de infraestrutura predial, em flagrante desrespeito à norma do art. 30, § 6º, da Lei 8.666/1993 (subitem 5.1.1.3, "v", do edital);

9.2.1.3 não julgamento do pedido de impugnação do edital apresentado tempestivamente pela empresa Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda., contrariando o art. 41, § 1º, da Lei 8.666/1993;

9.2.1.4 exigência (subitem 5.1.1.3, "iii", do edital) de declaração de vistoria, emitida pela Secretaria de Infraestrutrura do Município, 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da licitação, por responsável técnico, em afronta ao disposto nos arts. 3º, caput e § 1º, inciso I, e 30, inciso III, da Lei 8.666/1993 e à jurisprudência (Acórdãos 7.519/2013-2ª Câmara e 2.669/2013-Plenário);

9.2.1.5 exigência de registro junto aos serviços especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho, em violação à norma do art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que tal registro não está previsto nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993 (subitem 5.1.1.3, "vii", do edital);

9.2.1.6 exigências de Programa de Proteção de Riscos Ambientais - PPRA e de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, em violação ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, uma vez que tais documentos não foram previstos nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993 (subitem 5.1.1.3, "viii" e "ix", do edital);

9.2.1.7 exigência (subitem 2.1.1.4, "vii", do edital) de índices não usuais de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente maiores ou iguais a 2,0 (dois) e de Grau de Endividamento (GE) igual ou menor que 0,3 (zero vírgula três), sem a devida justificativa no processo licitatório, os quais se apresentam excessivos e restritivos ao caráter competitivo da licitação, em afronta ao disposto no art. 31, § 5º, da Lei 8.666/1993 e à jurisprudência (Acórdãos 112/2002, 1.519/2003, 1.668/2003, 1.898/2006 e 2.882/2008, todos do Plenário);

9.2.2. João Batista Soares, em razão do não atendimento parcial da diligência do Tribunal e descumprimento do item 9.2 do Acórdão 629/2014-Plenário, tendo em vista o início da execução do contrato resultante da Concorrência 01/2013, firmado entre a Prefeitura Municipal de Caaporã/PB e a empresa Santa Fé Construções e Serviços Ltda.;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3. dar ciência desta decisão à representante e ao Município de Caaporã/PB;

9.4. encaminhar cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde, para subsidiar o acompanhamento do convênio e a análise da futura prestação de contas do ajuste.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2073-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2074/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.098/2008-0

1.1. Apenso: TC 003.858/2012-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Embargos de Declaração)

3. Embargante: Edie Andreeto Júnior (CPF: 144.304.188-29), Coordenador de Estudos e Projetos

4. Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Élcio Patti Júnior (OAB/SP 169.193), Aline Corsetti Jubert Guimarães (OAB/SP 213.510), Carla Maria Zanon Andreeto (OAB/SP 133.912), Néfiton Viana Filho (OAB/BA 7.605), Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098) e Tatiana Oliveira Nascimento (OAB/SP 240.284)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam, nesta fase, embargos de declaração opostos ao Acórdão 1.806/2014 - Plenário, que apreciou outros embargos, estes contra o Acórdão 931/2014 - Plenário, que conheceu e deu provimento parcial a pedidos de reexame interpostos pelo embargante e outros responsáveis contra o Acórdão 278/2012 - Plenário, que lhes aplicou multa em decorrência de irregularidades na execução de convênio celebrado com a Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa) para a recuperação e revitalização da Hidrovia do Rio São Francisco.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Edie Andreeto Junior para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta decisão ao embargante, alertando-o de que a interposição de novo recurso de mesma natureza não impedirá o trânsito em julgado do acórdão condenatório, nos termos do art. 287, § 6º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2074-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2075/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.529/2013-7.

2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Senado Federal.

4. Unidades: Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional de acompanhamento da operação de reescalonamento da dívida da República do Sudão com o Brasil, aprovada pela Resolução 16/2013 do Senado Federal, encaminhada pelo presidente daquela Casa, senador Renan Calheiros, por intermédio do ofício 1.196 (SF), de 15/5/2013.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no inciso I do art. 38 da Lei 8.443/1992 e no art. 232, inciso I, do Regimento Interno, c/c o art. 4º, inciso I, "a", e 17, da Resolução TCU 215/2008, em:

9.1. conhecer da solicitação;

9.2. informar ao presidente do Senado Federal que, conforme apurado junto ao Ministério da Fazenda, o contrato de reescalonamento da dívida da República do Sudão com o Brasil foi assinado em 23/5/2013, o pagamento das quatro primeiras parcelas foi efetuado e o resultado do acompanhamento da operação por este Tribunal será informado por meio do parecer prévio sobre as Contas do Governo da República, enviado ao Congresso Nacional em cada exercício;

9.3. considerar a presente solicitação integralmente atendida;

9.4. arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2075-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2076/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 020.918/2008-7.

1.1. Apenso: TC 006.617/2012-3.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.

3. Recorrente: Luiz Carlos Bonelli (CPF 328.797.849-72).

4. Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul - Incra/MS.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogado: Joaquim Basso (OAB/MS 13.115).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Luiz Carlos Bonelli contra o acórdão 356/2012 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento parcial;

9.2. dar ao item 9.5 do acordão 356/2012 - Plenário a seguinte redação:

"9.5. rejeitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas por. Luiz Carlos Bonelli e aplicar-lhe a multa do art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), e fixar-lhe prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), pela prática irregular dos seguintes atos comissivos ou omissivos:";

9.3. excluir os subitens 9.5.7. e 9.5.9. do acórdão 356/2012 - Plenário;

9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2076-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2077/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.042/2014-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessada: Capixaba Vigilância e Segurança Ltda., CNPJ 05.040.410/0001-80.

4. Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Espírito Santo - SRTE/ES.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/ES.

8. Advogados constituídos nos autos: Luciano Pavan de Souza, OAB/ES 6.506; e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, apresentada, com fulcro no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993, pela empresa Capixaba Vigilância e Segurança Ltda., versando sobre possíveis irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico 2/2014 (proc. nº 47674.000800/2014-94), promovido pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Espírito Santo - SRTE/ES, cujo objeto seria a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de vigilância patrimonial desarmada para as suas instalações,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993 e no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno desta Casa, conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a ausência de pressupostos para tanto;

9.3. cientificar a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Espírito Santo - SRTE/ES quanto à identificação das seguintes irregularidades no processamento do Pregão Eletrônico 2/2014 (proc. nº 47674.000800/2013/94), a fim de que novas ocorrências da espécie sejam evitadas:

9.3.1. tratativas com a empresa detentora da melhor proposta fora do ambiente virtual, em desacordo com os arts. 2º e 11, inciso III, do Decreto 5.450/2005;

9.3.2. ausência de imediata disponibilização dos arquivos encaminhados fora do ambiente virtual em campo próprio do sistema eletrônico, a fim de permitir o acesso ao seu teor por parte dos demais participantes, infringindo, assim, os princípios da igualdade e da transparência;

9.3.3. decisão pela habilitação de proponente antes do aguardo da chegada da documentação original ou cópias autenticadas, conforme determinava o item 8.8 do ato convocatório, em descumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

9.3.4. concessão a licitante de nova oportunidade para regularização dos documentos de proposta e de habilitação sem previsão no ato convocatório e em prejuízo aos demais participantes, quando do retorno do procedimento à fase de aceitação, quando o recomendado seria anulá-lo, a teor do disposto no art. 49 da Lei 8.666/1993;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4. determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão, bem como das peças que o fundamentam, à SRTE/ES e à Representante;

9.5. autorizar o arquivamento destes autos, nos termos do inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2077-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2078/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-013.095/2014-5

2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo do TCU/PR (00.414.607/0013-51).

4. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - Sebrae/PR.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

8. Advogado constituído nos autos: Marcos Aurélio de Lima (OAB/PR 28.098).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, formulada pela empresa Panza Comunicação e Marketing Ltda. - ME, com pedido de medida cautelar, noticiando possíveis irregularidades praticadas no âmbito da Concorrência 2/2014, conduzida pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - Sebrae/PR, tendo por objeto a contratação de até três empresas para prestação de serviços de design para atender as necessidades da Regional Leste e unidades da sede de Curitiba,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. revogar a medida cautelar adotada em 28/5/2014, conforme peça 10, autorizando o Sebrae/PR a dar continuidade à Concorrência 2/2014;

9.3. dar ciência ao Sebrae/PR - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná, ante as constatações levadas a efeito no âmbito da Concorrência 02/2014, acerca da necessidade de, doravante, adotar as seguintes medidas em licitações que realizar:

9.3.1. modificações em editais que causem alteração substancial e/ou afetem a formulação das propostas, exigem divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e reabertura do prazo inicialmente estabelecido, em respeito aos princípios constantes no art. 2º do RLCSS - Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae, e ao art. 21, § 4º, da Lei 8.666/1993;

9.3.2. em licitações para objetos semelhantes, ante a complexidade do objeto, de forma a ampliar a competitividade entre licitantes e a fim de evitar questionamentos dos interessados, exerça a faculdade prevista no § 1º do art. 5º do RLCSS e publique o edital com prazos maiores do que a antecedência mínima de quinze dias prevista até a data de abertura da licitação, e

9.4. dar ciência desta deliberação, bem como das peças que a fundamentarem, à representante e ao Sebrae/PR.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2078-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2079/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-013.367/2014-5

2. Grupo II - Classe: VII - Assunto: Representação.

3. Interessada: Incorp Technology Informática Ltda. - Epp (41.069.964/0001-73).

4. Unidade: Conselho Federal de Enfermagem.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Incorp Technology Informática Ltda., noticiando possíveis irregularidades no edital do Pregão Eletrônico 21/2014, conduzido pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento de serviço de sistema eletrônico eleitoral via Internet, relacionado às eleições dos conselhos de enfermagem de diversos estados da Federação,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa Incorp Techonology Informática Ltda.;

9.2. conhecer da presente representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.3. determinar ao Conselho Federal de Enfermagem que observe o entendimento constante do Acórdão 964/2012 - Plenário na eventualidade da não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista por parte da empresa contratada em decorrência do Pregão Eletrônico 21/2014;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Conselho Federal de Enfermagem - Cofen e à representante, e

9.5. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2079-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2080/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.936/2007-1.

1.1. Apenso: 026.200/2006-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de levantamento.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional

3.2. Responsáveis: Construtora Andrade Gutierrez S.A. (17.262.213/0001-94); Construtora Norberto Odebrecht S.A. (15.102.288/0001-82); Francisco de Salles Baptista Ferreira (000.544.963-49); Lusivaldo Moraes dos Santos (278.745.243-49); Ricardo de Alencar Fecury Zenni (114.355.341-15); RAM Engenharia Ltda. (CNPJ 29.119.434/0001-13).

4. Órgão/Entidade: Empresa Maranhense de Administração Portuária - Emap (03.650.060/0001-48).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Advogados constituídos nos autos: Adriano Chaves Jucá Rolim (OAB/BA 11.320); Adriano Sá de Seixas Maia (OAB/BA 14.561); Ana Beatriz Rocha Mascarenhas (OAB/BA 13.835); Ernesto Luiz Silva Vaz (OAB/MG 96.334) Flávia Louzada de Mattos (OAB/RJ 107.000); Gustavo Sampaio Valverde (OAB/SP 150.273); João Henrique Andrade Araújo Horst (OAB/PE 14.326); Juliana Fonseca de Azevedo (OAB/SP 208.483); Kelly Magalhães Faleiro (OAB/SP 205.952B); Mônica Bahia Odebrecht (OAB/BA 11.436); Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno (OAB/SP 155.036); Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947); Patrícia Guércio Teixeira (OAB/MG 90.459); Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173) Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817); Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826); Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/MG 101.379); Érlon André de Matos (OAB/MG 103.096); Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011); Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 167.162); Carolina Feitosa Dolabela Chagas (OAB/MG 96.205); Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334); Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298); Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.456); Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885); Marcelo Parente (OAB/RJ 94.893); Marcelle Fonseca Lima (OAB/RJ 94.782); Márcio Henrique Notini (OAB/RJ 120.196); Lincoln de Souza Chaves (OAB/DF 1.398-A); Erika Cristina Frageti Santoro (OAB/SP 128.776).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento de auditoria do Fiscobras 2007, realizado nas obras de recuperação dos berços 101 e 102 do Porto de Itaqui/MA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Srs. Ricardo de Alencar Fecury Zenni e Lusivaldo Moraes dos Santos, então Diretor-Presidente e Diretor de Engenharia da Emap, respectivamente, relativamente aos itens 9.1.4 e 9.1.5 do Acórdão 1.894/2007 - Plenário, bem assim, em relação à aditivação do subitem 3.1.3 (perfuração de solo) do Contrato 68/2006, objeto de audiência no subitem 9.1.2 do Acórdão 1.894/2007 - Plenário, referida no subitem 9.7.3 do Acórdão 2.158/2008 - Plenário;

9.2. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, à Emap e às empresas interessadas; e

9.3. arquivar os autos, com fundamento no art. 169, V, do RI/TCU.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2080-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2081/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.147/2013-1.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração

3. Representante/Recorrente:

3.1. Representante: Clinsul Mão-de-Obra e Representação Ltda. (CNPJ 72.173.164/0001-21).

3.2. Embargante: Clinsul Mão-de-Obra e Representação Ltda. (CNPJ 72.173.164/0001-21).

4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul)

5. Relator da decisão recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secex-RS

8. Advogados constituídos nos autos: Adão Sérgio do Nascimento Cassiano (OAB/RS 74.022); Andrei Cassiano (OAB/RS 58.320) e Lucas Cassiano (OAB/RS 61.728).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela empresa Clinsul Mão-de-Obra e Representação Ltda. contra decisão tomada pelo TCU mediante o Acórdão 3.010/2013-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

fundamento no art. 287, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal, para, no mérito, acolhê-los parcialmente;

9.2. alterar a redação do Acórdão 3.010/2013-Plenário, que passa a vigorar nos seguintes termos:

"Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII, e 235do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá- la improcedente, com base nos entendimentos esposados nos Acórdãos 653/2008, 3.243/2012, 3.439/2012, 3.465/2012, 842/2013, 739/2013, 1.006/2013, 1.017/2013 e 2.242/2013, todos do Plenário, no sentido de que a sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produzir efeitos no âmbito do inteiro ente federativo que a aplicar. Arquive-se o processo. Dê-se ciência desta deliberação à representante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 4: (...)"

9.3. encaminhar cópia desta decisão, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à embargante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IF-Sul).

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2081-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2082/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.757/2008-1.

1.1. Apenso: 000.098/2005-7

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Castelo Comercio de Alimentos Ltda. (02.224.899/0001-51); Derli Antônio Donin (405.335.069-72).

3.2. Recorrente: Castelo Comercio de Alimentos Ltda. (02.224.899/0001-51).

4. Entidade: Município de Toledo/PR.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secex/PR.

8. Advogados constituídos nos autos: Marcio Luiz Blazius, OAB nº 31.478, e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos pela Empresa Castelo Comércio de Alimentos Ltda. em face do Acórdão 1.199/2014-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas do Sr. Derli Antônio Donin, com fundamento nos arts. 16, inciso III, alíneas "c" e "d", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, condenando-o, em solidariedade com a ora embargante, ao pagamento do débito apurado nos autos, além de lhes aplicar a multa prevista no art. 57 do mesmo normativo legal e de declarar a inidoneidade da referida sociedade empresária, com fulcro no art. 46 da Lei nº 8.443, de 1992;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar conhecimento da presente deliberação ao embargante; e

9.3. determinar que a Secex/PR envie os presentes autos à Serur para análise do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Derli Antônio Donin.

10. Ata n° 29/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2082-29/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 2 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário
Em substituição

Aprovada em 11 de agosto de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 27, DE 5 DE AGOSTO DE 2014
(Sessão Ordinária)

Presidência do Ministro Aroldo Cedraz
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Ministros Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes; do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, bem como da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva; o Presidente, Ministro Aroldo Cedraz, invocando a proteção de Deus declarou aberta a Sessão Ordinária da Segunda Câmara às dezesseis horas. Ausente, por motivo de viagem em missão oficial, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 26, da Sessão Ordinária realizada em 29 de julho de 2014 (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Esta Ata, bem como seu Anexo, está publicada na página do Tribunal de Contas da União (Resolução TCU nº 184/2005).

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 3909 a 4011, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº 164/2003 e nº 184/2005).

RELAÇÃO Nº 23/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 3909/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno; c/c o artigo 40, inciso V, da Resolução TCU 191/2006, em acolher as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Sibele Maria Bitar de Lima Caetano, dando-lhe ciência desta deliberação; mandar fazer a determinação sugerida, bem como arquivar o processo a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.197/2007-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Luiz Rubim de Assis (008.685.232-91); Alberto Luiz Rubim de Assis (008.685.232-91)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Pará - UFPA
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.
1.4. Determinação:
1.4.1. determinar à Universidade Federal do Pará - UFPA que proceda ao levantamento dos valores recebidos a título de quintos por parte do aposentado Alberto Luiz Rubim de Assis (008.685.232-91), relativamente à sua aposentadoria de arquiteto, observada a prescrição quinquenal, conforme especificado no subitem 9.3.4 do Acórdão nº 64/2008 - 2ª Câmara, compensando-se ainda o valor pago a menor após a prolação do decisum (período de outubro de 2008 a fevereiro de 2014) e, conforme o apurado, providenciar o ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990.

ACÓRDÃO Nº 3910/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, incisos II e V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem da Presidência deste TCU (Ata 22/2011 - Plenário), encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária nº 0010545-36.2010.4.05.8300, que se encontra no Supremo Tribunal Federal, em grau de Agravo em Recurso Extraordinário (ARE nº 765066); e em arquivar o presente processo.

1. Processo TC-005.439/2007-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jacqueline Bezerra de Almeida (279.359.144-00); Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE (02.566.224/0001-90)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3911/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.614/2014-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Reinildes Fracalossi Rediguieri (578.742.127-20); Teresinha Kaeriyama Shizaki (595.513.648-72)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Santos/SP - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3912/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.903/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valdemir Antonio de Oliveira (275.723.661-04)
1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3913/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.261/2014-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andre Luis Bergamim (118.574.438-02); Carmen Moreira Vieira (872.862.208-10); Cleusa Maria Isaias (853.739.238-34); Ligia de Oliveira Leite (872.865.648-20); Marisa Suemi Yonamine (047.905.068-60); Zuleica Maria Borges (912.963.408-30)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em São Paulo/Sul
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3914/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.548/2014-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alexandra Piacenzo de Freitas Felipe (120.566.458-07); Alexandre José de Nadai (715.867.338-34); Carmelita Fernandes de Souza Tedesco (023.541.028-44); Claudio Alves de Oliveira (823.004.968-87); Edna Furuya Donato (049.623.698-90); Jani Cristina Vitório (035.880.998-32); Joaquim Buratto Filho (717.266.248-20); Maria Helena de Andrade Amaral (796.111.508-06); Marilda Cinto de Moraes (049.634.008-55); Mateus Lucchini Goulart (002.302.168-38); Regina Coeli Alves Ferreira Fogagnolo (065.481.788-07); Regina Célia Pança Bocchini (052.315.148-96); Solange Ribeiro Sene (078.979.318-03); Suely Maria Lorenço de Lima (975.490.888-53); Tânia Assioni Zanatta (025.040.968-28); Ve-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ra Lúcia Moreira (200.603.378-69); Waldemar Angelo Pardi Júnior (005.407.418-50)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3915/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.559/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adelia Costa dos Santos (009.620.548-28); Aldeir Alves (082.367.658-73); Ana Maria Cirino de Almeida (012.381.128-70); Assis Jaime de Oliveira (996.692.348-91); Celita Carmen Corso (771.970.208-59); Clarice Figueiredo de Melo e Silva (088.080.978-70); Dalva Daré (003.184.958-05); Eclair Loiola (349.150.529-15); Eliane Zattar (010.506.938-84); Elisabeth Sotrati (101.773.908-08); Escolástica Auxiliadora de Almeida Jesus (033.800.288-00); Flavia Carrato Grande Furuta (047.367.828-46); Jose Osnildo Mariano (914.904.138-04); José Marcos Assis Lemos (804.162.418-91); Luiz Otavio Cavalcante (569.564.798-34); Luiza Yoshie Yano Kawaguchi (037.383.898-06); Margareth Mellen (748.035.908-00); Maria Alice Malheiros Juliao (029.410.738-09); Maria Alves Mendes (579.512.768-04); Maria Angelica Brugnaro (163.806.538-13)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3916/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.095/2014-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Juarez Leal Diehl (014.091.150-20)

1.2. Órgão: Gerência Executiva do Inss em Canoas/RS - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3917/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.316/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria de Lourdes Dacoregio e Souza (316.001.319-72); Rosamaria Medeiros e Silva (485.924.399-49); Vera Lucia Nostrani Simão (313.344.749-15)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3918/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.259/2014-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cecy Gonçalves de Matos Souza (209.674.201-30); Ester Marília Marques Jorge (182.185.121-87); Lauro Osvaldo Sutir (288.974.806-59); Maria Célia Gueudeville Vita Batista (473.850.901-25); Maria Tereza de Mendonça Alves (380.105.851-49); Marli dos Santos Souza (849.184.208-00)

1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3919/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.053/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Belisa Brandao Cavalcanti (046.609.794-82); Bruno Coutinho Peixoto (011.995.153-37); Cristina Mara Damasceno dos Santos (712.958.363-00); Leonardo de Oliveira Cordeiro (011.531.134-30); Lisiane Bandeira de Melo Lopes (950.115.283-91); Mariana Ribeiro Sampaio de Almeida (012.729.104-07)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3920/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.062/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Gonçalves de Toledo (990.695.716-68); Alfredo Massi (080.225.376-83); Aline Paula Bonna (065.874.086-56); Anderson Rico Moraes Nery (788.191.055-00); Andressa Batista de Oliveira (039.150.126-70); André Barbieri Aidar (315.835.438-13); André Vitor Araújo Chaves (026.016.125-09); Anielly Varnier Comerio Menezes Silva (098.952.777-84)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3921/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; 39, inciso I; e 41 da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, tendo em vista tratar-se de ato administrativo praticado em estrito cumprimento de ordem judicial, dotado, em si mesmo, de plena eficácia e não sujeito ao controle para fins de registro por este Tribunal; e arquivar o processo a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.035/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Kátia Ferreira da Silva (564.581.771-00)

1.2. Órgão: Ministério da Previdência Social (vinculador)

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3922/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.567/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adailson Felipe de Lacerda (037.641.773-06); Alan Ferreira de Araujo (038.152.413-24); Allisson Ferreira Marques (044.492.463-90); Ana Paula Soares Alves Pinheiro (948.797.023-15); Ana Samilly de Oliveira Maciel (027.449.153-27); Antonio Brunno Vieira Nepomuceno (657.828.523-72); Bianca Renally Agra Azevedo (007.799.084-65); Carla Freitas da Silva (926.017.583-68); Carlos Jardel Almeida da Silva (761.081.123-87); Cezar Anderson Xenofonte de Macedo (652.456.793-53); Cynara Maria Botelho Garcia (762.459.503-68); Danielle Teles Soares Bantim (020.497.713-47); Domingos Savio Pereira de Sousa (835.292.413-34); Eliane de Souza Silva (048.255.163-19); Elizon Vieira de Oliveira (859.211.573-68); Emily Mara Cavalcante Maia (029.927.513-24); Erico Ramom Alves Oliveira (974.188.973-91); Erida Pinheiro de Brito (986.906.393-49); Filipe Fernandes de Sousa Lima (026.834.603-84); Francisco de Assis Lemos Soares (017.437.553-09); Gessianne Claudina Leite Pinheiro (967.641.803-00); Gilmayra Parente e Sa Sampaio (015.340.383-70); Israel Nazareno Cordeiro Barroso (833.270.453-72); Ivone Alves de Oliveira Cardozo (804.703.271-20); Joana Katia Rocha Cardoso (891.103.153-49); Jordanna Maria de Oliveira Vieira (003.530.173-29); Jose Antonio Leandro Costa (027.325.263-12); Kamila Erica Lopes Moreira (893.586.783-72); Leonardo Gomes Monteiro (021.329.513-06); Lorena Soares Lins (026.588.293-10); Luciana Satiro Silva (905.068.393-20); Maria Solange Belo Costa (001.269.033-36); Natalia Leal de Morais (006.045.073-80); Patricia Gomes da Cruz (042.817.423-01); Ramses Saraiva Ferreira de Oliveira (917.130.133-04); Samyr Bezerra da Silva (035.349.763-04); Sebastiao Pereira Maciel (177.240.661-91); Thiago Gonçalves Almeida (016.032.513-75); Tony Willams dos Santos (026.963.313-83); Vanessa Oliveira Brito Honorato (880.252.503-00)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Juazeiro do Norte/CE - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3923/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em determinar o destaque do ato constante da peça 4 (Ludmila de Matos Lacerda, CPF 106.949.927-71), para cumprimento das medidas propostas pelo Ministério Público; e considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal referentes aos demais interessados identificados no item 1.1, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.658/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristiano Lima Marques (089.571.206-70); Daniele Vasconcelos de Carvalho (066.003.196-58); Maycon Antonio Penizolo (059.939.046-82); Romy Arruda Teixeira (968.104.596-34); Tharine Aquino (067.203.706-85); Tiago Fonseca dos Reis (090.080.546-39)

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3924/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.685/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felypp de Assis Oliveira (999.208.242-91); Marcus Vinicius da Silva Mendes (911.697.983-49); Paulo Henrique Cézar Damasceno (066.834.176-95)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3925/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.688/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriel Callado de Andrade Gomes (033.470.035-35); Kelen Cardoso Borges (948.522.270-04)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3926/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.695/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Claudia Paz Zanoni Hausen (280.107.011-49); Vinicius Nanini Pereira (737.621.211-68)

1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3927/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.722/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Cesar Correa (059.548.826-90); Danilo Gonçalves Gaspar (017.313.695-81); Fabio de Aguiar Alcantara (851.183.383-87); Fabricio Sousa Moraes (008.543.883-97)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3928/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.300/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristina Enomoto (201.890.988-64); Dulio Mendes Soares (846.740.836-72); Gilberto Ferreira Junior (011.591.801-99); Gleiton Marques Cabral (633.557.795-04); Livia Antonia Guimaraes de Matos (910.603.975-87); Marcelo Alves Fins e Lima (075.496.046-30); Otacilio Francisco de Souza Neto (725.454.961-20); Thays Cristina de Araujo Tschiedel (012.378.061-60); Thiago Menegardo Nunes (099.330.877-54)
1.2. Entidade: Conselho Superior da Justiça do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3929/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.455/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Braga Veloso Pacheco (054.764.916-94)
1.2. Órgão: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3930/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.491/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Martins Barbosa (967.071.941-00); Maria Cristina da Silva Morrot Coelho (021.833.867-89)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3931/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.492/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Raul Gomes da Silva (728.952.844-15)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3932/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em determinar o destaque do ato de peça 2 (Adriana Adelina de Brito Lopes Cintra, CPF 556.773.391-72), para cumprimento das medidas propostas pelo Ministério Público; e considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal referentes aos demais interessados identificados no item 1.1, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.494/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Filipe Amorim de Oliveira e Sousa (067.896.004-69); Jaqueline dos Santos Martins (023.672.301-45); João Paulo Fernandes dos Reis (014.363.981-18); Lara Chagas Carvalho (022.406.405-37); Laís Juliane Dourado Magalhães (032.573.911-02); Luana Carvalho Arantes (027.394.561-07); Luciana Lopes de Medeiros Tavares (044.498.897-11); Maria Luiza Alves Pires (062.414.086-58); Mariana Cristina Gomides (342.512.958-97); Paolla Victoria Pereira Alvares (026.693.871-01); Sabrinna Pinheiro Lima (035.661.331-32); Thales Rodrigues Bosco (032.715.161-70); Thaís Brito Farias (046.518.145-73); Tiago de Melo Braga (053.694.234-07)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3933/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.496/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adélia Weber Leone Almeida (016.254.255-03); Alayr Maués Melo Sobrinho (513.413.102-30); Alberto Allan da Silva Rodrigues (118.707.702-00); Alcir Amaral Teixeira Junior (743.570.772-49); Caio Cavalcanti Lamoglia (061.018.124-64); Daniel Salomão de Oliveira (637.696.462-15); Jéssica Lays Ferreira Costa (006.577.421-39); Rafael de Almeida Nascimento (012.729.611-50); Renan Moura Ferreira (617.318.703-53); Roberto de Lacerda e Silva (068.951.434-40); Sérgio Luiz da Cunha Feio (637.840.332-53); Vicente Avelino de Souza Neto (042.723.254-69); Wagner Ramos Lucena (659.834.164-72)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3934/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.497/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Carvalho de Oliveira (368.154.198-19); Camila de Barros Lima Estambasse (045.529.559-00); Claudilene dos Santos Ferreira (040.884.866-92); Cleonaldo Andrade Freire (724.554.895-15); Daniel Sousa Costa (622.787.203-25); Davi Lyuma Anabuki (029.149.084-07); Eiko Aparecida Yamagishi Oliveira (562.376.189-53); Guilherme Henrique dos Santos Finelli (059.757.856-77); Gustavo de Nardin (949.701.300-00); Marcelo Coelho Quinho (620.875.333-34); Marcio Kaminski (032.321.389-85); Marcos Lubas (060.045.869-51); Patrícia Oliveira Bigai Gomes (323.866.698-31); Rafael Mendes de Souza (292.858.688-19); Tascila Cristine Linzmeyer (056.717.459-00); Valério Viegas Wittler (936.550.530-53); Wanderley Rodrigues Junior (986.400.896-04); Yohana Ferreira de Morais (037.027.513-60)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3935/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.500/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan Carneiro Leao Quintella (035.297.397-82); Amanda Cabral da Costa (110.113.487-99); Ana Paula Cavalieri de Souza Coblentz (086.899.557-63); Andreia Santiago Picone (117.871.577-92); Bruna Moreira de Sao Thiago (109.454.737-96); Carla Vanessa Vieira Monteiro Vasconcelos (110.340.027-40); Claudia de Miranda Avena (021.067.135-17); Daniel Soares Peixoto Rodrigues (115.418.357-27); Davi Andre Mendes Matos Maranhao (031.734.043-35); Debora Cardoso da Silva Baptista (126.573.537-97); Denis Guilherme Alberghini (347.599.238-88); Dilmar Garcia Macedo (661.449.496-15); Elisangela de Souza Schetine Moreira (021.935.217-86); Elton Lima da Silva (024.872.995-09); Erica Nascimento de Medeiros Mallet (055.409.857-10); Felipe de Azevedo Medina (055.463.717-06); Fernanda Feijo Chaves (097.297.417-27); Gustavo Luiz Saile Scherer (005.075.680-01); Hugo Garcia Pinto Coelho (123.268.987-45); Irivaldo Negreiro de Souza (245.812.988-90); Leila de Oliveira Furtado (035.527.377-23); Leticia Aoun Hraiz (038.544.104-50); Luiz Octavio de Andrade Torno (093.280.327-09); Marcelo Barbosa Francisco (099.449.137-90); Marcus Teixeira Mendonça (104.722.787-89); Marcus Vinicius Ribeiro Barreto (109.638.107-90); Milleni Maya Pettena (086.401.477-52); Nice Coelho Alexandre (012.146.503-92); Pablo Ricardo Campos dos Reis (133.834.027-11); Paula Baptista Zanforlin (069.543.046-70); Pedro Ivo Medeiros de Azevedo (057.715.274-24); Priscila Munoz Leao (132.976.397-17); Priscila de Sousa Loureiro (100.854.727-19); Rafael Silva dos Santos (131.712.277-11); Raquel Lopes Decat (040.954.346-27); Renato dos Santos Rubert (099.769.837-35); Selma de Souza Oliveira (004.517.107-62); Thomas Albert da Silva (035.348.837-21); Vitor Jorge dos Santos Neto (125.167.627-80)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3936/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.502/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cláudio Victor de Castro Freitas (099.693.427-89)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3937/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.504/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Oliveira (310.309.868-51); Fabbiano Fiorin Ferrari (099.533.157-01); Philipe Valli Barros (116.273.487-60); Samir Nicoli Mansur (095.608.617-94); Vinicius Soares Fonseca (078.544.056-97)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3938/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.551/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Breno Marques do Lago (777.491.115-49); Bruno Parisotto Guimarães (001.567.190-96); Eder Santana Freire (833.893.775-49); Felipe Menezes Moraes (790.507.435-87); Heliton Santos de Lima (777.290.481-91); Isabelle dos Passos Omena (045.603.764-09); Jonathan de Carvalho Luz (033.674.455-25)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3939/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.553/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexsandro de Oliveira Valério (051.910.074-33); Janeilson das Neves Souza (040.767.084-07); Maciel Souza da Silva (034.381.064-69); Sadrak Camilo Marques (057.736.114-73)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3940/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.554/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Janúncio Ferreira de Araújo (937.059.484-15)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3941/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso II, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo adiante relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.290/2004-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2003)

1.1. Apensos: 020.325/2004-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Antonilde Monteiro Santos (147.916.333-34); Antonio Carlos Cantanhede Bernardes (089.078.113-34); Antonio Maria Gomes da Silva (279.152.983-72); Avelino Fialho Gandra (153.464.711-20); Denise de Carvalho Farias (126.346.113-15); Eneida de Maria Ribeiro (054.640.303-44); Hiroshi Matsumoto (044.087.133-68); José Américo da Costa Barroqueiro (055.923.053-20); Marco Aurélio Lobato Estrela (216.130.363-53); Maria de Fátima da Silva Fonteles (012.185.493-00); Natalino Salgado Filho (032.954.943-04); Othon de Carvalho Bastos (001.877.123-87)

1.3. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3942/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em levantar o sobrestamento do processo abaixo indicado, aceitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José Augusto Alves de Britto e julgar regulares com ressalva as contas por ele apresentadas, dando-lhe quitação; sem prejuízo de que seja dada ciência desta deliberação à Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.739/2009-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2008)

1.1. Responsável: José Augusto Alves de Britto (470.497.157-00).

1.2. Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3943/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Srª Raildy Azevêdo Costa Martins, para atendimento ao Ofício 1162/2014-TCU/Secex-SP (peça 12), de acordo com o parecer da unidade instrutiva.

1. Processo TC-030.038/2013-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Bráulio Santiago Cerqueira (013.636.557-44); Duvanier Paiva Ferreira (899.076.638-91); Herbert Marcuse Megeredo Leal (000.952.917-92); José Roberto Correia Serra (279.630.041-20); Marcello Eduardo Ratton Ferreira (070.025.338-60); Mario Lima Junior (020.840.743-04); Nilza Emy Yamasaki Arakaki (562.047.951-04); Priscila Grecov (658.457.731-72); Renato Ferreira Barco (733.570.308-53)

1.2. Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3944/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, e dar quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.096/2013-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Carlos Takashi Sasai (791.275.338-91); Giselia Belmina Beserra (138.789.722-53).

1.2. Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Acre

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. recomendar ao Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Estado do Acre - Sesi/AC que utilize como modelo para suas contratações, assim como no que se refere à separação de resíduos sólidos recicláveis descartáveis, o que estabelecem a Instrução Normativa SLTI MPOG 1/2010, a Portaria SLTI MPOG 2/2010 e o Decreto Federal 5.940/2006, até que advenha normativo próprio para regulamentar a matéria, em observância ao que estabelece o art. 225, caput, da Constituição Federal;

1.6.2. dar ciência ao Sesi/AC acerca das seguintes impropriedades verificadas em sua prestação de contas do exercício de 2012:

1.6.2.1. descumprimento do disposto no item 1, do Anexo III, da DN TCU 124/2012, bem assim ao que estabelecem os itens 6.2, 8.2, 10.1 e 10.2, da Parte C, do Anexo II, da DN TCU 119/2012;

1.6.2.2. ausência da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços e obras, bem como não separação de resíduos sólidos recicláveis descartáveis, em ofensa ao que estabelece o art. 225, caput, da Constituição Federal;

1.6.3. dar ciência à Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social - SecexPrevi acerca da ausência da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços e obras, bem como não separação de resíduos sólidos recicláveis descartáveis, em ofensa ao que estabelece o art. 225, caput, da Constituição Federal, verificada no Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Estado do Acre - Sesi/AC, situação que pode estar se replicando em âmbito nacional nas demais unidades do sistema S; e

1.6.4. dar ciência da presente deliberação, acompanhada de reprodução das peças 10 a 13 dos autos, ao Sesi/AC e à CGU/AC.

ACÓRDÃO Nº 3945/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Sérgio Gaudêncio Portela Melo (CPF 372.750.464-15), Erivan Rodrigues da Silva (CPF 272.562.787-72), Francisco de Melo Granata (CPF 354.240.364-49), Valbérico de Albuquerque Cardoso (CPF 476.993.454-87), Cláudia da Silva Santos (CPF 412.020.584-34), Geraldo Vieira da Costa (CPF 231.804.124-53), Ênio Camilo de Lima (CPF 707.430.534-00), Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão (CPF 817.664.834-53), Marcos Antônio Maciel da Silva (CPF 167.491.464-49), José Carlos de Sá Junior (CPF 755.456.244-49), Jorge Nascimento de Carvalho (CPF 128.685.314-15), Erick Viana da Silva (CPF 516.972.704-68), Velda Maria Amilton Martins (CPF 530.438.044-49), Mario Antônio Alves Monteiro (CPF 028.373.884-75), Maria das Graças Costa Nery da Silva (CPF 331.055.454-68), Edna Guedes de Souza (CPF 208.896.662-53), dando-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas; e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas dos Srs. Frederico Costa de Almeida Braga (CPF 101.599.914-04), José Maria de Araujo (CPF 122.061.304-59), João Almeida e Silva (CPF 591.442.624-34), José Marcelo Costa Carvalho (CPF 127.716.004-04), Cícero Carlos Ramos de Brito (CPF 400.420.904-82), Daricsson Caldas de Araújo (CPF 328.342.844-15), Nahor Gueiros Malta Júnior (CPF 180.134.654-20), José Bezerra Gomes Filho (CPF 197.293.084-20), Fernando Antônio Gonçalves de Lima (CPF 252.559.324-34), Paulo Roberto Batista da Rocha (CPF 220.227.244-53), João Batista de Oliveira Silva (CPF 151.395.304-49), Getúlio Marques Ferreira (CPF 097.338.924-91), Adriano Leite Moraes (CPF 377.617.574-53), Mônica Pimentel de Oliveira (CPF 684.732.904-10), Antônio Carlos Maranhão de Aguiar (CPF 001.717.784-72), Gilane de Lima e Silva (CPF 594.641.194-20), Ana Cristina Dias (CPF 665.755.244-00), Maurício Renato Pina Moreira (CPF 089.548.364-53), Sérgio do Rego Barros Machado Dias (CPF 046.150.184-87), Vera Lúcia Amorim Jatobá (CPF 295.007.884-20), Arioneide Belém da Silva (CPF 585.120.041-34), Francisca Maria Silva Miranda (CPF 399.435.854-04), Enilson Flávio Bezerra dos Santos (CPF 178.505.094-04), José Soares de Araújo (CPF 065.477.884-15), Daniel Costa Assunção (CPF 039.365.184-32), Ubirajara Pereira da Silva (CPF 780.210.574-91), José Aroldo de Souza (CPF 652.460.474-15), Sandra Maria Valdevino Perazzo (CPF 318.016.414-04), Mirian Pereira Lima (CPF 199.377.765-20), Palloma Rayane Cordeiro Flor (CPF 131.395.487-02), Josenildo Honorato Cabral Ferreira Lins (CPF 094.444.254-44), Rildo Vaz da Silva Júnior (CPF 039.454.074-35), Débora Jaiane Galindo (CPF 086.787.374-41), Mateus Dantas Gomes (CPF 090.712.074-12), Anne Ingrid Bezerra (CPF 070.371.484-82), Iago Moura de Oliveira (CPF 097.481.364-85), Manuela Braga Mendes (CPF 087.342.134-57), David José de Melo (CPF 004.205.144-49), Ediane Santana do Nascimento (CPF 061.344.954-17), José Cláudio da Silva (CPF 039.010.354-35), Renilson Torres dos Santos (CPF 073.888.784-67), dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.236/2012-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Apensos: 006.919/2012-0 (MONITORAMENTO)

1.2. Responsáveis: Adriana Felix de Oliveira (687.229.824-34); Adriano Leite Moraes (377.617.574-53); Ana Claudia Costa Carvalho (528.842.444-68); Ana Cristina Cerqueira Dias (665.755.244-00); Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão (817.664.834-53); Andre Menezes da Silva (333.481.624-91); Anne Ingrid Bezerra (070.371.484-82); Antonio Carlos Maranhao de Aguiar (001.717.784-72); Arioneide Belém da Silva (585.120.041-34); Carlos Henrique Valério Praeiro (055.925.164-52); Cláudia Silva Santos (412.020.584-34); Cristiane Maria Pereira Conde (709.418.904-49); Cícero Carlos Ramos de Brito (400.420.904-82); Daniel Costa Assunção (039.365.184-32); Daricson Caldas de Araújo (328.342.844-15); David José de Melo (004.205.144-49); Denison Santana Bezerra (303.907.614-00); Débora Jaiane Galindo (086.787.374-41); Ediane Santana do Nascimento (061.344.954-17); Edlamar Oliveira dos Santos (323.388.052-91); Edna Guedes de Souza (208.896.662-53); Enilson Flávio Bezerra dos Santos (178.505.094-04); Erick Viana da Silva (516.972.704-68); Erivan Rodrigues da Silva (272.562.787-72); Felipe Machado Duarte (034.155.814-11); Fernando Antônio Gonçalves de Lima (252.559.324-34); Francisca Maria Silva Miranda (399.435.854-04); Francisco de Melo Granata (354.240.364-49); Frederico Costa de Almeida Braga (101.599.914-04); Geraldo Vieira da Costa (231.804.124-53); Getúlio Marques Ferreira (097.338.924-91); Gilane de Lima e Silva (594.641.194-20); Iago Moura de Oliveira (097.481.364-85); Iran José Oliveira da Silva (895.292.604-82); Jaqueline Raquel Pimentel da Silva (039.251.494-06); Jorge Nascimento de Carvalho (128.685.314-15); Jose Bezerra Gomes Filho (197.293.084-20); Jose Marcelo Costa Carvalho (127.716.004-04); Jose Maria de Araujo (122.061.304-59); Josenildo Honorato Cabral Ferreira Lins (094.444.254-44); José Aroldo de Souza (652.460.474-15); José Carlos de Sá Júnior (755.456.244-49); José Cláudio da Silva (039.010.354-35); José Geraldo Souza Sa Barreto (401.857.294-87); José Henrique Duarte Neto (239.910.541-91); José Soares de Araújo (065.477.884-15); João Almeida e Silva (591.442.624-34); João Batista de Oliveira Silva (151.395.304-49); Magna do Carmo Silva Cruz (683.527.354-20); Manuela Braga Mendes (087.342.134-57); Marcos Antônio Maciel da Silva (167.491.464-49); Maria Jose Gonçalves de Melo (187.315.204-30); Maria José Amaral Morais (335.342.764-34); Maria das Graças Costa Nery da Silva (331.055.454-68); Maria do Socorro Moreira de Azevedo (456.699.024-91); Mateus Dantas Gomes (090.712.074-12); Maurício Renato Pina Moreira (089.548.364-53); Meuse Nogueira de Oliveira Junior (685.817.774-49); Mirian Pereira Lima (199.377.765-20); Monica Pimentel de Oliveira (684.732.904-10); Márcio Vilar França Lima (029.585.334-41); Mário Antônio Alves Monteiro (028.373.884-75); Nahor Gueiros Malta Junior (180.134.654-20); Ney Couto (234.034.204-00); Palloma Rayane Cordeiro Flor (131.395.487-02); Paulo Roberto Batista da Rocha (220.227.244-53); Renilson Torres dos Santos (073.888.784-67); Rildo Vaz da Silva Júnior (039.454.074-35); Rúbia Conceição Martins do Rêgo Barros (166.957.984-00); Sandra Maria Valdevino Perazzo (318.016.414-04); Sérgio Gaudêncio Portela de Melo (372.750.464-15); Sérgio do Rego Barros Machado Dias (046.150.184-87); Ubirajara Pereira da Silva (780.210.574-91); Valbérico de Albuquerque Cardoso (476.993.454-87); Velda Maria Amilton Martins (530.438.044-49); Vera Lúcia Amorim Jatobá (295.007.884-20); Veronica Cristina Gomes do Rego (394.600.374-53); Virginia Maria Leite de Araujo (128.040.964-91); Wagner Filipe Galindo Valentim (009.639.364-50); Weidson Luiz de Luna Macedo (848.738.094-87); Willyane Freire da Silva (054.868.444-84); Xistofanes Pessoa de Luna (165.335.264-72); Éber Lima (067.938.148-18); Ênio Camilo de Lima (707.430.534-00)

1.3. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Instituto Federal da Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco que faça constar do Relatório de Gestão, exercício de 2013, informações a respeito da implementação das recomendações da CGU atinentes às falhas apontadas nos itens 1.2.1.1., 2.1.5.1., 2.2.2.1, 3.1.2.1, 3.1.2.2, 2.2.2.2, 2.1.10.4, 2.1.10.5, 2.1.10.8 e 2.1.10.11 do Relatório de Auditoria 201203357 (exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2011) e, no caso da determinação ocorrer após a edição do Relatório de Gestão, que encaminhe, no prazo de 60 (sessenta) dias, as informações ao Tribunal de Contas da União;

1.7.2. determinar à Secex/PE o monitoramento do cumprimento da determinação acima;

1.7.3. dar ciência ao Instituto Federal da Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco de que as impropriedades constatadas em estimativas de preços de processos licitatórios, caracterizadas pela ausência de registros dos valores pesquisados nos processos; pelo não detalhamento dos itens unitários nos orçamentos; e pela pouca abrangência das pesquisas de mercado realizadas, contrariam o disposto nos artigos 43, inciso VI, e 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e na jurisprudência deste Tribunal (Acórdão 2361/2009 - Plenário, Acórdão 1375/2007 Plenário, Acórdão 890/2007 Plenário);

1.7.4. dar ciência da presente deliberação ao Instituto Federal da Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; e

1.7.5. determinar o arquivamento do feito.

ACÓRDÃO Nº 3946/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2451/2014 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 3/6/2014, Ata 18/2014, de modo que, no item 3, onde se lê: "Telma Lúcia Azevedo Gurgel (CPF 82.229.272-72)", leia-se: "Tela Lúcia Azevedo Gurgel (CPF 182.229.272-72)"; e no item "8", onde se lê: "Raimundo Cesar Ribeiro Caldas, OAB/AP 886-B, e Julhiano Cesar Avelar, OAB/DF 20.730", leia-se "Raimundo César Ribeiro Caldas, OAB/AP 886-B", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.665/2012-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Decol Construcoes Ltda (00.569.195/0001-95); Glicério Tavares da Silva (163.520.092-04); Telma Lucia de Azevedo Gurgel (182.229.272-72)

1.2. Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Amapá

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Advogado constituído nos autos: Raimundo César Ribeiro Caldas, OAB/AP 886-B.

ACÓRDÃO Nº 3947/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Antonio José Domingues de Oliveira Santos (CPF 014.706.557-72), e do Sr. Maron Emile Abi-Abib (CPF 030.228.541-53), dando-lhes quitação; e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas dos Srs. José Geraldo Dias Pimentel (CPF 448.927.806-34), Álvaro de Melo Salmito (CPF 023.827.253-20), João Carlos Gomes Roldão (CPF 261.617.707/25) e Francisco Assunção Álvares Pereira (CPF 099.173.577/34), dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.919/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Antonio José Domingues de Oliveira Santos (CPF 014.706.557-72); José Geraldo Dias Pimentel (CPF 448.927.806-34); Maron Emile Abi-Abib (CPF 030.228.541-53); Álvaro de Melo Salmito (CPF 023.827.253-20); João Carlos Gomes Roldão (CPF 261.617.707/25) e Francisco Assunção Álvares Pereira (CPF 099.173.577/34).

1.2. Entidade: Serviço Social do Comércio - Departamento Nacional

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Advogado constituído nos autos: Dolimar Toledo Pimentel (OAB/RJ 49.621); Anna Cristina de Souza Luz (OAB/RJ 153.761); Nelson Bruno Maciel Pinheiro (OAB/RJ 59.725); Ary Jorge Almeida Soares (OAB/RJ 64.904); Bruno Murat do Pillar (OAB/RJ 95.245); Rodrigo Reis de Faria (OAB/RJ 1.394-B); Maria Elizabeth Martins Ribeiro (OAB/RJ 75024); Walter Ramos da Costa Porto (OAB/DF 6.098), Antonio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359); Carlos Henrique Vieira Teixeira (OAB/DF 12.378); Adale Luciane Telles de Freitas (OAB/DF 18.453) e Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406).

ACÓRDÃO Nº 3948/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2609/2014 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 10/6/2014, Ata 19/2014, relativamente aos subitens 9.3, 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5. e 9.4, de modo que onde se lê: "Wilson Tavares Paumgartten", leia-se: "Wilson Tavares Von Paumgartten", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.188/2010-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adelmar Alves de Aviz Junior (396.913.812-49); Antonio Carlos Pinheiro Teixeira (076.681.802-06); Arenales Faustino Barroso dos Santos (121.501.002-82); Benedito Santos Amorim Pinto (264.361.672-34); Carlos Lemos Barboza (032.489.412-00); Carlos de Souza Arcanjo (037.231.192-04); Celso Rosivaldo de Melo Pereira (271.453.102-44); Darcy Marinho Quintela (394.539.872-04); Diogo Guerreiro Reale (289.248.432-49); Edson Ary de Oliveira Fontes (028.745.122-49); Ernandes Ribeiro Rabelo (023.769.622-34); Fabiano de Assunção Oliveira (007.691.772-04); Fernando José Cardoso Brandão (458.732.402-72); Francisco Solano Rodrigues Neto (148.265.002-97); Genoveva Maria Esteves de Oliveira Melo (061.965.782-00); Hilton Prado de Castro (031.835.302-44); José Garcia Neto (380.804.001-72); José Luis Miranda Vieira (076.675.742-00); José Renato Dias Camelo (257.850.952-20); José Tadeu das Virgens Alves (076.755.262-87); José Vieira Tavares de Sousa (032.489.172-53); João Antônio Correa Pinto (097.047.012-68); Julia Luna Cohen Assunção (139.911.592-87); Luiz Carlos Vieira de Carvalho (081.312.602-91); Luiz Eduardo do Canto Costa (006.099.002-34); Maria Auxiliadora Gomes Araujo (036.557.502-00); Maria Auxiliadora Souza dos Anjos (037.565.562-04); Maria Eduardo Xavier da Costa (380.080.842-00); Maria Francisca Tereza Martins de Souza (155.291.692-87); Maria Rita Vasconcelos da Cruz Quaresma (158.464.822-87); Mauricio Camargo Zorro (510.458.262-00); Moysés Mimon Benchimol (036.333.902-78); Naide de Souza Gaia (033.171.962-20); Neuza Salete Zortea (261.706.472-72); Pedrina Wania Mesquita (167.702.422-49); Ronaldo Passos Guimaraes (028.572.782-68); Solange de Fatima Freire Linhares (092.422.522-04); Sérgio Cabeça Braz (125.383.502-04); Wilson Tavares Von Paumgartten (029.828.622-04)

1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - MEC

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Advogados constituídos nos autos: Luiz Carlos Cereja (OAB 6977/PA), Carla Ferreira Zahlouth (OAB/PA 5.719), Maria S. Borges Celso de Sá, (OAB/PA 5.093), Cláudio Monteiro Gonçalves, (OAB/PA 4.656), Antonio V.Pantoja (OAB/PA 1.049), Antonio Eduardo Cardoso da Costa, (OAB/PA 9.083), Francinaldo Oliveira (OAB 10.758), Aroldo Brasil da Silva (OAB/PA 9.588), Antonio Cândido Monteiro de Brito (OAB/PA 646).

ACÓRDÃO Nº 3949/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 8º da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.962/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Jose Humberto Montes Falcão (306.593.531-72)

1.2. Entidade: Órgãos e Entidades Estaduais (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Advogado constituído nos autos: não há

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência ao Ministério do Turismo acerca da presente deliberação, acompanhada de reprodução da peça 11 dos autos, para que, em observância ao art. 60, caput e §§, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008, analise a prestação de contas protocolada pelo responsável no âmbito do Convênio 1172/2008 (Siafi 650654) e, em caso de não aprovação, adote as medidas cabíveis para a regularização de eventuais pendências ou reparação do dano.

ACÓRDÃO Nº 3950/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3.415/2014 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 1/7/2014, Ata 22/2014, relativamente ao subitem "9.10", de modo que onde se lê: "Município de São Francisco de São Gonçalo/RJ", leia-se: "Município de São Gonçalo/RJ", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.360/2012-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 006.963/2010-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Henry Charles Armond Calvert (243.175.607-63); Maria Aparecida Panisset (323.959.817-53); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda (37.517.158/0001-43); Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ (28.636.579/0001-00)

1.3. Entidade: Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Advogado constituído nos autos: Ivo Marcelo Spinola da Rosa (OAB/MT 13.731).

ACÓRDÃO Nº 3951/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2981/2014 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 24/6/2014, Ata 21/2014, relativamente aos subitens "9.1" e "9.11", de modo que onde se lê: "Município de Santana/PA", leia-se: "Município de Santana/AP"; e onde se lê: Município de São Francisco de Santana/PA", leia-se: "Município de Santana/AP", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.366/2012-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Distribuidora Perfil T B Lima (10.224.418/0001-36); Rosemiro Rocha Freires (030.327.952-49); Saúde Sobre Rodas Comércio de Materiais Médicos Ltda. (02.959.380/0001-11); Silvestre Domanski (252.846.499-15); Tarcísio Barbosa Lima (015.482.203-53)

1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Santana - AP

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Advogados e procuradores constituídos nos autos: Izabel Souza da Silva (Contadora - CRC AP-002026/0-2, Nelson Beltzac Junior (OAB/PR 13.083), Paulo André de Mello (OAB-RJ 54224) e Humberto Sergio Soares dos Reis (OAB-RJ 18204).

ACÓRDÃO Nº 3952/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em mandar retificar, por inexatidão material, os Acórdãos 870/2013 - TCU - Segunda Câmara e 1398/2014 - TCU - Segunda Câmara, da maneira a seguir indicada, mantendo-se inalterados os demais termos das deliberações mencionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) corrigir, por inexatidão material, os itens 3, subitens 9.1, 9.4 e 9.5 do Acórdão 870/2013 - TCU - 2ª Câmara, de modo que, onde se lê "(?)Klass/Klass Comércio e Representações Ltda. (?)", leia-se "(?) Klass Comércio e Representação Ltda. (?)";

b) corrigir, por inexatidão material, o subitem 3.2 do Acórdão 1398/2014- TCU - 2ª Câmara, de modo que, onde se lê "(?) Klass Comércio e Representações Ltda. (?)", leia-se "(?) Klass Comércio e Representação Ltda. (?)";

1. Processo TC-021.451/2009-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Klass Comércio e Representações Ltda. (02.332.985/0001-88); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Naftaly Calisto da Silva (290.826.501-00)

1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Vila Rica - MT

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Advogado constituído nos autos: Ivan Wolf (OAB/MR 10.679).

ACÓRDÃO Nº 3953/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 1.909/2014 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão ordinária de 6/5/2014, Ata 14/2014, relativamente ao subitem "3.2", de modo que onde se lê: "00.553.086/0001-18", leia-se: "00.533.086/0001-18", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-043.800/2012-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Interessado: Superintendência Regional da Codevasf em Teresina/PI - 7ª SR (00.399.857/0025-01).

1.2. Responsáveis: Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Santa Maria do Canto, de Campo Alegre do Fidalgo-PI (00.533.086/0001-18); Francisco de Assis Jerônimo de França (143.261.068-67).

1.3. Entidade: Superintendência Regional da Codevasf em Teresina/PI - 7ª SR.

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RELAÇÃO Nº 26/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 3954/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-013.272/2014-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Antonio de Souza (877.024.288-72); Josefa Nunes Moreira (289.374.811-20); José Augusto de Sousa (061.710.875-72); João Carlos Lima de Oliveira (116.834.061-68); Julia Maria Cândida da Silva (184.445.391-04); Juliana Rodrigues de Oliveira (078.824.402-72); Laura Helena de Aquino Silva (234.604.821-68); Laura Teixeira Gomes (151.149.961-34); Leila Rejane Fernandes Pereira (119.346.111-15); Maria Cristina Pontes Bento Gonçalves (256.059.334-34); Maria Dionízio da Silva (175.491.164-15); Maria Ferreira dos Santos (139.317.762-04); Maria Goreth Leite da Silva (119.195.581-87); Maria Helena Martins (184.196.071-34); Maria Inês Ril Fernandes (258.554.500-82); Maria Petrúcia Vilela de Freitas (139.925.704-87); Mariza Marques Bento (115.480.291-49); Nara Maria Fátima de Quadros (441.656.680-87); Nildes de Jesus Mendes (067.442.063-20); Ovidio Rodrigues (098.896.801-06)
1.2. Unidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3955/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-006.430/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alinny Moraes Sales Fernandes (000.755.141-09)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3956/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 260, § 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM por unanimidade, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos exceto em relação ao ato de Tatiana Nogueira Rocha Clementino Luedemann (peça n.º 12), conforme o sistema Rais - ano-base 2013 - indica o exercício de cargos simultâneos em carga horária cuja soma atinge 80 horas semanais, o respectivo ato de admissão seja destacado em processo apartado a fim de que a Sefip realize diligência junto ao MPDFT e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT, com o fito de que se comprove a compatibilidade de horários entre os cargos ocupados em ambos os órgãos (peça n.º 15), conforme o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-007.246/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diogo Soares Torres (007.961.925-88); Fernanda Molyna (014.162.141-94); Heliza Cristina Cavalcanti Fernandes (737.103.851-72); Renato Rodrigues dos Santos (601.487.211-68); Tatiana Nogueira Rocha Clementino Luedemann (635.736.871-72)
1.2. Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3957/2014 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando a instrução da unidade técnica,

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, II e 260, § 5ºdo RI/TCU, em:

a) determinar à Sefip:
a.1) avaliar os atos em que houve descumprimento do prazo de 60 dias para sua disponibilização para o respectivo órgão de controle interno, conforme previsto no art. 7º, da IN 55/2007 e, quanto a esses atos, chamar o gestor em oitiva para manifestação pelo descumprimento;
a.2) realizar diligência ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para anexar os comprovantes de desligamento dos servidores inscritos nos atos de peças 2, 6, 14, 19, 28, 29, 32, 43 e 49.

b) considerar prejudicado por perda de objeto o exame dos demais atos não inclusos no subitem a.2.

1. Processo TC-012.750/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Breno Mendes Meireles (076.524.066-17); Breno Mourao Costa Pinto (441.102.356-34); Breno Muniz Gomes (141.529.047-47); Bruce Gomes de Lima (110.303.596-79); Bruna Alves Nunes (015.970.396-40); Bruna Antonio Mitrano (100.942.087-94); Bruna Aparecida Doria de Almeida (085.747.546-09); Bruna Barros de Azevedo (120.626.887-50); Bruna Braga Velloso (136.561.277-51); Bruna Gadioli (097.574.457-70); Bruna Goncalves Gomes (056.831.867-65); Bruna Greco Courbassier (084.774.486-80); Bruna Oliveira Silva (081.871.206-65); Bruna Pelleteiro Guimaraes (108.440.967-41); Bruna Pinho Alli (143.381.277-08); Bruna Portugal Garcia (092.988.557-02); Bruna Raquel Ferreira dos Santos (093.757.476-70); Bruna Ribeiro Braga (116.406.977-21); Bruna Salvador Guaranho (113.010.877-50); Bruna Silveira (120.071.567-50); Bruna Silvia Braga Yuculano (052.203.916-23); Bruna Simoes Dias (107.313.796-16); Bruna Virginia Pereira de Souza (143.384.297-12); Bruna de Andrade (122.532.117-45); Brunna Domiciano de Barros (106.292.947-04); Bruno Ahmed Piemonte Mouaness (139.091.957-92); Bruno Alves Faria (040.680.486-90); Bruno Augusto Rodrigues Magalhaes (083.094.606-35); Bruno Batista Cao (124.104.887-81); Bruno Becacici Loureiro (092.664.837-37); Bruno Caetano Silva (091.974.826-09); Bruno Cardoso Wanderley (100.373.677-73); Bruno Cesar Monteiro Ferreira (059.319.497-71); Bruno Correa Lopes (104.161.357-14); Bruno Dettori (018.364.867-66); Bruno Faleiro da Silva Alvaro (129.445.287-85); Bruno Fernandes Silva (077.060.296-70); Bruno Francisco Batista Dias (123.687.597-43); Bruno Frederico Castro Minino (079.916.007-50); Bruno Gomes Guimaraes (100.988.207-45); Bruno Gomes Pereira Morais (106.461.567-80); Bruno Guimaraes Coelho (104.757.317-27); Bruno Jorge Tavora da Silva (112.034.147-73); Bruno Leitao Lube (031.946.647-78); Bruno Leonardo Rodrigues de Alemida (109.299.607-93); Bruno da Costa Alves (105.596.897-05); Bruno de Carvalho Alvim (106.007.637-30); Bruno de Franca Protasio (104.904.547-55); Bruno de Freitas Neto (100.777.046-57); Bruno de Oliveira Lima (115.091.847-08)
1.2. Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3958/2014 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando a instrução da unidade técnica,

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, II e 260, § 5ºdo RI/TCU, em:

a) determinar à Sefip:
a.1) avaliar os atos em que houve descumprimento do prazo de 60 dias para sua disponibilização para o respectivo órgão de controle interno, conforme previsto no art. 7º, da IN 55/2007 e, quanto a esses atos, chamar o gestor em oitiva para manifestação pelo descumprimento;
a.2) realizar diligência ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para anexar os comprovantes de desligamento dos servidores inscritos nos atos de peças 11, 22, 27 e 30.
b) considerar prejudicado por perda de objeto o exame dos demais atos não inclusos no subitem a.2.

1. Processo TC-012.752/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Candido Helder Mota Almeida (573.129.316-34); Carina Cristina Borges (098.566.396-03); Carina Ferreira de Sousa Murta (035.126.926-64); Carina Santos Delgado (124.210.477-14); Carina Souza Nogueira Gomes (112.606.477-73); Carina dos Santos Branco (058.949.517-80); Carla Aledi (081.007.847-36); Carla Alessandra Ferreira (029.145.336-83); Carla Alfradique Costa Tavares (943.873.467-87); Carla Alvarenga da Silva (054.982.266-67); Carla Andrea Lameiras Rodrigues (075.648.857-50); Carla Andressa Ramos Silva (109.813.026-02); Carla Angelica de Seixas Carvalho (058.099.066-48); Carla Barboza do Carmo (099.431.117-63); Carla Braulio Araujo (081.278.116-37); Carla Carolina da Silva (096.641.616-32); Carla Christino da Silva (069.584.507-10); Carla Cristina Araujo Goncalves (052.072.647-29); Carla Cristina Lopes dos Anjos (070.193.226-03); Carla Cristina Ramos Lima (110.011.967-16); Carla Dalfior Dorigo (128.425.237-09); Carla Daniella Fernandes de Castro (066.947.496-78); Carla Danielle de Carvalho Pereira Copola (108.808.037-54); Carla Dias da Silva Moura Genu (053.102.557-88); Carla Fernandes Braga (048.570.166-99); Carla Ferreira Sousa (085.991.986-29); Carla Goncalves Palhares (044.446.526-08); Carla Juliana de Paula Manoel (085.496.677-30); Carla Maria Silveira Correa (002.708.607-03); Carla Maria da Silva (014.647.156-37); Carla Mirian Rodrigues Proenca (130.051.417-56); Carla Patricia Herrera Monje de Castro (057.664.667-90); Carla Regina Andrade Mol (029.272.866-20); Carla Regina Cavalcanti Pereira Guimaraes (107.146.537-64); Carla Regina Nogueira Lopes (054.130.006-77); Carla Rocha Muniz (135.974.867-97); Carla Rocha Rezende Mota (055.525.017-21); Carla Sofia Correia Magalhaes (754.751.466-91); Carla da Silva Chaves (000.016.046-60); Carla da Silva Felix (123.581.677-03); Carla de Castro Coura e Silva (082.522.476-44); Carla de Souza Gomes de Farias (076.520.377-43); Carliane Azevedo Gonzaga da Silva (056.949.177-07); Carlindo Alves Filho (843.513.907-78); Carlos Adriano Souza (863.590.026-04); Carlos Alberto Cardoso da Rocha (019.452.067-64); Carlos Alberto Carneiro Fonseca (736.594.527-34); Carlos Alberto Santana (666.620.287-20); Carlos Alcides Liborio Telles (468.269.207-00); Carlos Antonio de Almeida Filho (117.770.767-57)
1.2. Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3959/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-015.071/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alvaro Rodrigues de Oliveira (095.101.487-09); Antonio Luzilene Pinheiro (673.232.867-00); Horacio Alves Cunha Filho (033.924.968-47); Ilton de Azevedo Peixoto Junior (057.000.807-70); Luciano de Souza Nacif (999.987.697-87); Maria de Oliveira Rangel (758.806.527-34); Renato Antonio Coelho da Costa (006.760.567-25); Rita de Cassia Mendonça (679.010.507-72); Rogerio José de Oliveira (922.896.146-53)
1.2. Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3960/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-015.659/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Cesar Lopes Braga (343.539.411-00); Camila Israel Azevedo (022.725.951-38); Daniela Nogueira Costa (694.983.341-53); Gabriela Gobbato dos Santos (000.033.811-70); Paulo Augusto Bernardi Leite (025.567.781-21); Phelipe dos Santos Gonçalves (030.666.181-02); Pâmela Resende Silva (089.769.486-45); Vanessa Silva Vieira Santos (013.496.541-83)
1.2. Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3961/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-015.989/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Miqueias Araujo Pereira (284.055.282-53); Daniel Henrique Guimaraes (255.403.018-97); Edvaldo de Miranda Dantas Junior (307.856.558-08); Jose Antonio Machado Alemany (086.516.878-42); Jose Carlos Garcia Bueno Junior (076.466.627-47); João Sibinel (112.681.788-02); Mariana Sprenger Lemos (220.233.028-38); Victor Emanuel Fonseca de Carvalho (054.795.556-18)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3962/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal o registro do ato de pensão civil deixada por Bernardo Antonio do Vale em favor de Manoel Antonio do Vale (CPF n.º 284.156.711-72), filho maior portador de invalidez (peça n.º 5), devendo o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - ser comunicado sobre a existência da pensão estatutária em análise, para que promova a revisão do benefício previdenciário n.º 118.556.583-0, percebido pelo pensionista com fundamento na Lei n.º 8.742/93 (cf. declaração do pensionista à fl. 8 da peça n.º 2 e extrato do INSS de peça n.º 8), é que, pelo art. 2.º, inciso I, alínea "e", da Lei n.º 8.742/1993, garante-se *"1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família"* (grifo nosso). A partir da inclusão do interessado na condição de pensionista do ex-servidor Bernardo Antonio do Vale, deixa de haver fundamento para a continuidade do auxílio pago pelos cofres do INSS, uma vez que o beneficiário passa a ter meios para prover sua subsistência.

1. Processo TC-016.175/2014-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Manoel Antonio do Vale (284.156.711-72)

1.2. Unidade: Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX/SE/MP

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3963/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207, 208 e 214, incisos I e II do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares e regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.525/2013-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsável: Alexandre da Cruz Sousa (762.384.153-04), Gilson Alves de Oliveira (CPF 524.583.269-00), Ivaldo Lima e Silva (CPF 462.302.473-00), Jean Ricardo A. Duque (CPF 034.736.987-17), Wilson Alves M. Cardoso (CPF 838.312.073-72), Carla Cristina Filus (CPF 496.544.389-68)

1.2. Unidade: 17ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Piauí (SRPRF/PI)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Alexandre da Cruz Sousa, CPF 762.384.153-04, e Gilson Alves de Oliveira, CPF 524.583.269-00, Superintendentes Substitutos, da 17ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal - 17ª SRPRF/PI, relativas ao exercício de 2012, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, dando-lhes quitação, em face das impropriedades/falhas verificadas em suas gestões, relativamente à condução dos processos dependentes dos controles internos administrativos da Unidade, conforme itens 20 e 23;

1.8. julgar regulares as contas dos demais responsáveis, Srs. Ivaldo Lima e Silva, CPF 462.302.473-00, Jean Ricardo A. Duque, CPF 034.736.987-17, e Wilson Alves M. Cardoso, CPF 838.312.073-72, e Sra. Carla Cristina Filus, CPF 496.544.389-68, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207, parágrafo único, e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, dando-lhes quitação plena.

1.9. dar ciência deste Acórdão à 17ª SRPRF-PI

ACÓRDÃO Nº 3964/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 62, inciso III; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, relativamente ao processo de contas, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação ao responsável, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.830/2013-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsável: Edesio Teixeira Lima Junior (439.239.927-34)

1.2. Unidade: Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Julgar regular as contas do Senhor Edésio Teixeira Lima Junior (CPF: 439.239.927-34), com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, dando-lhe quitação plena;

1.8. Recomendar à unidade gestora que observe o disposto no item 2.4 do Anexo Único à Portaria TCU 150/2012, no sentido de os indicadores espelharem sua utilidade e mensurabilidade e virem acompanhados de explanação sucinta sobre as suas fórmulas de cálculo; e

1.9. Dar ciência, deste Acórdão à Diretoria de Abastecimento da Marinha e ao Centro de Controle Interno da Marinha.

ACÓRDÃO Nº 3965/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação ao(s) responsável(eis), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.366/2013-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Marcos Aurélio Madureira da Silva (CPF 154.695.816-91), Diretor Presidente e Conselheiro de Administração, período: 1/6/2011 a 31/12/2012; José da Costa Carvalho Neto (CPF 044.602.786-34), Presidente do Conselho de Administração, período: 1/6/2011 a 31/12/2012; Edvaldo Luis Risso (CPF 005.199.978-16), Conselheiro de Administração, período: 17/5/2012 a 31/12/2012; Telton Elber Correa (CPF 299.274.390-91), Conselheiro de Administração, período: 23/4/2009 a 17/5/2012.; Francisco Paulo Almeida da Rocha (CPF 192.643.992-91), Conselheiro de Administração, período: 17/5/2012 a 31/12/2012; Joaquim Antônio de Carvalho Brito (CPF 111.238.264-04), Conselheiro de Administração, período: 17/5/2012 a 31/5/2012;; José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior (CPF 524.117.291-20), Conselheiro de Administração, período: 17/9/2009 a 31/12/2012; Ricardo de Paula Monteiro (CPF 117.579.576-34), Conselheiro de Administração; Luiz Armando Crestana (CPF 197.843.090-68), Diretor Comercial, período: 26/10/2011 a 31/10/2012; Luis Hiroshi Sakamoto (CPF 098.737.591-15), Diretor de Gestão, período: 24/12/2009 a 31/12/2012); Marcos Vinicius de Almeida Nogueira (CPF 317.578.981-15), Diretor de Planejamento e Expansão, período: 24/7/2012 a 31/2/2012; Pedro Mateus de Oliveira (CPF 135.789.286-15), Diretor de Planejamento e Expansão, período: 17/10/2011 a 24/7/2012; Radyr Gomes de Oliveira (CPF 119.281.152-68), Diretor de Geração e Expansão para o Interior, período: 17/10/2011 a 31/12/2012;; Ronaldo Ferreira Braga (CPF 075.198.183-49), Diretor Financeiro, período: 1/3/2010 a 31/12/2012; Tarcísio Estefano Rosa (CPF 299.887.729-04), Diretor de Geração, Transmissão e Operação para a Capital, período: 1/3/2010 a 31/12/2012.

1.2. Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (OAB/AM 3.554), Beatriz Helena C. Nunes (OAB/DF 29.059) e Mariana Araújo Becker (OAB/DF 14.675)

1.7. Julgar regulares as contas dos Srs. Marcos Aurélio Madureira da Silva (CPF 154.695.816-91), Diretor Presidente e Conselheiro de Administração, período: 1/6/2011 a 31/12/2012; José da Costa Carvalho Neto (CPF 044.602.786-34), Presidente do Conselho de Administração, período: 1/6/2011 a 31/12/2012; Edvaldo Luis Risso (CPF 005.199.978-16), Conselheiro de Administração, período: 17/5/2012 a 31/12/2012; Telton Elber Correa (CPF 299.274.390-91), Conselheiro de Administração, período: 23/4/2009 a 17/5/2012.; Francisco Paulo Almeida da Rocha (CPF 192.643.992-91), Conselheiro de Administração, período: 17/5/2012 a 31/12/2012; Joaquim Antônio de Carvalho Brito (CPF 111.238.264-04), Conselheiro de Administração, período: 17/5/2012 a 31/5/2012;; José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior (CPF 524.117.291-20), Conselheiro de Administração, período: 17/9/2009 a 31/12/2012; Ricardo de Paula Monteiro (CPF 117.579.576-34), Conselheiro de Administração; Luiz Armando Crestana (CPF 197.843.090-68), Diretor Comercial, período: 26/10/2011 a 31/10/2012; Luís Hiroshi Sakamoto (CPF 098.737.591-15), Diretor de Gestão, período: 24/12/2009 a 31/12/2012); Marcos Vinicius de Almeida Nogueira (CPF 317.578.981-15), Diretor de Planejamento e Expansão, período: 24/7/2012 a 31/2/2012; Pedro Mateus de Oliveira (CPF 135.789.286-15), Diretor de Planejamento e Expansão, período: 17/10/2011 a 24/7/2012; Radyr Gomes de Oliveira (CPF 119.281.152-68), Diretor de Geração e Expansão para o Interior, período: 17/10/2011 a 31/12/2012;; Ronaldo Ferreira Braga (CPF 075.198.183-49), Diretor Financeiro, período: 1/3/2010 a 31/12/2012; Tarcísio Estefano Rosa (CPF 299.887.729-04), Diretor de Geração, Transmissão e Operação para a Capital, período: 1/3/2010 a 31/12/2012, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

1.8. Dar ciência deste Acórdão, à Amazonas Energia.

ACÓRDÃO Nº 3966/2014 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de representação formulada pelo Sr. José Godoy Bezerra de Souza -Procurador da República em Arapiraca/AL a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Olho D'Água das Flores/AL, registradas em declaração prestada ao Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas em Alagoas (Cecoc) por empresário que confessou o uso de notas fiscais frias de duas empresas do ramo de construção civil para a comprovação de despesas para diversos municípios do Estado de Alagoas.

Considerando a documentação remetida a este Tribunal pelo Procurador da República lhe foi repassada pela Promotoria de Justiça em Alagoas, que procedeu ao envio, em caráter sigiloso, de "*cópia das declarações prestadas por Paulo Sérgio Vieira dos Santos, produzidas em meio à denominada OPERAÇÃO PRIMAVERA*", *que esquadrinhou a perpetração de crimes contra a Administração Pública no Município de Olho D'Água das Flores/AL*".

Considerando a realização de diligências à Caixa Econômica Federal - Regional de Sustentação ao Negócio em Alagoas -, para solicitar que encaminhasse a este Tribunal, cópia da prestação de contas do Contrato de Repasse 012.6510-21/2001 (Siafi 437428), firmado com o Município de Olho D'Água das Flores/AL.

Considerando a realização de exame dos documentos fiscais apresentados a fim de estabelecer relação com os repasses federais efetuados ao Município de Olho D'Água das Flores/AL, observando-se os serviços descritos, as datas e valores.

Considerando que foram identificadas algumas notas relacionadas a transferências federais, mas considerou-se que não se justifica a atuação do sistema de controle federal para proceder à apuração, tendo em conta a baixa materialidade dos valores envolvidos por programa, além do significativo tempo já decorrido desde os fatos, mais de dez anos.

Considerando que o exame realizado nos cheques em favor da empresa denunciada não identificou ilicitude.

Considerando que não foi apurada evidência de dano ao Erário, tendo a Caixa atestado a conclusão do objeto.

Considerando o fato de a licitação ter ocorrido em 2002, ou seja, há mais de dez anos, o que prejudica o exercício da ampla defesa e do contraditório, além de se tratar de licitação isolada, de baixa materialidade e da qual não há evidência de dano ao Erário.

Considerando os princípios da racionalidade administrativa, da economia processual, da ampla defesa e do contraditório.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal; arquivar os presentes autos sem julgamento de mérito e encaminhar cópia do presente Acórdão para o interessado e o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

1. Processo TC-008.888/2012-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria da República no Município de Arapiraca-al (00.000.000/0000-88)

1.2. Unidade: Município de Olho D'água das Flores - AL

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3967/2014 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de Representação formulada pelo Sr. José Godoy Bezerra de Souza - Procurador da República em Arapiraca/AL a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Carneiros/AL, registradas em declaração prestada ao Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas em Alagoas (Gecoc) por empresário que confessou o uso de notas fiscais frias de duas empresas do ramo de construção civil para a comprovação de despesas para diversos municípios do Estado de Alagoas (peça 1).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que a presente representação é admissível, uma vez que, de acordo com o art. 237, inciso I do RI/TCU, combinado com a alínea "c" do inciso XVIII do art. 6º da Lei Complementar 75, de 20/5/1993, o Ministério Público da União tem legitimidade para representar ao Tribunal de Contas da União, visando ao exercício de sua competência.

Considerando que a denúncia indicou a ocorrência de supostas irregularidades em obras públicas por parte das empresas indicadas pelo autor e envolveu diversos municípios de Alagoas, dentre eles, Carneiros/AL, objeto deste processo, no âmbito do qual foram analisadas 84 notas fiscais emitidas por três empresas diferentes.

Considerando que apesar de se ter buscado estabelecer relação entre os documentos e repasses de recursos federais ao Município, de modo a verificar a competência deste Tribunal, não se conseguiu estabelecer relação entre a quase totalidade das notas fiscais e os repasses federais ao Município de Carneiros/AL.

Considerando que diversas notas têm valor reduzido e foram emitidas há mais de dez anos, o que desaconselha e dificulta a atuação desta Corte, além de que algumas estão com a descrição dos serviços ilegível o que prejudica a identificação do objeto.

Considerando que mesmo notas mais recentes, emitidas a partir de 2004, estão com valores que isoladamente ou por tipo de serviço não revelam materialidade que justifique a apuração desta Corte, que envolveria diligências a órgãos repassadores para solicitar a documentação de convênios antigos com o intuito de buscar identificar se essas notas constavam das prestações de contas.

Considerando que quanto aos documentos fiscais nos quais constam a identificação do convênio 1591/01-49-Funasa, não foi identificado esse repasse no Siafi, mas localizou-se o CV 2282/01 (siafi 439665), que vigeu no mesmo período dos documentos fiscais e tinha o mesmo objeto neles indicado; mas tendo em vista o fato de o repasse estar "concluído" no Siafi, ou seja, o objeto foi realizado, e que as despesas ocorreram em 2002, ou seja, há mais de dez anos, o que prejudica a apuração e o exercício da ampla defesa e do contraditório, e o disposto no art. 6º, inciso II, da IN/TCU 71/2012, que dispensa a instauração de tomada de contas especial quando decorrido mais de dez anos do fato gerador, sem que o responsável tenha sido notificado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal; arquivar os presentes autos sem julgamento de mérito e encaminhar cópia do presente Acórdão para o interessado e o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

1. Processo TC-008.909/2012-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Procuradoria da República no Município de Arapiraca-al (00.000.000/0000-88)
1.2. Unidade: Município de Carneiros - AL
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3968/2014 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de Representação formulada pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI), por meio do Ofício 35715/DCOPE/DC/SFC/CGU-PR, de 28/11/2012, através do qual traz ao conhecimento deste Tribunal o Relatório Consolidado 00202.000726/2009-12, referente à fiscalização realizada por aquela Secretaria no Município de Porto Real do Colégio/AL (peça 1).

Considerando que no caso da constatação envolvendo o Programa de Alimentação Escolar, o Controle Interno recomendou a apuração pelo órgão e que foi verificado no portal do FNDE na internet que o repasse está na situação "inadimplente", o que demonstra que providências estão sendo adotadas pelo repassador, não se justificando a intervenção direta deste Tribunal.

Considerando que em relação ao Programa Saúde da Família, a SFCI não há elementos que justifiquem a atuação desta Corte, mostrando-se suficiente a recomendação já dirigida pelo Controle Interno ao Fundo Nacional de Saúde.

Considerando que as supostas despesas inelegíveis no âmbito do Programa de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégico integram o PAB Variável não se confirmaram e, juntamente com outros programas, que houve a aplicação dos recursos na área da saúde, fato que mitiga a ocorrência.

Considerando que o Controle Interno não recomendou o ressarcimento, mas apenas medidas pedagógicas, razão pela qual concluiu-se que essa constatação também não justifica a atuação deste Tribunal, seja pela baixa materialidade, seja pelas adequadas providências já adotadas pelo Controle Interno.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, conhecer da presente Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso II do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente, em razão das falhas relatadas, sem, contudo, tecer determinações em face das medidas adotadas pelo Controle Interno; enviar cópia do presente Acórdão para a Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI); e arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-046.093/2012-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI)
1.2. Unidade: Município de Porto Real do Colégio - AL.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

RELAÇÃO Nº 25/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 3969/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.243/2014-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademar Silva de Vasconcelos (315.911.597-68); Benedita Samoraes Matos de Sousa (123.271.402-00); Edinilson Losino dos Santos (113.909.801-20); e Maria das Graças Ribeiro de Oliveira (066.571.921-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3970/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.985/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego Manoel Mascarenhas do Nascimento (798.026.135-68); Eduardo Alexandre de Figueiredo (965.921.251-87); Eduardo Costa de Souza (721.208.431-04); Eduardo Diniz de Sousa Batista (055.111.077-51); Felipe Mota Brandão de Araújo (708.243.711-00); Francisco de Campos Lima Neto (310.402.218-66); Helen Cristina França da Silva (693.883.001-06); Paula Regina Ribeiro de Souza (954.353.361-04); Rodrigo Leite São José (713.129.351-20); e Weber Vieira de Araujo (032.304.694-02).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3971/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, 259 a 262, do Regimento Interno, em reiterar a determinação abaixo transcrita, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.592/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Milton Oliveira (164.133.000-78)
1.2. Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Reiterar ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre a determinação estabelecida no subitem 1.6.1 do Acórdão nº 10813/2011 - TCU - 2ª Câmara, para que seja cadastrado no Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de admissão do inativo Milton Oliveira, livres das inconsistências apontadas pelo Tribunal, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa.

ACÓRDÃO Nº 3972/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, 259 a 262, do Regimento Interno, em considerar parcialmente cumpridas as determinações constantes do Acórdão nº 10817/2011-TCU-2ª Câmara pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e reiterar a determinação abaixo transcrita, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.656/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adalzisa Teixeira de Souza (028.712.198-42); Adriana da Silva Vieira (070.672.897-18); Adriane da Silva Proba (047.864.537-65); Alessandra Lopes Mercante Carreira (036.683.887-33); Alexandra Goncalves da Silva Rodrigues (008.563.337-27); Alexandre Luiz da Silva (022.058.497-43); Ana Claudia dos Santos Chaves (095.433.407-81); Ana Cristina Sant Ana (092.167.497-09); Ana Maria Landeira Fernandez (939.618.557-49); Anderson Vianna Pais (072.387.097-75); Andrea Mendes do Nascimento (006.615.827-36); Andrea Olegario Barbosa da Silva (019.242.937-06); Andreia Cardoso (001.182.457-32); Andrew Macrae (056.180.577-60); Atlas Vasconcelos Correa Neto (956.471.557-15); Bianca da Silva Teixeira (044.646.947-56); Bruna Macedo Von Sohsten (089.059.767-78); Bruna Rafaela Santos de Oliveira (106.192.857-88); Bruno Pugliese Pereira (116.123.667-83); Carlos de Azambuja Rodrigues (592.397.517-34); Claudine Pereira Dereczynski (787.483.217-53); Dalila dos Santos Cerqueira Pinto (333.111.457-04); Darleia Ramos da Rin (011.501.927-80); Eduardo Souza Fraga (008.381.967-30); Elizabeth Fidalgo da Silva (001.292.787-26); Fabiane Azevedo de Oliveira (056.306.237-10); Francisco de Rezende Lopes (219.815.587-72); Giselle Faria Galhardo (079.245.457-00); Gladis dos Santos (001.217.507-28); Heitor Siffert Pereira de Souza (888.171.997-53); Helen Karla Rodrigues Muniz (092.322.167-01); Ivan Jose do Couto Pinna Barbosa (094.318.497-55); Jaqueline Almeida Pereira (003.110.517-31); Jean Christophe Houzel (055.942.967-35); Jose Ricardo Maia de Siqueira (928.777.377-72); Luciene dos Santos Tavares Ferreira (021.829.447-61); Marcia Leite Pereira (019.508.587-66); Marcia da Cruz Leal (056.054.997-00); Marcos Ferreira Rebel (017.662.477-50); Mariane Branco Alves (951.795.347-04); Marina Pereira de Menezes de Andrade (096.881.247-37); Maristela Dias Monteiro de Araujo (879.018.547-15); Michele Eduarda Brasil de Sá (072.785.837-80); Patrizia Di Trapano (853.446.307-78); Paulo Goldfeld (025.142.017-56); Regina Alves Pereira (075.560.497-01); Rita de Cassia Cavalcante Lima (006.077.537-81); Rosana Conrado Lopes (925.901.287-20); Tania Vignuda de Souza (859.796.197-04).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Reiterar à Universidade Federal do Rio de Janeiro a determinação estabelecida no subitem 1.6.1 do Acórdão nº 10817/2011-TCU-2ª Câmara, para que sejam cadastrados no Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, novos atos de admissão dos inativos Atlas Vasconcelos Correa Neto, Dalila dos Santos Cerqueira Pinto, Mariane Branco Alves e Marina Pereira de Menezes de Andrade, livres das inconsistências apontadas pelo Tribunal, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa.

ACÓRDÃO Nº 3973/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 6º, § 1º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões dos interessados Ana Maria de Matos Ferreira, Felipe Matheus Pereira Costa, Ivete Regina Ramos Lima, Maria Francisca de Oliveira Negre e Olinda Borobo Taques, fazendo-se as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.645/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria de Matos Ferreira (020.022.944-37); Felipe Matheus Pereira Costa (041.186.731-85); Ivete Regina Ramos Lima (130.477.947-58); Maria Francisca de Oliveira Negre (416.468.511-53); Neyde Braz Vieira da Silva (921.969.425-53); e Olinda Borobo Taques (879.185.101-78).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à Sefip que:
1.7.1. providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape; e
1.7.2. promova o destaque do ato de pensão civil instituído por José Braz, CPF nº 242.234.175-68, para exame em separado, procedendo-se às diligências pertinentes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 3974/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, 143, inciso I, alínea a, do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) levantar o sobrestamento do julgamento das contas dos responsáveis Srs. Francisco Danilo Bastos Forte e Wanderley Guenka, tendo em vista o determinado no Acórdão nº 2082/2011-TCU-2ª Câmara;

b) acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Francisco Danilo Bastos Forte;

c) julgar regulares com ressalva as contas do responsável Sr. Francisco Danilo Bastos Forte, dando-se-lhe quitação, com fulcro nos arts. 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno;

d) julgar regulares as contas do responsável Sr. Wanderley Guenka, dando-se-lhe quitação plena, com fulcro nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

e) considerar cumprida a determinação constante do item 1.5.2 do Acórdão 2.082/2011 - TCU - 2ª Câmara;

f) dar ciência desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à Fundação Nacional de Saúde;

g) arquivar os presentes autos:

1. Processo TC-017.532/2009-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2008) - Apenso: 014.811/2009-3 (Solicitação)

1.1. Responsáveis: Alcio Pitt da Mesquita Pimentel (062.539.704-53); Ana Lucia Pereira de Lacerda (489.584.769-15); Benedita Nilva de Queiros Vanderlei (081.067.891-87); Carlos Luiz Barroso Júnior (563.644.741-87); Cid Marcondes de Oliveira (842.044.198-87); Cidnei Ferreira da Luz (720.041.347-04); Diniz Batista da Silva (083.253.914-72); Emerson Caldas de Andrade (789.096.864-72); Florivaldo Vieira Martins (108.654.972-49); Francisco Danilo Bastos Forte (121.337.283-68); Francisco de Assis Portela Milfont (382.181.947-20); Germano Rocha Fonteles (114.137.003-49); Guaracy Diniz de Aguiar (010.239.693-00); Gustavo de Mello (432.729.080-72); Hélio Sobral Leite (867.392,048-53); Ivam Gouveia dos Santos (239.731.881-49); José Antônio de Abreu (328.751.694-91); José Avelar Fernandes Feitosa (036.837.375-49); Josenir Gonçalves Nascimento (282.130.502-82); José Maria de França (069.535.064-15); Joumar Batista Câmara (071.950.444-91); Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha (450.054.947-15); Luiz Carlos Machado Moreira (201.478.210-53); Marcos Batista de Resende (662.258.767-15); Marcos José Medeiros Fernandes (594.877.559-34); Marcos Roberto Muffareg (672.612.217-91); Maria de Nazaré Alves dos Santos (082.153.672-91); Paulo Roberto de Oliveira Santos (184.062.973-87); Raimunda Nonato da Cruz Oliveira (133.435.303-44); Raze Rezek (074.333.958-49); Sebastião Tião Gomes Pereira (132.322.744-04); Sheila da Silva Rezende (366.758.491-15); Thiago Oliveira Ferreira de Souza (012.571.004-67); Wanderley Guenka (CPF 856.653.128-00); Williames Pimentel de Oliveira (085.341.442-49).

1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3975/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação ao responsável Flávio da Costa Britto Neto, diante do recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.606/2009-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2008) - Apenso: 015.468/2014-3 (Cobrança Executiva)

1.1. Responsáveis: Flávio da Costa Britto Neto (596.253.687-87) e outros

1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul (Suest/Funasa/MS)

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.8. Quitação relativamente ao subitem 9.2 do Acórdão nº 2068/2014, proferido pela 2ª Câmara, em sessão de 13/5/2014 - Ordinária, Ata nº 15/2014 - 2ª Câmara:

Responsável: Flávio da Costa Britto Neto (596.253.687-87)

Data de origem da multa	Valor original da multa
13/05/2014	R$ 3.000,00
Data do recolhimento	Valor recolhido
06/06/2014	R$ 3.000,00
Total do recolhimento	**R$ 3.000,00**

ACÓRDÃO Nº 3976/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Sr. Roberto de Souza Salles, Reitor da UFF, e Sra. Jovina Maria de Barros Bruno, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, dando-se-lhes quitação, sem prejuízo de fazer a determinação, a comunicação e a recomendação abaixo transcrita, com fulcro nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno;

b) julgar regulares as contas dos responsáveis Srs. Sidney Luiz de Mattos Mello, Vice-Reitor, Heitor Luiz Soares de Moura, Pró-Reitor de Planejamento, Marcos de Oliveira Pinto, Pró-Reitor de Planejamento Substituto, Renato Crespo Pereira, Pró-Reitor de Graduação, Jorge Simões de Sá Martins, Pró-Reitor de Graduação Substituto, Antônio Claudio Lucas da Nóbrega, Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Andréa Brito Latgé, Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Substituto, Wainer da Silveira e Silva, Pró-Reitor de Extensão, Maria Lúcia Melo Teixeira de Souza, Pró-Reitor de Extensão Substituto, Tarcísio Rivello de Azevedo, Diretor-Geral do Hospital Universitário Antonio Pedro, Harberlandh Sodré Lima, Diretor-Geral Substituto do Hospital Universitário Antonio Pedro, Leonardo Vargas da Silva, Pró-Reitor de Administração, Pedro Fernandes Neto, Pró-Reitor de Administração Substituto, Paulo Roberto Trales, Pró-Reitor Substituto de Gestão de Pessoas, Sérgio José Xavier de Mendonça, Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, Cláudia Macedo, Pró-Reitor Substituto de Assuntos Estudantis, dando-se-lhes quitação plena, com fulcro nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

c) encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à Universidade Federal Fluminense;

d) arquivar os presentes autos:

1. Processo TC-021.156/2013-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Andréa Brito Latgé (638.537.107-78); Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega (808.987.697-87); Cláudia Macedo (641.934.547-20); Harberlandh Sodré Lima (611.752.857-49); Heitor Luiz Soares de Moura (039.045.207-68); Jorge Simões de Sa Martins (199.183.567-15); Jovina Maria de Barros Bruno (484.791.957-20); Leonardo Vargas da Silva (330.592.767-49); Marcos de Oliveira Pinto (775.643.247-91); Maria Lúcia Melo Teixeira de Souza (306.691.117-91); Paulo Roberto Trales (268.339.307-59); Pedro Fernandes Neto (025.452.577-61); Renato Crespo Pereira (771.318.007-91); Roberto de Souza Salles (434.300.237-34); Sidney Luiz de Matos Mello (598.549.607-49); Sérgio José Xavier de Mendonça (022.423.768-37); Tarcísio Rivello de Azevedo (014.377.987-72); Wainer da Silveira e Silva (222.584.857-20).

1.2. Entidade: Universidade Federal Fluminense (UFF/MEC).

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal Fluminense que conclua, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as apurações dos indícios de irregularidades relacionados no Ofício 10.952 da CGU/RJ, de 8/4/2010, que tratou de 141 servidores com dedicação exclusiva com possibilidade de possuírem outros vínculos empregatícios e de 439 servidores com possibilidade de possuírem jornada de trabalho semanal superior a 80 horas semanais em empregos públicos e/ou privados e encaminhe a este Tribunal o resultado final das apurações;

1.8. Dar ciência à Universidade Federal Fluminense que:

1.8.1. as ausências de lançamento dos horários de entrada e saída e de assinatura nas folhas de ponto de servidores, bem como a antecipação dos lançamentos, identificadas em vistoria *in loco* em setores subordinados à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, afronta o disposto nos arts 1º e 6º do Decreto nº 1590/1995;

1.8.2. a existência de imóveis da UFF avaliados, pela última vez, no ano de 2000, contraria a Orientação Normativa-GEADE-004, de 25/2/2003, que estabelece o prazo de validade dessas avaliações em 24 meses;

1.8.3. a ausência de entrega de cópia da declaração de bens e rendas por servidores com função de confiança ou em comissão afronta o preceituado no art. 1º, VII, Lei nº 8.730/1993;

1.9. Recomendar à Universidade Federal Fluminense que:

1.9.1.estabeleça metas de consumo decrescentes nos recursos renováveis que utiliza (água, energia, papel) e faça parte, também, dos esforços para a sustentabilidade ambiental, mediante iniciativas sugeridas na Lei nº 12.187/2009 e no Decreto nº 5.940/2006;

1.9.1. adote providências que visem aumentar o percentual de atendimento às recomendações emitidas pela Auditoria Interna da UFF ou emitidas pela Controladoria Geral da União no Rio de Janeiro.

ACÓRDÃO Nº 3977/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 201, §1º, do Regimento Interno, em fazer as seguintes determinações abaixo transcritas, e encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, para ciência e supervisão ministerial da determinação efetuada por este Tribunal à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.199/2010-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Acaia Lhair Góes (841.211.149-49); Elisângela Mirian da Rosa (006.722.099-18); Evanice Camargo Cardoso (184.435.321-49); Geraldo Castro Corrêa Junior (019.792.619-38); Helvio Francer de Moraes (277.095.317-68); Iosmar Braga (308.695.799-91); Karin Maria Megias Milani (541.888.229-53); Maira Salete Gemelli e Silva (139.146.932-15); Maria das Graças Rodrigues Silva (402.324.419-87); Miguel Luciano Bittencourt Pacheco (873.870.779-91); Paulo Afonso Neves Silveira (257.926.011-00); Raul Henrique Ribas Macedo (456.462.109-25); Ricardo Kreutzer de Jesus (359.930.229-49); Rute Mara Kosak Trayde (302.200.099-53); Rômulo Henrique da Cruz (313.676.901-53); Thiago Andrey Pastori Barbosa (006.016.829-39); Vilma Marli Depetris (252.819.419-68); Vinicius Reali Parana (022.799.029-31).

1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Paraná/PR.

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Diretoria Executiva da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe a este Tribunal informações detalhadas e conclusivas, acompanhadas de documentos comprobatórios, acerca dos subitens abaixo transcritos, sob pena de responsabilização solidária, nos termos do art. 254, §3º, do Regimento Interno:

1.7.1. autuação da tomada de contas especial determinada pelo Presidente da Funasa por ocasião do julgamento do PAD nº 25100.012.178/2010-86, em Despacho de 22/12/2011, publicado no Boletim-Funasa de 26/12/2011, informando o número do processo autuado e data do encaminhamento da Tomada de Contas Especial à Controladoria-Geral da União;

1.7.2. inclusão do nome dos responsáveis identificados no âmbito do PAD nº 25100.031.546/2010-95 no Cadin e na conta Diversos Responsáveis do Siafi, consoante os Despachos nº 264/COTCE/AUDIT/2012, de 1º/6/2012, e nº 204/2012-SALOG, de 17/9/2012, proferidos naquele processo, em cumprimento à determinação;

1.7.3. levantamento de todos os débitos relativos aos Srs. Vinícius Reali Paraná, Thiago Andrey Pastori Barbosa e Sérgio Esteliodoro Pozzetti, para, se for o caso, consolidá-los em um mesmo processo de tomada de contas especial, nos termos do §3º do art. 5º da Instrução Normativa-TCU nº 56/2007, consoante sugestão registrada no Despacho nº 423/2012-COREG/AUDIT/PRESI, proferido no PAD nº 25100.031.546/2010-95;

1.8. Determinar à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, em relação à prestação de contas do Convênio nº 2892/2006 (Siafi 582947), firmado em 28/12/2006 pela Funasa com a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, que:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.8.1. no prazo de 60 (sessenta) dias, finalize a análise da prestação de contas do referido Convênio e adote as demais providências cabíveis, instaurando a tomada de contas especial, se for o caso, nos termos do art. 76, §2º, da Portaria Interministerial n° 507/2011, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do art. 254, §3º, do Regimento Interno, encaminhando cópia integral do processo à Funasa/Suest-PR;

1.8.2. no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhe a este Tribunal informações detalhadas e conclusivas acerca da análise da aludida prestação de contas, inclusive o número da Tomada de Contas Especial instaurada e a data da remessa à Controladoria-Geral da União, se for o caso, bem como documento comprobatório do encaminhamento de cópia do processo à Funasa/Suest-PR, conforme determinado no subitem anterior.

RELAÇÃO Nº 15/2014 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 3978/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.499/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alex Sandro Eugênio Alvarenga de Figueiredo (CPF 131.582.097-80); Alison Furtado da Silva (CPF 022.724.460-51); Eliton Dantas da Silva (CPF 071.272.214-99); Felipe Almeida do Nascimento Parreira (CPF 126.474.777-28); Geissimar José Almeida da Costa (CPF 005.416.782-56); Gilberto Eloizio Guedes Júnior (CPF 093.660.776-92); Jadson Nascimento dos Santos Ferreira (CPF 141.463.007-70); Jonatas Bezerra da Silva dos Santos (CPF 141.135.027-81); João Carlos Silva (CPF 067.794.904-90); Leonardo Correia Guedes de Medeiros (CPF 145.382.047-73); Lucas Alves dos Santos (CPF 131.669.857-27); Luis Paulo da Silva Costa Lima (CPF 009.376.792-75); Miqueias Sales Cerri Silva (CPF 134.437.887-00); Olga Sodré dos Santos (CPF 142.213.707-42); Rafael dos Ramos dos Santos (CPF 144.925.607-42); Renan Braga dos Santos (CPF 130.304.717-99); Rodrigo José Macedo Garça (CPF 001.940.632-08); Ruan Victor Marins Ribeiro (CPF 137.105.177-10); Thiago Silva Lopes (CPF 356.925.358-90); Átila Leal da Silva (CPF 133.183.637-90).
1.3. Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3979/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.576/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Damaris Canuto Pereira (CPF 150.450.677-45); Damiana Dias Pereira (CPF 121.294.557-35); Daniel Almeida Alves de Souza (CPF 134.125.327-97); Daniel Bochner (CPF 123.045.597-35); Daniel Viana Freitas (CPF 168.987.667-08); Daniel de Freitas Barbosa da Silva (CPF 159.020.097-74); Daniel de Miranda Gomes (CPF 148.928.367-61); Daniela Silva Mello (CPF 147.543.277-13); Daniela de Carvalho Andrade Quintanilha (CPF 122.674.447-80); Daniele Anastacia Santos de Oliveira (CPF 118.163.277-35); Daniele Macedo de Moura (CPF 124.471.337-66); Daniele dos Santos Nogueira (CPF 146.470.837-13); Danielle Bezerra Sudré (CPF 134.988.637-89); Danielle Cristina Oliveira de Araujo (CPF 133.327.787-30); Danusa Torres Treicha (CPF 013.438.250-16); Davi Henrique Uchoa Pinto Marques (CPF 020.859.002-16); David Lira Santos de Queiroz (CPF 135.613.057-76); David Santos Abreu (CPF 050.773.315-02); David da Silva Torres (CPF 161.418.367-80); Davidson Lopes Marques (CPF 160.131.107-94); Dayana Bessa Marques (CPF 029.630.841-29); Dayana Muniz Maia (CPF 139.644.047-05); Dayane Rocha Galdino (CPF 127.374.247-80); Dayanne Ferreira de Oliveira (CPF 164.288.887-77); Deiziane Venancio Marques (CPF 151.152.337-97); Denzel Manfron Riquelme de Mattos (CPF 167.627.987-30); Deric Johnata da Costa Anjos (CPF 160.253.817-47); Diany Cunha Vieira (CPF 123.333.127-26); Diego Barbosa de Lima (CPF 440.701.178-57); Diego Henrique Crespi (CPF 046.759.181-40); Diego Monteiro da Silva (CPF 139.775.537-71); Diego Rodrigues Teixeira Pereira (CPF 073.432.404-98); Diego de Aquino Rosa Fonseca (CPF 137.434.747-78); Dillean Carvalho de Almeida (CPF 155.314.027-32); Dinayara Pimentel Alves (CPF 035.533.521-24); Diogo Martinho Braga (CPF 126.302.037-27); Djane Gislayne Gurgel Meira Bezerra (CPF 062.245.414-50); Doohan de Souza Ferreira Gesto (CPF 144.499.457-35); Douglas Batista Nunes (CPF 153.836.087-02); Douglas Edson Cruz Souza (CPF 151.291.277-81); Douglas Ferreira de Souza (CPF 073.524.914-81); Douglas Plácido Brunetti (CPF 053.414.943-00); Douglas de Oliveira Lucindo (CPF 131.292.597-32); Duane Moisinho Ferreira (CPF 148.726.117-99); Dylan Ramon de Oliveira Gonçalves (CPF 145.002.047-09); Débora Albuquerque de Campos (CPF 139.636.877-97); Débora Machado Carius (CPF 143.928.007-09); Débora Valente do Amparo (CPF 138.712.197-97); Débora Valéria Duarte Bezerra dos Santos (CPF 056.191.894-57); Edson Antunes da Silva (CPF 160.065.327-86).
1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3980/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.580/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Flávio José Ferreira da Silva (CPF 103.335.784-73); Flávio Martins Vieira Souza (CPF 140.579.077-69); Flávio Rodrigues da Silva (CPF 125.316.397-99); Flávio Souza de Santana Lima (CPF 139.821.057-90); Franciel Barros de Souza (CPF 160.532.317-97); Franciele Ferreira da Silva (CPF 057.193.854-01); Francieli Vellozo Costa (CPF 019.328.380-82); Francinaldo dos Santos Camelo (CPF 151.929.447-67); Francisco Aleirton Silva Pereira (CPF 058.688.123-95); Francisco Anderson Castro Gomes (CPF 046.323.963-62); Francisco Anderson Pinho de Sousa (CPF 605.622.793-69); Francisco Daniel de Santana (CPF 149.254.677-19); Francisco Edimário dos Reis Oliveira (CPF 065.565.453-41); Francisco Elmo Vitor da Silva (CPF 046.438.203-30); Francisco Erinaldo Dias (CPF 700.647.154-00); Francisco Hugo Belchior Felix (CPF 063.223.743-03); Francisco Igor Silva Gomes (CPF 048.621.973-96); Francisco Lopes Fernandes (CPF 607.969.733-50); Francisco Lourenço de Araujo Neto (CPF 097.308.624-60); Francisco Matheus Almeida Sousa (CPF 048.506.753-60); Francisco Thiago Rodrigues Marques (CPF 062.995.683-99); Franklin Bezerra Reinaldo (CPF 017.660.014-08); Freire Antônio Nunes Junior (CPF 153.644.777-38); Gabriel Alves Esteves Fernandes (CPF 167.560.047-35); Gabriel Alves Veloso Felício (CPF 149.104.457-81); Gabriel Amorim Campos (CPF 151.993.797-04); Gabriel Anderson de Souza Lima (CPF 160.013.507-28); Gabriel André Carneiro de Almeida (CPF 172.092.737-51); Gabriel Barbosa da Costa (CPF 161.376.357-32); Gabriel Borges da Conceição (CPF 115.234.577-08); Gabriel Brito da Silva (CPF 142.270.607-96); Gabriel Brito de Oliveira (CPF 159.319.907-47); Gabriel Campos Geambastiani (CPF 136.802.517-00); Gabriel Costa Batista (CPF 138.071.397-88); Gabriel Coutinho da Silva (CPF 156.905.497-54); Gabriel Dourado de Queirós Leal (CPF 165.560.307-83); Gabriel Ferraço Rodrigues (CPF 141.733.457-63); Gabriel Freire Ribeiro (CPF 153.572.557-50); Gabriel Garcia Bandeira Felix Gomes (CPF 153.830.027-31); Gabriel Gonçalves Fernandes (CPF 160.239.217-01); Gabriel Grancindo da Costa (CPF 151.840.657-25); Gabriel Guarnido Luiz (CPF 166.872.247-00); Gabriel da Conceição Coutinho (CPF 126.971.027-36); Gabriel da Silva Barbosa (CPF 168.379.037-56); Gabriel da Silva Corrêa (CPF 160.704.587-70); Gabriel da Silva Felix (CPF 154.330.557-10); Gabriel da Silva Freires (CPF 161.059.937-30); Gabriel da Silva de Farias (CPF 151.745.417-45); Gabriel de Almeida Barbosa (CPF 157.973.977-65); Gabriel de Araujo Oliveira (CPF 123.817.597-00).
1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3981/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.587/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jefferson Jean Gomes Costa (CPF 155.672.957-07); Jefferson Matheus Silva de Sousa (CPF 122.781.467-42); Jefferson Portela Bezerra (CPF 151.429.897-08); Jefferson Sales Marques (CPF 104.280.904-60); Jefferson Stanziola Tuxi (CPF 140.152.727-22); Jemesson José Ricardo (CPF 091.120.134-39); Jeniffer de Oliveira da Silva (CPF 142.653.967-39); Jeovani Gonçalves Pedrosa (CPF 103.519.124-52); Jessica Cristina da Silva Santos (CPF 141.189.287-95); Jessica Cristina da Silva Santos Lacerda (CPF 125.900.867-33); Jessica da Silva Soares (CPF 121.255.667-45); Jessyca Ribeiro Magalhães (CPF 146.119.857-76); Jessyca dos Santos Peliteiro (CPF 143.345.417-39); Jheferson da Silva Gonzalez (CPF 166.476.177-28); Jhonata Cezar Silva Simão (CPF 156.475.967-97); Jhonata Melo da Silva (CPF 142.466.177-33); Jhonatan Alexandre da Silva Moreira (CPF 148.109.277-41); Jhonatan Matheus Mesquita de Carvalho (CPF 143.084.357-81); Jhonatas Lino Albino (CPF 150.306.027-63); Jhonatha Figueiredo Dias da Silva (CPF 158.398.987-08); Jhonathan Teixeira Gonzalez (CPF 154.295.497-54); Jhonnatan Caçula da Silva (CPF 160.805.817-44); Jhonnatan Jardel Nogueira da Silva (CPF 068.258.703-60); Jhonnie Wanderson Souza Leão (CPF 161.652.877-00); Jimmie Haskell Gonçalves da Silva (CPF 083.235.864-97); Joab Carneiro da Silva (CPF 096.698.124-37); Joab Emanuel dos Santos (CPF 108.719.044-46); Joan Soares do Santos (CPF 061.205.785-28); Joao Ira Gomes (CPF 062.198.744-12); João Amaro Silva de Mendonça (CPF 116.242.927-55); João Augusto de Vasconcelos Junior (CPF 096.144.314-66); João Carlos Santos Rezende Torres (CPF 144.366.697-18); João Diogo Santos (CPF 106.584.584-77); João Felipe Sales de Oliveira (CPF 150.989.107-22); João Fábio Cabral Raimundo (CPF 153.319.957-48); João Gabriel Sabino Rangel (CPF 150.876.487-54); João Gabriel da Costa Velozo (CPF 155.574.467-29); João Gabriel de Oliveira Silva (CPF 093.317.384-98); João Gilberto Abrahão da Silva (CPF 156.748.237-66); João Lucas Freire da Silva (CPF 075.194.144-18); João Lucas de Souza (CPF 167.747.817-99); Jéssica Baptista de Souza Mello (CPF 122.329.367-08); Jéssica Castelo Branco dos Santos (CPF 132.958.267-57); Jéssica Nepomuceno Cecinio (CPF 139.028.057-81); Jéssica Rodrigues da Silva (CPF 144.128.957-77); Jéssica Vieira da Silva (CPF 147.118.657-13); Jéssica da Silva Custódio (CPF 058.818.903-02); Jéssica da Silva Guimarães (CPF 129.442.787-38); Jéssica de Oliveira Barbosa (CPF 132.049.997-00); Jéssyca Castilho Borges (CPF 140.069.917-70).
1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3982/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.588/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Joara da Silva Firmino (CPF 138.583.017-44); Jobson Marcos de Souza Amorim (CPF 142.522.787-24); Joel Júlio Souza do Nascimento (CPF 004.365.112-74); Joel Lucas Tavares Bizerra (CPF 050.757.193-25); Joelma Carolina Avila Silva (CPF 361.344.438-08); Johannsen Brandão do Sacramento (CPF 061.014.595-94); John Carlos Rabelo Araujo (CPF 604.683.133-46); Johnatan Rubens Nunes da Silva (CPF 700.394.864-86); Johnathan Costa Queiroz Gomes (CPF 149.099.387-88); Johnny Duarte Dias dos Santos (CPF 142.217.357-75); Johnny Sousa Verissimo da Silveira (CPF 159.450.547-04); Johnson Amaro da Silva (CPF 104.025.324-57); Johny de Jesus Siqueira (CPF 154.072.897-84); Jomar Santos de Lima Junior (CPF 025.603.632-24); Jonas Alencar Alves (CPF 160.957.127-42); Jonas Henrique Rangel da Silva (CPF 158.494.847-79); Jonas Leigues de Amorim (CPF 048.160.361-13); Jonas Loyola Barros de Souza (CPF 159.689.357-58); Jonas Marques dos Santos (CPF 054.120.233-20); Jonas Martins Sampaio Junior (CPF 143.106.907-85); Jonas Rodrigues (CPF 162.513.687-05); Jonas de Barros Costa (CPF 054.722.565-26); Jonatan Gomes Leitão (CPF 161.488.967-88); Jonatas Aguiar da Conceição (CPF 150.992.767-09); João Luiz Barreto da Silva (CPF 139.774.067-10); João Luiz da Silva Rodrigues (CPF 101.308.767-47); João Manoel Araujo de Paula (CPF 121.254.507-98); João Marcos da Matta Duarte Oliveira (CPF 153.091.457-45); João Newton Alves Neto (CPF 151.363.817-36); João Patrick Vieira (CPF 151.888.457-17); João Paulo Barbosa Narcizo (CPF 156.838.917-52); João Paulo Brito dos Santos (CPF 138.825.747-55); João Paulo Fernandes de Andrade (CPF 061.007.607-89); João Paulo Souza Lima (CPF 120.788.186-40); João Paulo da Silva Rodrigues (CPF 167.560.657-93); João Pedro Pereira Coelho (CPF 159.891.767-67); João Pedro Rocha Para Barboza (CPF 053.573.871-41); João Pedro Santos Apolinário (CPF 160.643.097-17); João Pedro Silva de Souza (CPF 155.569.167-64); João Pedro da Silva (CPF 096.863.224-69); João Pedro das Neves Oliveira (CPF 058.937.565-25); João Pedro de Oliveira Silva (CPF 158.056.147-07); João Vicente Thomaz Brasileiro (CPF 909.202.792-87); João Victor Mariano Sotomayor (CPF 127.653.197-40); João Victor Moraes (CPF 153.319.267-70); João Victor Sales de Souza (CPF 137.404.657-43); João Victor de Jesus Santana (CPF 055.578.345-67); João Victor de Souza Rezende (CPF 126.075.677-77); João Vitor da Conceição dos Santos (CPF 156.448.677-06); João Zebino Acosta do Nascimento (CPF 052.603.281-24).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3983/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.597/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luiz Claudio Gomes Junior (CPF 148.191.137-63); Luiz Claudio Lima da Silva Carneiro (CPF 112.386.867-02); Luiz Eduardo Souza de Assis (CPF 154.293.107-00); Luiz Felipe Araujo de Souza (CPF 166.962.167-74); Luiz Felipe Batista dos Santos (CPF 107.871.807-50); Luiz Felipe Bispo Ferreira da Silva (CPF 167.788.087-21); Luiz Felipe Cruz dos Santos (CPF 105.981.257-60); Luiz Felipe D'oliveira Gonzalez Cabral (CPF 060.800.357-31); Luiz Felipe Martins Couto da Silva (CPF 145.209.867-02); Luiz Felipe Moura da Silva (CPF 159.364.547-38); Luiz Felipe Oliveira Silva (CPF 119.167.837-75); Luiz Felipe Sales de Aguiar (CPF 162.939.077-10); Luiz Felipe Vieira da Rosa (CPF 152.972.247-05); Luiz Fernado Willemen Barbosa Nascimento (CPF 169.315.207-09); Luiz Fernando Anchieta Borges Coutinho (CPF 137.412.697-78); Luiz Fernando Dantas Campos (CPF 149.875.747-21); Luiz Fernando Martins dos Santos (CPF 151.192.297-43); Luiz Filipe Aniceto Patrocínio (CPF 143.557.747-75); Luiz Flávio Guimarães Barboza (CPF 145.405.027-60); Luiz Guilherme Siqueira Nunes Frez (CPF 122.562.947-06); Luiz Guilherme Thompson Vaz (CPF 157.523.317-73); Luiz Gustavo Gomes de Barros Silva (CPF 113.348.757-23); Luiz Gustavo de Senna dos Santos (CPF 109.468.547-00); Luiz Henrique Rodrigues Domingos Oliveira (CPF 155.579.127-11); Luiz Henrique Valente Maciel (CPF 144.231.457-58); Luiz Henrique do Nascimento Bomfim (CPF 153.538.617-79); Luiz Ian Pereira Vinagre dos Santos (CPF 016.418.112-18); Luiz Matheus Libanio dos Anjos (CPF 142.374.027-03); Luiz Otavio Papa de Oliveira (CPF 143.213.367-59); Luiz Philipe de Oliveira Sandes (CPF 154.046.607-83); Luiz Rafael Coelho do Carmo (CPF 165.660.577-57); Luiz Sigueo Chermauth Shiba (CPF 165.714.467-40); Luiz Vinicius Ferreira de Melo (CPF 135.632.427-47); Luiz de Jesus Lopes Junior (CPF 151.927.817-95); Luiza Anatalia Arruda Ferreira dos Santos (CPF 038.017.421-99); Luiza Virginia Santos Silveira (CPF 145.419.007-85); Lukas Ramos de França Gonçalves (CPF 131.599.517-40); Lyncoln Daniel Nascimento Moreira (CPF 156.239.647-10); Madson de Araújo Pereira (CPF 099.648.734-41); Magdiel Edson Oliveira Farias (CPF 145.785.467-80); Magno Coutinho Savaget (CPF 159.417.157-22); Magnus Henrique Silva Martins (CPF 088.943.544-82); Maicon Almeida Correa (CPF 105.105.826-05); Maicon Andrey Quintiliano da Costa (CPF 128.024.987-03); Maicon Douglas da Silva Oliveira Monteiro (CPF 061.638.367-31); Maicon Jônatan dos Santos Silva (CPF 140.420.467-97); Maicon Ramos de Almeida (CPF 134.348.627-06); Maicon Soares dos Santos (CPF 138.417.657-85); Maicon Vinicius Morais de Oliveira (CPF 151.615.667-60); Maiko Marafigo Batista (CPF 079.083.149-02).
1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3984/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.604/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ruan Guimarães Duarte (CPF 157.033.457-90); Ruan Luiz de Oliveira (CPF 165.736.697-97); Ruan Ricardo Ferreira Alves Cerqueira (CPF 132.514.317-06); Ruan Rodrigues Coutinho (CPF 160.777.437-20); Ruan de Sousa e Souza Damásio (CPF 159.206.527-99); Ruann Marcos da Silva (CPF 139.405.927-22); Ruben Sayd de Castro Sousa Silva (CPF 057.310.263-51); Rubens Andrade Lemos Junior (CPF 050.569.441-73); Rubens Luan Alves da Silva (CPF 101.098.574-45); Rubens Mayccom da Silva (CPF 414.258.458-86); Rugeri Oliveira Soares (CPF 031.971.830-10); Ryan Freire Mattos Silva (CPF 162.155.727-80); Ryan Silva de Oliveira (CPF 167.159.657-90); Sabrina Silva Feliciano (CPF 132.688.447-66); Sabrícia Thaiz Marques Coelho Barbosa (CPF 137.103.517-23); Sadrak Vale dos Reis (CPF 160.547.757-58); Said Baltar Elmôr (CPF 106.193.527-28); Samir Mascarenhas dos Santos (CPF 069.113.035-32); Samuel Carlos Oliveira da Silva (CPF 172.571.527-99); Samuel Fernando da Silva Peixoto (CPF 141.592.227-65); Samuel Figueiredo de Paulo (CPF 153.032.347-97); Samuel Henrique Pereira Sampaio (CPF 082.191.776-59); Samuel Juan Pedro de Oliveira Bentes Marinho (CPF 093.051.454-85); Samuel Pessoa Xavier (CPF 604.034.233-17); Samuel Quintanilha Pinto (CPF 151.726.647-50); Samuel Santiago Gertrudes (CPF 162.781.757-38); Samuel Santos de Souza (CPF 150.927.327-17); Samuel da Silva Conceição (CPF 156.327.327-62); Samuel de Castro Augusto (CPF 043.629.551-27); Samuelson Tiago Brandão Delmiro de Souza (CPF 104.932.904-00); Sandro Henrique Monteiro da Silva Junior (CPF 172.572.387-58); Santiago Ramos da Costa (CPF 046.190.073-40); Sara Cristina Ramos da Paixão (CPF 124.467.677-29); Saulo Fernandes Campos Vieira (CPF 157.679.177-79); Saulo Fortes Lopes (CPF 146.574.327-88); Saulo Renato Oliveira Silva (CPF 062.819.115-47); Schynnider Gomes Ferreira (CPF 054.305.223-09); Sebastião Araújo Viana Júnior (CPF 054.866.353-03); Sebastião de Almeida Neto (CPF 048.916.841-86); Sergio de Oliveira Rodrigues Junior (CPF 154.168.127-45); Shirley Santos de Souza (CPF 041.546.775-60); Sidnei Ferraz dos Santos Júnior (CPF 146.586.287-08); Sidney Cordeiro de Castro Júnior (CPF 127.524.307-01); Sávio Geovane da Silva Néris (CPF 858.960.755-02); Sâmara da Costa Souza da Silva (CPF 142.604.057-13); Sérgio Assumpção da Costa Filho (CPF 150.235.527-21); Sérgio Baptista Caldeira Júnior (CPF 145.504.947-60); Sérgio Baraúna Borges (CPF 037.496.035-61); Sérgio Henrique Lemos da Rosa (CPF 055.745.067-50); Sérgio Phelipe de Almeida Formiga (CPF 061.105.227-08).
1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3985/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.610/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Wallace Roberto das Neves Angelo (CPF 151.773.827-02); Wallace Rodrigues Fiuza (CPF 156.857.917-98); Wallace Vinícius de Barros (CPF 143.979.077-90); Wallace Vitalino Vieira (CPF 167.291.677-18); Wallison Phillip Moura Rodrigues (CPF 054.394.283-05); Walter Francisco Barros (CPF 048.572.203-85); Wanderson Almeida da Silva e Silva (CPF 055.758.485-07); Wanderson Barreto e Silva (CPF 005.907.152-40); Wanderson Miceli Rodrigues (CPF 160.597.717-93); Wanderson Silva dos Reis (CPF 136.034.747-08); Wanderson da Conceição Borges (CPF 160.365.527-18); Washington Felipe Ferreira Duarte (CPF 129.104.837-54); Washington Mendonça Siqueira (CPF 160.561.057-76); Washington Rosthayni da Costa Almeida (CPF 057.794.763-06); Welber de Souza Oliveira (CPF 146.386.827-82); Welder Uchoa Silva Gomes (CPF 014.946.442-82); Welington de Jesus dos Santos (CPF 038.385.855-00); Wellerson Domingos Barreto (CPF 129.044.087-54); Wellerson Esteves Oliveira (CPF 148.507.327-80); Wellington Rodrigues de Freitas (CPF 156.467.577-70); Wellington Silva Cardoso (CPF 061.851.897-55); Wellington Tavares da Silva (CPF 162.948.447-46); Wellington Vieira Azevedo (CPF 145.538.377-57); Wellington Vieira Vasconcellos (CPF 167.572.007-08); Wellington de Oliveira Claudino (CPF 134.310.167-07); Wendel Gabriel Cardoso Rocha Duarte (CPF 023.103.302-80); Wendel Rosas Barbosa de Mendonça (CPF 055.035.137-03); Wendel Sousa Barbosa (CPF 814.683.502-34); Wendell Alexandre Azevedo Oliveira (CPF 137.265.027-00); Wender John Vieira de Oliveira (CPF 040.993.943-95); Werther Lucas Serodio Piedade (CPF 166.990.897-65); Weslem Luiz Cavalcante Pacheco (CPF 023.213.152-02); Wesley Cesar Oliveira de Sousa (CPF 152.290.057-85); Wesley Hilton de Souza Frias (CPF 011.735.852-57); Wesley Honorato Gonçalo (CPF 150.227.247-40); Wesley Manoel de Novais Bonelá (CPF 150.159.567-97); Wesley Siqueira Rodrigues (CPF 158.001.947-18); Wesley Verdan Gonçalves (CPF 153.937.307-05); Wesley Vinicius Candido da Costa (CPF 142.516.287-80); Wesley da Silva Antonio (CPF 140.079.857-40); Wesley da Silva Baptista (CPF 160.730.827-46); Weslley Miranda Silva da Fonseca (CPF 165.797.167-89); Weslley Teodoro de Aragão Souza (CPF 164.003.757-83); Weslley de Jesus Marins (CPF 439.794.958-17); Wiliam Augusto Longo Pereira (CPF 120.359.657-05); Wilker da Silva Figueirêdo (CPF 099.867.414-16); Willie Zhi Jie Zhang (CPF 173.793.487-60); Yan Paquelet Feller (CPF 111.355.407-05); Yan Sales de Sousa (CPF 137.142.387-35); Yasmin de Araújo Pimentel (CPF 116.025.297-10).
1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3986/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal; 39, II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de pensão especial de ex-combatente dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-011.018/2014-3 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Alina Reis Bistrain (CPF 227.422.391-20); Beatriz dos Santos Rangel (CPF 036.801.687-05); Darcy da Silva Monteiro (CPF 103.510.512-87); Doracy Ramos dos Reis (CPF 317.972.962-72); Leila Celia Vieira Locks (CPF 529.508.759-04); Leila Cristina da Silva Alves (CPF 937.149.807-25); Lucia Helena Machado (CPF 812.364.929-00); Luciana Vieira Fagundes (CPF 499.093.719-87); Lucilia Reis Pinheiro (CPF 643.104.428-20); Luzimar de Lima Alves (CPF 496.442.387-53); Lêda Rodrigues da Silva (CPF 274.720.274-72); Maria do Carmo Pedroso Figueirôa (CPF 264.490.484-68); Maria do Socorro Vasques (CPF 009.204.504-90); Marilza Martins da Silva (CPF 264.776.534-00); Marinete Martins da Silva (CPF 387.138.884-04); Marlene Ferreira da Silva (CPF 682.983.667-00); Raimunda Ramos dos Reis (CPF 258.383.002-30); Regina Helena de Souza Salomão (CPF 204.492.618-08).
1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3987/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal; 39, II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de pensão especial de ex-combatente dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-011.635/2014-2 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Anabel Vieira de Brito (CPF 708.043.977-91); Astrogildo dos Santos (CPF 342.538.909-20); Cecilia Miranda de Brito (CPF 259.836.287-04); Euníce Reis de Lima (CPF 354.476.304-44); Fatima do Rosario de Souza Trindade Paiva (CPF 478.089.857-91); Francisca Santos (CPF 342.538.829-00); Ines Pilhano Mateus (CPF 782.001.058-49); Isis Paes Barreto Figueiredo (CPF 093.335.927-68); Izaura Maria dos Anjos (CPF 383.052.247-91); Maria Francisca da Silva Cardôso (CPF 895.271.947-68); Terezinha Jesus de Brito (CPF 629.336.127-04); Vera Lucia Leite da Silva (CPF 215.537.504-20); Yara Maria Paes Barreto Figueiredo (CPF 337.753.467-91).
1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3988/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.336/2014-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Andreia Baltazar dos Santos Salerno (CPF 073.946.707-75); Anna Maria da Conceição de Oliveira Tavares (CPF 402.399.007-82); Arlete Luiza Mendes Lima (CPF 393.235.957-72); Creuza Vera Cruz da Silva (CPF 847.476.254-53); Deolinda Maria Oliveira de Souza (CPF 314.480.037-68); Diana Tavares de Oliveira Hasler (CPF 025.925.817-23); Dianey de Oliveira Teixeira (CPF 871.102.617-00); Elba Conceição Duarte Cirilo (CPF 429.367.489-68); Eliane Vera Cruz da Silva (CPF 799.328.004-49); Eliete Barbosa Cirilo Ferreira (CPF 798.348.689-87); Elisete Barbosa Cirilo (CPF 768.457.619-49); Elizabeth Barbosa Cirilo (CPF 907.570.929-34); Gloria Maria Fialho Ponde (CPF 265.450.477-87); Iracema Vera Cruz da Silva Ramos (CPF 193.003.104-10); Ivandete Jose de Siqueira Salerno (CPF 244.894.507-10); Jael Luiza Thomé (CPF 523.979.127-91); Janette Pedro (CPF 447.500.567-15); Judilce Pedro de Souza (CPF 004.024.967-01); Leda Aide Vieira de Arruda (CPF 102.924.701-34); Leide Anete Vieira (CPF 156.919.851-91); Ligia Anilza Vieira (CPF 201.050.701-06); Ligia Maria Ponde Vassallo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(CPF 098.188.557-87); Lila Atanazia Vieira (CPF 102.859.971-49); Lucia Andrea Vieira (CPF 329.144.231-87); Nadia Queiroz de Albuquerque Aquino (CPF 078.102.137-50); Nanci Queiroz de Albuquerque (CPF 699.701.907-25); Neide Queiroz de Albuquerque Vicente (CPF 462.127.367-15); Regina Vera Cruz da Silva (CPF 782.898.824-91); Sueneide Vera Cruz da Silva (CPF 821.918.244-04); Wanda Jeronymo Villa Verde (CPF 264.611.967-49); Yara Celia Tavares de Oliveira (CPF 348.702.537-04).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3989/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados.

1. Processo TC-013.437/2014-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Adriana Alves de Vasconcelos (CPF 014.206.347-98); Alex Inácio Dias de Souza (CPF 548.088.552-91); Alison Moraes da Silva (CPF 668.194.319-53); Barbara da Rocha Miranda (CPF 008.791.817-02); Belanisia Aragão Sant'anna (CPF 289.233.835-20); Bernadeth de Lourdes Castro Moreira (CPF 396.298.484-49); Bruna Lima da Silva (CPF 150.718.007-13); Carla Cristina da Costa Miranda (CPF 994.222.807-10); Carmen Vieira Guimarães (CPF 036.777.885-87); Cleia Quintiliano da Cruz (CPF 696.027.191-68); Conceição de Oliveira Lima (CPF 556.574.007-04); Cristiane Moraes da Silva (CPF 822.975.179-04); Cristina Moraes da Silva (CPF 234.926.350-91); Daniel Pinto Luz (CPF 465.317.697-34); Dilza Oliveira da Silva (CPF 974.670.307-20); Francielle de Lima Dias (CPF 085.516.157-42); Fábio Inácio Dias de Souza (CPF 019.654.262-63); Girlaine Jacqueline Freire de Miranda (CPF 493.350.654-04); Izabel Sousa da Silva (CPF 465.575.554-72); Joice Faria da Silva (CPF 098.143.397-92); Jorgina Maria Alves de Vasconcelos (CPF 806.376.557-53); Lucia Maria Pinto Guimarães Madureira de Pinho (CPF 786.439.107-91); Luiz Alexandre Carmo da Silva (CPF 093.250.914-29); Marcos Dias de Sousa (CPF 548.080.902-44); Maria Anita Moraes da Silva (CPF 056.025.249-83); Maria Auxiliadora dos Santos de Souza (CPF 461.010.122-04); Maria Cesário Costa (CPF 095.269.457-35); Maria Evanice Pinto Luz (CPF 835.440.547-87); Maria Ines da Silva Ferreira (CPF 913.332.700-97); Maria Regina Nunes de Lima (CPF 366.221.177-72); Maria de Fatima Ferreira da Rocha (CPF 403.512.547-49); Maria de Fátima Pinto Luz Nazareth (CPF 838.917.577-00); Marta da Rocha Miranda (CPF 796.893.297-15); Miriam Dias de Lima (CPF 422.453.117-87); Regina Martha Machado (CPF 349.457.680-72); Roselene Maria Soares Gonçalves (CPF 871.278.227-00); Severina Lemos de Miranda (CPF 733.632.864-49); Sonia Maria Pinto Guimarães Marcondes Rodrigues (CPF 053.799.967-10); Thales Resende da Silva (CPF 138.182.066-27); Valdete Souza da Conceição (CPF 018.991.747-45).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3990/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados.

1. Processo TC-013.441/2014-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Adir da Silva Melo (CPF 482.570.449-20); Ana Cristina Ribeiro (CPF 000.503.727-18); Creusa Ferreira de Aguiar da Silva (CPF 913.201.787-15); Cristiane Santos Gomes da Silva (CPF 018.785.397-52); Deia Marilia Sanches de Moura (CPF 383.615.079-49); Deuzarina da Costa Melo (CPF 041.288.067-90); Dirley Maria Sanches Pereira (CPF 217.106.789-68); Dulce Fernandes da Silva Velasco (CPF 557.170.207-91); Dulciléa Rodrigues Alves (CPF 640.514.477-15); Edite Rodrigues de Oliveira (CPF 004.299.718-69); Eliane Olga da Silva (CPF 594.169.989-15); Fatima Raquel da Rosa (CPF 017.566.899-03); Geraldina Dias de Andrade de Jesus (CPF 016.879.237-01); Irany Rodeiro Gomes (CPF 367.643.965-15); Isabel Cristina Ribeiro Nogueira (CPF 636.556.837-15); Ivanil Madalena Vasquez Elias (CPF 018.984.907-08); Karla Cristina de Moraes Silva Gama (CPF 025.741.887-30); Lindalva Menezes de Melo (CPF 279.190.997-49); Lucas Silva Rezende (CPF 025.865.772-30); Maria Cristina Ribeiro (CPF 661.371.877-72); Maria das Dores Antonio (CPF 349.675.247-53); Maria das Dores Nascimento de Oliveira Lima (CPF 903.794.974-68); Maria das Dores Santos da Silva (CPF 357.976.657-00); Mônica das Neves Pereira (CPF 056.168.907-58); Norma Maria Costa (CPF 758.338.087-15); Olga Soares Cavalcante Rezende (CPF 713.960.984-53); Rosangela Nascimento de Oliveira Batista (CPF 903.795.274-72); Simone Nascimento de Oliveira Lima (CPF 031.455.554-48); Solange Gomes da Silva Santos (CPF 052.150.668-92); Teresinha de Fátima Goiabeira Souza (CPF 069.228.857-08); Thiago de Magalhães Silva (CPF 117.394.427-33); Zulma da Rosa Costa (CPF 637.795.447-68).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3991/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados.

1. Processo TC-013.447/2014-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Ana Carolina Cunha Cintra (CPF 099.247.737-99); Benedita Rosa Bezerra (CPF 405.306.710-34); Carmelia Correa da Costa (CPF 870.556.357-72); Cecilia Rocha dos Santos (CPF 400.041.719-34); Dalva Malafaia de Araújo (CPF 026.029.697-02); Fábio Cunha Cintra (CPF 108.274.287-23); Genilza Almeida de Oliveira (CPF 076.676.497-40); Gizelia Calheiros de Oliveira (CPF 509.074.927-20); Jeronil Botelho Marques de Jesus (CPF 061.090.197-47); Lecy Pinheiro de Lima (CPF 016.590.597-20); Lucilene Santana dos Santos Elias (CPF 992.108.357-00); Lucy Alves da Silva (CPF 362.074.707-53); Luzia Augusta Lopes de Souza (CPF 070.762.777-00); Luzia Soares dos Santos (CPF 610.602.837-00); Maria José Ferreira Gomes Saldanha da Gama (CPF 462.579.937-68); Maria da Paz Braz de Assis (CPF 200.869.974-91); Neuzimar Rangel Rodrigues (CPF 036.903.177-62); Noemia Maria Moreira Torres (CPF 907.602.557-68); Regina Rodrigues de Oliveira (CPF 030.112.637-28); Roselane Souza de Sá (CPF 343.748.681-00); Vania Granato Bahia Monteiro (CPF 274.501.207-04); Vera Lucia Antunes de Oliveira Assis (CPF 421.839.607-87); Vera Lucia Carrera de Santana (CPF 586.107.157-87).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3992/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados.

1. Processo TC-013.450/2014-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Ana Cristina de Oliveira Fernandes (CPF 001.358.547-92); Ana Maria Nascimento de Souza Santa Rita (CPF 003.654.867-79); Ana Mary Santos da Silva (CPF 108.078.487-00); Andréa Maria Nascimento de Souza (CPF 086.308.397-83); Bianca Rodrigues da Silveira Lima (CPF 733.981.527-91); Caroline Miranda da Silva (CPF 033.461.850-95); Edna Maria Belarmino da Silva (CPF 019.402.387-73); Fabiola Ferreira Silva (CPF 015.899.295-43); Fernanda Ferreira Silva Dias (CPF 814.808.065-87); Flávia Rodrigues da Silveira Sousa (CPF 043.964.867-07); Flávia de Oliveira Fernandes Hinterhoff (CPF 902.363.357-15); Francisca Araújo Martins (CPF 512.989.614-91); Giselia Santos Aquino (CPF 247.867.483-15); Gisélia Nascimento da Silva (CPF 011.958.977-07); Glaucia Maria Macedo de Meneses (CPF 349.519.037-68); Janete Cardoso da Silva e Silva (CPF 115.176.035-87); Magaly Vieira Dória (CPF 611.672.317-91); Marcia Maria de Souza Freitas (CPF 022.300.047-78); Marcia Rodrigues da Silveira (CPF 936.531.827-00); Maria Bernadete de Albuquerque da Silva (CPF 886.652.911-72); Maria Guiomar de Jesus Silva (CPF 435.566.807-00); Maria Helena Vianna de Macedo Soares Guimarães (CPF 075.792.757-24); Maria Lindalva Colombo da Cruz (CPF 012.695.431-30); Maria Thereza Vieira Pimentel de Oliveira Ramos (CPF 082.225.947-88); Maria da Conceição dos Santos (CPF 790.040.166-00); Maria de Fatima Nascimento de Souza Marques (CPF 911.771.707-87); Maria do Espirito Santo de Medeiros (CPF 455.325.831-53); Mariele Piedade de Avila da Silva (CPF 090.266.009-84); Nanci Alves de Carvalho (CPF 612.691.400-78); Noeme Lopes Farias (CPF 317.036.313-15); Orlandina Santos da Silva (CPF 069.500.002-00); Otavio Piedade de Avila da Silva (CPF 087.273.789-69); Rosaly Pereira dos Santos (CPF 063.909.517-87); Teresa Rodrigues da Silveira Filha Araújo (CPF 089.137.607-03); Valquiria Pinheiro Linhares (CPF 967.590.387-20); Zelia Maria Aquino Silva (CPF 115.957.283-68).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3993/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados.

1. Processo TC-013.457/2014-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Adeni Nascimento dos Santos (CPF 045.557.359-00); Ana Claudia de Freitas da Rocha Amorim (CPF 024.257.047-01); Ana Cristina Freitas da Rocha Amorim (CPF 035.375.727-60); Ana Lucia de Freitas da Rocha Amorim (CPF 057.292.847-56); Ana Maria de Lima Arruda (CPF 597.033.507-04); Ana Paula Freitas da Rocha Amorim (CPF 837.464.717-53); Anariam Alves Silva (CPF 370.902.597-49); Avany Mendes dos Remédios (CPF 021.537.977-21); Bruno de Mello Borges (CPF 127.175.397-94); Edil da Conceição Veloso (CPF 755.840.347-20); Edna Fernandes (CPF 454.873.919-04); Edna da Conceição Vellozo (CPF 207.286.387-20); Elenita Pereira Soares (CPF 866.602.684-72); Eliane da Conceição Vellozo (CPF 467.587.807-59); Eulyna Wylacourt de Paula (CPF 106.820.057-03); Eunésia de Jesus (CPF 482.038.907-68); Graciema de Melo Pisco Leonel (CPF 030.060.267-72); Jenelizia Gonzales do Espirito Santo (CPF 382.056.705-44); Júlia Maria Salgueiro Borges (CPF 076.468.867-77); Margarete da Silva Santana (CPF 629.007.575-68); Maria Gioconda de Miranda Henriques Carvalho (CPF 201.869.754-49); Maria Helena Rodrigues de Brito (CPF 004.609.417-20); Maria Rosa da Silva Santana (CPF 567.887.975-87); Milena Estrela Santana (CPF 861.742.345-50); Miriam Araujo Frazão (CPF 835.628.007-97); Natacha Amanda Ribeiro da Silva (CPF 058.849.287-69); Neide de Lima Carvalho (CPF 791.109.674-00); Ranilda Ribeiro dos Santos (CPF 422.692.457-68); Raquel dos Santos da Costa (CPF 000.403.617-48); Rosevania da Silva Santana (CPF 880.529.235-49); Shirley Pinheiro Rodrigues (CPF 139.007.387-42); Solange Silva de Arruda (CPF 588.590.477-49).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3994/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados.

1. Processo TC-013.460/2014-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Ana Claudia de Lima Villas Boas (CPF 742.023.677-15); Ana Cleide Villas Boas Dutra (CPF 904.655.047-87); Carla Patricia Sousa da Silva (CPF 030.493.542-59); Cideia Gomes de Almeida (CPF 075.231.387-80); Edina Azevedo de Menezes (CPF 062.294.594-77); Elvira Mortoni Pinho (CPF 515.288.867-04); Filomena de Fatima de Souza Oliveira (CPF 017.885.337-20); Flavia Vianna da Silveira (CPF 041.142.177-89); Francisca Costa de Almeida (CPF 837.307.707-30); Iara Ribeiro Gouvêa (CPF 796.871.307-25); Iracema Dulcini dos Santos (CPF 275.998.254-87); Judith Machado de Lorenzi (CPF 052.021.837-04); Lucy Calife da Silva (CPF 596.272.714-20); Maria Helena Pereira (CPF 129.643.446-04); Maria Manuela Neves Francisco (CPF 054.473.527-70); Maria de Fátima Rodrigues Silva (CPF 705.779.867-91); Mirte Milda Maia Freire (CPF 786.862.377-20); Neyde Gomes Duarte (CPF 031.119.977-15); Nylma Maria Gomes da Silva (CPF 265.621.037-20); Paula Roberta Sousa da Silva (CPF 609.202.813-11); Raimunda Martins Pinheiro de Aguiar (CPF 888.031.717-20); Ridian Feliciano da Fonseca (CPF 813.671.127-53); Ronise Joaninha Messa de Figueiredo (CPF 507.065.605-82); Sandy Regina Messa de Figueiredo (CPF 058.037.045-39); Severina Francisca da Silva (CPF 023.910.894-90); Solange Ventura de Oliveira Lacê Brandão (CPF 592.787.907-10); Teresa Cavalcanti Medeiros (CPF 741.915.007-91); Tânia Maria Santana Correia da Fonseca (CPF 640.774.467-91); Vera Lucia França de Lima (CPF 112.599.905-59); Zélia Campos Ribeiro (CPF 716.170.607-63).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3995/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, e
considerando que o exame das ocorrências que ensejaram a instauração da presente tomada de contas especial evidenciou que o valor atualizado do débito apurado é inferior ao limite fixado por este Tribunal para encaminhamento de TCE;
considerando os princípios da racionalização administrativa e da economia processual;
ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 8º e 93 da Lei 8.443/1992; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 213 do Regimento Interno, em arquivar o processo e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 3, a Valerio Sena Thomaz, à Associação dos Artistas de Pedro Leopoldo e Região (Cooperart) e ao Ministério da Cultura, para adoção das providências indicadas no art. 15 da Instrução Normativa TCU 71/2012.

1. Processo TC-010.176/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Valério Sena Thomaz (CPF 907.354.206-53) e Associação dos Artistas de Pedro Leopoldo e Região - Cooperart (CNPJ 04.936.236/0001-95).
1.3. Unidade: Associação dos Artistas de Pedro Leopoldo e Região - Cooperart.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3996/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando este recurso de reconsideração interposto por Ozamir Ferreira da Silva contra o acórdão 1.292/2014 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas especiais e condenou-o ao pagamento de débito e multa;
considerando a intempestividade do recurso, eis que, notificado da deliberação em 30/04/2014, o recorrente interpôs o apelo em 16/06/2014;
considerando a inexistência de fatos novos suficientes para permitir seu exame dentro do prazo de 180 dias estabelecido no Regimento Interno;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, e com fundamento no art. 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os art. 285, caput e §2º, e 278, § 3º, do Regimento Interno, em não conhecer do recurso de reconsideração e em encaminhar os autos à Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO), para que seja dada ciência desta deliberação e da instrução à peça 46 ao recorrente.

1. Processo TC-019.720/2012-2 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: I.
1.2. Recorrente: Ozamir Ferreira da Silva (CPF 147.458.521-34).
1.3. Unidade: Município de Colinas do Sul/GO.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Relator da deliberacao recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Advogado: Eder da Silva Coelho (OAB/GO 27.844).
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3997/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 8º da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212 do Regimento Interno e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar os autos, em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 7 e do parecer à peça 10, à responsável.

1. Processo TC-027.201/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsável: Maria Lúcia Cardoso (CPF 245.380.356-53).
1.3. Unidades: Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente - Setascad/MG e Ministério do Trabalho e Emprego/MTE.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3998/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em arquivar o processo.

1. Processo TC-014.242/2012-5 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Responsáveis: Gilson Amâncio (CPF 355.435.319-15), Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas para Otimização da Tecnologia e da Qualidade Aplicadas (CNPJ 05.601.886/0001-42), Irineu Mario Colombo (CPF 492.868.119-34), José Carlos Ciccarino (CPF 358.525.779-87), Obra Impressa Gráfica e Editora Ltda. - ME (CNPJ 07.812.678/0001-18), Pedro Antonio Bittencourt Pacheco (CPF 357.710.209-82) e Ricardo Herrera (CPF 003.018.348-06).
1.3. Unidades: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Paraná e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3999/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 237, I, do Regimento Interno, em conhecer desta representação, considerá-la improcedente, arquivá-la e encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 17, à Procuradoria da República no Município de Londrina/PR.

1. Processo TC-008.955/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Interessada: Procuradoria da República no Município de Londrina/PR.
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4000/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 237, inciso VII e parágrafo único, e 235, caput, do Regimento Interno, em conhecer desta representação; em enviar cópia integral dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão- TCE/MA, para que adote as medidas de sua alçada, e ao Conselho do Fundeb do Município de Barreirinhas/MA, com o esclarecimento de que a fiscalização do uso dos recursos do Fundeb compete, primariamente, ao TCE/MA e ao respectivo conselho de fiscalização municipal; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 7, à representante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-017.690/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Delta Produtos e Serviços Ltda. (CNPJ 11.676.271/0001-88).
1.3. Unidade: Município de Barreirinhas/MA.
1.4. Relatora: Ministra Ana Arraes
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4001/2014 - TCU - 2ª Câmara

Vistos estes autos de representação apresentada pela empresa Teczap Comércio e Distribuição Ltda. acerca de possível restrição ao caráter competitivo em processos de aquisição de bens de informática, em razão de especificações exigidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) no âmbito da Portaria SLTI/MP 2/2010;
considerando as determinações consignadas no acórdão 1.147/2014-2ª Câmara para avaliação pela SLTI/MP da necessidade de alteração da Portaria SLTI/MP 2/2010;
considerando que as justificativas apresentadas pela SLTI/MP dando conta da exclusão das especificações citadas nos subitens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.6 do acórdão 1.147/2014-2ª Câmara e da alteração das especificações mencionadas nos subitens 9.2.4 e 9.2.5 do mesmo julgado são suficientes para afastar as restrições à competitividade alvitradas na referida deliberação;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos termos do art. 143, inciso V, e 169, inciso III do Regimento Interno e com fundamento no art. 43 da Lei 8.443/1992, em considerar cumprido o acórdão 1.147/2014-2ª Câmara por parte da SLTI/MP e em encaminhar cópia da presente deliberação, bem como da instrução técnica à peça 39, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) e à Procuradoria da República no Distrito Federal do Ministério Público Federal (MPF/PRDF).

1. Processo TC-027.257/2012-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: TC 002.118/2013-0 (Representação); TC 042.171/2012-1 (Representação)
1.2. Classe de Assunto: VI.
1.3. Unidade: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 18/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 4002/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares as contas dos responsáveis relacionados no item 1.1 deste Acórdão e dar-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.437/2013-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA - Exercício: 2012)
1.1. Responsáveis: Eduardo Benedito de Oliveira Zanella (CPF 608.488.718-04); Fernando da Silva Borges (CPF 007.547.888-90); Flávio Allegretti Campos Cooper (CPF 510.509.607-00); Gerson Lacerda Pistori (CPF 522.573.558-49); Henrique Damiano (CPF 477.956.628-20); Isaias Renato Buratto (CPF 002.342.368-41); Lorival Ferreira dos Santos (CPF 311.490.068-20); Nildemar da Silva Ramos (CPF 867.112.458-49) e Samuel Hugo Lima (CPF 775.755.558-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas - TRT/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4003/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde no Estado do Amazonas - Funasa/AM, em desfavor do Sr. Edmundo da Silva Costa, ex-prefeito do município de Careiro/AM, em razão da impugnação parcial das despesas do Convênio nº 15/1994 (Siafi nº 116503), celebrado com o aludido município, com vistas à implantação das ações de controle da malária;
Considerando que a unidade técnica, procedendo ao saneamento dos autos, verificou que, em 24/9/1996, o ex-gestor municipal foi notificado pela Funasa, por meio do Ofício CORAM/SEAD/EFC nº 1755 (Peça nº 1, fl. 89), para providenciar o ressarcimento de R$ 18.609,03 devido à falta de aplicação dos recursos federais no mercado financeiro e que, em 26/5/1997 (Peça nº 1, p. 99), ele foi novamente notificado sobre a não aplicação dos recursos federais no mercado financeiro, bem como informado da situação de inadimplência municipal em relação ao Convênio nº 15/1994;
Considerando que, em 10/8/1999, foi emitido o Ofício/SECON/NE/MS/AM nº 1874/99 (Peça nº 1, p. 131), indicando que o não atendimento das solicitações ensejaria a instauração de tomada de contas especial - TCE, a qual foi efetivamente instaurada em 18/9/2000, conforme portaria de designação da equipe da TCE acostada à Peça nº 1, p. 9;
Considerando que, somente em 21/8/2012, praticamente 12 anos depois, foi realizado outro ato no âmbito desta TCE, devido a não localização do processo durante esse período (Peça nº 1, p. 165), sendo que, em relação às notificações dirigidas ao responsável, há apenas o relato de um dos servidores designados para compor a equipe da tomada de contas especial, informando que o gestor foi notificado, que não apresentou alegações de defesa e tampouco recolheu os recursos impugnados (Peça nº 2, p. 55);
Considerando que o Parecer Financeiro nº 42/2012 (Peça nº 2, p. 72-77), emitido em 10/12/2012, informou que ainda não foram localizados os autos originais da TCE do Convênio nº 15/94, e que concluiu pela aprovação parcial das contas, com a realização de nova notificação do responsável para o ressarcimento de R$ 50.418,20 (R$

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18.049,70 pela não aplicação de recursos no mercado financeiro e R$ 32.368,50 pelo pagamento indevido a servidores municipais com recursos do convênio), o que foi feito em 10/12/2012, por intermédio da Notificação 32/2012/SERVIÇO DE CONVENIOS/SUEST-AM (Peça nº 2, p. 87); em 27/5/2013, pela Notificação 11/2013/SERVIÇO DE CONVENIOS/SUEST-AM (Peça nº 2, p. 121-123); e, em 8/8/2013, por edital (Peça nº 2, p. 187);

Considerando que a Secex/AM, em sua instrução técnica, concluiu que, no presente caso, não se mostra correta a imputação de débito ao ex-prefeito pela falta de aplicação de recursos no mercado financeiro;

Considerando que, em relação à irregularidade remanescente, qual seja o pagamento indevido a servidores municipais com recursos do convênio, não há nos autos comprovante da notificação do ex-gestor municipal sobre o fato dentro do período de 10 anos após a ocorrência, e que o transcurso de tão longo tempo desde o fato gerador das ocorrências analisadas sem a correspondente notificação do responsável dificulta sobremaneira a devida apuração dos fatos e o pleno exercício da ampla defesa, inviabilizando o desenvolvimento válido do processo;

Considerando que o art. 212 do Regimento Interno do TCU dispõe que as contas serão arquivadas quando for verificada a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

Considerando que, nos termos do art. 6º, inciso II, c/c o art. 19 da IN TCU nº 71/2012, fica dispensada a instauração da tomada de contas especial quando houver transcorrido longo interregno de prazo desde a data provável de ocorrência do dano até a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente, aplicando-se tal disposição às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União;

Considerando, dessa forma, que, pelos motivos expostos, mostra-se indicado, no presente caso, o arquivamento dos autos;

Considerando, enfim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a", e 212, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e no art. 6º, inciso II c/c o art. 19, da IN/TCU nº 71/2012 e no subitem 9.2 do Acórdão 2.647/2007-TCU-Plenário (Ata 51/2007-Plenário), em arquivar a presente Tomada de Contas Especial, por ausência de pressupostos de constituição válida e regular do processo, e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.483/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Edmundo da Silva Costa (CPF 052.629.842-15).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Careiro - AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/AM que envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao responsável e à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, informando que a repetição de situação, como a ora identificada nestes autos, pode ensejar a imputação solidária do débito e a aplicação de multa aos gestores da Funasa responsáveis pelo controle dos autos de TCE.

ACÓRDÃO Nº 4004/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis relacionados no item 1.1 deste Acórdão, dando-lhes quitação, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.907/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Mancio Lima (CPF 309.730.233-68); Eça da Silva Canto Júnior (CPF 389.810.253-04) e Eduardo Martins Rocha (CPF 766.923.378-87).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Limoeiro do Norte - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar ao município de Limoeiro do Norte - CE que se abstenha de incorrer nas falhas descritas a seguir, identificadas nesta tomada de contas especial, alertando-o da possibilidade de sanção dos responsáveis em caso de reincidência:

1.7.1. aquisição de refeições e gêneros alimentícios com recursos do Bloco de Atenção Básica, nos exercícios de 2007 e 2008, com inobservância ao disposto na Portaria nº 204/GM de 29 de janeiro de 2007; e

1.7.2. utilização dos recursos do Bloco de Atenção Básica para financiar despesas típicas de outros blocos de financiamento, durante os exercícios de 2006 a 2008, em descumprimento ao disposto no art. 6º da Portaria nº 204/GM de 29 de janeiro de 2007.

ACÓRDÃO Nº 4005/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3.552/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 15/7/2014 (Ata nº 24/2014), na forma que se segue, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/CE, para que dê prosseguimento às providências a seu cargo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) relativamente ao item 9.3:
onde se lê: "9.3. "...Araújo **Menezes** Ferreira...";
leia-se: "9.3. "...Araújo **Marques** Ferreira...";

b) relativamente ao item 9.4:
onde se lê: "9.4. "...Araújo **Menezes Ferreiraz**...";
leia-se: "9.4. "...Araújo **Marques Ferreira**..."; e

a) relativamente ao item 9.5:
onde se lê: "9.5. "...Araújo **Menezes** Ferreira...";
leia-se: "9.5. "...Araújo **Marques** Ferreira...";

1. Processo TC-013.360/2011-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alexandre Lima Ferreira (CPF 580.753.723-87); Araújo Marques Ferreira (CPF 313.868.813-68); EPB Projetos, Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 07.023.889/0001-71); Maria Irene do Nascimento (CPF 426.779.473-15) e Raimundo Albuquerque de Souza (CPF 004.064.118-08).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Jijoca de Jericoacoara - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Jacqueline da Silva Bento (OAB/CE 15.335); Carlos Alberto Câmara Vasconcelos (OAB/15.334) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4006/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial, convertida a partir da representação TC-008.033/2008-3, em cumprimento ao Acórdão 3.850/2011-TCU-2ª Câmara;

Considerando que o citado aresto, no item 1.7.1.4, determinou a citação do Sr. Itamar Barreto Paes, na qualidade de Gerente-Geral de Fiscalização da Anatel, em solidariedade com os Srs. Tadeu Carlos da Silveira, Lair Antonio Ferst e Luís Felipe Tonelli de Oliveira; e, no item 1.7.1.6, determinou a citação do Sr. Itamar Barreto Paes, também na qualidade de Gerente-Geral de Fiscalização daquela entidade, em solidariedade com os Srs. Tadeu Carlos da Silveira, Lair Antonio Ferst, Luís Felipe Tonelli de Oliveira e Jorge Alberto Bassi;

Considerando que todos os responsáveis acima referenciados foram devidamente notificados pela unidade técnica;

Considerando que a unidade técnica, em instrução acostada à Peça nº 157, manifestou-se no sentido de que o Sr. Itamar Barreto Paes era, na realidade, o gestor do contrato e não o Gerente-Geral de Fiscalização da referida entidade;

Considerando que ao Gerente-Geral de Fiscalização da Anatel cabia a responsabilidade pelo acompanhamento da execução dos serviços, aceitação dos serviços e consequente atesto das Notas Fiscais/Faturas objeto do Contrato nº 51/2003 (Cláusula 12ª);

Considerando que, no caso das OS nºs 009, 010, 011, 014, 015 e 018/ER01FB-2005, a Secex/RS verificou que o Gerente-Geral de Fiscalização foi o Sr. José Joaquim de Oliveira, conforme consulta aos documentos que deram suporte à elaboração das tabelas de Peças nºs 8 e 9 do TC-008.33/2008-3, de modo que o atesto pela realização dos serviços, originalmente atribuído ao Sr. Itamar Barreto Paes, coube em verdade ao Sr. José Joaquim de Oliveira, então Gerente-Geral de Fiscalização (Peça nº 300, p. 28-30, 36-37, 42-43 e Peça nº 301, p. 4-6, 9-10 e 13-14 do TC-008.33/2008-3, apenso);

Considerando, portanto, que deve ser promovida nova citação nos presentes autos, desta feita do Sr. José Joaquim de Oliveira, em solidariedade com os demais responsáveis identificados nos itens 1.7.1.4 e 1.7.1.6 do Acórdão 3.850/2011-TCU-2ª Câmara;

Considerando que a unidade técnica ainda não emitiu proposta a respeito da exclusão da responsabilidade do Sr. Itamar Barreto Paes nestes autos, devendo fazê-lo, de forma expressa, quando da sua manifestação de mérito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.549/2011-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC 008.033/2008-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Carlos Alberto Zappe (CPF 270.690.600-68); Tadeu Carlos da Silveira (CPF 045.272.750-20); José Antonio Fernandes (CPF 003.709.240-53); José Odim Degrandi (CPF 143.310.470-91); Lair Antonio Ferst (CPF 244.537.490-15); Antonio Roberto Zanoni (CPF 671.518.508-59); Itamar Barreto Paes (CPF 063.969.685-68); José Joaquim de Oliveira (CPF 059.244.994-72); Luís Felipe Tonelli de Oliveira (CPF 941.221.640-87); Jorge Alberto Bassi (CPF 282.262.830-00); Rubem Hoher (CPF 008.218.530-15); Marise Henriques Daldegan (CPF 225.337.451-20) e Pedro Einstein dos Santos Anceles (CPF 252.048.740-20).

1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência da Universidade de Santa Maria - Fatec/UFSM.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

1.7. Advogados constituídos nos autos: Geancarlo Quarenghi **(**OAB/RS 85.400); Bruno Menezes & Mário Cipriani Advocacia Criminal (OAB/RS 4428); Mário Luis Lirio Cipriani (OAB/RS 39.461); Lancini & Chaves Advogados Associados (OAB/DF 1696/10); Mosiah de Caldas Torgan (OAB/DF 34413); Höher Advogados (OAB/RS 1287); Alexandre Carter Manica (OAB/RS 52.579) e outros.

1.8. Determinar à Secex/RS que:

1.8.1. em cumprimento aos Acórdãos 3.850/2011 e 1.282/2012, ambos da 2ª Câmara, e ao Despacho do Relator datado de 2 de julho de 2012, proferidos no processo de Representação TC 008.033/2008-3, e, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, promova a citação do Sr. José Joaquim de Oliveira, solidariamente com os responsáveis indicados abaixo, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da presente comunicação, apresentarem alegações de defesa e/ou recolherem aos cofres da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

1.8.1.1. **Solidariamente com**: Tadeu Carlos da Silveira, Lair Antonio Ferst e Luís Felipe Tonelli de Oliveira.

1.8.1.1.1. **Ato impugnado**: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas pelo responsável no período abrangido pelas Ordens de Serviço indicadas no item 1.7.1.4 do Acórdão 3.850/2011-TCU-2ª Câmara.

Observações: A tabela referente ao responsável técnico Luís Felipe Tonelli de Oliveira indica que seriam necessários mais de 4 (quatro) profissionais (4.820 horas contratadas divididas por 1.072 horas para o período) trabalhando sem folga durante 8h/dia para o período. As horas constantes na tabela devem ser analisadas conjuntamente com o trabalho supostamente executado pelo mesmo responsável técnico, Luís Felipe Tonelli de Oliveira, com Jorge Alberto Bassi, no mesmo período, conforme itens 1.7.1.6 e 1.7.1.7. do Acórdão 3.850/2011-TCU-2ª Câmara.

1.8.1.1.2. **Quantificação do débito:**

Valor Histórico R$	**Data de ocorrência**
88.079,87	15/2/2006

1.8.1.2. **Solidariamente com**: Tadeu Carlos da Silveira, Lair Antonio Ferst, Luís Felipe Tonelli de Oliveira e Jorge Alberto Bassi.

1.8.1.2.1. **Ato impugnado**: incompatibilidade no número de horas atestadas e pagas em relação ao número de horas possíveis de serem executadas.

Observações: Embora a carga horária referente aos 2 profissionais indique que seria possível a realização dos serviços pela equipe - 1.520h, pois existiria a possibilidade de realização de 1.632h em conjunto pelos profissionais trabalhando sem folga durante 8h/dia para o período, cotejando-se as horas executadas com aquelas descritas nos itens 1.7.1.3 a 1.7.1.5 do Acórdão 3.850/2011-TCU-2ª Câmara, verifica-se que o responsável técnico Luís Felipe Tonelli de Oliveira teria executado simultaneamente 760h (50% das 1.520h da Tabela do item 1.7.1.6) com as 4.820h da Tabela do item 1.7.1.5, em um período de 134 dias, o que é humanamente impossível. Com relação às restantes 760h (50% das 1.520h da Tabela do item 1.7.1.6), cumpre esclarecer que o responsável Jorge Alberto Bassi não possui as habilidades correspondentes aos serviços executados (Telecomunicações - An. Sistemas), haja vista que, na documentação de habilitação da Fatec perante a Anatel, este profissional foi indicado para a habilidade "Econômico-Financeira" no edital da Consulta 001/2003, razão pela qual entendemos que a carga horária em questão também deve ser impugnada, haja vista que o responsável Luís Felipe Tonelli de Oliveira, que possui a habilidade exigida, não teria disponibilidade de tempo compatível com a declarada nas OSs.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.8.1.2.2. **Quantificação do débito:**

Valor Histórico R$	*Data de ocorrência*
111.925,05	***18/1/2006***

1.8.3. envie comunicação a todos os responsáveis que figuram no presente feito, especialmente aos Srs. Tadeu Carlos da Silveira, Lair Antonio Ferst, Luís Felipe Tonelli de Oliveira e Jorge Alberto Bassi, informando-os sobre a alteração na cadeia de solidariedade pelo débito apurado nesta TCE, para, se assim o desejarem, apresentarem nova manifestação nos autos;

1.8.3. encaminhe cópia integral dos autos e do presente Acórdão a todos os responsáveis deste feito para subsidiar suas defesas, bem como cópia dos Acórdãos 3.850/2011 e 1.282/2012, ambos da 2ª Câmara e do Despacho do Relator datado de 2 de julho de 2012, proferidos no âmbito da representação originadora destas contas especiais;

1.8.4. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, aos procuradores Lancini & Chaves Advogados Associados (OAB/DF 1696/10) e outros constantes da Peça nº 45.

ACÓRDÃO Nº 4007/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir do recebimento de documentação encaminhada pelo Exmo. Sr. Marcos Luiz da Silva, Procurador da União no Estado do Piauí, consubstanciada na Nota Interna nº 13/2014/PU/PI/AGU-mls, elaborada pelo aludido órgão, que teve como objeto notícia veiculada em 17/3/2014 no programa televisivo "CQC", da TV Bandeirantes, relatando a ocorrência de possíveis irregularidades que teriam sido perpetradas pela atual administração municipal de Esperantina/PI, relacionadas com a aplicação indevida de recursos federais repassados ao referido município no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae;

Considerando que, em síntese, as irregularidades noticiadas dizem respeito à exigência de propina da empresa vencedora do certame realizado pela prefeitura municipal para selecionar fornecedor de merenda escolar para a rede pública de ensino de Esperantina/PI;

Considerando que também foi relatado no referido programa televisivo que alunos da rede pública estariam sendo liberados mais cedo de suas atividades escolares em razão de não haver fornecimento de merenda escolar na escola, mesmo havendo verba para tanto;

Considerando que as irregularidades são graves e merecem ser denunciadas;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae tem como finalidade oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional com vistas a contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis nos estudantes de toda a educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias, por meio da transferência de recursos financeiros advindos do Tesouro Nacional e transferidos às entidades executoras (Estados, Distrito Federal e Municípios) pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

Considerando que, entre os agentes responsáveis pela verificação do correto funcionamento do Pnae, figuram o FNDE, responsável pela assistência financeira em caráter complementar, normatização, coordenação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução do programa, além da avaliação da sua efetividade e eficácia, os Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, responsáveis por fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e por zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene, além do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União, que atuam como órgãos de controle financeiro;

Considerando que as irregularidades noticiadas pelo Exmo. Procurador da União no Estado do Piauí merecem ser investigadas;

Considerando, porém, que cabe, primariamente, aos órgãos repassadores a adoção de providências relativas à apuração de eventuais irregularidades na gestão dos recursos repassados;

Considerando, dessa forma, que se mostra mais conveniente, por questões de racionalidade administrativa e de economia processual, determinar ao FNDE que adote as providências sob sua alçada em relação às irregularidades noticiadas no presente feito, instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial e informando o TCU a respeito das providências adotadas;

Considerando, pelo exposto, que, nesta etapa processual, não se mostra adequada uma atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial eventualmente instaurada pelo FNDE, motivo pelo qual pode ser considerado prejudicado o exame de mérito da presente representação;

Considerando, de toda sorte, que, com vistas à efetividade do controle, revela-se indicado o encaminhamento de cópia dos autos ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE de Esperantina/PI, para ciência e adoção das providências cabíveis;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.371/2014-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Exmo. Sr. Marcos Luiz da Silva, Procurador da União no Estado do Piauí.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Esperantina - PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que adote as providências sob sua alçada em relação às irregularidades noticiadas no presente feito, instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial e informando o TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, sobre o resultado das providências adotadas;

1.7.2. à Secex/PI que:

1.7.2.1. envie cópia integral dos presentes autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com vistas a subsidiar o cumprimento da determinação exarada no item 1.7.1 deste Acórdão;

1.7.2.2. encaminhe cópia integral dos presentes autos ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE de Esperantina/PI, para ciência e adoção das providências cabíveis;

1.7.2.3. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante; e

1.7.2.4. arquive os presentes autos, sem prejuízo do monitoramento sobre o cumprimento do item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 4008/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir do recebimento de documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, consubstanciada em cópia da Decisão nº 225/2014 do Tribunal Pleno daquela Corte Estadual de Contas, prolatada na apreciação da tomada de contas especial, que teve como objeto a apuração de irregularidades no Contrato de Financiamento nº 66.94.0684.00, celebrado entre a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc e a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

Considerando que a deliberação encaminhada ao TCU informou sobre o julgamento pela irregularidade das contas do ex-reitor da Udesc, Sr. Raimundo Zumblick, com imputação de débito e multas, decorrentes de má gestão na aplicação dos recursos do financiamento;

Considerando que a unidade técnica, procedendo ao saneamento do feito, realizou diligência junto à Finep para verificar se houve alguma irregularidade na aplicação de verbas federais na execução do Contrato de Financiamento nº 66.94.0684.00;

Considerando que a Finep informou que, por decisão de sua Diretoria Executiva adotada em 22/6/1998, foi realizada auditoria no referido contrato, que concluiu, em 26/4/1999, que, sob o aspecto eminentemente técnico, o Estado de Santa Catarina (mutuário) e, consequentemente, a Udesc (executora do projeto) encontravam-se adimplentes em relação à execução deste contrato, de modo que a avença permaneceu em execução até 30/6/2001, sendo que, em 2002, foi realizada a Avaliação Final, que incluiu visita às unidades da Udesc por representantes das áreas Técnica, Financeira e Auditoria Interna da Finep, tendo o Relatório Técnico Final sido aprovado pela Área Técnica responsável, com a constatação de que foram cumpridas todas as exigências técnicas contratuais, encontrando-se o contrato encerrado;

Considerando que também figura na inicial o relato de possível irregularidade, verificada no Relatório de Reinstrução, produzido pela Diretoria de Controle da Administração Estadual do TCE/SC (Peça nº 1, fls. 87 a 91), que diz respeito à nomeação de servidor da Finep para exercer o cargo de Assessor de Articulação Institucional da Udesc, em desconformidade com o Estatuto dos Servidores Civis de Santa Catarina;

Considerando que, embora a citada irregularidade envolva empregado de empresa pública federal, o ato de nomeação que poderia apresentar ilegalidade remonta aos anos de 1991 a 1994, e a principal norma infringida é de caráter estadual, não tendo sido sequer objeto de apenação pelo TCE/SC;

Considerando, pelo exposto, que a execução do Contrato de Financiamento nº 66.94.0684.00, celebrado entre a Finep e o Estado de Santa Catarina, tendo como executora a Udesc, embora tenha apresentado diversos problemas que ocasionaram o julgamento, pelo TCE/SC, sobre a irregularidade das contas do gestor, no que tange ao envolvimento do ente federal no processo, verifica-se que, do ponto de vista da Finep, o Estado de Santa Catarina e a Udesc cumpriram as cláusulas contratuais do financiamento, nada havendo a apurar sob esse aspecto;

Considerando, de toda sorte, que o TCU vem se manifestando no sentido de sua incompetência para fiscalizar operações de crédito firmadas entre instituições financeiras federais e entes estaduais ou municipais, ressalvada a hipótese de concessão de aval ou quaisquer outras formas de garantia pela União;

Considerando, por fim, que, em relação ao questionamento sobre a nomeação de empregado da Finep para os quadros da Udesc no curso da execução do contrato, ainda que houvesse a tipificação de alguma ilegalidade apurável pelo TCU, trata-se-ia de fato ocorrido há mais de 20 anos, não merecendo prosperar a apuração também por esse aspecto;

Considerando, dessa forma, que se constata a prejudicialidade do feito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso IV e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-011.355/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC.

1.2. Órgão/Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep/MCT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/SC que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 4009/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pela empresa licitante GB Comércio e Distribuição Ltda., com fundamento no art. 113 da Lei nº 8.666/1993, contra suposta irregularidade que teria ocorrido no Pregão Eletrônico nº 985/2013, realizado pela Secretaria do Planejamento e Gestão - Seplag do Estado do Ceará, que tinha como objeto o Registro de Preços para aquisição de papel oficio 11, papel reciclado e papel alcalino para suprir as necessidades dos órgãos do Governo do Estado do Ceará;

Considerando que a representante alega, em síntese, que sua desclassificação no certame, motivada pela sua suspensão para licitar com o Governo Estadual da Paraíba, foi indevida, haja vista que a decisão do pregoeiro foi fundamentada em tese jurídica ultrapassada, que confere efeito **lato sensu** à aplicação da suspensão do direito de licitar previsto no inciso III, do art. 87, da Lei nº 8.666/1993, estendendo a restrição a todos os órgãos da administração pública;

Considerando que a unidade técnica, procedendo ao saneamento do feito, verificou que os recursos orçamentários para a execução do objeto do Pregão Eletrônico nº 985/2013 estão vinculados ao Sistema de Registro de Preços do Governo do Estado do Ceará a ser utilizado pelos órgãos e entidades daquela unidade da Federação, sem previsão de utilização de recursos federais, conforme se depreende da análise do item 8.1 do certame;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que, nos termos do art. 235 c/c o art. 237 do RITCU, só será conhecida a representação que versar sobre matéria de competência do Tribunal, fizer referência a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, for redigida em linguagem clara e objetiva, contiver o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço, e estiver acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada;

Considerando, dessa forma, que a presente representação não pode ser conhecida por não se referir a matéria sob competência deste Tribunal, não preenchendo os requisitos de admissibilidade fixados pelo RITCU;

Considerando, de toda sorte, que, tendo em vista a origem dos recursos do certame impugnado pelo representante, mostra-se conveniente o encaminhamento dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará TCE/CE, para a adoção das medidas cabíveis;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em não conhecer da presente Representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.828/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: GB Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. - ME. (CNPJ 10.782.385/0001-40).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria do Planejamento e Gestão - Seplag do Governo do Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/CE que:

1.7.1. envie cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE, para a adoção das medidas cabíveis;

1.7.2. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à representante; e

1.7.3. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 4010/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3.327/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Extraordinária de 9/7/2014 (Ata nº 23/2014), na forma que se segue, mantendo-se inalterados os seus demais termos, restituindo-se os autos à SecexEstataisRJ, para que dê prosseguimento às providências a seu cargo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) relativamente aos itens 9.2 e 9.3:

onde se lê: "**9.2.** determinar ao Instituto de Engenharia Nuclear - IEN...";

leia-se: "**9.3.** determinar ao Instituto de Engenharia Nuclear - IEN..."; e

onde se lê: "**9.3.** dar ciência deste Acórdão...";

leia-se: "**9.4.** dar ciência deste Acórdão...";

1. Processo TC-020.994/2013-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Gustavo Magno Goskes Briggs de Albuquerque, Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro.

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Tereza Cristina Pacheco de Souza (OAB/RJ 131.304) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4011/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Ecildo Evangelista Filho, prefeito do município de Mombaça/CE, noticiando a ocorrência de possíveis irregularidades relacionadas com o Convênio nº 660896 (número original 710078/2010), celebrado entre Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a administração anterior do aludido município, com vistas a custear ações do Programa Caminho da Escola;

Considerando que o representante alega, em síntese, que o Ministério da Educação detectou irregularidades na execução financeira da avença e encaminhou Solicitação de Auditoria ao FNDE apontando as irregularidades constatadas no exercício de 2011 e solicitando o recolhimento do valor indevidamente utilizado pelo ex-gestor, ou a apresentação da defesa, e que o município nada pode fazer a esse respeito, além de apresentar representação criminal à Procuradoria da República e ação de improbidade com pedido de ressarcimento e pedido liminar de indisponibilidade de bens em face do ex-gestor, já que não recebeu qualquer documentação relativa ao referido ajuste;

Considerando que consta também na inicial a informação de que, em decorrência de tais irregularidades o município se encontra em vias de inclusão de inadimplência no Siafi, o que inviabilizará o percebimento de verbas federais e estaduais e, consequentemente, causará imensurável prejuízo àquela urbe;

Considerando que a unidade técnica, procedendo ao saneamento do feito, realizou pesquisa junto ao Siafi, tendo verificado que a referida avença, firmada em 24 de junho de 2010, esteve vigente até 23/6/2011, encontrando-se em situação de inadimplência;

Considerando o longo tempo decorrido desde a expiração do prazo de vigência da avença;

Considerando que, de acordo com a Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008, vigente à época, a autoridade competente do concedente ou contratante teria o prazo de 90 (noventa) dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes, emitindo parecer sobre a aprovação ou a desaprovação, sendo que, neste caso, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registraria o fato no Siconv e adotaria as providências necessárias à instauração da tomada de contas especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência;

Considerando que as irregularidades são graves e merecem ser investigadas;

Considerando, todavia, que cabe, primariamente, aos órgãos repassadores a adoção de providências relativas à apuração de eventuais irregularidades na gestão dos recursos repassados;

Considerando, dessa forma, que se mostra mais conveniente, por questões de racionalidade administrativa e de economia processual, determinar ao FNDE que adote as providências sob sua alçada em relação às irregularidades noticiadas no presente feito, instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial e informando imediatamente o TCU a respeito das providências adotadas;

Considerando, pelo exposto, que, nesta etapa processual, não se mostra adequada uma atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, de tomada de contas especial eventualmente instaurada pelo FNDE, restando prejudicado o exame de mérito da presente representação;

Considerando, por fim, que, em relação à responsabilização do gestor sucessor, o TCU possui entendimento sumulado no Enunciado TCU nº 230 no sentido de que compete ao prefeito sucessor apresentar as contas referentes aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente tomada de contas especial, sob pena de corresponsabilidade;

Considerando, de toda sorte, que não há atualmente inviabilização do município para recebimento de verbas federais, vez que o convênio encontra-se na situação de inadimplência suspensa;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tagColegiado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.732/2013-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Exmo. Sr. Ecildo Evangelista Filho, Prefeito do Município de Mombaça - CE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Mombaça - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as providências sob sua alçada em relação às irregularidades noticiadas no presente feito, instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial e informando o TCU, ao final desse mesmo prazo, a respeito das providências adotadas;

1.7.2. à Secex/CE que:

1.7.2.1. envie cópia dos autos, bem como do presente Acórdão, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com vistas a subsidiar o cumprimento da determinação exarada no item 1.7.1 deste Acórdão, informando, na oportunidade, que, na eventualidade de ser verificado débito inferior a R$ 75.000,00, limite fixado pela IN TCU nº 71/2012 como valor mínimo para a instauração de tomada de contas especiais, o art. 15, inciso IV, do referido normativo autoriza a consolidação dos diversos débitos do mesmo responsável com vistas à instauração de TCE, e esclarecendo que, caso não seja alcançado o valor mínimo fixado para a instauração das contas especiais, adote as medidas cabíveis para obter o eventual ressarcimento do erário por outros meios adequados;

1.7.2.2. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante; e

1.7.2.3. arquive os presentes autos, sem prejuízo do monitoramento sobre o cumprimento do item 1.7.1 deste Acórdão.

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação, de forma unitária, dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta sob o nº 27, organizada em 31 de julho último, havendo a Segunda Câmara aprovado os Acórdãos de nºs 4012 a 4052, a seguir indicados. Os correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação, Voto Revisor e Votos Complementares, bem como os Acórdãos constam do Anexo desta Ata (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

ACORDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 4012/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.766/2008-6.

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: Wandenkolk Pasteur Goncalves (CPF 042.468.532-91).

4. Unidade: Fórum Nacional de Secretários de Estado de Agricultura - FNSA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Advogados: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Wandenkolk Pasteur Gonçalves contra o acórdão 4.987/2011 - 2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4012-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Revisor), José Jorge e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4013/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.408/2004-5.

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame em Aposentadoria

3. Recorrente: José Olímpio da Silva Castro (CPF: 032.876.533-34)

4. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - MEC.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior - OAB/MA 5.227 e outros (Proc. fl. 01, Anexo 2).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame em Aposentadoria interposto pelo Sr. José Olímpio da Silva Castro, servidor inativo do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão, contra o Acórdão nº 1.090/2010-TCU-2ª Câmara, em que este Tribunal considerou ilegal a concessão de sua aposentadoria, negando-lhe registro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame, com fundamento no art. 48, parágrafo único, c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o Acórdão nº 1.090/2010-TCU-2ª Câmara, para considerar legal a aposentadoria do Sr. José Olímpio da Silva Castro (nº Controle Sisac 10093605-04-2003-000112-0) e as posteriores alterações dos fundamentos legais do ato do interessado (nºs Controle Sisac 10093605-04-2004-000006-3 e 10093605-04-2003-000113-9), determinando os respectivos registros;

9.2 dar conhecimento do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao recorrente e ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4013-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4014/2014 - TCU - 2ª Câmara

1.Processo TC 009.542/2014-0

2. Grupo II - Classe de assunto V - Concessão de Aposentadoria

3. Interessados: Airton Sérgio Pereira Machado (CPF 166.570.390-34), Alexandre Kerber (CPF 514.921.480-91), Ângela Mari dos Santos (CPF 402.939.630-53), Carmem Lúcia Severo Gonçalves (CPF 315.890.140-49), Jane Rosi Ruiz Steimetz (CPF 381.646.470-04), Juarez da Trindade Ports (CPF 239.000.830-53), Márcia Grinchpum de Nadal (CPF 291.859.390-72) e Suzete Junqueira Pereira (CPF 442.641.190-49)

4.Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

5.Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal

8.Advogado constituído nos autos: Não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são apreciados atos de concessão de aposentadoria de servidores inativos vinculados ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92; e 1º, inciso VIII, e 259, inciso II, do RI/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos iniciais de aposentadoria referentes aos servidores Airton Sérgio Pereira Machado (peça 2), Ângela Mari dos Santos (peça 4), Carmem Lúcia Severo Gonçalves (peça 5), Jane Rosi Ruiz Steimetz (peça 6), Juarez da Trindade Ports (peça 7), Márcia Grinchpum de Nadal (peça 8) e Suzete Junqueira Pereira (peça 9), procedendo-se aos respectivos registros;

9.2. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Alexandre Kerber (peça 3), recusando o respectivo registro;

9.3. dispensar, relativamente ao ato considerado ilegal, o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, até a data da notificação desta deliberação ao Órgão concedente, consoante o disposto na Súmula nº 106 da Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes da parcela ora considerada indevida, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Sr. Alexandre Kerber, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do comprovante da data da efetiva notificação;

9.5. informar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com fundamento no art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, que a concessão ora considerada ilegal poderá prosperar, caso seja emitido novo ato, escoimado da irregularidade verificada, observando-se o disposto no § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das medidas indicadas no subitem 9.4. e, caso necessário, represente a este Tribunal;

9.7. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4014-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4015/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.130/2012-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Orlando Daun (CPF n;º 030.912.928-19); Município de Lupércio (SP).

4. Entidade: Municipio de Lupércio (SP).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Advogado constituído nos autos: Ronan Figueira Daun (OAB n.º 150.425).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Município de Lupércio (SP) e do Sr. Orlando Daun, ex-Prefeito, em decorrência do desvio de objeto do Convênio n.º 400/97, ao qual foi destinado o montante de R$ 100.000,00, repassados ao município pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), para a realização de obras de infraestrutura urbana.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1º Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar regulares com ressalva, dando-se quitação aos responsáveis, as contas do Município de Lupércio (SP) do Sr. Orlando Daun, nos termos do art. 1º, inciso I, do art. 16, inciso II, e do art. 18 da Lei n.º 8.443 de 16 de julho de 1992;

9.2 dar ciência desta deliberação aos responsáveis;

9.3 arquivar estes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4015-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4016/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.395/2012-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto VI: Representação

3. Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/ES).

3.2. Responsáveis: Luiz Gonzaga Vieira de Camargo (CPF n.º 187.356.498-87), Prefeito Municipal; Maria Cecília Peixoto de Camargo (CPF n.º 074.296.588-06), Encarregada do Setor de Merenda; João Donizetti da Costa (CPF n.º 020.679.908-02), Presidente da Comissão Permanente de Licitação em 2005; Beatriz Marques de Oliveira (CPF n.º 346.357.438-10), Presidente Substituta da Comissão Permanente de Licitação de Tatuí em 2011

4. Entidade: Município de Tatuí (SP).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada, nos termos no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno, pela Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo, em face de atos irregulares relacionados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), detectadas em auditoria realizada no âmbito do TC 037.018/2011-6, que teve por objetivo avaliar a conformidade na aplicação de recursos federais nos Municípios de Porto Ferreira, Tatuí e Tietê, todos no Estado de São Paulo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 e no art. 237 c/c o art. 246 do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2 aplicar ao Sr. Luiz Gonzaga Vieira de Camargo, ao Sr. João Donizetti da Costa e à Sra. Maria Cecília Peixoto de Camargo a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, nos valores respectivos de R$ 6.000,00 (seis mil reais), R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), e R$ 3.000,00 (três mil reais) fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 dar ciência ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação de que a Prefeitura Municipal de Tatuí (SP) incluiu no edital da Concorrência n.º 2/2005 a exigência de emissão pela licitante vencedora de duas notas fiscais quando do cumprimento de seu objeto na proporção de 50% para os gêneros alimentícios e de 50% para serviços, apesar de serem variáveis os percentuais para essas despesas, alertando-o de que o artifício possibilita burla ao art. 30, inciso XVI, da Resolução FNDE n.º 38, de 2009;

9.4 encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, ao Governo do Estado de São Paulo e ao Fundo Nacional da Educação;

9.5 comunicar esta decisão aos responsáveis.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4016-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4017/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.427/2013-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto (VI): Monitoramento em Representação

3. Responsável: Juvenil Cirelli, Prefeito Municipal (CPF: 795.730.708-63)

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto/SP.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Advogado constituído nos autos: Amilton Luiz de Arruda Sampaio, OAB/SP 111.371.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento do cumprimento das determinações encaminhadas à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto/SP, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, por meio do Acórdão 3013/2013-2ª Câmara (complementado pelo Acórdão 1686/2014), proferido em processo de Representação autuado a partir da documentação encaminhada ao TCU pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tratando de irregularidades na execução do Contrato de Repasse 0243.01-04/2007.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar não cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.2.1, 9.2.2 do Acórdão 3013/2013 - 2ª Câmara e 1.6.1 do Acórdão 1686/2014-2ª Câmara;

9.2. com fundamento no art. 58, §1º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso VII do RI/TCU, aplicar ao Sr. Juvenil Cirelli, Prefeito Municipal (CPF: 795.730.708-63), multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado, em decorrência do não cumprimento das determinações contidas nos Acórdãos 3013/2013 e 1686/2014, ambos da 2ª Câmara;

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde já, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.6. alertar a responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. fixar prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para atendimento aos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 3013/2013-2ª Câmara e 1.6.1 do Acórdão 1686/2014-2ª Câmara;

9.8. dar ciência desde Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

9.9. determinar à Secex/SP que dê continuidade ao monitoramento do cumprimento das determinações endereçadas à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto/SP por meio dos Acórdãos 3013/2013 e 1686/2014, ambos da 2ª Câmara, até o cumprimento integral do que restou decidido.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4017-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4018/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.154/2009-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame em Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Universidade Federal da Paraíba (24.098.477/0001-10).

3.2. Recorrente: Universidade Federal da Paraíba (24.098.477/0001-10).

4. Entidade: Universidade Federal da Paraíba (24.098.477/0001-10).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Pedido de Reexame interposto pela Universidade Federal da Paraíba contra o Acórdão 4.960/2012 - 2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou ilegal o ato de pensão civil instituído pelo Sr. Antônio Ribeiro de Souza, ex-servidor da UFPB.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto pela Universidade Federal da Paraíba contra o Acórdão 4.960/2012 - 2ª Câmara, com fulcro no art. 32, I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 285, §2º, do RI/TCU para, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a tornar sem efeito os itens 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão recorrido;

9.2. considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de págs. 7-11 da Peça 1, referente ao instituidor Antonio Ribeiro de Souza, em virtude da existência de Ato de Alteração de concessão de pensão julgado legal, nos termos do Acórdão nº 4.895/2008-TCU-2ª Câmara;

9.3. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para a Universidade Federal da Paraíba e para a Sr.ª Edna Maria Ribeiro de Souza;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4018-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4019/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.278/2012-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Vicente de Paulo Fonseca (023.167.221-72).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: Miguel Joaquim Bezerra, OAB-DF 5394.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do ato de aposentadoria de Vicente de Paulo Fonseca, ex-servidor da Fundação Universidade de Brasília - FUB.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 260, § 1º do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria do Sr. Vicente de Paulo Fonseca, em decorrência do erro de execução na sentença judicial que determina o pagamento da vantagem alusiva ao percentual de 26,05% (URP) e da contagem irregular de tempo de serviço rural;

9.2. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, do presente Acórdão, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;

9.3. determinar à Universidade de Brasília que:

9.3.1. acompanhe o deslinde do MS 28.819 que se encontra pendente de julgamento no STF, e caso a decisão final seja desfavorável ao interessado, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato em tela, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente e emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade detectada, nos termos do que estabelece o art. 262, §2º do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. esclareça ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as possibilidades de:

9.3.2.1. continuar aposentado, com proventos proporcionais (30/35), hipótese em que a Universidade deverá emitir novo ato de aposentadoria;

9.3.2.2. comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias relativas ao tempo de serviço rural, de forma indenizada, hipótese em que a autoridade administrativa responsável poderá emitir novo ato, livre da irregularidade ora apontada, e submetê-los a nova apreciação por este Tribunal, com fundamento nos artigos 262, §2º, e 260, caput, do RI desta Corte;

9.3.2.3. retornar à atividade para completar os requisitos legais para aposentadoria, alertando-o de que esta dar-se-á pelas regras vigentes no momento da concessão;

9.4. comunicar o interessado acerca desta deliberação, alertando-o de que a interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, caso os recursos não sejam providos;

9.5. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento desta decisão;

9.6. em respeito ao decidido por meio da Questão de Ordem aprovada pela Sessão Plenária do TCU de 8/6/2011, determinar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União e à Consultoria Jurídica do TCU para que acompanhe o deslinde do MS 28.819, que tramita no STF.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4019-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4020/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.084/2013-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Accioli Dias da Silva (102.398.121-15); Ademir Pereira Gomes (042.524.111-49); Adriano Quaresma Monteiro de Barros Teixeira (005.162.216-55); Alba Regina de Araujo Dourado (351.697.701-97); Alefe Sidnei Lopes (182.252.761-91); Ana Lucia de Mendonça Marinho Barcellos (184.364.121-68); Antonio Rocha Figueroa (292.903.171-91); Carlocci Feitoza (113.406.901-44); Claudimir Gontijo Guimarães (209.696.431-87); Jussara de Oliveira Braz Alves (551.705.286-04); Leonardo Alves de Toledo (271.054.311-72); Magda Rejane Montenegro de Souza (153.355.341-68); Marcio Soares Martins (476.299.321-20); Maria Helena Marques Lima (153.388.511-72); Maria de Lourdes Gontijo de Souza (226.422.851-20); Raimunda Borralho Alves Prosper (051.107.692-49); Sonia Regina de Souza Araujo (398.154.121-91); Victor Jose Rodrigues de Castro (225.155.851-91).

4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria de ex-servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT .

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c art. 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar legais os atos de aposentadoria em favor de Accioli Dias da Silva; Ademir Pereira Gomes; Adriano Quaresma Monteiro de Barros Teixeira; Alba Regina de Araujo Dourado; Alefe Sidnei Lopes; Ana Lucia de Mendonça Marinho Barcellos; Antonio Rocha Figueroa; Carlocci Feitoza; Claudimir Gontijo Guimarães; Jussara de Oliveira Braz Alves; Leonardo Alves de Toledo; Magda Rejane Montenegro de Souza; Maria Helena Marques Lima; Maria de Lourdes Gontijo de Souza; Raimunda Borralho Alves Prosper; Sonia Regina de Souza Araujo e Victor José Rodrigues de Castro;

9.2. julgar ilegal o ato de aposentadoria de Márcio Soares Martins (Peça 14), em razão da aplicação indevida do comando contido no art. 191 da Lei 8.112/1990, e negar-lhe registro;

9.3. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT que:

9.3.1. no prazo de 30 (trinta) dias, emita novo ato de aposentadoria para o Sr. Márcio Soares Martins, livre da irregularidade detectada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento da presente deliberação;

9.4. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos pelo ex-servidor referido no subitem 9.2. deste Acórdão até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, da presente deliberação, consoante orientação contida no enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;

9.5. dar ciência, no prazo de 15(quinze) dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação, assim como Relatório e Voto que a fundamentam, ao Sr. Márcio Soares Martins, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4020-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4021/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC-017.675/2012-0

2. Grupo I; Classe de Assunto: VI - Representação

3. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul.

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul - SECEX/MS

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação da Secex/MS formulada a partir de denúncia encaminhada à unidade técnica noticiando a prática de fraude em concurso público para o cargo de Assistente de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS (Edital nº 6/2011).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos do art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. recomendar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS que, na realização de novos processos seletivos para a contratação de servidores:

9.2.1. promova estudos técnicos acerca dos padrões de segurança atualmente exigidos e observados por outras entidades/empresas no desempenho dessa atividade;

9.2.2. dote o seu parque gráfico de estrutura física, operacional e tecnológica necessárias para que a impressão de documentos que requeiram sigilo acerca de seu conteúdo, bem como exija condições análogas se o processo seletivo ficar sob a responsabilidade de instituição executora contratada quanto aos ambientes nos quais são realizadas atividades estratégicas;

9.2.3. aprimore os procedimentos de segurança existentes por meio da instalação de câmaras de vídeo monitoramento em todos os ambientes em que são realizadas atividades estratégicas, a exemplo da sala de leitura de cartões-respostas, bem como exija condições análogas se o processo seletivo ficar sob a responsabilidade de instituição executora contratada;

9.3. encaminhar cópia da presente deliberação, assim como Relatório e Voto que a fundamentam, à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul e à Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul - SR/DPF/MS para a adoção das providências que julgarem pertinentes;

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4021-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4022/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 037.178/2011-3

2. Grupo I - Classe III - Assunto: Monitoramento em Relatório de Inspeção

3. Responsáveis: Carlos Alexandre Netto (346.005.820-04); Maria Aparecida Grendene de Souza (253.454.600-78).

4. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul - Secex/RS.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de monitoramento ao Acórdão 575/2011 - 2ª Câmara, que examinou o segundo relatório de monitoramento de auditoria (Acórdão 4.759/2008-2ª Câmara), o qual, por sua vez, foi proferido quando da apreciação do acompanhamento do cumprimento às determinações exaradas no Acórdão 3.071/2006 - 2ª Câmara, relativo à fiscalização que tinha por objetivo padronizar o tratamento a ser dado às relações entre as Universidades Federais no Rio Grande do Sul e suas fundações de apoio.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 43, I, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 250, II, do RITCU, em:

9.1. considerar atendidas as determinações dos itens 9.1.3 a 9.2 do Acórdão 575/2011 - 2ª Câmara;

9.2. determinar à SECEX/RS que avalie a conveniência e oportunidade de propor auditoria, junto à UFRGS, com o intuito de identificar a situação atual dos empregados vinculados a projetos e se os ajustes firmados entre a fundação de apoio e a UFRGS estão de acordo com as exigências trazidas pela legislação de regência (Decreto nº 7.423/2010);

9.3. dar ciência à FAURGS de que deve ser observado o disposto no Decreto 7.423/2010 quando da contratação de profissionais que vierem a atuar junto a projetos com vigência determinada;

9.4. dar ciência à UFRGS de que, no caso de profissionais contratados em que há categoria funcional existente no quadro de pessoal da universidade, esses não podem ser substituídos por contratação indireta, conforme disposto no Decreto 2.271/1997;

9.5. encaminhar o inteiro teor do presente Acórdão, assim como Relatório e Voto que o fundamentam, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e Fundação de Apoio à UFRGS - FAURGS;

9.6. juntar cópia deste Acórdão, assim como Relatório e Voto que o fundamentam, aos processos TC 009.983/2006-2, TC 014.545/2008-7 e TC 007.694/2010-5, em atenção ao art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex nº 27, de 19 de outubro de 2009;

9.7. encerrar os presentes autos, com fundamento no art. 40, inciso II, da Resolução-TCU 191, de 21/6/2006, c/c o art. 169, inciso II, do RITCU.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4022-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4023/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.439/2014-6.
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável/Interessado:
3.1. Responsável: Aluísio Borges de Sousa (CPF 222.270.916-49).
3.2. Interessado: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.
4. Unidade: Município de Ilicínea/MG.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa contra Aluísio Borges de Sousa, prefeito de Ilicínea/MG, em decorrência da não comprovação da correta aplicação dos recursos repassados por meio do convênio 720.233/2009.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, §3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c" e §2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217, do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Aluísio Borges de Sousa;

9.2. condená-lo ao recolhimento ao Tesouro Nacional de R$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), acrescidos de encargos legais de 12/12/2011 até a data do pagamento;

9.3. aplicar-lhe multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. dar ciência desta decisão ao responsável e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

9.10. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4023-27/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4024/2014 - TCU - 2ª Câmara

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC 006.723/2013-6.
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Associação Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Noroeste Mineiro - Asstraf-NO (CNPJ 08.080.443/0001-41) e Kely Alves da Silva (CPF 069.725.526-30).
4. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno (Incra/SR28).
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno (Incra/SR28) contra Kely Alves da Silva e a Associação Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Noroeste Mineiro (Asstraf-NO), em decorrência da não comprovação da correta aplicação dos recursos repassados à entidade por força do convênio CRT/DE 03000/2006 (Siafi 577898).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, §3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e §2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revéis a Associação Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Noroeste Mineiro e Kely Alves da Silva;
9.2. julgar irregulares as contas da Associação Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Noroeste Mineiro e de Kely Alves da Silva e condená-las ao recolhimento ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária das quantias abaixo especificadas, acrescidas de encargos legais das datas indicadas até a data do pagamento;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
27.500,00	25/01/2007
18.493,69	12/11/2007
14.076,54	28/12/2007

9.3. aplicar à Associação Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Noroeste Mineiro e a Kely Alves da Silva multas individuais de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;
9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento das notificações e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;
9.8. alertar às responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.9. dar ciência desta decisão às responsáveis e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do DF e Entorno (Incra/SR28);
9.10. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4024-27/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4025/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.069/2014-3.
2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil.
3. Interessados: Anilsia de Araujo Soares (CPF 026.350.617-77), Elza Augusto Nunes (CPF 047.634.767-00), Emilia Vieira Maia Vianna (CPF 818.839.607-97), Esperança Mello de Souza (CPF 411.495.487-20), Geni Kasaka de Mello (CPF 070.103.397-59), Geralda Maria Freitas da Silva (CPF 075.357.987-13), Hilda Salgado da Silva (CPF 032.574.017-87), Jacy Bastos Campos (CPF 025.732.007-52), Jane Conceição dos Santos Ferreira (CPF 390.600.205-53), Maria Isabel Barbosa da Silva (CPF 036.307.287-07), Maria José dos Santos Silva (CPF 525.269.254-87), Maria Martineschen da Silva Ferreira (CPF 775.438.667-49), Neide Assad e Faria (CPF 408.388.891-15), Nelia Oliveira dos Santos (CPF 052.417.397-42), Neuza Ferreira da Silva (CPF 091.217.207-03), Regina Marques da Conceição Gomes (CPF 809.701.177-87), Rosa Maria Gaião Brêda (CPF 069.516.667-09), Tereza Cruzeiro Pinto de Lima (CPF 709.004.507-20), Zilma Donzila Andrade (CPF 342.075.549-04) e Zuleika Amaral Queiroz (CPF 252.343.902-68).
4. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de pensão instituídos pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259 a 263 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legais e registrar os atos de Esperança Mello de Souza (instituidor Jorge Gonçalves de Souza), Geni Kasaka de Mello (instituidor João Figueiredo de Mello), Geralda Maria Freitas da Silva (instituidor Jonas Basilio da Silva), Hilda Salgado da Silva (instituidor João da Silva), Jane Conceição dos Santos Ferreira (instituidor José Agostinho Ferreira), Maria José dos Santos Silva (instituidor José Balbino da Silva), Maria Martineschen da Silva Ferreira (instituidor João Batista Anátocles da Silva Ferreira), Neide Assad e Faria (instituidor Joaquim da Costa e Faria), Nelia Oliveira dos Santos (instituidor Jacyr dos Santos), Neuza Ferreira da Silva (instituidor Jaudecyr Marques da Silva), Regina Marques da Conceição Gomes (instituidor Jorge Gomes), Tereza Cruzeiro Pinto de Lima (instituidor Jomar Bulcão Pinto de Lima) e Zuleika Amaral Queiroz (instituidor João Queiroz);
9.2. considerar legais e registrar os atos de Anilsia de Araujo Soares (instituidor Jonas Lourenço Soares), Elza Augusto Nunes (instituidor João Nunes Baptista Filho), Emilia Vieira Maia Vianna (instituidor Jorge Medina Vianna), Jacy Bastos Campos (instituidor Jorge Jubim Campos), Maria Isabel Barbosa da Silva (instituidor Jeremias da Silva), Rosa Maria Gaião Brêda (instituidor Jorge da Silva Brêda), Zilma Donzila Andrade (instituidor João Pedro de Andrade), ressalvando os valores das vantagens consignados nos respectivos Formulários de Concessão de Pensão Civil, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno;
9.3. dar ciência à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha de que as beneficiárias das pensões instituídas por Jacyr dos Santos, João Batista Anátocles da Silva Ferreira, Joaquim da Costa e Faria, Jorge Gomes e Jorge Gonçalves de Souza fazem jus ao benefício da paridade dos vencimentos com os servidores em atividade, ante a regra trazida pela Emenda Constitucional 70/2012, nos termos consignados no acórdão 2.553/2013 - Plenário.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4025-27/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4026/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.075/2014-3.
2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil.
3. Interessados: Aguinalia de Souza Batista (CPF 082.378.527-02), Ambrosina Barbosa de Carvalho (CPF 461.256.477-49), Beatriz Antunes Lima (CPF 004.780.557-90), Daniele Barbosa Capella (CPF 130.692.007-88), Hedio Escovino da Silva (CPF 039.012.037-53), Hilda Soares dos Santos (CPF 080.881.967-44), Iolanda Barbosa Sabino (CPF 897.900.307-20), Jonatas de Melo Dantas (CPF 119.845.447-48), Lucia Moura Vieira (CPF 020.511.857-78), Maria Sonia de Oliveira Jesus (CPF 089.814.807-37), Maurides Rosa da Luz (CPF 052.263.647-09), Nilza Batista Cerqueira Ribeiro (CPF 475.418.067-49), Vanda Damato Oliveira (CPF 014.385.467-42) e Waldemar Teixeira da Silva (CPF 006.067.747-34).
4. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo consolidado de pensões civis deferidas pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 259 a 263 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legais e registrar os atos de pessoal integrantes do presente processo;
9.2. ressalvar, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno, os valores das vantagens consignados nos Formulários de Concessão de Pensão Civil dos atos de alteração de pensão instituídos por Wilmar Lima, Virgílio Fernandes Dantas, Waldir Inácio Cardoso e Yolanda de Almeida Teixeira da Silva (atos de peças 3, 4, 7 e 12);
9.3. dar ciência à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha de que a beneficiária da pensão instituída por Waldyr Lino de Carvalho (peça 8) faz jus ao benefício da paridade dos vencimentos com os servidores em atividade, ante a regra trazida pela Emenda Constitucional 70/2012, nos termos do acórdão 2.553/2013 - Plenário.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4026-27/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4027/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.250/2014-0.
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessados: Adezi Jales Bobô (CPF 184.859.871-87), Afonso Bevilaqua de Sales (CPF 047.049.163-91), Afonso Luiz Abritta (CPF 059.759.211-04), Alfredo Bastos Sales Neto (CPF 117.163.203-72), Aloísio Pereira de Lima (CPF 099.193.171-87), Américo Marques Simões (CPF 238.123.627-91), André Luiz Bitencourt de Souza (CPF 318.968.201-15), Andrea Maria Lustosa de Andrade (CPF 276.677.906-04), Aneli Pereira Farias (CPF 157.683.173-68), Astrogildo de Araújo (CPF 113.631.691-49), Carlos Alberto Eiras Ramalho (CPF 276.410.407-30), Carlos Roberto de Castro (CPF 491.938.727-04), César Pinto Ferreira (CPF 382.714.007-20), Eleusa Barbosa de Magalhães Maia (CPF 116.316.941-20), Elíbio Estrêla (CPF 119.658.601-25), Elza Fernandes da Costa Dias (CPF 371.555.041-49), Enoque Gonçalves da Silva Junior (CPF 146.620.781-72), Fauze Martins Chequer (CPF 150.807.811-49), Francisca Adelina de Oliveira Silva (CPF 289.502.911-34) e Francisco de Assis Araújo Gomes (CPF 238.764.411-53).
4. Unidade: Controladoria-Geral da União - CGU.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria a ex-servidores da Controladoria-Geral da União.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8.443/1992, c/c os arts. 259, II; 260; e 262 do Regimento Interno e com o art. 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legais e registrar os atos de concessão de aposentadoria de Adezi Jales Bobô, Afonso Bevilaqua de Sales, Afonso Luiz Abritta, Alfredo Bastos Sales Neto, Aloísio Pereira de Lima, Américo Marques Simões, Andrea Maria Lustosa de Andrade, André Luiz Bitencourt de Souza, Aneli Pereira Farias, Astrogildo de Araújo, Carlos Alberto Eiras Ramalho, Carlos Roberto de Castro, César Pinto Ferreira, Eleusa Barbosa de Magalhães Maia, Elza Fernandes da Costa Dias, Elíbio Estrêla, Enoque Gonçalves da Silva Junior, Fauze Martins Chequer e Francisca Adelina de Oliveira Silva;

9.2. considerar ilegal e negar registro ao ato de Francisco de Assis Araújo Gomes;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário do ato considerado ilegal até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.4. determinar à Controladoria-Geral da União que:

9.4.1. cesse o pagamento decorrente do ato considerado ilegal no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.5. esclarecer à Controladoria-Geral da União que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante emissão de novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e sua remessa a esta Corte, para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas determinadas neste acórdão e represente a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4027-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4028/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.559/2014-0.

1.1. Apenso: TC 007.693/2013-3.

2. Grupo II - Classe VI - Representação.

3. Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES.

4. Unidade: Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação da Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex/ES) sobre possíveis irregularidades no contrato 18/2014, firmado entre a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a Sociedade Lopes Cançado Advocacia e Consultoria Jurídica com o escopo de defender Danilo Roger Marçal Queiroz no processo TC 024.926/2008-7, ao custo de R$ 15.000,00.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com base nos arts. 237 e 246 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente;

9.2 determinar à Codesa que condicione a contratação de serviços advocatícios para defesa de seus dirigentes à assinatura de prévio compromisso formal de que, em caso de condenação, com decisão judicial ou administrativa transitada em julgado, em virtude de atos praticados com dolo ou culpa - no segundo caso, quando não tiverem sido adotadas precauções e medidas normativas e legais que se esperariam de um homem médio -, o beneficiado ressarcirá a Codesa de todos os custos e despesas decorrentes da defesa;

9.3. dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Dest/MPOG; e

9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4028-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4029/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.765/2011-5.

2. Grupo II - Classe VI - Representação.

3. Representante: Carlino Lima, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Rondônia - Incra/RO.

3.1. Responsável: Luiz Flávio Carvalho Ribeiro (CPF 357.522.706-34).

4. Unidade: Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Rondônia - Incra/RO.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia - Secex/RO.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de possíveis pagamentos indevidos de indenizações de lotes ainda pertencentes ao domínio da União, referentes à desapropriação para construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, em Porto Velho/RO.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la procedente;

9.2. determinar à Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Rondônia que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as ações necessárias, judiciais ou extrajudiciais, com vistas à regularização do imóvel rural, lote de terras 008 - Gleba Jaci Paraná, relativo ao Título de Propriedade Sob Condição Resolutiva 154490, localizado em Porto Velho/RO, e informe ao Tribunal o resultado das providências adotadas;

9.3. aplicar a Luiz Flávio Carvalho Ribeiro, com fulcro no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, multa de R$ 3.000,00 (três mil reais) e fixar-lhe prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da importância aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do recolhimento, se este for efetuado após o vencimento do prazo estipulado;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.7. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do Regimento Interno;

9.8. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e à sua Superintendência no Estado de Rondônia;

9.9. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia - Secex/RO que monitore o cumprimento do subitem 9.2.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4029-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4030/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.031/2013-5.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Mariano Diva da Costa Neto (CPF 268.693.903-63) e Izalmir Vieira da Silva (CPF 746.451.023-20).

4. Unidade: Município de Bernardo do Mearim/MA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada contra Mariano Diva da Costa Neto e Izalmir Vieira da Silva, ex-prefeitos de Bernardo do Mearim/MA, em decorrência da omissão na prestação de contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para o Programa de Apoio à Criança Carente em Creche - PAC no exercício de 2004.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; 57 e 93 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 8º; 213, 214, inciso III, alínea "a"; e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. arquivar as contas de Izalmir Vieira da Silva sem cancelamento do débito de R$ 4.574,20 (valor original de 6/1/2005), a cujo pagamento continuará obrigado para que lhe possa ser dada quitação;

9.2. considerar Mariano Diva da Costa Neto revel;

9.3. julgar irregulares as contas de Mariano Diva da Costa Neto e condená-lo ao recolhimento ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS dos valores a seguir relacionados, acrescidos de encargos legais desde as datas indicadas até a data do pagamento:

Valor (R$)	Data
18.296,80	13/5/2004
4.574,20	15/6/2004
4.574,20	20/7/2004
9.148,40	13/9/2004
4.574,20	13/10/2004
4.574,20	22/11/2004
4.574,20	16/12/2004

9.4. aplicar a Mariano Diva da Costa Neto multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento das notificações e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.11. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4030-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4031/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.611/2013-9.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Messias Costa Neto (falecido, CPF 107.021.483-34), Mendes Cunha Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 00.870.835/0001-00) e Tenaz Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 03.734.748/0001-06).

4. Unidade: Município de Viana/MA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Advogados: Antonio Pereira Costa (OAB/MA 2.842) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor de Messias Costa Neto, ex-prefeito de Viana/MA, falecido, em razão do não atingimento do objeto pactuado no Convênio 1.354/2001, cujo objeto é a execução de sistema de esgotamento sanitário no município.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Messias Costa Neto e dar-lhe quitação;

9.2. determinar à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que:

9.2.1. tome as providências necessárias para obter do município de Viana/MA a devolução do saldo da conta poupança 612.922-5, agência 0027 (Gonçalves Dias) da Caixa Econômica Federal, vinculada ao convênio 1.354/2001;

9.2.2. acompanhe o resultado das ações judiciais em tramitação no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, que suspenderam a continuação da execução da obra do convênio 1.354/2001 pelo município Viana/MA com outra licitante e mantiveram o contrato com a Mendes Cunha Construções e Serviços Ltda., e, caso comprovado o abandono injustificado da obra pela contratada, instaure a devida tomada de contas especial em desfavor da mesma.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4031-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4032/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.265/2010-7.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Hospital Monumento Ltda. (CNPJ 60.676.228/0001-28).

4. Unidade: Hospital Monumento Ltda.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogado: Dagoberto José Steinmeyer Lima (OAB/SP 17.513).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos pelo Hospital Monumento Ltda. contra o acórdão 2.204/2014 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante, por meio do advogado Dagoberto José Steinmeyer Lima, conforme requerido nos embargos ora apreciados, e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4032-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4033/2014 - TCU - SEGUNDA CÂMARA

1. Processo nº TC 006.532/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Aguiar Marques (132.693.993-91).

4. Entidade: Município de Luzilândia/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/PI.

8. Advogado constituído nos autos: Antônio José Viana Gomes, OAB/PI nº 3.530.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) em desfavor do Sr. José Aguiar Marques, ex-prefeito municipal de Luzilândia/PI, em razão da aprovação apenas parcial da prestação de contas do Convênio nº 1.393/2001, celebrado entre a União, por intermédio do MI, e a referida municipalidade, no valor de R$ 212.124,85, tendo por objeto a execução de obras de perfuração de poços tubulares nas localidades de Cipó, Chapada do Barrocão, Expedição, Muricizinho, Mocambo dos Rodrigues, Cajazeiras, Calixto e Chavasqueiro, conforme o plano de trabalho aprovado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar o arquivamento desta TCE, com amparo no art. 6º, inciso II, c/c o art. 19 da Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, e no art. 212 do Regimento Interno do TCU; e

9.2. enviar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao responsável e ao Ministério da Integração Nacional, alertando-o sobre a falha cometida na notificação dos responsáveis na fase interna desta TCE, para que se abstenha de incorrer nesse erro em outras situações semelhantes.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4033-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4034/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.680/2011-6.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Barros Evangelista - falecido (CPF 092.145.505-49); Marcelo Silva de Santana (CPF 916.895.465-49); Município de Aporá/BA (CNPJ 13.646.542/0001-88).

4. Entidade: Município de Aporá/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogados constituídos nos autos: Lázaro Miguel de Jesus Pinha, OAB/BA nº 25.905; Carlos Eduardo Oliveira Santos, OAB/BA nº 14.801; e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS em desfavor dos Srs. José Barros Evangelista, ex-prefeito do município de Aporá/BA (gestão: 2001-2004), e Marcelo Silva Santana, ex-secretário de Saúde, diante de pagamentos irregulares realizados, entre janeiro de 2003 e setembro de 2004, com recursos federais do Programa de Piso de Atenção Básica e do Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças, nos montantes de R$ 94.676,58 e de R$ 6.193,16, respectivamente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o município de Aporá/BA, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do município de Aporá/BA, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente desde as datas indicadas, e acrescidas de juros de mora, calculados até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

Valor Histórico (R$)	Data
1.386,00	22/1/2003
394,80	10/3/2003
136,50	10/3/2003
96,60	10/3/2003
96,60	10/3/2003
136,50	10/3/2003
394,80	10/3/2003
325,50	1/4/2003
96,60	1/4/2003
96,60	1/4/2003
76,50	22/4/2003
622,80	13/5/2003
252,00	23/5/2003
1.197,00	10/7/2003
493,15	21/7/2003
300,00	21/7/2003
1.663,20	29/8/2003
252,00	29/8/2003
352,80	10/11/2003
201,60	10/11/2003
352,80	10/11/2003
201,60	11/11/2003
871,50	11/11/2003
260,40	11/11/2003
50,40	11/11/2003
840	12/11/2003
50,40	14/11/2003
2.898,00	21/11/2003
703,50	26/11/2003
168,00	26/11/2003
378,00	26/11/2003
320,00	26/11/2003
1.663,20	26/11/2003
201,60	26/11/2003
380,52	26/11/2003
201,60	12/1/2004
352,80	12/1/2004
84,00	13/1/2004
378,00	19/1/2004
1.663,20	19/1/2004
252,00	19/1/2004
1.663,20	19/1/2004
1.134,00	19/1/2004
182,70	22/1/2004
394,80	22/1/2004
1.040,00	3/2/2004
1.680,00	3/2/2004
840,00	18/2/2004
100,80	22/3/2004
100,80	22/3/2004
210,00	23/3/2004
1.386,00	23/3/2004
3.767,40	23/3/2004
100,80	23/3/2004
128,36	23/3/2004
352,80	24/3/2004
352,80	24/3/2004
1.663,20	24/3/2004
100,80	24/3/2004
105,00	26/3/2004
1.008,00	2/4/2004
1.663,20	20/4/2004
201,60	20/4/2004
1.050,00	20/4/2004
50,40	22/4/2004
4.775,40	22/4/2004
210,00	22/4/2004
352,80	23/4/2004
1.663,20	24/5/2004
3.872,40	24/5/2004

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

100,80	25/5/2004
50,40	25/5/2004
189,00	25/5/2004
84,00	25/5/2004
67,20	25/5/2004
352,80	25/5/2004
1.470,00	25/5/2004
210,00	27/5/2004
100,80	31/5/2004
3.767,40	21/6/2004
84,00	21/6/2004
352,80	22/6/2004
273,00	22/6/2004
1.801,80	22/6/2004
1.134,00	22/6/2004
210,00	9/7/2004
1.801,80	21/7/2004
4.334,40	21/7/2004
109,30	26/7/2004
432,60	26/7/2004
1.092,00	26/7/2004
382,20	27/7/2004
109,20	27/7/2004
391,00	28/7/2004
84,00	29/7/2004
1.801,80	20/8/2004
302,40	20/8/2004
84,00	24/8/2004
54,60	24/8/2004
382,20	24/8/2004
1.092,00	24/8/2004
382,20	24/8/2004
474,60	14/9/2004
1.092,00	15/9/2004
529,20	27/9/2004
302,56	27/9/2004
924,00	27/9/2004
1.801,80	27/9/2004
382,20	28/9/2004

9.3. julgar irregulares as contas dos Srs. José Barros Evangelista (falecido) e Marcelo Silva de Santana, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.4. aplicar ao Sr. Marcelo Silva de Santana a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4034-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4035/2014 - TCU - SEGUNDA CÂMARA

1. Processo nº TC 032.304/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Dilson Batista Santiago (024.610.388-48) e município de Itamaraju/BA (13.761.697/0001-65).

4. Entidade: Município de Itamaraju/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secex/BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Sr. Dilson Batista Santiago, ex-prefeito municipal de Itamaraju/BA, em razão da impugnação parcial de despesas do Convênio nº 3.153/1998, celebrado entre o FNS e a referida municipalidade, cujo objeto consistia em estabelecer condições para o desenvolvimento das ações do Plano de Erradicação do **Aedes Aegypti** no município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Dilson Batista Santiago, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das quantias aos cofres do Fundo Nacional de Saúde;

Valor Histórico (R$)	Data de Ocorrência
900,00	7/12/1998
279,00	25/2/1998
4.856,25	26/10/1999
388,50	21/6/2000
194,25	3/7/2000
129,39	23/12/2000
4.943,01	31/12/2000
3.628,78	8/12/1998

9.2. julgar irregulares as contas do município de Itamaraju/BA, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo ao pagamento da importância de R$ 23.821,20 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e um reais e vinte centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde 31/12/2000 até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Saúde;

9.3. aplicar ao Sr. Dilson Batista Santiago a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, informando o responsáveis de que incidirão sobre cada parcela os correspondentes acréscimos legais e de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para o eventual ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4035-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4036/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.839/2013-4.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Interessado: Marco Antônio Ponce Sobral.

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Embargos de Declaração opostos pelo responsável Marco Antônio Ponce Sobral, em face do Acórdão 5.004/2013 - TCU - 2ª Câmara, mediante o qual o Tribunal determinou o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja dada quitação.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo responsável Marco Antônio Ponce Sobra, por preencherem os requisitos de admissibilidade exigidos, nos termos do art. 34, § 1º, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, em consequência, retificar os termos do Acórdão 5.004/2013 - TCU - 2ª Câmara, que passa a ter a seguinte redação:

"Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 93 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; 143, inciso V, alínea **a**; 199, §2º; e 213 do Regimento Interno; c/c os artigos 6º, inciso I; e 19 IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja concedida a quitação.

1. Processo TC 006.839/2013-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Marcos Antônio Ponce Sobral (550.394.567-00)

1.2. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há".

9.2. dar ciência deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao interessado.

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4036-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4037/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.951/2012-4.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsável: Etelânio Vieira Figueiredo (343.094.384-15).

4. Órgão/Unidade: Setor Privado (vinculador).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN).

8. Advogado constituído nos autos: Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo (OAB/RN 4237).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade do Fundo Nacional de Saúde - FNS, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 3.796/2001, celebrado entre o referido fundo e a Liga de Assistência Social de Pau dos Ferros/RN, no valor de R$ 820.224,00 (oitocentos e vinte mil duzentos e vinte e quatro reais), que teve por objeto "dar apoio financeiro para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS", com vigência estipulada para o período de 31/12/2001 a 22/7/2003.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea c; 19, caput; 23, inciso III; e 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Etelânio Vieira Figueiredo e condená-lo ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor
15/3/2002	41.011,92
15/3/2002	164.044,80
7/5/2002	84.023,12
7/5/2002	123.032,88
1/8/2002	77.810,60
1/8/2002	86.234,20
1/8/2002	80.021,68
1/8/2002	164.044,80

9.2. aplicar ao Sr. Etelânio Vieira Figueiredo a multa prevista no artigo 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento do valor estipulado ao Tesouro Nacional, atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.5. determinar ao Fundo Nacional de Saúde que, ao examinar propostas de convênio, adote medidas com vistas a melhor comprovar a capacidade técnica dos convenentes e que, no caso de o preenchimento dos requisitos depender de providência futura e ligada à própria liberação dos recursos, exija garantias do convenente neste sentido.

9.6. autorizar o envio de cópia do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, para as ações que entender cabíveis.

9.7. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4037-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4038/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.349/2010-0

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Ricardo Ramalho Mello (CPF 613.388.857-15), Klass Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 02.332.985.0001-88), Cléia Maria Trevisan Vedoin (CPF 207.425.761-91) e Darci José Vedoin (CPF 091.757.251-34).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Mendes/RJ.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Selog.

8. Advogado constituído nos autos: Ivo Marcelo Spínola da Rosa (OAB/MT 13.731).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de irregularidades na execução do Convênio 1647/2002, firmado entre o Fundo Nacional de Saúde (FNS) e a Prefeitura Municipal de Mendes /RJ, que tinha como objeto a aquisição de uma unidade móvel de saúde.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos do art. 93 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 201, § 3º, **in fine**, e 213 e do Regimento Interno/TCU, determinar o arquivamento deste processo, sem julgamento do mérito, a título de racionalização administrativa e economia processual;

9.2. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, Fundo Nacional de Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS e à Secretaria-Executiva da Controladoria Geral da União/PR;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, considerando haver indícios de prejuízo aos cofres do Município de Mendes/RJ.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4038-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4039/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.703/2014-4.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Lygia Costa e Souza (082.388.998-00).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Norte.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de análise de atos de aposentadoria por invalidez da ex-servidora da Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Norte.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria das servidora Lygia Costa e Souza negando-lhe o respectivo registro;

9.2. orientar a Gerência Executiva do Inss em São Paulo/SP, que poderá emitir novo ato, se for o caso, escoimados da irregularidade apontada nos autos, conforme previsto no artigo 262, § 2º do Regimento Interno do TCU;

9.3. determinar à Sefip que verifique se, de fato, é automática a aplicação do derrogado art. 191 da Lei nº 8.112/90 pelo sistema Siape, conforme informou o gestor de pessoal, representando ao TCU, se for o caso;

9.4. determinar que a Secretaria de Fiscalização de Pessoal acompanhe o cumprimento das determinações ao Órgão responsável.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4039-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4040/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.228/2013-6.

2. Grupo I - Classe IV - Pensão

3. Interessados: Lualin Viscardi Mouta (061.600.315-38).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensão civil em favor menor sob guarda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão de Lualin Viscardi Mouta;

9.2. aplicar a Súmula TCU 106, em relação às importâncias recebidas de boa-fé pelo beneficiário;
9.3 determinar à Gerência Executiva do INSS em Salvador/BA, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato impugnado, contados da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dê ciência ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação constante do subitem 9.3.1, acima, representando ao Tribunal, caso seja necessário.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4040-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4041/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.242/2013-9.

2. Grupo I - Classe IV - Pensão

3. Interessados: Leonia Alves Gomes (135.736.325-72); Vinicius Brandao da Hora (031.590.365-10).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensão civil em que um dos beneficiários enquadra-se na condição de menor sob guarda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão de Leonia Alves Gomes e Vinicius Brandao da Hora;

9.2. aplicar a Súmula TCU 106, em relação às importâncias recebidas de boa-fé pelos beneficiários;
9.3 determinar à Gerência Executiva do INSS em Salvador/BA, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, que:

9.3.1. emita novo ato de pensão, livre da irregularidade e falhas observadas, com a exclusão do menor sob guarda constante do benefício e a reversão da cota-parte relativa a ele para a outra beneficiária, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, com fundamento no art. 3º, § 7º, Resolução nº 206/2007;

9.3.2. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato impugnado, contados da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. dê ciência aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação constante do subitem 9.3.1, acima, representando ao Tribunal, caso seja necessário.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4041-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4042/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.286/2013-6.

2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil

3. Interessadas: Francisca Gomes dos Santos (514.934.383-87); Jandira Silvestre Barbosa do Rego (182.591.973-91).

4. Unidade: Superintendência Estadual do INSS, em Teresina/PI.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis instituídas por ex-servidores do INSS, nas quais foi observado pagamento irregular de vantagem implantada em razão de planos econômicos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal e negar registro aos atos de pensão elencados no item 3;

9.2. aplicar a Súmula TCU 106, em relação às importâncias recebidas de boa-fé pelas beneficiárias;

9.3 determinar à Gerência Executiva do INSS em Teresina/PI, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do regimento Interno desta Corte, que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos impugnados, contados da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. emita novos atos de pensão civil, livres da irregularidade detectada, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, com apoio no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. dê ciência às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação constante do subitem 9.3.1, acima, representando ao Tribunal, caso seja necessário.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4042-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4043/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.618/2013-9.

2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil

3. Interessados: Clea Dalila Oliveira de Almeida (513.077.824-34); Fausto Carvalho de Oliveira (012.371.104-59); Ilma Pessoa Ozeas (595.842.624-91); Maria Cezartina de Lima (297.536.784-87); Maria Gorette Tomaz Fernandes (328.491.174-04); Maria Mirtes de Oliveira (007.941.664-07); Maria Moreira dos Santos Rocha (722.495.604-04); Maximiliano Oliveira de Almeida (050.811.014-94); Olavo Pinheiro dos Santos (139.013.544-68); Paula Beatriz Tomaz Fernandes (009.898.214-12); Paulo Jose Tomaz Fernandes (071.564.704-00); Scheyla Fernandes Oseas (423.094.174-91).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS em Natal/RN.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis instituídas por ex-servidores do INSS, nas quais foi observado pagamento irregular de vantagem implantada em razão de planos econômicos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar legal o ato de pensão de Clea Dalila Oliveira de Almeida e Maximiliano Oliveira de Almeida;

9.2. considerar ilegais e negar registro aos atos de pensão de Fausto Carvalho de Oliveira, Ilma Pessoa Ozeas, Maria Gorette Tomaz Fernandes, Maria Mirtes de Oliveira, Maria Moreira dos Santos Rocha, Olavo Pinheiro dos Santos, Paula Beatriz Tomaz Fernandes, Paulo Jose Tomaz Fernandes, Scheyla Fernandes Oseas;

9.3. aplicar a Súmula TCU 106, em relação às importâncias recebidas de boa-fé pelos beneficiários;

9.4. promover a exclusão por duplicidade do ato inicial do instituidor Arion Ramalho Rocha, registrado sob o número de controle 10804706-05-1998-000061-7, em razão de já ter sido cadastrado outro ato inicial, já julgado legal nos autos do TC 003.502/2003-0;

9.5 determinar à Gerência Executiva do INSS em Natal/RN, com fundamento nos arts. 71 inciso IX, da Constituição Federal e 262 do regimento Interno desta Corte, que:

9.5.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos impugnados, contados da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.5.2. dê ciência aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento;

9.5.3. encaminhe cópia do comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta deliberação, no prazo de 30 (trinta) dias;

9.5.4. emita novos atos de pensão civil, livres da irregularidade detectada, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, com apoio no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação constante do subitem 9.5.1 acima, representando ao Tribunal, caso seja necessário.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4043-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4044/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.680/2010-1

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Recorrente: Luiz Alcides Capoani.

4. Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Reio Grande do Sul - CREA/RS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogado constituído nos autos: Luiz Eduardo Sá Roriz (OAB/DF: 5.454) e Ricardo Sussumu Ogata (OAB/DF 22.063).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo responsável Luiz Alcides Capoani, em face do Acórdão 1.683/2013 - TCU - 2ª Câmara, mediante o qual o Tribunal conheceu e negou provimento ao Recurso de Reconsideração por ele interposto contra o Acórdão 744/2011, do mesmo Colegiado, por meio qual foi julgada irregular a Tomada de Contas Especial instaurada em seu nome, com a condenação em débito e aplicação de multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo responsável Luiz Alcides Capoani, para, no mérito, negar-lhes provimento, ante a ausência de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado; e;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Embargante.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4044-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4045/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.718/2013-3.

2. Grupo I - Classe IV - Pensão Civil

3. Interessados: Elisa Barra Pinto (366.320.744-72).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Mossoró/RN.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensão civil instituída por ex-servidor da Gerência Executiva INSS - Mossoró/RN, na qual se observam irregularidades, como pagamento integral de vantagens e gratificações que deveriam ter sido proporcionalizadas e de vantagem decorrente de plano econômico.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão de Elisa Barra Pinto;

9.2. aplicar a Súmula TCU 106, em relação às importâncias recebidas de boa-fé pelo beneficiário;
9.3 determinar à Gerência Executiva do INSS - Mossoró/RN, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato impugnado, contados da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dê ciência à interessada desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, por cópia, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento da decisão desta Corte;

9.3.4. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades detectadas, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, com apoio no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação constante do subitem 9.3.1, acima, representando ao Tribunal, caso seja necessário.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4045-27/14-2.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4046/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.601/2013-3.

2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil

3. Interessada: Albertina de Mello Braga (CPF 630.748.180-34).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social (Gerência Executiva em Porto Alegre/RS).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam da concessão de pensão civil instituída pelo Sr. Antônio Alves Braga, ex-servidor do INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar legal e ordenar o registro do ato de pensão civil instituído em favor da Srª Albertina de Mello Braga;

9.2 determinar, nos termos do art. 6, §1º, da Resolução 206/2007:

9.2.1 à Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre que promova as devidas anotações nos assentamentos funcionais do Sr. Antônio Alves Braga, relativas à ilegalidade do pagamento da vantagem "bienal" e do percentual de 3,17% em separado;

9.2.2 à Sefip que promova, no Sistema Sisac, às correções relativas às parcelas acima mencionadas;

9.3 dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Sefip e à Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre, para cumprimento das determinações expedidas neste acórdão;

9.4 arquivar os autos.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4046-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4047/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.365/2007-5.

2. Grupo I - Classe I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Agrário (vinculador)

3.2. Responsáveis: Carlos Antonio Moreira Leite (116.395.716-04); Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (04.570.469/0001-17); Paulo Suzano Mendonça de Souza (530.335.744-91)

3.3. Recorrentes: Carlos Antonio Moreira Leite (116.395.716-04); Paulo Suzano Mendonça de Souza (530.335.744-91).

4. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário (vinculador).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

8. Advogado constituído nos autos: Leonardo Pereira Rezende (OAB/MG 82289); Marcelo Silva Sant'Anna (OAB/MG 124.372); Judylleno Hott Filgueiras (OAB/MG 125.195); Isabelly Santos Assunção (OAB/MG 145.962); Carlos Cesar Borges (OAB/DF 8.576).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se examina, nesta oportunidade, recurso de reconsideração interposto por Carlos Antônio Moreira Leite e Paulo Suzano Mendonça de Souza contra o Acórdão 6.637/2013-TCU-Segunda Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33, e 48 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 286 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso interposto por Carlos Antônio Moreira Leite, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o Acórdão 6.637/2013-TCU-Segunda Câmara;

9.2. ante a insubsistência do Acórdão 6.637/2013-TCU-Segunda Câmara, considerar prejudicado o recurso interposto por Paulo Suzano Mendonça de Souza por perda de objeto;

9.3. restituir os autos ao relator a quo, para a adoção das providências a seu cargo;

9.4. dar ciência deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, aos recorrentes.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4047-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4048/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 017.375/2012-6

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Iran Ataíde de Lima (CPF 154.210.312-68).

4. Unidade: Prefeitura de Moju/PA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Selog.

8. Advogados constituídos nos autos: André Ramy Pereira Bassalo (OAB/PA 7.930), Maria Carolina Corrêia Bassalo (OAB/PA 12.740) e Edimar de Souza Gonçalves (OAB/PA 16.456).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, no âmbito do qual foram opostos, pelo responsável Joacy Nunes Dourado, Embargos de Declaração em face do Acórdão 1440/2014-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o embargante teve suas alegações de defesa e razões de justificativa rejeitadas, bem como suas contas julgadas irregulares com imputação de débito e aplicação de multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, com fulcro nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992;

9.2. no mérito, rejeitar os presentes Embargos de Declaração, mantendo os exatos termos do Acórdão 1440/2014-TCU-Segunda Câmara;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao embargante, ao Fundo Nacional de Saúde - FNS, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus e à Secretaria Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República - CGU/PR.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4048-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4049/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.974/2012-4.

1.1. Apenso: 019.502/2011-7

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Alvorada Construções Ltda. (CNPJ 04.267.094/0001-10); Construtora Alagoense Ltda. (CNPJ 04.267.063/0001-60); Metropolitana Construções e Comércio Ltda. (CNPJ 04.210.808/0001-54) e Valter dos Santos Canuto (CPF 530.284.224-68).

4. Unidade: Prefeitura de Traipu - AL.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).

8. Advogado constituído nos autos: Maurício Leandro da Silva (OAB/AL 10.219).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Tomada de Contas Especial constituída em função de irregularidades na aplicação dos recursos repassados pelo FNDE ao Município de Traipu/AL, por meio do Convênio 835.116, no valor total de R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais), cujo objeto era a aquisição de equipamentos e a construção de escola.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar revel o Sr. Valter dos Santos Canuto, nos termos do art. 12, §3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2 julgar irregulares as contas do Sr. Valter dos Santos Canuto, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **c** e **d**, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, 209, incisos III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, condenando-o em débito, pelos valores originais abaixo indicados, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove perante o Tribunal o recolhimento das referidas quantias aos cofres do FNDE, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, contados a partir das respectivas datas até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente:

Data da ocorrência	Valor (R$)
8/3/2007	30.000,00
14/4/2007	39.294,25

9.3 aplicar ao Sr. Valter dos Santos Canuto a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste acórdão até o dia do efetivo pagamento, caso não seja pago no prazo ora fixado;

9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas relativas aos itens 9.2 e 9.3 acima, caso não atendida a notificação;

9.5 autorizar, caso requerido, o pagamento da dívida do Sr. Valter dos Santos Canuto em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6 remeter cópia deste acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao FNDE e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Alagoas, nos termos do art. 209 § 6º, do Regimento Interno do Tribunal, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4049-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4050/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.428/2012-7.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Responsáveis: Joaquim Silveira de Rezende (CPF 464.201.939-15) e Luiz Antônio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68).

4. Unidade: Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste/RO.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Selog.

8. Advogado constituído nos autos: Ivo Marcelo Spinola da Rosa (OAB/MT 13.731).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de irregularidades na execução do Convênio 3607/2001, firmado entre o Fundo Nacional de Saúde (FNS) e a Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, que tinha como objeto dar apoio técnico e financeiro para aquisição de unidade móvel de saúde - Nova Brasilândia D'Oeste - RO, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa e as razões de justificativa interpostas pelo responsável Joaquim Silveira de Rezende, ex-Prefeito Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO;

9.2. rejeitar as alegações de defesa interpostas pelo responsável Luiz Antônio Trevisan Vedoin;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do responsável Joaquim Silveira de Rezende;

9.4. condenar solidariamente os responsáveis Joaquim Silveira de Rezende e Luiz Antônio Trevisan Vedoin ao pagamento do débito no valor original de R$ 13.505,47 (treze mil quinhentos e cinco reais e quarenta e sete centavos), a partir de 7/5/2002, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno, acrescida da atualização monetária e dos juros de mora, a contar da data especificada até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar aos responsáveis Joaquim Silveira de Rezende e Luiz Antônio Trevisan Vedoin a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores individuais de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não sejam pagas no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Rondônia, para adoção das medidas que entender cabíveis, com base no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e ao Ministério Público do Estado de Rondônia, considerando haver indícios de prejuízo aos cofres do Município de São Francisco de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, ao Fundo Nacional de Saúde - FNS, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus e à Secretaria Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República - CGU/PR.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4050-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4051/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.042/2010-7.

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Marcos Davi Santos (CPF 164.798.074-72), Estrela Construções Ltda. (CNPJ 02.853.129/0001-78) e Município de Santana do Ipanema/AL (CNPJ 12.250.916/0001-89).

4. Unidade: Município de Santana do Ipanema/AL.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/AL.

8. Advogados constituídos nos autos: Charles Alves Silva (OAB/AL 5.171), Igor Suruagy Correia Moura (OAB/AL 7.429), Gedir Medeiros Campos Júnior (OAB/AL 6.001), Jamile Duarte Coelho Vieira (OAB/AL 5.868), José de Barros Lima Neto (OAB/AL 7.274), José Fragoso Cavalcanti (OAB/AL 4.118), Julius Novais Bomfim (OAB/AL 6.690) e Ricardo Antônio de Barros Wanderely (OAB/AL 5.106).

8.1. Pedido de sustentação oral: Gedir Medeiros Campos Júnior (OAB/AL 6.001) e José Fragoso Cavalcanti (OAB/AL 4.118).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades constatadas na condução do Convênio 3.546/2001, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e o Município de Santana do Ipanema/AL com vistas à execução de sistemas de abastecimento de água naquela edilidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pela empresa Estrela Construções Ltda., excluindo-a, consequentemente, da presente relação processual;

9.2. em consonância com os arts. 12, § 2º, e 27 da Lei 8.443/1992, considerar sanado o processo em relação ao Município de Santana do Ipanema/AL, dando-lhe quitação, tendo em vista o recolhimento da quantia referente ao débito pelo qual foi instado a se defender nos presentes autos;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Marcos Davi Santos e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **d**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas desse responsável, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 119.007,82 (cento e dezenove mil e sete reais e oitenta e dois centavos), acrescida dos encargos legais calculados a partir de 30/12/2002, fixando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da dívida aos cofres da Funasa, nos termos do art. 23, inciso III, alínea **a**, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea **a**, de seu Regimento Interno:

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar ao Sr. Marcos Davi Santos multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea **a**, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea **a**, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, acrescida dos encargos legais devidos a contar da data deste acórdão, caso não venha a ser paga dentro do prazo ora estipulado;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.5.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelo responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. encaminhar cópia eletrônica destes autos à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, em consonância com o disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4051-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4052/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.155/2013-0

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: João Roberto Pereira de Melo (CPF 047.884.435-20).

4. Unidade: Prefeitura de Santo Amaro/BA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Selog.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de irregularidades na execução do Convênio 3.116/2004, firmado entre o Fundo Nacional de Saúde (FNS) e a Prefeitura de Santo Amaro/BA, que tinha como objeto a aquisição de duas unidades móveis de saúde (UMS), do tipo Ambulância Simples Remoção.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, determinar o arquivamento deste processo, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do presente processo;

9.2. dar ciência desta deliberação ao responsável, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS e à Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União/PR;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, para as providências julgadas cabíveis, considerando que não restou demonstrada a destinação dada ao saldo (R$ 1.048,98) do Convênio 3.116/2004 (Siafi 506317), celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Santo Amaro/BA, para a aquisição de unidade móvel de saúde, que se refere a recursos da contrapartida aportada pela municipalidade.

10. Ata n° 27/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4052-27/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Quando da apreciação do processo nº 028.042/2010-7, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, o Dr. José Fragoso Cavalcanti - OAB/AL nº 4.118, não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Estrela Construções Ltda.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-007.408/2004-5 (Ata nº 28/2011) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 4013. Sagrou-se vencedora a proposta apresentada pelo relator, Ministro Raimundo Carreiro.

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-032.766/2008-6 (Ata nº 24/2014) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 4012. Sagrou-se vencedora a proposta apresentada pela relatora, Ministra Ana Arraes

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento dos respectivos Relatores, foram excluídos da Pauta nº 27/2014 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-006.272/2014-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-005.392/2013-6, TC-009.556/2012-5, TC-007.879/2012-1, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-007.514/2012-3, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes; e

TC-002.613/2014-0, TC-009.781/2013-7, TC-028.206/2013-4, TC-031.185/2013-4, TC-032.602/2013-8, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Raimundo Carreiro, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Aroldo Cedraz.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos, às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, lavrei e subscrevi, a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 11 de agosto de 2014.

AROLDO CEDRAZ
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2014

Presidente da Turma: Senhor Ministro HUMBERTO MARTINS
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE
Às 17:34 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos VIRTUAIS:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0000033-56.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0000034-41.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0000035-26.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0000046-55.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000047-40.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000048-25.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000049-10.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000050-92.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000051-77.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000052-62.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000053-47.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000054-32.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0001476-73.2008.4.03.6305
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA IZABEL DE SIQUEIRA SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0001884-46.2008.4.03.6311
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MÁRIO LUIZ BORGES DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0003325-62.2008.4.03.6311
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSUÉ JUSTILIANO LEMOS DA SILVA
PROC./ADV.: ENZO SCIANNELLI
PROC./ADV.: BEATRIZ G. MENEZES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Incidência sobre Férias Compensadas - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO: 0009545-13.2007.4.03.6311
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EDUARDO GARCIA DA SILVA
PROC./ADV.: ENZO SCIANNELLI
PROC./ADV.: BEATRIZ G. MENEZES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO: 0010330-31.2009.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MAURA LAVEZZO TASCHETTI
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0011821-15.2005.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ORLANDO GIMENES DIAS
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500399-74.2013.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: WALMIR BARBOSA LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501206-16.2012.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO FLOR DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503068-40.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: RITA IZABEL DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504177-16.2008.4.05.8302
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ROBERTO BEZERRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504921-15.2011.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA SOARES DANTAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5000568-79.2011.4.04.7215
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VITORINO JOAO DE ANDRADE
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Urbana - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5000590-02.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO JOSÉ COLETTI
PROC./ADV.: ADEMIR JOSÉ FRÖHLICH
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5000805-70.2012.4.04.7121
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JORDE DELMAR STEIN
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO: 5003819-76.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LISIANE DE LIMA SOARES
PROC./ADV.: ACADIO DEWES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5007086-30.2011.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DIRCE MARTINS
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5009026-30.2011.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OSVALTER JOAO COELHO
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5011045-82.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARCOS ANTONIO BALBI TEIXEIRA
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO: 5013947-20.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIDO(A): IRONI DE FATIMA ALCANTARA FERRARINI
PROC./ADV.: IARA T. M. AVERBECK
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5057776-75.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALDIR LUIZ JUNGES
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Incidência sobre Proventos de Previdência Privada - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO: 5067426-49.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RONY ANSOLCH DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília-DF, 3 de julho de 2014.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE JULHO DE 2014

Presidente da Turma: Senhor Ministro HUMBERTO MARTINS
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE
Às 08:01 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos FÍSICOS:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0000026-64.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000027-49.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000028-34.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000029-19.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000030-04.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.38.00.702562-4
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: ROSALINA
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília-DF, 4 de julho de 2014.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2014

Presidente da Turma: Senhor Ministro HUMBERTO MARTINS
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE
Às 09:19 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos/redistribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos virtuais:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 5031700-14.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARLENE HELENA ROCHA DA SILVA
PROC./ADV.: PATRICIA ROSA DA FONTOURA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

REDISTRIBUIÇÃO - ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO

PROCESSO: 0058638-22.2009.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MONICA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO: 5000221-27.2012.4.04.7016
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LAURA BREMM DE OLIVEIRA ROCHA
PROC./ADV.: JOSÉ LUIS BENEDETTI
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Auxílio-Reclusão (Art. 80) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília-DF, 9 de julho de 2014.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2014

Presidente da Turma: Senhor Ministro HUMBERTO MARTINS
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE
Às 14:54 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos VIRTUAIS:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0000571-59.2008.4.03.6308
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: APARECIDA DOS SANTOS POMPEU
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FELIPE FRANCISCO PARRA ALONSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0005841-71.2007.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA LUCIA SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.: AIRTON GUIDOLIN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0027973-75.2004.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: RUBENS JOSÉ ALONSO
PROC./ADV.: KLEBER ALLAN FERNANDEZ DE SOUZA ROSA
PROC./ADV.: INGRID MARIA BERTOLINO BRAIDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0034300-02.2009.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: MARIA EUNICE DE SOUZA CORREIA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0083635-56.2006.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JAIRA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: ROQUE RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500099-94.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDILSON GARCIA DE MEDEIROS
PROC./ADV.: CIDNEY BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500139-68.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOÃO FERNANDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500511-24.2010.4.05.8306
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ALEXANDRE VICENTE PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500944-66.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIZ VICENTE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501628-94.2012.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501708-57.2009.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA NUNES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501882-49.2012.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503075-51.2011.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ADAUTO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503208-31.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CILENE MARIA NUNES SANTIAGO
PROC./ADV.: CAIO GEYSON ALMEIDA BARROS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503234-43.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE FÁTIMA SANTANA DA SILVA
PROC./ADV.: SYLVIO MARCUS FERNANDES DE MIRANDA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504495-45.2012.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: LECIVALDA DÓRIA SANTOS BARBOSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Espécies de contrato - Obrigações - Direito Civil
PROCESSO: 0504787-57.2012.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA AURIZETE SOUSA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505314-33.2008.4.05.8302
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ CICERO FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505329-86.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PAULA FRASSINETTI TELES NUNES
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507224-11.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0510659-21.2010.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JUCY ANTÔNIO PERGENTINO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0512566-09.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDA MILITÃO DE FREITAS
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0513233-54.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA PAZ DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0514231-47.2008.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: RAFAEL AMARO DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0515409-78.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SEBASTIÃO DA SILVA BRITO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0517299-63.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA LUÍSA DE ANDRADE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0519593-14.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RÔMULO FREIRE DA SILVA (REPRESENTANTE: RAIMUNDA FREIRE DA SILVA)
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA
PROC./ADV.: ELIZABETH BRAGA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0519702-39.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ RENATO DE LIMA
PROC./ADV.: CLEDIOMAR JOSÉ MENDES JÚNIOR
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0525472-47.2010.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RICARDO SALVIANO DE LIMA FILHO
PROC./ADV.: LÚCIA DALVA MEDEIROS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.38.00.709194-9
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS DORES SANTOS
PROC./ADV.: GILSON LIBOREIRO DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5000519-19.2012.4.04.7210
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VALCELIDE JOÃO BRUNHEROTTO
PROC./ADV.: FERNANDO PIASESKI
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Direito Tributário
PROCESSO: 5000857-47.2013.4.04.7116
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO ROBERTO PINTO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA FÁTIMA RAMBO VOGEL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5000878-02.2012.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SERGIO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: LEONARDO DOLFINI AUGUSTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5001238-34.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: THIMOTEO MARTIN BACELLAR DE LIMA
PROC./ADV.: SANDRA ERNESTINA RÜBENICH
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Juros - Valor da Execução/Cálculo/Atualização - Liquidação/Cumprimento/Execução - Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO: 5001405-77.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANGELICA MARIA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5001942-29.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

REQUERENTE: ERMERILDA MARCHESAN
PROC./ADV.: NÁDIA ANDRADE NEVES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5002646-66.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARLENE DE OLIVEIRA ULGUIM
PROC./ADV.: ELISANDRA BARROS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5002788-22.2012.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDILENE FURLANI SCHMITZ
PROC./ADV.: JANIR NIEHUS
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Auxílio-Acidente (Art. 86) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5004208-13.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA SHIRLEI JORDELINO ARNONI
PROC./ADV.: HELDER MASQUETE CALIXTI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5005230-85.2012.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NADIA MARIA SILVEIRA DE MORAES
PROC./ADV.: ANDIELY DO PRADO BORTOLUZZI
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5006147-25.2012.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO ELOI DOS SANTOS FILHO
PROC./ADV.: ELSA FERNANDA REIMBRECHT GARCIA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5006371-91.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RODRIGO LARREA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5006445-20.2012.4.04.7100
ORIGEM: Turma Regional de Uniformização da 4ª Região
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELISETE MARIA DA SILVA SERPA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5006907-84.2011.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): IDA LUIZA MORSCH
PROC./ADV.: YÁRA CORRÊA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Juros/Correção Monetária - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO: 5007947-97.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DEVANIR APARECIDA DEPIERI MILIOSSI
PROC./ADV.: CLAUDIO ITO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5010585-10.2011.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: VERONICA KREMER
PROC./ADV.: HORST WIRTH
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5010940-73.2013.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MAURO DIAS VIANA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5015004-63.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VOLMAR DOS SANTOS OLIVEIRA
PROC./ADV.: LAURIANA VARGAS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5044392-11.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSIAS SANTOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília-DF, 16 de julho de 2014.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2014

Presidente da Turma: Senhor Ministro HUMBERTO MARTINS
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE

Às 08:39 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos FÍSICOS:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0000031-86.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: AMAURY NUNES DE ARAÚJO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
RECLAMADO(A): JUÍZ FEDERAL DA TRPB SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0000037-93.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
REQUERENTE: LUIZ CARLOS RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): PRIMEIRA TURMA RECURSAL DO JEF-SP
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0000107-63.2008.4.04.7195
ORIGEM: Turma Regional de Uniformização da 4ª Região
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ SILVEIRA BUNILHA
PROC./ADV.: GILSON JAURI ROSA DA SILVEIRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0001925-76.2008.4.04.7057
ORIGEM: Turma Regional de Uniformização da 4ª Região
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL DAMACENO ROSA
PROC./ADV.: FLAVIO ANTONIO ROMANI
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0008212-40.2009.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: PAULO CESAR FERREIRA NOBRE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0008587-31.2010.4.01.3901
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: VELDELICE SANTOS SILVA
PROC./ADV.: POLIANA JÉSSICA DUARTE MORAES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0027982-21.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: MARIA MARTA FERNANDES RIBEIRO
PROC./ADV.: RENATA LOPES NEVES ESTEVES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2007.70.95.011376-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA HELENA LORETO
PROC./ADV.: WILSON LUIS DE PAULA
PROC./ADV.: FERNANDO MORELLI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.38.00.731644-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: CARLOS LUCIO PINTO
PROC./ADV.: RONALDO ARAUJO LEMOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.33.04.700899-3
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: MANOEL BISPO DOS SANTOS
PROC./ADV.: EDDIE PARISH
PROC./ADV.: CARLOS ZENANDRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.38.00.713898-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: GERALDA MAGELA DIAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília-DF, 18 de julho de 2014.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2014

Presidente da Turma: Senhor Ministro HUMBERTO MARTINS
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE

Às 19:01 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos/redistribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos VIRTUAIS:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0001122-10.2006.4.03.6308
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SÉRGIO FERNANDO BEZERRA CARRIL
PROC./ADV.: MILENA SENIS SANTOS DE OLIVEIRA ROSSETO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Perda da qualidade de segurado - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0002459-18.2007.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LÚCIA ANITA PEREIRA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0003973-87.2009.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: HILDA AFINI BORTOLOTTO
PROC./ADV.: MAÍRA FERRAZ MARTELLA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0007878-53.2006.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NELI APARECIDA GARCIA JOSÉ
PROC./ADV.: FRANCISCO DINIZ TELES
PROC./ADV.: FABIANA M. G. NASCIMENTO TELES
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Perda da qualidade de segurado - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0009760-16.2007.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: OLINDA TAKAKO IMAMURA
PROC./ADV.: MARCOS A SERRAGLIA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0013873-13.2007.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: AGNALDO PEREIRA
PROC./ADV.: JAQUELINE CRISTOFOLLI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501508-08.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: ANA PAULA ALIARQUE SILVA
PROC./ADV.: GLAUBER ROCHA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504793-77.2011.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HENRIQUE JOSÉ DA SILVA E OUTROS
PROC./ADV.: DANIELLA SANTOS DE ANDRADE
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Perda da qualidade de segurado - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0506583-22.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: OSMAN VIEIRA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FERNANDA SILVA SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Renúncia ao benefício - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0517034-49.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARIA JOSÉ PAULINO
PROC./ADV.: CARLA COTRIM UCHÔA CAJUEIRO ALMEIDA
PROC./ADV.: FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0517829-33.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EDUARDO JOSE MONTEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0520388-70.2007.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: HUMBERTO GOMES FERREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0521840-94.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCY FRANCISCA ÂNGELO GOMES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0524380-97.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: IVANILDO INÁCIO DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.51.51.037583-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ISAIAS LUIZ DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Liberação de Conta - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2011.51.51.024350-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: GEORGE CORREIA TETEU
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC./ADV.: PROCURADOR ESTADUAL
REQUERIDO(A): MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC./ADV.: PROCURADOR DO MUNICÍPIO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 5000550-42.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSÉ VALDIR PADILHA PUREZA
PROC./ADV.: NÁDIA ANDRADE NEVES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5001388-82.2012.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSEFINA RODRIGUES JORGE
PROC./ADV.: CLAUDIO ITO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5001781-03.2013.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LAURA MARCZINSKI COLOMBO
PROC./ADV.: ALESSANDRA M. DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5003173-94.2012.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DALVA ROSA GOTTARDO COSTA
PROC./ADV.: NILSON LUIZ PALANDI
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5003198-07.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JACINTO GILMAR SCHERER
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5003449-67.2013.4.04.7115
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SONIA REGINA SIGNORI
PROC./ADV.: NELMO JOSÉ BECK
PROC./ADV.: FÁBIO SCHEURER KRONBAUER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5003500-11.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSANA MARLENE STEINHAUS
PROC./ADV.: RÉGIS DIEL
PROC./ADV.: RAFAEL H. VEECK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5003530-49.2013.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HUGO ROBERTO KURTZ LISBOA
PROC./ADV.: DIEGO PIERDONÁ PORTELLA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5004007-98.2011.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IRONI JOSE DA SILVA
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON
PROC./ADV.: KARLA J. SCHWERZ
REQUERIDO(A): INSS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5006092-75.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ GONZAGA DE JESUS MARIA
PROC./ADV.: NÁDIA ANDRADE NEVES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5009498-07.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA MADALENA FOLETO IOCHIMIS
PROC./ADV.: LILIANE FOLETO IOCHIMS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Direito Previdenciário
PROCESSO: 5010740-68.2011.4.04.7122
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GUARACI DA SILVA MARIA
PROC./ADV.: ÁUREA CONCEIÇÃO SCHMITT
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5010930-17.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JUSTINA MESNEROVISCZ
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO
PROC./ADV.: RODRIGO COELHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5014649-63.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DIRCEU ALVES PEREIRA
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5017908-31.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ROSICLEA SANTANA DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5022377-57.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MAIRA ANA DE JESUS SANTANA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5068323-09.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLELIA TERESINHA DE SOUZA SANTOS
PROC./ADV.: INGRID RENZ BIRNFELD
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI
ASSUNTO: Prescrição e decadência - Fatos jurídicos - Direito Civil

REDISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA

PROCESSO: 0504505-89.2012.4.05.8015
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: KAMILLA BARROS QUIRINO
PROC./ADV.: EDES SOARES DE OLIVEIRA
OAB: AL 5.777
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília-DF, 31 de julho de 2014.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.332, DE 9 DE JUNHO DE 2014

Aprova a 1ª Reformulação Orçamentária do CRECI 11ª Região/SC, do exercício de 2014.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, usando de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 30 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º - APROVAR a 1ª Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Corretores de Imóveis-CRECI 11ª Região/SC, do exercício de 2014, na forma do discriminativo anexo, o qual passa a fazer parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor-Tesoureiro

ANEXO

CRECI 11ª Região/RJ - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2014
R E S U M O

Receitas Correntes.....	R$	11.277.990,00
Receitas de Capital.....	R$	1.172.746,89
Total.....	R$	12.450.736,89
Despesas Correntes.....	R$	9.788.990,00
Despesas de Capital.....	R$	2.661.746,89
Total.....	R$	12.450.736,89

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a correção da redação do art. 1º do Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região - CREF13/BA-SE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO - CREF13/BA-SE, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o art. 40, IX, do Estatuto do CREF13/BA-SE, e: CONSIDERANDO, a edição da Resolução CONFEF nº 206/2010, que aprovou o novo Estatuto do Conselho Federal de Educação Física; CONSIDERANDO, o disposto no art. 142 do Estatuto do CONFEF, que determina a adequação dos estatutos dos Conselhos Regionais de Educação Física; CONSIDERANDO, o disposto no art. 128 do Estatuto do CONFEF, que determina que as Resoluções serão publicadas na imprensa oficial; CONSIDERANDO, a deliberação do Plenário do CREF13/BA-SE, em reunião ordinária, de 29 de janeiro de 2011; resolve:

Art. 1º - O art. 1º, do anexo da RESOLUÇÃO CREF13/BA-SE Nº 033/2011, publicada no D.O.U. Nº 27, SEÇÃO 01, EM 8 DE FEVEREIRO DE 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - O Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região - CREF13/BA-SE, inscrito sob o CNPJ/MF de nº 05.437.908/0001-80, autarquia federal com regime de direito público, sem fins lucrativos, com sede e Foro na cidade de Salvador na Av. ACM, nº 3259, Centro Empresarial Aurélio Leiro, sala 803, Brotas, CEP: 41800-700 e abrangência nos Estados da Bahia e Sergipe, com personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, exerce e observa, em sua respectiva área de abrangência, as competências, vedações e funções atribuídas ao CONFEF, no que couber e no âmbito de sua competência material e territorial, e as normas estabelecidas na Lei nº. 9.696, de 1º de setembro de 1998, neste Estatuto, e nas Resoluções do CONFEF.

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

PAULO CÉSAR VIEIRA LIMA

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS

DECISÃO Nº 269, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova Abertura de Créditos Adicionais Suplementares ao Orçamento para o corrente exercício no valor de R$ 664.650,00

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás, no uso da competência consignada inciso VI, do art.15, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e, tendo em vista o Regimento da Autarquia, com fundamento no inciso XV do Art. 26 da Decisão do Coren Goiás n º 206 de 18 de abril de 2013 e inciso XXVI do Art.23 da Resolução COFEN - nº 421, de 15 de fevereiro de 2012 e ; Considerando, a necessidade de reajustar as dotações que se apresentam insuficientes no Orçamento do exercício de 2013; Considerando, o que dispõe a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, nos seus artigos nº 40 a 46; Considerando, ainda, o constante dos demonstrativos anexos que apresentam a situação do Orçamento em razão da execução orçamentária no decorrer do exercício; Considerando a deliberação do plenário em sua quingentésima segunda reunião ordinária realizada no dia vinte e seis de dezembro do ano de dois mil e treze; decide:

Art. 1º - Aprovar as Aberturas de Créditos Adicionais Suplementares às dotações abaixo discriminadas, que se apresentam insuficientes e são necessárias ao suporte das despesas a serem realizadas até o término do exercício, no valor de R$ 664.650,00 (Seiscentos e Sessenta e Quatro Mil, Seiscentos e Cinquenta Reais).

I	3.1.10.01.02.00	Indenizações Trabalhistas	R$ 20.000,00
II	3.1.32.02.00.00	Locação de Imóveis	R$ 9.500,00
III	3.1.32.32.04.01	Jeton - Conselheiros/Colaboradores	R$ 9.500,00
IV	3.1.32.27.00.00	Despesas com Condomínios	R$ 5.000,00
V	3.1.32.06.01.01	De Correspondências	R$ 21.500,00
VI	3.1.20.10.00.00	Peças e Acessórios para Viaturas	R$ 1.000,00
VII	3.1.20.20.00.00	Despesas com Veículos	R$ 3.400,00
VIII	3.1.10.01.09.00	Férias	R$74.800,00
IX	3.1.30.02.03.00	Serviços de Segurança	R$ 5.500,00
X	3.1.32.05.00.00	Serviços de Asseio, Higiene e Dedetização	R$ 2.000,00
XI	3.1.32.15.00.00	Festiv. Recep. Hospedagens, Homenagens	R$ 4.100,00
XII	3.1.32.07.00.00	Serviços de Energia Elétrica, Água e Gás	R$ 4.500,00
XIII-	3.1.32.32.03.01	Auxílio Representação - Conselheiros	R$ 8.000,00
XIV	3.1.32.16.00.00	Indenizações, Restituições e Reposições	R$ 16.200,00
XV	3.1.20.01.00.00	Artigos de Expediente	R$ 3.000,00
XVI	3.1.30.02.04.00	Manutenção de Equip de Informática/Rede/Software	R$ 8.000,00
XVII	3.1.32.06.02.02	Internet	R$ 3.150,00
XVIII	3.1.32.32.03.02	Auxilio Representação - Colaboradores	R$ 25.000,00
XIX	3.1.32.09.00.00	Reparos adaptação e conserv. Bens móveis e imóveis	R$ 2.000,00
XX	3.1.10.01.03.00	Salários (Pessoal CLT e FAS)	R$ 250.000,00
XXI	3.1.10.01.08.00	Gratificação de Natal - 13º Salário	R$ 30.00,00
XXII	3.1.10.02.01.00	Abono 1/3 Constitucional	R$20.000,00
XXIII	3.1.10.03.01.00	INSS - Previdencia Social - Cota Parte Empresa	R$90.000,00
XXIV	3.1.10.03.04.00	Pis-Pasep sobre Folha de Pagamento	R$3.000,00
XXV	3.1.20.02.00.00	Material Gráfico e Impressos	R$10.000,00
XXVI	3.1.30.02.06.00	Serviços de Contabilidade	R$5.000,00
XXVII	3.1.32.01.00.00	Assinaturas Periódicas	R$500.00
XXVIII	3.1.10.03.02.00	F.G.T.S Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	R$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos indispensáveis para cobertura dos créditos ora abertos são os provenientes da seguinte fonte: Excesso de arrecadação na fonte de receitas: 1.2.10.01.01.01 Anuidades Pessoas Físicas do Exercício. No valor de R$465.000,00, tendo em vista o que consta no inciso II, do art.43, da lei abaixo citada. Parágrafo Único: da redução parcial, das dotações orçamentárias abaixo discriminadas, no valor de R$ 199.650,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil e oitocentos reais), nos termos do preceituado no inciso III, do art. 43, da Lei nº 4.320/64.

I	3.1.10.02.07.01	Progr. de Alimentação ao Trabalhador - PAT	R$ 53.000,00
II	3.1.10.03.04.00	Pis/Pasep sobre Folha de Pagamento	R$ 3.000,00
III	3.1.10.01.99.00	Outras Despesas Fixas	R$ 1.800,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV	3.1.10.02.99.00	Outras Despesas Variáveis	R$ 1.700,00
V	3.1.32.17.00.00	Congressos, Convenções, Conferências e Simpósios	R$ 5.600,00
VI	3.1.32.25.00.00	Fretes e Carretos	R$ 1.900,00
VI-	3.1.32.29.00.00	Aluguéis	R$ 900,00
VIII	3.1.30.02.06.00	Serviços de Contabilidade	R$ 6.000,00
IX	3.1.32.06.01.02	De Cobranças	R$ 900,00
X	3.1.32.33.02.01	Diárias Internacionais - Conselheiros	R$ 900,00
XI	3.1.32.33.02.02	Diárias Internacionais - Colaboradores	R$ 900,00
XII	3.1.32.33.04.02	Passagens Internacionais - Colaboradores	R$ 400,00
XIII	3.1.32.33.01.01	Diárias Nacionais - Conselheiros	R$ 16.400,00
XIV	3.1.20.13.00.00	Vestuário, Uniforme, Calçados, Roupas em Geral	R$ 1.000,00
XV	3.1.20.14.00.00	Material de Telecomunicação	R$ 450,00
XVI	3.1.20.15.00.00	Material para Filmagem e Fotografia	R$ 900,00
XVII	3.1.20.16.00.00	Lâmpadas Incand e Fluoresc. Acess. Para Inst. Elétrica	R$ 900,00
XVIII	3.1.20.23.00.00	Suprimentos de Informática	R$ 1.150,00
XIX	3.1.10.02.03.00	Horas Extras	R$ 900,00
XX	3.1.10.02.04.00	Vale Transporte	R$ 3.000,00
XXI	3.1.30.01.01.00	Remuneração de Serviços Pessoais	R$ 2.000,00
XXII	3.1.32.10.05.00	Fotografia e Video	R$ 900,00
XXIII	3.1.32.01.00.00	Assinaturas Periódicas	R$ 600,00
XXIV	3.1.32.32.03.01	Auxilio Representação - Conselheiros	R$ 3.100,00
XXV	3.1.20.11.00.00	Gêneros de Alimentação	R$ 4.000,00
XXVI-	3.1.32.19.00.00	Outros Encargos	R$ 1.000,00
XXVII-	3.1.32.33.03.03	Passagens Nacionais - Fucionários	R$ 9.500,00
XXVIII-	3.1.32.33.01.03	Diárias Nacionais - Funcionários	R$ 12.200,00
XXIX-	3.1.20.02.00.00	Material Gráfico e Impressos	R$ 51.500,00
XXX-	3.1.32.33.01.02	Diárias Nacionais - Colaboradores	R$ 5.800,00
XXXI-	3.1.32.16.00.00	Locação de Veículos	R$ 450,00
XXXII-	3.1.20.07.00.00	Combustível	R$ 2.000,00
XXXIII-	3.1.20.08.00.00	Lubrificantes	R$ 300,00
XXXIV	3.1.20.09.00.00	Material Acess. p/Máquinas, Aparelhos e Instrument.	R$ 400,00
XXXV-	3.1.32.21.00.00	Locação de Software	R$ 1.300,00
XXXVI	3.1.32.22.00.00	Serviços de Microfilmagem e Xérox	R$ 900,00
XXXVII	3.1.32.14.00.00	Desp Miúdas de Pronto Pagamento	R$ 2.000,00

Art. 3º - O valor do orçamento para o corrente exercício, era de R$ 7.265.171,93 (sete milhões duzentos e sessenta e cinco mil cento e setenta e um reais e noventa e três centavos), em face das alterações ora aprovadas fica alterado para R$ 7.730.171,93 (sete milhões setecentos e trinta mil cento e setenta e um reais e noventa e três centavos). Art. 4º - Os efeitos da presente decisão produzirão efeitos a partir de 17/09/2013.

MARIA SALETE SILVA PONTIERI NASCIMENTO

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

ACÓRDÃO

Recurso em ação ética julgado pelo plenário em 22/11/2013. Processo CFO 18403/2013. Processo CRO-RS 2007/2012. Denunciante: Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul. Denunciada: Marcia Cristiane Poblete Lima. Acórdão CFO 2005/2013. Decisão: censura pública, em publicação oficial.

VOCÊ SABIA QUE...



...a obra "Marília de Dirceu", do inconfidente mineiro Thomaz Antonio Gonzaga, foi impressa em 1810 na Impressão Régia?



Que Machado de Assis, autor de romances como "Dom Casmurro" e "Quincas Borba", entre outros, trabalhou na Imprensa Nacional, onde chegou a ser ajudante do diretor de publicação do *Diário Oficial*?

SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014081200120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.